

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM CII

*História da
Civilização Brasileira*

N.º 9

«Um Parlamentar Paulista da República»

ALFREDO ELLIS JUNIOR

ESTE BOLETIM FOI OFERECIDO À FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PELO PROF. DR. ALFREDO ELLIS JUNIOR



SÃO PAULO — BRASIL

1949

UNIVERSIDADE DE S. PAULO
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Reitor da Universidade de São Paulo:
PROF. DR. MIGUEL REALE

Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
PROF. DR. ASTROGILDO RODRIGUES DE MELLO

Cadeira de História da Civilização Brasileira

Catedrático:
PROF. DR. ALFREDO ELLIS JUNIOR

1.ª assistente:
LIC. MAFALDA P. ZEMELLA

Assistente extra-numerário:
LIC. MYRIAM ELLIS

Os Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, são editados pelos Departamentos das suas diversas secções.

Toda correspondência deverá ser dirigida para o Departamento respectivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — Caixa Postal 105-B, São Paulo, Brasil.

The Boletins "da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo" are edited by the different departments of the Faculty.

All correspondence should be addressed to the Department concerned, Caixa Postal 105-B, São Paulo, Brasil.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM CII

*História da
Civilização Brasileira*

N.º 9

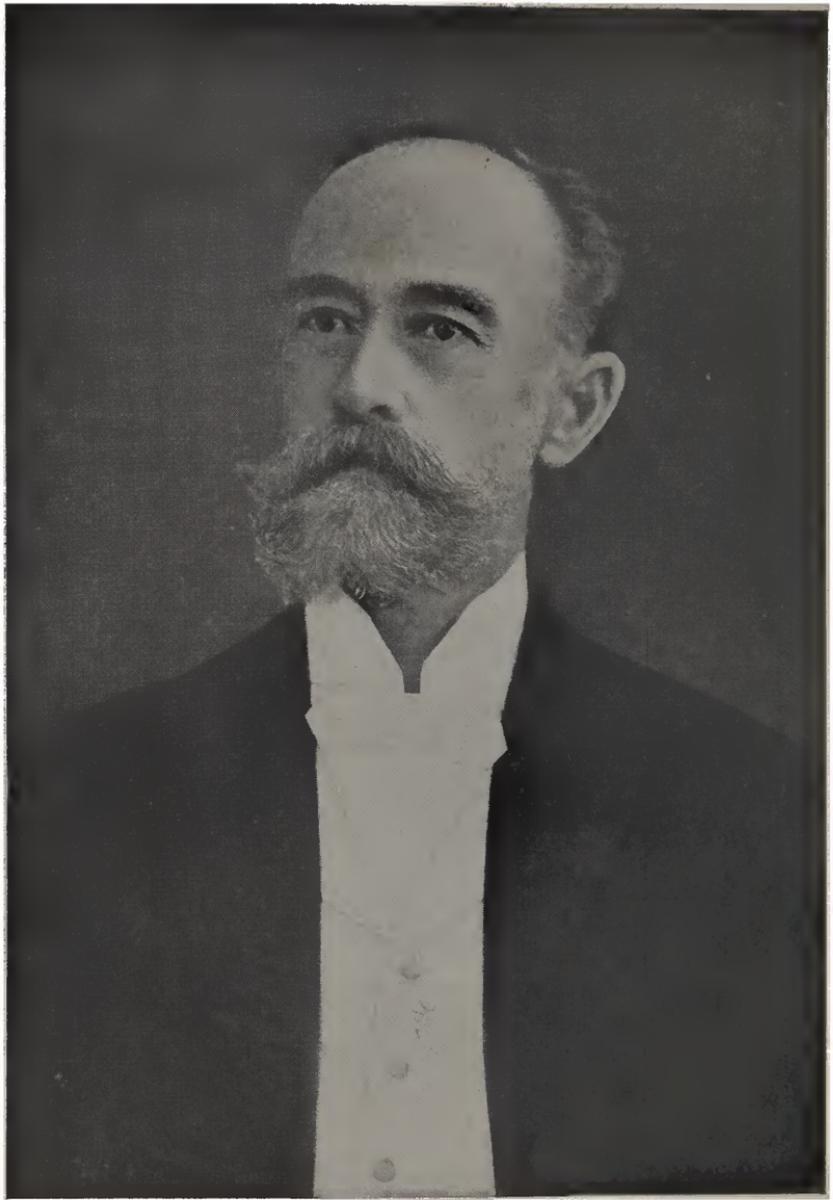
«Um Parlamentar Paulista da República»

ALFREDO ELLIS JUNIOR

ESTE BOLETIM FOI OFERECIDO À FACULDADE DE FILO-
SOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO, PELO PROF. DR. ALFREDO ELLIS JUNIOR



SÃO PAULO — BRASIL
1949



À augusta memória de meu pai o Senador Alfredo Ellis, por ocasião do centenário do seu nascimento, esta sua Biografia escrita sem talento, sem brilho, sem engenho, sem arte, sem panegíricos, nem louvaminhas, mas com as cores mais cristalinas da sinceridade e com as tintas mais puras da verdade, com as vivas homenagens do

AUTOR

ÍNDICE

PREFÁCIO	Pag. 3
----------------	--------

1.ª PARTE

Capítulo	I — A CHEGADA	9
Capítulo	II — A LINHAGEM PATERNA	14
Capítulo	III — UM ROMANCE INEXPRESSIVO ..	16
Capítulo	IV — O CADETE MOREIRA	20
Capítulo	V — O BERÇO E A INFÂNCIA	21
Capítulo	VI — A VIAGEM	24
Capítulo	VII — A GUERRA DE SECESSÃO NOS EST. UNIDOS	26
Capítulo	VIII — A FORMAÇÃO	45
Capítulo	IX — A CLÍNICA MÉDICA INICIAL	52
Capítulo	X — A PROPAGANDA	52
Capítulo	XI — NO OESTE PAULISTA	57
Capítulo	XII — O PIONEIRO DA ONDA VERDE ...	61
Capítulo	XIII — BANDEIRANTES OITOCENTISTAS	72
Capítulo	XIV — A EXPANSÃO PAULISTA — SE- GUNDA ETAPA DO BANDEIRISMO DO CAFÉ — OLIVEIRAS	78
Capítulo	XV — A ABOLIÇÃO	93
Capítulo	XVI — IMIGRAÇÃO	105
Capítulo	XVII — A REPÚBLICA	109

2.ª PARTE

Capítulo	I — NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE	113
Capítulo	II — NA POLÍTICA	117
Capítulo	III — A REVOLTA DE RIO CLARO	120
Capítulo	IV — CONSEQUÊNCIAS	128
Capítulo	V — FLORIANO	135
Capítulo	VI — O AMERICANO	150
Capítulo	VII — 1893 — 1902	154
Capítulo	VIII — STA. EUDÓXIA NOVAMENTE	162
Capítulo	IX — S1907 — 1911	170
Capítulo	X — NO SENADO	177
Capítulo	XI — O DESCENTRALIZADOR	196
Capítulo	XII — O LIBERAL DEMOCRATA	208

II

	Pag.
Capítulo XIII — CAMPANHA CONTRA A DOCAS DE SANTOS (Primeira Fase)	214
Capítulo XIV — CAMPANHA CONTRA A DOCAS DE SANTOS (Segunda Fase)	227
Capítulo XV — A S. PAULO RAILWAY	247
Capítulo XVI — O CAFÉ — (Primeira Fase)	259
Capítulo XVII — O CONVÊNIO DE TAUBATÉ	267
Capítulo XVIII — 1907	273
Capítulo XIX — O CAFÉ — (Segunda Fase)	296
Capítulo XX — O CAFÉ — (Terceira Fase)	305
Capítulo XXI — O CAFÉ (Quarta Fase) O FUTURO D. N. C.	308
Capítulo XXII — AINDA STA. EUDÓXIA	315
Capítulo XXIII — O PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA	320
Capítulo XXIV — UM ERRO NOSSO E O DRAMA DO ARROZ	327
Capítulo XXV — EUROPA	334
Capítulo XXVI — A CAMPANHA CIVILISTA	338
Capítulo XXVII — O ORADOR IMAGINOSO	350
Capítulo XXVIII — AS SUCESSÕES PAULISTAS	367
Capítulo XXIX — VULTOS DA POLÍTICA NACIONAL	390
Capítulo XXX — O PARTIDO LIBERAL	409
Capítulo XXXI — VITÓRIAS	413
Capítulo XXXII — OUTROS TRAÇOS PSICOLÓGICOS	428
Capítulo XXXIII — NO RIO DE JANEIRO	446
Capítulo XXXIV — SÃO PAULO DE 1920	449
Capítulo XXXV — O "PATER FAMILIAS"	454
Capítulo XXXVI — O FIM	461
Capítulo XXXVII — A PRÓLE	479

Prefácio

Ao escrever este trabalho, tive que enfrentar e resolver uma das maiores dificuldades de minha vida, pois ao realizar a não pequena tarefa de reconstituir a biografia de meu pai, defrontei-me com várias forças, as quais, se não eram antagônicas, também não se coordenavam com facilidade. De fato, reunir, em um só trabalho os relatos de fatos apreciados através do meu natural e humano sentimentalismo de filho, cousa portanto eivada de forte dose de suspeição, conciliado com a minha linha de conduta absolutamente imparcial de historiador honesto e com as apreciações críticas da evolução política, econômica e social de S. Paulo, não foi trabalho fácil!

Como historiador, a concepção que tenho do ramo científico em que me especializei, me obriga a criticar, ora a favor, ora contra a orientação de meu biografado, cousa que maravilhosamente condiz com meu individualismo, ao qual sempre repugnou aceitar o "*magister dixit*", como axioma científico.

Tenho que me convencer, em primeiro lugar, antes de aceitar o dogma! Sempre tive particular aversão ao argumento de autoridade! Prefiro estribar as minhas convicções científicas, no meu próprio raciocínio e jamais abdiquei da menor partícula da minha individualidade pensante e da minha independência intelectual, em favor de quem quer que seja; mesmo em favor de meu pai! Conciliar essa, talvez excessiva linha de individualidade mental, com o natural e profundamente humano sentimentalismo de filho, que consagrou e ainda consagra enorme admiração e reverencioso culto ao biografado, foi um trabalho difficilimo! Eu poderia ter extremado o meu rigor na crítica, ou dizer demais das qualidades do biografado, levado pelo meu sentimentalismo! Eu tinha forçosamente que adotar um equilíbrio o mais perfeito possível! Com isso, eu tinha que, sincronizar os relatos concernentes à história política do período republicano, em S. Paulo, bem como à evolução econômica e ferroviária desta terra e aos elementos para a história do fim da escravatura e para o início da imigração. Isso tudo, como eu já disse acima, foi difficilimo!

Mas, além desse aspecto interno da questão, havia a parte externa, que revestia o trabalho, isto é, a sua aparência: tratava-se de um filho a apresentar a vida de seu pai, cientificamente apreciada e em correlação com os diversos capítulos políticos e econômicos da evolução do regime republicano e da formação da economia paulista. Disso, a suspeição, que eu objetivava afu-

gentar! Levado por êsse “desideratum”, eu podia ter exagerado na crítica e não ter assinalado bem as qualidades e as virtudes do Senador Alfredo Ellis, diminuindo-as e desmerecendo-as. Isso seria, evidentemente, uma injustiça! Assim, impulsionado em tantas direções, eu ansiadamente procurei o justo equilíbrio! Procurei só a verdade; nada mais do que a verdade! Se conseguí, os meus leitôres dirão, depois de ter em conta as grandes dificuldades, que tive de enfrentar. De uma coisa pôdem desde já estar certos:

Êste livro é baseado na mais estricta bôa fé, e no desejo mais absoluto de acertar.

Por outro lado, há enorme deficiência nas páginas da história brasileira, a respeito do período republicano. Essa deficiência, que, em relação ao país todo é grande, imensamente maior que ela se torna, em se tendo em vista a História do período republicano em S. Paulo. Com êste modesto trabalho, objectivei diminuir essa lacuna. Outros o farão, por certo com muito mais proficiência, mas ainda não deram início à essa tarefa.

Também, os assuntos sôbre a formação econômica de S. Paulo, com o plantio de sua estupenda lavoura cafeeira, o prosseguimento da avançada sertaneja da gente paulista, a extensão das linhas férreas paulistas, a libertação do braço escravo, com as suas consequências, entre as quais, as evoluções sociológicas, econômicas, psicológicas, do trabalho servil para o trabalho livre, a imigração, o fracionamento do velho latifúndio, a policultura e a poliprodução, a monoexportação, as defêsas e as valorizações do café, o problema do pôrto de Santos, com o das comunicações entre o Planalto e o Litoral, foram abordados, com ânimo de esclarecer as suas linhas mestras. Alguns dêsses assuntos têm sido até agora inabordados. Assim, a formação da lavoura de café de S. Paulo, a maior e a mais opulenta mina de ouro que temos tido, ainda não foi analisada, não só sob o ponto de vista cronológico, mas também sociológico.

Tentei o fazer, pelo menos em parte. Tentei também reconstituir a imigração norte-americana, ocorrida logo depois da Guerra de Secessão, a qual foi localizada em Santa Bárbara, fixando aí nas suas linhas gerais os seus delineamentos principais.

É possível que êste trabalho seja passível da crítica de haver dado muito desenvolvimento à História Norte-Americana. Assim agí, porque quis deixar bem retratada a escola que serviu de molde, para a formação intelectual e moral de meu biografado. Para explicar certos traços do caráter e da psicologia do Senador Ellis, propagandista da República, libertador dos escravos, libe-

ral democrata, etc., tive que recorrer ao estudo de como o problema da transformação do braço escravo, em trabalho livre, foi encarado e resolvido nos Estados Unidos. Eu penso que, sob o ponto de vista da liberal democracia, o problema foi mal resolvido lá. Não se impõe pela força uma idéia a ninguém, mesmo que essa seja muito liberal e democrática. Entretanto, o Senador Ellis levou a vida inteira a considerar Lincoln como um demiurgo da democracia.

É quanto vale um tabú!

*

* *

Além desses assuntos, consubstanciados em estudos, entrosados com perfis psicológicos e sentimentais do Senador, como com elementos cronológicos de sua vida, eu abordei e estudei vários episódios, completamente desconhecidos e inéditos, não só da vida política de S. Paulo, como também da sua evolução econômica, ou da sua história sociológica.

Com êste trabalho e com êsses fatos abordados, muita coisa tida como definitiva é ou deve ser completamente reformada e com as antigas e obsoletas versões completamente renovadas e modificadas. Tudo isso, eu fiz, de modo sincronizado com o perfil de meu biografado, de modo a fazer evidente que êste teve a sua vida, a sua atividade e a sua energia, inteiramente dedicadas à causa pública e mais particularmente à causa paulista.

Em troca desse sacrifício não pequeno, arcado pelo Senador Ellis e pela sua família, consequências do qual, ainda transparecem refletidas nas gerações subsequentes da próle do Senador, êste não recolheu senão desilusões e injustiças! De fato, para o homem que foi parte da falange homérica do bandeirismo oitocentista, o qual desbravou o sertão paulista, nele plantando a nossa maravilhosa lavoura de café, o maior monumento agrícola na face do planeta, que, fazendo parte da aristocracia, pregou a democracia e a República, que, de armas na mão, expôdo a sua vida, defendeu essa República, no seu início, que tratou, há meio século, da defêsa e da valorização do café, preludiando tôda e qualquer ação oficial, como prevendo, tal qual um profeta vidente, todos os escôlhos e descalabros, terremotos e recifes ponteagudos, que essa defêsa, entregue ao Govêrno Federal, traria, que, tratou com entranhado ardor, expôdo novamente a

sua vida, a questão do porto de Santos e da ligação entre o Planalto e o Litoral, não teve da sua gente senão esquecimento e ingratidões em contínuas manifestações!

*

* *

Talvez eu, na exposição do trabalho, ao abordar as idéias, princípios e doutrinas, quer os do perfil do meu biografado, quer os de que lancei mão para fazer a minha crítica, possa ser acoiado de muito regionalista e de, nesse espírito extremado, ter vazado todo o meu trabalho. Mas, regionalistas, todos são, no Brasil! Eu penso que, a êsse respeito, todos comungam no mesmo credo, demonstrando igual amor ao torrão natal, dentro do qual evoluem as suas relações com o mundo externo, o qual eu chamo de ambiente ecológico. Todos professam, com igual ardor, o apêgo ao meio regional em que têm vivido. Não seriam regionalistas, os escritos de Gilberto Freyre? Não é regionalista o jornalista Assis Chateaubriand? Um país grande, como o Brasil, que na feliz expressão do sergipano João Ribeiro, é um vasto arquipélago de ilhas isoladas umas das outras, que não se intercomunicam, tem muitas regiões, que isoladas, vão formando seus caracteres próprios. Assim, todos, para serem sinceros, têm que se manifestar de modo regionalístico. O que deve variar é a intensidade dessa manifestação, a qual é emitida, de acôrdo com o temperamento de cada um. Uns são mais ardorosos, mais arrojados, mais francos, etc. Outros são mais tranquilos, mais circunspectos, mais calmos, mais prudentes. Outros são menos sinceros, mais solertes ou mais gelatinosos. Outros, ainda, são mais maneirosos, mais habilidosos. Cada um tem seu ambiente interno ou biológico diversamente perfilado, reagindo de uma forma tôda especial, ante as condições e os acontecimentos externos. Dessa maneira, cada um manifesta suas idéias de um modo particular e de um modo e uma maneira mais ou menos acentuada.

Também é possível que eu seja ainda acusado de inimigo da libertação dos escravos e talvez mesmo, de adepto da superioridade racial!

Flagrante injustiça!

Eu estribo tôdas as minhas asserções, no que tenho aprendido e observado cientificamente!

Não sou contra a libertação!

O que me contraria é o modo absolutamente anti-econômico e profundamente deshumano, como a fizeram no Brasil e nos Estados Unidos!

Nesses países, libertaram nominal e legalmente o negro, mas efetivamente escravizaram o branco! Fizeram toda sorte de asneiras!

Tambem não sou pela superioridade racial!

Penso que as diversas raças são desiguais, sob diferentes pontos de vista, físico, intelectual, moral, fisiológico, etc. Algumas são superiores, sob certos aspectos, mas são inferiores no concernente a outros. Penso, não haver superioridade absoluta, sob todos os aspectos. Assim, sob o aspecto intelectual, é evidente a inferioridade do negro, mas sob certos aspectos da fisiologia humana, é indiscutível a superioridade dos "couloreds".

Entretanto, nunca quis impor as minhas idéias a ninguém! Elas podem estar erradas! Admito idéias em contrário! Estou mesmo pronto a substituir as minhas, desde que me provem que, meu ponto de vista não é o mais acertado! Não sou contra o negro! Acho que, libertá-lo, isto é atirá-lo no "*struggle for life*" em competição seccionadora com outras gentes mais aprimoradas, nas diversas ramificações da luta pela vida, constitui um ato tão deshumano, que equivale a previamente condenar a estirpe africana à completa destruição, pelas muitas seleções sociais, como, com evidência, está acontecendo. Tambem acho que a libertação, como foi feita, sem indenização, foi uma inutilidade pouco inteligente. Inútil, porque a libertação se faria por si, sem precisão da famosa e utópica "*Lei Aurea*". Com a cessação do tráfico e com a Lei do Ventre Livre, a escravatura ia, aos poucos, naturalmente se extinguindo, sem causar os tremendos danos econômicos, que foram evidentes. Mesmo assim, essas leis pensadas e levadas a efeito por exagerado e vago sentimentalismo, causaram imensos transtornos à nossa economia, cuja produção aumentava incessantemente, premida pelo consumo, que se fazia enorme, sem que aumentasse proporcionalmente a mão de obra. O governo imperial não via isso e agia em contrario.

ALFREDO ELLIS

Eugenio Leonel

Talhe de bravo, hellenica estatura
Fidalgamente delicado e nobre,
Loura cabeça que a guirlanda cobre,
Labio que a graça do sorrir moldura.

(Ah! que outra Musa, nunca engenho pobre,
Cante-lhe a fama diamantina e pura,
E sobre essa dardanica figura
Um manto de ouro e perolas desdobre.)

Seu peito lembra o hospitaleiro pouso
Que outr'ora o bardo demandava, airoso
De castello em castello, meigo e brando;

E esse agazalho descantar anceio...
E subo... e volvo do Parnaso em meio
A cythara canora sobraçando.

1.ª PARTE

CAPÍTULO I

A CHEGADA

Eram mais ou menos oito horas da noite! Chovia fortemente em São Paulo de Piratininga nessa noite veranesca de Dezembro de 1830! Um cavaleiro encharcado pela chuva que caía desde manhã, apeiára de pachorrenta mula, na porta de uma casinhóla baixa, que dava frente com suas oito janelas para a Rua Direita, que vai para a Sé. Era a hospedaria piratiningana, que aí se localizava e recebia os minguados visitantes do mísero burgo anchietano, com cêrca de 4.500 casas, em que se aglomeravam cerca de vinte milhares de trigueiros planaltinos, bem tisanados pela mestiçagem intensa com o amerindio, que um século atrás lavrava intensa na região, americanizando fortemente o núcleo populacional, herméticamente isolado na delimitada região da Serra acima.

São Paulo, centro do privilegiado Planalto no século XVII, albergára forte núcleo de admiráveis especimens humanos, os quais em completo isolamento de qualquer outra parte do mundo, adquiriram e fixaram, através de seleções unicamente suas, em dois séculos de vida sem contácto com o exterior, um perfil físico, psicológico, sentimental, moral, social, cultural, absolutamente próprio. Esse núcleo de admiráveis especimens humanos, que empolgaram e extasiaram o sábio Saint Hilaire, que ao passar pela região em 1819, os chamara de "*Raça de Gigantes*", foram, não há dúvidas, os primeiros americanos civilizados, com alma própria que deram início à luta pela independência brasileira epilogada nas enfumaçadas "*margens plácidas*". Depois, com a miraculosa descoberta do ouro, no fim dêsse arestado seiscentismo, o velho núcleo piratiningano de euro-americanos, foi afogado, diluído na imensidão da gente lusa, que como uma incontida avalanche, corria alucinada a aproveitar o ouro, que vertia abundantemente das generosas e impudicas entranhas da terra. No século XVIII, o Planalto sem sua gente empreendedora e com o resto de sua apoucada população, caldeada no vagalhão impetuoso da imigração reinól, a qual só aos poucos e lentamente ia comungando na alma colonial, foi a louza fria de um mármoreo túmulo da velha alma paulista, em decadência lastimável. Então o vetusto Planalto só servia para "*oficina gentium*",

alimentadôra dos batalhões luso-coloniais, que o imperialismo metropolitano de D. Pedro II de Portugal, de João V, de José I, manobrava desastradamente, na inglória e inútil aventura da dolorosa e desinteressante conquista do Prata. De fato, foi no Planalto que a governança luso-colonial da Bahia, do Rio de Janeiro e de Lisboa, foi recrutar a melhor gente para as suas fileiras nas campanhas sulinas, em torno da Nova Colônia do Sacramento, para o fim de implantar as armas bragantinas na foz do Prata. Eis a gente planaltina, a enviar para os descampados gaúchos, para as coxilhas da Cisplatina e para as paragens ermas, onde os herveçais rasteiros atapetavam os horizontes infindos, a nata da sua varonil mocidade, que galopando pelas sangas e, como furacões, transpando os arroios sulinos, iam servir de carne para os canhões hispânicos, em estéreis lutas, que não interessavam a nossa gente e só diziam respeito às ambições dos nevropatas lúbricos de Lisboa!

Voltemos porém à cena da chegada do hóspede à casa planaltina, que servia de estalagem a quem vinha de fora.

Homem truncado, de estatura acima da mediana, louro como uma espiga de milho, cujo tipo se estremava na brancura rosada da face longa, circundada por suíças e anelada cabeleira, fulvas como ouro repolido, e onde se ilhavam olhos muito azuis e brilhantes. Era o novo médico inglês, Dr. William Ellis, que após três meses de acidentada viagem marítima, em navio à vela, havia aportado a Santos. Influenciado pelo que diziam da excelência do clima planaltino, para refazer a fisiologia respiratória dos muito fatigados pela intensidade da vida de rapaz solteiro e abonado, o jovem médico escolheu a velha Piratininga, para se fixar no novo Mundo. Escolheu bem o Dr. William, pois a climatologia planaltina é tão inconstante e possui tal teor de umidade que elimina rapidamente quem não tiver pulmões de aço.

Essa escolha do Dr. William foi fixada depois de uma experiência de vários meses em que o jovem médico permaneceu na hospedaria da rua Direita, findos os quais estabeleceu o seu consultório profissional na mesma rua, onde firmou a sua residência.

Sem pai e sem mãe, falecidos quando ainda o Dr. William estava a atravessar a sua rumorosa juventude, êle cortara todos os laços que o prendiam à Inglaterra, resolvendo se enraizar na isolada terra de Piratininga, à sombra amena do gigante Jaraguá, que como um imenso felino de pedra a armar o seu salto carniceiro, se destacava, sempre de escuro, esmaltando o azulino ho-

rizonte do augustal Planalto, como se fôra uma almenara, debruçada nos séculos, a devassar tôda a vida passada da cidade de Piratininga. De fato, o Dr. William filho único do industrial ga-lense Richard Ellis e da escosessa Sophia Harvey, não deixara nas terras de além mar, senão tios e primos, que perpetuavam em Londres a brilhante heráldica de dois leopardos andantes em campo de arminho, tudo encimado por um velhíssimo chapéu de marinheiro, tradição herdada dos antepassados piratas da era elizabética.

Estabelecido como médico a rua Direita, perto da casa do jovem Tobias, aí conheceu ele, Feijó, o padre de ferro, filho natural de uma Camargo, o qual fôra ministro regencial, exercendo, com incrível energia, as suas funções de mantenedor da ordem no Império, que vinha de ser desocupado pelo primeiro imperante bragantino, absolutista e estrangeiro, portanto indesejavel ao extemado nacionalismo brasileiro, intoxicado pelas idéias exageradas de igualdade liberal, então elevadas ao auge da sua amplitude pelo repontar na Europa do romantismo de Byron, de Walter Scott, de Lamartine, de Victor Hugo, de Schiller etc.

Tinha sido essa uma das consequências da Revolução Francesa, a qual o Império napoleônico não conseguira apagar. Iniciada no fim bruxoleante do setecentismo ela foi levada, a todos os quadrantes europeus nas dobras vitoriosas das bandeiras napoleônicas e imposta a todos os povos, pelas baionetas do grande corso!

Depois de Waterloo, com a queda fragorosa da águia imperial francesa, a política torva da Santa Aliança, com o retrocesso reacionário às prerrogativas da velha aristocracia e ao carcomido direito divino, o equilíbrio não se fez sentir e a atmosfera eivada dos princípios dos direitos do homem e da declaração da Independência norte-americana se espalhou incoercível pelo mundo, chegando através do Atlântico até as plagas brasileiras, impulsionada pela voz de Canning e atraída pelo liberalismo de Monroe. Essa atmosfera, saturada de ensinamentos de Rousseau, envolvida no fumo enegrecido de Lexington, colorida nas tintas vivazes de Saratoga, parecia emanar os acordes mágicos da Marselheza, tanto mais que, sôbre ela pairava dominador o recorte macabro de Tiradentes, o glorioso proto-martir do alto de sua soturna força, a magnetizar as camadas da população, como se fôra um messiânico Deus bárbaro a exigir do Brasil o holocausto

do bragantino estrangeiro, com nítidas tendências absolutistas, que seu temperamento impetuoso e ardego avolumava a ferir a suscetibilidade dos brasileiros.

Era êsse o meio, em que se tinha envolvido o médico britânico. Intelectualmente a solidão reinante em tôrno do Dr. William, era quase absoluta. A não ser com Tobias, quase sempre fora, Feijó, constantemente no Rio de Janeiro, Paula Souza, a maior parte do tempo em Itú ou na Côrte, não havia com quem trocar idéias. Daí o isolamento do jovem médico, o que lhe emprestou a sua tendência misantrópica e o seu introvertimento, que bem se coadunava com a acentuada austeridade britânica, cousa que, ao lado da frieza inglesa e das linhas mestras do velho patriarcalismo português, traçavam o perfil marcado da fleugmática indiferença do novo esculápio da rua Direita. Muitos anos se passaram nessa monotonia, pois a velha cidade de Anchieta, ainda no início de sua carreira incontida para a prosperidade, era um tosco burgo com uma vintena de milhares de habitantes e sem recursos em matéria de distração. O jovem inglês, formado em medicina e em ciências naturais, pela magnífica Universidade de Edimburgo, na Escóssia dos Stuarts, dos John Knox, etc. não tinha ambiente em S. Paulo, para dar largas a sua cultura e a juventude que o exornavam. A sociedade paulistana, na qual imperavam as linhas rígidas da organização familiar portuguesa, com o excessivo poder do "*pater famílias*", com o seu soturno recato e exagerada timidez do elemento feminino, cousa derivada do muçulmano, se apresentava fechada e impenetravel. S. Paulo dêsse início do oitocentismo, era uma grande vila, acavalada em cima de trombudas colinas, que se erguiam, como verdes pedestais sôbre os quais branquejava, esmaltada em seu nível casario, a "akropole" piratiningana, plantada bem na confluência dos dois córregos Tamanduatehy e Anhangabahú. Burgo colonial e pobre, sem fonte de riqueza e de origem portuguesa, S. Paulo, não oferecia quadros, em que a população se entretivesse. Apenas, às vezes, a cidade outorgava espetáculos de cavalhadas, com apresentação de jogos de argolinhas, no descampado em frente ao colégio jesuítico, onde hoje temos o Páteo do Colégio, ou de touradas no redondel dos arrabaldes ocidentais. A cidade era tôda ela circundada de pequenas chácaras, que se amosaicavam, atapetadas do verde escuro da parda vegetação rasteira, que, de "barba de bode", se ondulava pelo Ipiranga, Cambucy, Moóca, Belemzinho, Penha, cuja colina se erguia, ao longe, como uma mancha branca a quebrar a harmonia do colorido verde em seus mil cambiantes.

O Dr. William, quando não estava empolgado na leitura dos seus livros prediletos, passava as folgas do seu trabalho nas chácaras dos seus amigos Feijó ou Tobias. Sim, porque a ocupação máxima dos moradores paulistanos consistia nas festividades religiosas. O povo, tradicionalmente católico, era imbuido do fanatismo e da intolerância ibérica. Com o municipalismo extremado e o patriarcalismo elevado a alto nível, foi êsse um dos traços mais marcados na alma ibérica deixado pelo longo domínio muçulmano. Essa tendência exagerada nas gentes de origem ibérica, se projetava exuberante na velha Piratininga, que via quase que diariamente, longas filas de seus moradores estiradas em policrômicas vestes, por entre douraduras e festões, a acompanhar lentamente, ao som de cânticos dolentes as procissões, que eram mais espetáculos alegóricos e carnavalescos, a lembrar os desfiles, com que os velhos ritos do paganismo exibiam os seus cultos politeístas. O bimbalar contínuo e repicado de dezenas de sinos, espalhados pela cidade, se orquestrava bem com as ladainhas entoadas por centenas de vozes melancólicas, que se disciplinavam no côro, que faziam aos apêlos dos paramentados sacerdotes, que com interrogações cantadas, isolavam suas vozes abaritonadas nos “kyrie”, com que bradavam as suas partês.

O Dr. William não era católico! Para êle, tôda aquela exibição multicolorida e polissonóra dos variegados cultos, com os quais a liturgia romana rememora as suas divindades, não passava de retrocesso ao velho paganismo greco latino, em sincretismo com alguns ensinamentos cristãos.

— Como é profunda e espessa a jazida da ignorância humana! Dizia o jovem médico inglês, ao vêr, pela janela de sua residência às filas, que se alongavam das interminas e barulhentas procissões.

Oriundo de velha estirpe anglicana e de outra de orientação presbiteriana, o Dr. William sempre tivera tendência para não se acomodar ao culto às imagens, que êle chamava de idolatria, cousa que se evidenciava na religião romana, que mostrava um decidido e inegavel politeísmo, no qual uma hierarquia divinizada em vários escalões e graduações as diversas santidades da imensa côrte celestial, humanizada nas figuras toscas de madeira pintada, que encimavam os ricos e policrômicos andores, carregados pelos moradores principais da cidade, envergando suas opas vermelhas, tendo por cima rendados camizolões brancos.

CAPÍTULO II

A LINHAGEM PATERNA

O Dr. William Ellis, como vimos no capítulo anterior, era inglês. Nascido em Londres, em 1805, seu pai, Richard Ellis, vinha de antiga família galense, com seu velho castelo em Flint, não longe da costa do Carnarvon. Aí nas portas de pedra do solar celta estavam gravadas as armas da família, com os dois leopardos andantes em campo de arminho, tendo como timbre um chapéu de marinheiro. Era uma vetusta estirpe celta, muito eivada de constantes influxos anglo-saxões, que haviam fornecido não poucas figuras à patinada e romântica história da Inglaterra. Ei-los acobertados de ferro, cavaleiros cruzados, cavalgando sobranceiros ao lado do Coeur de Lion, na Palestina! Ei-los em Crecy e Poitiers, lutando pelos leopardos, junto ao Príncipe Negro, ou em Azincourt, esgrimindo nas linhas de Henrique V. Depois, ei-los nos mares, dando à Inglaterra as jornadas épicas, nas quais esmagaram a Armada espanhola! Ei-los nos navios gloriosos de Elizabeth, lutando ao lado dos famosos "sea-dogs" com a mesma bravura indomável e tranquila, que mais tarde os homens da R.A.F., esses anjos louros que, futuramente, iriam defender os céus britânicos! Era a mesma gente que não mudára! A têmpera dos que determinaram o "*Brittannia rules the waves*" não havia, com séculos, perdido a sua rigeza!

Pelo seu lado materno, o Dr. William Ellis provinha de linhagem escocesa, que se destacava na história da Escóssia, desde Bruce, Wallace, Guilherme o Leão e os Stuarts, até a sua fusão no Reino Unido. Muitos dos antepassados de Sophia Harvey, mãe do Dr. William, se alinharam em Bannok Burn e mais tarde nas fileiras aos "*highlanders*" de Carlos Eduardo, o romântico pretendente que na batalha de Culloden, em 1745, vira se esboroarem tôdas as suas esperanças!

Com essa ascendência, o jovem médico era portador de uma herança na qual estava materializada tôda a impetuosidade nervosa do celta trigueiro, leve, belicoso, ágil, lúcido, dinâmico, brilhante, artista, sagaz, teimoso, agressivo, apaixonado e palavroso. Em simbiose com êsses traços, alguns em maior destaque aparente, o esculápio britânico mostrava, com evidência, outros que recebera da estirpe anglo-saxônica ou da normanda das quais provinha. Ei-lo calmo, silencioso, austero, aparentemente ál-

gido, sem sentimentalismos, sem demonstrações, sem exhibições de estados de alma, metódico, ordeiro, meticoloso, sem familiaridades, louro, de olhar ceruleo, tenaz, paciente, etc., ilhado no mar revolto, que era o borbulhante ambiente paulistano, exibindo, por vezes, vivas manifestações de exuberante sentimentalismo, que se via, em parte, na elite regional apaixonada pelo liberalismo de 7 de Abril! Esse que determinou a Regência e a expulsão do absolutista Bragança.

— V. Reverendíssima deveria formar ao lado de Theophilo Ottoni, o exaltado. Dizia o Dr. Ellis a Feijó.

— A orientação dos liberais radicais, me parece mais coerente com o temperamento revelado por V. Reverendíssima.

— De fato, essa seria a minha orientação se não fosse o Evaristo. Retrucava o padre da Regência.

CAPÍTULO III

UM ROMANCE INEXPRESSIVO

Maria do Carmo da Cunha Bueno era a mais velha dos vinte e quatro filhos do Sargento-Mór Francisco Mariano da Cunha e da então falecida D. Joaquina Angélica de Barros Penteadó, esta trinita de Amador Bueno da Veiga. Êsses dois paulistas tinham seus tópes genealógicos nos primitivos troncos, quase todos se iniciando no Novo Mundo, com os velhos companheiros de Martim Afonso, da sua primeira expedição colonizadora, aqui aportada em 153, em João Ramalho, o patriarca de nossa estirpe, nos chefes indígenas Tibiriçá e Pequerooby, etc. Seus antepassados, nos séculos XVI e XVII, participaram quase todos nas várias epopéias da História de S. Paulo. Ei-los no bandeirismo, domando o poderio dos jesuitas e expulsando para longe os leões de Castela, esmagando Guairá, conquistando Maracajú! Graças a êles foi possível a produção açucareira no Nordeste! Si-los descobrindo ouro nas Gerais, em Cuiabá ou em Goiaz! Ei-los na expansão pastoril, pelo Piauí, por Santa Catarina, etc. Êles povoaram os ermos do "hinterland" luso-americano. Eram de fato paulistas de 400 anos, ou antes, de muito mais! Maria do Carmo, nascida em 1809, em 1822 se casou com Manoel de Castro Moreira, de quem teve dois filhos; mas em 1835 enviuvou, passando a residir com seu pai, que também ficara viuvo nêsse ano, no velho sobrado da rua de São Bento, esquina da rua São João. O Sargento-Mór possuía ainda, grande fazenda de açúcar na Serra da Cantareira, distando cêcad e três para quatro horas da cidade. Aí, nessa fazenda da Cantareira, junto aos alambiques, estavam as senzalas dos negros (que só no setecentismo ingressaram no Planalto, com o aumento do poder aquisitivo e com a paralização do apresamento) etc. Não poucas vezes, ela ia passar uns tempos com sua irmã, D. Maaia Reducinda, casada com José Manoel da Silva, mais tarde agraciado com o título de Barão do Tietê.

Era de vêla nas procissões sempre muito vaidosa e catita, no Largo da Sé, perto de seu pai, o gigantesco sargento-mór Francisco Mariano, cavalgando o seu corcel branco como leite, ajaezado de prata, cujos passos medidos se ritmavam, cadenciados ao som langoroso da música religiosa!

D. Maria do Carmo se sobressaía pelo seu alto e donairoso porte, da multidão que se comprimia, em seguimento aos pátios e andores policrômicos, que carregavam as imagens toscamente esculpidas ante as quais, a população ajoelhada, se embevecia na mística adoração e via desfilar pelas ruas mal calçadas da Paulicéia.

Foi em uma das vezes, que a jovem viuva foi passar uns dias com sua irmã, no extremo da rua Direita, que o Dr. William Ellis, medico da família e muito amigo de José Manoel, teve ocasião de conhecer Maria do Carmo.

Esta, ainda com menos de trinta anos, era realmente bela, na nuance amorenada de sua tez, emoldurada por uma basta cabeleira negra de azeviche, que repartida ao meio, caía livremente pelas espáduas muito brancas, Dois olhos negros grandes e vivos se destacavam, acavalando um nariz ligeiramente aquilino, a denunciar uma remota ascendência semita. Ela tinha estatura, talvez um pouco alta em demasia, pois Maria do Carmo pertencera a uma irmandade de gente do mais elevado porte, tendo seu pai cêrca de seis pés e meio de altura e seus irmãos se medindo nos mesmos limites!

Do conhecimento do médico inglês, à resolução de novas núpcias, o lapso de tempo não foi grande, pois que os dois já eram de idade, que roçava os trinta anos.

Seis meses depois do primeiro encontro na casinha colonial do fim da rua Direita, onde morava D. Maria Reducinda a futura baronesa do Tietê, o jovem par se casava. Isto foi em fins de 1839.

*
* *
*

Dos filhos de Francisco Mariano, Bento e Salvador militavam, desde muitos anos, nas fileiras farroupilhas de Bento Gonçalves, o glorioso centauro das coxilhas. Atraídos ambos pelo aventureoso espírito paulista, que não abandonava a imperterrita gente piratiningana, êles demandaram o sul nos fins de 1835. Iam a chamado de Bento Ribeiro, o sorocabano aventureoso e belicoso, que, nessa ocasião, estava ao lado da causa do Rio Grande. No extremo sulino, os dois irmãos Cunha Bueno fizeram tôda a campanha morrendo violentamente, Salvador poucos dias antes de haver Canabarro firmado a paz com os imperiais, acutilado em um entrevero, em que o gigantesco paulista defendia, com fanatismo, a gloriosa bandeira da República de Piratini; Bento tombara baleado pelos soldados imperiais de Caxias, na

saída de um rancho. Os demais membros da estirpe do violento Francisco Mariano, se espalharam com diversos destinos. (1).

Antônio, foi morto mais tarde, no combate de Venda Grande, lutando como uma fera nas desprovidas e minguadas fileiras liberais do imperecível herói, Boaventura do Amaral, o salvador do renome paulista, pela augusta causa chefiada pelo imortal Brigadeiro Tobias e abençoada pela energia dinâmica de Feijó, o maior paulista dos oitocentos.

João e Tomaz se aprofundaram pelo sertão de Lineira, abrindo novas perspectivas, ante as avançadas do café, cuja onda incoercível ia avassalando o sertão já bem além de Campinas.

Francisco da Cunha Bueno, irmão mais novo de D. Maria do Carmo, nascido em 1830, procurou a lavoura de café, que então se desenhava, promissora, a orbitar em torno da Vila de São Carlos, de Barreto Leme. Moço, dinâmico, de espírito aventureiro, audacioso e herdeiro dos traços psicológicos da velha estirpe piratiningana, Francisco da Cunha Bueno, se fez pioneiro da cultura da rubiácea, que então se extravassava do vale do Paraíba.

Dotado de invejável saúde, Francisco da Cunha Bueno, com o pouco que recebera por herança de seu pai, o velho Francisco Mariano, foi abrir fazenda no sertão de Indaiatuba. Aí já se achava estabelecido, com o mesmo gênero de trabalho agrícola, em pequena escala, ao lado de maior plantio de cana e fabrico de açúcar, o potentado e grande latifundiário José Estanisláu do Amaral, bem como a enérgica campineira D. Ana Joaquina Nogueira, viuva de João Baptista de Oliveira, falecido antes, em 1840, assassinado no sertão de Jaboticabal.

Possuía essa viuva, em sua agradável fazendinha de Indaiatuba, várias filhas solteiras, além da mais velha, já casada em 1842, com Agostinho Camargo, o famoso Agostinho Tibiriçá.

Não demorou muito tempo a convivência de Francisco da Cunha Bueno, no sertão de Indaiatuba, com a família campineira; sem que se resolvesse a pedir em casamento uma das filhas da viuva. Em 23 de Junho de 1851, na Igreja de Santa Ifigênia, em São Paulo, se casou Francisco, com D. Eudóxia H. Teixeira

(1) — Dizem as tradições de família que, Francisco Mariano era tão bravo e violento, que, em sua casa, nem as pulgas se aquietavam, quando êle gritava, e até os cavalos, no pasto fugiam, ao ouvir a voz colérica do velho paulista.

Nogueira de Oliveira, nascida em 1836, no dia 24 de Junho, (“*Oliveiras*”, Barros Brotero).

Casado, Francisco da Cunha Bueno continuou a viver em Indaiatuba, ao lado da propriedade agrícola de sua sogra.

Seus primeiros filhos não viveram, além da infância tenra, até que, em 1859, em São Paulo, na rua Direita, passando Francisco da Cunha Bueno, algum tempo em casa de sua irmã, a Baroneza do Tietê, nasceu sua filha mais velha Sebastiana Eudoxia.

Com o falecimento de sua sogra, D. Ana Joaquina, em 1860, Francisco da Cunha Bueno passou-se a São João do Rio Claro, abrindo fazenda de café e de açúcar, onde hoje tem o nome de Itirapina e nessa época era chamado de Morro Pelado, pela configuração despida de uma eminência, que se destaca, dos campos de Brotas, os quais se estendiam a partir dessa localização.

Rio Claro não era região estranha para os Oliveira, estirpe a qual pertencia D. Eudoxia Henriqueta. Aí, desde 1836, morava seu tio José Estanisláu de Oliveira, o futuro Visconde do Rio Claro. Aí, mais ou menos nessa época, morou seu pai, João Baptista de Oliveira e só por morte dêste, assassinado no sertão de Jaboticabal, é que sua mãe mudou-se para Indaiatuba.

CAPÍTULO IV

O CADETE MOREIRA

O filho de Maria do Carmo e do seu primeiro marido Manoel de Castro Moreira, nascido em 1823, seguiu a carreira das armas. Era, por ocasião do segundo casamento de sua mãe, um jovem de 16 anos de idade, de precocíssimo desenvolvimento, a ponto de parecer ter mais de 20, que se destacavam na máscula elegância com que apresentava o seu esplêndido uniforme verde de cadete. O menino ingressara no exército sob a proteção de Feijó, que conseguira sua fixação em uma das unidades aquarteladas em São Paulo.

A alta estatura do cadete se harmonizava bem com o muscular desenvolvimento de seu tronco, que mais ainda se avultava na sua farda, tôda bordada de alamares, de dragonas douradas, etc. servindo de pedestal para um quepi imensamente alto, que com o tilintar de roçagante espadim, que pendia a esquerda formava um conjunto de especial destaque.

Em 42, por ocasião da sedição liberal, o cadete Moreira esteve nas margens do rio Pinheiros, incorporado às forças do Brigadeiro, mas quando a pacificação pôs termo ao movimento paulista, de novo o cadete fez parte da guarnição do exército localizada em São Paulo. Então, êle, como elemento do Estado Maior, serviu na capital paulista. Turbulento, audacioso, violento, aventureiro e dinâmico, se destacava na cidade pequenina de vinte mil habitantes, por tumultos que promovia, graças à sua força hercúlea e à sua espetacular agilidade.

Conta-se que, certa vez, no teatro, em rixa contra os estudantes de direito, à propósito do General, que não havia se descoberto, o cadete Moreira, sozinho, chicoteou a estudantada tôda! Quem nos conta isso é Almeida Nogueira, no seu "*Tradições e Reminiscências*".

Outra vez, preso pelas autoridades, à propósito de alguma turbulência, fugiu da cadeia, destelhando-a. A cavalo então tomou o caminho do sul e se alistou nas hostes farroupilhas de Bento Gonçalves. O cadete Moreira, assinada a paz, retornou ao exército e aí o encontrou a guerra contra Rosas.

Morreu êle, depois de haver tomado parte na batalha de Monte Caseros a 2 de Fevereiro de 1852, na travessia de um arroio.

CAPÍTULO V

O BERÇO E A INFÂNCIA

Do casal formado pelo casamento do Dr. William Ellis com a viuva D. Maria do Carmo, nasceram em 1847, Guilherme; em 1848, Henrique; em 1850, Alfredo e em 1852, Sophia.

Morando à rua Direita, a vida do médico inglês continuou monótona, como desde 1830, vinte anos antes, quando êle havia aportado à região.

Francisco Mariano da Cunha, já velho, com cêrca de 70 anos, viuvo de sua segunda mulher, D. Joaquina Angélica de Barros, trineta de Amador Bueno da Veiga, falecida em 1833, casou-se pela terceira vez. Dêste ultimo casamento o velho Cunha não deixou filhos.

O último filho do seu casamento com D. Joaquina Angélica de Barros, nascido em 1830, foi Francisco da Cunha Bueno, o futuro Visconde da Cunha Bueno, que, ao falecer sua mãe, ficou com três anos de idade, sendo que, por êsse motivo, foi criado por sua irmã mais velha, D. Maria do Carmo.

Francisco, aos 18 anos, recebeu um corretivo físico de seu pai Francisco Mariano, que se enciumára do filho ser tratado com certa familiaridade pela madrasta, que também era jovem, com cêrca de vinte anos. Por isso, Francisco fugiu da casa do velho Cunha, à rua São João, esquina da rua São Bento, de onde o solar patriarcal e imenso se estendia até à rua de São José (hoje Libero Badaró).

Francisco, na fuga, cavalgou por Sorocaba, Itapetininga e Itararé, chegando ao Paraná, então ainda quinta comarca da Província de S. Paulo, só destacada em 1853, para dar emprêgo ao Conselheiro Zacarias de Goes. Era o último desmembramento, que sofria a outrora ativa região de Piratininga, a dilatada Capitania vicentina!

Dois anos passou incógnito no Paraná, Francisco da Cunha Bueno, até que em 1851, tornou a S. Paulo, já não encontrando vivo seu pai, Francisco Mariano da Cunha. Eis a nova "*Parisina*" dos sertões paulistas! Este morrera em fins de 1850, deixando para seus filhos muito pouca cousa de sua grande fortuna, pois

a sua última esposa açambarcou quase que tudo da grande quantidade de ouro e prata amoadados, então existentes. (1).

Parece que, o Dr. William Ellis não herdou grande cousa, se bem que outras estirpes, como a de D. Maria Reducinda tenham recebido prédios, que há bem pouco tempo, ainda figuravam com os seus descendentes.

Em 1850, como vimos, no dia 19 de Março, nasceu o futuro parlamentar da República, o Dr. Alfredo Ellis.

Na velha casa da rua Direita, essa que fôra a muda testemunha de todo o passado piratiningano, essa que vira nascer, passar pela vida e morrer várias gerações de antepassados do novo morador da sagrada cidade de Anchieta, nascia quem deveria, por três quartos de século, deixar na história planaltina, sulcos bem profundos da sua personalidade extraordinariamente vincada, projetada em cenários de várias naturezas.

A infância do menino, que viera ao mundo pouco antes de falecer seu bravo avô e antes da morte de seu irmão mais velho, o turbulento cadete Moreira, decorreu placidamente, como a de todos os meninos em São Paulo (2). Acalentado, a princípio, pelos carinhos maternos, sempre em mistura com os falatórios, que eram a distração feminina em São Paulo, grande aldeia, sem meio social e inteiramente dominada pelos estudantes de direito, que constituíam importante proporção da população, ao nível intelectual da qual êsse elemento se sobrepunha.

O menino do Dr. William não saía da casa de sua tia D. Maria Reducinda, a Baroneza do Tietê, sua madrinha Silvinha, como era chamada na intimidade, cujo marido José Manoel da Silva era deputado provincial e, em 1854, fôra feito Barão do Tietê.

(1) — Segundo uma tradição de família a morte rápida do Cunha velho, está envolta em mistério, do qual não pareceu estranha a sua 3.^a, esposa, ainda em plena juventude!

(2) — Desde as mais tenras idades, já Alfredo revelava grande e nítido espírito de independência e altivez, em mistura com elevado índice de individualidade. Tôdas as vezes que era castigado o seu espírito altivo se revelava em audaciosas manifestações de auto determinação, que enfrentava a força física de sua Mãe, que ficava impotente, ante a tenacidade e o estoicismo bravo do menino, que não dobrava jamais a sua fogosa vontade.

São Paulo, de fato, não oferecia cenário cultural de uma cidade, pois era minúscula, com seus 25.000 habitantes, todos êles de baixo nível intelectual. O Dr. William não encontrava ambiente para trocar idéias, tal era a pobreza da cidade, em matéria de elite. Local, onde se havia estabelecido a Faculdade, com cêrca de 600 a 900 alunos, São Paulo tinha assim na sua população uma elevada porcentagem de elementos estudantinos, que mantinham estreito contacto com a cultura clássica, que não era similar a que possuía, em elevada dóse, o médico e naturalista inglês. Êste, ilhado em tal meio, se isolava, tendo como único derivativo dessa situação, uns poucos e resumidos encontros com ingleses, ferroviários e construtores da nova linha da S. P. R., quase todos de posição inferior, com os quais jogava cartas. Além disso, o círculo de relações sociais do médico inglês se limitava à roda, na qual formavam o Barão do Tietê e seus amigos como o Brigadeiro Tobias, Feijó, Paula Souza e outros.

CAPÍTULO VI

A VIAGEM

Em 1864, depois de haver feito, em São Paulo, os primeiros estudos, principalmente os de latim, do vernáculo e de história da humanidade e de haver revelado acentuados pendores por assuntos intelectuais, foi enviado aos Estados Unidos, para realizar o seu curso médico, o jovem Alfredo Ellis.

Então ninguém em São Paulo havia ainda estudado na grande república do hemisfério norte, cousa que depois dessa época foi costumeira. O espírito liberal democrático, que se respirava no Brasil, nessa ocasião, não era filiado ao oriundo da declaração da independência de 1776, mas sim surgido da Revolução francesa, que como um furioso vendaval açoitava a Europa, em mistura com o esgalhado do velho liberalismo britânico, que tanto influenciou o novo país, na primeira metade do século XIX. Alfredo Ellis iria ser, pois, um pioneiro da mentalidade norte-americana em São Paulo, sem embargo de proceder proximalmente de autêntica cêpa britânica. No início da sua demanda aos Estados Unidos, o jovem paulista, deveria ir a Santos, de onde partiria o navio que o conduziria a Philadelphia. Era um belo veleiro de cinco mastros que deveria fazer o percurso em dois meses de viagem. Ainda que, nessa ocasião já fosse comum a navegação a vapor, a qual desde 1836, era conhecida em Santos, o meio de comunicação marítima à vela, ainda era o mais usado.

O percurso até Santos, era feito pelo caminho, que fôra construído por Nicolau Vergueiro, em 1847, quando êsse agricultor de vistas largas e de dilatados horizontes, dera início na Província de São Paulo à colonização, da qual ainda hoje há vestígios na sua Fazenda de Ibicaba, em Limeira. Era a chamada "estrada da maioridade".

Essa estrada vinha substituir na descida da Serra, o velho caminho, chamado calçada de Lorena, usado até então pelo Planalto paulista, nas suas relações comerciais com o litoral.

Até o Alto da Serra, o caminho era o mesmo, o que acontecia com o percurso de Cubatão a Santos. Nessa localidade, na foz do Casqueiro, entupido pelo lodo que escorria do mangue, estava ancorado o "Santa Maria", cujos altos mastros se viam de longe, a dominar os tetos baixos da cidade, que se erguia, minúscula, com seus parcos 8.000 habitantes, à margem sulina do estuário.

Alfredo Ellis fôra acomodado em um beliche de quatro camas, à meia náu. O navio logo enfunou o seu níveo velame e se pôs em movimento, galgando o alto mar, em direção ao norte. Tempestades, máus tempos e vendavais açoitaram o barco, que pejado de carga constituída por café, demandava donairosamente os Estados Unidos. Nos primeiros dias de Janeiro, em 1865, o “Santa Maria” depois de uma longa viagem de três menses, subindo o estuário do Delaware, lançava âncora em Philadelphia, no Estado de Pennsylvania. Nessa cidade, no porto, esperava o jovem estudante paulista, o Dr. Renner, um norte-americano de origem alemã, que estivera em São Paulo. Conduzido em carruagem, para a residência do Dr. Renner, Alfredo Ellis conseguiu lugar em modesta pensão nas cercanias da Universidade de Pennsylvania, onde se inscreveu no curso médico.

Nessa ocasião, os Estados Unidos assistiam o fim de uma grave crise político-social: a guerra civil. Vejamos o que foi ela, desde suas causas. Eu me vejo obrigado a analisar, com certa profundidade, o ambiente psicológico norte-americano de então, fortemente influenciado pela questão entre os Estados do Norte e os do Sul dos Estados Unidos, porque êsse ambiente foi o molde psicológico, onde se forjou toda a personalidade do futuro parlamentar paulista, que no decorrer de toda a sua vida, sempre evidenciou indelevel influência do liberalismo “yankee”.

CAPÍTULO VII

A GUERRA DE SECESSÃO NOS ESTADOS UNIDOS

Em 1584 o cavaleiro Walter Raleigh, um dos mais elevados expoentes da eficiência eugênica, que o século XVI produziu, iniciou, com retumbante insucesso a colonização da Virginia, essa costa da América do Norte, entre os Apalaches e o Atlântico.

Para essa região norte-americana, que a Inglaterra reivindicava estribada na viagem de João Caboto, Raleigh levava aventureiros, que não lograram se firmar em solo do Novo Mundo, não fixando aí nem um só estabelecimento firme.

Foi só em 1606 que Jacques I, Stuart, dividiu a América inglesa em duas partes:

a) a do *Norte*, chamada de Plymouth e mais tarde Nova Inglaterra, com oito colônias diversas: de Providence, New Plymouth, de Massachussets, de Rhode-Island, New Hampshire, de New Haven, do Maine e do Connecticut.

b) a do *Sul*, chamada Virginia, que mais tarde formou as duas Carolinas, a Pennsylvania, a Maryland e a Georgia, com cinco colônias, portanto.

Essas duas regiões eram perfeitamente nítidas, as separando várias diferenças, as quais eu procurei resumir. Eis as diferenças principais, além de outras:

a) geográficas, das quais a climática, com tôdas as suas conseqüências e a relativa extensão territorial, pois a Virginia possuía uma área muito maior do que a Nova Inglaterra, que se comprimia entre os Grandes Lagos, o rio Hudson e o Atlântico.

b) as causas da emigração da Inglaterra, pois a gente que foi para a Virginia foi espontaneamente, enquanto que a que foi para a Nova Inglaterra foi constrangida.

c) a qualidade, ou antes a espécie de gente que foi para a Virginia era saída da aristocracia britânica e anglicana de religião, enquanto que a que foi povoar a Nova Inglaterra era saída da massa popular da Inglaterra e portanto democrata e de religião presbiteriana.

d) a massa de habitantes da Nova Inglaterra era presbiteriana, seguindo a tradição dos "*pilgrims fathers*", enquanto que os virginios eram anglicanos.

Dessas diferenças, se originou uma tal diversidade de formação, que as respectivas almas de cada uma dessas regiões foi elaborada com atributos os mais diversos, de maneiras a apresentarem perfis os mais contrários e antagonicos até, sob alguns

aspectos. Assim, havendo diferenças geográficas, os produtos de cada uma dessas regiões tinham que se diversificar, com o que as respectivas economias se constituíram, de modo a elas se fazerem muito diferentes. Eis que as colônias do Norte possuíam um clima frio e úmido, semelhante ao europeu! Com isso, os vegetais aí cultivados eram mais ou menos idênticos aos da Europa, pois os climas, pelas suas linhas, em matéria de temperatura, umidade, pressão barométrica, etc., são os responsáveis pelos respectivos regimes econômicos, onde eles imperam.

O clima imperante nas colônias do Sul, era ao contrário, profundamente diferente, com o que os vegetais aí cultivados tinham que ser diferentes. Foi o que se deu.

Mas, temos muito mais, a respeito de diferenças climáticas.

O cultivo de cada espécie vegetal impõe um determinado tipo de propriedade. Nas colônias, onde imperava o clima frio e onde se cultivavam cereais próprios desses climas, tais como o trigo, a aveia, o centeio, o lúpulo, a cevada, etc. havia a pequena propriedade, que era como uma jardinagem.

Ao contrário disso, nas colônias do Sul, os vegetais cultivados (e outros não o poderiam ter sido) impunham a grande propriedade, a qual, por sua vez, causava o patriarcalismo e o regime escravocrata. Corroborando nessas conseqüências, temos que, as colônias sulinas dispunham de maior superfície territorial cultivável, em virtude da inclinação dos Apalaches, relativamente à costa Atlântica. Assim, com mais essa causa geográfica, foi fácil se localizar e se consolidar no sul, a grande propriedade, enquanto que o norte se repartia na pequena propriedade, como vimos. Além disso, temos que, as causas *b*, operando com energia, militavam em que os colonizadores do sul tomavam por força, uma coloração especial, em absoluta divergência com as que se firmaram no Norte, divergencia essa que se sincroniza com as que, eram oriundas das causas *a*, as acentuando e concretizando melhor. Além disso, temos que os moradores do Sul eram de origem aristocrática, de preferência os “*secundões*” das grandes famílias inglesas, êsses que haviam emigrado da Inglaterra, não em virtude de religiões, que não fossem a dos Stuarts, mas sim devido ao direito sucessório inglês, que os privava da herança paterna, a qual só caberia ao filho mais velho. Além desses “*secundões*”, o sul se beneficiou com a emigração dos “*cavaliers*”, que eram os partidários da realeza na Inglaterra, contra os que emigraram para as colônias do Norte, que eram, preferencialmente, partidários dos Parlamentos. Em virtude disso, os colonizadores do Norte seriam democratas e plebeus,

individualistas e futuramente protecionistas, enquanto que os colonizadores do Sul eram aristocratas e membros das casas fidalgas e da nobreza inglesa. Isso coincidia admiravelmente, com as divergências oriundas das causas *a* e *b*, além do que casualmente acontecia que, os colonizadores do Sul eram anglicanos, enquanto que os do Norte eram presbiterianos.

Em síntese, dessas causas se originaram dois tipos sociais, estabelecidos ao Norte e ao Sul da América inglesa, os quais se animavam por dois espíritos, que, não só eram diferentes, como até antagonísticos, sob muitos aspectos.

Esses dois blocos, de coloração, consistência e densidade tão diferentes, não se ligavam por vias de comunicações muito numerosas. A via terrestre, entre esses dois blocos de colonização era impraticável, pois a selva bravia de uma mata espessa, se interpunha, isolante, entre eles. Nem sequer um caminho tortuoso, frágil e tosco se via, serpenteando, entre essas duas regiões anglo-americanas. Só a via marítima, deficiente, através de um litoral tempestuoso, servia de ligação difícil entre essas duas regiões, que, assim isoladas, cresciam de dentro para fora, recebendo da Inglaterra transatlântica, alguns elementos para as respectivas sedimentações.

Grande semelhança, sob o ponto de vista da situação em isolamento uma da outra, em reciprocidade, apresentavam as partes da América inglesa, com a que se evidenciava na América portuguesa, em que o Nordeste se via em isolamento recíproco, em relação ao Sul brasileiro. De fato, só a precária, ronceira e lenta via marítima servia de ligação entre os núcleos lusos na América. Essa situação fazia com que essas regiões anglo-americanas, as quais, como as luso-americanas só tinham comunicações eficientes com as respectivas metrópoles europeias, evoluíssem separadamente, se desconhecendo e gerando espíritos diferentes e estranhos uns dos outros. Foi assim que a Virgínia se desenvolveu economicamente muito mais que a Nova Inglaterra. No Brasil, o contraste econômico, entre o opulento Nordeste e o misérrimo Planalto, ainda foi mais acentuado! E' que a Nova Inglaterra, apesar de suas desvantagens climáticas, estava a uma mínima distância da Metrópole, de modo a receber dela um grande bafejo financeiro, demográfico, psicológico, etc. enquanto que o Planalto paulista, se isolava não só geograficamente, mas também psicologicamente, graças à maior distância, como também aos obstáculos de natureza topográfica. A menor distância da metrópole europeia fez com que a Virgínia tomasse um desenvolvimento econômico, financeiro e demográfico, semelhante ao

do nosso Nordeste, sem embargo dessa região anglo-americana não possuir a base econômica da grandeza do açúcar, que era o padrão no qual se alicerceava a opulência do Nordeste brasileiro (é preciso notar que o algodão na Virginia só teve magnífico vulto monopolizador e causador da riqueza financeira, a partir de 1750, enquanto que o açúcar nordestino atingiu o auge da sua produção um século antes).

Apesar de sua imensa pujança econômico-demográfica, a Virginia não erigiu e até hoje não apresenta núcleo urbano de vulto proporcional à sua importância. A mesma cousa se pode observar no nosso Nordeste que, além de Olinda e Recife não erigiu nenhum grande agrupamento cidadão. Enquanto isso, na Nova Inglaterra, surgiam os primórdios das grandes cidades, das quais se faz mister destacar Boston, Concord, etc. E' que a feitura econômico-social de cada povo, causa ou não, a concentração das populações nos centros urbanos ou no meio rural. Se, por ventura, no Planalto não tivemos êsse fenômeno evidenciado nos grandes centros urbanos, é que os recursos demográficos da região não comportavam grandes agrupamentos cidadãos.

Apesar da disparidade de formação social, econômica e psicológica, as duas regiões da América inglesa tiveram evolução paralela, isto é, ambas caminharam na senda da gestação e do desenvolvimento de espíritos próprios e regionais. As duas regiões tiveram a criação de almas diferentes entre si, contudo mais diferentes ainda que a da Metrópole.

Seria natural que isso se desse! Os imigrantes, êsses, que haviam se estabelecido nas Treze Colônias, nos primórdios do seiscentismo, ainda teriam as respectivas mentalidades com base nos complexos psicológicos, que haviam trazido da metrópole inglesa. Ainda que ressentimentos de várias ordens, muitos dos quais os haviam obrigado a se expatriar, ainda que êles mantivessem com os então governantes da Metrópole, dissentimentos azedos, arestas intransponíveis, intransigências rígidas, intolerâncias teimosas, etc., êles se mantinham fieis à velha Inglaterra. O espírito britânico lhes iluminava o cérebro, lhes animava os corações, etc. Eram os motivos ingleses, que lhes enalteciam a vida, dando à essa gente proscrita por uma imigração constrangida ou voluntária, os grilhões, que a prendiam à nacionalidade. Eram as cenas dessa brumosa Albion ou dessa verde Erin, ou ainda dessa enrugada Caledônia, que enterneciam os sentimentos puros dos "*Pilgrims Fathers*" ou dos "*Virginians Pioneers*": Êsses eram britânicos! Seus filhos porém, já deveriam ter psicologias diferentes! Uma outra sentimentalidade lhes vi-

braria os corações. Outros motivos, outras causas, outras razões, se casavam em seus cérebros, formando outros complexos de idéias e de sentimentos, os quais não podiam deixar de ser gerados pelo Novo Mundo! Apesar disso, porém, uma tendência britânica, sedimentada nas respectivas almas, ainda não deixava o Novo Mundo sorver completamente a segunda geração de povoadores. A outra geração, isto é, a terceira, formada de netos dos ainda vivos imigrantes recrudescera essa linha evolutiva. Então, o espírito americano estaria muito mais adiantado e a segregação deles, em relação à Metrópole, estaria muito mais avolumada. Mas, a nova terra não teria ainda absorvido inteiramente o espírito dos colonos. A quarta geração destes, composta de elementos os quais teriam vivido, entre 90 e 120 anos, depois do início da América inglesa, naturalmente ainda teria feito subir muito essa absorção pela terra, mas o fruto ainda não estaria completamente maduro. Isso só deveria acontecer no período de tempo da quinta geração de colonos, que viveram de 120 a 150 anos, depois do princípio da colonização das Treze Colônias. Isso teria sido mais ou menos em 1760. Essa quinta geração, pois, ante o pretexto que se apresentou, e que constitui um motivo aparente e imediato, deflagrou o movimento, que determinou a separação das Treze Colônias e a consequente formação dos Estados Unidos.

Assim, dêsse eventos, podemos concluir que, embora na terceira geração já se tenha dado a assimilação, só na quinta geração essa assimilação se faz tão sólida, que determina um movimento político, de tal maneira descêntrico, que chega a atingir as raías de segregamento e de criação de uma pátria nova. Há, entretanto, um fato, em comparação ao que se teria dado no Brasil, que está mostrando eloquentemente uma disparidade, a qual deve ser anotada. E' que, nas Treze Colônias, 150 anos depois do início do povoamento o fato psíquico da separação se deu, enquanto que no Brasil, isso só aconteceu 300 anos depois. À primeira vista, pode parecer que o caso brasileiro desmente a regra, entretanto êle a confirma, bastando, para isso, concluir uma simples inspecção honesta, pela nossa História. Esta apresenta situações que as 13 Colônias não conheceram. Apesar das disparidades entre as duas partes das Colônias, isto é, da Virginia e da Nova Inglaterra, devido as diversidades apontadas nas respectivas formações, ambas tenderam, ao cabo de 150 anos, às mesmas diretrizes contra a Metrópole. Os dois blócos coloniais, então nesse meiado do século XVIII, dispunham de alma própria e tinham atingido importante nível de desenvolvimento material.

Ambos objetivavam o mesmo alvo, isto é, tinham em mente a separação da mesma Metrópole inglesa. Assim, com as mesmas diretrizes evolucionais essas duas diferentes regiões, mas objetivando o mesmo fim, se ligaram estreitamente. Foi mais uma ligação de simples aliança momentânea do que uma sólida, concreta e permanente união política, formadora de um novo país. Daí a primitiva Confederação de 1781, a qual não tinha séde, com um govêrno central e o seu chefe era um general, comandante das tropas aliadas, contra a Metrópole inglesa, que, na sua cegueira, não soube manter com os coloniais americanos uma conduta unvida de cordura e bondade, que devem ser as armas da inteligência. Só mais tarde, em vista da precaridade do laço confederativo, os dois blócos colonais da América inglesa, ainda sob a ameaça da Metrópole, consolidaram a sua ligação, com um govêrno central, o qual passou a ter o nome de Federação. As colonias, porém, conservaram a sua autonomia e o nome de Estados (isto é países) foi estabelecido na Constituição Americana (Laboulaye, "*Histoire des Etats Unis*"). De momento, dois blocos heterogêneos se uniram para fazer frente ao perigo comum, que a ambos ameaçava tragar. E' preciso, porém, nunca se esquecer que êsses dois blócos não eram homogêneos, pois, mesmo depois da separação da Metrópole inglesa, êles continuaram desligados, entre si, sob vários pontos de vista e apenas, entre êles havia uma união político-administrativa, mas não uma união social, psicológica, sentimental, econômica, etc. Por certo, ambos êsses blocos de várias Colônias eram etnicamente da mesma origem, falavam o mesmo idioma, mas não tinham a mesma formação social, não obedeciam aos mesmos costumes, não seguiam os mesmos ritmos de vida, não rezavam pelo mesmo credo religioso, não se enterneciam e não vibravam suas cordas sentimentais, tangidos pelos mesmos motivos, como não se amparavam nos mesmos esteios econômicos, etc.

*

* * *

Depois da independência, êsses dois blócos norte-americanos não se homogênzaram. Para que isso se desse, seria preciso que houvesse mais comunicações entre êles, de modo que as respectivas mentalidades e as sentimentalidades se misturassem e, com isso, se bitolassem no mesmo diapasão. Para que isso se desse, seria preciso que as ligações terrestres entre êsses dois blócos fossem traçadas com a direção norte-sul, de modo a romper os obstáculos naturais, que as regiões florestadas, enrugadas

pelas serranias, cortadas por inúmeros rios, ofereciam à intercomunicação dos dois blócos citados. Estes, em caso contrário, continuariam estranhos um ao outro. Infelizmente, essas ligações, acima mencionadas, não foram realizadas. Os dois blócos, outrora coloniais continuaram a viver paralelamente, embora correndo na mesma direção, porem não se misturando. Apenas os ligava a união político-administrativa, mas socialmente, psicologicamente, economicamente, etc. os dois blócos continuaram sem se ter soldado. Comunicações terrestres não se fizeram. A Nova Inglaterra e a Virginia continuaram ligadas apenas pela via marítima. A expansão dessas duas regiões se fez não na direção norte-sul, como seria mister, mas sim na direção leste-oeste. Os focos de povoamento e de civilização do norte e do sul, continuaram sem se comunicar, mas logo atingiam o Pacífico, com seus respectivos tentáculos. As estradas, nessa aurora da estrada de ferro, em vez de serem extendidas do norte para o sul, para infundir a mentalidade de um no outro, para misturar as duas almas, para diluir um no outro esses dois nódulos, que vinham, rígidos e amuralhados, desde os velhos tempos da Virginia e da Nova Inglaterra, foram alongadas na busca anciada de terrenos auríferos da Califórnia, da ubertiosidade do Oregon, ou das terras promissoras dos algodoads do Texas, ou dos campos do Colorado, ou do Arizona, ótimos para o gado e para o pastoreio.

O Sul continuou nas suas linhas mestras da grande propriedade algodoeira, mantendo a sua rebrilhante aristocracia rural, nas suas grandes propriedades patriarcais das Carolinas, cercadas sempre por um cálido ambiente escravocrata, que se aquecia nos ares tropicais da Georgia. Assim, esse Sul tinha que ser livre-cambista!

O Norte tambem permaneceu apegado às suas diretivas, traçadas ainda nas épocas coloniais. Aí se via o mesmo puritanismo, a mesma pequena propriedade, o mesmo individualismo, o início do industrialismo, o mesmo idealismo utópico, etc. Disso, esse Norte tinha que ser protecionista!

O Oeste havia crescido e se ampliado à custa do prolongamento horizontal dessas linhas, que marcavam, até então, a expansão das velhas colonias da Nova Inglaterra e da Virginia. Com isso, os Estados Unidos foram se formando em um país que era diferente dos demais, pois que o hábito tinha incrustado nas nossas mentes o delineamento de países perfeitamente homogêneos e unificados no cadinho de um só espírito, como a Inglaterra, Portugal, a Holanda, França, etc. O grande e novo país

norte-americano era uma série de regiões diversas, conju-
gadas, apenas pelo laço político, o qual se tornou mais só-
lido, em face dos fatores adversos, que todos tinham que en-
frentar. Foi assim, que, os Estados Unidos chegaram aos meia-
dos do oitocentismo. Então, como sempre até essa época, a Vir-
ginia vinha preponderando na federação norte-americana. Era
a mola econômica produzindo consequências de natureza varia. A
agricultura algodoeira, agora aumentada pelo aproveitamento do
Texas (desde 1845, incorporado aos Estados Unidos) opulen-
tava com enormes caudais de ouro (que o algodão vendido à
Inglaterra mecanizada trazia para o país). A indústria da fila-
tura e de tecelagem na Inglaterra, comprava da Virginia a ma-
téria prima a qual a alimentava. Era quasi um monopólio que
beneficiava a Virginia que, então, nadava em ouro. Com isso, o
bloco sulista dos Estados Unidos passou por uma fase de
imensa prosperidade, enquanto que o bloco do Norte se
orientava na senda da indústria, aproveitando as vantagens que
um sub-solo opulento lhes proporcionava. Mas, em razão desses
eventos, as orientações e as situações dessas duas partes norte-
americanas persistiam no mesmo antagonismo. Uma se proje-
tava decididamente no campo agrícola da produção intensa de
u'a matéria prima, que era exportada em bruto para alimentar
a industria inglesa, a qual retribuía em ouro, as compras que fa-
zia na Virginia, que recebendo anualmente injeções fartas desse
metal, via enriquecer esplendorosamente a sua velha aristocracia
rural, que continuava escravocrata, patriarcal, esparramada nas
grandes propriedades senhoriais da Virginia propriamente dita,
do Maryland, das Carolinas, da Georgia, do Mississippi ou do
Alabama, ameaçando se expandir pelo Tennessee, Luisiania,
Texas, etc. O resto do país eram os estados do Norte, engrossa-
dos pelos centrais que pouco exportavam, pois os pobres pesca-
dores se industrializaram e, produzindo os mesmos artigos
fabricados no Europa, pouco vendiam para fora do país e,
com essa norma econômica, não traziam ouro para a economia
da Nação. A produção industrial era quasi toda consumida pelo
sul agrícola e rural. Com esses delineamentos, o Norte se indus-
trializando, teve um súbito aumento demográfico com uma pro-
porcional urbanização e por isso protecionista, querendo parado-
xalmente obrigar a nação toda, a esse regime.

A imigração, aos borbotões aumentou-lhe a densidade e essa
imigração, principalmente teuta, escandinava, eslava, irlandesa
ou italiana foi concentrada nos grandes centros urbanos, como o
de Nova York, Chicago, Philadelphia, Boston, Pittsburg, Minea-
polis, Saint Paul, Albany, Buffalo, Cincinatti, etc.

Enquanto isso, o sul agrícola, isolado, permanecia fiel à sua tradição inglesa, aristocrático e livre cambista, ruralizado, sem grandes cidades, sem grandes núcleos, pois a sua população crescera de dentro para fóra. Eram nítidamente as águas de um rio, a correr na mesma direção, sem que se misturassem. Os dois blocos que não se fundiam, viviam um ao lado do outro, mas não perdiam as respectivas individualidades e mantinham ativos os seus espíritos, as respectivas sentimentalidades, os costumes e os seus problemas econômicos, etc.

Como vimos, o Sul tinha tódá sua economia, tódá sua formação social, tódá a sua estrutura psíquica, tódas as suas normas de vida, estribadas no trabalho escravo, portanto, no africano.

O Norte, pelo contrário, era extraordinariamente individualista, excessivamente democrata, utópicamente liberal e sobretudo, protecionista.

Essas duas mentalidades tinham que se chocar. Dificilíma seria a acomodação dessas duas formações, dentro das raias fronteiriças de uma nação. O Norte foi intolerante! Eis que, em meados do século XIX, surge no cenário do mundo o problema da libertação do negro escravo, cousa alimentada pelo pieguismo reinante, então em seu auge, na humanidade do século XIX. Esse problema iria provocar o dissídio.

Fazia-se muito complexo o problema do escravo nos Estados Unidos. Sim, porque o govêrno central, abolindo a escravidão em todo o território da União, iria provocar nos Estados a perda de grande parte de sua propriedade patrimonial, de modo desigual. Sim, desigual pois a União iria prejudicar justamente esse sul, que lhe fornecia ouro, pelas suas abundantes exportações de produtos agrícolas tropicais. Era uma situação premente, pois o espírito da época, que saturava o ambiente, era de um rançoso e piegas liberalismo utópico, que exagerava ao mais alto ponto a igualdade, o sentimentalismo romântico e o humanitarismo pouco inteligente, sub-estimando, também as condições do servilismo, com absoluta despreocupação das regras econômicas científicas, como do abandono o mais lamentável do realismo. Esse espírito sentimental, que empolgava então o cenário da civilização, encontrou guarida entre os descendentes dos velhos puritanos localizados na Nova Inglaterra.

Lincoln, apesar de ter nascido alhures, era o expoente magno desse ambiente utópico, ao qual se filhava a humanidade de então. Como se vê pelo seu prenome bíblico, Abraham Lincoln era de origem "yankee", dessas plagas místicas do Massachusetts, de New Hampshire, ou da Old Providence. O espírito rígido do puritano asceta e misterioso, inamolgável, havia se apo-

derado dos dogmas da Fraternidade, Igualdade e Liberdade, os ampliando enormemente, anti-liberalmente os querendo impor a todo o país, ainda que viesse sacrificar o âmago da sua economia. Isso não importava, uma vez que ficasse satisfeito êsse espírito liberal democrático, alambicado e elevado ao auge de infinita potência, pelo sectarismo intolerante da Nova Inglaterra! Êles não percebiam que a intolerância truculenta que manifestavam feria de morte a liberdade dos demais habitantes dos Estados Unidos. Êles, na cegueira fanática que patentearam se esqueceram que a liberdade deve cessar onde ela vai cercear a liberdade de outrem. Sim, porque impor uma medida que iria ferir os interesses materiais de outrem, não é agir com espírito liberal.

Eis como paradoxalmente Lincoln, levado pela sua intolerância medieval, agia em contrario aos princípios liberais, os quais êle se propunha defender como campeão! E' que, êle, para libertar o negro se propunha escravizar o branco. Para a solução do problema da libertação dos escravos nos Estados Unidos, eu só vejo duas soluções equitativas:

1.º) a libertação indenizada (era aliás o que propugnava para o Brasil os republicanos brasileiros). Esta forma de libertação conciliaria os pruridos adocicados do pieguismo da época com o realismo da economia, fazendo com que o onus da libertação recaísse equitativamente sobre tôda a Nação. Seria a solução mais justa, mesmo porque, não seria só o Sul a ser imolado economicamente.

2.º) a manutenção da escravidão nos Estados que não quisessem libertação e fosse abolida apenas nos que achassem que o espírito de fraternidade universal deveria predominar sobre o realismo econômico. Cada Estado que vivesse, pois, de acordo com a sua vontade. Esta seria a solução mais liberal, pois respeitaria a vontade de todos. Cada Estado legislaria sem intromissão da União, que não deveria impor uma norma rígida, inamolgavel para partes desiguais. Seria melhor atribuir à parte interessada, legislar sobre a matéria, que só indiretamente interessava ao todo.

Nenhuma dessas soluções foi adotada.

Isso nos leva a crer que havia o propósito deliberado de abater o Sul livre cambista e que o caso da libertação do escravo negro foi apenas o pretexto que encobria as verdadeiras intenções. Nesse caso, Lincoln teria sido um gênio idealista, cuja cegueira, causada naturalmente pelo fanatismo que o imbuia, teria servido de instrumento, manobrado pelos interessados, contra

a Virgínia. Esta teria sido vítima além de tudo, de sua imensa prosperidade econômica. Tivesse a Virgínia verificado isso, ter-se-ia preparado, tomando contra-medidas oportunas, de modo que a luta fosse travada em melhores condições para ela.

Esse aspecto da questão não escapou a Alfredo Ellis que mais tarde, no Senado da República, pronunciou as seguintes palavras.

“ Na América do Norte a lição foi tremenda e devemos aproveitá-la. Não foi tanto a escravidão nos Estados Unidos da América do Norte que produziu a guerra de Secessão. Foram os interesses financeiros, envoltos na questão do proteccionismo que, se por um lado enriqueceu o Norte industrial, por outra empobrecia o Sul, região agrícola.

Aquela Nação passou por essa prova deixando seus campos regados com o melhor sangue de seus filhos, após a mais tremenda guerra civil que tem havido no mundo. E, se não fosse o grande e alto critério de Abrahão Lincoln talvez tivesse soado a última badalada da União e hoje, em lugar de uma Nação poderosa, era bem possível que existissem várias republiquetas naquele hemisfério ”.

*

* *

Em meados do século XIX, o Sul, isto é, os Estados originados da antiga Virgínia, como já disse noutra parte deste trabalho, exportavam cerca de 2/3 do total da União norte-americana. Era o algodão que ia alimentar as indústrias inglesas mecanizadas do Lancashire! O Norte, isto é, as regiões que antes faziam parte da Nova Inglaterra, ainda não haviam levado às grandes proporções o seu parque industrial de filaturas e de tecelagem do algodão, de modo que, a quase totalidade da produção algodoeira da antiga Virgínia se encaminhava para além-mar, em troca da qual voltava de lá, uma verdadeira corrente de ouro. Assim, o Sul era livre-cambista, enquanto que, o Norte desejoso de proteger o seu parque industrial nascente, era fortemente protecionista. Como agir a União, com uma legislação que contentasse essas partes tão antagônicas e todos esses interesses contrários? Como deveria agir o centro nessa emergência? Parece que o Sul, com isso, teria excitado no Norte pouco afortunado e protecionista, uma certa animosidade. Daí a guer-

ra de Secessão, pois que não houve conciliação, tendo a luta se iniciado em Abril de 1861, com as Carolinas, desfaldando a bandeira da separação.

Interesses econômicos contrariados teriam sido o motivo dessa guerra civil e não a abolição da escravidão, que apenas teve lugar, definitivamente, em 1865.

*
* *
*

Então, a população total dos Estados Unidos subia a 31.443.000 habitantes dos quais 22.000.000 ficaram com a União, isto é formaram com o Norte, em torno de Abraham Lincoln, com a cidade de Washington por capital e apenas 9.443.000 habitantes abraçaram a causa dos confederados sulistas, tendo como presidente da Confederação, Jefferson Davis, com Richmond, na Virginia, como capital. Dêsses 9 milhões e meio de habitantes, três milhões e meio eram negros escravos, restando apenas 6 milhões de habitantes brancos. O Norte tinha cêrca de 5 milhões de homens em idade militar, enquanto que o Sul só podia dispor de um milhão. Era uma superioridade numérica esmagadora! Não admira que o Sul tenha sido vencido! O que me enche de pasmo é que êsse Sul, graças às qualidades homéricas, que pôs em cena na luta tremenda que travou, tenha resistido por 4 anos, com um denodo que nos maravilha. De fato, o Norte de Lincoln teve de lançar mão de dois milhões e seiscentos mil homens, isto é, 3% de sua população, enquanto que o Sul mobilizou um milhão de homens, isto é, 12% de seu total e 16% de sua população branca. Vê-se bem por aí a enorme desproporção numérica, em favor dos “yankees” que tinham, além disso, muito maiores recursos industriais, podendo fabricar material de guerra que precisassem, enquanto que o Sul, composto de Estados agrícolas, nada podia fazer, neste sentido, pois todo o organismo industrial da Nação estava no Norte. E’ verdade que, a respeito da população, o Norte levava enorme vantagem quanto à quantidade, mas o Sul contrabalançava êsse desequilíbrio no tocante à qualidade pois o sulista, agrícola e rural, era muito mais rude e treinado do que o “yankee”, industrial e urbanizado, sem hábitos de enfrentar a natureza. Mas, o Norte, além do que acima eu mencionei, ainda possuía o domínio marítimo e todo o material naval. Essa vantagem foi, a meu vêr, decisiva, pois o Sul foi bloqueado e além de sofrer a estratégia do inimigo, que pôde dominar o Mississipi, não conseguiu mais exercer o seu comércio exportador, isto é, fi-

cou privado de vender o seu algodão, o qual representava 2/3 da exportação total do país, antes da guerra e de importar material de guerra, que seu algodão poderia ter conseguido.

*
* *
*

O resultado da pugna não poderia ter sido outro. Com a subida do Mississipi pelos navios de Farragut, estava decidida a peleja, apesar da grande superioridade qualitativa de Lee e de Jefferson Davis, sem embargo a bravura de Stonewall Jackson, de Johnson, ou de Beauregard, ou das vitórias monumentais de Bull Run, de Chancellorsville, ou de Fredericksburg, onde milhares de bravos sulistas caíram para sempre, na defesa de suas posses, de suas famílias e do solo sagrado de seus Estados.

E' bem conhecido o desenrolar dos sucessos que acarretaram a derrota do Sul. Esse bloco de Estados chamados Confederados, ficou completamente esmagado. O objetivo dos "*yankees*", isto é, a destruição da velha aristocracia do Sul, da pujança econômica da antiga Virginia, com o estabelecimento do protecionismo, foi amplamente atingido. As velhas mansões senhoriais, com suas casas apalaçadas, o tratamento de suas gentes, o lustre cultural de suas brunidas populações, o garridismo de suas cidades, o vulto gigantesco de suas plantações de algodão, foram completamente destruídos pelos alicerces. O liberalismo do Norte não deixou pedra sôbre pedra! O Sul antes tão brilhante, com sua pujante aristocracia rural e com o pêso formidável da sua opulenta economia, foi transformando em "*terra queimada*", que marcava um imenso e lúgubre deserto, recortado de ruínas apavorantes, causado por Atilas que nada poupavam, para realizar a satisfação de sua ferocidade insaciável e odienta. O arrazamento brutal do Sul, com as conseqüências sombrias da vitória dos "*yankees*", entre as quais a petulância e a ganância projetadas no cenário da desolação do Sul, parece que foi a causa de haverem muitos sulistas preferido o expatriamento. De fato, com a vitória do Norte, muitas famílias abandonaram a União americana e emigraram para São Paulo, se estabelecendo em Santa Bárbara, como veremos em outro tópico dêste trabalho, (1).

(1) A proposito da colonização norte americana, realizada logo depois da guerra de secessão norte americana, eu incorporo ao meu trabalho, o relatório sobre isso apresentado pelo meu ex-aluno Sr. Young, o qual reproduzo em inglês e não traduzo porque trata-se de uma peça a qual, mesmo em idioma estrangeiro, é facilmente compreensível:

“REPORT ON SANTA BARBARA” (*)

S. Paulo, 29/11/42.

I believe that the general picture that we have of this group must be revised. Often when people speak of the North American immigrants they conjure visions of great plantation owners, proudly surveying one thousand or two thousand acres plantations with hundreds of slaves. The men who came down after the Civil War were small land owning farmers. None of them had the huge “Gone With The Wind” plantations as small farmers they began to work the trade down here. After sending down Doctor J. McF. Gaston of Columbia South Carolina to study the land here the immigrants began to arrive in 1865, 1866, and 1867. It is impossible to set an exact date as they arrived in many different groups and in different years. Dr. Gaston who had been a surgeon in the Confederate Army wrote a very interesting book about his experiences called “Hunting a Home in Brazil”. published in 1867 in Philadelphia.

It is both difficult and dangerous to generalize about any large group of people but it seems that the majority of colonists were not motivated solely by an embittered feeling because of the Yankee victory or even the abolition of slavery. I believe that they were more impelled by the actions of the Northern whites in the Reconstruction Period. The placing of Negroes in political positions over the whites and the general chaos of the period were the big factors. As one farmer I met in Santa Barbara stated, “If Lincoln had not been shot, my father would never have left the United States.”

There is also some interesting information along this line of investigation to be found in an article by Mrs Ferguson who is a descendent of this group. In an article in the Times of Brazil published on December 18th, 1936 she states, “Early in 1865, Bowen and McMullen, disappointed and sore over the Lost Cause, and fully resolved never to submit to nigger rulers, appointed by the Yanks, struck out once to find a home for themselves and families. After traveling extensively over South America especially Brazil, they reached the city of Iguape, in the Province de São Paulo as the state was then called. From the Government, favoured especially by Dom Pedro II, they secured a grant of land, of size sufficient for the colony, on the head waters of the Juquia, a tributary of the Riberá, beyond the section selected by Dunn. This grant of land comprised a part of three small streams or rivers, The Azeite, Rio do Peixe, the Guarilhanha, and a small creek — the Ariado”.

I do not know how correct these names or places are but the general migration to Brazil can be broken up into three parts. One group went

(*) E' preciso notar que essa versão é o ponto de vista “yankee” da questão, pois o Sr. Young é da New England.

to the Amazon, the other to the Rio Doce and the third here to São Paulo. Here in São Paulo they can be divided up into two groups. One at Santa Barbara and the other Villa Americana. There are now living in these towns about 50 families who consider themselves part of the early American group. One group called Miller first went to the Rio Doce settlement but finding conditions unfavorable they came to the São Paulo Colony. They are called the "Doce Millers" to identify them from the "Azedo Millers".

The families at first kept to themselves because of their strangeness to the customs and the language. This helped build up the idea among the natives that the newcomers did not want to mix. They were therefore forced to build up a complete community life among themselves. This naturally led to close inter-marriage. To keep this community aspect they had their own church, cemetery, and school. Parties and customs observed in the south of United States were followed here also. Such as basket parties, picnics, fish fries, and 4th of July parties.

A few families brought down negro slaves but they were very few and never numbered more than ten. We do find though some evidence of inter-marriage (not legal) between one group and his servants. When talking to one person down in Santa Barbara we came across this mans name and I ask him if he was part of the community. He said, "Doc Crisp's sons took up with niggers". That signified that there was nothing left to be said on the subject.

As far as I could discover there still exists the feeling against the negro that exists in the United States at that time. They make no difference between the Mulatoes and negros. Yet in the homes of many there are negros who take care of the farms.

The first generation was violently opposed to marrying with Brazilians. This policy continued and even today although there is a good of intermarraging going on it is still frowned upon. But the question I believed resolved itself on that fact that there was not enough new blood to go around. In the Pyles family for example we find in the third generation 4 marriages with Brasilians or with people who were not anglo-saxons. It seems that the girls marry easier into Brazilian families than do the boys.

The question if they consider themselves Americans or Brazilians was answered in many ways. Usually they all said they were Brazilians but as one put it "Hell you can't change the blood in your veins". That I believe is the general view. They believe that they are Americans in blood. Or to be more specific they feel that they have anglo-saxon blood in their veins, what ever that means. The earlier settlers because of their mixed position were sometime forced into askward situations. They have never established relations with the American Consulate here

but usually when it was a Republican administration at home a Republican came down there was friction and ill feeling of some sort. There was one occasion when because of the bad climate in Santos and disease no white man from the States would come down and thensend Negro who was visited by some members of the S. Paulo colony. In general I beleive most of them think sthey are Brazilians and have served their "tiro" They are usually well informed about the United States and have a perfect command of English and Portuguese. They speak very fondly of the United States and some have sent their children to be educated there. Though just in Southern Universities. There is to be noted a certain difficulty in the command of English of the 4th generation group which are studying in school now. That may be accounted for by the fact that in 1922 the school which they had there and which had English instruction.

NAMES OF PERSONS CAME TO S. PAULO SETTLEMENT
AFTER CIVIL WAR:

1 — Godfrey	26 — Bentley	51 — Garner
2 — Prestridge	27 — Berrenger	52 — Dumas
3 — Ezel	28 — Seawright	53 — Perkins
4 — Yancie	29 — Keese	54 — Bard
5 — Clark	30 — Crisp	55 — Jones
6 — Emerson	31 — Miller	56 — Stone
7 — Tarver	32 — Smith	57 — Ward
8 — Burton	33 — Hawthorne	58 — Russel
9 — Oliver	34 — Black	59 — Fergusson
10 — Kennerly	35 — Green	60 — Barnsley
11 — Mattews	36 — MacKnight	61 — Northup
12 — Turner	37 — Terrell	62 — Thomas
13 — Grady	38 — Steegall	63 — Domm
14 — Newman	39 — Hall	64 — Scurlock
15 — Morris	40 — Whittaker	65 — Rowe
16 — McMullen	41 — Fenley	66 — Willanson
17 — Merriwether	42 — Carlton	67 — Daniels
18 — Demarest	43 — Pyles	68 — Trigg
19 — Minchin	44 — Carr	69 — Davis
20 — Vaughan	45 — Bookwalter	70 — MacFadden
21 — Thatcher	46 — McAlpine	71 — Currie
22 — Harris	47 — Buford	72 — Holland
23 — Bankston	48 — Broadnax	73 — Britt
24 — Haedeman	49 — Mills	74 — Cole
25 — Cullen	50 — Crawley	75 — Gaston
		76 — Quillin

77 — Weissinger	80 — Brown	83 — Townsend
78 — MacIntyre	81 — Strong	84 — Bowen
79 — Ellis (*)	82 — Tanner	85 — Whitehead

FAMILIES WHICH ARE DIRECT LINE DESCENDENTS FROM
THE CIVIL WAR GROUP WHO ARE STILL LIVING IN THESE
TWO DISTRICTS:

VILA AMERICANA

1 — Oscar Pyles	10 — Charles Finley
2 — James Jones	11 — Charles Vaughan (Reb)
3 — Frank Jones	12 — Ernest Vaughan (Reb)
4 — Edward Finley	13 — Bentley, (William & John)
5 — Henry Whittaker	14 — Miller
6 — Albert Minchin	15 — Jim Carlton
7 — Lee Minchin	16 — Steve Rowe
8 — Ed Minchin	17 — Leroy McFadden
9 — Ernest Rowe	

SANTA BÁRBARA

1 — Robert Pyles	14 — Anna Bookwalter
2 — Louis Pyles	15 — Mrs William Ferguson
3 — Harvey MacKnight	16 — Belton Carr
4 — Robert Cullen	17 — William MacFadden
5 — Clarence Cullen	18 — Lawrence Cullen
6 — Gustavo Weisinger	19 — Gilbert Cullem
7 — Henry MacKnight	20 — John Cullen
8 — Lee Ferguson	21 — Benjamin Townsend
9 — Carlos Steegall	22 — Jim Tarver
10 — Orlando Steegall	23 — Neil Carr
11 — Mrs Henry Dodson	24 — George Ferguson
12 — Henry Black	25 — Bud (Alonza) Ferguson.
13 — May Alonza Keese	

PEOPLE WHO RETURNED TO THE U. S.:

1 — Godfrey	6 — Russel
2 — Captain Yancie	7 — Trigg
3 — Ezel	8 — Davis
4 — Turner	9 — Currie
5 — Meriwether	10 — Wright

(*) Não tem relação de parentesco nenhuma com o Autor deste trabalho.

FAMILIES WHO DIED OUT AND LEFT NO MALE
DESCENDENTS:

- | | |
|------------------------------|--|
| 1 — Prestridge | 15 — Ward |
| 2 — Emerson | 16 — Barnsley, Godfrey Emerson |
| 3 — Burton | 17 — Donn |
| 4 — Oliver | 18 — Daniels |
| 5 — Grady (left 5 Daughters) | 19 — Britt (N) |
| 6 — Neuman | 20 — Cole (N) |
| 7 — Thatcher | 21 — MacIntyre |
| 8 — Bankston | 22 — Ellis - (Não tem relação nenhuma com o Autor deste trabalho). |
| 9 — Crisp (N) | 23 — Brown |
| 10 — Mac-Alpin | 24 — Strong |
| 11 — Broadnax | 25 — Tanner |
| 12 — Crawley | 26 — Ayers. |
| 13 — Garner | |
| 14 — Perkins | |

PEOPLE WHO LEFT THE SANTA BARBARA COLONY AND
CAME TO SÃO PAULO CITY:

- | | | |
|----------------------|-----------------------|----------------------|
| 1 — Clark | 8 — Hawthorne (?) | 15 — Pyles (Robt) |
| 2 — Kennerly | 9 — Black | 16 — Pyles (Ernest) |
| 3 — Mathews | 10 — Green | 17 — Mills |
| 4 — MacMullen | 11 — Terrel (Joe) | 18 — Baird |
| 5 — Demerest (Louis) | 12 — Terrel (William) | 19 — Jones (Charlie) |
| 6 — Harris | 13 — Steegall (John) | 20 — Jones (Cicero) |
| 7 — Hardeman | 14 — Hall (Edward) | |

BARRA BONITA: MONTE-MOR: RIO DE JANEIRO:

Gilbert MacKnight	Curtis Thomas	Dr. Franklin Pyles Robert Thomas
-------------------	---------------	-------------------------------------

MUNDO NOVO: OURO PRETO:

John Dumas	Jim Holland
Aristides Dumas	

TAUBATÉ: DOURADO:

Charles Pyles	Maxie Cullen	AVARÉ: Robt. Whitehead Tom Whitehead Seawright Joe Green Henry Green
---------------	--------------	---

RIO CLARO:	PIRACICABA:	UNKNOWNNS:
Orville Green	Northrup	1 — Morris
Calvin MacKnight		2 — Boeringer
Clinton MacKnight		3 — Miller
Horace Terrel		4 — Smith (Panamá)
	PENAPOLIS:	5 — Whittaker
TATU (Limeira):	Judson Pyles	6 — Buford
George Pyles		7 — Williamson
	MARILIA:	8 — Stone
OURINHOS:		9 — Gaston
Prestridge Mills	Henry Skurlock	10 — Bowen,
Joingla Mills		

CAPÍTULO VIII

A. FORMAÇÃO

Foi nesse ambiente, naturalmente apaixonado, que o jovem brasileiro Alfredo Ellis mergulhou e nele tinha de formar os alicerces de sua mentalidade e de seu caráter.

Lincoln seria para êle um ídolo, pois que era então uma das divindades máximas da população da Pennsylvania. E' natural e facilmente compreensível que êsse ambiente psicológico, sentimental e moral tenha moldado a mentalidade adolescente do jovem paulista, que tinha no auge a receptividade da sua alma em formação.

Nesse mesmo sentido causou fundos sulcos na inteligência e no caráter de Alfredo Ellis, cuja independência de raciocínio se firmava desde os seus mais verdes anos, pelo imenso liberalismo do velho William Ellis, a lembrança evocativa do grande George Washington. A memória do imortal herói da independência norte-americana sempre esteve presente na imaginação do jovem paulista, que, mais de uma vez, foi a Mount Vernon, na Virginia, em visita ao túmulo de Washington. Aí, em profundas meditações, o espírito republicano e liberal democrático que saturava o ambiente norte-americano, cristalizou-se no espírito de Alfredo Ellis, cuja inteligência viva e cuja sentimentalidade aguçada se moldaram, como cêra mole, na rígida fôrma da ecologia moral "*yankee*".

Vários anos passados nesse ambiente psicológico, endurecido pelo amor à sagrada memória de Washington e apaixonado ao rubro pela sombra de Lincoln, foi cunhada em Alfredo Ellis uma tal influência, que nele se manteria indelevelmente até o túmulo.

Eu sempre o conheci assim, em todo o tempo que com êle convivi! Todos os atos de sua vida denunciavam essa marcada influência, transparente em tôdas as fases de sua peregrinação pela terra! Aliás êsse liberalismo bebido em Philadelphia, se harmonizava bem com a natural estruturação mental do jovem paulista. Orientado por seu pai, o britânico William Ellis, um grande liberalismo presidira os primeiros anos do jovem paulista, de modo que a sua vida nos Estados Unidos nada mais foi para êle que a continuação da casa paterna. A formação liberal democrática de Alfredo Ellis, divergiu nas suas origens da que vogava então e haveria de empolgar futuramente o Brasil. Êste, desde os seus movimentos iniciais nos primeiros anos do oito-

centismo, recebeu o poderoso influxo do espírito emanado da Revolução Francesa, o qual varria o mundo civilizado como um infrene tufão. O Brasil, sob o ponto de vista intelectual, sempre orbitou em tórno da França, recebendo, talvez da Inglaterra, alguma influência do liberalismo de Canning, filtrado pelo tradicionalismo britânico e pelo conservatorismo de Castlereagh. Os Estados Unidos só muito recentemente passaram a ter primazia na orientação liberal brasileira, antes dirigida pela França.

Ora, Alfredo Ellis, que havia tido, nos seus primeiros anos a influência britânica de seu pai, formou o substractum de seu espírito sob a profunda influência "yankee", recebendo dela aquele idealismo utópico lincolniano, que havia tido as suas origens no Cabo Cod com os peregrinos do "*May Flower*". Alfredo Ellis saturara sua mente com essas emanações do norte puritano, em completa obliteração ao que deveria ter sido gerado nos latifúndios escravocratas das Carolinas, onde os "*pioneers*" anglicanos marcavam a conquista aos franceses nas florestas montanhosas dos Aleghans ou nas pradarias do Mississipi.

Em Alfredo Ellis, sintetizando, a marca do velho liberalismo britânico, que lhe fôra instilado na infância pelo seu pai, fôra substituída pela sombra profundamente dominadora da influência "yankee". Alfredo Ellis, sem embargo de ser filho de inglês, sempre foi até o último alento de sua vida, um prolongamento do espírito lincolniano. Êle sempre admirou com devotamento, tudo o que era americano e apaixonadamente votava grande homenagem a êsse povo do norte. Não poucas vezes manteve com êle profundas discussões, pois que sempre preferí a influência britânica. E' preciso notar que, os Estados Unidos da época em que lá viveu Alfredo Ellis, não era o mesmo de hoje, (Siegfried, "*Les Etats Unis d'aujourd'hui*"). Era natural essa estruturação mental, que o jovem paulista havia sorvido nos 4 anos que passara em Philadelphia! O ambiente mental que o envolveu durante a época da cristalização de seu intellectotinha por força de cunhar na sua psicologia, um sulco tão profundo, que se fez indelevel, através de mais de meio século vivido em outro ambiente, inteiramente diferente, e capitulado de tôda sorte de agitações e de agruras. Isso, apesar da intensidade apaixonada com que Alfredo Ellis atravessava todos os dias de sua longa vida, e todos os obstáculos, que arrastavam sua peregrinação pela terra, não foi sequer esmaecido no espírito do jovem paulista.

Êsse extremado liberalismo, marcado de grande tolerância e simbiotizado com elevado expoente de particularismo, não sofreu o menor desvio, nem a menor diminuição, no contacto íntimo

em que Alfredo Ellis se ia mergulhar no intenso particularismo rural, aristocrático e escravocrata que era o que imperava então em São Paulo.

De fato, o café, o sistema de trabalho, pelo seu cultivo adotado, com a organização social reinante na então Província de São Paulo, formavam um painel exatamente oposto ao que imperava no norte dos Estados Unidos. Seria natural que Alfredo Ellis, ligado por laços muito chegados de parentesco com elementos dessa comunidade social, que então recebia, com os primórdios da lavoura cafeeira, os bordados da aristocracia, sofresse uma certa influência reacionária, a qual deveria alterar em seu espírito, a dóse daquele particularismo liberal democrático, que êle recebera em Philadelphia. Tal porem não se deu!

Quando êle retornou a São Paulo, aí se reincorporando, como seivosa raiz à velha estirpe, que se afidalgava na formação da lavoura do café, manteve intacto o particularismo liberal democrático republicano, de que se havia imbuido nos Estados Unidos.

Em 1869, no mês de Fevereiro, terminava Alfredo Ellis o seu curso em Ciências Médicas, na Universidade de Pennsylvania. As suas agruras tinham se agigantado a tal ponto, motivadas pelo inqualificavel proceder do Dr. Renner, que, precisando êle de dinheiro para o papel de sua tese doutoral e não dispondo de recursos para tal, ficou a pique de não ultimar a sua formatura. À última hora, entretanto, uma circunstância feliz, veio casualmente proporcionar o elemento necessário para o fim da conquista do grau. O estoicismo então revelado por Alfredo Ellis era a tèmpera com que o jovem paulista enfrentava todos os amargos quadros da vida. Talvez isso tenha contribuido para que, na formação moral do futuro parlamentar paulista, se vincassem com indelevel marcação as linhas, que nela perfilaram a figura do liberalismo republicano. Em 1869, terminava Alfredo Ellis a sua vida acadêmica na Universidade de Pennsylvania, tendo, pelo brilho de sua vivíssima inteligência, pela acuidade de sua visão médica, como pela sua dedicação ao estudo, conquistado além da láurea doutoral, com a respectiva graduação, o segundo lugar e a medalha de prata, em tôda a Universidade, com seus milhares de alunos.

Fisicamente, Alfredo Ellis ao se doutorar em Pennsylvania, era um atleta musculoso, adextrado principalmente no manejo do florete, na esgrima do qual êle era o campeão de tôda a Universidade. De estatura não muito elevada mas acima da mediana e ainda que não agigantada, como a de seus tios da estirpe pau-

lista, da qual se aproximava seu mano Guilherme e era atingida pelo seu outro irmão, já falecido, o famoso Cadete Moreira, Alfredo Ellis reunia aos traços físicos atenuados da estirpe paulista, a tonalidade alourada de sua ascendência paterna.

Ele, ao volver a São Paulo, mais tarde, se fez pioneiro da conquista do sertão paulista e da formação da lavoura de café. Então, Alfredo Ellis pôs em ação as suas qualidades de homem de largos horizontes, dotado de elevado espírito aventureiro, de dinamismo remarcado, etc. Entretanto, apesar disso, e sem embargo de haver êle, ainda mais se enraizado à velha estirpe paulista, que, então fornecia matéria prima abundante, para a elaboração da aristocracia patriarcal escravocrata do café, os traços psicológicos, que o jovem paulista adquirira em contacto com a atmosfera particularista e liberal "yankee", não se apagaram jamais, norteando sempre o proceder de Alfredo Ellis no caminho desastrado da abolição e vitorioso da República, da qual êle foi um dos pregoeiros, componente da velha falange inicial.

*
* *
*

Vários anos esteve o jovem paulista como vimos, cursando a Universidade de Pennsylvania. Em 1867 chegou a Philadelphia seu irmão mais velho Guilherme, que, depois de haver iniciado seu estudo superior na Faculdade de São Paulo, em razão de sua vida irrequieta, turbulenta e pouco dedicada aos estudos, foi mandado aos Estados Unidos. Guilherme, em São Paulo, por uma pelintragem qualquer, se fizera alvo da viva hostilidade do Dr. Renner, que era nos Estados Unidos o procurador dos irmãos Ellis. Estes, solidários entre si, foram, desde então alvo de tôda a animadversão do teuto-yankee e com isso, êles passaram a sofrer tôda a sorte de privações e de dificuldades. Data dêsse ano a via crucis atravessada por Alfredo Ellis, que, no ano seguinte recebia notícia do falecimento em São Paulo de sua extremosa mãe.

Graduado em Medicina, pela Universidade de Pennsylvania, Alfredo Ellis embarcou para a Europa, onde deveria se encontrar com seu pai, então já com 64 anos de idade, viuvo e por fim exumado da solidão do Planalto paulista, onde demorara 39 anos, sem o menor contacto com o mundo exterior. Alfredo Ellis, em Abril de 1869, chegava a Londres, onde se hospedára com seus parentes ingleses, então chefes da grande companhia de vi-

nhos, localizada no lugar chamado Gresham Palace. Aí se reunindo a seu pai, o jovem médico paulista, a seguir passou ao continente e percorreu a Europa, principalmente a França e a Alemanha, que se iam defrontar na guerra famosa, da qual resultou a base psico-econômico-militar, sobre a qual Bismarck iria firmar a unidade germânica. Na França, então, Napoleão III brilhava com seu imperialismo de parada, o qual fulgurava nas baionetas das forças da primeira nação militar do mundo, herdeira da tradição vitoriosa das mirabolantes campanhas napoleônicas.

CAPÍTULO IX

A CLÍNICA MÉDICA INICIAL

Em começos de 1870, montaram os dois médicos, pai e filho, consultório em São Paulo, à rua Direita, depois de haver o jovem médico defendido tese no Rio de Janeiro, sobre a "*Fêbrê Amarela*".

São Paulo, então, mal atingia os 30 mil habitantes, resumindo-se a sua diminuta área ao atual triângulo, formado pelas ruas Direita, da Imperatriz (hoje 15 de Novembro) e São Bento. As visitas médicas eram remuneradas apenas com Cr\$ 2,00 e as consultas com Cr\$ 0,320 (S. Vampré "*Memórias*" 425).

O velho médico inglês orgulhava-se de ter um filho médico, com menos de vinte anos de idade. Ele sentia-se como um rei, cada vez que descia a rua da Imperatriz, apoiado no braço do filho médico, que tão jovem havia galgado uma posição tão destacada no meio em que vivia!

Em 1873, falecia em Campinas, a tia do Dr. Alfredo Ellis, esposa de seu tio, Francisco da Cunha Bueno, e a uremia que abateu a senhora paulista, marcava um importante degráu na vida do jovem médico, pois, em virtude dêsse lutooso acontecimento, sua prima e noiva, Sebastiana Eudoxia, ficando sem mãe, como filha mais velha de Cunha Bueno, deveria se casar. Foi assim que, o Dr. Alfredo Ellis, depois de clinicar em São Paulo, apenas por 4 anos, em 1874, casou-se com sua prima-irmã, Sebastiana Eudoxia da Cunha Bueno, esta, apenas com 15 anos de idade. Esse evento teve lugar após haver falecido em São Paulo, o velho médico, Dr. William Ellis, legando a seu filho tôda sua clínica, então a maior de São Paulo (1).

Apesar de ter ficado sozinho com o consultório médico, o Dr. Alfredo preferiu abandonar o campo da clínica para seu irmão Guilherme, que só então vinha da Pennsylvania, onde também, afinal se graduára em Medicina.

Guilherme, embora mais velho cêrca de três anos, só quatro anos depois concluíra seu curso médico, na mesma Universidade. Mais boêmio e principalmente, menos inteligente, Guilherme sempre fôra muito menos aplicado que o irmão. Muito mais sociável que êste, Guilherme, depois de haver aproveitado e se divertido muito mais na sua estadia nos Estados Unidos, aí se casara e em 1874 voltava já casado a São Paulo. Em razão de ser Guilherme portador da responsabilidade de chefe de família, já com filhos, Alfredo tendo se casado com sua prima, filha de um grande

agricultor pioneiro no desbravamento dos sertões, resolveu deixar a clínica, que passou a ser tôda para seu irmão, indo êle se reunir a seu sogro e tio. Por morte de seu pai, o Dr. Alfredo Ellis, desambicioso, desistiu da herança paterna, em favor de sua irmã Sophia, já casada com João Baptista de Mello Oliveira, filho do Visconde de Rio Claro.

Nessa ocasião, o café, como avalanche, se derramava impetuoso e incoercível pelo Oeste paulista, invadindo o sertão da mata virgem!

O jovem médico paulista, que abandonara sua clínica, ia tomar parte nessa avançada rural.

(1) Conta-nos o saudoso poeta Ezequiel Freire, em 1880, professor no Curso Anexo da Faculdade de Direito:

“Uma visita de medico, dentro da cidade e arredores eram 320 reis, sendo a condução por conta do doutor...”

... No tempo a que nos referimos, o velho Dr. Ellis, o mais conceituado clínico de então e mui venerado por todo o mulherio pobre de S. Paulo resolveu elevar o preço de suas consultas medicas de 320 a 400 reis! Houve grande reboliço entre a sua clientela. As velhas clientes reuniram-se, e deliberaram enviar á presença do popular e caridoso facultativo, uma commissão composta de tres das mais idosas e doentias dentre ellas, afim de reclamar contra a exorbitancia de quatro vintens em cada receita.

.....

Quantum mutatis ab illo!” (Vampré, loc. etc.)

CAPÍTULO X

A PROPAGANDA

Foi de 1870 a 1874 que o Dr. Alfredo Ellis realizou inicialmente a sua propaganda republicana. Médico, com fácil acesso em todos os lares, sacerdote do bem, apóstolo da saúde, caritativo e dotado de boníssimo coração, o Dr. Alfredo Ellis, a todos atendia com a solicitude e a doçura dos que são privilegiados da bondade.

S. Paulo, de então, era uma pequena cidade, na qual estava localizado um centro intelectual de imenso prestígio e que concentrava centenas de estudantes, os quais, por certo, formavam uma elite mental, que dava a êles primado absoluto, da qualidade. São Paulo continha, na sua diminuta população provincial, uma legião de expoentes intelectuais, a qual formava uma aristocracia pujantíssima, ilhada em pequena massa de gente inferiorizada. Expoentes originários de todos os pontos do país; índices mentais de vários núcleos de populações; produtos de rigorosa seleção tirados de enorme multidão brasileira, êsses indivíduos reunidos em classe, dominaram e impuzeram suas idéias, como clarões, que rompiam a escuridão, no ermo de noite escura. Além disso, avolumando essa legião de predestinados, dando à qualidade, o complemento da quantidade, havia em S. Paulo os milhares de indivíduos, que dependiam ou viviam em contacto com a classe estudantina. Eram pensões, repúblicas, fornecedores, procuradores, etc. que se avassalavam à superioridade intelectual dos estudantes, deles bebendo as idéias, os costumes, os pendores, as diretrizes, as orientações, etc.

Êles, os estudantes, eram os guias. Milhares de indivíduos subordinavam-se à ascendência dêsses luminares. Eis o magnífico caldo de cultura no qual proliferaria o micróbio doutrinário, que nele fosse pregado pela propaganda!

Jovem, dinâmico, atraído pela idade, fácil foi ao médico paulista se ligar à classe estudantina, por solidíssima amarra moral e sentimental. Os Drs. Ellis, idealistas como eram nunca materializavam em dinheiro o serviço que prestavam. Estudantes não pagavam!

Isso fazia com que fosse fácil a irmanação dos dois médicos na massa de moços da Faculdade de Direito. Assim, esta foi saturada pela mentalidade profundamente liberal democrática, que o Dr. Ellis tinha sorvido em Pennsylvania, e a de que o velho Dr. Ellis tinha formado ao contacto com Canning.



O Dr. Alfredo Ellis
propagandista da República - 1870



Alfredo Ellis
ao partir para os Estados
Unidos — 1864



O Dr. Alfredo Ellis
recentem formado pela Pennsylv-
nia University — 1868



— 1880 —

José Estanisláu de Oliveira, Barão de Araraquara e depois Visconde Rio Claro. Um dos chefes mais destacados da aristocracia do café, a qual se formava como expoente da classe agrícola paulista que crescia com a expansão do café.



Dr. Alfredo Ellis
bandeirante oitocentista e la-
vrador do café na Fazenda
Oliveiras — 1885.

Daí as prédicas republicanas sôbre o que o jovem médico tinha visto nos Estados Unidos. Com isso, a declaração da independência, o exemplo de Washington, os ensinamentos de Jefferson, o idealismo utópico de Lincoln, foram martelados em repetidas doutrinações, através das arcadas acadêmicas, pelo médico recém-formado. Já nessa ocasião, havia sido divulgado por todo o país, o famoso manifesto republicano de 1870 e realizava-se em Itú, a Jerusalem da liberdade, a Convenção chefiada por João Tibiriçá de Piratininga. O Dr. Alfredo Ellis não tomou parte nesse conclave pois a sua propaganda era mais antiga e de outra natureza. Ele era um propagandista solitário, preferia agir sozinho, de uma forma menos espetacular, mas não menos eficiente. Era como Marat, que dizia sempre que a águia andava solitária, os perús è que andavam aos bandos.

O Império havia cometido três grandes êrros econômicos, que se projetavam nítidos na consciência coletiva da Nação e que se cenificavam como terremotos, com conseqüências materiais, no quadro político dos acontecimentos :

a) Um foi a Guerra do Paraguai, que custou ao Brasil a soma de 600 milhões de cruzeiros, a qual foi aproveitar a economia argentina, que se beneficiou disso, capitalizando em proveito de sua incipiente produção, além da perda de 100 mil vidas de brasileiros, sacrificadas inutilmente para o país, que não tirou dessa guerra o menor proveito material, o qual só concorreu para a Argentina, que graças ao resultado do prélio, atingiu, em parte, o seu objetivo, que era ser a nação hegemônica dentre as hispano americanas. Com a eliminação do Paraguai, ela ficou só em campo.

A Guerra do Paraguai tem sido um fenômeno mal descrito ! Só a conhecemos através das penas brasileiras, mais manejadas pelo sentimento patriótico, do que pela frieza imparcial da razão. Daí os capítulos guerreiros da Tríplice Aliança serem mais panegíricos patrióticos, encadeiados por um meloso "*meufanismo*" ainda mais exacerbado, pelo natural pieguismo brasileiro, sempre mergulhado num rançosíssimo espírito, que a revolução francesa saturou tôda nossa vida política e psicológica do século XIX. Todos atribuem ao Brasil de então o papel de vítima e a Solano Lopez o perfil imperialista do agressor vulpínico. Teria sido isso? Quer me parecer que se deve fazer uma revisão cuidadosa, de acordo com os moldes rígidos da verdade, tendo em conta, imparcialmente, os elementos contrários ao Brasil. Façamos um estudo com o cérebro e não com o coração. Cabeça existe para raciocinar e não para cabide. Assim, por exemplo, não havia um tratado interna-

cional que vedava às partes combatentes, entre as quais estava o Brasil a intervenção no Uruguai? A tomada de Paisandú, ou o Tratado de Santa Lúcia, entre Tamandaré e Flores, não foram atos violadores do "statu-quo" garantidor da integridade do Uruguai? Não teria havido precipitação no desencadeamento da guerra? O parlamentarismo, com os rouxinóis, que embriagadamente oravam nas duas casas do Parlamento brasileiro, cantando o patriotismo exageradamente nacionalista, não teria intoxicado de um mentiroso espírito de "meufanismo" a opinião pública, a embalando em senda errada, depois recebendo dela em rebate, uma falsa impressão dos acontecimentos, que, em velocidade incoercível, se teriam arrojado por íngreme ladeira? O responsável por tudo isso foi o Império, êsse Império à frente do qual estava uma pessoa bondosa, honesta, justiceira, mas inconciente, provida de cultura pessimamente orientada, pois enquanto o mundo ingressava na era do aço e assistia dinâmico o advento mágico da máquina, Sua Magestade Pedro II de Bragança fazia versos, media órbitas de estrelas e aprendia sânscrito, cuidando apaixonadamente de outros bisantinismos, cuja futilidade não se enquadrava com a marcha acelerada do mundo.

Ora, o povo naturalmente fanatizado e cego no início, compreendeu o terrível erro econômico, que era a ingrata guerra, em que o Brasil, então com 9 milhões de habitantes, se sangrou estupidamente, para dar cabo de um pequeno povo de menos de um milhão de habitantes, em proveito exclusivo da Argentina, que tirou a castanha do fogo, com as mãos do gato brasileiro. O povo, passado o período, em que loucamente se embebedara com as glórias e os louros colhidos nos campos encharcados do Paraguai, debitou êsse erro tremendo ao Império.

Hipnotizado pela guerra de Lopez, com suas tropas bovinamente fincadas diante dos muros de Humaitá, o Império do bondoso Pedro II não viu o que se passava no cenário do mundo, nesse instante, com grande acervo de consequências, que, truculentas se projetavam sôbre a economia brasileira.

b) Em 1867, abria Lesseps o canal de Suez, fazendo com que a Oceania, o Leste africano, o Sudeste asiático, a Malaia, a Indonésia e a Austrália tivessem suas comunicações com a Europa, consumidora, enormemente encurtadas. Isso foi um rudíssimo golpe para a economia nortista, que viu, impotente, seus concorrentes ganharem novas vantagens no fornecimento à civilização de produtos tropicais, antes coletados pela exuberante natureza do norte brasileiro!

Eis o segundo êrro cometido pelo Império, que, impassível se conservou inerte, ante o descalabro que atingia a economia de uma parte do país. Mais ou menos nessa época, um inglês levava para a Malaia, mudas da “Hevea Amazônica”, realizando aí, nessa região britânica, a plantação agrícola dessa materia prima, que desbancou a nossa incipiente e primitiva extração. Estranho destino desse norte brasileiro, desprotegido e condenado a tantalicamente assistir ao próprio sacrifício dos abandonados pela incrível inércia dos governantes imbecís! Assim foi com Luiz XVI, que conservava fechaduras, enquanto caía a velha monarquia dos Bourbons franceses! E, para Luiz XVI não houve remédio!

c) O terceiro êrro do Império foi a libertação dos escravos, sem indenização. O país perdeu na sua riqueza capitalizada, cêrca de um bilhão de cruzeiros, equivalendo isso a muito mais do que havia dispendido com a Guerra do Paraguai.

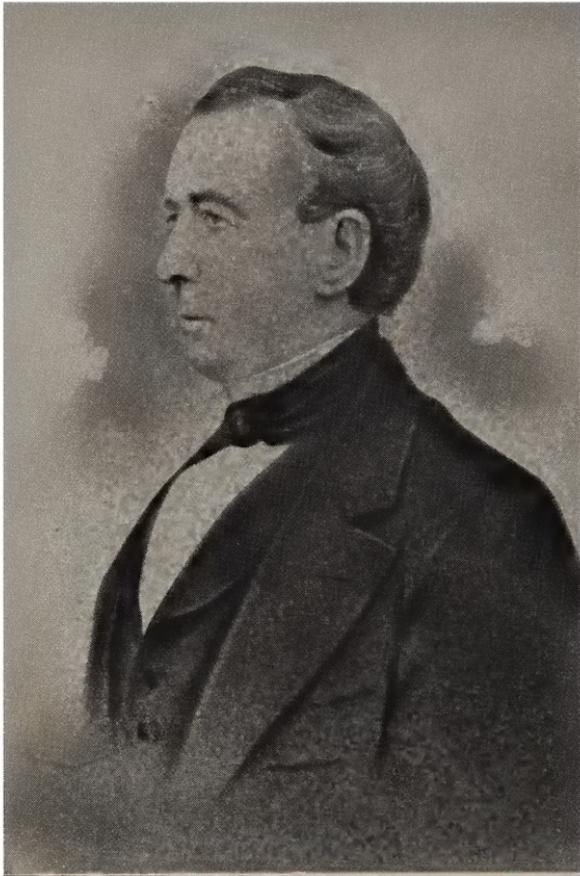
Ainda foi o parlamentarismo imperial que embriagou a opinião pública, ministrando-lhes as gongóricas tiradas dos letrados, declamadas dramática e retoricamente, com tôdo o pieguismo da Revolução Francesa. O micróbio de um exagerado individualismo, distilado ao som da retórica, ôca e vazia dos Parlamentos imperiais, encontrou excelente caldo de cultura no ranço meloso da alma sentimental do brasileiro. Daí, se haver acelerado a corrida da idéia da Abolição. Esta, impulsionada pelo exemplo norte-americano, tomou incrível velocidade, como se fosse um passo avançado na rota da civilização liberal, não foi estacada pelo Império, cujo chefe timbrava em parecer ungido de idéias altamente avançadas, expoentes do liberalismo de fachada e do idealismo livresco, bebido no espírito do “letradismo”. O Brasil, que já não dispunha de grande capitalização, mormente estrangeira, tendo atraído parcamente elementos capitalísticos de fóra, sofreu rudemente, ante êsse terremótico golpe. De fato, uma comparação a êsse respeito, com a Argentina, que tem tôda sua economia repousando em capitais britânicos, resulta peiorativamente, em flagrante inferioridade para nosso país. Êste, por falta de capitais exóticos, tem a quase totalidade de seus problemas econômicos, sem poderem ser resolvidos. Ora, para que haja produção, é preciso que haja capitalização. Aquela só pode ter lugar, na proporção em que o capital se fizer sentir. Caso êste não exista, ou tenha uma existência limitada, a produção não terá lugar ou será diminuta. E’ porisso, em parte, que o Brasil, embora possuindo os demais elementos necessários para a *Produção* de muitas das suas “possibilidades”, não as pôde aproveitar. E’ fácil se conceber o quanto a economia brasileira foi prejudicada

com a inopinada libertação dos escravos, sem indenização. Seria mais justo fazer recair o prejuízo sobre toda a Nação, do que sacrificar a infeliz classe agrícola. Além dessa primeira injustiça, só por si suficiente para tornar odiosa uma medida tomada pelo Império, ainda havia outra magna injustiça, marcando a chamada "*Lei Aurea*". Os escravos no Brasil não estavam distribuídos por igual, ao longo do seu território. Regiões no Brasil havia, em que os escravos eram inexistentes. Não havia fonte de trabalho, que os empregasse, assim, não havia acúmulo de escravos. Pode-se dizer que, os grandes sacrificados, com a libertação, foram o Rio de Janeiro, Minas Gerais e principalmente São Paulo, que então já tinha formado, em grande parte, a sua estúpida lavoura de café. Secundariamente, foram prejudicados com a libertação, a Bahia e Pernambuco, que mantinham certa atividade canavieira. Além dessas regiões, o País pouco sofreu, porque fora dessas regiões, pouca gente a libertar havia. Com isso, a libertação foi uma medida, que feriu de morte algumas regiões do País, enquanto que outras nada sofriram.

Eis, pois, uma odiosa injustiça!

Enquanto isso se verificava, nem ao menos a classe servil se beneficiava com a medida. Antes, durante o cativeiro, o escravo tinha garantida alimentação farta, o teto acolhedor, o vestuário protetor, o médico e o remédio salvadores. Depois da libertação, o escravo tinha que lutar por tudo isso. Ele conquistaria o pão, amassado com o suor do proprio rosto! Atirado na dura luta pela vida, ele entrava no páreo, sem nenhuma condição de vitória e porisso era e é implacavelmente eliminado. Sim, porque na competição, enfrentando, sem aparelhamento o civilizardíssimo concorrente branco, êle, negro, analfabeto, alcoolatra, viciado, sem ambição, desestimulado, sem amor ao trabalho, sem a competência técnica do antagonista, alvo de preconceitos e partindo de condições humildes, que lhe outorgavam grandes complexos de inferioridade, era determinadamente vencido e incoercivelmente acorrentado às baixas camadas sociais, as quais por mais permeáveis e democráticas que fossem na estratificação social, não deixavam o preto ou o mulato subir. De fato, a sociedade paulista não se misturava, com quem tivesse um antepassado, que tivesse estado amarrado ao tronco da escravidão. O cabelo, a côr, as feições denunciavam o cabrocha ou o mascavo imprudente, que tivesse a pretensão de olhar para cima.

O físico não ajudava o negro ou o mulato, como hoje não ajuda ao japonês!



— 1850 —

Dr. William Ellis
médico inglés



D. Sebastiana Eudóxia da
Cunha Bueno Ellis,
esposa do então Deputado
Alfredo Ellis — 1898



— 1890 —
O Coronel Chiquinho da Cunha Bueno,
devassador do sertão paulista, abridor de fa-
zendas e autêntico tipo de bandeirante do sé-
culo XIX. Tetranelo de Amador Bueno da
Veiga e futuro Barão de Itaquiri e depois
Visconde da Cunha Bueno.



D. Maria do Carmo da Cunha Bueno,
esposa do Dr. William Ellis, 1860. Her-
deira de magnífica tradição planaltina
desde João Ramalho. Descendente de
Fernão Dias e do Anhanguera. Tetrane-
ta de Amador Bueno da Veiga

CAPÍTULO XI

NO OESTE PAULISTA

Aqueles elementos americanos sulistas, chegaram a São Paulo, exatamente quando se processava a criação da aristocracia rural paulista, pelo latifúndio cafeeiro, estraçalhando-se essa aristocracia rural, graças à ascensão dos mais afortunados plantadores de café, cuja lavoura, desde 1840, mais ou menos, se espalhava pelo Planalto paulista.

O nível social da gente paulista, como consequência da modificação do cenário econômico, com a cultura cafeeira, sofreu profunda alteração. Até então, a economia paulista era de uma pobreza de causar lástima, pois ela não tinha um só alicerce de valia. Na época do ouro, São Paulo desempenhou a função de fornecedor, intermediário de elementos de produção variada, principalmente de transporte, os quais eram adquiridos nas campinas do Sul e com passagem pelas feiras de Sorocaba, seguiam para as Minas, onde acorriam ao comércio dessa importantíssima unidade econômica com o seu entreposto carioca no litoral exportador e importador. O paulista, proprietário de tropas de mulas (era esse o único meio de transporte de então), recebia um certo valor pelos serviços prestados na vida econômica das minas.

Assim se foi hierarquizando a população paulista, no fim do século XVIII, em torno do tropeiro e de sua função nômade. Pode-se dizer que nessa época a vida, a sociedade, o ritmo econômico, a valia política, com a feitura militar da gente do Planalto paulista, orbitava em torno da tropa de cargueiros, que transportava para as minas de ouro as suas importações, voltando delas para baixo, no litoral carioca, e nas artérias de sua exportação. Então, o Planalto tinha uma mísera agricultura açucareira, que produzia mais para um consumo local, em torno das aglomerações de Itú, Campinas (que então se chamava São Carlos), Jundiá, São Paulo, etc. No início do século XIX, começou-se a cultura do café, que, com o correr das décadas foi se alastrando pelo Oeste nos municípios, que hoje constituem as linhas troncos da Companhia Paulista, e nas vizinhanças de Campinas, tais como Amparo, Pedreira, Indaiatuba, Itatiba, Itú, Jundiá, etc. Esse teria sido o berço da cultura do café no Oeste paulista, a qual atingia na metade do século, ainda em Rio Claro, pouco adiante de Limeira, onde em 1835, mais ou menos,

Nicolau de Campos Vergueiro dera grande impulso à cultura, graças a seu espírito adiantado, à sua visão avançada, etc. (1).

Ainda nesse meado do século XIX, Limeira, êsse mesmo centro de Vergueiro, recebia o impulso progressista de outra notavel figura dos primórdios da aristocracia rural paulista. Foi Amador Rodrigues de Lacerda Jordão, primeiro Barão do Rio Claro.

O influxo rural do café, derrubando a mata virgem que vestia ondulante o sólo manso e acolinado do Planalto, logo se estendeu a Rio Claro, tendo se esgalhado à direita até Araras, onde se encontrava com uma outra onda, que, de Itatiba e de Mogi Mirim, avançava avassaladora, em direção ao sertão, que então se abria em boca voraz e ávida nesse local da "Paulistania", de onde chegavam os ecos tamborilhantes dos machados que derrubavam as altas copas da mata, para em seu lugar fazer surgir o cafezal que avançava incoercível.

Pertencia a essa onda de pioneiros o famoso Alferes Franco, sogro do futuro Barão de Araras, etc.

Nessa ocasião esplendorava no Estado do Rio, o patriarcalismo dos grandes Landlords, que Taunay descreve no vol. V da sua esplendida "*História do Café no Brasil*", 170 e segts.

(1) A formação da maravilhosa cultura de café paulistana foi uma consequência do aumento do consumo do café, pelo norte americano, demograficamente, em espetacular crescimento pelas ondas volumosas de intensa imigração e enriquecido pelas vendas de algodão à Inglaterra, mecanizada no século XVIII, pelo ouro brasileiro.

Com esse aumento de consumo norte americano, a lavoura cafeeira teve que se alastrar e o fez, a princípio pelo vale do Paraíba paulista e depois, pelo Oeste paulista.

Outra causa do alastramento do café pelo território paulista, foi o advento do navio à vapor, determinando um transporte muito mais rápido, seguro, de muito maior capacidade e eficiente, como eliminando o fator distância, na concorrência que se estabelecia entre o Centro-Sul brasileiro e as Antilhas.

Não fosse o advento do navio à vapor, seríamos varridos do mercado norte americano, como o Nordeste açucareiro brasileiro já havia sido, no século XVII, pelas Antilhas.

O advento do navio à vapor, em concomitancia com o crescimento demografico e o enriquecimento das populações norte americanas, determinou a lavoura de café paulista.

Em 1865, a avançada cafeeira não ia além de Rio Claro. Nessa época, projetava-se, com espetaculosidade, no cenário do Brasil do 2.º Império, a opulencia rebrilhante da aristocracia rural fluminense, êsse magnífico nódulo de prosperidade cafeeira da qual saía a hierarquização social que fez a nobreza da terra no tempo da 2.ª metade do oitocentismo. Eram Cantagalo, Paty, Valença, Rio Preto, Paraíba do Sul, Barra Mansa, Rezende e principalmente Vassouras, que constelavam a pujança econômica do vale do Paraíba. Era o esforço do negro, dinamizado pelos “landlords” patriarcais, muitos dos quais vindos das esgotadas minas de Além Mantiqueira!

Só em 1865, os paulistas, como por exemplo o Barão de Piracicaba, entre outros e a frente dos quais ia o Visconde do Rio Claro, José Estanislau de Oliveira, com seus filhos, o Barão de Araraquara, Justiniano de Mello Oliveira, João Baptista de Mello Oliveira, Luiz de Mello Oliveira, avançou para além dessa cidade, em direção a S. Carlos. Era uma nova passada na marcha de gigantes, em busca do velocino sertanejo, o ouro rubro, que dava ao Brasil preeminência mundial e o fazia vencedor de Rosas e de Lopez! Graças a ela, a lavoura de café ia se estabelecendo em lugar da mata, que a cablocada ia derrubando.

Então a lavoura se estendia pelo município do Rio Claro, cujas terras na região serrana eram boas. Aí as fazendas foram se localizando e em 1870, ela já compreendia a região de Annapolis e de Morro Pelado, que traduzido para o guaraní se fez Itirapina, onde esteve afazendado o Cel. Francisco da Cunha Bueno depois Visconde dêsse nome. Em 1874, São Carlos era atingido, sendo nas suas raias, no rio Mogí Guassú, abertas suas lavouras, pelo Cel. Cunha Bueno e seu sobrinho e genro Dr. Alfredo Ellis, que se afazendaram no lugar denominado Santa Eudoxia.

Formava-se pois a aristocracia rural paulista, patriarcalmente, em torno do latifúndio cafeeiro, nos moldes do núcleo da nobreza rural, que o Estado do Rio dera ao Brasil. Comparada à fluminense, a paulista apresentava as seguintes dissemelhanças:

- a) Vinte anos mais nova.
- b) Patriarcalismo menos acentuado; moradias menores; famílias menores;
- c) Latifúndios menores; menor euforia econômica; regime escravocrata menos acentuado, com emprêgo maior de mão de

obra livre. (Taunay registra, na sua "*Historia do Café*", uma media de escravos por Fazenda, muito menor em S. Paulo).

e) Individualismo maior.

f) Lustre intelectual menor; estando a "*Paulistânia*" mais longe da Côrte, os paulistas eram mais rústicos, saindo de um nível inferior de tropeiros, que eram seus próximos ascendentes, enquanto que os fluminenses eram filhos e netos de ricos mineiradores, quase todos.

g) Pujança econômica menor, talvez pelas lavouras menores, em época de preços menos altos.

h) Isolamento maior. Os paulistas eram mais rústicos e se afundavam mais no sertão.

i) Religiosidade menor, estando sempre na razão direta da euforia econômica.

j) Policultura, pois a "*Paulistânia*" economicamente isolada e autárquica, nada importava e para se auto-satisfazer, tinha que produzir de tudo, daí a maior intensidade da sua policultura.

k) O núcleo que se formara no vale do Paraíba arriba era uma continuação do fluminense, com as mesmas características deste, talvez com os delineamentos mais atenuados, sob certos respeitos.

*
* *
*

Era a gente paulista, pois, nesta segunda metade do século XIX, uma nucleação de recente aristocracia rural, em tórno da qual, se levantou do sólo roxo, vestido de verde da mata virgem tropical, a lavoura de café de S. Paulo, o maior acumulador de energias rurais, que a história humana registra.

CAPÍTULO XII

O PIONEIRO DA ONDA VERDE

Em 1874, o jovem dr. Alfredo Ellis se casou com sua prima, filha do seu tio Cel. Francisco, que ficára viuvo. Tinha a noiva 15 anos e êle 24 anos. Eram noivos desde que ela nascera em 1859. Logo ao se casar, decidiu o médico paulistano alterar o rumo de sua vida. Seu tio e sogro era lavrador e abridor de fazendas, tendo iniciado sua vida agrícola em Indaiatuba, onde sua sogra tinha fazenda de açúcar e de café. Logo abriu em Rio Claro, no lugar chamado Morro Pelado, em Itaquiri, hoje Itirapina, nova lavoura de café e nova plantação de cana. Era mais uma passada no devassar do sertão! Era mais uma avançada na conquista do ignoto tenebroso! Sertanista indômito, com tẽmpera de bandeirante, cujo sangue corria impetuoso, enérgico e bravo, em suas veias, o Cel. Chiquinho da Cunha Bueno não se acomodava com a sua transbordante atividade na lavoura do Morro Pelado! Anciava pela quimera sertaneja! Nessa ocasião, S. Carlos, com a exuberância de suas terras roxas, com as mirificas margens do Mogi Guaçú, com a virgindade misteriosa e promissora de suas selvas, era o "*El Dorado*", que atraía, como um imenso e poderoso imã tôdas as ambições que, desenfreadas galopavam, pelos cérebros mais aventureiros! S. Carlos era o velocino, que chamava as turbas de audazes pioneiros!

O Cel. Chiquinho da Cunha Bueno vivia com a escaldante febre de cobiça de aventuras, que sentia poder realizar, pondo em ação as virtudes, que sabia possuir em dose alta. Ninguem melhor que seu genro e sobrinho podia acompanhá-lo na arrancada para o sertão de Mogi Guaçú! Moço, apenas com 24 anos de idade, vigoroso, enérgico, ambicioso, ativo, dotado de perfil másculo, que por hereditariedade havia recebido de seus maiores bandeirantes, o dr. Alfredo Ellis era um homem culto, dirigido por limada inteligência. Eis pois uma pessoa dotada de todos os requisitos físicos, morais e intelectuais, para acompanhar o Cel. Chiquinho na sua avançada, pelo sertão. Adquiridos os títulos de propriedade, referentes às terras que marginavam o Mogi, nas divisas entre S. Carlos e S. Simão, ficou combinado que o Cel. Chiquinho e seu sobrinho, dr. Alfredo Ellis, iriam em expedição, abrir lavoura nessas terras distantes. Cou õesses planos em mente, tendo encerrado a sua clínica em S. Paulo, a qual passou a ser exercida por seu irmão Guilherme, o dr. Al-

fredo Ellis se casou e logo a seguir partiu para a fazenda do Morro Pelado, onde deixaria a sua jovem esposa, para daí se embrenhar, com o Cel. Chiquinho nas selvas do oeste. O Cel. Chiquinho estava já com tudo disposto para a empreitada. Viuvo, com seus filhos menores, ainda em verdes anos infantis, sua filha mais velha casada e no Colégio de Itú a segunda, o Coronel nada tinha que o prendesse. Depois do casamento, o Dr. Alfredo Ellis, com sua jovem esposa, foi para o interior. O casal foi até Campinas de comboio ferroviário, mas como a via férrea, que em 1872 atingira essa localidade, só em 1876 chegava a Limeira e a Rio Claro, a viagem teve que ser prosseguida em carro coberto. Nessa ocasião se avolumava a onda verde de cafezais, espriada pelo espigão divisor das águas do Tietê, com as do Mogí Guaçú, por onde hoje se estendem os trilhos da Companhia Paulista. Era a lavoura do café, que se alinhava, verde escura, a substituir a mata virgem, que ruira desbravada e derrubada, pelos machados dos caboclos, que ergueram do prodigioso solo da terra roxa paulista, o maior monumento agrícola na face do planeta, o maior repositório acumulado de energia rural e de dinamismo agrícola, que o mundo tem memória.

Com o avanço paulatino dessa onda verde, em direção ao sertão, ainda inviolado ignoto e tenebroso, formava-se paralelamente essa rebrilhante aristocracia rural, que o café presenteou a S. Paulo, na segunda metade do século oitocentista. Tôda fonte de riqueza gera fatalmente uma estratificação social! Foi o que aconteceu com o café. Uma nova ordem surgia! O que foi a formação da lavoura paulista de café, eis um milagre de economia, só realizado pela máscula energia, pelo eugênico arrojo, pelo homérico espírito de sacrifício dos nossos maiores, que, sem capitais iniciais, sem empréstimos externos, sem as facilidades de transporte ferroviário, ainda inexistentes e do transporte fluvial, impossível em região montanhosa e pedregosa como era a paulista, sem os auxílios paternos de governos, sem os recursos fáceis, que hoje abundam, etc., edificaram esse colosso cafeeiro, alicerce da nossa grandeza econômica.

Nunca aristocracia alguma, na história do mundo teve pedestal mais sólido, mais brilhante e significativo.

A falta de capitais era suprida pela vontade indomável dos abridores de fazenda. A mão de obra, ainda, quando a imigração não era sonhada, era o negro escravo e o caboclo inegaláveis machadeiros. Estes, porém, nada fariam se não fosse a vontade dirigente, emanada de cérebros privilegiados.

Hoje sabemos com que prodigalidade o Govêrno Central constroi ferrovias, que depois dão prejuizos, e são verdadeiros “abacaxis”, porque não têm o que transportar! Hoje vemos como a União perdulariamente joga fora dinheiro em empreendimentos economicamente fadados à ruína, furiosamente colecionando “abacaxis” de todas as côres e feitios!

Querem que o orgão crie a função, quando o inverso è que é o lema verdadeiro!

Os paulistas que abriram a lavoura de café só tiveram ferrovias, quando tiveram o que transportar. Acertaram! Só realizaram a feitura do orgão transportador, quando já tinham em funcionamento a função produtora. Esse transporte era possível, mas só foi melhorado, depois de existir a função produtora.

Foi a função produtora que atraíu a ferrovia!

Não foi a ferrovia que gerou a produção!

Por que não buscam êsse salutar exemplo, os atuais governantes do Brasil? No dia em que o fizerem, o país deixará a miséria!

*

* *

O carro coberto, marchando pelos trilhos na mata úmida e sombria e levando o jovem casal, atingiu Limeira, centro de povoação, ainda dominado pelo vulto do Senador Vergueiro, que em Ibicaba, mantinha faina agrícola, em seus domínios afeudalados. Dir-se-ia avançada de “boers” pelo “veldt”, ou uma corrida colonizadora pelo Far West norte americano, em busca das terras virgens do Oregon.

Aí recebeu os viajantes, os hospedando, o tio Tomazinho da Cunha Bueno, irmão do Cel. Chiquinho. Morava o tio Tomazinho, em Limeira, desde os mais verdes anos. Aí, êle era o capitalista da região. Parecia um rabino sefardim, com sua barba negra e seu nariz aquilino!

Em Limeira ficaram os nubentes alguns dias, a descansar do percurso. Prosseguindo os viajantes, dias depois, chegaram a Rio Claro. De Limeira em diante, a viagem foi feita de trolley, novo veículo norte-americano, cujo uso, entre nós, fôra introduzido pelos colonizadores dessa estirpe, localizados, desde a década anterior em Santa Bárbara. O novo veículo, puxado por quatro animais e coberto por uma capota de lona, oferecia muito mais confôrto, além de ser muito mais veloz.

S. João do Rio Claro, município desde 1845, era então o que se poderia chamar de "*boca de sertão*", com suas terras recentemente desvirginadas, com a plantação da lavoura de café, que já ondulava de verde, pelos espigões desordenados, como se fôra o dorso arrepiado de um gigantesco felino, avançando em direção ao sertão. Apesar disso, S. João do Rio Claro não era o povoado mais avançado da civilização. Em direção Oeste já existia o povoado de Jaboticabal, iniciado em 1850; de Araraquara, desde o começo do século; de S. Carlos do Pinhal, em 1857 fundado por Jesuino de Arruda em companhia dos Botelhos; de Brotas, elevado a município em 1859. Estes eram, porém, meros agrupamentos de indivíduos pioneiros, que sem produção econômica sistematizada, haviam se segregado da sociedade, se isolando da comunidade, estabelecida em linhas muito mais atrazadas.

Foi a cultura cafeeira, com a sua pujante civilização e com os recursos econômicos e sociais, que foi dar vida intensa a êsses núcleos de isolados D. Quixotes, ilhados no oceano verde da mata virgem. Eles não viviam, mas apenas vegetavam! Sem fonte de riqueza, que atraísse população, sem meios de comunicação, com os centros sociais, êsses agrupamentos de rudes aventureiros, não progrediam e não passavam de guarda-avançada da civilização, que vinha impulsionada pela lavoura cafeeira. Dessa atividade agrícola, era, sim, S. João do Rio Claro a mais avançada trincheira, pois os outros agrupamentos, postos avançados anunciadores, como sentinelas perdidas e isoladas no sertão, não passavam de agregados de homisiados, em conúbio com desiludidos da vida e com exilados da sociedade, que buscavam no Far West paulista de então, o socêgo, a impunidade e a aventura. Rio Claro, entretanto, já possuía sociedade disciplinada, com população que se avolumava no prenúncio da riqueza econômica organizada e em funcionamento que se materializava com a cultura cafeeira, que, exigindo transportes melhores, outorgava riqueza material, movimento comercial e demográfico ao lugar em que ela se havia estabelecido.

Desgarrada da antiga municipalidade de Limeira, a que Rio Claro pertencia até 1845, o agrupamento demográfico, que no mesmo ano se tornara autônomo, fizera parte da antiga sesmaria do Morro Azul e via então os primeiros resultados da lavoura cafeeira, que se abria no seu sólo ubertoso. Com o advento alacre desse fenômeno, que não só aumentou, por atração, o vulto de sua população, mas obrigou a vir em sua direção os trilhos da ferrovia, a sociedade se estruturou em base hierárquica, do respectivo valor, conquistado na economia cafeeira. Quan-

to mais se elevavam na escala econômica os cafeicultores, mais subiam no conceito de seus pares e na hierarquia social da população, desse centro avançado da cultura cafeeira no Oeste paulista. Rio Claro, antes dessa época era um agrupamento humano de “*desperados*”, sem base econômica e só com vida vegetativa. Não aumentava! Não progredia! Não tinha vis propulsiva. Em 1827 fôra elevado à capela curada. De então para 1870, Rio Claro quase não mudara! E’ que não tinha com que atrair população. Foi preciso que, a onda cafeeira o atingisse, para que o velho “*valhacouto*” de audaciosos aventureiros pioneiros, tomasse rumo na senda da civilização. Só então, os elementos demográficos se hierarquizaram, fornecendo importante contingente para a nobreza do café, que se estruturava vitoriosa, saída da cultura cafeeira, em S. Paulo e formando a sólida aristocracia rural, que no 2.º Império foi o firme sustentáculo do trono, que tremia com o resultado nulo da guerra do Paraguai, aventura pouco inteligente, unicamente destinada a assegurar a hegemonia política externa da dinastia.

A principal figura de S. João do Rio Claro, era a do Visconde do Rio Claro, José Estanislaú de Oliveira, morador da cidade desde 1836 e tio avô da esposa do Dr. Alfredo Ellis, pois era irmão do falecido sogro do Cel. Chiquinho. Foi da vigorosa cepa do senhor rural do café, que era o Visconde do Rio Claro, que saíu o ramalhudo galho formador da mais pujante aristocracia rural, que se tem memória no Oeste paulista. Dos 12 filhos, deixados pelo ilustre varão titular do 2.º Império, uma foi condessa, quatro barões e baronesas, um comendador, outro foi vice-presidente de São Paulo. Isso quer dizer que, a estirpe fidalga era bem o sólido e rútilo pedestal para a nobreza, que a economia cafeeira dava, ao fim do oitocentismo. O Visconde era um autêntico tipo patriarcal de chefe de clã. Da sua grande fazenda S. José, latifundio apalaçado, em pleno sertão paulista, o Visconde era como um astro-rei, em tórno do qual orbitava uma multidão de satélites, que nas respectivas trajetórias carregavam, em tórno de sí, enormes e bojudos séquitos. Era o Visconde um potentado senhor rural, que dardejava a luz forte de seu poderio de magno aristocrata latifundiário, sôbre dezenas ou centenas de potentados menores, que obedeciam ao seu mando, acatavam a sua palavra e se agregavam ao seu robusto clã. Sim, porque o Visconde, além dos seus doze filhos, tinha grande número de sobrinhos, parentes ou amigos, os quais, embora potentados poderosos e chefes de grande massa de apaniguados, se acobertavam, sob a sombra protetora do grande vulto dessa aris-

tocracia do café, que ocupou, dominadora e exclusiva, tôda a história paulista da segunda metade do oitocentismo. Se tivéssemos de procurar no nosso passado expoente expressivo para o patriarcado, que absorveu empolgantemente o Segundo Reinado, não poderíamos encontrar ninguém com traços mais vincados, e ninguém com o perfil mais em saliência do que o Visconde do Rio Claro. São Paulo era assim, nessa segunda metade dos oitocentos! Grandes senhores rurais, geralmente abridores de fazendas, centralizavam patriarcalmente enorme série de senhores vasallos, que menores e menos poderosos, como planetas secundários, rodavam, em torno do astro-rei, formando com seus satélites um microcosmo, que erguendo as cidades do interior paulista, aí fixando a colonização, traçaram as linhas mestras da nossa expansão e alicerçaram o arcabouço gigantesco da nossa lavoura de café, o maior acumulador de esforço agrícola, registrado na face da terra. Esses senhores rurais, feudalmente hierarquizados, em latifúndios maiores ou menores, se localizavam pelos núcleos urbanos, que se espraiavam no nosso Planalto. Campinas, fôra, sem dúvida, o maior ninho desses senhores rurais, os quais com suas enormes famílias formavam sistemas siderais, que como imensas avalanches invadiram o nosso hinterland, com suas parentelas e seus séquitos de apaniguados e de protegidos, geralmente presos pelo compadresco. De Campinas partiam bojudos comboios chefiados por um bandeirante rural, levando a seiva fecunda da velha estirpe paulista, por todos os recantos da nossa terra roxa. Eis os Teixeira Nogueira, os Camargo, os Pompeu, os Franco, os Toledo Piza, os Penteados, os Pacheco e Silva, os Amaral, os Campos, os Araújo Cintra, os Souza Aranha, os Barros, os Ferraz, os Bueno de Moraes, os Arruda, os Oliveira, os Almeida Prado, os Ferreira de Camargo, e tantas centenas de outros, se afundando, pelos rincões sertanejos de Mogí Guaçu, do Tietê ou do Pardo, ou se fixando nos sertões ubertosos do Atibaia, do Jaguarí, do Camanducaia, do Tatú, do Rio Claro, etc. nucleando a produção cafeeira, cujas fazendas se debruçavam, formadas por essa gente, pelos espigões, como se fossem o pelo alinhado e recurvo de imenso dorso de animal em repouso. Se Campinas, o âmago da velha estirpe paulista, foi a célula "*mater*", mais pujante no desdobramento expansionista dos troncos seculares da ultra selecionada gente bandeirante, outros núcleos paulistas se fizeram notar no processo da feitura da nossa aristocracia rural, emparelhados com a abertura da nossa inegualável lavoura de café. Assim, como dissemos, Itú, foi uma cornucópia fecunda do esforço rural paulista. Dessa magnífica célula, plantada por Domingos Fernandes, ainda no seiscentismo, saíram muitos Almeida Prado, que foram

se estabelecer em Jaú, abrindo largas perspectivas aos rurais, que se expandiram em passadas gigantescas, que se sucediam, cada vez mais distantes e afundadas no mar tenebroso e verde do nosso sertão. Cada lugar novo atingido seria logo nova célula, que, pujante, se desdobrava conquistadoramente para o sertão, nessa incontida e maravilhosa cissiparidade, que povoava a nossa terra, que como um grande acumulador foi saturado da gente dinâmica, saída dos núcleos povoadores das regiões altas da então Província de S. Paulo. Eram como imensas passadas de gigantes, que se desdobravam em centenas de outras, aumentadas em progressão geométrica. E o patriciado paulista da terra rôxa foi se formando em Sorocaba, que nos séculos XVIII e XIX, tinha desempenhado, com as suas famosas feiras, o papel de entreposto fornecedor de elementos de transporte, para o Centro brasileiro, onde o ouro desenvolvia, foi também centro magnífico de expansão rural, função admirável desempenhada por Indaiatuba, Porto Feliz, Limeira, Itapetininga, Araraitaguaba, Tietê, Mogi-Mirim, Piracicaba, etc. de onde partiam quadrilhas às centenas, devassando as recônditas paragens da mata virgem paulista, que derrubavam, firmando no lugar, onde, outrora frondejavam as bojudas figueiras e copadas perobeiras, ondas de cafeeiros, que se ajardinavam, acanteirados pelos retilíneos carregadores. Foi como a expansão de um mar bravio, que se espalhava, bramindo, sobre o sertão. Tudo isso foi feito sem capitais externos ou recursos fornecidos pelos govêrnos ou capitalistas estrangeiros! Enquanto êsses avesgados governos se desmandavam nas nefastas aventuras econômicas trazidas pela inútil Guerra do Paraguai, ou pela romântica campanha abolicionista, que tantos prejuizos econômicos acarretariam à comunidade brasileira, os bandos expansionistas paulistas, abridores de fazendas, levavam por único capital, a fé no seu objetivo e a energia formidável de novos bandeirantes, sincronizadas, com o dinamismo de uma estirpe selecionada, pelos séculos, e pelo heroico espírito de sacrifício das mulheres paulistas, que acompanhavam seus maridos, por aquela "*via crucis*" de trabalhos, mergulhando em sertão bruto, sem conforto, sem recursos e sem civilização.

José Estanslau de Oliveira, o futuro Visconde do Rio Claro, era, quando, em 1874 o jovem Dr. Alfredo Ellis chegava no Rio Claro, apenas Barão de Araraquara, título, que lhe fôra conferido em 1867. Sua fazenda latifundiária se denominava S. José, nome invocado do santo patrono de seu nome. O latifúndio situava-se do lado de Araras, confrontando com a imensa sesmaria do Alferes Franco, outro senhor rural abridor de sertões, saído da velha cêpa paulista-bandeirante, que constituía o pe-

destal magnífico, sôbre o qual se assentava essa aristocracia do café, que no território paulista se formava na segunda metade do século XIX, coincidindo com o Segundo Império. A sesmaria do Alferes Franco compreendia imenso trato de terras, abrangendo área de Limeira, em contáto com o latifúndio do Senador Vergueiro, que vinha até Ibicaba e com o do Barão do Rio Claro, Amador Rodrigues de Lacerda Jordão, outro senhor rural do feudalismo paulista.

Nessa imensa mansão patriarcal de S. José, moravam os 12 filhos do futuro Visconde, com suas respectivas famílias e apaniguados. Apesar disso, porém, êles exerciam as suas atividades rurais, em pontos destacados e distantes da sesmaria paterna, que lhes tinha sido distribuída, como início de patrimônio. Êles, com os respectivos escravos e com enorme malta de caboclos e de agregados abriam vários tractos da lavoura cafeeira, derrubando a mata virgem e plantando a rubiácea, onde as terras arroxavam, na maravilhosa desagregação da diabase.

Partindo das divisas com Limeira, a enorme sesmaria de S. José se estendia para o sertão, abrangendo grande parte do que hoje é o município de Araras, todo o município de Anápolis, com tôda a região percorrida pelos trilhos da Paulista, com a bitola de um metro. Essa imensa área, tôda salpicada de opulenta mata virgem, que aos poucos se transformava em gordas lavouras, possuía elevada porcentagem de magníficas terras próprias para o plantio do café. Ao redor da sesmaria S. José, mais semelhante, pela sua feição essencialmente patriarcal, a um feudo europeu modernizado e apaulistanado, com enorme séquito de negros escravos, grande récuca de caboclos da terra e não pequena cópia de “camaradas” mineiros ou baianos, atraídos para o Sul, pela prosperidade refulgente e atrojadora do Oeste paulista, dinamizado pelo café, se situavam agricolamente, formando lavouras, outros parentes do aristocrata-potentado do Segundo Império. Seus numerosos sobrinhos e mesmo sobrinhos-netos, pois José Estanislau, tendo nascido em 1803 era mais que septuagenário, se localizaram no meio rural ou urbano rioclarenses, determinando para o imenso “clã” dos Oliveiras, uma dominadora influência, até hoje marcada, nessa boca do sertão paulista que era Rio Claro, como em Mogí Mirim ou em Araras.

Em Rio Claro, o casal Alfredo Ellis demorou-se vários dias, pois aí a jovem esposa tinha uma enorme parentela. Todos seus tios pela via materna moravam na cidade.

De Rio Claro, em “trolley” coberto, puxado por duas parelhas de cavalos, o jovem par, em companhia do Cel. Cunha Bue-

no, partiu para a Fazenda de Morro Pelado, na Serra do Itaquiri, a Oeste da comarca, então boca de sertão, aí chegando, noite avançada, depois de haver viajado o dia inteiro, através de enorme extensão de areia, imprópria para o cultivo da rubiácea. A Fazenda se situava em mancha de diabase decomposta, ilhada no areão de Itirapina e campos de Broças, que a isolavam da Serra do Cuscuzeiro, à direita. Em baixada, ao pé do Morro Pelado, que se erguia desnudo, estava a casa principal da Fazenda. Era um casarão colonial, de feição eminentemente patriarcal, o qual se vê ainda da via férrea que passa perto. Esse casarão, aglomerava, em torno de si, as demais construções do núcleo agrícola, que era a séde da atividade rural paulista espontada em lança, como uma guarda avançada, em direção ao sertão, que se abria hiante e ameaçador, para os lados de Araraquara e de S. Carlos, vilarejo que datava de 1857 e que só em 1880 iria ser elevado à categoria de cidade. As dependências da Fazenda, que, como satélites orbitavam, em tórno do velho casarão, eram centros da atividade agrícola e industrial da manipulação da cana para o fabrico do açúcar e da pinga, que constituíam a base medular da Fazenda, bem como do café, nova plantação, que, de Campinas, nessa segunda metade do século XIX, em avalanche incoercível, cobria todo o território paulista devassado. Ao lado do engenho de moer cana e dos depósitos dessa gramínea, se erguiam negras, as tulhas de café, a máquina de benefício, movida à roda d'agua, que também acionava o engenho, se extendiam os terreiros de secagem e se assinalavam os tanques, para ser o fruto lavado, ao vir da roça. Em outras edificações quadradas, e furadas de muitas janelas, que ulceravam de negro o branco da calça, se alojava a negrada, mão de obra necessária, não só para o cultivo agrícola da cana e para o fabrico industrial do açúcar, como para o preparo do café. Aí eram as senzalas, os quadrados da escravaria, que, somando mais de duas centenas de indivíduos, iniciavam nesse longínquo fundo sertanejo, o devassamento rural e o povoamento que se alastrava incontido em direção ao vale do Mogi Guaçu, o qual se situava na parte Noroeste dessa guarda avançada da civilização. A casa central da Fazenda do Morro Pelado era um velho edificio colonial, como um enorme paralelepípedo branco e encaixado, com as paredes lisas, onde se projetavam várias janelas sem venezianas com um alpendre no meio, elevado sôbre altos esteios, o que lhe dava um aspecto de minarete, de onde podia ser descortinada tôda a vida agrícola-industrial do núcleo rural.

Era uma casa senhorial paulista, evoluída da pobre morada seiscentista, com o seu copiar, avançado do corpo do edificio, em altura, como em torre de menage, mixta e guarita de espreita e de cesto de gávea, de onde o gageiro marítimo vasculhava os horizontes azulinos e de onde podia ser vigiada tôda a atividade rural do núcleo (1).

(1) O território paulista possuía outros feudos patriarcaes semelhantes ou talvez menores, alguns dos quais, localizados nas proximidades Os reconstituimos graças à Azevedo Marques (Apontamentos”, pág. 98, 99):

“Sete Quedas”, no município de Campinas, fundado em 1852, por Joaquim Bonifácio do Amaral.

“Morro Grande, no município de Jundiá, fundado por João Eufrosino de Souza Queiroz.

“Bery”, no município de Rio Claro, fundado por Elias Pacheco Jordão, em 1852.

“São Jerônimo e Santa Bárbara”, no município de Limeira, fundado em 1852, por Francisco Antonio de Souza Queiroz, genro do Senador Vergueiro.

“Tapera”, no município de Campinas, fundado por D. Maria Inocência de Souza Queiroz.

“Boa Vista”, no município de Rio Claro, fundado em 1852 por Benedicto Antonio de Camargo.

“Morro Azul”, no município de Limeira, fundado em 1852, por Joaquim Francisco de Camargo.

“São Lourenço”, no município de Piracicaba, fundado pelo Comendador Luiz Antonio de Souza Barros.

“Ibicaba”, no município de Limeira, fundado em 1847, pelo Senador Vergueiro.

“Santo Antonio”, no município de Piracicaba, fundado por Elias da Silveira Leite

“Lagoa Nova”, no município de Limeira, fundado por Joaquim Francisco do Amaral.

“Lagoa Nova”, no município de Limeira, fundado por Raphael Antonio de Sampaio.

“Lagoa Nova”, no município de Limeira, fundado por Lourenço da Rocha.

“São Joaquim”, no município de Jundiá, fundado por Joaquim Benedicto de Queiroz Telles.

“Morro Grande”, no município de Rio Claro, fundado em 1853, por João Ribeiro dos Santos Camargo.

“Santo Antonio”, no município de Jundiá, fundado em 1854 pelo Comendador Antonio de Queiroz Telles.

“São José”, no município de Jundiá, fundado em 1864 por Joaquim Pereira Guimarães.

“Tatú”, no município de Limeira, fundado em 1854, por Candido José da Silveira Serra.

“Dores”, no município de Campinas, fundado em 1854, por Pedro dos Santos Camargo.

“Cresciumal”, no município de Pirassununga, fundado em 1854 pelo Senador Francisco Antonio de Souza Queiroz.

“Cauvitinga”, no município de Rio Claro, fundado em 1855, por João Elias Pacheco Jordão.

“Florence”, no município de Campinas, fundado em 1855, por Hércules Florence”.

“Morro Grande”, no município de Rio Claro, fundado em 1855, por D. Anna Joaquina Nogueira de Oliveira, sogra do cel. Chiquinho e avó da esposa do Dr. Alfredo Ellis. (Talvez fosse a sesmaria de Morro Pedado, também chamada de Morro Grande).

“Angélica”, no município de Rio Claro, fundada em 1855 pelo Senador Vergueiro.

“Boa Esperança”, no município de Campinas, fundado em 1856, por Antonio de Camargo Campos.

“Laranjal”, no município de Campinas, fundado em 1856, por Luciano Teixeira Nogueira.

“Capitão Diniz”, fundado em 1857, por Joaquim da Silva Diniz, no município de Limeira.

Além desses núcleos citados muito poucos os que obtive; temos outros, mas que podem ser aumentados por pesquisas em cada município. Temos mais os seguintes nomes de expoentes formadores da aristocracia rural paulista do café, a qual teve ampla vigência no século XIX:

João Ferreira de Camargo, afazendado em Pirassununga;

Manoel Joaquim de Oliveira Leme, afazendado em Pirassununga;

Francisco da Silveira Campos, afazendado em Pirassununga;

Dionisio José Franco, afazendado em Pirassununga;

Senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, afazendado em Pirassununga;

Dr. Joaquim Mariano Galvão, afazendado em Bragança;

Floriano de Campos Penteado, afazendado em Campinas;

Antonio Rodrigues Barbosa, afazendado em Campinas;

Domingos José da Costa Alves, afazendado em Rio Claro.

CAPÍTULO XIII

BANDEIRANTES OITOCENTISTAS

Depois de um estágio de cerca de dois meses na Fazenda do Morro Pelado, durante os quais se realizou o inventário da falecida esposa do Cel. Cunha Bueno, o Dr. Alfredo Ellis, em companhia de seu tio e sogro, e à frente de grande bandeira de escravos, de caboclos contratados, em Outubro de 1.874, se pôs em marcha, em direção ao sertão do Mogi Guaçú, onde o Cel. Cunha Bueno havia adquirido terras, na sesmaria dos Eleutérios, situada a uma distância de 50 quilômetros de S. Carlos, terras essas que o Cel. Chiquinho, com 4 escravos, tinha iniciado a posse em 1873, começando a fazenda com roça inicial, que havia sido o marco desvirginador do sertão.

Era uma troma de terra roxa, própria para o cultivo do café, o qual avançava pela região da mata, antes tóda coberta de vegetação arbórea, que, como um tapete verde negro se estendia pelos espigões elevados, a coroar os outeiros, em direção às varzeas de terras pretas, que formavam a orla de turfa das margens selváticas do Mogi e de seus afluentes, entre os quais o Quilombo e o Araras. Iniciada a abertura da fazenda nessa região, o Cel. Chiquinho voltou ao Morro Pelado, para mais tarde tornar com mais recurso. E' o que êle fazia, então, juntamente com o Dr. Ellis.

O agrupamento humano que o Cel. Cunha Bueno e o Dr. Alfredo Ellis chefiavam, então, era um magote de cerca de 100 escravos negros e mulatos, aglomerados, ao lado de outra centena de caboclos, alguns dos quais nortistas, mas muitos deles santamaristas, que, em turmas, a cavalo, carregavam grande cópia de material. Grandes carroções cobertos de lona, puxados uns por duas, três e quatro parelhas de burros e outros por bois, transportando o grosso do material requerido pela expedição, se enfileiravam a seguir aos nervosos e agitados cavalarianos que eram os vanguardeiros.

Parecia uma expedição de "farmers" colonizadores do Wild-West americano!

À frente da expedição, la estavam os dois bandeirantes oitocentistas, em demanda ao novo El-Dorado do café, essa miraculosa terra roxa da qual se dizia tanta cousa e se tecia tanta lenda! Era a nova terra da Promissão, a Canaan paulista, que como um velocino redivivo, atraía para o fundo sertanejo do Mogi

as ambições e os espíritos aventureiros, que não queriam se acomodar nos horizontes sedentários que lhes haviam sido legados pelas gerações anteriores!

Era de fato, um continuado processo seletivo, que arrancando dos velhos e pacatos horizontes herdados, os arrojados Qui-xotes que buscavam insaciavelmente sempre regiões mais ricas e promissoras, deixava os prudentes Sanchos, que ficavam no comodismo macio e morno das zonas velhas, as quais eram mais seguras, conservadoras e tranquilas.

Ia o préstito colonizador, povoador e desbravador do sertão paulista, continuar a pedra inicial do monumento agrícola, que no ano anterior havia o Cel. Chiquinho da Cunha Bueno lançado no sertão marginal do Mogi Guaçu, com os 4 escravos dormindo ao lado de seu leito primitivo, no rancho que havia erguido junto ao rio Quilombo.

A nova onda de pioneiros, à cuja frente estavam o velho sertanistas e o jovem médico seu genro, ia avolumar, confirmando a posse do sertão selvático.

O Cel. Chiquinho e o Dr. Alfredo Ellis, iam a cavalo, acompanhados de inúmeros cavalarianos, quase todos cablocos assalariados, que eram os famosos machadeiros desbravadores que vanguardeavam as derrubadas da mata antes do plantio. A coorte de homens montados precedia o imenso comboio de carros, transportadores de gêneros, bem como da grande malta de escravos pretos que iam formar o grosso da mão de obra do novo centro rural, que iam abrir, em continuação ao rancho levantado em 1873, pelo Cel. Chiquinho. A seguir aos carroções, vinham os rebanhos de gado, destinados a ocupar os campos e as regiões baixas das terras que os chefes da expedição haviam adquirido.

Parecia essa nova bandeira oitocentista, essa ponta de lança que a civilização planaltina fazia avançar, em direção ao sertão virgem, uma expedição conquistadora, povoadora do Far West norte americano, dessa famosa "moving frontier" que avassalou para a grande pátria de Washington, todo o território a Oeste do Mississipi e que constitui um dos capítulos mais empolgantes da história oitocentista do novo continente. São Paulo teve também a sua "moving frontier"! O sertão paulista também teve os seus pioneiros desvirginadores! Foram os másculos bandeirantes oitocentistas!

Durante dez dias, o imenso comboio de bandeirantes navegou pelo sertão inhóspito e deshabitado, até que estacou encontrando e localizando as terras dos Eleutérios Falcão. Parecia um comboio de "boers", atravessando o "veldt"!

Ai a tropa acampou, fixada à sombra de um espigão, que, imenso, se prolongava, como uma tromba abrupta vestida de espessa mata, por cêrca de 3 quilômetros, em semi-círculo à cavaleiro de uma várzea, que ia coberta de vegetação rasteira dos campos, até os rebordos tortuosos do Mogí Guaçú. Esse espigão, alto, protegendo admiravelmente o local onde a tropa se havia fixado, contra o vento sul, formava um recôncavo, quase inteiramente fechado, com abundante aguada. Na encosta desse espigão, sempre dentro da imensa mancha de terra roxa, os abridores da Fazenda determinaram que seria localizada a séde. Aí, acampados, começou a faina com o plantio dos primeiros talhões de café, as iniciais roças de milho, os canaviais inaugurais da indústria açucareira que iam implantar no sertão avançado, depois da necessária “derrubada” da espessa mata, que como imenso tapete verde negro vestia as ondulações pedregosas de um solo irregular. Com essa atividade agrícola, encetaram-se as construções imprescindíveis para a labuta a que se iam dedicar os dois varões paulistas.

O Cel. Chiquinho tinha bem o tipo representativo de sua estirpe centenária no Planalto paulista. Alto! Imensamente alto, como todos seus 14 irmãos homens, tinha êle 1,90 m. de altura, coisa que não destoava da média de 1,80 m. dos filhos varões do Cunha velho, o senhor setecentista da Cantareira. Trigueiro, com barba longa e cabelos negros, o Cel. Chiquinho, lembrava bem o índio guaraní, em mistura com o sarraceno invasor da Ibéria. Ele não ocultava, com o seu perfil aquilino e algo rubicundo a mescla sefardim, que lhe imprimia um dinamismo utilitário incansavel.

Homem, ainda que sem cultura, pois que com os Padres aprendera apenas os rudimentos, era o Cel. Chiquinho dotado de uma inteligência notavelmente viva que se emoldurava com um esplêndido e sempre disposto “humour”, coisa que o fazia admiravel “causeur” e um contador de anedotas notavel. Ninguem melhor do que êle personalizava a frase do Morgado de Matheus sôbre os paulistas, gente de fino metal, mas mal limado.

O Dr. Alfredo Ellis era diferente! Louro como uma espiga de milho! Muito mais baixo, influência evidente de sua ancestralidade britânica, que lhe havia transmitido a calma externa e a frieza de manifestações, a lhe ocultar um temperamento impetuoso e vibrátil. Uma velha tradição de família conta que o Dr. Alfredo Ellis, que possuía uma força física de touro, com a mão protegida por um “box” inglês, com um soco afun-

dava os tijolos de qualquer parede. Ele era o único a ganhar do Cel. Chiquinho no jogo de braço, chamado “queda francesa”.

Havia o Dr. Ellis empregado os 30 contos, que sua esposa herdara de sua mãe, totalmente, na abertura da nova fazenda. Com isso, o jovem médico se fizera um dinâmo de atividade rural. Era o bramido íntimo de sua ancestralidade de sertanista de três séculos, na luta constante pelas selvas misteriosas da América.

Logo, a fazenda se ergueu, em pleno coração da mata, em tórno do primitivo rancho, que o Cel. Chiquinho construira em 1873.

Os cafezais alinhados foram se espontando, formando uma imensa superfície de verde, onde se ilhavam de negro, os topos lenhosos dos gigantes da mata, derrubados, os quais o fogo das queimadas não havia totalmente consumido. Com êsses cafezais, os edificios foram surgindo, de madeira e de tijolos, para o que uma olaria foi montada na beira do Mogí. Assim, a fazenda foi se construindo, aos poucos.

Decidiram os proprietários que o novo estabelecimento rural se chamaria Sta. Eudoxia, invocação da santa padroeira da esposa falecida do Cel. Chiquinho, sogra do Dr. Ellis. Embora a religião católica não tivesse para os proprietários, que a consideravam apenas como tradição herdada dos maiores, uma imposição de fé, que fosse além do simples respeito, o nome era uma homenagem à memória de quem fôra em vida, a suprema encarnação da bondade e de tôdas as virtudes cristãs. O nome também era em homenagem à filha do Cel. Chiquinho, esposa do Dr. Ellis, pois ela igualmente se chamava Eudoxia.

Os edificios da nova fazenda foram, paulatinamente, se erguendo! A primeira cousa que fizeram os abridores da lavoura, além do rancho em que moravam, dormindo em rêdes, com a escravaría sob o mesmo tétó, foi uma casa de morada, sêde do novo centro rural, que se iniciava. Era, naturalmente, uma casa de taipa, isto é, de barro socado, entreveirado de ripas de palmito, com assoalho de tabuas largas de peroba, presas com grandes pregos visíveis. Depois, com o evoluir das edificações, uma olaria foi montada na beira do Mogí e então, tijolos em profusão e telhas em abundância foram usadas nas construções, que se seguiram, substituindo as velhas ripas e o sapé das coberturas.

A casa de morada não podia deixar de ser derivada da velha fazenda do Morro Pelado, como esta fôra das mesmas linhas

mestras, que a casa da fazenda velha da Cantareira, padrão rural da propriedade setecentista, por sua vez, derivado da pobre moradia seiscentista.

E' sabido que a casa é mero reflexo do estado social, em que se acha o grupo humano, do qual é parte o indivíduo, ou os indivíduos, que edificam e se utilizam da casa. Ora, o grupo humano paulista, ao qual pertenciam o Cel. Chiquinho e o Dr. Ellis era patriarcal bem ruralizado. Os pais do Cel. Chiquinho tinham tido 24 filhos. Para acomodar todo esse volume de família, seria preciso uma casa de proporções amplísimas. Foi porisso que a casa da fazenda Velha da Cantareira, que fôra feita pelo Cunha velho, era uma casa imensa, com suas medidas métricas colossais, a sua dezena de alcovas, etc. (Ellis, "*Raça de Gigantes*").

A casa da fazenda do Morro Pelado tinha, por força que derivar dela e seria fatalmente filiada a ela. Ei-la, edificada em encosta, protegida do vento sul, portanto com face norte, sem porão na sua face trazeira, pois o morro, íngreme na encosta, impedia que a parte trazeira da casa tivesse outros alicerces, que não a própria colina, que subia!

Ei-la, com o seu terraço na frente, que parecia levantada com seus dois pavimentos, a dominar as outras construções da Fazenda pela sua situação central e pelo seu porte donairoso. Dêsse terraço, podia-se lobrigar tôdas as atividades rurais da fazenda. A casa era um imenso paralelogramo branco estendido ao comprimento, com cêrca de 60 metros de longo, por 7 ou 8 de largo.

O Cel. Chiquinho não acompanhára seus pais, no tocante ao número de filhos legítimos. Tivera apenas 5, pois sua esposa falecera com menos de 40 anos. Não fosse isso, è bem provavel que o número de seus filhos subisse a mais de dezena e meia. O casal Alfredo Ellis teve 10 filhos e uma outra filha do Cel. Chiquinho teve 15. Essa elevada fecundidade, marcada de um modo expressivo na estirpe paulista, foi, indiscutivelmente, em parte consequência do patriarcalismo, tão evidente na formação social da gente, que povoava a província de S. Paulo no século XIX. Além disso, que é patente, temos que, o volume da família paulista se fazia possível, em vista da idade extraordinariamente tenra, com que as mulheres contraíam nupcias. Assim, a esposa do Dr. Ellis casou-se aos 15 anos e sua irmã Maria Francisca tomou estado aos 13. E' admiravel a precocidade fisiológica dessas meninas, que com idade tão resumida já concebiam e procriavam!

*
* *

Ainda nesse ano de 1875, o Dr. Ellis trouxe da Fazenda de Morro Pelado sua esposa, se fixando definitivamente, em Santa Eudoxia.

A labuta aí era árdua no plantio do café, que só iria produzir 5 anos mais tarde. Assim, só em 1880, iriam os abridores da Fazenda começar a vêr os resultados de seus esforços másculos. O que isso representa de heroísmo e de coragem é admirável! Estava o jovem médico paulista com 30 anos e nessa quadra da vida do pioneiro do café, gastou êle o melhor da sua vigorosa energia e o mais pujante de sua ardorosa mocidade.

Aí nasceram os seus primeiros filhos. O mais velho, em 1876, que deveria receber o seu nome, não viveu, vítima da falta de recurso em sertão tão distanciado da civilização, pois a via férrea, ligadora dos centros civilizados, parava ainda a cêrca de 200 quilômetros. Êle, o Dr. Ellis, com o seu séquito, era uma algára avançada da "*moving frontier*", que vagarosamente avassalava a mata virgem, transformando-a num oceano de cafezais, que se alinhavam como cabeleiras penteadas nos cabeços ondulantes do fortemente acolinado e pedregoso sertão paulista.

Uma homenagem muito ardorosa deve ser prestada à jovem Cunha Bueno, esposa do Dr. Ellis! Só uma formação forrada das mais excelsas virtudes, temperadas de uma fortaleza incrível em mulher, podia conceber o realizado por D. Sebastiana Eudoxia, naqueles anos de 1874 a 1881. O perfil moral da moça de apenas 15 para 20 anos, que tantos tinha a jovem paulista, se reveste de linhas, que tornam para ela vantajoso um paralelo com as damas romanas. Sim, porque viver em região selvática e isolada, sem os recursos de uma civilização, da qual, imenso deserto, sem comunicações separava, exigiria com império absoluto uma têmpera especial, dotada de rigidez de aço, sincronizada com bronzea determinação, inamolgável bravura e energia incomparável!

CAPÍTULO XIV

A EXPANSÃO PAULISTA

SEGUNDA ETAPA DO BANDEIRISMO DO CAFÉ

OLIVEIRAS

Em 1880, foi colhida a primeira safra cafeeira de Santa Eudoxia, a qual foi mais uma catação das pequeníssimas lavouras iniciais.

Esta foi a única, da qual se aproveitou o Dr. Ellis! Ele se retirou no ano seguinte!

Então, nesse mesmo ano, no mês de Janeiro, a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais atingia, com seus trilhos, a margem do Mogí Guaçú na cidade de Porto Ferreira, mas, só em 1887, essa Companhia de Vias Férreas e Fluviais iniciava o seu serviço, no rio Mogí, com a navegação à vapor, desde Porto Ferreira, até a confluência do Mogí com o Pardo. (*História da Viação Pública de São Paulo*, 306 — Adolpho Pinto). Assim, a safra de café da fazenda Santa Eudoxia era, em parte, levada pelo rio acima, em embarcações particulares, até onde ficava, à margem esquerda do rio, a ponta dos trilhos da Companhia Paulista e em parte, carregada em carros puxados por bois, até Porto Ferreira, onde embarcavam em gôndolas ferroviárias da mesma empresa de estrada de ferro.

Nessa data de 1880, a ferrovia estava parada em Rio Claro, desde 1876, para só atingir S. Carlos em 1884, (Adolpho Pinto, *loc. cit.* 67). Nessa ocasião, em 1880, a Companhia Ituana, por Jundiá e Itú, atingia Piracicaba e em 1888, chegava, com seus trilhos, a São Manuel, via Porto Martins. Então, a Companhia Sorocabana, que em 1875, chegara a Sorocaba, em 1883 estava em Tietê e a Companhia Mogiana, que estava em 1875, em Amparo e Mogí Mirim, chegava em 1878 a Casa Branca, em 1880 em São Simão e em 1883 em Ribeirão Preto.

Pode-se dizer que essas passadas ferroviárias balizaram, de certo modo, a expansão rural paulista, que, impetuosa e incoercível invadia o sertão da Província, avançando incontinentemente, como uma onda verde de cafezais, que ia substituindo, com a faina gigantesca do lavrador paulista, a mata virgem que, como um espesso manto cobria as ondulações do hinterland da "Paulistânia".

A economia paulista, sempre individualista, repousando em companhias privadas e capitalizadas com os próprios recursos lo-

cais, sem recorrer quase à capitais exóticos (aqui investidos em mínimas proporções) e nunca ao poder público, sintetizava admiravelmente a máxima biológica que tem cristalina significação econômica :

A FUNÇÃO CRIA O ÓRGÃO

Jamais essa máxima deve ser invertida, em se querer à força, que o órgão crie a função. Se, por desgraça se ousar querer que o órgão crie a função, para isso se utilizando a teimosia pouco inteligente e os fartos recursos do poder público central, são de se esperar os maiores desastres financeiros e os mais irremediáveis e funestos prejuízos. O fator transporte pode, como órgão possibilitar a função produtora, se os outros fatores concordarem, mas não a determina, em hipótese alguma.

E' porisso que, quando a lavoura de café, com a sua produção chegava, com sua vanguarda pioneira, às lindes de S. Carlos e de Araraquara, o órgão ferroviário, transportador do produto dessa função rural, acompanhava essa avançada produtora e povoadora, sempre cêrca de 200 quilômetros atrás.

Por não ter violado, ou infringido a norma econômica de que é a função que cria o órgão, a economia ferroviária paulista, sempre evidenciou os maiores saldos, enquanto que, alhures, tem se visto o contrário, não obstante a farta generosidade de um poder público central. Este, apesar de tres quartos de séculos de adoção da norma econômica absurda do órgão criar a função, só tem acarretado os mais funestos desastres financeiros, para tôda a Nação. De fato, a União teimou, desde 1870, por tanto a cêrca de 79 anos, em querer promover ou criar a função povoadora e produtora a custa de ferrovias, que são os órgãos que ela constroe prodigamente, em todo o território brasileiro. Dessa política imbecil, a União tem visto se acumularem Himalaias de "deficits", que pesam sôbre todo o povo brasileiro, já anemizado por várias circunstâncias. Sim, porque desde o último quartel do século passado que o poder público central, ao invés de aplicar seus parques capitais nacionais em empreendimentos de sucesso provavel, tem se preocupado com as construções ferroviárias mais imbecis, em aventuras mais anti-econômicas e sem as menores probabilidades de sucesso, sem a menor promessa de lucro, nem remoto, nem imediato. Com essa norma de proceder, a qual dura enorme lapso de tempo, sem conseguir nada, a União só tem conseguido acumular "deficits" nos próprios, que obedecem à sua direção.

Dir-se-á que, se a União não tem obtido lucros imediatos, entretanto, tem seguido orientação sadia de não procurar um Estado obter lucros diretos, explorando comercialmente os ramos industriais, que tem empreendido. Poderiam os partidários dessa orientação governativa dizer que, se a União não tem obtido lucros diretos, entretanto tem palmilhado uma orientação no sentido de conseguir lucros remotos, povoando zonas do hinterland brasileiro, fazendo-as produzir, etc.

Mas, essa orientação, que já dura mais de 100 anos, não vem produzindo nada! Não era tempo dela ter evidenciado algum resultado?

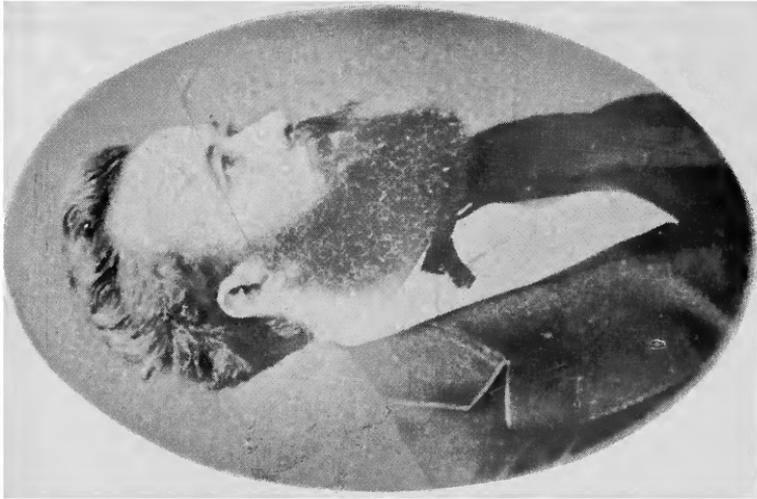
Entretanto nada se vê de benéfico, em relação a qualquer próprio da União. Não há lucro nem diréto, nem remoto! Não está isso gritando que a União segue o caminho errado?

Daí temos quão sadia vem sendo a orientação paulista, não colocando o "*carro à frente dos bois*". As vias férreas paulistas só se alongavam, para onde já houvesse produção a transportar! O tráfego, por essas vias férreas, jamais foi feito de comboios vazios, como se vê alhures, com imensos prejuizos para toda a Nação. Por êsse motivo, as estradas paulistas dão grandes lucros. Sempre deram! Não seria de vantagem para a União a política paulista? Nunca S. Paulo quis se desenvolver a custa de ferrovias, pródigamente construídas por uma generosa União, que se tem exagerado em derramar capitais, em regiões, que não os podem remunerar e que não oferecem expectativas seguras.

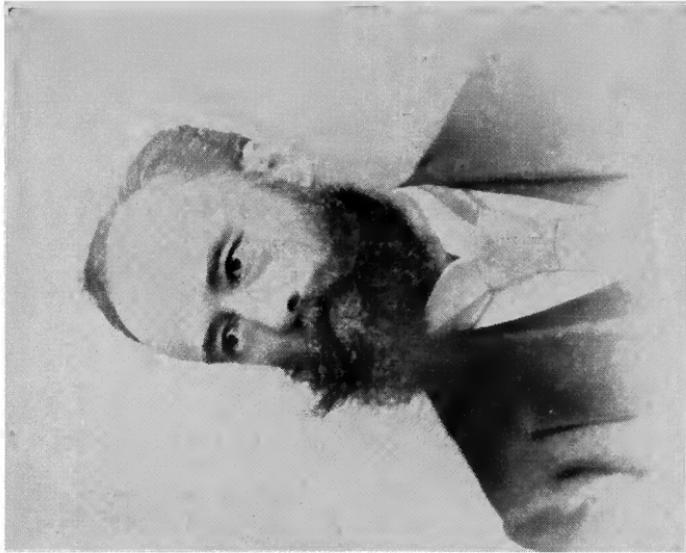
A União não tem feito senão queimar "*bôa cêra com máu defunto*". O pior é que essa norma de procedimento continua!

*
* *
*

Certo dia, nos primeiros de 1882, o Dr. Alfredo Ellis se desaveio com seu tio e sôgro, o Cel. Chiquinho da Cunha Bueno. Dois filhos dêste intemerato paulista, Francisco e Henrique, com 19 e 17 anos, haviam se estabelecido em partes das terras da fazenda de Sta. Eudóxia. Aí construíram casa que teve o nome de Sobradinho, porque a edificação se alteava a mais de um pavimento. O Cel., para os tractos agrícolas de seus filhos, emprestava gratuitamente os escravos da sociedade, que tinha com seu genro. Isso, evidentemente não era justo e naturalmente provocou protestos por parte do prejudicado. Êste, que era o Dr. Ellis, possuía um gênio muito impulsivo e irritadiço. Espi

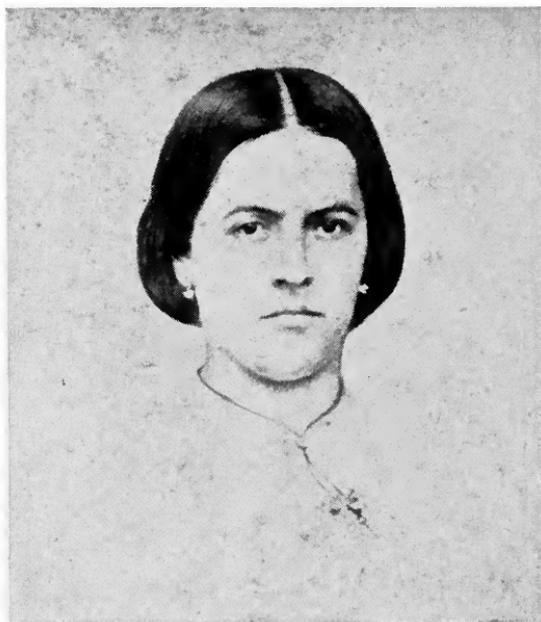


O Dr. Alfredo Ellis
abridor de lavoura e bandeirante oitocentista - 1875



— 1891 —

Dr. Alfredo Ellis, representante paulista no Congresso
Constituinte



D. Eudóxia Teixeira Nogueira de Oliveira, em 1870.
Esposa do Coronel Chiquinho da Cunha Bueno. Des-
cendente direta do “*Herói da Guayrá*” e de Fernão de
Camargo, o Jaguarê e de Luiz Pedroso de Barros.

rito vivíssimo, inteligência vibrátil, ânimo ardoroso e arrebatado, temperamento arrojadíssimo, não tinha para o refrear, a dose de prudência comum e de bom senso necessário, cousas que o habilitariam a tomar resoluções refletidas e demoradas. O Dr. Ellis era um vendaval desencadeado! Suas resoluções eram rápidas, enérgicas, bravias, intempestivas, como um meteóro, mas, talvez por isso, nem sempre eram acertadas, pois não tinham o senso da medida. As respostas que êle dava eram sibilantes, sem o contrapeso da prudência e do senso prático. Êle nunca conhecera o medo! Iria assim até o fim, mesmo quando encanecido e septuagenário, quando nele não mais brilhava o ardor da mocidade remota, conservava intáta a chama do ímpeto, e a centelha vivida do impulso juvenil, que sempre lhe animara o espírito e fazia sempre reta e firme aquela têmpera de invencível "*campeador*". Já quando, no seu leito de morte, com os olhos embaciados pela agonia, com os movimentos entorpecidos pela moléstia, no derradeiro instante, o Dr. Ellis ainda vibrava impetuoso, como rutilante lâmina de florete, sensível como um feixe exposto de nervos.

Nunca ví homem mais corajoso! Fúria humana não teria sido mais impulsiva do que êle, na juventude!

Não conheci ninguém mais sincero! Êle podia errar, o que acontecia muitas vezes, mas estava certo de que sua orientação era a segura!

Tambem, nunca ví ninguém mais sensível! Qualquer gesto o comovia! Mas, quando tomava uma diretriz, certa ou errada, não havia força humana que o demovesse!

Tambem nunca soube de alguém com menos prudência! Êle se arrojava com ardor, que não via obstáculo ou conveniência! Não sei de alguém, que se tenha havido, com menos senso das proporções! Mesmo a montanha que se antepuzesse aos seus esforços, com um vigor insuspeitado, êle transporia êsse obstáculo.

O Dr. Ellis sempre viveu assim! Nunca na sua vida houve uma fenda de transigência! Sua vida foi uma reta inamolgavel, refletindo sempre êsse temperamento incontido, como o vagalhão de furiosa borrasca.

Nem mesmo as quadras tortuosas e amargas de uma vida acidentada e constantemente em luta, contra os obstáculos, de todo o gênero e de tôdas as proporções, não fizeram mudar a futura psicologia moral e sentimental do Dr. Ellis. "*O que o berço dá, só o túmulo tira*". Foi o que aconteceu com o Dr. Ellis, que nunca aprendeu nos dias sombrios e borrascosos de sua

vida que a transigência, a suavidade e a cordura são das melhores armas da inteligência. Nem a sua brilhante cerebração, nem a sua agudíssima percepção, nem a sua visão cintilante, nem a sua grande cultura ou a sua ilustração polimórfica, puderam lhe ensinar a verdade encasulada no provérbio : *Fortiter in re, suaviter in modo*".

Nunca êle se lembrou da segunda parte do provérbio!

Como não podia deixar de ser assim, o Dr. Ellis errou muitas vezes! Êle teve que se arrepender, não poucas vezes das soluções bruscas que o seu gênio arrebatado e impetuoso o fazia tomar. Mas, então, era tarde, já o desastre estava consumado pelo gênio do Dr. Ellis, que, ao lado da tenacidade teimosa de germânico, aliava o ímpeto generoso e irreprimido do arrebatado celta, com o tempêro do estoicismo invencível do sertanista da "*Paulistânia*", tão solidamente sedimentado, através de quatro séculos no Planalto piratiningano.

Êle foi bem o vulto contemporâneo do paulista bandeirante, "*doublé*" do saxônico "*virginian pioneer*", como um dia haveria de o chamar Alberto de Faria, o reconstituídor do perfil do grande Mauá.

O Cel. Chiquinho não era muito diferente! Embora mais calmo, mais cordato e mais senhor de maior dose de "*self-control*", por ser mais velho que o seu árdego sobrinho e genro, não era, entretanto um modelo de suavidade e de espírito acomodado. "*Duro com duro não fazem bom muro*", diz o provérbio.

Do encontro antagônico dêsses dois temperamentos, teria que resultar uma explosão violenta!

Deflagrada a centelha, que provocou o encontro hostil, se desavieram violentamente os dois sócios e o Dr. Ellis, mesmo do cafezal, não mais voltando à casa central da Fazenda, onde estava sua esposa, com três filhas e um filho, ainda na primeira infância, foi pernoitar na fazenda Santa Henriqueta, nas vizinhanças, pertencente ao Cel. Manequinho Cunha. Daí, o Dr. Ellis dirigiu um bilhete-recado à sua esposa, perguntando se ela preferia ficar com seu pai ou se seguiria o marido, acompanhando-o nesse transe difícil de sua vida. Se ela resolvesse pela última hipótese, que estivesse com os filhos e a mudança pronta, às cinco horas da manhã, no carreador da estrada, pois o Dr. Ellis por aí passaria, à essa hora, de "*trolley*" coberto, tomando a todos e rumando a nova fazenda, que adquirira à prazo de seu cunhado Cel. João Baptista de Mello Oliveira, filho do já mencionado Visconde do Rio Claro, no município dêsse nome. Cha-

mava-se essa fazenda “*Oliveiras*”, em homenagem à grande e patriarcal família, que irradiava atividade colonizadora e produtora na região rioclarenses.

D. Sebastiana Eudoxia, ao receber o bilhete-recado de seu marido, pelo qual deveria optar entre êle e seu pai, revelou uma tẽmpera extraordinária, na qual a fibra da energia se tecia com a do sofrimento estoico, a da resolução e a da paciencia conformada, ante tão temeroso golpe da desdita. Ela, apenas com 23 anos incompletos, não teve hesitação em seguir seu marido. Era êsse seu dever de esposa, o qual havia jurado aos pés do sacerdote, nos degraus do altar. Assim, na hora aprazada, estava ela com as filhinhas Maria do Carmo de 4 anos, Sophia com 2 anos e meio e Eudoxia com dias, além de seu filho Alfredo, com um ano.

Dois dias depois, o grupo dos novos bandeirantes chegou a Oliveiras. O estado do centro rural cafeicultor que era Oliveiras, estava na mais miserável situação possível: casas caíndo, escravos maltratados, morrendo, ou cheios de doenças, maquinário emperrado, lavoura abandonada, mato crescendo no cafezal, etc. A casa de morada era a mais rudimentar que se possa conceber: sem fôrro, com chão de terra socada, sem água encanada, com luz parca de candieiros a querozene, com paredes esburacadas, etc.

Foi nessas condições deploráveis, que a família Ellis foi encontrar a fazenda Oliveiras, onde ela deveria se fixar durante mais de uma década e onde ela seria avolumada, pelo seu natural crescimento vegetativo.

A família era composta do casal, de seus quatro filhos, a mais velha, Maria do Carmo, nascera em Santa Eudoxia no ano de 1877, a segunda, Sophia, nascera em 1878, em Limeira, Alfredo nascera em 1880 e a mais moça, Eudoxia nascera em 1881, em S. Paulo, na casa da Condessa do Pinhal, filha do Visconde do Rio Claro, na rua Alegre, hoje Brigadeiro Tobias. A chegada da família na fazenda de Oliveiras, não podia deixar de ser trabalhosa. A situação das instalações de moradia da fazenda era, como foi dito acima, a mais lamentavel.

Tudo isso foi enfrentado, com o incrível estoicismo do Dr. Ellis e sua família.

A fazenda de Oliveiras não foi aberta pelo sertanista médico anglo-paulista. Ela já tinha suas terras esbravadas, seu cafezal plantado, suas matas em grande parte derrubadas, etc.

Era essa fazenda, parte da imensa sesmaria do Visconde do Rio Claro, a qual compreendia tôda a parte norte do município

do Rio Claro, entestando com os municípios de Araras e de S. Carlos. Tinha sido aberta pelos filhos do patriarca rioclarense, acima nomeado, que se haviam estabelecido no imenso trato de terras do titular dos Oliveiras. Mas, se a obra do jovem médico não foi então a do abridor de fazenda, não marcando mais um passo na avançada rural a expansão agro-industrial da cultura cafeeira, regredindo, pelo contrário, para Rio Claro, pode-se inscreve-la, entretanto, como um vitorioso capítulo da epopéia magnífica do pioneiro, pois a fazenda de Oliveiras, de simples “taperá”, que era ao comprá-la, o Dr. Ellis a renovou por inteiro.

Derrubou êle grande parte da mata, alinhou novas lavouras, plantando novos cafezais, erguendo novas benfeitorias, construindo novas instalações, etc. (1).

(1) Eu me permito reproduzir a descrição feita da zona de Oliveiras, pelo eminente intellectual e poeta Ezequiel Freire, falecido tão prematuramente no mais promissor dos anos, o que não deixou que, êsse privilegiado cérebro legasse à posteridade mais cousas além das que aproveitamos de seu sublime talento:

NA ROÇA

(À SOMBRA DO JATAHY)

.....

Paga em amor á vida vegetativa a saudavel hospitalidade desta Natureza benéfica, ainda resta-me a cumprir aquelle dever intellectual em principio indicado.

Cumpril-o-ei, procurando fazer conhecido um bello torrão do afamado *oeste* paulista; não é de todo fóra de oportunidade fallar deste recanto, talvez o mais productivo da zona servida pela linha-ferrea do Rio Claro, e onde são sitiantes os herdeiros do finado visconde daquelle titulo, a quem deve-se em maxima parte a construção da citada linha-ferrea ha pouco terminada e desde o seu inicio tão prospera.

A *Fazenda das Oliveiras*, d'onde escrevo e onde acolhe-me a graciosa hospitalidade do distincto cavalheiro dr. Alfredo Ellis, está em terras da grande fazenda de *Santa Eliza* antiga propriedade do finado visconde de Rio Claro, hoje desmembrada em varias importantissimas fazendas pertencentes a herdeiros daquelle titular.

Toda esta região é formada de grandes espigões de terra roxa, fraldeados por extensos terrenos baixos de qualidade inferior, entretanto muito próprios para cultura de cereaes e outras que não se arreceiem das geadas.

As terras altas, servindo-me de expressões da linguagem rural, são o que pôde haver de *apuradas*, tendo a *vestimenta* abundante em typos vegetaes dos melhores *padrões*, taes como — o pau d alho, jangada brava, sapuvuçú, jaguarandy pintado, figueira branca, palmitos, jequitibás; e entre as madeiras de carpintaria — perobas, ariribas, cabreúvas, cedro, guarahyta vermelho, cangerana. Ha além disso, por toda essa zona, muita pedra de construção. São tambem abundantes as nascentes d agua, tornando-se portanto facilmente colonisaveis e st a s feracissimas terras.

Farei breve referencia a cada uma destas fazendas, como já disse todas desmembradas da antiga fazenda de *Santa Elisa* e pertencentes aos herdeiros do visconde do Rio Claro.

São:

Pico-Alto, notavel entre as mais productivas fazendas do oeste paulista. Propriedade do barão de Mello e Oliveira.

Residencia, terreiros e machinas mal localizados. Motor hyraulico. 120.000 cafeeiros formados. Produção nos ultimos 4 annos: — 18.000, 14.000, 5.000 e 20.000 arrobas. Não colonisada. Servida pela estação *Oliveiras*.

— *Oliveiras*, proprietarios Oliveira & Ellis, 200.000 cafeeiros de varias edades, sendo metade já formados. Produção nos ultimos 5 annos — 11, 9, 4, 11 e 15.000 arrobas. Contém esta fazenda ainda cêrca de 400 alqueires de mattas, sendo 60 proprias para café. Possui abundantes vertentes, prestando-se muito á colonisação. Está em pequena parte colonisada, mas o seu proprietario resolveu dar grande incremento ao trabalho livre tendo já promptas as precisas arranchações para os trabalhadores immigrantes.

Machinismos dos mais perfeitos, a vapor; excellentes terreiros com um completo systema de esgotos. E uma fazenda que poderá servir de modelo quanto á sua organização e administração exercida segundo os mais rigorosos preceitos da economia agricola.

Praz-me dar testemunho do modo porque é tratada neste estabelecimento a escravatura, o que muito honra ao seu proprietario e administrador dr. Alfredo Ellis. Bem vestidos e bem nutridos, tendo o tempo necessario para descanso e para recreio, ao abrigo do menor castigo injusto, por especial fiscalisação do proprietario, os pobres escravos gosam nesta fazenda da maior somma de felicidade compativel com o estado de escravidão. Mais de um pretexto inventa o dr. Ellis para facultar *festas* geraes aos escravos. Os fins de colheita, qualquer facto de regosijo para a familia serve de motivo.

Agora mesmo, sendo anniversario natalicio da exma. esposa daquelle cavalheiro, folgam os negros, *batucando* do nascer, ao pôr do sol, uns dançando o samba e o caracteristico — *vira-vira* — ao som de grande tambor; outros cantando ao *desafio* acompanhados a viola por um mulato bahiano;

todos endomingados, contentes e festivos como se estivessem no melhor dos mundos. No melhor dos captiveiros pódem considerar-se, se licito é ligar aquelles dous termos que logicamente se repellem.

Contemplando-os na dança, ao clarão da fogueira, radiantes de contentamento, quedo-me a pensar na vitalidade desta raça que o trabalho não cança, e na feliz organização moral desta pobre gente para quem a felicidade é tão accessivel, que um pouco de grosseiro alimento os mantém fortes como atletas e um pouco de grosseira musica fal-os inteiramente venturosos.

E quando tão pouco basta para a felicidade dos miseros negros, dóe imaginarmos, pela denuncia de alguns factos horribéis que chegam á publicidade, as infinitas miserias, as revoltantes crueldades que a barbaridade de alguns fazendeiros inflinge a esta pobre gente forte como leões e submissos como cordeiros...

S. *Sebastião*, encerrando a singular pedra do Cuscuzeiro, que se avista á direita da linha ferrea, isolada da serra do mesmo nome em cujas cabeceiras nasce o Corumbatahy. Média da produção 15.000 arrobas. Propriedade do barão de Araraquara. Machinismos aperfeiçoados com motor hydraulico. 200.000 cafeeiros de varias edades. Todas as construcções da fazenda são excellentes e feitas de uma pedra abundante na sapata do Cuscuzeiro e um semelhante na formação ás celebres pedras de Ytú, sendo entretanto de côr accentuadamente rosada. A fazenda possui ainda, grande extensão de terras *livres*, e está sendo colonisada.

— *Palmeiras e Santa Elisa*, pertencentes ao coronel Justiniano de Mello e Oliveira. Colheitas dos tres ultimos annos: 20, 9 e 30.000 arrobas. Ambas contêm machinismos de beneficio, sendo na 1.^a movidos a vapor e na 2.^a a agua. Está sendo largamente colonisada. As arranchações para os colonos são bem feitas, de tijolos.

— *Estrella*, propriedade do sr. Eduardo de Mello Oliveira, 120.000 cafeeiros entre novos e velhos. Produção média actual 6.000 arrobas. Excellentes construcções de pedra, caprichosamente feitas, inclusive as casas para colonos. Machinismos aperfeiçoados, a vapor. Possui ainda muitas terras altas de excelente qualidade.

— *Santa Eulália*, pertencente ao sr. Antonio Galdino de Mello e Oliveira, 200.000 cafeeiros de varias edades. Média da produção 8.000 arrobas, tendo sido de 12.000 a colheita mais recente. Machinismo movido por turbina. Parte colonisada. Contém ainda em ser muitas terras altas e baixas.

Tal é este recanto conhecido pelo nome de Cuscuzeiro, servido pela via Rio Claro. Aqui estão, como já disse, prosperamente estabelecidos os filhos do finado visconde do Rio Claro, um dos paulistas da velha tempera, trabalhador esforçado, que soube educar a prôle na honrosa profissão agricola.

Só então, em 1883, o Dr. Ellis recebia o dinheiro correspondente à venda, que fizera de Santa Eudoxia, em 1881, isto é, dois anos antes, da sua parte na fazenda de Santa Eudoxia, a seu tio e sogro, o Cel. Chiquinho. Fôra um negócio impensado e feito impulsivamente na auge da paixão incontida! Justamente quando a fazenda Santa Eudoxia ia iniciar a remuneração de seus esforços, empatado's na lavoura cafeeira, o Dr. Ellis alienava a sua parte, dando o prazo de dois anos para o pagamento! Era um péssimo negócio motivado pelo gênio impetuoso do jovem médico. E' de ser ressaltada essa circunstância de, justamente quando a lavoura de Santa Eudoxia ia produzir, que o dr. Ellis alienou a sua parte! Isso parece incrível! Serve entretanto, para dar idéia do grau de desapêgo e da paixão que ungiam o jovem médico.

Mas, a formação verdadeira da fazenda Oliveiras se fazia paulatinamente.

Tudo isso era feito sem capitais. As rendas eram capitalizadas.

A expansão rural paulista se fazia rapidamente, em passadas de gigante, sem que somas estranhas fossem invertidas nessa indústria agrícola, que era a lavoura de café. O poder público, longe de auxiliar o monumento rural paulista, que se assentava exclusivamente na energia, no dinamismo e no trabalho incansável da gente desta terra, que ainda é de "*raça de gigantes*" só semeava antolhos e obstáculos ao seu prosseguimento.

O poder central, em 1871 havia decretado a lei do Ventre Livre. Fôra um rude golpe desfechado sôbre os proprietários de escravos, os quais não sendo indenizados, os privou em grande parte, dos capitais que dispunham.

Continuando na mesma senda, de obedecer cegamente uma opinião pública embebedada pela demagogia, ante-escravocrata,

O finado visconde tendo começado a vida com o capital proveniente da venda de um piano que lhe veio por dote da esposa, deixou ao morrer enorme fortuna. Era um homem beneficente e emprehendedor. A estrada Rio Claro deve-se conjunctamente a pertinaz vontade do visconde do Pínhal e a dedicação do visconde do Rio Claro, que nella empregou avultadíssimos capitães, sendo que dos 5.000 contos do capital total daquela estrada estão em mãos dos seus herdeiros acções no valor de 1960 contos.

êsse poder público central ameaçava a nossa gente rural com a famosa lei dos Sexagenários, que decretada em 1885, iria ser mais um rude golpe na nossa incipiente capitalização, particularmente recaindo sôbre os senhores de escravos. Estes, que formavam a nossa classe rural, alavanca de nossa expansão cafeicultora, êsses senhores de escravos latifundiários, que eram, marcavam a nossa aristocracia rural, evidenciando-se super-homens, bem dignos de seus antepassados bandeirantes, eram invencíveis. Não havia golpe que os abatesse! Eles não se desalentavam nunca, por mais madrasta que lhes fosse a orientação do poder público imperial. Então, já se havia iniciado a colonização européia, afim de suprir a escravatura, cujo fim já se prenunciava. E, afinal, o trabalho livre não seria mais barato que o trabalho servil? Comparemos ligeiramente, sempre tendo em vista que o objetivo da produção deve ser realizado de modo que, esta se faça de forma a mais barata possível. Se é certo que o trabalho servil tem a mão de obra, sem precisão de ser remunerada, entretanto, é de se computar no cálculo do custo do trabalho escravo, o capital empatado com os seus juros, a sua depreciação e o necessário para a alimentação, o vestuário, a farmácia, etc. As verbas para êsses fins todos não seriam maiores ou não seriam suficientes para cobrir o custo da mão de obra livre? Com os raciocínios acima, é fácil se concluir que uma supressão do trabalho servil não deveria ter sido um golpe muito profundo sôbre a nossa economia rural, caso não suprimisse o capital empatado na propriedade do escravo!

Porisso é que a cegueira com que foi tratado, na segunda metade do século XIX o problema do escravo, não impediu e talvez não tenha mesmo retardado a nossa expansão rural, com a avançada da cafeicultura sôbre o Oeste paulista.

*
* *
*

Quando o Dr. Ellis, com a sua família, se fixou na fazenda de Oliveiras, ainda não havia a estrada de ferro atingido êsse rincão do interior paulista, o que só aconteceu em 1884, no seu início. Desde 1882, isto é, dois anos antes, já o jovem médico militava na cafeicultura, nessa parte chamada Sta. Eliza, da grande sesmaria do Visconde do Rio Claro. Produzido o café, era êle exportado em carroças, que o levavam, à princípio até à estação de Ferraz, que era o ponto extremo avançado da linha férrea, construída pelo Dr. Adolpho Pinto e adquirida pelo então

Barão do Pinhal, que havia constituído uma companhia com o seu sogro, Visconde do Rio Claro. Ficava a estação de Ferraz, cêrca de 40 quilômetros distante, que tinham de ser transportos rodoviariamente, cousa que, não só exigia tempo e trabalho, como encarecia enormemente o produto exportado, onerado assim, com as despesas não pequenas de um longo percurso em péssimas condições de transporte. A expansão paulatina da rêde ferroviária paulista, levada a efeito na proporção em que se desenvolvia e se extendia a lavoura cafeeira, quase, sem que, capitais exóticos nela fossem applicados, sempre foi orientada no sentido de já encontrar carga remuneradora para ser transportada. Parece que o espírito encasulado no velho e seguro aforisma de que é "*a função que cria o órgão*", presidiu tôda a expansão ferroviária paulista. De fato, ela só ia, onde já houvesse carga produzida, a transportar, (1).

Foi assim que a expansão ferroviária paulista, partindo em leque, do eixo S. Paulo-Jundiaí-Campinas, buscou nas diversas regiões do Estado as manchas de terra roxa, que se fizeram centros densamente povoados, de intensa atividade rural, uma vez que a diabase é a rocha que, decomposta, forma o terreno ideal para a produção cafeeira. Assim, a Companhia Paulista e as ferrovias que mais tarde, foram a ela incorporadas, pois que dela seriam sempre o seu prolongamento natural, procuraram o espigão divisor entre as águas do Tietê e as do Mogí Guaçú. Ora, o vale daquele rio era percorrido, em parte, ora a vertente dêsse caudal era atingida pelos trilhos da ferrovia, que era a espinha dorsal da rêde ferroviária paulista.

Eis como o determinismo geográfico e como consequencia deste, o determinismo econômico agia claramente, obrigando, por intermédio da composição química e da configuração física do solo planaltino, a orientação econômica, a formação humano social e a situação política da gente radicada na parte restante da terra paulista!

Não fosse a diabase decomposta, outra seria a orientação econômica, a formação êtnico-humana e a situação político-social da população dêste rincão brasileiro e outro seria o colorido da gente habitante de nossa terra.

(1) Querer inverter essa norma econômica, isto é, querer que o órgão crie a função, é promover o fracasso, como se tem visto alhures nos empreendimentos federais. Para obter a produção seria preciso que tôdos os termos da equação da produção fossem préviamente concretizados. Um dêles que faltasse, a produção não se faria sentir.

Uma fazenda dessa segunda metade do oitocentismo tinha, fatalmente que ser um microcosmo, vivendo em autarquia, quase que absoluta. A carência de meios materiais de comunicação, isolando a comunidade e a obrigando a viver por si, impermeável aos contatos e às influências externas, reforçou, no sentido da autarquia, a força incoercível do regime social, que coloria a gente paulista. Um regime essencialmente patriarcal, no qual a interligação da parentela tinha uma importância imensa e uma organização de “clãs” era básica, havia gerado uma impermeável aristocracia rural e um complexo psicológico, com todos os preconceitos e atributos próprios de uma posição econômica, mais ou menos sólida e elevada.

Isso tudo reforçava a autarquia mono-exportadora das fazendas.

A primeira vista pode parecer que o regime mono-cafeicultor é antagonico ao que deve predominar na autarquia, no qual tudo que é produzido, deve ser consumido in loco. Em resumo, uma fazenda, para ser autárquica, deveria forçosamente ser policultora. Isso poderia parecer incompatível com a mono-exportação cafeeira.

Mas essa contradição só existia na aparência, ou antes, ela só poderia parecer real, ante uma enganosa situação desempenhada pelo café. De fato, este produto se foi o único a ser exportado, não só por S. Paulo, mas também pelas fazendas como células mono-exportadoras de um imenso tecido econômico, que era a Província e depois o Estado de S. Paulo, entretanto não foi o único a ser produzido em S. Paulo e nas fazendas. Estas precisavam produzir tudo quanto era das suas necessidades imperiosas. Só exportavam o café e o que não exportavam, produziam para o consumo local.

Não poderiam mesmo, essas fazendas ser células poli-exportadoras, pois os valores de várias mercadorias, por elas produzidas não suportavam as despesas da exportação. Elas tinham que ser consumidas “in loco”. Daí a poli-produção, embora fosse real a mono-exportação cafeeira.

S. Paulo tem estado fatalmente preso a esse regime econômico e dele não tem podido sair, dadas as suas condições especiais de topografia, a imporem redes ferro e rodoviárias acidentadas e com más especificações técnicas. Infelizmente circunstâncias especiais fizeram com que o sistema de transportes no território paulista não fosse construído com capitais estrangeiros, isso quer dizer que, tudo quanto S. Paulo dispõe como rede de

transportes tem sido feito com muita economia e através de grandes dificuldades financeiras. S. Paulo contribue com muito para a União, sobrando pouco para as suas necessidades! Daí, serem más, técnicamente falando, as nossas vias de transporte e deverem ser elevadas as tarifas, que recaem sobre as mercadorias transportadas, afim de fazerem face às elevadíssimas despesas, exigidas por um custeio caríssimo, que é a consequência de condições tècnicamente más das linhas de tráfego.

Isso determinaria fatalmente que só uma mercadoria altamente valiosa suportaria tarifas elevadas, percorrendo grandes quilometragens, desde os centros produtores, até o Litoral exportador. Um porto de grande luxo e de fraquíssima capacidade, construído exclusivamente para nêle ser transitada mercadoria cara, de grande luxo e de alto preço, corroborava decisivamente nisso, não permitindo o trânsito pelo seu cais "*granfino*" de mercadoria que pelo seu valôr, não pudesse pagar tarifas elevadíssimas.

Disso resultou que S. Paulo nunca pode deixar de ser mono-exportador, isto é, só podia exportar mercadoria de luxo. Outras circunstâncias, também originárias de um férreo determinismo, fizeram com que essa mercadoria de grande luxo, pelo seu preço elevado, pelo seu pequeno peso e pelo seu baixo volume, fosse o café. Eis como a economia paulista tem estado presa à exportação exclusiva do café. Só agora, com o algodão que tem mais ou menos, as mesmas especificações que o café, S. Paulo sai do regime da mono exportação.

*
* *
*

Então, de 1885 a 1890, mais ou menos, o meio geográfico, no concernente ao sólo, que exhibia, pela sua composição química e a sua feita física, uma enorme extensão de terra rôxa, isto é, da decomposição da "*diabáse*", magnífica para a produção do café, compreendendo não só grande mancha na margem esquerda do Mogi-Guaçú, mas também imensa área na margem direita dêsse caudal, abrangendo toda a Serra de Santa Rita, até emendar com as ubèrrimas terras rôxas do Rio Pardo, determinou a formação de um opulentíssimo nóculo social e econômico, em Sta. Rita do Passa Quatro, que ia até S. Simão e Casa Branca.

Eis Ratzel, Karl Marx, Spencer, em mistura com o seletcionismo lapougeano, a evidenciar a base econômica na formação

do nódulo aristocrático santaritense, a qual obrigou, pela sua função produtora, a Cia. Paulista a estender os trilhos de um ramal de Porto Ferreira.

Era o órgão que nascia, filho da produção! Sem esta, seria inútil o órgão! Foi essa euforia econômica a atraidora de forte imigração, principalmente mineira e de Mogi-Mirim, a qual adensou a população na Serra de Santa Rita, hoje em dolorosa decadência, pelo enfraquecimento produtor da terra rôxa. Nessa época, outro nódulo algo mais velho da aristocracia rural paulista florescia, pelo determinismo econômico de Marx. Era Araras, com os Lacerda, formando um opulento nódulo social econômico, com os Barões de Araras, de Arary, etc., nas enormes terras do "land-lord" paulista, Alferes Franco.

Eis nessa base econômico-social, a estruturação da gente paulista do século passado, no seu fim!

Eram as vigorosas e ramalhudas estirpes de "400 anos", mergulhadas na terra rôxa!

Todos êsses nódulos, seivosas rebarbas do velho e bojudó tronco paulista, formavam, religados pelo parentesco consanguíneo, pelos laços sociais de costumes e de formação, bem como pela identidade de interesses econômicos, a árvore frondosa da aristocracia rural do café, que a lei de 13 de Maio de 1888 iria dar um golpe mortal!

CAPÍTULO XV

A ABOLIÇÃO

A lei do Ventre Livre que em 1871 nos foi imposta pelos poderes centrais, já havia sido um rudíssimo golpe desferido impiedosa e pouco inteligentemente contra nossa economia rural. Não satisfeito com isso, o pouco atilado espírito de falso e utópico liberalismo, reinante na segunda metade do século XIX, desferiu novo golpe sobre a nossa economia rural, com a lei dos Sexagenários, a qual acompanhando a atmosfera eivada desse verbalismo piegas, do romantismo liberal dessa época que intoxicou o ambiente brasileiro, tinha por objetivo apressar a libertação definitiva do escravo.

Embebedados por essas idéias falsas de uma liberdade humana acobertada pelas multicoloridas vestimentas da demagogia verborrágica, os pregoeiros da libertação clamavam inconcientemente pela lei que viria por termo à escravidão. Eram de se vêr Luiz Gama nos comícios, José do Patrocínio, por jornais, Antonio Bento nas ruas, etc. a clamar, com uma candidez inaudita e uma ingenuidade incompreensível, pela libertação do negro. Sim, porque o menos que se pode pensar desses apóstolos da libertação é que eles eram inconcientes! Eu acredito que, na própria obnublação, eles não viam o mal enorme, que praticavam, não só contra nossa economia rural (e esse seria o menor) mas também contra a própria estirpe, que eles pensavam estar protegendo.

Não viam que o escravo, enquanto pertencia a seus senhores, tinha quem zelasse por ele, que cuidava de os manter, porque com isso eles conservavam o próprio patrimônio. Ninguém mais interessado do que os senhores de escravos em os tratar! Não iriam eles, os interessados maiores em manter a sua propriedade, a deteriorar e a malbaratar. Sendo isso curial, os escravos tinham sempre, junto aos seus senhores, uma sombra protetora e amena. Junto a ela, os escravos encontravam a farta e sadia alimentação, o vestuário adequado e simples, o médico, a farmácia, além do teto confortável, etc., sem os escolhos da luta pela vida e sem que os seus cérebros tivessem que trabalhar na conquista rude e difícil por tudo isso, que lhes era outorgado gratuitamente. Depois que a lei de 13 de Maio de 1888 foi posta em execução, os escravos perderam tudo! Tiveram eles de ganhar o seu pão, nas lutas sociais e nas seleções, contra estirpes melhor aparelhadas do que eles. Estão sendo dolorosa-

mente esmagados! As lutas e as energias despendidas os trituraram e êles estão, com as suas estirpes, bem próximas do fim! Os autores, ou ao menos os provocadores dessa situação do escravo, foram os piegas declamadores citados que, pela inépcia e pela falta de visão por êles evidenciados, acarretaram a ruína da estirpe africana, como um imenso paradoxo, na qual foi ferida profundamente a nossa economia rural.

De fato, abandonados na vida, afrontando nas concorrências ásperas da "*struggle for life*", com as estirpes imigrantistas ou provenientes destes, muito mais aparelhados do que êles, ingênuos analfabetos, ex-escravos, portanto gente já deprimida sem ambições, sem ideais, obrigada a se valer do cérebro e das artimanhas de complexo raciocínio, para conquistar o que antes para êles nada custava.

Os negros perderam com o 13 de Maio e os demagogos que com o clangor mavioso de suas vozes pediam a liberdade dos escravos, foram criminosos inconcientes do mal que praticavam.

"Eloi"! Eloi"! Lama sabactana"!

Poder-se-ia repetir em relação a êles!

*

* *

Em 1883, nasceu na família Ellis, mais um filho homem! No ano seguinte a ferrovia atingia o rincão rural, onde estava estabelecido o Dr. Ellis, na fazenda de Oliveiras. Passando aí certa vez, o velho Cel. Chiquinho, na viagem primeira de inauguração da linha até S. Carlos, na estação foi avistado pelo seu genro, que a pedido insistente de sua esposa, tinha acedido em ir até a estação, aguardar a passagem do velho Cunha Bueno.

Nessa ocasião, ficou acertado que o novo filho do casal Ellis, que precisamente nesse dia 15 de Outubro completava um ano, se chamaria Francisco, em homenagem ao velho, que o baptisaria. Em breve, o menino, que tirara o nome do avô, também seria chamado de Chiquinho, apelido ainda devido ao velho. Com o aumentar da família, prosperavam os negócios, pois a dilatação da produção cafeeira, em escala mais veloz, melhorava o consumo da mesma, cujos preços subiam porisso. Uma nuvem escura, entretanto, pairava ameaçadora sôbre o quadro da economia paulista. Era a questão da libertação do escravo. Isso afetava seriamente o problema do braço. Como resolvê-lo? Seria fatal que talvez até o fim da década, o negro seria definitivamente libertado. Urgia portanto que a economia rural paulista

entrasse no domínio do trabalho livre. Seria uma revolução econômica! Seria fatal esse quadro evolutivo na nossa economia! O trabalho livre não seria mais barato? Sim, porque o fim de toda a indústria agrícola é baratear a produção. Um dos meios para ser atingido o objetivo do barateamento é a diminuição do custo da mão de obra. Se o custo do trabalho livre parece, à primeira vista, mais caro porque é remunerado, entretanto, se apresenta em condições superiores a muitos respeitos. Eis, por exemplo, a capitalização enorme que representava a escravaria! Era preciso que essa capitalização fosse remunerada. Esse capital se desgastava, diminuindo o rendimento do trabalho servil que já não seria o mesmo. O trabalho livre não exigia empate de capital. Não era preciso grandes despesas com a manutenção dos trabalhadores. O regime do trabalho servil obrigava o proprietário a grandes despesas com o custeio e manutenção da escravaria. Não só era preciso gastar para manter em mesmo número o total de braços, como ainda se fazia mister alimentar, vestir e cuidar com médicos, farmácia e remédios a saúde da negrada. Convinha ao fazendeiro tratar bem a sua escravaria. Era a própria inteligência que determinava orientação bondosa com o elemento servil. Seria zelar pela sua propriedade, fazendo o seu capital empatado se remunerar mais generosamente, com mais eficiente rendimento do trabalho. Um procedimento antagonístico faria com que o capital empatado — escravaria — desaparecesse, diminuído ou enfraquecido, produzindo um menor rendimento de trabalho, etc. Disso resulta que não seria de boa orientação econômica descuidar da escravaria.

Assim, em média, não deveria ter sido mau o tratamento dado pelo fazendeiro ao elemento servil. Seria uma questão de inteligência, bem observadas as conveniências econômicas.

A demagogia que levou à libertação de 13 de Maio, entretanto estabeleceu o “tabú”, marcando idéias falsas, contrariando e acima anunciado. Era a rampa que conduzia o carro de nossa economia, celeradamente, para o baratro do êrro. Essa demagogia avessava o liberalismo com que era tratado o negro. Essa demagogia fez com que o escravo fosse legalmente libertado e abandonado na luta pela vida, na qual outros elementos, infinitamente mais providos de recursos, deveriam ser enfrentados na concorrência. Antes, quando o negro ainda se arrimava ao proprietário, não precisava lutar pela vida. Tinha alimentação, teto, vestuário, etc. Poupava a atividade cerebral! Depois, isso tudo precisou ser conquistado, através de luta árdua, na qual o cérebro tinha que constantemente trabalhar, com máxima efi-

ciência. Os negros tinham que resistir a uma tensão permanente e os seus aparelhos fisiológicos, e deviam funcionar em melhor atuação do que outros concorrentes. Sem preparo, não eram eficientes, etc., os negros não puderam e não podem, com galhardia, vencer essa provação. Daí êles terem buscado o alcool, as sarge-tas e as “gafieiras” para aí se refugiar, esmagados na luta pela vida, pelas estirpes mais providas de eficiencia.

A vida político-social da família do Dr. Alfredo Ellis cen-trava-se em Rio Claro e êste município não podia deixar de re-ceber a influência reinante não só no território paulista, mas tam-bem em todo o brasileiro e mesmo no mundial. Então, a atmosfera saturando tôdas as cerebrações era de exaggerado li-beralismo, fruto não só das idéias dimanadas pela Revolução Francesa, mas também da cultura bacharelista a qual, única se espalhava pela população da Província paulista e, cujo centro, era a famosa Faculdade de Direito de S. Paulo, único foco cultural existente no centro-sul do país. Era o “*idealismo utópico*”, que o grande templo do saber jurídico dimanava sobre tôda a gente brasileira!

Rio Claro, mais do que qualquer outra região, se influen-ciou por êsse “idealismo utópico”. Daí ter sido logo, em fins de 1887, a região vanguardeira, na Província paulista, a libertar todos os seus escravos. O Dr. Ellis, foi um desses extremados campeões da causa abolicionista. Com a formação de seu inte-lecto, forjada nos Estados Unidos, justamente durante a Guerra de Seccessão, então, o Dr. Ellis, vivendo em meio “yankee”, se deixava envolver e influenciar pelo “idealismo utópico” de Lin-coln e pelo excessivo e falaz liberalismo, que imbuia as regiões do norte dos Estados Unidos. Era um liberalismo pouco sincero o do yankee”, porque uma causa econômica egoísta se fazia evi-dente. Os Estados do Norte queriam a libertação dos escravos, porque, não tendo escravaria, nada tinham a perder! O argumen-to é decisivo, mas, o Dr. Ellis, envolvido pela atmosfera geral, entrou na luta abolicionista com todo o ardor que a sua alma im-pulsiva punha em destaque saliente.

O Dr. Ellis, apesar de ter em suas veias meio sangue britâ-nico, era um vulcão. Seu ímpeto era inegalável! Nunca vi ânimo mais ardego! Impetuosíssimo, arrebatado e ardoroso, exa-gerava tôdas as situações nas quais intervinha, sempre apaixonadamente e com uma desusada sinceridade tomando tal interesse nas causas que adotava, que, nelas embarcava, se empenhando de corpo e alma, como se fossem radicais e de máxima importância e delas dependessem a vida e a morte.

O perfil psicológico do Dr. Ellis era uma perfeita reedição de D'Artagnan. Vivo, cavalheiresco, impetuoso, apaixonado, exagerando mesmo as cores das situações, encarniçadas, tenacíssimo nas causas em que se empenhava, altruista, sincero e emotivo, êle era incapaz de guardar rancor de quem quer que fosse, tudo sob o manto de frieza britânica e da enganadora aparência de fleugmática indiferença, aí pulsava um coração de ouro, facilmente emocionavel e uma alma de fogo, que punha incendios arrebatadores em todos escaninhos da atividade humana. Era o brazeiro vivo sob a cinza fria. Shakespeare te-lo-ia tomado por modelo de síntese de tôdas as paixões humanas, que uma vontade ardorosa e uma têmpera extraordinária e vibrátil, poderiam, por elas ser impulsionadas, como se fossem mil vendavais desencontrados e incoercíveis.

Foi assim que o Dr. Ellis se dedicou à causa da abolição.

Veja-se o mérito da atitude do jovem senhor de escravo, lutando contra seu próprio interêsse! Os Estados "yankees" adotaram a causa da abolição, mas êles não tinham escravos para libertar. Onde a sinceridade deles? Eu não descubro! Queriam que os Estados do Sul, os Confederados, libertassem os negros. Êles mesmo, não tinham o que libertar.

Com o Dr .Ellis não foi assim. A 'causa da abolição o empolgou, levando a êle o sacrificio direto e immediato, pois êle possuia na sua fazenda Oliveiras, mais de meia centena de negros e para os libertar, seria preciso previamente pagar a metade do valor dos mesmos ao seu sócio, o co-proprietário da fazenda, o Cel. João Baptista de Mello Oliveira.

E' que o jovem agricultor paulista tinha a o impulsionar a chama bem viva e bem accessa de um idealismo marcante. Era êsse idealismo único e raro, o mesmo que movimentava o homem em todos os capítulos da história humana. Ei-lo como mola da criação e difusão do cristianismo! Ei-lo, criando a hegemonia territorial do Imperio romano! Ei-lo com Maomé, causando a nova religião e o domínio do mundo árabe! Ei-lo, com Portugal, nos mares, a criar mundos novos e impérios desconhecidos. Ei-lo com Clive, na Índia e com Wolf no Canadá! Ei-lo com Pitt contra Napoleão, ou com Washington contra a Inglaterra! Só o idealismo cria obra durável. E' verdade que esse idealismo tem sempre base economica. A parte que aparece, é simples manifestação consequente.

Quando êle não existe, a consequência material pode ser palpavel, mas logo desaparece. Eis Alexandre, Pyrro, os reinos bárbaros, etc. Só o idealismo pode ser pedestal duravel para as grandes glórias! Só êle subsiste! Porisso, a República venceu entre nós! Os seus apóstolos eram super-homens, que haviam atingido uma tal dose de idealismo, que eram capazes de remover montanhas. Assim era o Dr. Ellis! Êle pertencia a essa legião de abnegados que, por uma idéia, sacrificava os seus próprios interesses.

Penso que êle errava, ao menos quanto à abolição, em se deixar arrastar por êsse “idealismo utópico” nascido no fim do século XVIII, com as prêdicas de Rousseau e espalhadas pela Europa pelas coortes vitoriosas de Bonaparte.

Mas, o Dr. Ellis era assim! Arrebatado, idealista, persistente, enérgico, dinâmico e irrefletido! Êle seria assim até o fim da vida. Parecia um cavaleiro andante, lutando pela sua dama! O sonho da República o empolgou. Era êle bem um anuviado pelo idealismo utópico de Lincoln e dos “yankees” de Philadelphia! Êsses que ainda eivados do puritanismo da New England pregavam uma fraternidade e uma igualdade impossível, entre os homens de todos os credos, de tôdas as raças, de tôdas as linguas, etc.

Êsse idealismo que nós podemos achar errado e mal orientado, era profundamente honesto, entretanto; êle imbuia, em saturação o ânimo do Dr. Ellis, como a ninguem mais.

O sonho cândido que o jovem paulista alimentava pela República, tinha nele mais valor do que em outros vultos.

Fosse o Dr. Ellis um elemento da plebe, seria natural que êle fosse um ardente pregoeiro da liberal democracia, niveladora de todas as classes sociais. Ele porem era um elemento da aristocracia. Êle não só pertencia a essa aristocracia rural dos abridores de fazenda, dos pioneiros da terra roxa, como êle trazia nos costados heráldicos de seu brazão um nascimento de magna estirpe. Êle era sobrinho de barão e de visconde. Rodrigo Silva, o *ministro do Império*, o maior ornamento em elegância dos aristocráticos salões da Côte, era seu primo. Liberais e conservadores se entravavam entre os da sua estirpe. Apesar disso, êle era republicano! Êsse o seu maior mérito! Nascido em berço de ouro, pregava a igualdade!

Senhor de escravos, era abolicionista!

*

* *

Na família Ellis, em 1885, ainda em Oliveiras, nasceu mais um filho de nome Guilherme. A família do casal Alfredo Ellis aumentava. O menino morreu ainda em tenra idade, nos primeiros meses de vida. E' que a falta de recursos e a carência de meios, na incipiência da civilização que apenas bordava a selva de sertão agreste em que estava ilhada a família Ellis, não deixava sobreviver o novo rebento. Mas, em 1886, outro ramo brotou do farfalhado tronco, em que se esgalhava umbroso, como um vulto que se sobressaía no emaranhado da mata, projetando o sinuoso e harmônico recorte, sôbre o solo arroxeadado do hinterland paulista.

Desde 1882, o Dr. Ellis vinha se batendo pela República arduosamente, incorporado à propaganda que agitava Rio Claro, ao lado de Cerqueira Cezar, Joaquim Teixeira das Neves, Ignácio Baptista de Almeida, Dr. Bento de Almeida Prado, João Barbosa dos Santos, Francisco de Arruda Camargo, Joaquim Firmino de Oliveira (tio Quito), Cândido do Valle, Benedito Leite de Freitas, José David Teixeira e outros, contra as hostes intransigentes de monarquistas compostas do clã do Visconde do Rio Claro, com a "equipe" de titulares, seus filhos e genros. A propaganda desenvolvida, então, pelo Dr. Ellis e seus companheiros, ecoou, com ardor, na região rioclarenses, reduto de monarquistas inveterados, orbitando em tórno do Visconde do Rio Claro, o homem mais importante e de maior prestígio na zona.

O Dr. Ellis, com seu verbo flamante e a sua ação dinâmica, era como um vulcão vivo a espargir a lava de sua eloquência. Ele, em Rio Claro, se fez o vigoroso apóstolo da República e o ardoroso pregoeiro da abolição. Ei-lo, com suas longas barbas douradas a discursar em comícios de propaganda! Era como um deus odínico, vindo de um Walhala germânico, incorporando uma alma de fogo de um celta ardoroso! Seu verbo vibrava como um azorrague!

Em 1886, o Imperador bragantino visitou S. Carlos. Hospedou-o o Cel. Chiquinho, que, para isso, recebeu a comitiva imperial em sua casa, na cidade de S. Carlos. Nessa ocasião, o imperial visitante manifestou vontade de se avistar com o Dr. Ellis. Mesmo ante a objeção escandalizada do Cel. Chiquinho de que o genro era um convicto apóstolo da causa republicana, Pedro II teimava em vêr o afamado republicano. E' que o Imperador era o individuo mais tolerante e liberal que o Brasil conheceu.

A formação intelectual e moral do monarca que por 49 anos governou o país, foi a mais completa e pura que se tem conhecido. Se fôssemos traçar o sulco mais profundo do perfil do governante bragantino, diríamos que êle foi um sábio, que refletia, por vezes, a pureza de um santo. Se o Imperador tivesse se avistado com o jovem Dr. Ellis, êles se teriam entendido! Fácil teria sido ao grande liberalismo do monarca compreender o republicano do médico-lavrador, esgalhado do velho tronco piratiningano.

Chegando à Côrte, Pedro II, em comêços de 1887, galaridou o Cel. Chiquinho com o título de Barão do Itaquirí. O nome vinha de como era conhecido o Morro Pelado, pois era guaraní o significado dêsse topônimo português. E' preciso ser ressaltado o gesto do Dr. Ellis, se recusando terminantemente em ter entrevista com o Imperador, que o chamando se mostrava tão tolerante e liberal. O idealismo republicano do Dr. Ellis era tão profundo, tão sincero, e convicto, pois imbuído da mais pura formação "*yankee*", que êle não acudiu ao apêlo do magnanimo monarca, que tão nobremente sabia respeitar as opiniões alheias, mormente quando elas eram a própria essência da sinceridade e o Imperador sabia de sobras quanto eram sinceras as velhas estirpes paulistas, essas que patriarcais, vinham se extremado na lealdade, durante quase 400 anos. Pedro II sabia tambem que Dr. Ellis era dessa massa, pois êle era primo do Ministro do Império, Rodrigo Silva.

Errou o Dr. Ellis em não atender ao chamado do Imperador. E' que o médico anglo-paulista se lembrava de Washington, de Lincoln! Sua formação fôra feita à sombra dos muros da Pennsylvania University, em Philadelphia, onde ecoavam ainda o ribombo de Gettysburg, em confusão com o tamborilhante galopar de Sheridan, no Shenandoah Valley. Todo o idealismo utópico do velho liberalismo "*yankee*" se concentrou na alma ardorosa do paulista de velha estirpe, temperada de grande dose do tenaz e impulsivo anglo-celta!

Não eram as idéias do liberalismo francês, essas que, através dos filósofos escritores da velha Galia, imbuíram o cérebro escaudante dos oradores brilhantes do Segundo Império, ou dos então jovens propagandistas da República dessa enorme série de "letrados". O Dr. Ellis não era uma cerebração formada na cultura francesa. Êle tambem não era um influenciado pelo liberalismo whigg, que deu a Joaquim Nabuco a trajetória que este parlamentar seguiu no fim do século XIX e, mostrou, com Gladstone, a força do velho leão britânico.

O Dr. Ellis, apesar de meio sangue inglês, transparecido no seu físico nórdico alourado, era psicologica e moralmente, profundamente “*yankee*”. Nele nem sequer havia impressionado o romantismo tão arrebatadoramente simpático da Virginia ou das Carolinas, bem como da sacrificada Georgia, da dolente Luisiana, ou do sólido Mississippi. E’ que êle não se emocionava com as notas da “*Dixie*”! Êle era um imbuido do espírito das Colônias da New England, com o ascetismo democrático que vinha dos “*Pilgrims Fathers*”. Porisso, o republicanismo do Dr. Ellis era mais íntimo, muito mais ardoroso. Essa atmosfera êle quis implantar na própria família. Daí êle não ter correspondido ao chamado do Bragança.

*
* *
*

Como dissemos acima, em fins de 1886, o Dr. Ellis e sua jovem esposa tiveram a sua família aumentada de mais um rebento masculino, que teve o nome de Adalberto. Avolumava-se a família do pioneiro da lavoura de café. Já composta dos dois progenitores e de seis filhos vivos, mais realçados com a lembrança saudosa dos 3 que não mais existiam.

A fazenda de “Oliveiras”, oásis agrícola, isolado na vastidão sertaneja da mata virgem, transformara-se num Eden maravilhoso de uma residência patriarcal e confortavel que foi a típica moradia do vanguardeiro da avançada da civilização, caminhando a par com a derrubada da mata e o plantio da lavoura de café.

Era de vêr o vigoroso cavalariano anglo-paulista, tisonado pelo sol tropical, que lhe tingira a alva face da côr queimada de barro retostado, mas nada pudera com o cobre repolido das barbas longas e repartidas ao meio e nem com o azul profundo dos olhos de aço do moço abridor de fazendas.

Do alto de sua montada, o Dr. Ellis determinava e impávido testemunhava a derrubada da mata, que caía com o esforço dos machadeiros, caboclos mamelucos de sangue índio, que, infatigáveis, tamborilhavam os seus “Collins” nos troncos bojudos das mil perobeiras e jequitibás, cabreuas e canelas que se abatiam ante a tenacidade inflexível do chefe e o labor contínuo e extenuante dos machadeiros auxiliando e preparando as novas terras para o plantio.

Assim, avançava a onda verde, à custa não só do suor do trabalho incansavel, do sangue, do sofrimento, e das lágrimas da dor do cativo, mas também, da tẽmpera de aço inamolgavel do pioneiro paulista, de alma retesada de caboclo piratingano.

Essa gente foi bem digna da sua homérica ascendência!

Ela bem mereceu provir da monumental raça de gigantes!

Ela realizou a implantação em nosso solo da lavoura de café, que, vem sendo o maior monumento de esforço agrícola na superfície do planeta.

À essa gente a nossa entusiasmada e calorosa homenagem!

*
* *
*

Então, nesse madrugar de 1887, a “*The Rio Claro São Paulo Railway*” atingia a região ubérrima de Jaú, a “*terra da Promissão*” cafeeira da época, para onde se voltavam anciados de ambição, os olhares cúpidos dos plantadores de café do Oeste paulista. Obedeciam êles à mesma força atraidora que levou para os socavões doirados da California a “*moving frontier*” dos americanos, os mineradores do ouro.

O Dr. Ellis, que via a sua família crescer e se encorpar, como o pé de café, que se alinhava como um dorso gigantesco de animal bem penteado, pelos espigões dividindo as águas do Mogi das do Tietê, enraizado na sua política rioclarensense de propaganda republicana, não foi mordido pela gulosa cobiça que foi a mola causadora de haver o café se espalhado por todo o nosso território estadual.

Os Almeida Prado, os Sampaio, os Ferraz e os Arruda Botelho, além de outros, foram, nesse nomadismo agrícola, povoar êsses rincões, que na época eram o fanal, que como uma mina de ouro, chamava para a explorar, tôdas as energias paulistas.

*
* *
*

E em 25 de Dezembro de 1887, o Dr. Ellis libertou sem indenização todos os seus escravos, que somavam 42. Para isso, êle teve que pagar ao sócio, seu cunhado, João Baptista de Mello Oliveira, a metade do valor dêsses escravos libertados.

Errou, o Dr. Ellis? Acertou, êle, com o seu gesto de liberalidade generosa? Não importa a resposta. O que vale é o espírito, que imbuia o jovem médico-lavrador, o pioneiro anglo-paulista.

O que se vê nessa sua atitude é um idealismo talvez exagerado, mas profundamente enraizado na sua alma de apóstolo da liberdade. Era a formação “yankee”, que, com Lincoln,

Grant e outros, lhe cunhara na alma êsse respeito religioso pela liberdade alheia. Não chegara êle nos Estados Unidos justamente quando se realizava no Potomac a monumental parada da vitória? Não vira êle, horripilado, o tombar do grande Abraão, vítima de Wilkes Booth? Não sentira êle a reação popular de Philadelphia, contra essa vingança do Sul martirizado? Tudo isso, moldara-lhe na alma êsse exagerado, mas respeitável fanatismo pela liberdade! A sua têmpera ardorosa de sangue celta, que o anglo-germânico não conseguia apagar, fazia-o vibrar com a intensidade de uma lâmina toledana.

A sua inexcedível coragem moral e a sua confiança em seu físico excepcional, fizeram o resto. Daí a sua ação dinâmica de vanguardeiro da liberdade humana.

Médico conhecedor da biologia e das demais ciencias correlatas, o Dr. Ellis não era religioso. Ledor assíduo da Bíblia, pelo imenso tesouro de filosofia que êsse livro precioso possui em ensinamentos, o Dr. Ellis não era católico, nem cristão, nem espiritualista. Por certo, respeitando a opinião alheia, êle mantinha a sua, livre de qualquer influência.

Enfeixado na fazenda, tendo como companheiros intelectuais unicamente os livros de sua biblioteca; isolado no sertão durante mais de uma duzia de anos, sem ter com quem trocar idéias, que fosse de seu nível intelectual, o Dr. Ellis se introvertera e erigira, em suprema divindade de seu credo, a Liberdade. Daí, a sua atuação, nessa época, que se aproximava da libertação legal do negro e da implantação da República. Daí, êle ter sido um legítimo apóstolo do Bem, êsse Bem concebido de acôrdo com a moral cristã.

*
* *

Em 1888 sobreveiu, como era fatal, a Lei da Libertação do negro.

Urgia a substituição do braço escravo, completamente libertado!

A teoria dizia que êsse escravo passaria a assalariado, de modo que nada a lavoura viria a sofrer com a falta de mão de obra.

O idealismo utópico que saturava a atmosfera sentimental da época dizia que o lavrador nada sofreria economicamente com a supressão do braço escravo, pois êle, o agricultor, ainda que despojado de seu capital e do rendimento dêste, estaria aliviado das despesas, antes imprescindíveis para a manutenção, conservação e paulatina a substituição da escravaria.

As despesas cada vez mais se tornavam maiores, e as dificuldades para preencher os claros abertos na escravaria pela morte, pelas moléstias e pela idade, se faziam insuperáveis com as Leis da Supressão do Tráfico, do Ventre Livre e dos Sexagenários.

Além disso, o trabalho livre estimulado pelo salário, deveria ser muito mais eficiente. Apesar de tôdas essas teorias, o problema não foi resolvido dessa forma tão simplista. O negro, sem as peias da escravidão legal, não mais quis trabalhar. Correu como enxurrada para os centros urbanos. Os vícios, entre os quais o do alcool, foram as ocupações únicas para êle.

De nada valiam os argumentos dos teóricos e dos sentimentalistas que tinham promovido de uma maneira tão desastrada a libertação do negro. Não viam que a arma que manejavam tão canhestramente, tinha dois-gumes. Exploraram o sentimentalismo piegas da nossa gente, mas feriram as forças econômicas da Nação.

Para evitar atropelamento de um transeunte, menos precavido, o veículo mal dirigido, em desabalada carreira, machucou mais de uma centena de passantes !

Daí, o problema premente da falta e mão de obra para a golpeada lavoura. Só havia uma terapêutica para êsse mal: a Imigração.

O Estado do Rio de Janeiro, com a sua situação econômica primacial no Brasil, que lhe outorgava a sua outrora opulenta baixada e a sua maravilhosa lavoura cafeeira do verde vale paraíba, não a promovendo com a rapidez, entrou em acelerada decadência, tendo a sua produção esmagada e em ruínas, quase suprimida a sua população adensada e imigrada, em êxodo incontido, para S. Paulo e a sua influência político-social na Côte, quase eliminada.

CAPÍTULO XVI

IMIGRAÇÃO

O problema da imigração é um os mais complexos que se apresenta à governação de um vasto país como é o Brasil.

Para felicidade nossa, justamente quando tínhamos imperiosa precisão de gente para a lavoura, que viesse substituir o negro, a Europa, super-povoada, tinha necessidade de, por várias circunstâncias, fazer emigrar a sua população de alguma de suas partes, desenfartando muitos de seus núcleos mais assoberbados com o problema do adensamento.

Seria somente atrair, promover, incentivar a imigração da Europa, em crise de abundância, para o Brasil imenso e desértico, falta de mão de obra?

Seria apenas chamar o imigrante, pagar seu transporte, localizá-lo nas lavouras abertas?

Se o problema fosse só êsse, seria simplíssimo!

Infelizmente, o problema era e é muito mais complexo, apresentando muitas outras faces.

Racionalmente, a corrente migratória, deveria de preferência se localizar em regiões mais próximas da Côrte, onde se situava o ponto máximo da civilização, do progresso, da prosperidade econômica, do conforto, etc. do país.

De fato, junto à metrópole carioca e no seu hinterland próximo estava o auge de atividade agrícola do Brasil, com o maior índice social e econômico e o mais elevado nível vital sulamericano. Era o verde vale do maravilhoso Paraíba, à custa do qual vivera todo o Segundo Império, que deveria atrair de preferência a corrente migratória. Não estava essa região marcada para nela se situarem as massas humanas trazidas pela Imigração?

Então, por que isso não se deu?

Sim, por que não foi aí que se localizou a gente vinda de além mar?

A resposta estará em que, a imigração não foi espontânea e sim oficial, promovida pelo govêrno paulista, que a localizou no solo piratiningano?

Essa resposta, embora judiciosa, não explica totalmente, pois o Estado do Rio de Janeiro, também não poderia ter promovido a imigração?

Não haveria nessa região brasileira, quem antevisse o problema e procurasse lhe ministrar adequada terapêutica?

Onde estavam os grandes estadistas fluminenses do fim do Império?

Haviam se estinguido as estirpes dos Itaborais, dos Macaés, dos Paulinos? Não era a terra fluminense essa pepineira de estadistas, que se espalhavam em fulgurante destaque, nas últimas décadas do oitocentismo, pontificando na Côrte?

Não possuía a Província que cercava a Capital do país, essa pujança econômico-financeira, para realizar a imigração, dirigindo-a para suas apalaçadas fazendas, onde as benfeitorias já existentes proporcionavam uma dose de conforto ao trabalhador rural, muito maior do que em qualquer outra região do país?

Não era o verde vale do Paraíba a região mais próspera do país, a ponto de haver quem dissesse que o vale maravilhoso vencera sozinho a guerra do Paraguai?

Não devia a êle, por ventura, o Brasil, a sua posição no concerto internacional?

Não estavam, pois, tôdas as circunstâncias a gritar bem alto, que aí, região tão próxima à Capital do país, deveria ser colonizada em primeiro lugar pelo imigrante?

Não teve a afortunada Província, próxima à Côrte, o início da colonização européia, com Petrópolis, em 1884? Então, por que o Estado do Rio preferiu vêr a ruína e a decadência tomarem conta da sua riqueza econômica, causando o êxodo de sua população, a realizar a imigração?

Será que a causa disso está unicamente em o Rio de Janeiro, na ocasião, não contar com gente do estôfo do Conde de Parnaíba e do Conselheiro Antonio Prado?

E os agricultores do vale do Paraíba nada fizeram para salvar a sua Província ameaçada, desde a Lei da Supressão do Tráfico? Não teríamos aprendido que a superioridade intelectual é sempre reflexo de uma proporcional superioridade econômica? Segundo isso, o Rio de Janeiro fatalmente deveria evidenciar essa superioridade intelectual, proporcional à sua superioridade econômica. Isso aconteceu de fato! Vemos a literatura, a poesia, as letras, enfim, o desenvolvimento da cidade carioca, reflexo do seu hinterland fluminense, etc.!

Então, por que a imigração correu para São Paulo, quando teria podido se localizar em zona mais próxima do litoral e de

mais confôrto, com muito mais recursos? A simples explicação de terem os paulistas tido mais iniciativa, quer me parecer que não basta.

Eu penso que a verdadeira causa de haver a imigração se estabelecido em S. Paulo, está no seu meio geográfico, com o seu clima semi-tropical de altitude, muito mais próximo do do sul italiano ou ibérico do que o fluminense, reinante em região mais internada na zona tropical e situada em altitude bem inferior a do Planalto paulista.

Além disso, a fama da febre amarela, endêmica no Rio de Janeiro, teria corroborado, nessa alternativa de afastar das proximidades do Rio de Janeiro, a corrente imigratória, que teria sido assim desviada, para S. Paulo.

Não há dúvida que, a imigração, quando espontânea e voluntária obedece à equação matemática :

$$I = \frac{F \times D - D' \times T}{M}$$

Nessa fórmula, o fator F significa fonte de riqueza econômica, que atrai a imigração; D é a densidade da região de emigração; D' é a densidade da região de imigração; T os transportes, que servem as correntes, que mudam de região e M as condições do meio físico.

Na hipótese, todos os fatores eram propícios à corrente imigratória para a terra fluminense, excepto o fator M, isto é, o meio físico, cujos delineamentos desfavoráveis se apresentavam tão acentuados que anulavam os fatores positivos. Isso fazia com que a imigração fosse desviada para onde pudesse dispor de termos da equação acima, mais favoráveis. E' preciso não esquecer que a torrente imigratória italiana do fim do século XIX era semi-espontânea e não forçada, (1).

Não há dúvida nenhuma de grande elevação é o ativo do fenômeno imigração no assombroso crescimento demográfico e econômico de S. Paulo.

(1) O único exemplo que se pode citar de imigração forçada é a de escravos africanos ou de ameríndios nos séculos XVI e XVII para o Nordeste açucareiro.

A imigração italiana era semi oficial e a ibérica, mais espontânea ainda.

A êsse respeito, o pensamento do Senador Alfredo Ellis, mais tarde enunciado no Senado Federal, concretizado nas seguintes palavras, é o melhor reflexo da verdade histórica:

“Sr. Presidente, a lavoura de café, que já existia antes da imigração italiana, constituia um facto assombroso, já naquela época. Quando a imigração italiana principiou a tomar parte activa e a collaborar na riqueza do café, já se enfileiraram nos espigões de S. Paulo dezenas, senão centenas de milhões de cafeeiros plantados e produzindo. Hoje S. Paulo dispõe de oitocentos milhões de cafeeiros, representando esse numero, na lavoura de café, a obra mais portentosa do genero humano na face do globo”.

Isso não é mostra de má vontade do Senador, quanto ao elemento italiano, pois nunca conheci quem fosse tão amigo dos italianos como o parlamentar piratiningano!

CAPÍTULO XVII

A REPÚBLICA

Finalmente, em fins de 1889, proclamou-se a República no país!

O Dr. Ellis, ao ter a espetacular notícia, via realizado o seu ideal. Feliz de quem, ao cabo de tantos esforços, vê integralizado o concebido ideal!

O republicanismo do Dr. Ellis, embora fosse oriundo da sua formação "*yankee*", entretanto era por êle concebido, não porque viesse, em seu bojo, a idéia da federação descentralizadora, idéia defendida por Tavares Bastos, mas unicamente pelo que, êle continha de progresso para a liberdade humana.

Não tenho ciência de que o espírito descentralizador, concretizado com os ensinamentos de Tavares Bastos, animado pela combatividade de Martim Francisco o terceiro, embaseado pela filosofia ardente de Alberto Salles ou de Pacheco e Silva, cimentado pelo interesse econômico paulista, fosse o alicerce do republicanismo do Dr. Ellis. Penso que êste tinha a sua base no que êle representava para o progresso das liberdades cívicas, existentes em estado embrionário na monarquia, como o do republicanismo dos estremados de 1831, com Theophilo Ottoni, por exemplo.

Teria sido talvez a influência das idéias francesas, ou inglesas, sobre democracia, com declínio da influência "*yankee*".

E' possível, mas eu não tenho lembrança, durante o meu convívio intelectual com o Dr. Ellis, ter êste concebido o seu ascendrado republicanismo, influenciado pelas palavras de Ruy Barbosa "*Federação ou República*", ou de seu contáto intelectual, em Rio Claro, com o seu grande amigo Campos Salles.

E' sabido o complexo de idéias de Campos Salles, baseado na descentralização. Mais tarde, quando o eminente estadista exerceu a máxima magistratura da Nação, êle pôs em prática o "substractum" das suas idéias, com a sábia política dos governadores, que era o exercício da Federação.

Proclamada a República, novos horizontes se teriam rasgado ao Dr. Ellis e sua família.

Êles iriam deixar o meio rural paulista e se passariam para os centros urbanos do Rio de Janeiro e da capital de S. Paulo.

O Dr. Ellis, figura das principais do novo regime, iria tomar parte ativa na alta política nacional e na direção do país.

Ligado às principais cabeças implantadoras da República, o Dr. Ellis, por certo, seria um dos diretores da nova política brasileira.

Além disso, era tempo de o jovem médico-agricultor, com os seus, procurar centro civilizado, onde pudessem educar os filhos, que já iam atingindo a idade em que, a simples educação doméstica se faz insuficiente. Daí a idéia de ser abandonada a região do café.

Em 1890 foi vendida a fazenda. Pessimo negócio! Comprou-a José Mariano Aranha. Com a alta do café e a inflação, o novo comprador pagou o custo da fazenda com uma única safra de café. Foi um péssimo negócio feito pelo Dr. Ellis! Homem dotado de privilegiada inteligência, aliada à aguda percepção e a bom senso notável e equilibrado, e a um magnífico sentimento de previsão, o Dr. Ellis era um péssimo homem de negócios! Ele, mais afeito às cousas intelectuais, não dava ao mercantilismo grande importância.

Talvez a ambição não tivesse se desenvolvido muito nesse homem profundamente altruista, que só pensava no bem estar das pessoas que lhe eram caras, sacrificando sempre o seu próprio conforto.

Em todo o contáto, que, durante muitos anos, tive com o Dr. Ellis, sempre observei nele um excepcional desapego as questões relativas ao seu interesse financeiro. Por certo, o Dr. Ellis cuidava com afinho do aumento do seu patrimônio, mas não o fazia tangido por qualquer sentimento de egoismo e de amor ao conforto e sim para assegurar aos seus, isto é, aos da sua família, uma vida mais tranquila.

Entretanto, êle, que nada herdara, renunciando em favor da irmã Sophia, a magra herança paterna, e que devia tudo que possuía, ao seu rude trabalho, devia ter direito a um bem estar. Isso, porem, que com exclusão, devia lhe caber, êle preocupava-se em transferir aos filhos. Nunca o Dr. Ellis pensou que os filhos deviam trabalhar, como êle havia feito, se quizessem possuir algo de seu.

Jamais o Dr. Ellis teve em mente, a idéia de que os filhos, não herdassem, mas conquistassem o direito de viver, a custa própria, como êle o fizera. O Dr. Ellis levou a vida toda, a se preocupar em avolumar o seu patrimônio, não para sí, mas para os filhos, aos quais êle queria poupar as agruras da vida.

Parece que êle, sabendo à custa própria, quanto era preciso se esforçar, para conquistar o difícil direito de viver, sempre quis.

poupar a seus descendentes êsse rude labor! Com essa preocupação afanosamente lutava e trabalhava por duas gerações.

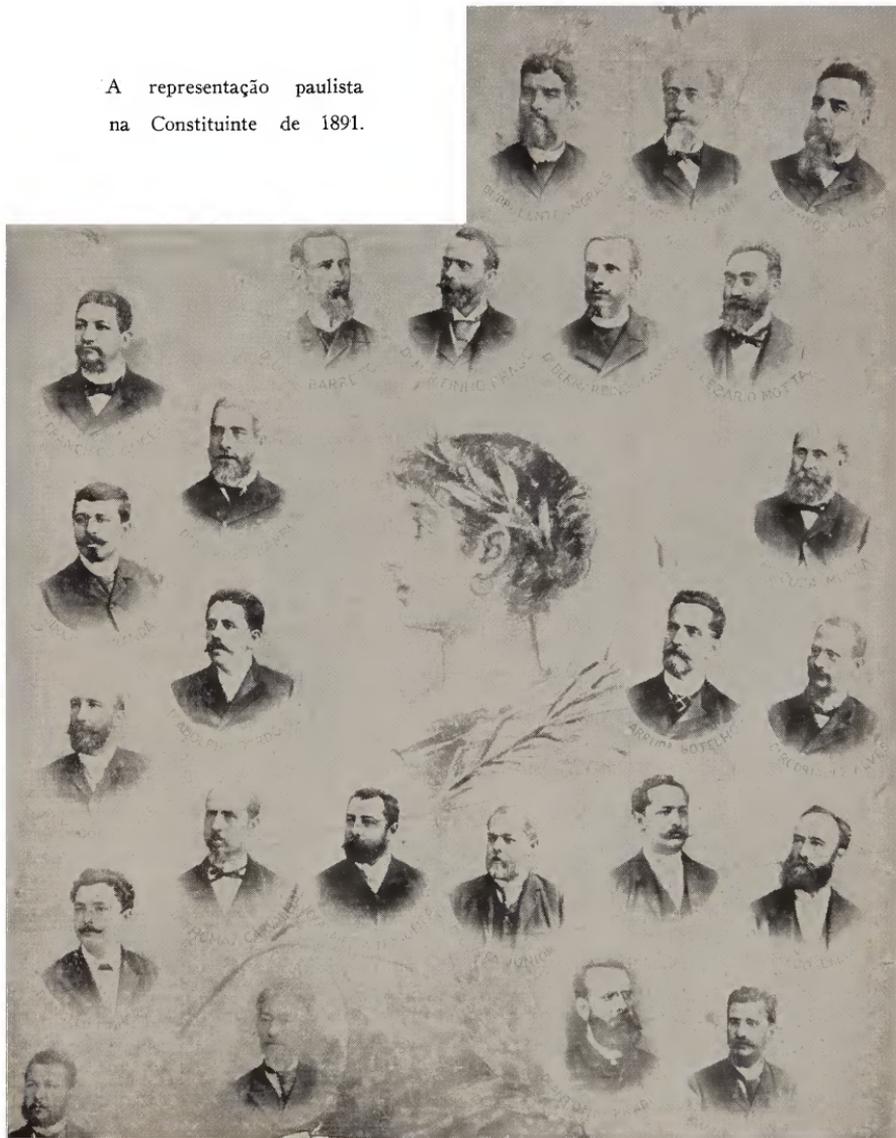
Embora fosse êsse sentimento do Dr. Ellis profundamente humano, entretanto não é aconselhavel! Cada um deve viver exclusivamente à custa de seu próprio trabalho. Não merece subsistir, quem refugia em heranças, a preguiça de auferir receitas conquistadas pelo próprio esforço.

Como eu disse acima, o humano é o contrário dessa norma e o Dr. Ellis exagerava essa tendência humana, em procurar suavizar aos filhos os esforços que tivera de dispendir.

Realizado o péssimo negócio da venda da fazenda Oliveiras, o Dr. Ellis, com a sua já volumosa família, composta da esposa e de seis filhos, se transferiu para S. Paulo, indo morar em um “chalet” situado na rua Pedroso, próximo ao caminho que, do Piques, demandava Santo Amaro. Isso em 1890, quando o Cel. Chiquinho, já Visconde da Cunha Bueno, ainda morava nessa mesma rua, na esquina com a nova rua da Liberdade, que era o início do caminho Vergueiro, para Santos. Nesse mesmo ano, o Dr. Ellis foi eleito deputado federal, para a Câmara Constituinte, que iria elaborar a lei básica da República.

Ia começar a vida política do Dr. Ellis, ainda que não houvesse por completo, cessado a sua atividade agrícola. Esta recommearia mais tarde!

A representação paulista
na Constituinte de 1891.





— 1896 —
O então Deputado Alfredo Ellis ao lado de Bernardino de Campos, de Alfredo Guêdes, de Pereira de Queiroz, de Mello Peixoto, de Paula Souza, secretários do Presidente Fernando Prestes, que está no centro da primeira fila.

PARTE II

CAPÍTULO I

NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

Eleito deputado federal, pelo 8.º Distrito Eleitoral, o Dr. Ellis, com sua família, como já vimos, abandonou o meio rural e deixando sua esposa e filhos instalados em S. Paulo, foi para o Rio de Janeiro, onde deveria se reunir aos escolhidos pelo povo, para a feitura de uma nova lei básica.

Nessa época, tôda a Estrada de Ferro Central do Brasil já havia sido incorporada ao patrimônio da União, por um decreto de Deodoro, que encampava a Estrada de Ferro Norte do Estado, de S. Paulo a Cachoeira, construída em 1877, com capitais paulistas particulares.

No Rio de Janeiro, região insalubre, onde grassava, então, em caráter endêmico e virulento a febre amarela, era perigoso para a família do Dr. Ellis, a qual, não o tendo acompanhado, êle se viu na contingência de se hospedar em hotel, tomando acomodações no Hotel Nacional, na rua do Lavradio, situado no bairro aristocrático dessa época, do fim do século XIX, ao tombar do regime imperial.

O Dr. Ellis, não sendo formado em Direito, e nem sendo especializado em Ciências Sociais, não deveria, nem era de ser mister se ressaltar no Parlamento, que elaborava uma Constituição. E' claro que êle não sendo jurista, não deveria ter a bagagem cultural, nesse ramo do saber humano. Em matéria de Sociologia, a soma de seus conhecimentos, também não seria grande e a não ser o que dizia respeito ao senso comum, êle nada devia conhecer em Ciências Sociais, mesmo porque não havia então sociólogo no Brasil, onde o estudo de Ciências Sociais era nulo e a prova disso, é que a primeira Lei Básica da República é defeituosíssima, do ponto de vista social, pois além de não dar aos Estados grande elasticidade de autonomia, principalmente econômica, claudicou lamentavelmente em matéria de distribuição de rendas, pois atribuiu a parte do leão das arrecadações fiscais à União, deixando os Estados e os Municípios, em precaríssima situação. Com isso, o Congresso Constituinte executou uma Carta Magna, centralizando, de tal modo, as atividades do País e dando à União tantos direitos e poucas obrigações,

como se o Brasil fosse um país pequeno e homogêneo, com amplas comunicações, como por exemplo, Portugal, Inglaterra, Itália, França, etc.

A Constituição brasileira então votada, foi, em parte, calcada na dos Estados Unidos, como se o Brasil oferecesse um painel geográfico, social, econômico, étnico, etc., semelhante ao norte-americano!

Então Ruy Barbosa, “magna pars”, e grande astro no Congresso Constituinte, do qual era o expoente máximo do bacharelismo, isto é, dos “letrados”, e chefe do idealismo utópico, que embebedou as altas esferas do intelectualismo brasileiro, já enebriado de pieguismo, pontificou.

Faltou ao Congresso Constituinte um Tavares Bastos, embora tivesse um Barbalho, que clareasse as realidades brasileiras, que um Ruy Barbosa, muito impregnado de cultura jurídica e saturado do espírito “yankee”, não podia vêr, senão em escala mínima.

Eu penso que a carência de um golpe de vista sociológico foi mais prejudicial ao Dr. Ellis, que a falta de bagagem jurídica. Esta não teria sido necessária, na bancada paulista, pois nela fulguravam vários vultos de juristas eminentes, que poderiam ter suprido essa lacuna, enquanto que a parte sociológica não havia quem pudesse influenciar o ambiente parlamentar, no sentido de ser elaborada uma Magna Carta, ajustada ao estado sociológico brasileiro.

De fato, toda super-estrutura jurídica deve se erguer sobre uma infra-estrutura sociológica e econômica, que, com exatidão retrate a situação real do país, para o qual se legisla.

Enquanto o sociólogo e economista são o médico, que faz o diagnóstico e ministra ou aconselha adequada terapêutica, o jurista é o farmacêutico, que elabora o remédio. E’ muito difícil se encontrar cumulativamente na mesma pessoa, o exercedor das duas funções.

Assim, foi elaborada uma Constituição, inadaptada ao estado de fato do país. Com isso, todos se prejudicavam, pois o estado perene de desassossêgo e de mau-estar anárquico, no período republicano, é sintoma de que existe alguma cousa de errado na nossa estrutura nacional, que vai produzindo no país, esta febre contínua, desde os primórdios do Governo Provisório, com a interrupção, apenas do período de guerra externa, que foi como uma cocaína anestesiadora do nosso mal. Sim, porque não há efeito, sem causa! Como eu disse acima, todos se prejudicaram, com essa lei inadequada às realidades brasileiras.

Mas, de todos o que maiores prejuizos teve, foi S. Paulo, que é o maior, pela sua demografia e pela sua economia.

Não que a bancada paulista não tivesse sabido cumprir a sua missão, mas é que, além do regionalismo não ser muito intenso na época, não havia quem tivesse cultura muito especializada em Ciências Sociais.

O Dr. Ellis era profundamente paulista! Pode-se dizer mesmo, que não havia e nunca houve paulista mais fervoroso do do que êle, que dizia, em seus discursos, como Feijó: "*ser paulista, por mercê de Deus*".

Êle era tão apaixonado por S. Paulo, que a sua voz mudava de entonação, quando falava em sua terra, cujo nome era pronunciado de um modo todo especial e em tom inegualavel. Tenho tentado imitar êsse tom especial, mas nada tenho conseguido. Tive ocasião de vêr mais de uma vez, o Dr. Ellis se emocionar, profundamente, ao evocar S. Paulo, o seu passado, etc. Se o Dr. Ellis tivesse vivido nos dias luminosos de 32, teria ido para as trincheiras, por S. Paulo, e, se nessa quadra brilhante da vida paulista, a sua numerosa próle masculina tanto se destacou, foi obedecendo a um indeclinável imperativo de alem-túmulo!

Por S. Paulo, tudo foi pouco!

Nem se diga que os deputados paulistas não tinham cultura jurídica, para o desempenho do mandato. Havia juristas, mas não havia sociólogos. O Dr. Ellis, entretanto, se não era especialista em Ciências Sociais, era conhecedor da historia episódica, no que êle se mostrou inexcedível. Mas se essa forma de cultivar o passado humano, outorga ilustração, não empresta erudição!

Dest'arte, a Assembléa Constituinte, na falta de sociólogos e de economistas, ficou entregue à loquacidade e ao espírito de jurista e à cultura livresca de Ruy Barbosa. E' preciso ficar bem claro que na época reinava o bacharelismo piégas, verborrágico, romântico e utópico, o mesmo que encheu o período do Segundo Império e que naturalmente prolongou-se pelo período republicano e ainda hoje é visível. Com isso, não foi possível a compreensão do espírito real de uma Federação, tal como a exigia o estado de fáto do país. Êste, pelos seus attributos de regionalismo, de heterogeneidade, imperativamente pedia uma super-federação, isto é, uma federação do tipo australiano. Em lugar disso, os Constituintes, magnetizados pelo liberalismo democrático, letrado e utópico de Ruy Barbosa, deram, ao Brasil republicano

um simulacro de Federação, na qual a centralização tinha e tem um colorido muito mais forte que na norte-americana. (*"Obras Completas"*, Ruy Barbosa).

A bancada paulista, composta de poucos deputados, não pde impedir que o monstrengo constitucional fosse votado e posto em vigencia.

Apenas os positivistas e os castilhistas gaúchos, com João Barbalho e Leopoldo Bulhões pensavam na super-federação, que deveríamos ter. Dos paulistas, talvez Campos Salles, influenciado, pelas idéias lúcidas e percucientíssimas, do grande pensador Alberto Salles, o erudito autor do *"Patria paulista"*, teria sido mais descentralizador. Como dizia o sergipano João Ribeiro, o Brasil é um vasto arquipelago de ilhas, isoladas e sem comunicação, entre sí. Para o Centro, deveria ser deixado estritamente o necessário para viver, como recomendava Barbalho. E' preciso dar a êsse estado de cousas uma super-estrutura jurídica adaptavel. Acerta magnificamente o intellectual pernambucano José Maria Bello, no seu livro, onde fui aprender muita cousa, *"História da República"*, 25 ao perfilhar o sábio ensinamento do manifesto de 1870 :

"Centralização — Desmembramento; Descentralização-Unidade".



Dr. Manuel de Moraes Barros
Constituinte e Deputado e
depois Senador



Cezario Mota
Constituinte, deputado pau-
lista e depois Secretário do
Interior do Governo Bernar-
dino



Cel. Paulino Carlos de Ar-
ruda Botelho
Constituinte e Deputado pau-
lista.



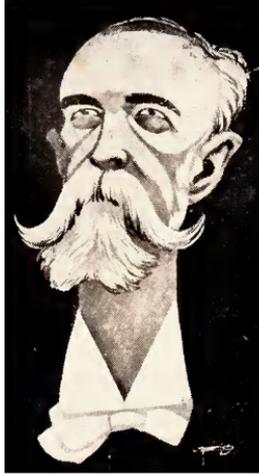
Bernardino de Campos



Cerqueira Cezar
o gigante louro dos dolico-
lourous paulistas. A sua al-
ta estatura, de acordo com
Aureliano Leite, seria uma
remota lembrança vinda
através dos séculos do "Gi-
gante da Beira", o senhor
de Belmonte.



Campos Salles



O Senador Alfredo Ellis caricaturado pelo lapis do notável caricaturista J. Carlos do "O Careta". — 1912.



Em 1912 a candidatura do Senador Alfredo Ellis é levantada pela mocidade estudiosa paulista, para suceder Albuquerque Lins no Governo de S. Paulo.

CAPÍTULO II

NA POLÍTICA

Logo os paulistas entraram em antagonismo com o chefe do Governo Provisório. Não é do meu propósito fazer um estudo em tôrno da ruptura política, em que o Partido Republicano Paulista se colocara em antagonismo ao Marechal Deodoro da Fonseca. Outros mais especializados e mais abandonados de talento o farão. Eu me limito a constatar o fato e a marcar que o Dr. Ellis, naturalmente acompanhou o seu Partido e, com êste, percorreu impávido, todos os quadros da via sacra da opposição ao chefe do govêrno do 1.º período republicano, (1).

O presidente do Estado de S. Paulo, que então apoiava o Marechal Deodoro, era o Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello, chefe republicano de grande e destacada eminência, a qual vinha desde os tempos heroicos da propaganda. Américo, como de resto, todos, com exceção de Lauro Sodré e os governadores estaduais, ficaram com Deodoro. O P. R. P. preferira ficar com seus ideais e princípios que defendera na propaganda. Abandonava desinteressadamente o "*capitôlio*" e buscava varonilmente as "*tarpeias*" da opposição!

Como disemos no capítulo anterior, nessa época o Dr. Ellis morava no Hotel Nacional, situado na rua do Lavradio, no Rio de Janeiro. Era seu companheiro de quarto, o Cel. Paulino Carlos de Arruda Botelho, deputado paulista, amigo íntimo do Dr. Ellis, chefe de grande prestígio em S. Paulo e no distrito político, que tinha essa cidade por séde, pois os Botelhos, com o Conde do Pinhal à frente, vindos de Piracicaba, eram dos moradores mais antigos de S. Carlos.

(1) O Deputado Ellis, no fim do Governo Provisorio, tentou inutilmente apaziguar a contenda, entre Deodoro — Lucena e os paulistas, a qual havia atingido a hostilidade, reunindo em sua residência, no Rio de Janeiro, à rua Silveira Martins, os proceres paulistas e os representantes da política de Deodoro, entre os quais o Barão de Lucena e o Marechal Pires Ferreira.

O acordo fracassou, depois de haverem os representantes de Deodoro aceito todas as exigências dos paulistas.

O fracasso foi devido à absoluta intransigência de Prudente que não tinha confiança no cumprimento do acôrdo, por parte de Deodoro - Lucena.

Eu possuo, a esse respeito boa documentação, a qual não reproduzo, para não tornar, ainda, mais longo este modesto trabalho.

A família do Dr. Ellis havia, como vimos anteriormente, permanecido em S. Paulo, morando em um “*chalet*” na rua Pedroso.

Nos fundos dessa casa havia um poço que, a abastecia de água, porque a rede de águas e esgotos não havia ainda chegado a esse ponto da cidade. Esta, depois do início, em grande escala da imigração italiana e do fim da escravatura, tivera um enorme crescimento, que teve como causas, os seguintes itens:

a) aumento da população pela entrada de elementos urbanos nacionais e estrangeiros, emigrados, atraídos pela prosperidade cafeeira.

b) aumento da população pela vinda dos antigos escravos, que se urbanizavam em incontida avalanche. Só ficaram no meio rural, os resíduos da massa de escravos libertados.

c) com a febre amarela, epidemicamente lavrando em Campinas e outras cidades do Estado de São Paulo, pela situação geográfica da capital paulista, na crista do Planalto, estando imune de febre, recebeu ondas de moradores dessas outras cidades.

d) aumento do potencial industrial de S. Paulo, pelo protecionismo alfandegário e pela queda do cambio.

e) aumento da riqueza cafeeira, com o crescimento da produção.

Essas cinco causas, agindo concomitantemente, determinaram à capital do Estado, um crescimento inegalável no mundo, passando de 60.000 habitantes em 1890, para 250.000, em 10 anos, em 1900, (2).

Com esse prodigioso desenvolvimento, a rua Pedroso, que, em 1891, ainda era arrabalde distante, em que, isoladas, se localizavam as chácaras paulistânicas, moradias das famílias patriarcais, de então, esse arrabalde foi, aos poucos, sendo envolvido pelos tentáculos da cidade, de modo que, logo ficou dentro de zona urbana central, provida de fartos meios de comunicação.

Mas, então, a rua Pedroso, ainda, era arrabalde distante do centro urbano e não servida, pela rede de abastecimento de águas

Dai, a necessidade de um poço nos fundos do terreno da casa. Certo dia, nesse ano de 1891, um dos filhos do Dr. Ellis, brincando junto ao poço, que aberto, recentemente, ainda estava desguarnecido de amurada protetora, caiu no bártro líquido e disse resultou a morte do menino.

(2 A população da cidade de S. Paulo, que era de 26.000 habitantes em 1872, aumentou para 47.000 em 1886; para 60.000 em 1890 e para 250.000 em 1900, para atingir a 2 milhões hoje, meio século depois.

O Dr. Ellis, que era um sentimental, profundamente apegado aos de sua família, sofreu um rude e arrasador golpe. De fato, o representante paulista, embora se esforçasse por não demonstrar, era um romântico afetivo, cheio do mais enternecido carinho pelos seus. Isso êle procurava disfarçar, revestindo-se de uma severíssima máscara de inaudita truculência, coisa que fazia confirmar, pelo “facies” carrancudo e impassivelmente frio, que era a sua habitual aparência.

O golpe fê-lo curvar, mas não o abateu, tal era a sua têmpera.

Êle poderia então repetir as palavras sombrias, mas cheias de filosofia, que Dante pôs nos lábios de Francesca da Rimini, no seu Canto V da “*Divina Comédia*”:

*“Nessun maggior dolore
che ricordarsi dei tempo felice
Nella miseria”.*

O “*tempo felice*” do Deputado Ellis foi o decorrido de 1882 a 1889, na fazenda “*Oliveiras*”. A sua venda foi uma tremenda cabeçada, dada em holocausto ao Moloch da política.

“*Oliveiras*” era um florido jardim, onde corria “leite e mel” da fartura e da euforia. Aí, nesse sublime recanto do âmago da terra roxa, viveu Alfredo Ellis os melhores tempos de sua vida, rodeado dos seus, que cresciam, ao contáto suave do nosso adorável meio rural.

CAPÍTULO III

A REVOLTA DE RIO CLARO

Com a dissolução do Congresso, decretada por Deodoro em 3/11/1891, o Dr. Ellis em S. Paulo se reuniu aos seus amigos e correligionários do Partido Republicano Paulista, como Paulino Carlos de Arruda Botelho, Bernardino de Campos, que fôra Presidente da Assembléa Legislativa dissolvida por Deodoro, por ocasião do famoso "*golpe de Estado*", Jorge Tibiriçá, Prudente de Moraes, Campos Salles, Manoel de Moraes Barros, Francisco Glycerio, Cerqueira Cezar, Rodolpho Miranda e outros, (1). Ficou resolvido então, pelo Partido, em reunião no edifício do "*Correio Paulistano*", na noite de 9, que se faria uma revolução contra o Governô paulista, o qual, como ficou dito, apoiava decididamente o "*golpe de estado*" de Deodoro, anti-de-

(1) O golpe de Deodoro-Lucena, dissolvendo o Congresso, causou profundo abalo moral no Deputado Ellis, que desalentado escreveu a seguinte carta ao seu amigo e compadre Ezequiel Freire.

"O que lhe direi? Como explicar: o golpe de Estado que tanto procurei evitar, trabalhando por um accordo entre dois poderes? Impossivel!

Basta dizer-lhe que tenho o desespero na alma e doloridas todas as fibras do meu coração.

"Finis Poloniae! Finis reipublicae!"

Entramos no regimen da caudilhagem, compadre!

Hoje, desiludido, só trabalharei pela separação de S. Paulo".

Momento de angustioso desabafo, levado naturalmente pelo desespero, a que nos obrigam os desmandos, pouco inteligentes de uma União, que, para nós, tem sido madrasta!

Essa attitude profundamente revoltante e injusta é a causadora de todos êsse surtos de revolta, que acarretam situações extremadas como esta

mocrático, porque havia dissolvido o Congresso, composto de eleitos pelo povo. Resolveu também o Partido, nessa ocasião que, o Dr. Ellis seria o chefe supremo da revolta e iria para Rio Claro, que seria o centro capital, onde começaria o movimento bélico, que deveria vir da periferia para o centro, onde se localizava a sede do governo estadual, chefiado pelo Dr. Américo Brasileiro de Almeida Mello, favorável à Deodoro, e sustentado pela força federal comandada pelo Cel. Castello Branco. Para S. Carlos, com igual incumbência, fôra Paulino Carlos de Arruda Botelho e Francisco da Cunha Bueno, para Jaú, Brotas e Dois Córregos, fôra o Dr. Alvaro de Carvalho, para Limeira o Cel. Joaquim Antonio Machado de Campos e o Dr. Ezequiel Ramos, etc. todos sob as ordens do Dr. Ellis, que seria o chefe supremo da revolta contra o Governo do Estado. A propósito desse movimento, eu transcrevo, data vênia, o relato sobre o mesmo do "*Album Histórico de Rio Claro*", 61-64:

e manifestações de desespero, como a que acabamos de vêr. E preciso que os deprimem inutilmente as nossas forças econômicas pensem que também somos seres humanos! Arrancam os nossos recursos, para os espalhar generosa e perdulariamente, em empreendimentos visivelmente improdutivos e em regiões absolutamente estéreis, sem a menor perspectiva de lucros.

Usando dessa manifesta iniquidade, entretanto, não compreendem as nossas atitudes desesperadas. Não se iludam os centrais, pensando que não há reação contra estas injustiças, que nos vitimam continuamente. Todos percebem e todos contra isso reagem. Naturalmente a reação é sempre de acôrdo com o temperamento de cada um. Uns são violentos, desabridos e ribombantes! Outros, expansivos e declamadores! Outros, ainda reconcentrados e impacientes! Outros tímidos e pacatos! Outros dinâmicos e arrojados. Mas todos compreendem que não é com vinagre que se retem as moscas!

Resumindo: alguns, prudentes, murmuram, mas outros, mais atrevidos falam alto. Alfredo Ellis, com seu temperamento em ebulição continua, nunca aprendeu a murmurar. Daí, a sua expansão!

"Na noite de 8 para 9 de Novembro, reuniram-se na sala do pavimento superior do edificio do "Correio Paulistano", sito à rua 15 de Novembro em S. Paulo, onde hoje se acha a "Camisaria Colombo", presentes os chefes republicanos paulistas, sobresahindo Prudente de Moraes,

Campos Salles, Bernardino de Campos. Nessa reunião ficou resolvido fazer-se a revolução do interior do Estado, trazendo ella a insurreição da periphéria para o centro, no sentido de obrigar o Dr. Americo Brasiliense a deixar o cargo. Para êsse fim foi chamado Alfredo Ellis que aceitou a incumbencia dedicada e perigosa de insurreicionar o noroeste de S. Paulo, tendo sob suas ordens os chefes de Limeira Cel. Joaquim Antonio Machado de Campos e Dr. Ezequiel de Paula Ramos, Francisco da Cunha Bueno, seu cunhado incumbido de chefiar a zona de S. Carlos do Pinhal e o Dr. Alvaro de Carvalho, incumbido do levantamento da zona de Dois Córregos, Brotas, Jahú.

O centro da revolução, de acordo com o que ficara combinado foi a cidade de Rio Claro, sob a chefia do Dr. Alfredo Ellis, actual senador por S. Paulo, tendo às suas ordens o directorio politico local, composto dos srs. Cel. Diogo Salles, Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos, Cel. Marcello Schmidt, Sergio Gurjão, Gualter Martins, contando com os dedicados companheiros Cel. Joaquim Salles, Dr. João Américo Soares Baptista, os irmãos Camargo de inexcedivel bravura, José David Teixeira, Bento de Almeida Prado, João Pinto Pereira, Andreas Schmidt, Arthur Vasques, chefe da Estação e Benedicto Leite de Freitas Junior. Todos collaboraram activamente no movimento revolucionário, seguindo sem hesitação os seus chefes, arriscando as proprias vidas com o maior despreendimento e patriotismo.

Os chefes americanistas, sob a direção do Dr. Sá Barreto, Presidente da Intendencia, tendo às suas ordens o commandante do forte destacamento policial Tte. Baptista da Luz, (de extraordinaria bravura tanto que chegou a ser commandante de toda a Fôrça Policial de S. Paulo) suspeitavam qualquer movimento, desde que perceberam a chegada a Rio Claro do então Deputado Alfredo Ellis. Este levava instruções para iniciar a revolta do dia 15 a 20 e disso havia dado conhecimento aos chefes e sub-chefes do partido, tendo mesmo enviado emissários aos diversos portos para angariar não só proselitos como combatentes. Entre esses, foram os principais o Dr. Bento de Almeida Prado, Manuel de Camargo, João Pinto Pereira e Manuel de Camargo Neves.

Providencias já haviam sido dadas, não só para a aquisição de todo o armamento e munições existentes no mercado de Rio Claro, como tambem já estaria providenciado para a fabricaçào de 100 lanças.

Estava deliberado entregar-se o commando das forças revolucionarias aos irmãos Cel. Francisco e ao major Carlos Pinho.

De accordo com a resolução tomada em S. Paulo, devia a revolta estalar no dia 15. No dia 14, porem, pela manhã o Deputado Alfredo Ellis recebia um telegramma do Dr. Campos Salles dizendo: "*Precisamos de um ponto de apoio. Se estiver pronto rompa a Revolução. Peça retirar minha mãe para fora da cidade*".

De fato, dada a avançada idade da illustre matrona, que tinha varios filhos envolvidos na revolta, como Joaquim e Diogo Salles, não poderia ella suportar qualquer choque.

Apezar de reiterada insistencia, a matrona illustre, encerrando-se num oratorio particular, no proprio quartel general da revolta, recusou-se sahir, conservando-se em oração enquanto corria risco o exito da lucta que se iria travar entre as forças revolucionarias e o forte destacamento commandado pelo Tte. Luz.

Antes do rompimento, no intuito de reunir todos elementos e evitar a remessa de tropas de S. Paulo pela estrada de ferro Paulista, o Deputado Alfredo Ellis, acompanhado do Estado Maior dos chefes republicanos, depois de conferenciar com o chefe da Estação, Sr. Arthur Vasques, ordenou a este que telegraphasse ao chefe do trafego da Paulsta, em Campinas, Max Mundt, exigindo sob pena de destruição de parte da linha, o compromisso de não transportar tropas de S. Paulo sem aviso e licença previos. A resposta immediata do sr. Max Mundt foi de recusa á imposição. Diante della, o chefe da revolução não hesitou em ordenar o levantamento de trilhos e a explosão da ponte sobre o Atibaia.

Communicada essa deliberação á Directoria da Companhia, o Dr. Elias Chaves, então presidente da Companhia, deu ordem para que a estrada fosse entregue ao Deputado Alfredo Ellis, ficando sob sua responsabilidade os prejuizos que pudessem resultar de quaisquer actos ordenados pelo chefe da revolução.

Conseguido isso, os chefes revolucionarios, com o Deputado Alfredo Ellis á frente, foram conferenciar em seguida com o Dr. Walter Hammond, director da "*Rio Claro*". Intimado a fornecer um trem para transporte de forças, para qualquer ponto, e entrega dos elementos de que dispunha a Estrada, recusando-se por dizer-se neutro e não poder agir, portanto contra o governo, foi intimado o inspector do trafego, Dr. Andreas Schmidt, com cujo apoio contavam e pae dos companheiros Marcello e Cornelio Schmidt, a entregar quaisquer requisições conservando de fogos acesos uma locomotiva com os respectivos vagões para o transporte de forças do interior.

Na ultima reunião ficou, então, deliberado, por unanimidade a adopção do plano premeditado pelo chefe da revolução, no sentido de evitar morticínio que, infalivelmente se daria, desde que se travasse a lucta com o forte destacamento, seleccionado da força policial do Estado, para dominar a agremiação republicana, que era a mais forte do antigo 8.º Districto, sede e centro da acção subversiva.

O plano consistia em obter-se refens do grupo contrario, neutralizando a acção do Tte. Luz, a quem o Dr. Sá Barreto, em conferencia intima havia aconselhado o fuzilamento do chefe da revolução, Deputado Alfredo Ellis. Observando-lhe o Commandante da força que não co-

nhacia pessoalmente o Dr. Sá Barreto lhe dissera que facil lhe seria reconhecê-lo, porque além de ser um homem alto, magro, barba ruiva, era o único no Rio Claro que usava collete e gravata branca!

Em execução de ordens, foram presos os chefes e autoridades locais Sá Barreto, Cap. José de Campos Negreiros, Benedicto de Oliveira, Francisco Ignacio da Fonseca e outros, sendo guardadas as residencias de outros chefes “ameriquistas” ou monarquistas, como, por exemplo, o Barão de Dourados, que ficou impedido de sahir de Rio Claro. Esses prisioneiros, guardados debaixo da maior vigilancia, numa sala do Quartel General, ás vistas de dedicados republicanos, sabendo que seriam as primeiras victimas, se por ventura, a força atacasse, trataram de evitar a lucta, escrevendo e ordenando a capitulação do Tte. Luz, Commandante da mesma.

De fato, este, depois de detida conferencia, reconhecendo a superioridade de forças dos adversarios, deliberou capitular e entregar as “*Comblain*” (marca de carabinas) por exigencia dos chefes revolucionarios, depois de haver confabulado com os Alferes e officiaes subalternos que commandavam o destacamento.

A acta da deposição das autoridades e da descrição da victoria da revolução, foi lavrada pelo Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos e assignada pelas autoridades depostas, sendo a primeira a lançar seu nome o Dr. Sá Barreto, principal adversario, que foi assignar a sua propria deposição, no logar em que foi erigido o monumento que commemora o triumpho grandioso da revolução, desarmou-se a tropa, recebendo os chefes da mesma todas as carabinas, deixando, porem, como homenagem á bravura do destacamento, as baionetas de que se achavam armados, retirando e deixando sob a guarda dos chefes republicanos, as carabinas porque assim evitavam o derramamento de sangue.

Copia authentica da acta da deposição da Intendencia e reintegração da Intendencia transacta e das autoridades policiaes e municipaes:

“Aos treze dias do mez de Nov.” de 1891, nesta cidadde de S. J. de Rio Claro, no paço municipal, presentes os intendentes Dr. Francisco de Castro Sá Barreto e Dr. José Ignacio da Fonseca, na ausencia dos demais intendentes, o povo em massa, dirigido pelos cidadãos Dr. Alfredo Ellis, deputado ao Congresso Federal, Diogo Eugenio de Salles, Dr. João Americo Baptista, Dr. Manoel P. Siqueira Campos e outros, depois de eloquente discurso proferido pelo Dr. Alfredo Ellis, foram depostos, por entre aclamação do povo, a Intendencia representada pelo seu presidente, Dr. Frco. Castro de Sá Barreto, e Intendente Dr. José Ignacio da Fonseca e proclamados Intendentes os cidadãos Francisco de Assiz Salles, Roberto de Almeida Leme, Conrado Kck, José Jacintho de Moraes, Felicio Antonio Cae-

tano, Eduardo Bohn, João Pinto Pereira, Luiz Barthmann e Marcello Schmidt; foram igualmente depostas as auctoridades policiaes existentes e proclamados:

Delegado de Policia-Benedicto Leite de Freitas Jr.;

1.º suplente — Modesto Antonio Pereira;

2.º suplente — Carlos Augusto de Salles;

3.º suplente — Sebastião da Cunha Bueno;

Sub-delegado — José Bueno de Oliveira;

1.º suplente — João Baptista Castello Branco;

2.º suplente — Mel. Ferreira Duarte;

3.º suplente — Francisco Colonese”.

Logo após os sucessos relatados e depois de ter cabalmente desempenhado a missão revolucionaria, com a deposição das auctoridades “*ameriquistas*” do Rio Claro, voltou a S. Paulo o deputado Alfredo Ellis.

A importancia do golpe revolucionario do Rio Claro é desnecessário encaecer: foi decisiva. A sua influencia em S. Paulo, fazia-se sentir notavelmente e quando o deputado Ellis chegava á Capital, estava em pleno ealor a revolta que caminhava já a passos gigantescos, arrastando o governo “*Américo*” para a debacle.

Na mesma noite da sua vinda, reunia-se o deputado Ellis com os proceres do movimento: Campos Salles, Bernardino, Prudente e outros, além do Cel. Solon, enviado do Presidente da República, em conferencia num aposento do Hotel de França. Nessa conferencia, ficou tudo assentado para, no dia seguinte ser rompido um movimento armado que deveria dar o golpe de misericordia em Americo Brasiliense.

Nessa ocasião, pelas ruas da cidade a cavalaria, em desordenada correria, espadanava o povo e desfêchava tiros com os seus clavinotes.

Do proprio Palacio do Governo já havia sido dada uma descarga de fuzilaria, contra o escriptorio do Dr. Alfredo Ellis que se situava aos altos da loja de Domingos Paiva, á rua Quinze de Novembro, esquina do Largo do Thezouro, em frente ás janellas do Palacio. Dessa descarga foi ferido, e falleceu, um empregado da referida loja; ficando o escriptorio em cima, crivado de balas.

A intenção desta violencia estava clara, dada a faina notoria com que se empenhava o então chefe politico de liquidar com todos os chefes do motim.

Este, entretanto, triumphava e, nessa mesma noite, sem ter sido preciso lucta armada, Americo Brasiliense fugia do Palacio, abandonando o governo nas mãos do major Castello Branco. Em Rio Claro, por entre aclamações entusiasticas, voltava a occupar o cargo de Juiz de Direito, o sr. Dr. José Machado Pinheiro Lima e a Camara presidida pelo sr. Fran-

cisco Assiz Salles. Vimos, por ahi a acção ferrea de Alfredo Ellis. Não podia portanto tardar a recompensa. De facto, em breve, a teve, com a fundação do

BATALHÃO “ALFREDO ELLIS”

Os seus velhos amigos e companheiros do Rio Claro, querendo tributar ao chefe uma homenagem que recordasse os acontecimentos memoraveis do contra golpe revolucionario, fizeram chamar ao batalhão, formado para desarmar a força estadual por ocasião da revolta: Batalhão “Alfredo Ellis”. Assim é que a 3 de Outubro de 1892, no Rio, o deputado Alfredo Ellis recebia o seguinte telegrama de grande valor historico:

“Exmo. Sr. Dr. Alfredo Ellis — Rio. O batalhão patriótico em grande reunião effectuada hontem resolveu mudar o nome para o de “Alfredo Ellis”, em homenaem aos grandes serviços prestados por V. Excia, á causa da República e do Estado de S. Paulo e em reconhecimento ao glorioso chefe da phalange republicana rio clarense. O batalhão formado e disciplinado como está saberá honrar nome de V. Excia. em qualquer emergencia que o acaso o atire.

Rio Claro, 3 de Outubro de 1892”.

Este batalhão era destinado a amparar em qualquer emergencia a causa da Patria e da Republica. Composto de cento e tantos homens seleccionados, tinha o mesmo o seu quadro completo de officiais. Não poucos serviços foram prestados por esta unidade luzida, nos primeiros annos do regimen. Assim é que em 1892, quando ainda no Governo interino de Cezar, logo após a deposição de Americo, era preciso uma manifestação de força que amparasse o novo governo, partiu o batalhão “Alfredo Ellis” para a Capital onde esteve aquartellado com grande effectivo, prestando apoio á legalidade. Ainda no anno seguinte de 1893, quando a anarchia reinava na Paulicéia explodindo a lembrada revolta de seis de setembro, o batalhão “Alfredo Ellis” foi chamado e o Governo recolhendo a força policial, entregou a manutenção da ordem ao batalhão “Alfredo Ellis”, que pelas ruas paulistanas, foi acclamadissimo.

Sempre firme em seu posto de honra e fiel ao lemma que se propuzera desde o berço a defender, o batalhão “Alfredo Ellis” teve, em suas glorias, a de sustentar o regimen mais de uma vez ameaçado pela revolta da esquadra com o almirante Custodio de Mello, á frente. Nessa occasião, por muito tempo, esteve essa legião memoravel de patriotas encarregada da defeza do porto de Santos atacado pelo cruzador “*Republica*” e ameaçado desembarque”.

Confirma êsse relato o General Abílio de Noronha, em seu livro "*O resto da verdade*", que assim diz:

"Subindo à presidência da República o vice-presidente marechal Floriano Peixoto, a situação podia resolver-se pacificamente, pelos meios legais, sem mais violência e sangue. Bastaria que o poder competente de decretasse a intervenção federal nos Estados que tinham adherido ao golpe de Estado e que declarasse findo os governos que assim tinham agido. Mas, que se fez? Os políticos vitoriosos, os florianistas, iniciaram a derrubada dos governadores por meio de mashorcas promovidas com a participação das tropas de terra e mar. Quase todos os Estados foram assim ensanguentados e com isso novos odios foram semeados. A titulo de exemplo narro aqui o que se passou em S. Paulo nessa epoca.

Para tramar o movimento em S. Paulo, reuniram-se na redação do "*Correio Paulistano*" na noite de 8 de Dezembro de 1891, os chefes republicanos paulistas — Prudente de Moraes, Campos Salles, Bernardino de Campos e outros. Nessa reunião resolveram effectuar a revolução no interior do Estado, levando-a ao centro. O dr. Alfredo Ellis nesse tempo Deputado Federal, fôcou incumbido de insurreccionar o Nordeste do Estado, com os chefes políticos de Limeira, Rio Claro e outras localidades. O dr. Alvaro de Carvalho, encarregou-se do levantamento da zona de Dois Corregos, Brotas e Jahú.

O principal foco de sedição foi Rio Claro, onde estavam os drs. Alfredo Ellis e Manuel Pessoa de Siqueira Campos. Além dos civis armados, os revolucionários conseguiram ahí o apoio do tenente Baptista da Luz, que depois foi comandante geral da Força Pública e tinha então ás suas ordens forte contingente policial. (Aqui se enganou o General Abílio, pois o então Tenente Baptista da Luz teve que ser juntamente com seu contingente militar desarmado e preso pelo dr. Alfredo Ellis, de modo que o apoio de Baptista da Luz teve que ser conquistado sob ameaça de luta).

Igualmente errou o General Abílio, ao pensar que êsse movimento paulista foi determinado pelo Marechal Floriano. Justamente pelo contrário! Foi êsse movimento precisamente, que determinou a queda de Deodoro e a subida de Floriano, pois Deodoro só caiu em fins de Novembro de 1891.

Assim se verifica que, quando se deu o movimento paulista, ainda Deodoro estava na presidência da República.

CAPÍTULO IV

CONSEQUÊNCIAS

Deodoro, o impulsivo e irrefletido proclamador da República, mal cercado, não teve sucesso na política mal orientada, que empreendêra, com Lucena, com o “golpe de estado” e com a dissolução do Parlamento Nacional, se esboroou, ante a reação republicana, que, em São Paulo, “manu militari”, depunha violentamente o Dr. Americo Brasiliense, colocando em seu lugar o velho republicano Cerqueira Cezar, do Partido Republicano Paulista, que violentamente hostilizava o árdego Deodoro. Este, verificando a reação democrática do país, renunciou a 23 de Novembro de 1891 e Floriano Peixoto assumiu a suprema governança, para terminar o período do chefe da Nação.

Era uma sensacional reviravolta!

No Estado, o Partido Republicano Paulista se fazia senhor de todas as posições de mando!

Como se viu no capítulo anterior, isto devia-se, na maior parte, ao Deputado Alfredo Ellis, que havia realizado tanto, dispendendo, para isso, energias, ação, dinamismo e combatividade, pelos sucessos, que foram as causas dessa reviravolta. De fato, isso teve lugar devido ao espírito de decisão, à coragem pessoal, ao destemor ante o perigo, à impavidez, ante as situações difíceis, do parlamentar paulista, que soube enfrentar as responsabilidades, tomando desabusadamente a chefia da revolta de Rio Claro! Não fosse a vitória desse movimento rioclarense, o Governo paulista teria continuado a apoiar Deodoro, que, com Lucena, teria naturalmente prosseguido na orientação ditatorial, iniciada com o “golpe de estado” e com a dissolução do Congresso. Foi assim que, graças ao movimento rioclarense, o P.R.P. galgou o poder derrubando Americo Brasiliense, o pilar maximo, em que se apoiava Deodoro com a sua política, reacionária.

A justiça ainda não se fez para o que este movimento decisivo representa na História da Republica! Alfredo Ellis, via-se, era um enérgico e decidido homem de ação, era o mesmo dinamismo do glorioso Partido Republicano Paulista, mas não eram essas as únicas qualidades precisas para um bom político!

De fato, o parlamentar paulista sempre se revelou um péssimo político! Talvez, em grande parte, devido mesmo a possuir o Dr. Ellis aquelas qualidades mencionadas! Mas, além dessa causa, à qual eu atribuo a maior parte dos insucessos políticos do

parlamentar paulista, faltava a este, a justa apreciação do valor e da psicologia dos homens. Essa falha é importantíssima na antevisão dos cenários políticos! E' preciso, imperiosamente, para que, o político tenha um seguro golpe de previsão dos acontecimentos futuros, possa saber bem, de como atiam e reagem as várias personalidades. O Dr. Ellis não apreciava com justeza o valor dessas personalidades no xadrez político. Êle, por essa lamentável, sensível e importantíssima falha, errava quase sempre, no prejulgamento do cenário político e tomava decisões desacertadas. E' que, êle desconhecia a psicologia do próximo e êsse imperdoavel desconhecimento o fazia atribuir a outrem, traços de seu proprio perfil moral. Daí os seus erros contínuos!

A essas notorias falhas, é preciso ser considerado que, o Dr. Ellis não sabia dissimular! Êle era muito franco e leal por demais, para ser um bom político! Êle não conservára o que lêra no mestre florentino! Assim não é de admirar que, o Dr. Ellis tendo sido o "*the right man in the right place*", isto é, a pessoa idonea para as ocasiões, em que eram precisas a violencia, a decisão definida e definitiva, tendo sido tambem um grande orador parlamentar e um enxcedivel combatente, foi um péssimo político e nunca chegou a ser um estadista.

De fato, Alfredo Ellis nunca chegou a ser estadista, por ser muito romântico do tipo de Abrahão Lincoln, vivendo sempre no mundo dos sonhos! O "*Estadista*" requer uma dôse mais massiça de realismo, e de justa visão dos homens com sacrificio do idealismo. Da combinação psicológica dêsses traços fatalmente resultam, as trajetorias políticas dos homens públicos.

Houve um rei de Portugal, D. João II, que dizia repetidamente, referindo-se à sua ação violenta, às vezes e, maneirosa, e geitosa política de outras feitas: "*Dias ha em que eu ajo como falcão, violento à luz solar, e outras vezes, eu tomo a ação nocturna subrepticia da coruja*".

O Dr. Ellis só agia como falcão! Ignorava a coruja meliflua!

De fato, faltavam a êsse parlamentar paulista, a suavidade maneirosa e diplomatica do "*savoir faire*" e a dissimulação dos seus sentimentos, que êle não sabia ocultar! Sua alma era como um livro aberto e não iludia ninguém! Como êle era diferente daquêles homens solertes e untuosos do Segundo Imperio! Em cada um daquêles, havia um diplomata maneiroso e ageitado! O Prata era costumeiramente o palco, em que êsses aristocratas imperiais ganhavam e punham em ação, as suas espôras de cavaleiros!

O Dr. Ellis nunca rezou pela cartilha de Luís XI, o monarca sutil e geitoso, que começou a unificação francesa. Êle era antes, como um Carlos, o Temerário, com alguma coisa de Francisco I, o inteligente Valois e, talvez com sombras de Henrique IV, naturalmente guardadas as proporções.

Os politicos imperiaes revelaram no Rio da Prata muito espirito diplomatico, aliado ao equilibrio. Assim a reunião dos caudilhos Urquizas, Virasoro e Rivera, em aliança contra Rosas e Oribe, foi um fino "*capolavoro*" do Visconde do Uruguai e do marquês do Paraná, jogando os caudilhos platinos uns contra os outros, a serviço do Império! Era o "*similia similibus curantur*", naquela admirável realização de diplomacia imperial! Resultado dessa obra prima contra Rosas, foi Tonelero e foi Monte Caseros!

Eis a conciliação, a força e a destrêza diplomática de Saraiva em Montevidéu! Não fôsse a ação atrabiliária desastrada de Tamandaré, celebrando com Flôres, o acôrdo de Santa Lúcia, ter-se-ia evitado as desastrôsas guerra, com os "*blancos*" e depois com o Paraguai. E' admirável a ação dos civis do Império no Prata! O Dr. Ellis seria incapaz disso! Êle nunca revelou solercia diplomática! Julgava que todos tinham boa fé. Tivesse êle estado no Prata, em 1864, teria agido como Tamandaré, precipitando o Império na aliança, com o rebelde Flores e dando motivo para a agressão de Lopez!

Outra feição negativa, para que Dr. Ellis não ascendesse às culminancias da carreira política, é o nunca êle haver revelado egoismo no seu caráter. Êle nunca ambicionou nada e não revelou senão espirito de renúncia! Outra delimitação da psicologia apresentada pelo parlamentar paulista, a qual não deve ser confundida com a enunciada no paragrafo acima é a da absoluta falta de egolatria. Egoismo é o espirito de ambição, de lucro ou de posição, objetivando a própria pessoa, enquanto que, egolatria é a super estimação do seu próprio valôr, com exagerado. enaltecimento de sí mesmo, convertido em ídolo da religião do "*Eu*". O Dr. Ellis, sempre vivendo na penumbra e nunca ressaltando e evidenciando o próprio nome, se mostrou completamente avesso à egolatria.

A sua grande e aguda intelligência não supria essas lamentáveis falhas. Aliás é muito difficil e raro, todas essas qualidades, que notamos ausentes no Dr. Ellis, serem coexistentes, com grande intelligência, numa só pessoa. Geralmente, quando um grande vulto dispõe de certas qualidades ou virtudes, é vazio de outras. A perfeição é quase que impossivel! Devido a isso, é

que, os grandes estadistas e os grandes políticos são raríssimos! Infelizmente, os termos são muito malbaratados e as qualificações de “estadistas” e de “políticos” não são atribuídas apenas aos raros super normais, que apresentam cumulativamente alguns índices de excepcional elevação.

O Dr. Ellis, embora tendo sido notável parlamentar, possuidor de não poucas qualidades e virtudes, não foi um estadista, na rigorosa acepção do termo, não tendo sido também um bom político!

Foram inúmeras vezes que, êle devido ao que deixei exposto, tomou direção errada e dela não mais recuou, porque não era do seu feitio recuar! Êle não sabia recuar, fazia sempre como Cortez na conquista do Mexico, queimava os navios, que deveriam garantir a retirada! Êle fechava todas as portas!

Com êle convivi mais de um quarto de século e jamais o vi bater em retirada de uma atitude! Quando tomava uma decisão, certa ou errada, fechava todas as saídas possíveis, tornava impraticáveis todas as transigências! Às vezes, dessas atitudes avançadas, se arrependia, mas, delas não recuava jamais e mantinha-se rígido como um “*maquis*”, ou um “*partiggiano*”!

A prudencia e a tolerancia, com a flexibilidade de atitudes, não lhe haviam sido ensinadas e nem mesmo com a idade, que já vinha amadurecendo-o e desaprumando-o, êle ficava mais dútil! Quando já cansado pela atividade contínua e trabalhosa, coberto de cãs, que lhe prateavam a atormentada cabeça de mais de sete dezenas de anos bem vividos, Alfredo Ellis era o mesmo cavaleiro andante, o mesmo Cyrano de Bergerac, vulcanicamente ardente e arrojadamente impetuoso nas atitudes, que decidia e apaixonadamente tomava. Lembrava, pelo ímpeto e pela eloquencia borbulhante, Bernardo de Vasconcelos, de quem tinha a soberana inteligência, mas de quem não alcançou o brilho oratório, embora lhe sobrasse a sinceridade, que faltava a Bernardo. Talvez Gaspar Silveira Martins! Em política, êsse feitio não é o que traz mais sucesso!

Quando êle, já velho, jogava xadrez com seus filhos ou netos, no recesso de seu lar, é que se via bem seu temperamento perpetuamente ígneo! Seus lances eram rapidíssimos e brilhantes como o raio! Fulguravam como a luz santélmica! Ele não fazia calculos, por isso, quase sempre perdia, o que era para ele, motivo de sombrias contrariedades! Enquanto nós levavamos dez ou quinze minutos para movimentar uma pedra, êle respondia, às vezes, num segundo e, quase sempre voltava das

jogadas, quando percebia tardiamente o êrro, que impensadamente cometêra, coisa que não permitia aos outros também fazer!

O Deputado Alfredo Ellis não era um orgulhoso, pois muito lhano e democrático no trato; êle, habituado a conviver com todas as camadas sociais, com gente de todos os escalões de cultura, as mais diversamente dosadas e com pessoas de vários degraus econômicos, bem como com povo de todos os níveis de educação e de polimento; a todos tratava sem a menor disparidade. Muitas vezes eu o ouvia conversar com o “chauffeur” do “taxi” que o levava á cidade, outras vezes êle colhia as opiniões, dos manejadôres de elevador, dos caixeiros das lojas, ou dos funcionários das repartições, etc. Assim, estava êle, sempre ao par da opinião pública!

Outra feição do caráter de Alfredo Ellis, e das que mais impressionavam pela sua relevancia, pela sua continuidade em se evidenciar e pelas suas repetidas manifestações, era o “*fair-play*”, que o animava em todas as lutas em que se empenhava. Quando entrava numa campanha qualquer, o fazia com a alma inteira. Era como um gladiador na arena romana, lutando pela vida!

Uma fé inquebrantável o animava sempre! Uma convicção ardente e arraigada transformava a causa por êle esposada, em uma religião! Êle se enraizava e se irmanava, de tal modo, com o objetivo defendido, que, as suas orações adquiriam, pelo cunho sincero e convicto, com que eram proferidas, uma coloração toda especial, com a qual convenciam os seus argumentos, pela certeza de alma, que os imbuía, o que fazia dêles verdadeiros petardos arrazadôres que decidiam as contendias, em que se empenhava o novo “Cid” dos parlamentos republicanos. Dir-se-ia um teimoso e incansável celta, lutando pela independencia de sua verde “*Erin*”! Sabemos e vou repetir, neste livro, o tom de belicosa violencia e de incrível agressividade, com que o Deputado Ellis entrava, em todos os seus prêlios parlamentares. Parecia um “*tank*” de guerra! Êle não poupava adversários!

Lembro-me bem do conselho, que êle me dava, já em seu leito de agonia: “*Guarde sempre este conselho, meu filho: Almoce sempre que puder o seu adversário, para não ser jantado por êle! Na luta, “catch as catch can”.*”

“*Nunca peça, nem dê misericórdia a ninguém. Mas também nunca conserve rancôr de ninguém”.*”

As campanhas parlamentares em que se empenhou o Deputado Ellis, são as melhores testemunhas da virulência de extermínio com que êle combatia, sem poupança de seus adversários, que

eram sempre acorrentados ao pelourinho da derrota esmagadora e do ridículo sem nome. Eu digo seus adversários, porque de tal modo, o parlamentar paulista se incarnava e se confundia com os objetivos de suas causas, que os adversários destas eram os seus; os amigos destas, eram os seus.

Passada porem a ânsia agoniada do prélio, ou da fébre es-caldante das lides, amainadas as procélas, com o surgimento da bonança, ensarilhadas as armas, com o termo das contendas, Alfredo Ellis, com aquela nobreza, dos que entram na luta, com a sinceridade como lábaro, extendia a dextra ao adversário de ontem, que êle havia impiedosamente acutilado, no fragôr das pelepas parlamentares e, com lealdade, passava o bálsamo ameno da cordialidade e da homenagem laudatória, nas chagas, que êle mesmo havia produzido. Parecia um mosqueteiro do Rei, dêsses que Dumas pinta tão bem ao descrever D'Artagnan.

Foi o que aconteceu com Vitorino Monteiro, seu furibundo adversário na questão da Dócas, com quem êle travou no Senado, os mais encarniçados duelos oratorios, mas que morreu seu grande amigo.

Foi o que aconteceu com Assis Chateaubriand, contra quem êle chegou a mandar suas testemunhas, para um duelo de morte, mais foi da pena do jornalista Assis Chateaubriand, que êle teve dos mais belos necrológicos, como se vê no fim dêste livro.

Foi assim, com Alberto Faria, Nilo Peçanha, Francisco Sá, Ramiro Barcellos, Barata Ribeiro, Urbano dos Santos, Jorge Street, Antonio Azeredo, Lauro Muller, Pinheiro Machado, o heroe de Inhanduí, seu tremendo adversário, na campanha civilista, morrendo em seus braços no Hotel dos Extranjeiros!

Quando Alfredo Ellis faleceu, em 1925, não levou para o túmulo, um só rancor! Não tinha um só inimigo!

Era o "*fair play*" britânico, que ensinava a lutar com a alma, porem com o cavalheirismo na ponta do florête. Assim foram, em quatorze, os homens de French! Assim, em dezesseis, a infantaria de Douglas Haig! Assim foram, em quarenta e dois os mecanizados de Montgomery! Assim foram os homens da RAF! Encarniçados e renitentes, mas sempre ungidos da virtude máxima do "*fair play*"!

O arrojo do Dr. Ellis nas atitudes, que tomava, era o máximo obstáculo na sua ascensão política, pois, levado nas azas do entusiasmo e da fantasia, avançava demais e depois, não podia mais recuar! Êra obrigado a se manter nesta posição avançada!

Ora, êsse arrojo não era bem compreendido e, digamos a verdade, não era de bôa política. Assim, as atitudes do Dr. Alfredo Ellis eram levadas em conta de leviandades. Mas de fáto, não eram levianas e sim, fruto da sua sensibilidade e de seu natural arrojo. Ninguém compreendia isso, porém!

Era modesto o Dr. Ellis! Como negação do cabotinismo, nunca fez propaganda em causa própria! Não se insinuava! Não fazia valer as suas qualidades! Não se impunha em posições de confiança! Não lembrava seus serviços! Não proclamava suas ações! Seria incapaz de mandar pregar na parêde um cartaz com seu retrato, fazendo praça de seu ativo e fazendo publicidade de sua pessoa! Teria acanhamento e pudicícia dessa atitude! Nunca pediu voto a ninguém. Isso êle me ensinou e eu tratei de aprender e de tentar imitar, apesar das más consequências que, com êsse procedimento, tenho sofrido!

Êle dizia que, o eleitor devia saber em quem deveria votar, sem que fosse preciso violar a própria modestia, com um pedido impertinente e, muitas vezes, constrangedor para a consciencia do votante. Mas, quando os seus serviços eram esquecidos, ou o seu nome não era lembrado, ou ainda quando a sua pessoa ou o seu prestígio não eram considerados, sofria rude golpe! Mas êsse sofrimento, embora profundo, era sempre silencioso e discreto! (1)

Ele não desanimava, entretanto, pelas ingratidões, injustiças e desilusões, que sofria! Isso era profundamente humano, reconhecia êle.

E' claro, Alfredo Ellis gostava que, o incensassem. Apreciava a louvaminha dos "*Chalaças*"! Quem não gosta? Não é humano apreciar a lisonja? Alfredo Ellis era humano!

Não tinham, até os generais triunfadores, na velha Roma, precisão de alguem, que lhes repetisse a cada instante:

"Memento homo quia es pulvis et in pulverem reverteris"?

(1) S. Paulo para com Alfredo Ellis, o tratando com manifesta injustiça e com clamoroso esquecimento, lembrava bem a figura do conde Ugolino della girardesca, devorando os filhos na sua famosa torre de Gualandia.

Glycerio, Bernardino, Campos Salles, Tibiriçá, Cesar e outras tiveram o mesmo destino.

CAPÍTULO V

FLORIANO

Depois dos fatos narrados no Capítulo anterior, o Dr. Ellis, no início de 1891, fixou-se no Rio de Janeiro, com a sua família localizando-se em casa no Largo do Machado, do lado da rua das Laranjeiras, de cujo bairro, êsse largo era a bôca. Êle seguira para a Capital da República, com a alma ainda profundamente amargurada pela inclemente tragédia, com a morte do seu filho Alfredo, justamente o mais velho, e que, portador do seu nome, era um florão de esperanças, eliminado pelo implacável destino!

O dr. Ellis, embora filho de inglês e, portanto, dirêto herdeiro da fleugma britânica, transparecida na algida frieza e na tranquilidade rígida, com que os insulares recebem os mais fundos golpes, era um emotivo, que fazia com que, a bondade, a candura e a ternura, não contidas e incoercíveis, se mostrassem, com evidência, no frasar mais rápido, no embargo da voz e no umidecer do brilho ocular. O dr. Ellis, debaixo daquela frieza aparente, era como um vulcão, em atividade! Extranho paradoxo! Dir-se-ia um cume montanhoso coroadado da branca sem mácula da néve, mas lançando núvens de fogo, juntamente com rios de incandescente lava! Tal era a alma daquele feixe de nervos, que era o dr. Ellis! Poeta, que ardorosamente removia montanhas, como um alucinado ciclope, para atingir um objetivo mínimo, muitas vezes, o dr. Ellis, pela sua aparência tranquila, iludia os observadores! Ninguém o julgaria capaz dessas explosões, que pareciam salvas de artilharia, saídas daquele sudário impenetrável de indiferença enregelada. Era incrível que, êle, que era um verdadeiro bolido de fogo grêgo, jogado por uma carniceira máquina de guerra, fôsse filho de inglês e de paulista, estirpe marmórea e insensível desta terra garoenta e nublada de Piratininga, onde o frio invernos do "Planalto", não consegue derreter o gêlo, que reveste a alma do paulistânico, sempre imperturbavelmente impenetrável, sempre reservadamente solene e alinhado, em postura destacada. Dir-se-ia do paulistânico, que êle era e é o britânico do Brasil!

Essas duas estirpes álgidas, insensíveis, inimigas de expansões barulhentas, tranquilas, misantrópicas, insociáveis, tristes, sem demonstrações carinhosas aparentes, etc., que, se haviam formado em climas semelhantes, gerando o mesmo "*wait and*

see”, unidas, deram em resultado um indivíduo, que, embora exoriorizando tudo isso, tinha uma alma exatamente oposta! Que paradoxo!

Dir-se-ia que, o dr. Ellis era uma braza incandescente, recoberta, por espessa camada de cinza fria e apagada. Não poucas vezes, o vendaval apaixonado dos acontecimentos agitava a placidez do ambiente e descoberta de suas cinzas mortas a braza mal dormida, esta aparecia cintilante e branca, na sua incandescência fagulhante, causadôra de mil policrômicos incêndios que espalhavam calor e vida.

O coração sentimental do político paulista então vibrava como a fúlgida espada de *d'Artagnan*! Êle açoitado pela fatalidade da tragédia, como a cintilante braza, mal coberta, pelas cinzas mortas da pacífica tranquilidade, não podia, de pronto, ocultar o seu sofrimento.

De quem havia o dr. Ellis herdado êsse feito psicológico e sentimental? Seria algum fenotipo, que a Hereditariedade, disciplinada pela Genética, fez aparecer, quebrando a monotonia de sempre idênticos perfís, na mesma estirpe? Não, porque seu pai, o dr. William Ellis, também era um emotivo, de feito psíquico sentimental semelhante. Seria então o sangue celta, que ardoroso, irriqueteo, indomável sem ser arrogante, combativo, sem ser turbulento, generoso, cheio de ímpeto desordenado na acometida, costumeiro do “*fair play*”, vibrátil, nervoso, enérgico, romântico, sentimental etc., aparecia envolvido naquele manto de frieza, de indiferença, de reserva, austêra, de marmórea al-gidez, etc.

No Rio de Janeiro, o irrequieto membro da bancada de São Paulo, formada unânimemente pelo P.R.P., que apoiava decididamente o Governo do Marechal Floriano, ligou-se politicamente ao então primeiro magistrado da Nação. Foi êle, o parlamentar paulista, um dos élos de ligação, entre o Marechal e o Governo Estadual de Bernardino de Campos.

As relações de amizade, entre Alfredo Ellis e Bernardino de Campos eram tão íntimas que, o presidente de São Paulo costumava ir, todos os domingos, conversar longamente, com o deputado paulista, em casa deste último à rua Pedroso. Em uma dessas palestras, tendo sabido o dr. Alfredo Ellis de boatos alarmantes sobre tentativas de subversão da ordem pública e tendo êle ciência de que o Tesouro Estadual tinha um saldo, em caixa de vinte mil contos, disse ao Presidente Bernardino:

— Como pode você dormir tranquilo, quando a República tem tantos inimigos e ainda corre perigo? Que contas dará

você, mais tarde, se por ventura o Estado de São Paulo fôr assaltado, os inimigos tentarem apoderar-se do Tesouro e quando os amigos da República e da legalidade lhe vierem pedir armas para defendê-la, você só puder dar "*cabos de vassoura*"? E' tempo de tomar uma providência, sôbre este assunto de armamentos para São Paulo, assunto, que se impõe urgentemente à sua meditação, (1).

Parece que Alfredo Ellis, antevia 30 e 32!

Ante essas palavras, Bernardino convocou uma reunião em Palácio e aí o Deputado Ellis pôde expôr as suas idéias, que foram adotadas e então foi solicitada do Govêrno da União, por intermédio do Dr. Paula Souza, então seu Ministro da Viação, autorização para que, o Estado importasse 5.000 fuzis *Manulicher* e mil clavinôtes para cavalaria, com as suas munições em abundância.

Êsse armamento, que foi pago pelo Estado, por intermédio do Sr. Serzedello Correia, então Ministro da Fazenda, da União, chegou ao Rio de Janeiro, justamente na ocasião da revolta da esquadra e foi requisitado por Floriano, tendo assim, podido entrar em ação, ao lado do Govêrno. Floriano declarou publicamente depois que, sem êsse armamento não lhe teria sido possível vencer, pois os revoltosos, armados de fuzis "*Korupatschek*", dominariam largamente o Govêrno, que, então só dispunha dos fuzis "*Comblain*", muito inferiores e de alcance muito menor do que os da marinha revoltada.

Foi êsse armamento de São Paulo, que muito contribuiu para salvar a causa do Govêrno e a iniciativa da sua aquisição foi de Deputado Alfredo Ellis. Creio que essa dívida da União, para com S. Paulo, ainda não foi paga como muitas outras!

Não se poderia conceber maior antítese do que a representada, pelo Deputado Ellis, para com Floriano Peixoto! Êle, como já dissemos, era ardoroso, impaciente, exagerado em extremo, nas suas exuberantes manifestações de indisfarçável meridional, que os seus 42 anos, bem batidos pela vida borrascôsa, não haviam moderado. Por isso, indiscreto, mas franco e leal, dessa franqueza, que êle exagerava na rudeza e dessa lealdade, que êle extremava na imprudência, perigoso, ás vezes, mas sempre incapaz de

(1) Se êsse conselho tivesse sido seguido, pelos diferentes paulistas de 40 anos depois, não teríamos 30 ou 32!

Parece que, o Senador Ellis antevia, como um profeta, o assalto que S. Paulo iria sofrer em 30 e na falta mortal que, em 32, iria fazer a deficiência de armamento.

justamente ajuizar bem as situações e de dar o valôr acertado e matemático das pessoas e das cousas, com as quais se defrontava, nelas se empolgando fanaticamente, o Deputado Ellis sempre foi um péssimo calculador político. Seus rápidos e improvisados lances, nos taboleiros políticos, não podiam deixar de ser, como suas abruptas e ríspidas decisões, no palco sinuoso da vida. Eram sempre irrefletidas, sem o exáto senso da medida e sem o juízo matemático das situações. Sem ser um leviano, o Senador Ellis não era um modelo de discreção, nem um expoente em matéria de conveniência. Ele sempre fôra muito franco, muito sincero e muito leal! Muitas vezes sacrificava uma situação, para contar uma anedota, lembrar uma paridade, etc. Ele não sabia se re-frear! Esse temperamento o acompanhou até o fim! Nem mesmo, quando a idade lhe nimbava de cãs e o rosto já riscado pelas intempéries da vida, ele aprendeu a se dominar. Não tinha o senso das proporções! Esses recortes de alma, profundamente imbuídos de sentimentos, disfarçados pelo exterior anglo saxônico, faziam o Deputado paulista errar, não poucas vezes, nas várias situações em que se defrontou! Não que o parlamentar de Piratininga não tivesse alguma visão política! Ele a tinha, pois a agudeza de sua inteligência privilegiada, sempre lhe dera uma extraordinária percepção! Infelizmente, essas qualidades tôdas, que seriam meticolosamente ordenadas pelo espírito metódico e pertinaz do Dr. Ellis, eram, em boa parte, anuladas pelo extremo exagêro na apreciação das situações, pelo espírito agoniado e apressadíssimo, com que acorria, irrefletido a enfrentá-las e pela aflição improvisada e indiscreta, com que, com rapidez de raio applicava a terapêutica, que deveria remediar o contra tempo.

Isto não quer dizer que, o Dr. Ellis fôsse um leviano, longe disso! Mas êle, certamente, não era um ponderado, como aquêles, que compunham os bandos de palradôres pavões dos Parlammentos Imperiais. De fáto, para êsse homem de prodigiosa illustração, sempre evocada por uma excepcional imaginação, faceta externa de uma inteligência santélmicamente lúcida, era o exagêro um dos seus traços mais aprofundados. Tudo para êle era "oito ou oitenta"! Ou antes, era "oito ou oitocentos". Quase sempre "oitocentos"! Não havia meio termo!

Na ingenuidade, com que encarava todos os problemas políticos, êsse exagêro culminava! Nunca ví ninguem mais crédulo! Nunca ví ninguém se basear tanto e com tanta alma no "*facile credimus*"... Dir-se-ia o exagêro e o sonho, bem casados com a candura, ao mesmo tempo, com a inteligência aguda e vivaz!

Ao lado dêsses traços, o Dr. Ellis era de extremada e tenacíssima dedicação nas causas, que, sem o menor cálculo abraçava, em atitudes decididas e definitivas, sem o menor senso de realismo e de espírito prático.

Quando êle adotava uma têsese ou um princípio, bom ou máu, importante ou insignificante, ia por êle, entranhadamente, até o fim. Era um cruzado medieval em cujo ardoroso e flamejante coração estava engastada a fé mais compenetrada! Quantas vezes, êle, correndo atrás de uma quiméira inglória e mesquinha, transpunha os obstáculos mais difíceis e vencia as causas mais ingratas e de resultados menos promissôres, sacrificando situações brilhantes e proventos sem par, depois de despender esforços himalaicos, empregando tenacidade anglo saxônica ao lado de céltico ardor.

Era um cavaleiro andante, lutando pela fantástica Dulcinéia dos seus sonhos! O pior que, essa Dulcinéia nem sempre era formosa! Às vezes, a dama era uma "*escamifrada*" de péssima estampa!

O Dr. Ellis nunca verificou que, tudo isto estava errado! Não se faz política, com o coração e sim com cálculos, solércia e habilidade! Em política, não se fecham todas as saídas! Às vezes, é preciso recuar, transigir, acomodar, voltar atrás etc.! Muitas vezes, as pessoas com quem se briga, tornam-se aliadas, em outras contendas e em outras vezes, os aliados de ontem são os inimigos de hoje e talvez os amigos de amanhã. O que hoje se adora, pode-se queimar amanhã. O Dr. Ellis preferia quebrar do que torcer! Parecia possuir a intransigência rígida de Feijó! Êle era como o velho e bojudo tronco da floresta espeda! Antes quebrar! Não era como o caniço, que verga! Êle nunca recuou! Não seria como a gente de Loth, fugindo de Sodoma! Êle jamais se transformaria em estátua de sal! Dir-se-ia um moderno "*templário*", a fanáticamente lutar, pelo seu Evangelho.

Floriano era a antítese dêsse retrato! Calmo, tranquilo, fleugmático, imperturbável, ante os golpes mais acabrunhadôres, o Marechal vice-Presidente parecia um homem sem nervos. Para êle podia se incendiar a casa, que sua rêde não se esvaziava! De fáto, impassível e insensível, Floriano recebia, sem a mínima contração dos músculos faciais, as mais rudes notícias de acontecimentos os mais trágicos e contrários!

Com a fisionomia glabra e enrugada precóçemente, de caboclo alagoano, com a dermocromia de amarelo profundo e baço de quem sofre do fígado, Floriano parecia um pergaminho vivo e

muito dobrado! Pouco cuidado no vestir, o Marechal de Ferro, eternamente desconfiado, parecia não ter fé no seu próprio físico, o qual sem ser desleixado, nunca aparecia luzidio e bem tratado. Ao inverso disso, o Dr. Ellis possuía, sem exagerar, um dom especial e próprio de vaidosamente cuidar da sua aparência. Sem ser excessivamente alto, o Dr. Ellis se destacava bem, pelo seu porte, sempre erecto e rigidamente vertical, que fazia parecer mais elevada a sua esguia estatura, pelo brancôr ligeiramente rosado de sua cutis moça e bem esticada, emoldurada pela abundante barba loura e acobreada, bem penteada e levemente amaciada pela “brilhantina”, pelos seus olhos pardos, com cambiantes de azul e de verde, nêsse Rio de Janeiro cheio de mulattos e portuguezes amorenados e de amongoilados nordestinos! Assim evidenciado nas multidões de políticos, o parlamentar piratiningano, sem ser “conquistador donjuanesco”, era um tipo másculo, que contrastava com o ambiente geral, sabendo tirar partido dessa invejável situação. Naturalmente, com essas qualidades todas, envolvendo uma alma hipersensível e romântica, com a mentalidade superior, sincronizada com uma polidez de “gentleman”, o parlamentar paulista, então em pleno fastigio da maturidade dos seus 42 anos, fazia se alvo de ternos olhares e atenções femininas ante os quais, êle, sem se fazer de rogado, manobrava com desenvoltura e experiência de mestre consumado que nunca engeitou paradas. Sem embargo disso, o Dr. Ellis era um excelente e inexcedível chefe de família, à qual êle nunca deixou faltar nada, sob qualquer ponto de vista, que se fale: moral ou material.

Não sendo um homem rico, o Dr. Ellis alimentava tal espírito de sacrificio, que, não poucas vezes, privava-se de um conforto, para que a sua família tivesse mais largueza. Apesar de não ser homem de expansões, era sempre afetuoso, para com os seus e, nêle nunca vi maneiras ríspidas. Não tinha liberdades excessivas em ruidosas manifestações com a família, a qual o compreendendo bem e o respeitando em sua austeridade exagerada, tinha para com êle, a adoração mais enternecida. Nunca ouvi dêle uma anedota mais picante, ou uma palavra mais livre ou menos protocolar. Êle sabia, como ninguém, manter a linha de mútuo respeito, entre os seus! Talvez êsse todo circunspecto e extremamente alinhado do Dr. Ellis, fôsse uma herança recebida, em dôse mais caudalôsa de seus avoengos, dos velhos tempos do Planalto paulista! Nunca vi homem mais pundonoroso e de mais compostura! Nisso, êle parecia o anglo-germânico, fechado, sisudo, inabordável, quase zangado, entretanto essa aparente

frieza era apenas a linha impecável e a immaculada compostura! Dir-se-ia que, o político paulista tinha similar na nóz de côco que, quando quebrada a rigeza da carapaça externa, deixa correr o dulcíssimo caldo! Nunca ví pai mais extremoso, tinha para com os filhos, todos os cuidados, mas não aparentava senão gélida indiferença! A trágica morte de seu filho, tragado tão precóçemente pela fatalidade, amargurou profundamente seu coração inexcedível, mas êle não era de têmpera, que se abatesse, ante a desgraça! Reagiu! Não demonstrou fraqueza! O coração não o arrastou! Ainda que, nêsse inverno da vida, o seu póрте erecto, esguio e verticalmente elegante, dessa elegancia discreta, desataviada, natural, sóbria, alinhada, modesta, e solêne, todo coberto do negrôr do luto, não se curvou ao pêso incoercível da desgraça!

Sua alma impávida e sempre juvenil, não se abatera ante o golpe! Se êle fôsse mais moço, o crime, que vitimou o filho, não ficaria impune! No fundo, aquele homem fino, culto e civilizado, havia adormecido o velho espírito de clan do agitado celta! Outro paradóxo!

*
* *
*

Êsse foi o homem, no qual Floriano mais confiou, ou antes, dos que menos desconfiou.

Eis, sôbre isso, o que dizem Francolino Cameo e Aleixo Alves de Souza, no seu livro "*Políticos e Estadistas Contemporâneos*", 308-309:

"Os serviços que prestou à causa republicana nesse agitado período foram consideráveis. Dentre elles se destacam dois que revelam notavel precisão e argúcia:

— Chegando aos ouvidos do Dr. Alfredo Ellis os rumores das agitações subterraneas que tentavam minar o edificio republicano e sabendo tambem que São Paulo, com 20 mil contos nos cofres do Thesouro Estadual, era o objecto principal da cobiça de muitos, dirigiu-se a Bernardino de Campos, então Presidente do Estado, interpellando-o mais ou menos nestes termos: — "Como póde você dormir tranquillo neste palacio, quando a Republica tem tantos inimigos e ainda corre perigo?

Que conta dará você mais tarde si porventura o Estado de São Paulo fôr assaltado, os inimigos tentarem apoderar-se do Thesouro e os amigos da Republica e da legalidade lhe vierem pedir armas para defendel-a, você, em vez dellas, só lhes possa fornecer *cabos de vassoura*?

E' tempo de tomar uma providência sobre este assumpto de armamentos para São Paulo, assumpto que se impõe urgentemente á sua meditação”.

Calaram profundamente no espirito de Bernardino de Campos as palavras razoaveis do Dr. Alfredo Ellis. Tanto que, breve, convocou em palacio uma reunião de amigos e entre elles o Dr. Ellis, pedindo-lhe o Presidente do Estado que emittissem suas idéas afim de serem adoptadas as medidas exigidas pela época anormal e perigosa que a Republica atravessava.

Tomando a palavra, passou o Dr. Ellis a expôr a situação de urgente necessidade de armamento para o Estado de São Paulo, suggerindo um alvitre que foi adoptado.

Assentou-se que se pedisse por intermedio do Dr. Paula Souza, então, Ministro da Viação junto ao Governo de Floriano, auxilio para que o Estado importasse da Europa cinco mil carabinas *Manulicher* e mil clavinotes para cavallaria com as competentes munições, — dois milhões de cartuchos.

Realizada a compra, foi mais tarde recebido o orçamento que importou em cerca de dois mil contos. Essa somma foi entregue ao Dr. Serzedello Corrêa, Ministro da Fazenda, para que o pagamento fosse effectuado.

Esse armamento chegou na melhor das oppportunidades. Requisitado pelo Marechal Floriano Peixoto e cedido pelo Governo do Estado, prestou inestimavel auxilio durante a revolta, tendo o chefe do Governo declarado publicamente que, sem elle, não lhe teria sido possivel repellir a maruja bem armada como estava de fuzis *Korupatschek*, enquanto que o Governo só dispunha de armas *comblain*, de diminuto alcance postas em confronto com as da marinha revoltada.

Foi esse armamento que grandemente contribuiu para salvar a Republica da derrocada; e a iniciativa da sua aquisição coube, como acabamos de vêr, à providencial iniciativa do Dr. Alfredo Ellis”. (2)

(2) José Maria Bello, no seu excelente livro “*História da República*” 176, a propósito da revolta da Esquadra comandada pelo Almirante Custódio, diz, se referindo naturalmente ao cruzador “*Republica*”, que teria objectivado, na sua tentativa de entrar em Santos:

“O seu grande plano estratégico, aliás inteligente e lógico, seria antes atacar o porto de Santos e daí, invadindo a Capital de São Paulo, estabelecer na segunda cidade brasileira a séde do governo revolucionário. Os federalistas, já em Santa Catarina, na época, ser-lhe-iam preciosos auxiliares. A revolta da Armada acabaria dessa forma, por absorver a revolução riograndense, de caráter mais regional...”

Florianista, Alfredo Ellis com a sua família, morando no Rio no largo do Machado, assistiu como ninguém, a todos os atos da Esquadra revolta, chefiada por Custódio de Mello. Junto da sua moradia, residia Campos Salles, também da bancada paulista e tão grande era a intimidade do futuro Presidente da República, na casa do Dr. Ellis, que êle aí ia diariamente pela manhã (3).

Em 1894, o Dr. Ellis voltou com a sua família a se estabelecer em São Paulo, indo morar na rua da Liberdade.

Então governava o grande Estado, Bernardino de Campos, que, sucedera a Cerqueira Cezar.

Foi nêsse período, que maior foi a influência do Dr. Alfredo Ellis na política e na administração de São Paulo.

Muito ligado a Bernardino de Campos por sôlida, íntima e velha amizade além de, com êsse grande chefe republicano e magno estadista paulista, pertencer à falange de primeira linha dos "históricos" republicanos da propaganda, o Dr. Ellis foi, de fato, dos maiores cooperadores na inesquecível e monumental administração do período áureo da vida do grande Estado. Foi no governo de Bernardino, que São Paulo teve erigido o arcabouço de sua magnífica estrutura orgânica. As administrações seguintes nada mais fizeram do que seguir as linhas mestras das diretrizes sábiamente traçadas pelo inexcêdível presidente.

Logo no início, Bernardino pedira a Alfredo Ellis que, lhe indicasse um Secretário do Interior, que applicasse, em São Paulo, os processos norte-americanos, então absolutamente novos na vigência contemporânea. Isso fazia porque Alfredo Ellis era o yankófilo paulista, que conhecia e estava perfeitamente ao par do movimento educacional nos Estados Unidos e ele, o Deputado paulista não podia pessoalmente aceitar o lugar, pois São Paulo, dêle precisava, no Rio de Janeiro, onde, juntamente com Gly-

Vê-se por aí, que, o Almirante tentou com o "raid" do "Republica", executar esse plano, cujo êxito teria dado a vitória à causa rebelde. Não conseguiu, porque o cruzador não pôde entrar em Santos, tendo havido defesa do canal. E' que aí estavam os canhões "Krupp" 7 ½, que Alfredo Ellis tinha obtido de Floriano.

(3) Campos Salles costumava ir à casa do seu coléga de representação, ainda de chinelos, tal era a intimidade entre eles.

cério, era a ligação, entre os Governos Estadual de Bernardino e Federal de Floriano. Nessa emergência, o parlamentar paulista indicou o nome de Cezário Motta, também parte da Bancada Federal de São Paulo. Cezário, a princípio relutou e não quis aceitar, alegando que, em fins de mandato legislativo, êle aceitando a Secretaria do Interior, iria perder a sua cadeira de Deputado federal. Então o Dr. Ellis se comprometeu perante Cezario Motta que, se tal acontecesse, a lhe dar a sua própria cadeira na Câmara Federal. Ante isso, Cezário aceitou e deu a São Paulo, além da sua organização do ensino, sôbre métodos americanos e da qual o Estado "*leader*" tanto se ufana, várias iniciativas, que tanto engrinaldam o fecundíssimo período governamental do grande Bernardino. As "*demarches*", das quais resultou a aceitação, por parte de Cezário Motta da Secretaria do Interior, do Governo de Bernardino, se passaram na residência do Dr. Ellis. Esse fáto, embora esquecido e nem sequer mencionado no livro de Candido Motta Filho, "*Uma Grande Vida*", eu ouvi várias vezes, em suas minúcias, sempre lembrado pelo parlamentar paulista.

Na Capital da República, Floriano no fim de 1893, vencendo a revolta da esquadra e a rebelião federalista do Rio Grande, rescaldava os últimos brazeiros do incêndio e esmagava cruelmente os últimos nódulos contrários. A obnublação do fanatismo não deixava os pacíficos florianistas vêr os excessos levados a cabo em nome do Marechal de Ferro. Então se aproximava o fim do período de Floriano e começou-se a pensar no nome de Prudente de Moraes, do grupo dos paulistas históricos, para o suceder. Devese a Glycerio o patrocínio do nome de Prudente, de quem Floriano não gostava. Dizem que, Floriano, proféticamente teve as seguintes palavras para Glycerio, quando o velho e histórico republicano campineiro foi lhe falar no nome de Prudente :

"Com Prudente de Moraes, prevejo perseguições aos nossos amigos. Até você também não será poupado e há de sofrer bastante. Mais tarde me dirá se tive ou não razão: mas fique certo de que qualquer que seja o eleito e proclamado pelo Congresso, eu o empossarei no poder". (José Maria Bello", *História da República*", 199).

Glycerio não disse a Floriano se fôra poupado, porquê o velho Marechal morrêra a 29 de Junho de 1895. Não houve tempo! Tivesse Floriano tido uma vida mais dilatada, teria ouvido do valoroso patriarca da propaganda em Campinas, a confirmação da sua admirável profecia. Nem Glycerio foi poupado de tais perseguições aos amigos de Floriano! Algum tempo depois, o aus-

téro Prudente ia pedir ao Congresso licença, para processar o “*histórico*” de Campinas, o “*General*” das “21” brigadas. Então, as perseguições, contra os florianistas, não tiveram limites, mas como o P.R.P. apoiava o austero Prudente, a bancada paulista se enfileirou inteira contra o Partido Federal do General Glycerio e contra a política desse chefe, que se apoiava nos exaltados florianistas e nos gaúchos de Júlio de Castilhos, entre os quais estava Pinheiro Machado o glorioso chefe, que sintetizava toda a tradição do imortal Bento Gonçalves.

Sem embargo de Alfredo Ellis obedecer ao seu partido, não pactuou com as injustiças, que Prudente de Moraes queria que, praticassem contra Glycerio.

Certamente, Alfredo Ellis era membro disciplinado de um partido do qual, aliás êle era um dos chefes, mas essa disciplina não ia ao ponto de sacrificar o seu individualismo, que nêle, como meio inglês, tinha que ser muito pronunciado. Êle não poderia abdicar do seu direito de pensar! Êsse era inalienável e êle, ao assim proceder, não reconhecia idoneidade e capacidade de quem quer que fosse, nem mesmo de um partido do qual era um dos chefes, a lhe ditar subserviências. Êle não acataria! Êle não obedeceria! Seria preferível renunciar!

Eu o ví, muitas vezes, dizer: “*Caso o partido me obrigar a violentar os meus princípios, preferirei abandonar tudo. Ou eu não serei digno do partido, ou o partido não seria digno de mim*”. Êsse traço psicológico do parlamentar paulista lembrava Feijó, com a sua rígida honestidade!

Verdade seja dita, o partido P.R.P. nunca fechou questão, em matéria de princípios. O Dr. Ellis sempre teve, no partido uma grande e excepcional liberdade. Êle era dos mais velhos pioneiros da propaganda e portanto tinha os bordados de comandante, pois que, podendo, nunca servira à Monarquia.

Um chefe de partido deve ter por norma de ação o “*Non-ducor duco*”, que Guilherme de Almeida marcou no nosso braço como divisa de Piratininga! De fato, um general conduz e não é conduzido! Um comandante forma opinião e não se deixa pacatamente conduzir por corrente formada por outrem!

Em 1898, terminava o período de Prudente e para o substituir na curul presidencial, foi eleito Campos Salles, que então ocupava a presidência de São Paulo.

Campos Salles teve por escopo dois objetivos, na suprema magistratura da Nação:

- a) Equilibrar a situação financeira do País.

b) Executar a sapientíssima política dos Governadores, (4).

A propósito do primeiro item, já há muita coisa publicada e conhecida amplamente. Eu sei de dois trabalhos especializados que muito clareiam o assunto. Tratam-se do magnífico livro do sobrinho de Campos Salles, Dr. Antonio Carlos de Salles-Júnior e do trabalho, muito menos profundo, mas muito mais amplo, do ilustre escritor pernambucano José Maria Bello.

De tudo quanto se tem escrito sobre o período de Campos Salles, ressaltam três sulcos profundos, que destacados impressionam a todos, que estudam o caráter do grande paulista :

A sua inamalgável honestidade, a segurança com que executava o seu programa de governo e seu espírito de radical economia.

O episódio passado com o Deputado Alfredo Ellis, que eu via relatado várias vezes, por êsse parlamentar, confirma bem esta última faceta da mentalidade de Campos Salles.

Nessa quadra, eram muitos amigos os dois paulistas e eram frequentes as visitas do Deputado ao Presidente. Campos Salles recostado na rêde, balançava-se a palestrar, com o visitante e dizia :

— Precisamos nos acostumar a ser pobres e a viver como pobres!

— Mas então, Maneco, foi para isso que nós fizemos a República, que abrimos a lavoura de café em S. Paulo e que sofrendo martírios, passando necessidades abrimos os alicerces de nossa grandeza econômica? ”
Respondia Alfredo Ellis.

Dêsse dialogo, vêm-se as psicologias dos dois paulistas. Um confirmava a sua prudência e o seu conservantismo. O outro, o seu arrojo e o seu espírito progressista.

Sabemos bem que, Campos Salles foi muito descentralizador, mas êle foi além, dessa sua tendência e não ficou simplesmente na sua política dos Governadores, que aliás já era, em escala minúscula, uma flagrante manifestação dessa diretriz do seu fulgurante espírito. No seu Manifesto de 1897, publicado por ocasião de se apresentar à Presidência da República, encontramos o seguinte tópico :

“O meu ideal se concretiza na forma *radicalmente federativa da América do Norte ou da República Helvética, a minha aspiração era o Estadd soberano, dentro da União soberana*, ambos com os tres poderes políticos como órgãos de sua *SOBERANIA*”.

(4) Que a política dos governadores era sapientíssimas estamos vendo pelo quadro presente. Não obstante tôdos os esforços para nacionalizar os partidos políticos, êles se vão tornando regionais.

“chassez le naturel, il reviendra au gallop”.

Infelizmente, o belo livro, em primoroso estilo, sobre Campos Salles, de autoria do seu sobrinho, Dr. Salles Jr., tão pródigo em divagações filosóficas e em emprestar idéias próprias, ao grande apóstolo da República, não aborda o espírito de Campos Salles a esse respeito, mostrando ignorá-lo nesse importantíssimo manifesto, o qual explica a alta visão do magno estadista paulista. Lamentável! Êle aborda esse manifesto, sob outros aspectos, mas cala-se inexplicavelmente sob esse, (pg. 137). Não sei porque?

O livro mencionado, sendo finamente estilizado, evocando pontos de vista filosóficos e de doutrina financeira, bem como políticos, tem o defeito de não ser um trabalho de crítica aos atos da vida de Campos Salles e, sim um verdadeiro “capo lavoro” que, de princípio ao fim conserva o mesmo diapasão expositivo das ações e das idéias do eminentíssimo propagandista da República, sem jamais dêle discordar.

Salles Junior descreveu uma série de lindos capítulos sobre o grande Campos Salles, enquadrados em moldura áurea, de admirável lavor literário, como se fosse trabalhada por um mágico cinzel da Renascença italiana, mas nêsse luminoso painel não há as escuras sombras da crítica, só se destacando as côres vivas dos princípios e das idéias doutrinárias do próprio autor.

Um grande e aparente êrro de Campos Salles, foi ter feito passar a Presidência da República a homens da Monarquia, como se, entre os velhos patriarcas do novo regime não houvesse alguém na altura de ser o chefe da Nação. Eu ouvi, muitas vezes, essa amarga observação do futuro Senador. Dir-se-ia que, êste fazia essa anotação, tangido por qualquer sentimento inferior de “*pro domo sua*”, por não haver sido lembrado por Campos Salles, tendo êle sido um soldado republicano da falange da propaganda!

Muito longe disso! Não tem essa suspeita o menor fundamento! Campos Salles poderia ter recorrido aos nomes gloriosos de Bernardino, de Glycerio, de Cerqueira Cezar, de Fernando Prestes, etc. Não teria sido possível o então deputado Alfredo Ellis criticar Campos Salles “*pro domo sua*”, porque estava hostilmente rompido com o velho General paulista, em virtude da extremada política de campanário do Rio Claro.

Assim sendo, vemos que, a queixa-crítica de Alfredo Ellis, contra Campos Salles, era inteiramente altruística e apenas lembrava o “*capitis diminutio*”, que o patriarca do Banharão havia inflingido aos velhos chefes republicanos, em geral, menos êle, que, por força da política local de Rio Claro, tinha acerbamente

quebrado as suas relações de amizade com o velho amigo e companheiro de propaganda. (Eu encontrei no Arquivo do Senador Ellis, toda a polemica que ele teve com Campos Salles a proposito da politica de Rio Claro).

Também a observação, que fiz não envolve qualquer apreciação pejorativa ao sempre eminente Conselheiro Rodrigues Alves! A critica alveja apenas o ato de Campos Salles e jamais poderia objetivar a personalidade, que eu muito considero do Conselheiro Rodrigues Alves, cuja adesão à República, se evidenciou ter sido muito sincera e que realizou, no país, tão operosa quão fecunda administração, inscrevendo no seu ativo, não poucos atos de benemerência em relação à Nação inteira. E' certo que, o Conselheiro Rodrigues Alves vinha da Monarquia e não havia formado na velha falange histórica das escuras e conspiradoras catacumbas dos primeiros tempos da propaganda, mas apesar disso, se revelou um grande administrador.

Isso porém, não justifica o aparente êrro de Campos Salles!

O traço, que mais destaca a personalidade vincada de Campos Salles, é o concernente à sua famosa politica dos Governadores, evidencia da clareza de sua visão, ao compreender o problema brasileiro.

Talvez, êle tenha sido, dentre os politicos da República, sem exceptuar o Senador Ellis, o que melhor concebeu o Brasil, (5).

(5) O problema brasileiro tem sido compreendido por muito pouca gente.

A maioria dos homens públicos desta terra, querem teimosamente vêr o problema brasileiro, como se o Brasil fosse um país unitário, de pequena área territorial, como Portugal, a Inglaterra ou a França. E' que, a maioria dos homens públicos não são estadistas! Desprezam o estudo da sociologia, da história, da economia política, etc. não applicando os ensinamentos dêsses ramos científicos às cousas politicas brasileiras. O resultado é errar o caminho, conduzindo o povo para destinos falsos. Daí tôda a série de êrros que têm assaltado êste infeliz país. Êsses homens públicos brasileiros não têm querido vêr que, o Brasil é um país composto de um conjunto de países. Já disse o sergipano João Ribeiro que, o Brasil é um imenso arquipélago de ilhas, sem communicações entre sí. Ainda que, essas partes componentes do Brasil, não sejam encaradas assim, pela legislação vigente, entretanto, são países de fato. Têm êles o vulto, o prestígio, a importância de países e como tais, êles atuam no taboleiro da politica nacional. São trunfos que resolvem os problemas da alta politica nacional. Como tais deveriam ser compreendidos.

Quais êsses países?

- a) *Minas Gerais*
- b) *Rio Grande do Sul*
- c) *S. Paulo*

Essas entidades, pelo volume das respectivas populações, pelas suas respectivas importâncias comerciais, pelas suas atividades agrícolas e industriais, pelo concurso que fazem pesar na balança geral do Brasil, etc. são entidades de primeira grandeza. O Norte, infelizmente, vem sendo de importância diminuta no concerto geral. Os Estados do Norte giram em torno desses azes, que são, com o Poder Central, os grandes astros da política nacional.

Faça-se um ligeiro retrospecto e veja-se como têm sido resolvidos os grandes problemas das sucessões presidenciais.

Os primeiros presidentes da República, foram, como se sabe, militares, mas, logo depois, vieram dois paulistas propagandistas da República, seguidos, sem grandes dificuldades, nas respectivas sucessões pelo Sr. Rodrigues Alves, Conselheiro do Império. Quando este grande benfeitor da cidade do Rio de Janeiro quis resolver o problema da sua sucessão, levando o nome do Sr. Bernardino de Campos, dos maiores vultos que a República tem produzido, propagandista da velha guarda, Presidente de S. Paulo por duas vezes, não soube colocar as pedras do xadrez político brasileiro, de modo que, S. Paulo, que apoiava o nome de Bernardino ficou contra Minas e o Rio Grande do Sul. A consequência foi evidente, o nome do grande e imortal propagandista da República, dos maiores estadistas do novo regime, foi facilmente vencido pelo de um outro Conselheiro imperial, o Sr. Afonso Penna, figura muito secundária, mas, que, com os trunfos de Minas e do Rio Grande do Sul nas mãos, venceu o Sr. Bernardino, que só tinha o de S. Paulo.

Mais tarde, na sucessão Penna, isto é, querendo este impôr o nome do grande mineiro David Campista, teve contra si o Rio Grande do Sul e S. Paulo, fracassou e faleceu como todos sabem.

Surgiu, então, a candidatura Hermes, que, apoiada pela situação de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, tendo contra si, isolado, S. Paulo, venceu a de Ruy Barbosa, a luminar figura baiana.

S. Paulo só, foi mais uma vez vencido, seguindo-se, então um período de fáceis sucessões, pelas alianças de S. Paulo com Minas, de que resultou a ascensão do Sr. Wenceslau Braz, Delphim Moreira, Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes e Washington Luis.

O Norte do país nunca foi na República fator de decisão. Sem eleitorado, sem pujança econômica, sem projeção política no cenário brasileiro, etc., nunca teve o Norte grande importância nos problemas das sucessões.

CAPÍTULO VI

O AMERICANO

Como ficou dito acima, o Dr. Ellis se graduára nos Estados Unidos e aí, em contáto com o ambiente psicológico então reinante, formou, não só a sua mentalidade, mas também o seu caráter. Foi por isso que, dei maior desenvolvimento à parte, que tratei dos Estados Unidos. E' que, eu objetivava mostrar, com maior insistência o ambiente reinante nessa parte da América, justamente quando o Dr. Ellis aí estava morando. Eu queria mostrar a fôrma mental, onde o então jovem paulista moldara o seu intelecto e o seu caráter. Eu visava mostrar e evidenciar bem precisamente as linhas mestras do molde norte americano, para que ficasse exuberantemente verificado onde e como o pioneiro paulista da República, havia se saturado do espírito liberal-democráta.

E' preciso que, se note que, o ambiente reinante nos Estados Unidos, era diferente do atual.

Nessa época, os Estados Unidos apresentavam outra fisionomia étnica e a sua população tinha outra coloração racial.

O país era muito mais "*hundred percent*", como diria Madison Grant. Os Estados Unidos eram um país nórdico. Hoje, êsse país de pura origem anglo-germânica, com pequenos laivos de gente escandinava ou irlandêsa, de antes de 1880, evoluiu nesse amoaicado "*melting pot*", que vemos, com grandes contingentes de nódulos demográfico de vários matizes étnicos, nos quais se isolam milhões de eslavos, croatas, bosníacos, morávios, rusos, polonêses, ucrânianos, tchécos, eslovacos, eslovenos, dálmatas, etc., de italianos, calabreses, napolitanos, corsos, romanos, toscanos, piemonteses, etc., de magiães, de israelitas, de balcânicos, albaneses, sérvios, búlgaros, gregos, macedônios, monte-negrinos, etc., de mexicanos, de sírios, de armênios, de turcos, de geórgicos, de caucasianos, etc.

Por isso è que, os negros, antes isolados no sul e inassimilados, aos poucos vão sendo absorvidos na mistura, que uma democracia étnica mais acentuada, vai impondo, pois essa gente européia e asiática não tem os nórdicos preconceitos de côr.

Os nomes atuais norte-americanos, os quais, alguns podem ser lidos nos prelúdios das fitas cinematográficas das emprêsas norte-americanas, refletem quase todos a intensa coloração eslava, magiar, israelita e italiana, ou ainda, irlandêsa, nos confirmando o que supra afirmei.

E' Siegfried no seu "*L'Etats Unis d'aujourd'hui*", quem melhor retrata cientificamente essa evidente e sensível evolução, com estatísticas, que são fotografias de maravilhosa precisão.

Parece que, só o idioma inglês permanece quase puro, ainda que, muito interpolado de têrmos da gíria regional, pois o próprio espírito anglo-saxônico, que predominou nos Estados Unidos do século passado, já se mostra bem evoluído.

Então os vultos de Washington e de Lincoln eram mais divinizados do que hoje, quando impera o utilitarismo, menos apegados às origens anglo-saxônicas das velhas Treze colônias. E' que, os atuais norte-americanos estão muito mais misturados pelos imigrantes das várias partes da Europa e os das suas estirpes, os quais, naturalmente têm suas mentalidades orientadas para outras linhas mestras traçadas sob o influxo de idéias alienígenas. Hoje, quando os acontecimentos da Independência e os da Guerra de Secessão estão muito mais recuados, não são tão lembrados e não imbuem tanto a mentalidade geral.

Quando o Dr. Ellis esteve nos Estados Unidos, modelando o seu "*eu*", a memória de Washington e as visões de Lincoln eram muito cultivadas.

Assim, fundiu o Dr. Ellis o seu espírito, quando a lembrança de Washington e o liberalismo utópico de Lincoln, com os seus "*yankees*", descendentes dos Puritanos, os fanáticos do Cabo Cod, ainda com os "*hundred per cent*", em quase totalidade e por isso, formou o seu republicanismo e o seu liberalismo, em solidez granítica.

Esse espírito o acompanhou até a morte! Até no seu último alento, Dr. Ellis manteve a sua crença fervorosa na República e no "*idealismo utópico*", idêntico ao que saturava os ares de Philadelphia, nos esfumaçados dias de Lincoln.

Por isso é que, as imagens gravadas nos Estados Unidos, na mentalidade do então jovem Alfredo Ellis, nunca mais se apagam e em todas as orações do parlamentar paulista, há sempre alguma coisa sobre a terra dos "*yankees*".

Assim, na sessão de 25 de Agosto de 1906, êle dizia :

Mas não quero, Sr. Presidente, morrer como Moyses, no Monte Nebo, tendo a Chanaan prometida à vista, sem poder attingil-a. Quero, como republicano, ser enterrado na terra, que sonhei, desde os primeiros annos da minha mocidade.

Que é que eu quero? O mesmo que almejavam aquelles pobres peregrinos que abandonaram, as costas da Inglaterra, com os olhos marejados de lagrimas e os corações pungidos de saudades e porque não en-

contravam um pedaço de solo, um pedaço de terreno em sua patria, onde pudessem, á luz do sol da liberdade, cultivar e colher as promissoras menses do direito, da justiça e do respeito a todas as crenças.

Pobres puritanos, foram, atravez do oceano, procurar nas inhospitas e pedregosas costas de Nova Inglaterra, um lugar onde pudessem semear as sementes, que carinhosamente levavam e levantar, na primeira clareira que abrissem nas mattas, um altar, onde elles e seus filhos e os filhos de seus filhos pudessem adorar a liberdade.

Cultivaram, e regaram as sementes, com o suor do seu trabalho e com as amargas lagrimas de exilados. E a semente germinou e cresceu; hoje é uma immensa e frondosa arvore, capaz de resistir a todos vendavaes e tempestades, cobrindo, com a sua folhagem virente e prospera aquella vasta região que se chama Estados Unidos da America do Norte orgulho e asombro da Humanidade.

Educado alli, fui republicano desde a minha infancia, porque desejava para minha Patria, a mesma prosperidade, a mesma grandeza, que alli havia visto com os meus proprios olhos.

Esse discurso, que tem leve sabor de arenga de púlpito presbiteriano, demonstra bem a influencia “yankee” com todo do o “idealismo utópico” norte-americano, que acompanhou o espirito do Dr. Ellis até a túmulo. Lincoln, para êle, era o demiurgo da democracia. Ele não via que, o velho Abe queria impôr, pela violencia de uma cruenta guerra, uma vida politica comum aos sulistas, dos quais êle não respeitou a vontade de formar outro país, que teria suas leis próprias e a sua orientação especial!

Mas o libertador dos escravos norte-americanos foi o Jupiter (eu diria Jano) da mitologia do parlamentar paulista, na qual fulguravam os deuses secundários como Grant, Sherman, Mac Lelan, Farragut, Sheridan, Erickson e outros! Nunca eu consegui aceitar paralélo entre Lincoln e Washington!

Este, sim! Foi o Apóstolo magno a Liberdade!

*
* *

No govêrno do Marechal Floriano, o então Deputado Alfredo Ellis fôra, como vimos, muito ligado à situação, pois que era dos poucos que tinham o privilégio das boas relações do presidente da República de então. O Deputado Alfredo Ellis sempre fôra muito americanófilo e Floriano sabia disso e quis aproveitar o parlamentar paulista, como representante brasileiro em Washington. Chegou mesmo a convidá-lo para ocupar esse posto, junto

ao governo norte americano, então presidido por Grover Cleveland. Tudo resolvido, e disposto neste sentido entretanto não foi materializado. As coisas estavam tão adiantadas que, a apresentação protocolar do Deputado Ellis ao representante diplomático norte-americano, chegou a ser marcada para 6 de Setembro de 1893. Mas, nesse mesmo dia, tendo arrebatado a revolta da Esquadra chefiada pelo Almirante Custódio, resolveu Floriano deter junto a si o parlamentar paulista, que podia aqui, como ligador entre êle Floriano e Bernardino, presidente do Estado mais importante da União, prestar a causa do Governo, serviços muito mais importantes. Com isso, a nomeação do Deputado Alfredo Ellis, para representar o Brasil em Washington, foi sustada e a Revolta da Armada impediu que, o Deputado paulista tomasse a vereda da carreira diplomática.

CAPÍTULO VII

1893-1902

Até 1894, o Deputado Alfredo Ellis permaneceu, com sua família, no Rio de Janeiro, morando no Largo do Machado. No ano seguinte, fazia êle negócio, comprando as partes de seus cunhados, na Fazenda de Santa Eudóxia, como verificamos em outro local dêste trabalho, se associando, novamente, com seu tio e sôgro, Coronel Cunha Bueno e com seu concunhado, Dr. Almeida Netto, formando a firma Bueno, Ellis & Netti. Indo nêsse mesmo ano para a fazenda, aí nasceu em 1896, o seu último filho que é o autor destas linhas.

No ano seguinte, em 1897, o Deputado Ellis se transferiu, com tôda a sua família para a cidade de São Paulo, tendo êle adquirido então, um grande terreno na rua recém aberta de Santa Madalena, no bairro Paraíso. De vez em quando, o Deputado Alfredo Ellis ia ao Rio de Janeiro, se hospedando no Hotel Nacional, na rua do Lavradio, onde êle morára na época da Constituinte.

Em São Paulo, o Deputado Ellis era figura preeminente na Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista, pugnando pelo nome de Bernardino de Campos, que, em 1902, fora feito presidente de São Paulo pela segunda vez.

Socialmente, a família do Deputado Alfredo Ellis também, com suas três filhas em idade de casamento, era astro de primeira grandeza nos bailes paulistânicos. Em 1898, casou-se a filha mais velha do Deputado Ellis, Maria do Carmo, com um médico carioca, Dr. Arthur Palmeira Ripper, formado pela Faculdade do Rio de Janeiro, de grade inteligência, magnífico cirurgião, com enorme clínica na opulenta zona de Cravinhos onde morava, abrangendo toda a parte da Mogiana. Então essa zona era o El-Dorado do café e parece que êle aí se fixára, atraído pelo renome dessa riqueza. Foi grande a avalanche dos agricultores vindos do Estado do Rio, encantados pela euforia, que essa região de Ribeirão Preto então projetava, por tôda a parte, com a aura de um caminheiro renome. Suas terras róxas bordejantes do Rio Pardo, eram o imã atraídor, não só de imigração estrangeira, mas de gente de tôdo o país, especialmente do Estado do Rio, que, em fenômeno incoercível, correu com quase tôda a sua população para a nova Colchida, redoirada, que era o maravilhoso vale do Rio Pardo, terras essas tão enaltecidas, já, por Martinico Prado, que aí formou as grandes fazendas de Guatapará e de S. Martinho.

O Dr. Palmeira Ripper era uma das pessoas de caráter e de formação moral mais completas, que tenho conhecido! Com a sua visão esclarecida, o seu notável equilíbrio, o seu comprovado bom senso, o seu desinteresse financeiro, o seu discernimento político, a sua bondade inexcedível, o seu genio folgazão e comunicativo e a sua comprovada estima por todos da família da esposa, o Dr. Palmeira Ripper se irmanou nesta de tal forma, que, até a sua morte, em 1939, foi membro de primeiro plano, companheiro seguro das horas amargas e dos momentos felizes por que passámos.

Indicado pelo Cel. Fernando Prestes, o Dr. Ripper em 1906 foi eleito deputado por São Paulo, conservando-se na representação paulista, até 1924. Foi, durante dezoito anos contínuos, o braço forte e o companheiro firme do Dr. Alfredo Ellis, formando com o velho patriarca piratiningano, uma liga de grande consistência, cimentada pela amizade e pela quase perfeita compatibilidade de genios. Entretanto, existia uma grande disparidade entre sôgro e genro. Aquêle era silencioso, austero, hierático, solene e aparentemente frio, tendo particular aversão ao jôgo e ao baralho. Dr. Ripper era o opôsto: barulhento, falando muito alto, como todo meridional, impontual, alegre, comunicativo, com manifestações bombásticas e indiscretas, desordenado, comilão, sempre apressado, derramado, sem cerimônias, excessivamente franco, sem disposição para o estudo, inteligente e culto, mas não levando nada a sério, desestimulado, não empreendendo nada profundamente, brincalhão, sempre de bom humor, sem a menor tenacidade, sem a mínima constância, mas sincero, de alma franca, aberta e sem um pensamento oculto, completamente desambicioso, incapaz de um maquiavelismo, modesto, filósofo, sem vaidade de espécie alguma, sendo mesmo abandonado no trajar e usando e permitindo excessiva liberdade para com e pelos filhos, etc. O velho Ellis, sempre metódico, ordeiro ao exagêro, não apreciava esta falta de alinhamento e esta carência de respeitoso ceremonial do genro.

Um traço, porém, tornava-os irmanados no mesmo diapação, era o sentimentalismo algo romântico e muito afetuoso que imbuía a alma solene do paulista, e a do fervente carioca. Apenas o paulista tudo fazia para ocultar o que sentia, embora nem sempre tivesse sucesso, enquanto que o carioca, não se importava, de indiscreta e barulhentemente manifestar o que lhe ia na alma. Por certo, o Dr. Ripper tinha defeitos, e tôdos nós os temos, mas êle era um homem boníssimo e merecedor do afêto que tôdos lhe dedicamos em vida e agora a sua memória. O Dr. Ripper não só

era médico do corpo, mas também da alma, pois tôdos na família que tinham algum problema a resolver, sempre recebiam dêle o generoso e sábio conselho, ou ainda a confortadora consolação, quando êsses problemas se transformavam em golpes incoercíveis.

Eu tinha por êle, grande veneração e fraternal estima, as quais aproveitou a ocasião para externar como uma saudosa homenagem ao seu vulto que passou! Com o seu temperamento ponderado, grande foi a influência que exerceu no espírito ardoroso, impaciente, aflito e exagerado do velho Ellis, atenuando-o, amainando-o nas suas manifestações tempestuosas.

Alegre, expansivo e muito comunicativo na sua exuberância de carioca, o Dr. Ripper possuía imenso repositório de anedôtas, que contava, sem comedimento e linguagem e com estrondosas gargalhadas, chocando a formalizada compostura, tôda unvida da respeitosa solenidade britânica do Dr. Ellis, sempre imbuído daquela formalizada pudicícia semi-puritana, incapaz de um termo mais livre ou de uma frase que fizesse uma donzela corar, como se tivesse profundo respeito por si mesmo. O Dr. Ripper se irmanou bem na família e eu o considerava tanto que, quando morreu em 1939, senti que, então, tinha perdido um irmão!

Mais ou menos nessa época, chegava dos Estados Unidos, recém formado na mesma Universidade de Pennsylvânia, o jovem médico Henrique Ellis, filho do Dr. Guilherme Ellis. Era o moço recém-chegado um tipo original, de alta estatura, embora não tão elevada como os da estirpe paulista da qual provinha, com tez muito clara, como a de um anglo-germânico, cabelos negros como os de um "farmer" das Carolinas, com um longo bigode a lhe quebrar a brancura quasi feminina de uma face bem tratada, onde se esmaltavam de negro, dois olhos cismarentos e profundos, em olheiras sombrias, que se destacavam emolduradas pelo negror espesso da área dos supercílios, o Dr. Henrique, Nenê, como era chamado na intimidade, reunia tôda a pulcritude masculina da família.

Êle era o astro central dos salões paulistanos de então, companheiro das primas, filhas do Deputado Alfredo Ellis, em tôdas as reuniões dançantes e bailes, nos quais se divertia a mocidade paulista de então, essa mocidade, hoje coberta de cãs prateadas e riscada pelas rugas encarquilhadas dos septuagenários.

Não havia menina, moça e senhora mesmo, que não tivesse suas atenções presas pelo elegante e donairoso médico que a Pennsylvania University mandára para São Paulo!

Em 1899, o Dr. Alfredo Ellis teve uma moléstia de garganta, a qual, pelos sintomas e pelos antecedentes hereditários do

Deputado, fazia suspeitar de um fundo maligno. Uma intervenção cirúrgica fora aconselhada e esta deveria ser feita pelo Dr. Favery, então de passagem pelo Rio.

O Dr. Ellis, acompanhado pelo seu genro, Dr. Palmeira Ripper e pelo seu sobrinho o Dr. Henrique, seguiu para o Rio, ajustando a operação com o vaidoso cientista francês. Enquanto aguardavam, ficaram todos hospedados no Hotel Nacional, à rua do Lavradio. Então era de notar a grande dóse de coragem tranquila e fleugma britânica, demonstradas pelo paciente, que, no testemunho posteriormente relatado do Dr. Ripper, não perdia um só momento do seu profundo e tranquilo sono, incrível para quem ia, no dia seguinte arrostar a morte.

Feita a operação com felicidade, todos retornaram a São Paulo.

O Dr. Henrique, cuja belêza masculina avassalára tantos corações românticos na Paulicéia, dêsse fim do século XIX, lamentavelmente faleceu, em alucinantes dôres de uma apendicite não operada. Foi, por todos os motivos, doloroso o desaparecimento dêsse jovem medico e tão esperançoso paulista!

O Deputado Alfredo Ellis que o estimava como filho, sofreu um rude golpe e seu irmão, o Dr. Guilherme Ellis perdeu, com êsse filho, o esteio de seu lar, a grande esperança de sua vida!

Já o Deputado Alfredo Ellis, nessa época, vinha de perder a sua querida irmã Sophia. Fôra para êle um “tremendous blow” como diriam seus antepassados britânicos! Com a tristêza que lhe invadira a alma, aquêle sensível e paradoxal espírito de bucaneiro, nunca mais usou flôr na lapêla, ao inverso do seu mano Guilherme, sempre jovial, apesar dos tropeços de sua vida ulcerada, mas sempre galante, com o seu elegante terno claro enfeitado, bem talhado e bem passado, com enorme flôr no peito, a vestir aquêle homem muito alto e muito espigado, fumando através de uma longa e áurea piteira de ambar, a correr a grande clientela no “*tilbury*”, ou a frequentar com assiduidade, as corridas do “*Jockey*”, ou as partidas no São Paulo Club.

O Deputado Alfredo Ellis, morando em chácara distante, no velho e surrado caminho de Santo Amaro, do qual não havia condução para a cidade, tinha carruagens particulares. Na cocheira de sua casa, à rua Santa Madalena, havia um carro aberto, “vitória” e um “landau” fechado para noite e para as cerimônias, uma parelha de bestas e uma parelha de cavalos, que estavam constantemente aprestados para o serviço da família, que nessa época, era muito carinhosamente assistida pelo Cel. Cunha Bueno, o velho pioneiro do café, desbravador do

sertão paulista e representante genuíno da aristocracia rural. Então o velho bandeirante oitocentista, já septuagenário mas ainda robustíssimo, com a sua nivea barba a cair da gigantesca e himalaica estatura, era o enternecido avô da mística adoração dos netos, que êle acarinhava com a sua rude bondade concretizada nos fartos presentes e nas moedas de ouro, que faziam da sua casa patriarcal e fidalga do Morro Vermelho, um verdadeiro paraíso. Era o velho Cunha Bueno que intercedia pelos netos, não os deixando ser punidos! Depois de velho e talvez senil, êle se fizera muito católico.

O casamento do Dr. Palmeira Ripper, fôra arrumado por êle, que já era o padrinho de sua neta mais velha, a filha do Dr. Ellis.

Conhecera o Dr. Palmeira Ripper na Fazenda Buenópolis, no município de Cravinhos, de propriedade de seu sobrinho e genro Joaquim da Cunha Bueno.

A segunda filha do Deputado Ellis, Sophia, em 1899, também se casou. O noivo era o único filho homem, do Conde de São Joaquim, português, naturalmente de “ao pé de Coimbra” o sr. Joaquim Lopes Lebre Filho, era completamente diferente do Dr. Palmeira Ripper! O quanto êste era expansivo, barulhento e desordenado o sr. Lebre era bem educado, taciturno, solene, porem finíssimamente civilizado, concentrado na sua competente compostura de fidalgo da velha cêpa lusitana. O sr. Lebrinho parecia um homem engomado! Embora nascido em São Paulo e tendo o lado materno essencialmente brasileiro, conservava nos seus costumes e, até no seu falar, como na sua sentimentalidade, uma saudade infinita da “*santa terrinha*” de seu pai, o sr. Conde, como o velho era pomposamente chamado. Educado em Portugal, êle conservava os ressaibos da influência de além-mar.

O Condinho era um moço faceiramente tratado, sempre barbeado, cuidadosamente penteado, vestindo com vaidade suas ótimas roupas, saídas das melhores e mais caras lojas e dos alfaiates mais aprimorados e de mais fama. Parecia uma figura de “vitrine” simbolizada com um “*Carlos da Maia*”, enraizado em S. Paulo!

Ei-lo, metido no seu enormíssimo colarinho branco, rígido, o qual nunca ví tão alto, empertigado e donairoso, a guiar, com mãos delicadas, o seu “*faeton*” amarelo e vermelho, puxado por um gordíssimo cavalo baio! Extremamente generoso e “mão aberta”, o Lebrinho podia se permitir gastos descomunais, pela sua enorme fortuna. Seu trato, tanto no vestuário, como na

mesa, era de verdadeiro fidalgo, “*dandy*, na expressão da palavra! Seus presentes eram principescos, suas dádivas, generosas, suas contribuições magníficas, etc. Um lord não seria mais liberal! Isso tudo era feito sem jactância, sempre de fôrma mais gorda possível, no nível de sua rendosíssima situação de capitalista, comerciante e mais tarde, industrial. Mas apesar de sua grande superioridade de recursos, nunca fez exhibicionismo disso! Foi modesto e calado até morrer! Nunca alardeou a sua riquêza e eu mesmo não sabia de seus altos e baixos, que a inconstante fortuna não deixava de lhe proporcionar! Nunca conheci ninguém tão discreto!

Uma faceta muito simpática do Lebrinho, era o seu acentuado paulistanismo, o qual tão bem combinava com o nosso regionalismo. Em “32”, êle evidenciou bem isso! Todos os seus filhos homens tomaram parte na sublime arrancada!

Em Dezembro de 1899, por entre girândolas, lanterninhas e festões, a ornamentar a casa de madeira do Dr. Ellis, na rua Santa Madalena, realizou-se o casamento mencionado, passando o jovem par a residir na rua da Liberdade, numa casa enorme, recém-costruída, junto à residência dos condes de São Joaquim.

São Paulo, nesta ocasião, via percorrer, pelas suas ruas estreitas, os primeiros “*tramways*” puxados a burros.

Era o velho São Paulo da garôa...!

*
* *

Nêsse mesmo ano de 1899, casou-se mais uma filha do Deputado Alfredo Ellis, Eudoxia, a mais moça. Mais uma vez, engalanou-se a casa do político paulista, com girândolas e festões. O noivo era o Dr. Otaviano Machado, engenheiro recém-formado, filho do grnde advogado e notável orador Professor da Faculdade de Direito, ornamento da tribuna do juri paulista, Dr. Brasília Machado, e irmão do não menos ilustre Alcântara Machado.

*
* *

Em 1902, depois de dois anos de discreta administração na Presidência de São Paulo, assumia o Conselheiro Rodrigues Alves, devendo o período na governança de São Paulo, ser terminado por Bernardino de Campos, para o que fôra eleito e que, pela

segunda vez, galgava a curul presidencial do nosso Estado. Ele ficaria na suprema administração estadual, por pouco tempo, como em 1898, havia acontecido ao eminente Coronel Fernando Prestes que, como vice-presidente, terminára o período governativo de Campos Salles, que fôra eleito presidente da República, para o quadriênio de 1898-1902.

Bernardino ia fazer o mesmo, em relação ao quadriênio de Rodrigues Alves, pois que, êsse prócer havia subido à suprema magistratura da Nação. Eu já critiquei Campos Salles, a propósito da escolha de seu sucessor.

Já disse também que, não sou vêsso ao Conselheiro Rodrigues Alves, que fez, no período em que foi presidente da União, uma brilhantíssima administração, como todo mundo sabe. Isso, entretanto, não absolve Campos Salles.

Em 1901, ainda governava o Estado de São Paulo o Conselheiro Rodrigues Alves, quando se deu a crise partidária da primeira dissidência.

Então, reunidos na casa de Cerqueira Cezar, o velho áz da propaganda, os amigos de Prudente, os daquêlê nomeado chefe, os de Rangel Pestana e de outros, resolveram romper com o P.R.P. Foram os seguintes políticos, que acompanharam os chefes acima: Prudente de Moraes, Manoel de Moraes Barros, João Sampaio, Adolpho Gordo, Cerqueira Cezar, Julio de Mesquita, Cezario Bastos, José Alves Guimarães, Cincinato Braga, Rangel Pestana, Candido Motta e outros. Com o partido, ficou o outro composto dos seguidores de Bernardino, de Campos Salles, de Glycério e outros. O Deputado Alfredo Ellis, não fazendo parte de nenhum grupo dos chefes acima nomeados, entretanto, achou que, não havia motivo para sair do partido. Tôdas as rugas e desentendidos deveriam ser resolvidos “intra-muros”, democraticamente, por simples maioria de votos. Apesar disso o Deputado Ellis tinha em grande conta e em grande amizade muitos que abandonaram as fileiras do P. R. P. Assim, Cerqueira Cezar, que era seu parente, sendo até chamado pelos da família Cunha Bueno, de “primo Cezar”. Além do parentesco, o Deputado Ellis estimava muito o velho Cezar, seu antigo companheiro da política de Rio Claro. Eu me lembro ainda na minha juventude de tê-lo visto na rua Sta. Madalena, onde êle ia conversar com meu pai. A sua alta estatura, os seus olhos muito azuis, a sua fisionomia bondosa me causavam muita simpatia. Era o verdadeiro tipo do “dólico louro”, de elevada estatura.

Com Rangel Pestana, Cezar representava o grande jornal "*O Estado de São Paulo*", do qual Alfredo Ellis fazia conceito expresso nestas linhas, em discurso feito em 1909:

... "publicou "*O Estado de São Paulo*", o velho órgão republicano primeira almenara que se levantou naquelle Estado, em defeza dos princípios republicanos.

A nota a que me refiro é um toque de clarim!

Parece, Sr. Presidente que ainda, sobre aquelle reducto inexpugnável, paira o espírito imortal do seu antigo redator, do puritano que foi em vida Rangel Pestana. Desde aquella epocha tão afastada já, tem sido aquelle periódico uma trincheira, um jornal de influência extraordinaria em todo o Estado de São Paulo, constituindo verdadeira e indiscutível força. E' de grande importancia, entretanto, Sr. Presidente, o documento que vou lêr, estampado por êsse defensor da Republica. Não podia, de facto aquelle órgão de publicidade callar a sua opinião, no momento em que uma questão vital para os destinos da República se debate no seio da representação nacional; era imprescindível que nesse sentido manifestasse seu juizo e, como esse é e tem sido sempre norteado pelo amor à causa que, tão nobremente tem defendido, não podemos nós, representantes da Nação, deixar de attender, às observações, aos avisos contidos nesses conselhos, que partem justamente de um dos espíritos mais cultos e clarividentes da actual geração republicana". (Annaes do Senado Federal).

Não havia dúvida de que, o P.R.P. fôra desfalcado, em importantissimo contingente de forças vivas, que se evidenciavam, não só pelos nomes citados, como também por outros, que, sem embargo não desempenharem função pública representavam, entretanto, pelo seu valor, pela sua cultura, pelo seu renome, etc., importante parcela da opinião pública. Tal era o caso de Arnaldo Vieira de Carvalho, de Pereira Barreto e de muitos outros, que testemunhavam a sua solidariedade com os dissidentes.

CAPÍTULO VIII

STA. EUDOXIA NOVAMENTE

Já em 1895, o Dr. Ellis se mudou para uma chácara à rua Madalena, junto ao caminho, que ia para Santo Amaro e que depois se transformou na Avenida Brigadeiro Luís Antonio.

O parlamentar paulista, então na direção do Partido Republicano Paulista, tinha imperiosa precisão de estar em São Paulo e por isso comprara grande extensão de terreno, no qual fizera construir e arrumar grande e elegante “*chalet*” de madeira de pinho de Riga, o qual possuía um torreão, especie de bastião de menagem de roqueiro castelo medieval, de onde se descortinava impressionante vista sobre a cidade, que, situada a cerca de dois quilômetros na baixada, se estendia, por inteiro, em todos os quadrantes. por onde se olhasse. Mais ou menos na mesma época, o Dr. Ellis voltava à agricultura cafeeira no interior paulista, adquirindo as partes dos cunhados Francisco e Henrique da Cunha Bueno, na fazenda de Sta. Eudóxia, cuja lavoura plantara vinte anos antes, juntamente com o seu tio e sógro, Coronel Cunha Bueno, que nos últimos tempos imperiais, fôra agraciado com o título de Visconde da Cunha Bueno. Com esse negócio, isto é com o retorno do parlamentar paulista às lides da cafeicultura, ficava constituída a firma de Bueno, Ellis & Neto, Para isso, o Dr. Ellis, ao comprar as partes de seus cunhados, teve que, contrair uma dívida na Inglaterra, por intermédio da casa Schmidt und Trost. Santa Eudóxia era a mesma mansão senhorial dos velhos tempos! A mesma mancha de “*terra rãxa*”, decomposição da diabáse a formar os espigões e as trombas separadôras, em eminencia coberta de verde escuro, das matas, onde ainda se viam páus d’alho, figueiras, etc. A lavoura de cana que desaparecera! O regime da monocultura passou a ser então muito mais completo e com as comunicações ferroviárias mais intensas, êle atingiu ao seu auge! Em compensação a plantação de café aumentara muito e novas instalações se fizeram. Novos cafeeiros se alinharam, substituindo a mata derrubada pelos machadeiros caboclos e pelas turmas volantes de camaradas baianos, que trabalhavam por dia. Mas, era a mesma séde patriarcal e vastíssima a casa de moradia da fazenda, com suas acomodações enormes, suas salas imensas, seu alto terraço no meio do edifício, como um bojudó minarete ou o “*donjon*” de um roqueiro castelo, a dominar tôda a faina ingente do trabalho industrial da fazenda.

A nova fase do trabalho rural, com a substituição do braço servil pelo do colono livre, veio impor certas modificações nas construções dos edifícios da fazenda. Assim, por exemplo, o colono estrangeiro sendo de um nível de vida superior ao do escravo preto, requeria, para que fosse alojado, a construção de casinhas isoladas que, com as suas dependências, o seu pomar, o seu chiqueirão, o seu pequeno pasto, a sua horta, o seu minúsculo terreno e a sua área limitada para plantação de cereais, se faziam mister para que êsse colono estrangeiro tivesse estabilidade. Com isso, as fazendas do Oeste paulista tiveram que construir um número grande de casas para albergar os colonos que vinham tangidos, em avalanche imigratória. Foi um problema, que tem sido descurado, o qual teve que ser resolvido à custa própria pela cafeicultura paulista. De fato, a melhoria das instalações para a substituição do braço escravo pelo braço livre, requeria capitais avultados. Onde os ir buscar? A lavoura paulista teve que realizar êsse milagre!

Quem a teria ajudado?

Não basta falar displicentemente em imigração, em braço livre, etc.! Não é suficiente atribuir a euforia econômica paulista à corrente imigratória! Por certo, o concurso dos alienígenas foi muito grande! São Paulo, na sua inexcedível grandeza econômico-social em que está, deve muito ao colono imigrante, principalmente ao italiano, elemento soberano, que soube tão bem se engrenar com a vida do Estado de São Paulo, mas é preciso que, todos saibam que, essa situação extraordinariamente eufórica, que atualmente gozamos, é o resultado dos esforços e dos sacrifícios dos nossos antepassados, que tiveram de pagar, bem caro, pelas correntes de homens livres exóticos, que formaram as vagas imigratórias, colmatadas no sólo paulista!

Uma das dificuldades, das maiores, que eu não sei bem como os nossos avoengos resolveram, foi o empate de uma capitalização requerida pela adaptação das fazendas. Por certo, isso pode ser feito, graças à capitalização das rendas e ao crédito, mas não diminua o muito que devemos a êles pelo contrario! Essa gente se sacrificou por nós!

Se por acaso, esses fazendeiros não fôsem paulistas, poderiam ter recorrido ao Governo Central, que certamente os teria amparado, fornecendo a êles, tudo que precisassem, mas em se tratando de paulistas, o poder central teria sido surdo aos seus apêlos! Eles que se arrumassem! Tem sido sempre assim! Nunca os paulistas tiveram auxílio de Governos da União!

Foi por isto que, o lavrador paulista teve que, realizar um prodígio econômico, digno de autênticos titãs, descendentes perfeitos, em admirável paridade com os gigantes, que fizeram a admiração de Saint Hilaire!

Assim, voltando à Sta. Eudoxia, uma das novidades que o Dr. Ellis encontrou, foi a construção e a remodelação completa nas casas, que serviram para o recebimento dos novos trabalhadores, vindos do Alem-Mar.

Com essa gente em abundância, Sta. Eudóxia, que como grande fazenda, das maiores mesmo do Oeste paulista, com seus 5.000 alqueires de terras, era um formigueiro humano. Havia em Sta. Eudóxia, uma multidão de exóticos, principalmente italianos, formando o elemento humano, em todos os planos da organização do trabalho rural dessa imensa oficina agrícola. Ai havia, além da enorme casa de máquinas, para o benefício de café, toda de pedra e cimento, com suas inúmeras ligações por meio de viadutos e passadiços, por onde se extendiam trilhos de “decauilles”, que traziam o café, já lavado e sêco dos terreiros e das tulhas, a serraria, igualmente mecanizada e ligada à máquina de benefício do café, no próprio edifício desta, no seu frontespício. Situação semelhante eram a do moinho de fubá de milho, a pequena engenhóca de moer e de picar cana e depois, em predio apartado, uma completa oficina de ferreiro e um “atelier” não pequeno de carpintaria, destinados estes, aos contínuos reparos da aparelhagem e do equipamento da fazenda. Todo esse aglomerado de ativos e febricitantes organismos da faina industrial da fazenda, se situava em uma larga encosta bem aplainada do terreno, juntamente com inúmeros cercados, “mangueiras”, depósitos, esterqueiras, chiqueiros, cocheiras, etc., aos olhos inspecionadores do fazendeiro, que do seu terraço minarete, especie de “cesto da gávea”, ou torre de vigia, abarcava tudo e, como de uma sala de comando, dava suas ordens imperiosas, emanadas sempre de mentalidade autoritária e ríspida, viciada pelos restos do despotismo, que a chamada lei áurea não varreria inteiramente!

Sta. Eudóxia, o velho solar do Visconde de Cunha Bueno, que então partilhava do mesmo com os seus genros, havendo seus filhos homens, como verdadeiros novos bandeirantes, partido a abrir novas lavouras em zonas virgens de civilização, era, mais ou menos, a mesma e não mudára sensivelmente no aspéto externo. Entretanto havia alguma cousa, que diferia profundamente e

que imprimia na situação economia de São Paulo, uma feição diferente, que tem passado incólume aos olhos dos analistas da evolução sociológica do nosso Estado. E' que na velha Sta. Eudóxia, que o Dr. Ellis cohecera no berço, de 1875 a 1881, ainda nos tempos da escravidão, havia o regime da poliprodução, embora este fosse correlato e coexistente com o da monoexportação, em que viviam as nossas células rurais e a imperial província de São Paulo.

De fáto, isolados no sertão, sem comunicações, pois as ferrovias se estacavam em Rio Claro, em Mogí-Mirim ou Sorocaba, quando os latifúndios já haviam atingido Araraquara, Jaboticabal, Casa Branca, S. Simão, Botucatú, ou Avaré, não podendo, ou tendo imensas dificuldades, em receber as utilidades, productos de consumo, generos e recursos de fóra, tinha imperativamente de os produzir in loco. Eis as miríades de autarquias, mergulhadas no adusto sertão! Daí o regime das grandes propriedades do Oeste paulista, ser forçosamente o da poliprodução, ainda que conjugado com a mono-exportação.

O latifúndio paulista de 1875 a 1881 era, de fáto, um microcosmo, em que todos os productos, generos e utilidades, necessários ao consumo local, eram produzidos in loco, ainda que, em pequena escala, unicamente destinados a serem gastos internamente .

A fazenda paulista, grande propriedade, que tinha várias léguas de comprido ou de largura, se bastava autarquicamente a si propria. Nada ou quasi nada vinha de fóra! Tinha que ser assim, pois o isolamento predeterminava a autarquia! Realmente, alem do café, que era produzido em grande escala, para a exportação, o latifúndio do Oeste paulista, produzia muito açúcar, pinga, melado, feijão, milho, arroz, mangaritos, mandioca, cará, nabo, cenoura, verduras, banana, laranja, manga, banha de porco e pimentas, carne e principalmente carne de porco, sucedaneos ou seus derivados, lacticínios e seus artigos correlatos, galinhas, perús, patos, marrécós, ovos, caça variadíssima, peixes fluviais de todas as qualidades, rapadura, garapa, côcos de várias espécies, frutas silvestre, etc. Até o pano que se consumia na fazenda era tecido com o algodão, aí plantado e com a lã dos carneiros, que aí se criavam.

O único ingrediente, que as autarquias do Oeste paulista tinham que comprar fóra, era o sal. O sal fino, para cozinhar e o sal grosso, para o gado, tinham que ser importados do Rio Grande do Norte, pois o proteccionismo alfndegário da União, querendo amparar a indústria extrativa daquela região do Nordeste,

obrigava todo o país a consumir o seu produto, gravando de impostos de entrada o sal espanhol, melhor, sem magnésio e mais barato que o congenero do Rio Grande do Norte, o qual, graças à proteção aduaneira do Governo Central, tinha mercado de consumo garantido. E há um “tabú” a dizer que, é S. Paulo, que se protege, com as tarifas aduaneiras da União!

Até espiritualmente, o latifúndio paulista era autarquico, pois cada fazenda tinha a sua capéla, com todos os pertences, para satisfazer as necessidades espirituais, que a religião romana exigia de seus prosélitos. Estes, isolados, pela distancia, em região adusta e ainda abarbarada, não dispondo, portanto das facilidades de comunicação com os centros civilizados, tinham fatalmente que se ensimesmar, não só material, mas também espiritualmente. Daí o volume agigantado das hipertrofiadas e autarquicas células rurais do Oeste paulista, das penúltimas décadas do oitocentismo. Daí, o regime latifundiario do Interior rural paulista!

Sta. Eudóxia, com a sua enorme população de quase duas mil pessoas, não escapava desse raciocínio. Suas comunicações com o mundo externo eram difíceis, caras e emperradas. Com São Carlos do Pinhal, uma péssima estrada de cinco léguas, através de formidável areião, dava comunicações a Sta. Eudóxia, que delas não se valia para a sua exportação, a qual fazia de 1887 a 1893, pela navegação fluvial, desde Porto Cunha Bueno, até Porto Ferreira, onde chegavam os trilhos da ferrovia da Cia. Paulista.

Era essa a situação, em que, até 1882, havia ficado Sta. Eudóxia, tal como a havia deixado o Dr. Alfredo Ellis, como vimos em capítulo atrás.

Quando quinze anos depois, o político paulista, retornando às lides da agricultura, voltava à propriedade de Sta. Eudóxia, entre as diversidades, por êle encontradas estava essa, que dizia respeito ao raciocínio acima exposto. A situação se modificára! O latifúndio não estava tão isolado dos centros civilizados e dos entrepostos comerciais, Sta. Eudóxia não era mais a bôca de sertão de quinze anos atrás! A rêde ferroviária paulista havia avançado! Um ramal, saído de São Carlos do Pinhal, vinha até a vila de Sta. Eudóxia, situada a meia légua da fazenda, cujas terras eram cortadas ao longo, por esse ramal da Cia. Paulista. Êsse ramal começou a ser trafegado em 20 de Setembro de 1893, (Adolpho Pinto, loc. cit.). Isso havia dado ao enorme centro rural, as comunicações na proporção do seu volume demográfico e econômico. Com essa modificação, a poliprodução não foi mais

imperiosa e por força disso, a autarquia foi desaparecendo. A estrada de ferro avançando, matava as autarquias e suprimia a poli-produção!

Em 1895, quando do retorno do Dr. Ellis, essa velha autarquia rural estava no ocaso pre-agônico e a monocultura ia paulatina e vagarosamente se impondo. Certo, não era uma monocultura completa ou absoluta, ou ainda de "*puro sangue*" ou integral, mas no regime então vigente, mal se podiam distinguir ainda, as esfumaçadas linhas mestras do antigo regime autarquico, que desapareciam no horizonte, como em um lânguido e dorido pôr do sol, deixando o sulco da saudade enternecida.

A libertação trouxera no seu bôjo, uma exacerbação visível do individualismo e um declínio fatídico do patriarcalismo e do autocratismo escravocrata, que permaneceria muito atenuado, até a sua extinção na primeira metade do século XX.

Outra diversidade, que o Dr. Ellis ia encontrar em Sta. Eudóxia era o aparecimento da classe média, até então inexistente. Isso é importantíssimo!

De fato, na primeira fase do Dr. Ellis, em Sta. Eudóxia, as classes sociais existentes eram a do proprietário rural e a dos escravos, separadas por enorme distância, sem haver nada nesse espaço intermediário.

Com a libertação de 13 de Maio e com a imigração, os artífices começaram a aparecer e a exercer as funções, que, antes, estavam afetas aos escravos em geral. Assim, foram surgindo os ferreiros, os mecânicos, os maquinistas, os carpinteiros, os marceneiros, os pedreiros, os serralheiros, os latoeiros, os funileiros, os sapateiros, os guarda-livros, os farmacêuticos, os administradores, os capatazes, os fiscais, etc., que, sem serem assalariados agrícolas, diretamente, viviam dêsse e nêsse meio rural, que êles exploravam indiretamente. Essa gente formava a classe média, intermediária entre os fazendeiros e os colônos. Eles, com suas famílias, constituíam uma massa, que foi, no decorrer dos tempos, progressivamente aumentando de vulto e principalmente de importância, e emodo a se tornar dominadora nos meados do século XX.

O elemento escravo, logo depois da libertação, abandonou o meio rural e foi atestar a sua decadencia nos centros urbanos. Êles não podiam lutar contra a concorrência dos elementos livres da população, aumentada pelo elemento exótico, trazido pela imigração. O negro em S. Paulo, diminui, como eu já fiz certo em

meu livro "*Populações Paulistas*", publicado na Série Brasileira da Cia. Editora Nacional, e desapareceria se não viessem novos contingentes dêles de outros Estados.

Os resíduos do elemento escravo, êsses, que permaneceram nas fazendas, eram compostos de gente selecionada regressivamente, porque não tiveram nem sequer, a ambição, o espírito de iniciativa, de audácia e de coragem, para se arrojarem aventurosamente nos centros urbanos. A inércia, o conformismo, a preguiça, o sedentarismo, nêsse elemento, formaram um complexo de inferioridade, que o reteve no meio rural, onde êle, mais facilmente, ainda, foi derrotado pelo alienígena triunfante, que avassaladoramente dominava o ambiente de Sta. Eudóxia, quando o Dr. Ellis, pela segunda vez se tornou proprietário do imenso latifúndio.

Sob o ponto de vista da economia da produção cafeeira, não há a menor dúvida, fez-se ela muito mais barata. Antes, quando da primeira vez que, o Dr. Ellis foi o dono da fazenda de Santa Eudóxia, o transporte do café produzido, até S. Carlos do Pinhal, com cinco léguas de transporte em carroções, encarecia muito o produto, mas, com o ramal da Cia. Paulista, chamado da Agua Vermelha, a despeza do transporte ficava muito reduzida.

*
* *
*

Nessa ocasião, a produção cafeeira de Sta. Eudóxia era muito grande, pois as terras novas e frescas, com a camada humífera ainda espessa, com a umidade das matas vizinhas, ainda dando às colinas e espigões de terra rôxa a quantidade de água, que faltava pelas sêcas prolongadas, ainda atingia, com facilidade, as cento e cinquenta arrobas por mil pés, em média.

Depois, essa ubertiosidade foi caíndo, roída pelas erosões, desgastada pelas safras contínuas, que durante quase meio século se foram monótonamente sucedendo em uma seriação maravilhosa. Era o café, ao qual tanto devemos!

Eu nasci nesse velho solar da família, que era Sta. Eudóxia. Cresci debaixo da sombra dessa árvore soberba, que era o cafeeiro! Devo a êle toda a minha educação e toda a minha vida, tendo sempre vivido à custa do cafeeiro da minha terra! A êle toda a minha gratidão comovida!

Assim se passou em São Paulo! Tudo que tem, é originado pelo café! Parque industrial, rêde ferroviária, cidades, organização de ensino, administração, policia, magistratura, orga-

nização higiênico-sanitária, etc., tudo tem a sua base no café! Devíamos erigir um grandioso monumento a quem tanto devemos! O presente não se lembra do passado, porem!

*
* * *

Ah! Sta. Eudóxia! Mansão da minha família, terra onde nasci! Aí passei tôda a minha infância, crescendo com os filhos dos primeiros colonos italianos, que, patriarcâis, com suas famílias enormes, povoaram os velhos latifúndios do Oéste paulista! Daí a minha grande simpatia pelo elemento italiano!

Eram as correrias pelos terreiros, eram os banhos nos tanques de lavar café, eram as brincadeiras pelos montes de café nas tulhas, eram os passeios a cavalo ou as montarias em bezerros, etc.!

Eis os verdes anos da minha vida, até a idade dos colégios!

*
* * *

Em 1906, fomos para o Rio de Janeiro, onde o Senador se fixou com sua família, em casa alugada à rua Senador Vergueiro, entre o Catete e o Botafogo. Eu, então com 10 anos de idade, estudava no ginásio Alfredo Gomes.

Então, o Senador Ellis, no início da campanha contra a Dócas de Santos, levava demasiadamente a serio as suas funções parlamentares. No capítulo referente à essa campanha, eu faço referencias a esse começo de luta parlamentar.

Politicamente, eu tenho lembrança que, nesse ano, São Paulo ia perder a Presidência da República, em favor de Minas Gerais.

Rodrigues Alves puzera termo à "*influência paulista*"!

Isso aconteceu, não só pela abnegação de Bernardino de Campos, que, quando sentiu o desamparo oficial, desistiu da sua candidatura, como principalmente pela fatalidade, que estabelece diretrizes certas e infalíveis no palco político brasileiro.

Então, o Conselheiro Rodrigues Alves levantou um nome de um outro elemento do regime imperial, o Conselheiro Afonso Pena, o qual, apoiado por Minas Gerais, sua terra natal e pelo Rio Grande do Sul, dois trunfos de grande valia na política nacional, deu início à "*influência mineira*", depois continuada pelos Srs. Wenceslau Braz, Delfim Moreira e Arthur Bernardes, bem como secundariamente pelos srs. Bueno de Paiva e Mello Vianna.

CAPÍTULO IX

1907-1911

Em fins de 1906, o Senador Ellis com a família, então reduzida à esposa e a seu filho mais moço, haviam vindo para São Paulo, onde esta se fixára na casa da rua Madalena, afim de que o menino, então com dez anos, fizesse o seu curso secundário no Ginásio de S. Bento, onde estava matriculado, pois o estudo no Rio era muito deficiente. Na época legislativa, o Senador Ellis voltou para a Capital do país, indo morar com suas duas filhas, em uma grande chacara à rua Cosme Velho, adiante das Laranjeiras, onde os contra-fortes do Corcovado iniciam sua série de morros, que circundam a brécha das Laranjeiras. Nesse imenso palácio, que datava do Segundo Império, o Senador Ellis morou dois anos, recebendo, de vez em quando a visita da sua família, que ia ao Rio, na medida em que as férias do menino permitiam. O Senador Ellis não pôde, com sua presença, presidir à educação e à formação moral de seu filho mais moço. Foi um dos mais penosos sacrifícios, que fizemos pelo Moloch da política e por S. Paulo. Privados de nosso chefe, quando dele mais precisávamos, tivemos a nossa formação apenas orientada de longe por êle.

No velho latifúndio do Cosme Velho, davam-se alegres e concorridas recepções, nas quais, em tôdas as quintas feiras se reuniam os amigos dos donos da casa, quer dizer, o mundo político e principalmente a bancada de São Paulo, nas duas casas do Congresso. Sistemáticamente aí se viam o General Glycério, os deputados Altino Arantes, Barros Penteado, Carlos Garcia, Eloy Chaves, Candido Motta, Rodolpho Miranda, Alvaro de Carvalho, Adolpho Gordo, Galeão Carvalho, Arnolfo de Azevedo, José Lobo, Alberto Sarmento e também de outros políticos de outros Estados, mais chegados aos anfitriões, entre os quais o deputado Palmeira Ripper, um dos genros do Senador.

Este, então se fez jogador de xadrez, uma vez que não o atraíam as diferentes espécies de jogo de baralho, que se faziam, ao inverso do que acontecia com o Dr. Ripper, apaixonado amador das cartas que funcionavam nas noitadas festivas do Cosme Velho. Eu me recordo ainda do saudoso Major Luiz Fonseca campeão e mestre de xadrez.

Em 1909, o Senador Ellis mudou-se para a rua Benjamim Constant, aí morando com sua filha mais velha e seu genro De-

putado Ripper. Aí permaneceu até 1910. Então, seu filho, tendo sido internado no Ginásio de S. Bento, a esposa do Senador poudo ir morar no Rio, indo de vez em quando à sua propriedade agrícola de Santa Eudóxia, a qual entregue a mãos mercenárias e longe dos donos, definhava, com safras progressivamente menores, seus cafezais maltratados, em declínio, etc.

O Senador Ellis, empolgado pela política, despegava-se do meio rural! Então, a campanha civilista no seu auge, hipnotizava tôdas as atenções. O Senador Ellis, na sua campanha arrazadora contra Nilo Peçanha, pelos favores extraordinários que êsse chefe da Nação outorgava à Docas de Santos, não tinha atenções senão para o que se passava no cenário do Rio de Janeiro e não tinha olhos para o que ocorria com seus interesses particulares, como para sua família, que tanto precisava das atenções do seu chefe!

O político paulista, exilado no Rio de Janeiro, pelo interesse público, deixava de seus casos particulares, que assim abandonados, corriam por agua abaixo.

*
* *
*

Às vezes, talvez de dois em dois meses, o Senador escapava da fôrnalha carioca e pelo noturno vinha a S. Paulo, se lembrando dos seus familiares e de seus interesses materiais.

À chegada na Estação do Norte do velho patriarca paulista, era um dia festivo, pois êle, sem embargo do seu temperamento aparentemente frio e insensível, despido de carinhos e de manifestações barulhentas, era adorado pelos seus, que sempre tiveram um culto místico e uma admiração profunda por aquêlê vulto tão bondoso e sempre tão generoso para com todos, os tratando com a maior complacência e desculpando os deslises dos filhos.

Para nós, o Senador Ellis era o melhor homem do mundo! Nunca ouví dêle uma só palavra áspera!

Chegando do Rio pela manhã, a velha mansão da Rua Santa Madalena engalanava-se para recebê-lo! Depois do almoço do qual faziam parte, muitas vezes, o Cesar Vergueiro, o José Custódio e outros, êle ia sempre a Palácio, visitar o Presidente, as Secretarias de Estado, a séde do Partido e a seguir ao Club, na rua Quinze de Novembro. Aí via o mano Guilherme, sempre refinadamente elegante, no seu impecavel terno claro, com enorme rosa branca na botoeira, chapêu de palha com abas bem largas e colarinho engomado muito alto, fumandô cigarro em enor-

me piteira de sândalo e ouro, cujas côres fulvas diziam bem com os seus grandes bigodes grisalhos e ainda alourados, em face bem escanhoadá, da qual se destacava um nariz adunco, apoiada, como se fosse uma herma, na sua esguia e enorme estatura, a qual era, como se fosse um pedestal bem enroupado.

Aí no "*São Paulo Club*", o Senador Ellis via ainda o cunhado, o Coronel João Baptista de Mello Oliveira, vice-presidente do Estado, que faleceu em 1908, além de outros amigos.

Aproveitando a sua estadia em S. Paulo, o Senador Ellis costumava ir até a Fazenda Santa Eudóxia. Com a morte, em 1903 do velho Visconde da Cunha Bueno, o Senador ficou só na firma agrícola, que explorava a fazenda, ao lado de seu cunhado Dr. Almeida Netto. Então, a firma passou a ser Ellis & Netto. Mais tarde, em 1908, com a morte do Dr. Netto, o Senador comprou as partes dos herdeiros, assumindo a dívida que o Dr. Netto tinha para com a casa Prado, Chaves & Cia., ficando o único proprietário de Santa Eudóxia.

*
* *

Em 25 de Agosto de 1910, o Senador Ellis foi eleito presidente do Centro Paulista no Rio de Janeiro. Essa magnífica instituição, fundada em 1907, fôra até então, presidida pelo General Glycério, o outro Senador da representação paulista. Em 1909, a situação política levou o General Glycério a se alinhar nas fileiras hermistás, isto é, na opposição à situação governamental de S. Paulo. Com isso, êle, para não prejudicar a sociedade, deixou a presidência. Eleito presidente, o Senador Ellis viu, de início seus esforços se coroarem de retumbante êxito.

Apaixonou-se pela instituição e se tomou de grande fanatismo pela nova investidura. Nunca ví um diretor levar tão a sério o seu papel!

Levou a efeito uma subscrição, entre os industriais e os commerciantes no Estado de S. Paulo e com isso arrecadou, para o Centro Paulista, um total de mais de 300 contos de réis, com os quais adquiriu para o Centro, o prédio do Derby Club, na Praça Tiradentes. Com a valorização e com outros fatores, hoje êsse prédio vale milhares de contos.

A influencia que o Centro Paulista exerceu no Senador, dada a situação de empolgado, em que, pelo espaço de 15 anos o Senador Ellis viveu, até sua morte, em 1925, foi das maiores e mais evidentes.

O Senador sempre teve no Centro Paulista o seu escritório, aí despachando diariamente o seu expediente, o qual êle superestimava no volume e na importância. Até mesmo, depois de morto, o Senador foi acarinhado pelo Centro, sendo aí, armada a câmara ardente, com a exposição do corpo, antes de seguir para S. Paulo, cuja terra o iria receber.

*

* *

Não eram apenas os da família, que tinham adoração pelo Senador! Êle, mesmo entre os estranhos à sua consanguinidade, mantinha amigos muito sinceros, dedicados, que formavam em torno dele circulo de amizade.

Entre os seus mais chegados amigos, que o acarinhavam com o calor de suas comprovadas afeições, que o acompanhavam com incrível constância em todos os momentos da vida, formando uma côrte centralizada, pela figura vertical, esguia, donairoza e sempre apumada do Senador Ellis, é preciso que, se destaquem 4 pessoas :

a) O velho Barão de Paranapiacaba, poeta épico do ocaso do Império, cantor das maravilhas da serra paulista, que lhe emprestara o nome e o título, emoldurado pelo resto da passada grandeza, tradutor do romântico Byron, deus da religião do Senador, que, com as obras de Shakespeare, tinha de memória. Era tal a ligação de afetiva estima, que o Senador dedicava ao velho bardo santista, que, diariamente o visitava na sua modesta casa de funcionário público mal remunerado, da rua das Laranjeiras, aí passando os dois, horas e horas, a evocar, estrofes byronianas do imortal "Parisina" ou do maravilhoso "Child Harold", as tragédias shakespeareanas ou os clássicos da simetria helênica.

O Barão correspondia plenamente ao afeto do Senador e nos seus últimos momentos de vida, em 1910, pediu, ao ser enterrado que, o acompanhassem os exemplares dos discursos de seu amigo.

Do Barão de Paranapiacaba, há a seguinte apreciação, feita em carta dirigida ao Senador, pelo grande vate santista :

" Exmo. Snr. Dr. Alfredo Ellis.

O discurso que ultimamente proferistes, é o epílogo da brilhante campanha por vós empreendida no Senado, contra a Companhia Docas de

Santos, que, depois de prestar ao Estado de S. Paulo especialmente á cidade de Santos muitos beneficios, tentara manter, a respeito das obras a que era obrigada em prazo determinado, um provisorio indefinido, de que resultava o não conhecimento da renda arrecadada e, portanto, a impossibilidade da fiscalização do Governo para reduzir as monstruosas e illegais taxas, cobradas do povo pela mesma Companhia. Collocar o direito sobre a verdade, a empreza colossal disse Victor Hugo.

Gilliat de musculos de aço, esmagastes os tentáculos do polvo gigante que sugava as forças económicas do nosso Estado e que tambem me alcança, pois vejo de dia para dia depreciados os poucos bem de raiz que em Santos possuo.

Merecida homenagem vos presta a lavoura, — parte mais interessada nessa victoria, alcançada pela viril eloquencia de um engenho culto, inspirada no mais nobre patriotismo.

Justo como é, vosso alto espirito não poderia negar preito de agradecimento ao illustre Ministro da Viação, o qual, convencido por vós, da verdade e sem susceptibilizar-se com as vossas censuras, assignou a portaria de 7 do corrente, mandando executar as *Instruções sobre a fixação do capital e tomada de contas*, das emprezas de melhoramentos de portos. Seguissem tão edificantes exemplos todos os representantes dos poderes públicos!

Abraçando-vos pelo ganho desta causa que é da Verdade e do Direito, possa dentre as aclamações da Patria destacar-se como meu sincero "Io" t ao triumphador que tão ampla messe fez de louros e despojos opimus!

Do vosso amigo e admirador

BARÃO DE PARANAPIACABA

Rio, 14 de Novembro de 1906.

b) Mario Vilalva, escritor, homem de letras, poeta e intelligência das mais brilhantes. Pertencente à velha estirpe paulista, mas retido no Rio de Janeiro por grave moléstia, curada, graças ao concurso do Senador, Mario Vilalva o acompanhou com amizade, como seu secretário, nos últimos 15 anos da vida do parlamentar paulista, sempre com invejavel dedicação.

São de Mario Vilalva os seguintes versos sobre o Senador :

SENADOR ALFREDO ELLIS

Sempre galhardo e varonil no gesto,
o nobre peito às lutas atirando,
o seu ardôr intenso e manifesto
vae inimigos, hostes arrazando.

Jamais deixou de erguer o seu protesto
de alma sã contra o vil, o miserando
algôz do bem, do justo e do honesto,
que o Mal cultúa, o Bem espinhando.

Temível e incansavel paladino
nos prélios da Justiça e do Direito,
ninguem o excede no mister divino.

Si dos máus é terror e vivo espanto,
tem para os bons, no coração de eleito,
o amôr, a unção de um verdadeiro santo.

Rio, 19-3-921.

MARIO VILALVA

c) O compadre Eduardo Carneiro de Mendonça, cujo pai já muito velho, o mineiro Dr. Roquette Carneiro de Mendonça, recebera um cartorio de notas, graças ao empenho sempre esforçado do Senador, junto aos poderes da República.

O compadre Eduardo, também companheiro do Parlamento paulista até o fim, sempre envolvendo-o com sua carinhosa amizade o influenciava com seu prudente bom senso montanhês, contrabalançando com suas palavras calmas e ponderadas, o gênio árdego e impulsivo do Senador. O compadre Eduardo se assemelhava ao Marques do Paraná, com o seu equilibrado bom senso. Nós, os descendentes do Senador, herdamos a dedicação e a amizade que o velho parlamentar tinha para com a família do Dr. Roquette, principalmente para com o Compadre Eduardo a quem estimo fraternalmente.

d) José Custodio Alves de Lima, paulista do Tietê, mas americanófilo extremado, mais ainda que o Senador, amigo do Presidente Theodoro Roosevelt, com idéias consubstanciadas no livre-cambismo, no georgismo, na atração de capitais "yankees", nas construções rodoviárias e na crítica acerba ao nacionalismo

aquixotado e patrioteiro cheio de espírito do “*me ufanismo*”, era comensal assíduo nos almoços do Senador, com quem mantinha longas palestras, a recordar os Estados Unidos.

Alem desses mencionados amigos de primeira plana, eram ainda do círculo das relações do Senador, o Avelar Brandão, o Zaccharias Stela e o Marechal Rocha Lima, a quem o Parlamentar paulista acompanhára com a sua preferência, desde que era simples Capitão; as primas, Viuva Azevedo Silva e a Tita, cujo marido o Mattoso, fora genro do primo Conselheiro Rodrigo Silva, o Granadeiro, o João Camargo e outros mais.

CAPÍTULO X

NO SENADO

Em 1902, com a morte de Manuel de Moraes Barros, que havia sido promovido ao Senado, pelo falecimento de seu irmão Prudente de Moraes, o deputado Alfredo Ellis foi eleito Senador. Isso foi durante o período governamental em S. Paulo de Bernardino de Campos. Eu o ouvi falar, muitas vezes que, a sua promoção ao Senado Federal fôra levada a efeito, em parte, por força feita por Bernardino, seu dileto companheiro dos pródromos da República. Seu prestígio no Partido Republicano Paulista, então, era grande, pois que êle era do grupo de primeira grandeza, tendo vindo da propaganda. Assim, teria sido relativamente fácil a sua promoção ao Senado! E era com grande desvanecimento e com uma ponta de vaidoso orgulho que dizia, em discurso no Senado, iluminado por imaginosa peroração.

“ Senhor Presidente, sempre que occupo esta tribuna, tenho em mente um lemma de que não me esqueço nunca, para contrariar qualquer demasia de linguagem, e qualquer vehemencia de expressão : “ Suaviter in modo, fortiter in re ”. Procuo guiar-me por essa licção porque, não tenho em mente, absolutamente, occupando esta tribuna offender a quem quer que seja ; e, se o faço é no arduo cumprimento de meus deveres de representante de São Paulo, que, por minha bondade e extraordinaria gentileza deu-me uma Cadeira nesta Casa. Evocando o passado de meus antecessores nesta Cadeira, não poderia agir de outro modo ; consultando as sombras dos dois brasileiros benemeritos da Patria — Prudente de Moraes e Manuel de Moraes Barros - eu não poderia agir de outra forma ; não poderia trazer para aqui um assumpto de interesse pessoal, um assumpto que não fosse digno do Senado e do mandato que desempenho.

Lamento, senhor Presidente, e o faço sincera e profundamente, não possuir envergadura das aguias desta casa, mas resta-me a convicção de que, se não a tenho, para remontar-me aos pincaros da eloquencia, não sou tão pouco uma ave dos brejos, que rasteja pelos pantanos.

Senhor Presidente, não ha muito tempo, compulsando uma obra do general Barão Ambert, sobre a guerra franco-prussiana, encontrei nella um factu que vou referir ao Senado, pela analogia com a posição do orador que ora occupa a tribuna.

Foi na batalha de Beaumont. O quinto corpo do exército francês fora acampar em Beaumont, sob o commando do general Failly, que collocou pelas alturas sentinellas a impedir surpresas do exercito do Principe de Saxe. Em uma das estradas estava collocada uma vedeta e essa mi-

seravel sentinella percebeu a vinda dos prussianos que, durante a noite, tinham marchado através dos bosques, afim de surprehender o exercito francez, que, incauto, limpava as armas e preparava a sustento, completamente despreoccupado.

Essa vedeta poderia ter salvo a França, na phrase do illustre general professor da Escola de Saint Cyr, mas, aterrorizada, acovardada, despiu a farda e escondeu-se no forno de uma olaria. Chegam os prussianos, assestam a sua artilharia e infligem colossal desastre ao quinto, corpo do exercito francez, que foi surprehendido e completamente esmagado.

Senhor Presidente, essa sentinella, isolada, poderia ter salvo o exercito e a França, se a covardia não a fizesse fugir ao cumprimento de seu dever. Eu me sentiria na mesma posição dessa sentinella, se por ventura, não tratasse de ser vigilante nos interesses da República e principalmente de meu Estado". (Annaes do Senado).

Foi assim que, o representante paulista iniciou a sua longa perigrinação pela via sacra senatorial, a qual só iria terminar pela sua morte, em 1925, sempre conservando o programa, que êle havia se imposto. Nos 23 anos, em que o Parlamentar paulista ocupou o Senado da República, a mais alta posição de embaixador do Estado, êle conservou a mesma linha da mais rígida honestidade, pautando sempre a sua conduta, continuamente a mais ativa e a mais combativa, pugnando infatigavelmente, como se êle quisesse fazer tudo num só tempo, pela causa pública e particularmente por S. Paulo, seu Partido político e pela sua classe agrícola.

O Senador Alfredo Ellis não era escritor!

Êle não deixou livro algum! Ele chegou a escrever um romance, "*Ismael*", mas não o publicou.

Como médico, pouco exerceu a sua profissão, cujo adiantamento era ainda muito pequeno, na ocasião em que o Dr. Ellis fizera os seus estudos. De 1865 a 1870, quando o médico paulista cursava os seus estudos dêsse ramo científico na Pennsylvania University em Philadelphia, o atraso da Medicina era tão grande, que o curso era apenas de 3 anos e só com Luiz Pasteur e Lord Lister isto é, depois de haver o Dr. Ellis completado seu estudo nos Estados Unidos, é que as ciências médicas e biológicas tiveram novos e dilatados horizontes. Assim, o Dr. Ellis nunca escreveu sôbre Medicina! Não escreveu tambem sôbre Ciências Sociais, porque estas, no tempo da formação do seu intellecto, ainda eram pouco desenvolvidas! O Dr. Ellis não era um paciente pesquisador, ou estudioso perquiridor de um fenô-

meno qualquer! Não era um analista! Êle nunca tivera paciência para isso! Sua cerebração, muito rápida e vibrátil, queria vêr logo o resultado das suas cogitações! Sendo a antítese do germânico, o Dr. Ellis não tinha paciência e calma para esperar! Repugnava-lhe a minúcia! Êle, sempre aflito, queria tudo com rapidez! Era, antes, um sintetizador!

O ceticismo, com a idade, tendo lhe invadido a alma, fazia com que, êle emprestasse uma atenção muito rápida e superficial, o que se casava bem com seu temperamento ardoroso de celta. Por isso, êle preferia a leitura ligeira e superficial dos jornais e de revistas, quando muito, à leitura mais sólida, demorada e profunda de livros e de tratados.

Com isso, não escrevia, nem mesmo relatos, que pudessem mais tarde, ser aproveitados como depoimentos, para a reconstituição de capítulos históricos, nos quais êle houvesse tomado parte. Isso é de se lamentar profundamente!

Êle começou a escrever uma História da República, tendo mesmo iniciado a recolta do material, havendo recebido a colaboração, nesse sentido, de seus amigos Lopes Trovão e Pires Ferreira. Mas, chegou ao fim da vida sem ter feito cousa alguma nesse sentido.

O Senador Ellis não escrevia os seus discursos, que aos milhares, durante a sua vida política, pronunciou, o que fazia sempre de improviso, sem escrever, a não ser simples razões de ordem, ou pequenas notas, que êle consultava de quando em quando, mais para ordenar a matéria na sua exposição.

Essa, sempre clara, nítida e convincente, refletia a personalidade do orador, metódico, fulgurante, eloquente e alinhado, roçando mesmo com a cerimônia e atingindo à solenidade. Êle nunca escrevia seus longos discursos, os quais, como eu disse acima, eram proferidos sempre de improviso, até mesmo os de responsabilidade. Êle profligava os que liam discursos e a êsse propósito, no Senado, reclamava:

“O Senado desculpar-me-á. Não gosto de lêr discursos e, como já disse, acho que a Mesa devia cumprir o Regimento, prohibindo que, com tanta frequencia sejam lidos na integra longos discursos. Acho razoavel que citações sejam feitas por esse processo, mas discursos inteiros não”.

Não sei como seus discursos eram tão escorregitos e admiravelmente bem feitos, mesmo os entrecotados de apartes, muitas vezes violentos, frequentes e tumultuosos, desordenando a exposição da matéria e confundindo os assuntos tratados.

Durante um quarto de século, que convivi assiduamente com o parlamentar paulista, só uma vez o vi descrever um discurso, que leu no Senado. Foi em 1906, quando saudou em inglês (língua estrangeira) o Secretário de Estado norte-americano Elihu Root.

Mesmo quando, em 1922, êle foi incumbido de saudar, em inglês, o então vice-presidente dos Estados Unidos, Sr. Hughes, o fez de improviso, exatamente como fez em 1920, quando saudou, também em inglês, o embaixador norte-americano Colby, ou quando em 1922, teve que discursar em francês, saudando em nome do Senado o General Mangin.

Êle nunca escrevia! Era o orador por excelência! Êle achava que, quem escrevia discursos não era orador. Podia ser, quando muito, locutor! Mas, orador e Parlamentar, nunca! Aliás, era tradição, desde os Parlamentos do Segundo Império, o discurso falado. Ninguém lia! Depois, muito depois é que, se violou essa tradição e hoje só se fala nos Parlamentos desta quinta República, lendo massudos calhamaços.

Será medo?

“Tempora mutantur...”

O voto secreto é, em grande parte o responsável por isto, que está se vendo nos Parlamentos dos meados do século XX. Aliás o Senador Ellis foi um dos pioneiros do voto secreto. Se ele soubesse o mal que fazia inconscientemente!

“Eloi, eloi! Lama sabactana...!”

*

* *

O Senador Ellis, como já disse acima, era um orador por excelência, um orador mais científico do que espontâneo. Seus discursos eram trabalhados, previamente estruturados, em pequenas fichas, resumindo o assunto e nada tinham de bombásticos!

O Senador Ellis era eloquente, com dicção magnífica, sóbrio no frasear, agressivo, rápido, vivo nas respostas, aproveitando bem uma grande riqueza de vocabulário, e era também um argumentador habilíssimo nas campanhas em que se empenhava. Êle era o especialista dos “apartes”! Mas, nas suas orações uma das cousas que mais impressionava, era a sinceridade, que refletia a sua profunda convicção, a qual surgia, sem demagogia, sem estardalhaços, sem “pôses” para a posteridade, nas suas tiradas bravias e repentinas, que explodiam, como se

fossem salvas de artilharia, de surpresa sobre o adversário atônito, que não pensava encontrar adversário de tanta coragem moral e de tanto arrôjo nas afirmativas.

Ele não era orador daqueles tipos perfilados e encasacados dos Paramentos imperiais, verdadeiras “*rinhas*” de canóros galos de briga, em que os oradores liberais ou conservadores, estufados de orgulho e pavoneados de vaidades, se embriagavam com os sons maviosos das próprias vozes e das frases sonóras, que intercalavam em seus discursos vazios, cuidando exageradamente da ironia ferina ou do sarcasmo impiedoso e tratando meticulosamente da forma, como quem borda demasiadamente a moldura, com sacrifício do mérito da questão. No regime parlamentar inglês, cuja cópia imitativa era vigente no Brasil, durante o Segundo Império, o Parlamentar tinha muito maior destaque. O orador era então um “*astro*”, perante um público, que se apaixonava, pelo que se passava nas Câmaras Parlamentares! Daí a voga da oratória, que chegou ao Presidencialismo da República já em evidente declínio.

Os Paramentos Republicanos, em regime, que tem outorgado ao Executivo muito mais ação e tem diminuído a esfera do Legislativo, não apresentam mais as constelações dos grandes oradores, como nos tempos, em que o incolor Bragança media, com mão pouco firme, as órbitas das estrêlas. No Império havia muito mais fachada e muito mais espetaculosidade! Mas, mesmo assim, o Senador Ellis, ainda era um vulto de primeira grandeza no palco da oratória brasileira da República.

No tendo sido um grande político, nem sequer estadista, foi entretanto, um grande Parlamentar! Pode-se mesmo dizer, um Parlamentar inexecedível!

O Senador Ellis era êsse Parlamentar inexecedível, em razão em “*magna pars*” da sua formidável cultura geral, estribada em solidíssima base de humanidades mais aprimorada ainda, durante o tempo, em que êle esteve isolado, no interior paulista.

Essa cultura, embora não fosse muito profunda e intensa, a não ser nos assuntos médicos e biológicos, nos quais êle, como formado nesses departamentos científicos, deveria ser profundo, era muito lata e abrangia quase tôdas as ramificações do saber humano.

Ora, como os paramentos, não sendo corpos técnicos, exigiam exatamente homens, que tivessem cultura ampla e alargada, ainda que, não fosse muito profunda, o Senador Ellis levou imensa vantagem, sobressaindo-se nas duas Casas do Parlamen-

to brasileiro, das quais fez parte, compostas de homens eleitos pelo povo, sem a amplitude cultural, que êle largamente podia pôr em prática.

Às vezes, êle empregava a mordáz e causticante ironia, mas o fazia como se fosse uma miniatura da Renascença, burilada por mestre privilegiado e por não poucas vezes, a oportunidade se apresentava ao Senador paulista, para isso. Êle a aproveitava com a rapidez de ráio de sua fulgurante inteligência, que esgrimia com habilidade. Então desferia, contra seu antagonista, uma resposta violenta, irônica, acachapante, esmagadôra e sem possibilidade de réplica, como se fosse um cheque-mate, dado bruscamente em atônito adversário, a qual feria mais que a espada rutilante de um toreador.

Eis, por exemplo, a campanha do café, na qual o Senador Barata se envolveu num assunto, sem entender nada do mesmo! Naturalmente foi alvo de um trucidamento completo, como veremos em capítulo especial. Certa vez, discursava o Senador Ellis sôbre a Compañia Docas de Santos, quando o Senador Severino Vieira, da Bahia, que inexplicavelmente defendia a Compañia, afirmou que, o Senador Ellis falava "*como macaco em loja de louças*".

Ante essa tirada pouco feliz, o Parlamentar paulista respondeu com rapidez meteórica: "*Os macacos quebram muita louça, mas não bolem nas gavetas*". O trêfego Senador baiano fôra indiretamente chamado de deshonesto, sem poder replicar.

De outra feita, tratava-se ainda da Companhia Docas de Santos, quando alguém disse, em aparte que, o Senador Ellis vibrava um golpe no cravo e outro na ferradura.

O Parlamentar paulista rápido com um raio, aproveitando a ocasião e respondeu:

"*De fato, e V. Excia. é o culpado. Mexe muito com os pés!*" Estava o aparteante marcado como burro, sem poder passar recibo da ofensa, que êle mesmo provocara!

Ainda de outra vez, Nilo Peçanha, contra o qual o Parlamentar paulista havia feito rudíssima campanha, durante o período em que êsse homem público fluminense esteve no exercício da Presidência da República, surgiu no Senado, pois havia sido eleito Senador, pelo Estado do Rio, vestindo um casquilho terno xadrez. O Senador Ellis, ante essa única oportunidade, não perdeu a ocasião de dizer: "*Veja, Sr. Presidente, onde o ex-Presidente da República foi se collocar. O que é a consciência!*"

Ainda de outra feita, o Senado deveria se manifestar sôbre a nomeação de um irmão do Presidente da República para a legação da Russia. O Senador Ellis fez então um violentíssimo dis-

curso contra essa nomeação e perorando, evocou o drama de Shakespeare, "*Marco Antonio*", em que êsse general romano, diante do cadaver apunhalado de Cesar, junto ao pedestal da estátua de Pompeu no Forum Romano, dizia para os Senadores, em tom de mofa: "*You are all, honourable men, oh! Very honourable!*" Sr. Presidente, eu vou traduzir: "*Vós sois todos homens honrados, oh! Muito honrados!*"

Mas não era pela ironia e pelo sarcasmo, que mais sobressaíam as orações do Senador Ellis. Estas se faziam mais notar, pelo cunho todo particular, que lhes outorgavam os seguintes itens, os quais não posso deixar de mencionar, mesmo porque as peças oratórias, dessa maneira, reuniam um complexo de tal coloração, que, como os altos e nevados cumes de uma cordilheira, tomavam destaque relevante no horizonte, no qual se esmaltavam de escuro sombrio, com as suas nimbadas cumieiras, brilhando aos raios do sol poente:

1.º — A coragem das afirmativas mais arrojadas, chegando mesmo até à imprudência e à temeridade.

2.º — Franqueza nas referências com que êle invocava as pessoas e episódios, a qual, por vêses, roçava com a incontinência de linguagem e com a indiscreção de pensamentos.

3.º — A combatividade agressiva, com a qual êle tratava todos os assuntos e abordava as várias personalidades. Nisto o Parlamentar paulista lembrava, em parte, Bernardo de Vasconcellos, que não poupava seus adversários. Essa combatividade agressiva dava à ação tribunicia do parlamentar paulista, a fulgurância do vendaval incontido, contrastando com a sua linha austera, solene e fria, sem expansões barulhentas e comunicativas.

O Senador paulista, além de ser uma pessoa hierática e aparentemente fria, também não tinha a menor sociabilidade, pois não visitava ninguém e não prestava homenagens a ninguém. A linha de conduta do Parlamentar paulista era tão rígida e austera, que êle não pronunciaria uma palavra mais picante e não seria capaz de articular uma frase mais livre. Como combinar êsses dois traços, na psicologia do representante de S. Paulo no Senado? Parecia uma dupla personalidade, que se apoderava da sua pessoa ou então uma transfiguração daquêle homem enregelado, carrancudo, sempre com a fisionomia fechada, com o sobrelenho vincado por dobradas e fundas rugas, mas que na tribuna adquiria uma alma de fogo e uma ferocidade agressiva de leão! Era uma simbiose do solene e magestoso profeta tal-

mú dico com um cavaleiro da “*Tavola Redonda*”. E’ que êle apenas aparentava marmórea algidez que o revestia! Êle era, de fato, um homem alinhado e correto, mas essa aparência enregelada, de linhas tôdas simétricas, encasulava um dinâmo de energia vibrante e uma alma que facilmente entrava em poética ebulição!

Nunca ví homem mais emocionável que o velho patriarca paulista! A neve siberiana que o encobria, como um sudário, se derretia facilmente, ante qualquer evocação mais calorosa! Comovia-se com inimaginável facilidade! E essa marca de sensibilidade denunciava o temperamento violento e ardego do tribuno piratiningano! A geleira era só aparência e só compostura! Tudo se desfazia ao sôpro cálido de uma recordação saudosa e evocativa! Então, a emoção o transfigurava!

4.º — A cerrada argumentação com que os golpes hábeis e de maravilhosa clareza eram arrojados, contra os interlocutores e ouvintes em geral, de formas a os convencer e a os fazer calar.

5.º — Segurança absoluta de quem pisa em terreno firmíssimo. Era a ilimitada confiança em sí! Dir-se-ia um Honório Hermeto ou um Stonewall Jackson! O Senador não articulava nada que não tivesse, a êsse respeito, certeza mais completa e absoluta. Seria temeridade querer contraditá-lo! Êle, antes de iniciar uma campanha, estudava profundamente os seus pertinentes assuntos.

6.º — A surpresa e a estratégia parlamentar superior com que eram encarados os assuntos e os personagens, que nunca poderiam prever como seriam abordados. Essa estratégia parlamentar dava uma tal vantagem ao representante paulista, que êle se fazia invencível!

7.º — A convicção, a fé e a sinceridade com que o Senador imbuia os seus discursos, entusiasmando os auditórios.

8.º — A clareza na exposição e a lógica no raciocínio com que os assuntos mais complexos eram enfrentados e sempre encerrados pelas suas coloridas e imaginosas perorações.

Êle falava sempre de improviso, mas tão correntemente que seus discursos não tinham um êrro gramatical e nêles não faltava uma só vírgula.

9.º — A incrível e inimitável exuberância e fantástica ilustração, principalmente em História episódica ou mitológica e em Literatura, em apólogos ou fábulas, em Filosofia, etc., com que o Parlamentar paulista, com incrível justeza e oportunidade enfeitava os seus discursos, como se êstes fossem cromados presé-

pios ou árvores de Natal iluminadas de brilhantes e policrômicas miniaturas ou aquarelas, as quais davam aos assuntos, por mais áridos que fossem um sabor todo especial, que atraía as atenções dos ouvintes, por menos curiosos que fossem. O Senador sabia quase que, de cór, tôdas as obras de Shakespeare, de Byron e de Milton, além de conhecer bem os idiomas clássicos e quase tôdo os idiomas modernos.

10.º — A pertinácia anglo-germânica, com que êle não dava tréguas aos seus adversários, repetindo seus golpes em quaisquer circunstâncias. Lembra-nos essa tática os ataques incrivelmente teimosos e repetidos da R. A. F., impulsionados uma fé semelhante! Lembra-nos ainda a animosidade e a persistencia da Inglaterra isolada contra Hitler e Mussolini, depois da queda da França!

De fato, analisando os discursos do Senador, êsses itens fôdos, em complexo assinalam bem as peças oratórias do Parlamentar paulista, marcadas nos Anais do Senado.

O Senador Ellis não deixou livros, mas as suas orações, constantes dos Anais das duas Casas do Congresso brasileiro, são aos milhares, durante 34 anos seguidos, sendo 11 anos na Câmara Federal e 23 no Senado. Tôdas elas atestam a admirável coragem nas afirmações. Algumas dessas afirmações são arrojadas, contra as mais altas personalidades do Executivo, como por exemplo, as que êle usou contra o então Presidente Nilo Peçanha e seus Ministros.

A coragem moral de afirmar foi, sem dúvida, um dos mais profundos sulcos de sua vincada personalidade. Tinha semelhanças com o vulcânico Lord Palmerston, o famoso John Temple, da era vitoriana no Parlamento britânico, pela violência nas acometidas!

O Senador Ellis, é preciso insistir repetidamente, parecia um paradoxo vivo, violento, nervoso, impulsivo, ardoroso ao mesmo tempo que, frio, impassível, impenetrável e pouco sociável! Essas duas marcas antagônicas da sua personalidade, impressionavam pela sua evidência, em doses elevadas, à assinalar as suas palavras e pareciam às vezes, contraditórias! (1).

Era o paradoxo a que eu acima me referi!

Êle destemerosamente, combatia face a face com os seus adversários, proferindo os seus ataques, sempre de frente. Muitos

(1) A proposito dessa feitura psicologica, "O Imparcial" de 17 de Junho de 1920, publicou a seguinte apreciação, que corrobora magnificamente o que ficou dito:

dos seus colegas das duas Casas do Parlamento tiveram ocasião de provar êsse pão amargo, que não lhes era poupado, não só na tribuna, como fora dela.

Certa vez, o Senador catarinense Abdon Baptista, não se tendo defendido das acusações de que vinha sendo alvo por parte de seus adversários, se dirigiu jovialmente ao Senador Ellis. Êste, não o cumprimentando, virou-lhe as costas, dizendo com ênfase:

QUANDO UM NÃO QUER, DOIS NÃO BRIGAM

O Sr. Lauro Müller gosa da fama de ser o mais habil dos nossos políticos. E S. Excia, merece de certo, essa fama. Do esguio senador catarinense, contam-se varias coisas, em que a sua “manha” sempre representa o mesmo papel.

D’ahi, até o seu appellido de “Raposa”, animal dos mais astuciosos que se conhecem... Na Camara, no Ministerio da Viação, na pasta do Exterior, o general Müller revelou sempre o seu espirito de astucia, e jamais algum conseguiu ser mais “fino” que S. Excia. nas intrigas politicas ou nas labias da diplomacia.

No Senado, o Sr. Lauro continua o mesmo homem.

O Sr. Irineu Machado acha que elle é “um verdadeiro perigo” e que quando resolve applicar os seus manejos contra alguém, esse alguém nem tem tempo de preparar-se para a luta, porque, mal percebe o manejo, é já um caso perdido...

O Sr. Azeredo usa para com o senador sulista da formula de Floriano: “confiar, desconfiando” e o Sr. Pinheiro Machado, mesmo quando era senhor supremo da politica, nunca perdeu de vista o Sr. Lauro, cujos passos seguia com olhar cauteloso e arisco.

Agora quem está nas malhas da trama do Sr. Lauro Müller, é o Sr. Alfredo Ellis; e torna-se interessante assignalar que os dois constituem o mais flagrante contraste que se conhece.

O Sr. Ellis é arrojadamente cavalheiresco, nervoso, vibrante; o Sr. Müller é melifluo, matreiro. Um grita; o outro sorri; um ataca vehevementemente; o outro ironisa...

Não fosse isso e teriamos para breve o sensacional acontecimento de um duello de verdade entre dois paredros de alto quilate. Ha uma semana, o Sr. Ellis vem, da tribuna do Senado, provocando o Sr. Müller e tem para ele phrases duras que constringem os colegas mais melindrosos.

O Sr. Müller ouve tudo na mais encantadora das calmas e, às vezes, aparteia o seu colega com uma phrase tão gentil que chega a melar nos labios de S. Excia.

— “Defenda-se primeiro. Sua alma é como seus pés”. O Senador catarinense era alejado dos pés.

Outra vez, o Senador pelo Rio Grande do Norte, Eloy de Souza, que era quase preto, ergueu o reposteiro da sala do café no velho edifício do Senado. O Senador Ellis, como um relâmpago, estrondou:

— “Sáia daqui. Seu lugar é na cosinha”.

O pardavasco obedeceu! Era a recordação amarga da senzala, obediente ao escravocrata, que 13 de Maio não matára!

O Senador Ellis não fazia isso por mal, ou por falta de caridade cristã, mas era o ímpeto, que o impelia incoercivelmente! Praticava aquilo que pensava, sem se reprimir! Seu proceder era o espelho de sua alma!

O temperamento ígneo do Senador paulista é que o fazia, nesse arrebatamento afugentar o freio do bom senso e cometer cincadas, imprudentes às vezes e sempre inconvenientes. Delas, depois, êle se arrependia, mas quando já era muito tarde para remediar!

Era a habilidade de argumentação, que consistia em dos pontos que mais impressionavam os discursos do Senador Ellis! Êle era, como um grande enxadrista parlamentar, invencível na argumentação! Seus argumentos, que êle ordenadamente passava em revista analítica, caíam sôbre o inimigo, com a precisão e o estrondo de salvas de canhão! Não errava um golpe! Possuía tal habilidade tribuniária, era tal a sua estratégia parlamentar que, dominava todos os entreveros de qualquer assembléia de que fosse parte. Ninguém podia lhe resistir! Dominava de tal modo os debates, que suas tiradas irrespondíveis, agressivas, jocosas e oportuníssimas colocavam o adversário em tal postura, que não havia saída, senão a entrega dos pontos e a rendição incondicional.

Êle valia por uma bancada inteira!

Sózinho, enfrentava o Senado todo, o que aconteceu por muitas vêzes! Era como Daniel na cova dos leões enfurecidos! Eis a campanha civilista! Eis a luta contra Nilo Peçanha! Pí-nheiro Machado o respeitava e o temia!

Era, de fato, um esgrimista inegalável da tribuna! Ai do adversário, que lhe caísse nas mãos! Êle o esmagava, o triturava, mas jamais no seu proceder de autêntico cavaleiro medieval fez com que êle tripudiasse sôbre o vencido! O “fair play” o teria impedido! E nisso, êle era mestre! Era de uma elegância moral a tôda prova! Esse seu traço moral era perfeitamente normal. Ele não se esforçava por parecer possuir um dom que lhe era natural.

Ele dizia sempre, me aconselhando, pois eu, Promotor Público no interior paulista, aprendia suas manhas da tribuna:

— “Conserve seus argumentos preparados, como se fossem baterias de artilharia. Faça o exórdio do discurso, depois entre no mérito, usando êsses argumentos, bem concentrados, em um só ponto, deixando os mais fortes para o fim e depois, faça a peroração mais patética e ilustrada que puder. O uso dos argumentos deve ser o mais desnorteante e de surpresa, não dando ao inimigo indício algum de como e onde êle irá ser atacado”.

Êsses eram os conselhos de quem foi o magno estrategista da tribuna parlamentar, o qual proferia orações, que não só marcaram época, como também fixaram um inimitável estilo parlamentar. Dir-se-ia que essas peças oratórias refletiam bem a personalidade de quem as proferia! Os discursos do Senador não tinham a tormentosa e verborrágica eloquência dos que, em arrancadas sem nexos gramaticais, sem sintaxe e sem sentido, proferem frases vazias, as quais vêm como rajadas desordenadas e sem pontaria de metralhadoras disparadas, por gente bisonha, que sem alvo fixo atira apenas no rumo! Êsses oradores bombásticos, usando amiúde de frases feitas e de lugares comuns, cantando na voz, declamam com entusiasmo alucinado, como se recitassem poesias sem rima e sem sentido, feitas na hora, na temperatura dêsse entusiasmo, por êsses repentistas declamadores, que, quase sempre, se embriagam com o próprio cântico. Êsses se entusiasмам momentaneamente, não convencem e não são eficientes nos embates parlamentares. Êsses discursos não são para ser lidos!

O Senador Ellis era profundamente diferente disso! Suas orações eram medidas e rigorosamente obedeciam ao temperamento metódico de seu autor, (2). Nada era esquecido! Êle era um orador científico. Tudo era claro e ordenado! Pequenas miniaturas de Cellini não eram mais trabalhadas! O estudo prévio era feito, com imenso cuidado, do assunto a ser tratado! Uma razão de ordem era estabelecida. O resto era improvisado,

(2) O Senador Ellis era o proprio metodo em pessoa. Nunca vi ninguém tão amigo da ordem e da simetria, como esse parlamentar paulista! Até nos marcos principais da sua vida, a simetria mais rigorosa foi obedecida. Ele nasceu justamente na metade do século XIX e morreu no fim do primeiro quartel do século XX, vivendo exatamente 3/4 de século, rigorosamente delimitados.

Ele era de uma exatidão de uma fórmula química!

Os ponteiros marcadores de um cronômetro de precisão eram os.

mesmo porque não seria possível prever como se orientariam os debates, desordenadas por vêzes. Por isso, seus discursos empolgavam o auditório. Ruy Barbosa era um dos seus ouvintes favoritos. Repetia sempre o egrégio baiano o especial agrado que tinha a ouvir o Parlamentar paulista. Este não podia almejar melhor crítico!

O Senador Ellis era um homem apumado na sua mais perfeita verticalidade. Os seus discursos eram como o seu físico: uma linha reta e vertical entre dois pontos. Eu, apesar da minha convivência com êle, por várias décadas, nunca o ví saír do quarto sem colarinho, gravata e sem paletó. Sempre muito bem cuidado, o Senador Ellis só se apresentava bem vestido, embora, com a sóbria distinção de seu "*frack*" azul muito "*dignified*", mas nem sempre novo, ainda que bem escovado e sem a menor ruga, talhado no Almeida Rabello, o melhor alfaiate do Rio de Janeiro, de suas calças listadas, sempre iguais e bem sulcadas, de seu colete de linho branco engomado, de sua camisa dura, de seus punhos postiços, de seu colarinho e gravata de laço já feito, etc.

Ei-lo, com seu clássico chapéu de côco e seu indefectível guarda-chuva de castão de ouro, parecendo que havia engolido espada! Eu nunca o ví de roupa clara! Dizem que êle usava uma flôr na botoeira, mas, depois da morte da irmã, em 1899, nunca mais o fêz.

Dir-se-ia dêle um faceiro másculo e vaidoso, constantemente com a sua cabeleira loura, agrisalhada e bem cuidada, sua nívea barba de profeta bíblico, tal como era de uso no século XIX, muito bem aparada e penteada, dividida ao meio, a lhe emoldurar umas faces longélineas e riscadas pelas intempéries da vida. A loção estrangeira e a brilhantina, para os cabelos e para a barba, lhe perfumavam ligeiramente o ambiente do quarto!

*

* *

seus guias divinizados e absolutos. Dir-se-ia que o Senador Ellis, na sua pontualidade britânica, foi, durante toda a sua vida, um servidor submisso e escravizado do relógio que era a sua propria consciencia. A propria Natureza o ajudava nisso, pois as datas, marcadoras da sua vida, coincidiam admiravelmente com o século, na sua metade e na sua quarta parte. Os fenômenos físicos não se marcavam por maior justeza e os astronômicos não eram mais regulares que a vida sempre ordenada do Senador Ellis!

Dos traços que mais impressionam nas orações senatoriais do representante paulista e que mais imbuem o complexo, que forma os seus discursos, podem ser sintetizados numa só palavra, "*Imaginação*", coisa que combina bem com a excepcional ilustração de que era senhor o Senador Alfredo Ellis. Com essa admirável particularidade, a emprestar às suas orações um colorido e um relêvo especial, notamos logo de início, no seu batismo de fogo na tribuna do Senado, os seguintes trechos de discurso :

"Inexplicavel seria, Senhor Presidente, que eu, ao occupar, pela primeira vez, a tribuna neste recinto, não sentisse a emoção que sentem todos os que recebem, confiando, demais em suas forças, uma investidura superior às mesmas, um mandato superior aos seus apoucados méritos.

Occupando, por indicação, por nímia gentileza do Partido Republicano de São Paulo, sem solicitação da minha parte a cadeira occupada outrora por Prudente de Moraes e seu digno irmão, a tarefa e o encargo tornam-se quiçá mais pesados, e eu francamente o digo, com certeza não os aceitaria se não confiasse na extrema generosidade e na grande benevolencia de meus illustres e honrados collegas, representantes dos outros Estados no Senado da República.

Não poderei, Senhor Presidente, com certeza, representando ou substituindo os que me precederam nesta cadeira, não poderei repito, com certeza, fazel-o com o mesmo brilho, com a mesma autoridade.

Entretanto, uma cousa eu posso desde já asseverar — consultando a minha consciencia e externando a sua confissão, sem alarde e sem ativez — é que, quando porventura eu tenha de a deixar, ou pela substituição natural ou pela morte, o meu substituto a virá encontrar sem um respingo de lama, com as mesmas tradições de civismo, com a mesma aureola de patriotismo, como quando a recebi, depois de occupada por meus illustres antecessores.

Refere a história antiga, Senhor Presidente, que Alexandre, antes de partir para a Asia, á conquista da Pérsia, despojara-se de todas as suas riquezas, distribuira todos os seus bens e que alguém lhe perguntando o que reservava para si, pobre como ficava, elle respondera : — a esperanza.

Pois bem, Senhor Presidente, parodiando a phrase do grande conquistador macedonio, na campanha que vou emprehender nesta Casa para para conquistar a estima de meus illustres collegas, o respeito e o affecto de meus concidadãos, tenho a confiança de que hei de conseguir o triumpho e a victoria, cumprindo, como pretendo, cumprir á risca, sem vacillações, os meus deveres de republicano, nutrindo a esperanza de ser util á minha patria.

Educado, Senhor Presidente, como fui, desde os meus primeiros annos, nos Estados Unidos, respirando e fortalecendo meus pulmões naquella atmos-

phera oxygenada pela liberdade, eu não podia deixar de ser o que sou, o que sempre fui, um obscuro é certo, mas um sincero e devotado soldado da República.

Peregrinando, dias e mezes, pelas longas estradas e pelos invios atalhos que vão ter de Bunker Hill a Yorktown, na Virginia, estradas e atalhos percorridos outr'ora pelo exército libertador, e que constituem, de um lado a epopéa de luz e de gloria, de outro a via sangrenta e dolorosa para a conquista da independencia daquelle povo, não podia deixar de render culto e homenagem, religioso respeito á memoria daquelle homem justo e sobrehumano que se chamou George Washington, daquelle Moysés que, a frente d um punhado de soldados patriotas, transformou, baptisou com seu proprio sangue a terra de sua patria escravizada, na Chanãan da liberdade.

Era bem moço, quando pela primeira e ultima vez visitei Mount Vernorn, residencia do grande apostolo da democracia; quando me sentei á sombra de seus seculares castanheiros; quando percorri os aposentos que habitara o grande Pae da Patria e o quarto onde faleceu; naquelle momento, Senhor Presidente, procurei evocar na memoria a scena final de sua existencia, o quadro final, os ultimos instantes de sua vida; procurei ouvir a sua ultima palavra, a ultima phrase, que lhe sahia dos labios arroxados pelas tintas lividas da morte, habituados entretanto, outr'ora ao comando — phrase piedosamente, religiosamente guardada, pelo coração e pelo affecto dos que rodeavam o seu leito mortuario, para a posteridade: "Está bem".

Foram estas, Senhor Presidente, as ultimas palavras pronunciadas pelo grande patriota, antes de cerrar os olhos á luz terrena.

Afigurou-se-me naquelle momento, que aquellas palavras representavam um symbolo, significavam a satisfação e contentamento que aquella alma devia sentir ao receber do Supremo Creador a recompensa de seus feitos, descortinando-lhe o futuro, para que visse, antes de cerrar os olhos, nos derradeiros lampejos de vida, a arvore frondosa cuja semente fôra plantada pela espada rude e grosseira do guerreiro moribundo; para que visse, enfim, no futuro longinquo a grandeza da propria obra na grandeza e na prosperidade de sua patria!

Foram estas, Senhor Presidente as lições indeleveis que me ensinaram a fé e a crença na República.

Sagrei-as, tendo nas mãos o gladio, a espada desse heróe, o instrumento que servira para libertar o grande povo; e quando osculei aquella lamina jurei que havia de ser um soldado republicano, que havia de trabalhar, para a grandeza e prosperidade de minha Pátria".

Essa borbulhante imaginação, que coloria tôdas as orações do Senador Ellis, se manifestava a cada instante, apresentando,

as mais variadas cenificações, as mais empolgantes citações, os mais sugestivos e impressionantes relatos ou as perorações mais evocativas, tudo demonstrando invulgar ilustração e espírito crítico agudíssimo, que, com admirável justeza, encontrava similitudes, ajustamentos, correlatividades, sincronizações, paridades, etc.

O Senador super-estimava continuamente, a eficiência de suas campanhas oratórias! Não é que elas não produzissem resultados! Muitas das campanhas em que se empenhou o Parlamentar paulista foram vitoriosas e muitas idéias por ele espostas, foram adotadas e ainda o são, apesar de decorrido meio século, sem menção, entretanto a respeito da paternidade das mesmas. Estão aí a defesa e a valorização do café, com base em suas idéias, manifestadas desde 1903; a encampação da S. P. R., já realizada pelo Governo Federal; a da Docas de Santos, em vésperas de o ser, reconhecida pelo Executivo de S. Paulo e portanto pelo Poder Público, como medida necessária para a resolução do problema do Porto de Santos! Aí está a previsão do sinistro D. N. C., com suas mavórticas consequências! Essas idéias foram tôdas elas do Senador Alfredo Ellis.

Mas, essas vitórias evidentes vieram muito depois do falecimento do Senador! Ele não viu o desfecho triunfal de suas teses, defendidas com tanto ardor, tanta força de alma, tanta convicção sincera e tanto esforço! E' que ele sempre ansiava por vêr seus princípios adotados imediatamente! Ele plantava couve e nascia carvalho! Moysés também não chegou a ver a terra prometida!

Não vendo suas campanhas, por mais violentas e persistentes que fossem, por mais cristalinamente claras e evidentes, que fossem suas teses, seus argumentos e seus objetivos, terem a vitória imediata, ou terem sequer o éco instantâneo, que ele desejava provocar, uma espécie de desilusão gelada lhe invadiu a alma, fazendo com que um ceticismo desolador e silencioso, aos poucos, fosse tomando lugar do ardor dos verdes anos, varrido com a idade dos que se vêm esquecidos e arredados.

Não obstante êsse desalento, êsse desânimo, a que o Senador paulista chegara, já septuagenário, no verificar repetidamente que não adiantava fazer força e se sacrificar, o conformismo mulçulmânico, entretanto, não se apoderou do seu espírito, que, ainda ardorosamente jovem e árdego, reagiu com vigor, tendo levado a efeito a última campanha parlamentar, a do novo edifício para o Senado.

Três anos depois, falecia, sem ter visto o fim dessa campanha, que terá de ser vitoriosa afinal.

Mas, só o fato do Senador paulista, depois de tanta luta, mais ou menos improficua, já septuagenário, cansado e desiludido, ter se atirado a uma nova campanha, demonstra uma alma jovem fora do comum. Era a ressurreição da velha belicosidade, com a mesma teimosia de vinte anos atrás, conduzida pelo mesmo arrôjo das atitudes e das afirmações, etc. Então, o Senador Ellis parecia um “highlander”, nos quadrados de Waterloo! Contra a rocha da eterna mocidade de seu espírito, se quebravam vencidas as arrancadas das intempéries, como outr’ora a cavalaria que Napoleão jogou contra as hostes de Wellington! Então, a indiferença emocional não vencia também a fé e o ardor do velho, sempre jovem Parlamentar piratiningano!

Foi essa campanha, o canto de cisne do Senador!

Pouco depois, passava pelo Monroe o esquife negro dourado daquele dinâmo humano, que fôra um dos apóstolos, que Piratininga dera à República e que fôra na sua juventude, um dos edificadôres da economia cafeeira de S. Paulo. Êle voltava, tombado na luta, para sua terra inesquecível! E essa terra miraculosa do Planalto piratiningano, que êle tanto amára, recobre os seus ossos!

Êle está lá, no Além, à nossa espera!

*
* *
*

Tendo sido, como vimos, o grande Parlamentar habituado aos mais rudes entreveros das Casas legislatôras nacionais, tendo enfrentado no Congresso brasileiro várias campanhas e lutado nas mais ardidias pugnas, o Senador Ellis não foi um estadista; do tipo dos homens de Estado inglêses, desde Clive e William Pitt, até Cecil Rhodes, Disraeli ou Churchill. E’ que, êle nunca tivera tendências para administrador! Jamais galgára o Executivo! Nunca êle guiára a marcha da União, ou sequer do seu Estado, ou de qualquer departamento governativo. Nunca lhe apeteram lugares no Executivo! Nunca fôra Prefeito, Secretário de Estado, Ministro ou Presidente de S. Paulo! Êle, que fôra dos Patriarcas da República, sonhador e idealista, que viera da Propaganda, bem teria merecido as mais elevadas posições no Executivo do seu Estado! Romântico, êle nunca as aspirou, pensando que, no Senado Federal, havia atingido o máximo de sua carreira política!

Mas, além de nunca ter almejado, ou pleiteado essas posições, êle se isolára, durante largo tempo, no Rio de Janeiro, onde

dedicadamente exercia sua atividade Parlamentar, como sentinela avançada e isolada almenára, arrojada e combativa, pelos interesses paulistas. E com isso, perdêra o íntimo contáto com seu Estado, com suas associações de classe, com o seu povo, com o seu Partido, com os seus núcleos eleitorais e com os seus dirigentes! Como elemento de vanguarda no Senado Federal, enviado por S. Paulo, fôra um sacrificado, como um dêsse soldados suicidas, que se imolam em benefício da causa coletiva. Aí, se estiolara, vendo fenecer tôdas as suas aspirações particulares, as quais, por ventura tivesse podido alimentar. Pela sua posição senatorial, abandonara todos seus interesses particulares, prejudicára o seu confôrto, a sua saúde, gastara os seus nervos, suas energias, etc. e prejudicára o cuidado com a sua família. Assim, em parte, o Senador Ellis foi o culpado desse esquecimento. Êle exagerava a penumbra em que vivia! Êle evitava a notoriedade! Nunca vi ninguem tão avesso a farol! (3).

A sua excessiva modéstia e o seu exagerado retraimento impediam-no de fazer propaganda de si mesmo e se tornar popular.

Nem se diga que houve êrro ou desejo do Partido de alijar um eventual concorrente, que seria a figura tão avantajada do Senador Ellis, afastando a de S. Paulo, para em posto arriscado, enfrentando gente exótica, em luta de extermínio e em terra estranha! A prova de que não houve êrro do P. R. P. em assim proceder é ter o Senador Ellis vencido esmagadoramente tôdas as pugnas, que sustentou no Parlamento Nacional. As vitórias, que vieram coroar todos seus esforços, nem sempre foram imediatas, como já tivemos ocasião de vêr. Muitas vieram depois! Tôdas demoraram em vir! Mas afinal vieram e o Senador Ellis, muitos anos após a sua morte, teve todos os seus objetivos atingidos.

Isso prova a clarividência da luz da inteligência do Senador paulista, que via certo, muito longe, no futuro, através das brumas enevoadas das situações difíceis.

E' que êle era o técnico magno da tribuna parlamentar! Assim, não teria havido êrro de haverem os políticos de S. Paulo

(3) Ante a atmosfera de ingratidão e de esquecimento, que a seu respeito, se fizera em S. Paulo, ele poderia, com indiferença ter adotado a filosofia que Dante encasulou nas suas palavras:

"Non ragionan di lor ma guarda e passa". Mas o Senador não era homem para não se importar com as ingratidões dos paulistas.

Ele sentia, mas sentia ainda mais o esquecimento e o silêncio!

o mandado para o Rio de Janeiro, para representar o grande Estado no cenáculo federal.

Era bem a personificação do "*The right man in the right place*"! Ninguém faria o que êle fez!

Mas, como dizia, o Senador Alfredo Ellis não chegou a ser um estadista. Para isso, não só haviam as razões já expostas, como outras que vou enumerar:

O Senador Ellis, com tôdas as qualidades e defeitos que tinha e que, imparcialmente, tenho procurado assinalar, nunca fôra um economista ou um sociólogo! E' que êle não tinha paciência para fazer um estudo profundo e demorado sôbre qualquer assunto! Êle nunca se mostrara um analista! Por isso, não se demorava em verificar, nos seus fundamentos, as questões econômicas ou sociais! Assim, não podia prevêr, distinguindo ao longe, no distante futuro, com a segurança de um cientista, que analisa os materiais, para um seguro diagnóstico. Por certo, o Senador Ellis estudava, conhecia em todos os fundamentos as situações que focalizava no Senado, mas não se dedicava a outros pontos e não realizava estudos que não precisasse os aproveitar do momento ou que demandassem golpe de vista de conjunto.

Não observava especialmente nada que escapasse ao fóco da situação momentânea. Em relação aos casos sob discussão, êle sempre fôra o "*primus illuminator*"! Empolgava-se, apaixonava-se e fanatizava-se pelos assuntos, de modo que os conhecia nas suas menores minúcias, em prol das quais transpunha todos os obstáculos e removia as mais altas montanhas! Era a fé do carvoeiro que o saturava! Essa mesma fé encasulada nos corações dos puritanos do "*Mayflower*" no enevoado Massachussets.

De uma pessoa imbuida de romantismo em dóse elevada não se poderia esperar que fosse um estadista!

Êle tinha que ser um sonhador, vivendo sempre nos domínios do irreal!

CAPÍTULO XI

O DESCENTRALIZADOR

Certo, o Senador Ellis era descentralizador!

Nem podia ser outra a sua orientação!

Êle vira nos Estados Unidos de outróra, uma verdadeira Federação. Quisemos imitar a organização da grande República, sucessora das Treze Colônias, mas com a nossa “macaqueação” só conseguimos um país muito mais unitário do que os Estados Unidos, quando o oposto é que deveria ser, pois o Brasil é muito mais heterogêneo e os seus diferentes núcleos demográficos são muito mais isolados uns dos outros e êles se comunicam muito menos do que os norte-americanos. Aqui, as circunstâncias do país exigem muito mais descentralização.

Sem embargo disso, o Senador Alfredo Ellis, conhecendo bem a questão, mostrava que, sabia bem serem profundamente diferentes as necessidades de lá e de cá.

A êsse propósito êle dizia no Senado em 1910.

“Os centralizadores, Hamilton á sua frente, queriam a União forte, bastante, como centro da constellação, para arrastar aos Estados; ao passo que Jefferson, por outro lado, queria, pelo menos, salvar uma grande parte da soberania das antigas 13 Colônias.

No Antigo Regimen, a centralização era ferrenha. Em tórno da antiga Córte vegetavam as provincias, sem a minima autonomia, ao passo que nos Estados Unidos, a federação foi organizada por 13 Colônias independentes — apenas confederadas pelo interesse commum de romper os laços que as prendiam á Metrópole. Não tinham obrigações reciprocas entre si.

Dissolvido o laço, que as submettia á mãe patria, não tinham ligação politica entre si e nem prestavam obediencia a um poder central. Havia uma convenção dirigindo o movimento nacionalista, constituida pelos representantes das Colônias. Lá, era preciso centralizar. Aqui, era preciso descentralizar”.

Nem se pense que o Senador Ellis não via, com nitidez, o limite de uma Federação e onde ela deixava de o ser, para entrar nos dominios do regime confederacionista, o que eu considero a organização ideal para o Brasil! Como se poderá vêr dêste trecho de discurso, o Senador Ellis ficava em simples federação. E' verdade que êle a concebia muito lata, do tipo australiano, mas recusava admitir “soberania” para os Estados. Era muito

menos descentralizador que o gaúcho Pinheiro Machado, o voluntarioso Hernan Cortez brasileiro, com a diferença de que, êle era muito mais coerente, com as suas idéias do que o intemerato e simpático riograndense, que, então, com o Presidente Nilo Peçanha, dirigia politicamente a maioria parlamentar, nas duas casas do Congresso brasileiro. Êle, o gaúcho, por motivos políticos, transigia com a sua velha doutrina da descentralização e, se esquecendo dela, promovia as intervenções federais nos Estados, que eram feridos em suas autonomias.

O Senador Alfredo Ellis, dentro da Constituição de 91, interpretando o artigo 6.º da mesma, sobre a intervenção do Centro, ferindo a autonomia do Estado, dizia no Senado, tendo contra si essa maioria, dirigida por Pinheiro Machado, o glorioso vencedor de Inhanduí.

E' expressiva a redação do artigo em questão :

“ O Governo Federal *não poderá* intervir em negocios peculiares aos Estados, salvo... ” (Apoiado).

Ora, o artigo 6.º distingue a intervenção, que tem por objecto acautelar os interesses estaduais.

No paragrafo 1.º do artigo 6.º, o interesse é federal quando o Governo tem de intervir para repellir invasão estrangeira ou impedir a invasão de um Estado em outro, evitando, nesse caso, a lucta ou a guerra intestina entre os Estados.

No caso do paragrafo 2.º, a União precisa intervir para manter a forma republicana federativa, porque cada Estado segundo o pacto de 24 de Fevereiro, deve organizar-se politicamente, de accôrdo com as normas allí estabelecidas, pacto a que se obrigaram todos os Estados que constituem a Nação brasileira.

Ahi, tambem, o interesse é ainda federal. Se cada Estado adoptasse a forma de governo que entendesse, sem ser obrigado a ter a Constituição Federal como modelo, comprehende-se a anarchia que resultaria, quebrando-se os laços da Federação, a harmonia do todo, dividindo em summa a Nação brasileira, em pequenas republicas independentes e soberanas. Teriamos nesse caso, uma Confederação e não uma Federação.

O Sr. Coelho de Campos — V. Ex. está expondo uma lição admiravel”.

Vê-se bem como era esclarecido o representante paulista no Senado, que, apesar de não ser formado em Direito, mostrava conhecer bem as subtis “*nuances*” que coloriam os dois regimes políticos.

Entretanto, quer me parecer que o Senador Ellis não dedicou mais esforço a êsse temeroso problema, o qual, não foi enca-

rado com a seriedade que merecia. O Parlamentar paulista me parece, distraiu energia, trabalho, atividade, etc., em benefício de outros assuntos de muito menor vulto. Eu não quero dizer que, o problema do edifício do Senado fosse futil, mas é sem dúvida de importância mínima, se confrontado com o que afeta a própria organização político-administrativa do país. O problema de S. Paulo, dentro da União, é, sem dúvida, o maior e o mais importante dos que nos assoberbam.

Eu explico o relativo desinteresse do Senador Ellis por êsse assunto, da maior ou menor centralização da República brasileira :

1.º — O Senador Ellis não era sociólogo, pensador político ou economista, pois resumia seus estudos econômicos unicamente aos assuntos que no momento focalizava. Êle não fazia estudos gerais sôbre a economia, mas apenas particularizava os estudos, para os casos concretos, que cuidava no momento. Assim, êle conhecia, especializada e profundamente os assuntos concernentes ao sistema ferroviário, portuário, imigratório, do comércio do café, etc., mas êle, embora visse, não fixava a atenção na situação de exagerada dependência dos Estados grandes, diante da União, que, voraz e gulosa, os prejudicava e os prejudica ainda economicamente, para de uma forma perdulária e inconciente delapidar os recursos arrecadados, de uma forma muito pouco inteligente.

2.º — O Senador Ellis esteve, desde 1891, com pequenas alternativas, sempre envolvido na atmosfera cheia de frívola displicência da Capital da República e mais particularmente, do Senado Federal, corporação em que todos os Estados, desde o mais insignificante tem absurdamente o mesmo número de representantes. Ora, o Senador Ellis sempre teve um amor exagerado pelo Senado, super-estimando êle o valor, a eficiência, o nível político, a importância dêsse ramo do legislativo federal, etc. O Senador Ellis, extremamente cioso da sua corporação tinha um descomunal espirito de classe. Êle tinha certo orgulho que exprimia, quando não pequena dose de vaidade, em ser membro da mais alta câmara legislativa do país.

Não poucas vezes, eu ouvi dele que os Senadores deveriam ser vitalícios. Eu penso justamente o contrário. Acho que, o Senado deveria ser suprimido.

Sim, porque o Senado, sendo uma corporação legislativa, que equilibra a mínima força dos pequenos Estados, dando a êles a mesma representação dos grandes, além de ser um absurdo, é uma suprema injustiça.

Assim, envolvido nessa corrosiva atmosfera nacional, o Senador Ellis, aos poucos, foi perdendo a sua visão descentralizadora da qual êle vinha imbuido, desde os Estados Unidos. Aqui, os Estados que deveriam ser simples territórios, sem autonomia, como existem muitos nos Estados Uni-

dos, entretanto, devido ao lirismo piegas do brasileiro e à mavórtica atmosfera do “me ufanismo” do nacional, êsses Estados, que pela sua imensa desvalia econômica estão em nível inferior ao de muitos municípios do interior paulista, têm igual representação no Senado Federal, a de S. Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. etc.

Isso é um absurdo tal, que clama aos céus! Esses pequenos Estados deveriam ser unicamente territórios, sem representação parlamentar.

A divisão de rendas públicas, entre a União e os Estados, é outra manifestação da ignorância e da opacidade intelectual dos constituintes de 91. Os Estados vegetam na miséria, enquanto que à União sobram recursos e se por ventura não tem sido risonha a situação do Centro, é que êste delapida perdulariamente seus recursos em empreendimentos previamente falidos e destinados visivelmente ao fracasso, ou em planos econômicos os mais faltos de inteligência e da mais rudimentar visão.

Dir-se-á que êsses temerosos problemas decorrentes da maior ou menor centralização, deveriam ser discutidos na Assembléa Constituinte, a qual firmou a Lei Magna de 91 e que, não tendo essa discussão sido levada a efeito, pelo Parlamentar paulista, nessa Assembléa básica, não seria em Congresso ordinário que a doutrina da maior descentralização deveria ser equacionada.

Os adeptos da centralização o são, por que temem que um maior afrouxamento dos laços nacionais, conduza à desagregação do país. Êles conhecem bem o problema político-administrativo, e diagnosticam, até certo ponto de maneira aparentemente correta. Erram, porém, profundamente, na terapêutica! Procuram remediar uma situação de fato, que é uma intoxicação, não com o antídoto certo, mas com a maior dose do próprio veneno, causador da intoxicação, que é preciso curar.

Assim, êles incidem no próprio mal e o exacerbam, provocando o fim, que desejam evitar. Êles é que são os desagregacionistas, porque, inconscientemente, estão a promover o mau estar das partes, que, prejudicadas, concluem que a União é responsável por êsse mau estar e, naturalmente, supõem que suprimida essa União, o mal desapareceria! Êsse problema é pertinente a muitos Estados, tanto que foi o alagoano Tavares Bastos o político imperial, que mais se bateu, ainda no século passado, pela descentralização e foram os castilhistas gauchos, com o pernambucano João Barbalho, os mais esforçados campeões de descentralização no Congresso Constituinte de 91.

Assim, o problema da descentralização não deve ser confundido nem sincronizado, com o paulitanismo, que sempre foi e é coisa profundamente diferente.

Os centralizadores, inexplicavelmente não vêm que eles é que estão provocando um mau estar geral. Ninguém, que se ache bem, quer se mudar! Só pode alimentar desejo de uma vida política diferente, os que se sentem prejudicados, os que são obrigados a pagar tributos exagerados, os que não recebem vantagem do “*statu quo*”! Não é só S. Paulo, que sofre com a centralização!

Se S. Paulo é o maior prejudicado é porque economicamente é o mais rico, etc., mas também outros o são. Assim, que vantagens a União concede a esses Estados, que pagam tanto, em onerosos tributos à essa mesma União?

Eis, por exemplo, mesmo porque é mais frisante, o caso atual de S. Paulo.

Só na rubrica de impostos sobre a renda, a União arrecadou em 1947, nesse Estado, o total de Cr.\$ 1.500.000.000,00 e ainda se admira de S. Paulo estar quase às portas da falência! Pudera, com tamanha sangria! O admirável é que o Estado, as suas classes produtoras, a sua lavoura, a que industria, o seu comércio, e o seu povo, ainda não tenham afundado! E essa União, que tanto tira, o que é que faz com tanta arrecadação? Delapida, como o faz em mal estudados planos Salte, que na verdade não passa de um plano de assalto da nossa economia estadual e além disso de um aventureiro salto no escuro!

Nos quadros de injustiças, de taxações iníquas, de prejuízos, que sofremos sem a menor compensação, não vendo senão cores escuras e ameaçadoras no horizonte do nosso futuro, não há quem não seja descentralizador. E se alguém vai além, é porque existem causas para isso! Suprimamo-las e curemo-las, pois que de nada adiantará ser curado unicamente o sintoma! Só cuidar o sintoma é prova de opacidade mental e de perfilhação da famosa política da “*avestruz*”: A moléstia deve ser curada na causa, que a gera e não na sua manifestação!

Pois bem, esse que, a meu vêr, é o maior problema não só de S. Paulo, mas de toda a nacionalidade, não foi abordado demoradamente pelo Senador Ellis. E' verdade que êle, assoberbado com outros assuntos empolgantes como os do café, o da Docas de Santos e o da S. P. R., não teve tempo de cuidar profundamente dêsse. E' de se lamentar que não o tenha feito! Mas, a bancada paulista era numerosa! Mas nenhum membro dessa bancada o fez, pelo contrário, pois o imposto da renda foi inventado, no seu início, por um antigo deputado paulista, pouco inteligente mas muito enfatuado, quando Ministro da Fazenda, o qual forjou a arma, que foi martirizar a sua gente! Parece

que, êsse deputado sem visão e sem amor a S. Paulo, revelava muito apêgo às algemas e ao eito! Foi êle que inventou o maquinismo, que mais tarde foi o malsinado D. N. C.

Hoje, em 1948, êsse imposto de renda, produz à felizarda e eufórica União 2 bilhões de cruzeiros, arrecadados neste Estado. Se S. Paulo está em má situação financeira, deve unica e exclusivamente a essa sangria! Só de impostos federais, a União arrecadou em S. Paulo, em 1947, nada menos de 7 bilhões de cruzeiros nada dando em troca!

Uma das marcas mais acentuadas, caracterizadoras da Federação, estava e está no maior ou menor número de circunstâncias em que a União, única senhora da soberania, pode intervir nas partes federadas, que, na hipótese, são os Estados autônomos. Os centralizadores, e êsses que procuram tornar a Federação brasileira a mais unitária possível, com o máximo da diminuição das autonomias estaduais e com a maior sujeição possível dos Estados ao poder central, buscavam e buscam a intervenção da União, por qualquer motivo. Contra êsses, se insurgiam e se insurgem os descentralizadores, entre os quais estava o Senador Ellis, que se bateu com encarniçamento contra a intervenção federal no Estados do Rio de Janeiro, e do Amazonas postas em cena, nessa época, pelo então Presidente da República Nilo Peçanha e mais tarde, contra a intervenção em S. Paulo, a qual, em 1910, sendo Presidente da República o Marechal Hermes da Fonseca, queria levar a têrmo, por motivos políticos.

Na questão do Estado do Rio, o Senador Alfredo Ellis, que queria arranjar motivos, para atacar o então Presidente Nilo Peçanha, foi veementíssimo:

“E’ mais semelhante essa situação á nossa, pode-se fazer o confronto no momento actual. Tratando-se do art. 6.º da Constituição, não devem votar *silenciosamente* os meus antigos chefes, o nobre e honrado Senador pelo Rio Grande do Sul, o Sr. Pinheiro Machado e o Sr. General Glycerio.

Nesta tribuna, sou apenas interprete fiel e vivo do passado político de ambos êsses chefes.

Não tenho mais amor, mais carinho e mais respeito por êsse artigo da Constituição que SS. EEx,

Se substituissimos o nome do Estado do Rio pelo do Rio Grande do Sul, não sei si o illustre General, que não poupou seu sangue, nem suas comodidades, e nem o seu esforço para defender a Republica, nas cochilhas do Rio Grande, não empunharia, novamente, as armas para dar combate neste recinto, contra qualquer intervenção no seu querido Estado.

E' preciso não esquecer que, dos Presidentes da República, só Prudente de Moraes, compulsando a Constituição do Rio Grande do Sul, foi o unico que julgou conveniente e necessario a regulamentação do art. 6.º, justamente para modificar a Constituição daquelle Estado, no sentido de pol-a de accôrdo com os dispositivos claros e expressos da Constituição Federal de 24 de Fevereiro.

O Sr. Presidente — Peço permissão para lembrar ao honrado Senador que a hora da Sessão está finda.

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, reitero o meu pedido. V. Ex. vê que as bancadas estão vazias e o Senado sente-se fatigado. Na posição em que estou, não posso recuar deante do meu sacrificio, mas muito maior é o dos meus illustres collegas que me fazem a gentileza de ouvir.

Peço, portanto, a V. Ex. que, levantada a Sessão me conserve a palavra para a de amanhã. E' tão justo o pedido que, parece-me deve ser deferido pela Mesa, em attenção aos illustres Senadores presentes. Quanto a mim, não peço favores.

O Sr. Pedro Borges (pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a V. Ex. consulte o Senado, se concede prorrogação de hora até que o nobre Senador conclua o seu discurso.

Consultada a Casa, é concedida prorrogação por duas horas.

O Sr. Alfredo Ellis (continuando) — Sr. Presidente, submetto-me ao arrocho.

Creio mesmo que é a primeira vez que o Senado, sempre tão gentil, nega um pedido tão justo como o que acabei de fazer.

Disse, Sr. Presidente, que não só o Senado, como o paiz inteiro esperam a palavra do nobre Senador pelo Rio Grande do Sul e a palavra não menos autorizada do velho chefe republicano, que tantas responsabilidades tem, não só na organização, como na defesa do regimen que adoptamos.

O Sr. A. Azeredo — O voto exprime o pensamento de SS. EEx.

O Sr. Alfredo Ellis — Tais são, Sr. Presidente, as responsabilidades de SS. EEx., bem como as do nobre Presidente do Senado, o velho patriarcha da República que o voto, simplesmente não basta para satisfazer a justa anciedade das nossas hostes republicanas, que ouviram sempre os ensinamentos e as affirmações de SS. EEx., isto é, "QUE O ART. 6.º DA CONSTITUIÇÃO DEVIA SER INVIOLAVEL, INTANGIVEL, PORQUE NAQUELLES 4 PARAGRAPHOS ESTAVA GARANTIDA AUTONOMIA DOS ESTADOS E, PORTANTO, A FORMA REPUBLICANA FEDERATIVA E O NÓ QUE PRENDE OS 20 ESTADOS Á UNIÃO.

O Sr. A. Azeredo — E continuam a estar.

O Sr. Alfredo Ellis — O respeito sagrado que o Congresso tem sempre mantido, evitando a regulamentação do art. 6.º provem justamente,

Sr. Presidente, do receio de ser ferido esse principio que é o principio vital, porque só a doutrina consagrada no art. 6.º garante a estabilidade da União e dos 20 Estados em torno della.

Pode alguém prever, Sr. Presidente, as consequências dêsse acto que se pretende conceder ao Executivo? Para mim, representa um attentado. Pode alguém prever quais os resultados funestos do attentado que se vai praticar?

Todos nós sabemos que na ordem physica, como na ordem moral e na ordem política, nada se perde; que todos os movimentos são productivos todos os actos, todas as ideas se propagam, ora para o bem, ora para o mal e atraz muitas vezes da evolução social, assim como o choque produzido por um seixo, lançado á superficie de um lago se estende e se alarga, se faz sentir até as mais remotas plagas.

E' certo que, só admittimos a intervenção para impor aos Estados federados o cumprimento das obrigações e deveres consignados na nossa Magna Carta.

Fora dos casos, estatuidos nos 4 paragraphos do art. 6.º, não admittimos e nem podemos admittir que se conceda á União a faculdade de intervir nos Estados.

Nem nós — Poder Legislativo — o podemos fazer, salvo se tivessemos poderes especiais para alterar e reformar a Constituição. Desejaria ter a visão prophetica para penetrar o alcance dessa perigosa e funesta medida que hoje se vem, ás pressas, reclamar do poder legislativo da Republica. Não fosse, Sr. Presidente, o pavor que tenho dos abusos, da porta aberta á prepotencia, ao capricho, aos interesses políticos dos futuros presidentes da República...

O Sr. A. Azeredo — Ao Congresso, ás deliberações do Congresso.

O Sr. Alfredo Ellis — ... não estaria nesta tribuna, cansando a attenção dos meus honrados collegas.

Sr. Presidente, para melhor orientação e clareza, antes de entrar positivamente na parte constitucional e juridica da questão, devo fazer um retrospecto de ordem política. Para mim o actual Presidente da Republica, é um negregado responsavel por essa situação.

O Sr. Oliveira Figueiredo — Nessa parte V. Ex. não tem razão.

O Sr. Alfredo Ellis — Já declarei que não conheço o Sr. Backer, nunca me immiscui na política do Rio de Janeiro. Presto meu depoimento neste plenario, trazendo não a minha, mas a palavra do proprio Sr. Presidente da República, desde que o honrado Senador pelo Rio de Janeiro declara que eu não tenho razão.

Nunca tive relação de ordem alguma com o Sr. Backer, portanto eu sou insuspeito, um imparcial, a questão para mim é da intervenção do Governo Federal, rasgando e violando a autonomia dos Estados. Pouco

importa que esteja em causa a do Estado do Rio de Janeiro. Podia ser a do Espirito Santo, a do Rio Grande do Sul ou a do meu proprio Estado. Não obedeço a sentimento algum de ordem pessoal que possa inquinar de suspeição a minha palavra e os meus conceitos.

Sobre a politica do Estado do Rio, quanto sei, devo EXCLUSIVAMENTE ás confidencias e narrações feitas pelo Sr. Presidente da República ao obscuro Senador.

Sr. A. Azeredo — Confidencias e conversas não servem de argumento.

O Sr. Alfredo Ellis — Creio que não infrinjo absolutamente regra alguma ou preceito de discrição ou de cavalheirismos, repetindo o que S. Ex. por várias vezes, sem pedir reserva, me communicou, quando presidia o Senado. E, se o faço é porque essas confidencias foram feitas tambem a outros.

O Sr. A. Azeredo — Então, não eram mais confidencias.

O Sr. Alfredo Ellis — Não tenho razão alguma para suppor mereço de S. Ex. confidencias mais intimas do que outros Senadores, com os quaes até S. Ex. estava mais interessadamente ligado do que commigo.

O aparte do nobre Senador por Matto Grosso me faz crer que, si o Presidente da República, naquella quadra Presidente do Senado, distribuia suas confidencias politicas a todo o mundo, o fazia por jactancia e por leviandade.

Assim, á falta de compostura e até de hygiene, para tão elevados cargos ha a accrescentar a de criterio e de discrição, porque os factos que vou narrar são conhecidos de todos ou de quasi todos os senhores Senadores.

Na exposição sobre a politica do Estado do Rio de Janeiro, disse-me o Sr. Nilo, "que havia collocado o Sr. Alfredo Backer na Presidencia, porque era homem de sua inteira confiança.

Indagando eu, então, quem era esse senhor, porque na politica esse nome nunca havia surgido com brilho e evidencia tal que levasse o eleito do Estado do Rio a collocar-o na Presidencia do Estado, o Sr. Dr. Nilo Peçanha declarou-me que, além de ser um homem de sua maxima confiança, havia sido seu Ministro e que, se o havia collocado na presidencia do Estado do Rio, era justamente por aquelle facto

Tratando-se da autonomia do Estado, era de se esperar que, neste recinto, se fizessem ouvir os entusiasticos e vibrantes protestos dos velhos chefes em seu favor.

A bandeira que defendo, devia ser levantada por mãos mais robustas, mais habéis e mais vigorosas que as minhas.

O Sr. Hercilio Luz — Mas V. Ex. está discutindo com muito brilho, tocando todos os pontos e encarando todas as faces da questão.

O Sr. Alfredo Ellis — Não tenho illusões. O projecto será votado por grande maioria. Discursos não modificam votos, que já estão contados. Vai ser sacrificado o principio federativo, pelos representantes que deveriam ser MAIS INTERESSADOS em defendel-o. Sinto verdadeiro desanimo! Certamente não terei vida longa bastante para ver realzado o sonho de minha mocidade.

O Sr. Oliveira Figueiredo — Não seja pessimista.

O Sr. Alfredo Ellis — Apoz 20 annos de luctas politicas é realmente desolador o facto de não se ter ainda consolidado o regimen republicano federativo.

Não sou pessimista, mas abate meu espirito a ideia da instabilidade que envolve a nossa evolução. Um simples capricho do Chefe da Nação, arranca dos seus representantes o voto favoravel a uma interpretação fatal e perigosa para as nossas instituições.

O Sr. Oliveira Figueiredo — Mas, um combatente não deve ser pessimista para ser victorioso.

O Sr. Alfredo Ellis — Não confunda V. Ex. pessimismo com desalento.

Attribuo este sentimento á deserção dos antigos chefes, em uma hora que reputo solemne para a manutenção do edificio levantado á custa de tantos sacrificios. E' sincero o terror que manifesto diante do attentado monstruoso que vai ser praticado contra a autonomia dos Estados e para satisfazer a vaidade e o capricho pueril do Sr. Presidente da República.

Esse golpe funesto, ferindo, destruindo o que os Estados da Federação tem de mais melindroso, pode desagregar a nossa Patria.....

O Sr. Feliciano Penna — O que é de lastimar é que V. Ex. não seja, nessa campanha, acolytado aqui pelo illustre Senador, o Sr. Campos Salles, que, por motivo de molestia não tem naturalmente, podido vir defender o coração da República, (1).

O Sr. Alfredo Ellis — Defendo os principios republicanos. ESTOU COM ELLES E MORREREI POR ELLES si não estou com os chefes — o que muito me penaliza — estou com a minha consciencia. Isso me basta e me consola.

(1) O Senador Feliciano Penna aludia ao discurso de Campos Salles, pronunciado em 1895, em que o propagandista campineiro se mostrou contra as intervenções da União nos Estados, dizendo que o artigo 6.º da Constituição era o coração da República.

O Sr. Feliciano Penna — V. Ex. sabe que a S. Ex. tem muitos compromissos neste terreno e não podia deixar de vir dar-lhe mão forte nesta luta e nesta ocasião.

O Sr. Alfredo Ellis — Lá diz o dictado: “SABE UM DE SI E DEUS DE TODOS”.

Enfrentei a questão não sendo juriconsulto, justamente por isso. Com menor auctoridade e muito menos competencia, teria de bom grado me conservado silencioso na liça. Mas, ante o abandono dos velhos chefes, eu não podia me conservar calado, tratando-se, como se trata, de principios fundamentais do regimen republicano federativo e das velhas tradições do antigo Partido Republicano de S. Paulo. Acho que os illustres chefes deviam vir á tribuna para dizer ao país e principalmente, ao povo paulista, porque motivo modificaram suas opiniões.

Homens de grande responsabilidade, directores de Partido, evangelistas da idea victoriosa em 15 de Novembro de 1889, não podem alijar doutrinas, principios e tradições, em dado momento, como bagagem incommoda e inutil, sem vir dar os fundamentos, as razões e os motivos que justificam o silencio, o cruzar dos braços e até o seu concurso na luta travada com o fim de aniquilar essas mesmas doutrinas, esses mesmos principios e finalmente essas sagradas e patrioticas tradições.

Os “carpet baggers”, chefes da politica utilitaria, mesquinha e ras-teira, podem fazel-o. S.S. EEx. NÃO E NÃO”. (2)

Viu-se, como o Senador Alfredo Ellis foi contrário à intervenção no Estado do Rio, mas foi no caso de S. Paulo que êle mais decisiva e violentamente se manifestou!

Era básico para o Marechal Hermes da Fonseca, o então Presidente da República, em 1910, modificar a situação estadual de S. Paulo, em favor de seus correligionários dêsse Estado, a frente dos quais estavam o sr. Rodolpho Miranda e Pedro de Toledo.

Assim, para conseguir êsse objetivo, a intervenção federal em S. Paulo, esteve a pique de ser decretada.

Ante essa emergência, o Senador Alfredo Ellis, como uma furiosa borrasca, advertiu os poderes federais, com voz de trovão:

“S. PAULO E OS PAULISTAS LUTARÃO CONTRA AS INTERVENÇÕES FEDERAES APPELLANDO PARA AS ARMAS, LUCTARÃO Á BALLA E QUANDO ESTAS SE TIVEREM EX-GOTTADO, LUCTARÃO Á FACA E A CHUÇO”.

2) O Senador Ellis indiretamente pedia explicações ao campeão da descentralização que era Campos Salles.

Essa tirada, que evidenciava um forte sabor quixotesco, teve, entretanto, o condão de jogar agua fria na fervura dos entusiasmos dos intervencionistas! Os da União, ante essa disposição, recuaram no seu propósito e deram marcha atrás na famosa Brigada estratégica, comandada pelo General Menna Barreto, a qual já estava pronta para seguir e entrar em ação.

O Senador Ellis era absolutamente contra as intervenções do Poder Central nos Estados e considerava Judas os políticos estaduais, que, por interesses subalternos, as promoviam. Em S. Paulo, qualquer que seja a hipótese, qualquer intervenção estranha era e é absurda. Continuamos no propósito de repelir à faca, na falta absoluta de arma mais eficiente, qualquer intervenção exótica. Demos provas disso em 32 e repetiremos a jornada tantas vezes quantas se fizerem precisas. Os ensinamentos do Senador Ellis não foram semeados em terreno esteril! Já fizemos uma sangueira e podemos fazer outras! Que tomem cuidado conosco os centrais!

Em matéria de intervenção eu só compreendo a intervenção de S. Paulo na União.

Assim pensam os bons paulistas!

O P. R. P. era assim! "

E' verdade que, vencidos em 30, fomos obrigados a suportar o regime interventorial que a Ditadura nos impunha pela força incoercível das armas. Mas, contra isso o nosso protesto foi lavado à sangue em 32!

CAPÍTULO XII

O LIBERAL DEMOCRATA

A tolerância e a cordura são as armas dos inteligentes, e o Senador Alfredo Ellis foi o homem mais tolerante que conheci! Nunca o vi desrespeitar ou desacatar a opinião alheia, ainda que dela divergisse, quase sempre. Para êle, todos tinham o direito de pensar como entendessem. Respeitava o que os outros pensassem, para que êle também tivesse o direito de ser respeitado. Dir-se-ia até que êle tinha uma religião pela tolerância e pela liberdade, em relação ao próximo. Muitas vezes o vi, palestrando até com “chauffeurs” dos “taxis”, que o conduziam.

Só uma coisa êle exigia: que essa opinião alheia fosse sincera. Igual espírito liberal êle tinha para com a religião. Embora êle não tivesse nenhuma, tolerava todas, nunca tendo revelado especial predileção por nenhuma. Para êle, tôdas eram boas, desde que sinceras!

Quando morreu, pediu-me, ainda em agonia, que não deixasse entrar padre de qualquer religião ou ministro algum, para o assistir nos últimos momentos. Parece que êle temia que sua esposa, muito católica, fosse levada pelo seu crédo, a chamar algum desses religiosos sacerdotes. O pedido dele foi integralmente satisfeito. Sem embargo disso, o Senador tinha muitos amigos, ministros da religião romana, tais como D. Pedro Eggerath, o Padre Castro e muitos outros. Embora enterrado no cemitério protestante e encomendado por ministro protestante, fôra rezada uma missa de sétimo dia em Igreja católica, pelo saudoso abade beneditino, D. Miguel Kruze, que fôra seu amigo.

Eis o liberal, mesmo depois de morto!

Êle sempre se limitara a não fazer aos outros o que não queria que fizessem a êle! Assim, morreu! Grandemente liberal, o Senador era talvez excessivamente democrata!

Tendo a formação da sua psicologia sido feita nos Estados Unidos, onde êle passou vários anos da sua adolescência, em contato com a atmosfera criada pelo idealismo utópico de Lincoln, etc., o Senador Ellis sempre se mostrou de mentalidade despida de qualquer preconceito aristocrático. Por certo, êle tinha brações de armas, tinha genealogia e tinha antepassados, que êle conhecia e dos que mais haviam sobresaído! Êle havia pertencido sempre a uma velha aristocracia rural! A sua família e a de sua esposa eram esgalhadas de antigos e ramalhudos troncos paulistânicos, com raízes centenárias no povoamento martinafon-

sino da capitania. Seus antepassados paternos, figuraram em tôdas as páginas da história da Inglaterra, combatendo em varias batalhas e participando de muitas glórias, conhecidas, desde as cruzadas.

O Senador, porém, democrata em excesso, não se orgulhava disso tudo, para êle, méras curiosidades!

Êle dizia sempre que, preferia ser um antepassado, do que ter antepassados. E ele é, de fato, um grande antepassado! Antepassados todos devemos ter, forçosamente; uns foram mais evidentes, outros sobressairam menos; não os escolhemos, não fomos consultados, com o fito de os eleger para as nossas genealogias, assim, não existe mérito, para nós, em os possuir, pois não dependeu das nossas vontades. Por que pois se vangloriar deles?

Devemos nos ufanar, apenas, dos nossos próprios atos e jamais daquilo, para o que não concorremos!

Eis o precioso ensinamento daquele, que tendo provindo de uma ribombante aristocracia, revestida de tantos méritos, foi um grande e enraizado democrata, que abandonara tôda a sua genealogia opulenta, a própria classe em que nascera, para construir novos pedestais e novos motivos de envaidecimento!

Êsses, ao menos, seriam só seus!

Devido à sua formação, o Senador Ellis era profundamente liberal, como vimos, respeitando tôdas as opiniões alheias, as tendências, os princípios, as idéias, etc. do seu próximo, por mais estranhos, contrários aos que dele fossem. Respeitava não só a existência de tudo isso, como permitia a expansão e as manifestações de tôda e qualquer mentalidade, por mais oposta e antagonica que pudesse ser à sua. Essa tolerância, êsse liberalismo, essa cordura, etc., êle as manifestava, não só no que dizia respeito à religião, mas também em política, em ciências, etc.

Em família, o velho Senador, nas palestras íntimas, discutia muito comigo, não só a política interna do Brasil, mas a política internacional e a história dos povos, respeitando sempre as minhas conclusões, mesmo que fossem contrárias às suas; muitas vezes, eu divergia profundamente das idéias do Senador e dessas divergências nascia a discussão acalorada, por vezes, a marcar campos perfeitamente nítidos. Assim, o velho propagandista, tendo formado seu intellecto no Estado de Pennsylvania, durante o período da Guerra de Secessão norte americana, tinha a sua mentalidade orientada no sentido favoravel aos "yankees", isto é, os Estados nortista da União norte americana, e a Lincoln com o seu romântico e piegas idealismo utópico,

no qual a liberdade humana, estendida a tôdas as raças e a todos os credos, etc. estaria entronizada num altar intocavel.

O meu pensamento era e é diametralmente oposto!

Tinha e tenho grande veneração e acentuadas preferências pelos confederados sulistas, que, defendendo uma liberdade, a qual Lincoln queria matar, erigiram um princípio liberal e muito respeitavel de viver politicamente separados dessa União, que queria os escravisar.

Não posso ouvir a “*Dixie*”, que era a música dos confederados, sem sentir profunda emoção. Ela recorda-me o heroísmo dos “*farmers*” da Georgia, ou das Carolinas, a lutar pela sua liberdade!

Aprendi com meu egrégio pai, a respeitar tôdas as tendências, tôdas as opiniões e tôdas as vontades alheias! Assim, procuro fazer! Se os confederados não mais queriam viver politicamente unidos, aos que queriam lhes impor um “*modus vivendi*”, onde estavam a tolerância e o liberalismo de Lincoln, que obrigara aos Estados, materialmente prejudicados com a libertação não indenizada do negro, a viver jungidos à União norte-americana, usando para isso da violência das armas? Quer me parecer que Lincoln, êsse demiurgo do liberalismo utópico, se esqueceu da tolerância e do respeito às vontades alheias.

O Senador Ellis, surpreendido com êsse raciocínio, que não havia acudido a êle, habituado a considerar intocavel a causa “*yankee*” e a ter o velho Abe, no altar da sua inconcussa adoração, não tinha resposta preparada e apenas retrucava balbuciantemente:

— “Mas levantar a bandeira da separação é impatriótico”.

— “Depende apenas do ponto de vista; pois uma união política é sempre um contrato bilateral, consultante das vontades e das conveniências das partes contratantes. Uma vez que, essas partes não têm vontade de continuar, como União política, porque esta não mais lhes é conveniente aos seus interesses, não mais deve subsistir o país. Violentar essas vontades, violar essas conveniências, para impor um patriotismo, o mesmo que êle e seus sequazes sentiam ou sentem, não é agir com liberalismo, nem respeitar a liberdade ou a vontade alheias. Quer me parecer que isso é um verdadeiro estupro moral, baseado na violência e na coacção”.

Tambem era motivo de divergência entre nós, a exagerada admiração exercida por Ruy Barbosa, no espírito do Senador Ellis.

Eu confesso, nunca tive grande tendência pelo parlamentar baiano.

Tenho a impressão que Ruy Barbosa, não obstante o seu apregoado gênio, a sua cultura himalaica, a sua afamada super-normalidade, etc., não compreendeu com exatidão a Federação brasileira, como a fizeram os constituintes de 1891, (Ruy Barbosa, "*Obras completas*"). Foi feita uma Federação, mas para isso, seria preciso ter o que federar. Para ter o que federar, seria preciso que, as partes a se ligarem por uma federação, fossem soberanas. Por isso é que, no Manifesto de 70, se encontra :

"O regimen da Federação, baseado na INDEPENDÊNCIA RECÍPROCA DAS PROVÍNCIAS, elevando-as á cathegoria de Estados proprios, unicamente ligados pelo vinculo da nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e de defesa exterior..."

(Tácito de Almeida, "*O movimento de 1887*").

Ruy Barbosa, com tôda a bagagem da sua cultura, com tôda a sua acuidade mental, não parece ter alcançado o problema da concepção mais elástica da nossa Federação. Por isso, êle sempre foi revisionista, no sentido de fazer ainda mais apertados os laços da nossa ligação inter-estadual, com um Centro forte em demasia. A esse proposito ver J. Maria Belo, "*Hist. da Rep.*, pág. 110. Contrariando as diretrizes interpretativas de Ruy Barbosa, à respeito do que devia ser o nosso regime federativo, o pernambucano Saldanha Marinho e depois dele, Campos Salles, dão tanta elasticidade à Federação que a transformam numa verdadeira Confederação, com enfraquecimento do Centro. Por isso é que o Governo Provisório, no qual era Campos Salles o Ministro da Justiça, baixou o decreto n.º 1, da República, em cujo artigo 1.º se vê :

"Cada um dêesses Estados, no exercício de sua legítima SOBERANIA decretará, oportunamente, a sua Constituição definitiva..."

Assinado por Deodoro e por todos os Ministros, inclusive Ruy Barbosa, que não devia ignorar o sentido da palavra "soberania". (Tácito de Almeida, loc. cit., 48).

E' por isso que, o decreto estadual n.º 1, de 15 de Novembro de 1889, do Governo Provisório de S. Paulo, diz :

"O Estado de S. Paulo, ADHERE à Republica federativa brasileira".

Na Assembléia Constituinte, estranhamente, Ruy Barbosa não contrariou muito essas tendências, mas então surgiu uma corrente a querer que o Brasil tivesse uma Federação muito mais elástica e descentralizada. Eram dessa corrente os castilhistas gauchos, com Pinheiro Machado entre êles, bem como o pernambuco João Barbalho e os positivistas de Miguel de Lemos, os quais diziam (1):

“Nós, os positivistas, não temos o menor preconceito de integridade politica. Sabemos que é fatal a decomposição das grandes ditaduras modernas, em pequenas repúblicas verdadeiramente livres; e temos certeza que esta fragmentação se há de operar, tanto mais rapidamente, quanto mais depressa subir o nível moral, mental e prático dos povos occidentais. Mas, assim como entendemos que no presente a federação politica das repúblicas brasileiras, sinceramente respeitada a autonomia destas, é o regime que mais se coaduna com os interesses da Humanidade e do povo luso-americano, assim também pensamos que a Constituição do império, como a planejou José Bonifácio, correspondeu suficientemente ás exigências supremas da nossa espécie naquela época”.

(João Camillo de Oliveira Torres, “O Positivismo no Brasil”, 321).

Êsses positivistas nunca se referem à “*Pátria brasileira*”, mas sim às “*Pátrias brasileiras*”, no plural. (Teixeira Mendes, “Biografia de Benjamim Constant”).

Seria uma verdadeira Confederação, ou uma super-Federação, tal como a sonhava Campos Salles. Apesar disso, Ruy Barbosa ainda queria que a Constituição brasileira fosse revista para a tornar ainda mais unitária. (“Obras Completas”, Ruy Barbosa). Isso não prova grande acuidade mental!

Assim, dizendo-se apóstolo da Federação, êle, na Constituinte, nos impôs uma Federação manca e vesga que êle não soube copiar dos Estados Unidos, com um Centro hipertrofiado.

(1) Por isso é que se faz estranhavel, tendo o Senador Ellis, no discurso acima, aludido que fosse justamente o intemerato castilhista Pinheiro Machado, a chefiar o movimento de intervenção no Estado do Rio!

A política fazia Pinheiro Machado esquecer a doutrina!

Os atuais deputados paulistas foram o mesmo!

por política, renegam a sagrada causa de 32!

E' doloroso!

Temos uma Federação apenas "*in nomine*", pois, de fato, um regime unitário nos corroi. Eis, por exemplo, o que ocorre à respeito da divisão de rendas, em que a União hematófaga prejudica enormemente e visceralmente os Estados, neles arrecando somas fabulosas, nada dando em troca, ao muito que tira, para perdulariamente esbanjar alhures, em emprêsas reconhecidamente ante-econômicas e faltas de raciocínio, de técnica e de inteligência.

Ruy Barbosa, em vêz de reconhecer o seu êrro, levantou a bandeira revisionista, para, insistindo no êrro, pregar maior centralização. Pelo menos, é o que se vê hoje, dos escritos de seu genro o sr. Baptista Pereira, (2).

E' que, "pimenta nos olhos alheios não arde"!

(2) Ruy Barbosa era tão convicto no seu "revisionismo", que nêsse ponto doutrinário, não transigia de forma alguma.

Parece que êle, tendo declarado guerra de morte ao artigo 6.º não podia conceber a autonomia dos Estados como era ela. Ruy objetivava reduzi-la. As suas vistas se encarniçavam mais particularmente, contra o Rio Grande do Sul.

Conta-nos o jornalista João Lima, que o gaúcho Pinheiro Machado chegou, por intermédio do Senador Herculio Luz, a oferecer a Ruy Barbosa o apoio do Rio Grande do Sul, para a candidatura do vaidoso baiano à presidência da República, com a única condição de ser respeitada a situação autonômica desse grande Estado do extremo sulino do paiz, na Federação. Ruy, para manter a sua doutrina revisionista, teria recusado.

Tal doutrina não coincidia de modo algum com os interesses de S. Paulo.

Assim, Ruy Barbosa foi o grande êrro político e doutrinário do Senador Ellis!

CAPÍTULO XIII

CAMPANHA CONTRA A DOCAS DE SANTOS

(PRIMEIRA FASE)

O porto de Santos, boca de saída e respiradouro do hinterland paulista, até o fim da segunda metade do século XIX, era infame. Embarcadouro improvisado, no fim da linha férrea S. P. R., os navios vinham buscar as suas cargas, em uma ponte precaríssima e obsoleta, que emperrava o intercambio de todo o hinterland paulista. Só o café, mercadoria de alto valor, em relação ao seu mínimo pêso e ao seu pequeno volume, resistia à sufocação do comércio e da produção paulista, por êsse porto infame, situado na foz de um rio, a qual não era desobstruída por um serviço contínuo de dragagem.

S. Paulo vinha sendo condicionado à fatal autarquia!

Já a Holanda, no século XVII, perdera a hegemonia naval do mundo por um motivo similar, isto é, pela falta de possibilidades de dragagem de seus portos do Zuydersee.

S. Paulo iria pelo mesmo caminho! A União, que sempre fôra madrasta para com S. Paulo, só cuidava, a custa dos mais pesados sacrifícios financeiros, em construir, aparelhar, beneficiar e equipar luxuosamente os portos alhures no Brasil, que nada movimentam até hoje, não justificando as pouco atiladas e esperançosas previsões feitas, a respeito deles, a 50 anos atrás! Já seria tempo, dêsses portos produzirem alguma coisa e dos seus respectivos hinterlands se desenvolverem de alguma maneira! Mas a União não se emenda! Persiste no êrro!

Eis o pouco inteligente plano Salte! Eis a fatal e predestinadamente ruínosa eletrificação de Paulo Afonso, onde não há consumo para a energia produzida! Tudo à custa de nossa lavoura! A União deixa o produtivo cafezal, abandonado, para cuidar do pasto ressequido e esteril e da sala de visitas, que nada rendem, dando um salto no escuro!

Foi prevendo o enorme futuro econômico de S. Paulo que o engenheiro Francisco Ribeiro, morador de Santos, concebeu a monumental idéia de fazer o porto de Santos. Êle havia tido a visão de como seria maravilhoso, como golpe financeiro, a cons-

trução de um porto moderno, nesse ponto predestinado a ser um portal magnífico de uma formidável usina de trabalho (1).

A lei básica que autorizava o Governo a contratar a construção dos portos nos diferentes pontos do litoral brasileiro, foi a Lei n.º 1746, de 13 de Outubro de 1869, que impunha à qualquer porto brasileiro, a fazer uma revisão tarifária, de 5 em 5 anos, baixando as suas taxas, tôdas as vezes que os lucros líquidos excedessem a 12% do capital da empresa, que fosse reconhecida pelo Governo da União.

Com assento nessa lei básica, geral para todos os portos do Brasil, foi concedida à Companhia Docas de Santos, pelo Decreto 9979, de 12 de Julho de 1888, a concessão para a feitura do porto de Santos.

Ao iniciar a sua luta contra a Companhia Docas de Santos, o Senador Alfredo Ellis dizia :

“ Sr. Presidente, antes de entrar nesta campanha medonha e feroz, examinei a minha armadura e si, por ventura houvesse nella uma falha, eu não teria coragem de enfrentar a poderosa empresa; si, para descer á essa profundidade, houvesse uma trinca no meu escaphandro, não teria coragem para dar combate ao pólvoro.

Não, Sr. Presidente. Quando Camões ao voltar da India, naufragou e perdeu tudo quanto possuía, salvou unicamente os Luziadas — o primeiro poema épico das linguas modernas e uma das maiores glorias da nossa literatura neolatina. Eu, Sr. Presidente, em iguaes circunstancias só salvaria, no mar tempestuoso da vida publica, a minha honra, porque essa não é minha só, pertence aos meus filhos e pertence á minha Patria.

Sr. Presidente, vejo-me assediado pelo silencio. O meu honrado contendor tem sobre mim uma grande vantagem.

O Sr. Victorino Monteiro — Bondades de V. Ex.

O Sr. Alfredo Ellis — O Senado é testemunha de que os seus discursos tem tido a mais larga publicidade, ao passo que as humildes palavras do obscuro Senador por S. Paulo ficam abafadas no seio deste recinto, porque o meu orçamento não comporta despesas extraordinarias com a Imprensa desta Capital.

Um órgão da manhã teve a gentileza, a magnanimidade, ao ver esse abandono, de collocar-se expontaneamente ao meu lado. Agradeço os serviços que presta assim, não ao humilde orador, mas á causa que elle defende.

Sr. Presidente, posso ser assediado pelo silencio; os processos são os mesmos da antiga Inquisição, empregados para suffocar os gemidos das victimas e os gritos dos opprimidos. Nos Annaes, porem, a minha voz ha

de ecoar e através dessa noite caliginosa ha de brilhar a luz de uma consciencia que não se abate, de uma consciencia que não se apavora”.

O Senador Alfredo Ellis, não alimentava má vontade qualquer contra a Companhia Docas de Santos ou contra os homens que a constituíam. Pelo contrário! Ele reconhecedo o imenso melhoramento prestado à S. Paulo por essa utilíssima empresa, só visava o barateamento do serviço ligado à economia de sua terra que, com isso ficava na possibilidade de poder exportar qualquer outro gênero que não fosse o café. Assim, dizia elle:

“Sr. Presidente, não desejo que paire por um momento, no espirito do Senado, a suspeita de haver má vontade da parte da representação paulista para com a Empresa Docas de Santos. Absolutamente não.

A representação de S. Paulo reconhece os serviços da empresa, reconhece a magnitude dos trabalhos alli feitos e o valor dos mesmos, trazendo a facilidade de carga e descarga daquelle porto e transformando-o no primeiro da América do Sul. Além disso, Sr. Presidente, a Empresa Docas de Santos é uma empresa nacional e, por certo, que não entra absolutamente no nosso espirito a velleidade, direi mais, a crueldade de guerrear uma empresa nacional, que tenha tantos serviços prestados ao Estado de S. Paulo.

Não, Sr. Presidente, mas o facto de ser uma empresa nacional não a autoriza a explorar o povo, conforme succede com a Companhia Docas de Santos que o está explorando.

Pelo facto de ser empresa nacional, não deve estar fora da lei, nem isenta do cumprimento dos contractos, pelo contrario, devia ser o modelo por onde se guiassem as empresas estrangeiras aqui localizadas, o modelo de respeito á lei, de respeito aos contractos, evitando as iniquidades que commette

O que eu desejo salientar é que de nossa parte não ha má vontade contra a empresa,

A minha posição nesta tribuna, é determinada exclusivamente pelo interesse publico e, no dia em que a Empresa Docas de Santos resolver submeter-se á lei e ao cumprimento dos contractos, terá em mim um defensor.

Disse eu, ha annos desta tribuna que julgava que a missão do Senado e da Câmara era a de representar as dores, os sofrimentos e as amarguras do povo. Devíamos enxugar as lagrimas do povo e devíamos tambem ser os grandes reflectores de suas alegrias — devíamos enxugar umas e bater palmas ás outras, concorrendo para a prosperidade do paiz.

Tratando-se, porem de um caso como este, que affecta, directa e posi-

tivamente os interesses publicos, não pode o Senado deixar de se pronunciar com alguma aspereza e com alguma acrimonia, porque acredito que, esta linguagem aspera terá mais realce e elevará no conceito publico a própria corporação a que tanto me desvanço de pertencer.

Não sei como se poderá curar feridas ou chagas, sem desnudal-as e é justamente com o desejo de saneal-as, que me acho nesta tribuna e repito de novo o que hontem tive oportunidade de dizer ao Senado, que admiro, respeito e venero os advogados, no nobilissimo sacerdocio da sua profissão, respeito e admiro esses sacerdotes da Lei, transfigurando-os na minha imaginação, por assim dizer em semi-deuses quando os vejo com a toga nivea da Lei, lançando atravez dos carcerees escuros o remedio da esperança aos opprimidos; respeito-os e venero-os, porque, ao mesmo tempo elles são uma garantia da justiça, do direito e da razão. Curvo-me respeitoso perante elles, assim como curvo-me respeitoso deante daquelles que sacrificam as proprias vidas em beneficio da humanidade

Mas, si é grande a minha admiração, o meu respeito e o tributo da minha gratidão por esses vultos eminentes da Patria, não é menor o meu desprezo e a minha tristeza, quando vejo que advogados ha que, mentindo á sua nobre profissão, transformam-se em guarda-costas, em rondantes de emprezas ricas, que illicita e illegalmente exploram contractos, ilaqueando a boa fé do publico; advogados que se transformam nessas moscas da Africa nessas tse-tse que tem por missão inocular no organismo humano o trypanosoma, protozoario que produz a molestia do somno, porque o povo adormentado, pode deixar-se sugar, consentindo que os vampiros se aproximem em silencio.

Detesto, Sr. Presidente, esses que se transformam em chloroformisadores para anestesiar o povo, pois que enquanto elle está anestesiado, os Gaffrés podem applicar as ventosas para fazer a transfusão de sangue e encher as suas burras, que já regorgitam de ouro.

Para os primeiros toda a minha admiração, toda a minha veneração e todo o meu respeito; para os outros: o melhor é o silencio, ou então collocal-os deante de um espelho que não mente, que é o espelho da propria consciencia". (Discursos Parlamentares, Alfredo Ellis; Annaes do Senado de 1906).

Como se vê, pois, o Senador Alfredo Ellis entrou nessa luta contra a Docas de Santos, não movido por interesses subalternos, mas levado unicamente pela causa publica. Não havia, da parte dele cabotinismo ou espirito demagógico, ou ainda, desejo de apparecer ou de fazer "farol", paradiando ante a multidão, ou posando para a posteridade. Nada disso! A sua linguagem calma, porem enérgica, mostrava claramente os objetivos da campa-

nha, ao mesmo tempo que, com o final de sua oração agressiva e ironicamente esmagava e punha fora de combate o primeiro advogado da Docas de Santos, o Sr. Ramiro Barcellos, que, tomando para si a carapuça do espelho, mirou nele a propria consciência e como um "galo corrido" do rinhadeiro parlamentar, "murchou a cabeleira" e nunca mais voltou ao Senado. A fragorosa derrota do Senador Ramiro Barcellos, não teve lugar, sem que o parlamentar paulista mostrasse que, sabendo vencer, também sabia ser cavalheiro e que se ressaltava pela sua agressividade, também se evidenciava pelo seu marcado espírito esportivo.

Esse duelo oratório, travado no velho palacio do Conde dos Arcos, no dia 22 de Agosto de 1906, atesta bem o que acima ficou dito :

"O Sr. Alfredo Ellis — Tive sempre o costume, quando medico clinico, no meu tempo da propaganda, de jamais entrar no casebre, por mais pobre que fosse, sem bater á porta e pedir licença. Entretanto, tive o desprazer de vêr o Senador pelo Rio Grande do Sul, de botas, esporas e rebenque em punho, entrar no meu Estado, para examinar, esmieuçar e criticar a nossa oranição fiscal, censurar as tarifas das nossas estradas de ferro e as porcentagens das casas commissarias, só com o fito e proposito de elevar e endeusar os serviços que a Empresa das Docas presta ao Estado.

Era preciso fazer um confronto, era preciso amesquinhar o Estado de S. Paulo, para fazer sobresahir a grande generosidade daquella empresa em ter preferido o porto de Santos para ahí fazer o cais. Grande generosidade!

Vamos descarnar, vamos synthetizar e collocar no foco toda essa questão de forma que o Senado e o Paiz possam comprehender o enorme, o enormissimo escandalo que se está praticando.

O Sr. Ramiro Barcellos — V. Ex. quando fizer a publicação do seu discurso, não se esqueça que a palavra escandalo foi empregada por V. Ex.

O Sr. Alfredo Ellis — Não costume recuar senão para frente.

O Sr. Ramiro Barcellos — E' apenas uma prevenção pois tenho que responder a V. Ex.

O Sr. Alfredo Ellis — Fui sempre da escola que não hesita em baixar a ponta da espada lusente do cavalheiro, se por ventura julga que feriu injustamente.

Nunca hesitei em baixar a ponta da espada e estender a dextra como balsamo de uma satisfação. Sou de uma escola que nunca julgou que um homem se avilta, si por ventura se curva diante de um collega ferido por actos ou palavras injustas.

Nunca tive intuito, Sr. Presidente, e esta afirmativa endosso com a minha palavra de honra de ferir ou melindrar um collega”. (“Discursos Parlamentares”, Alfredo Ellis: “Annaes do Senado” de 1906).

Ramiro Barcellos nunca mais appareceu no Senado, deixando no ar a sua promessa de responder. Estava por terra, o inimigo derrubado pelas armas do lutador paulista! O Senador Ellis, como um galo índio, triunfante no rinhadeiro, clamava vitoria e dizia com altaneria :

“Tanto isso é certo, que, forçado pela violencia com que S. Ex. discutia e debatia o assumpto, vi-me obrigado a abusar da tribuna, durante quatro dias, terminando por convidar S. Ex. a voltar de novo a ella, para responder aos argumentos que eu havia trazido á consideração do Senado. O Senado é testemunha de que S. Ex. tomou o compromisso de responder aos meus discursos, desde que fossem publicados. O Senado é tambem testemunha de que reptei S. Ex. a cumprir a sua palavra. Isso serve para demonstrar que, os argumentos de que eu havia lançado mão não tinham sido rebatidos e ainda menos pulverizados por S. Ex., continuando de pé e sem contestação”.

O Sr. Ramiro Barcellos, como galo corrido,, não mais respondera ao Senador paulista e abandonara o Senado, o rebolo onde se ferira a magnífica luta.

A Cia. Docas, porem, permanecia ainda viva!

A nova hidra iria apresentar outra cabeça, como iremos vêr!

A Companhia Docas, com a derrota de seu “body guard” iria arranjar outro. Esse foi o Senador maranhense Urbano dos Santos. Enquanto que, Ramiro Barcellos era o enfurecido e irritado gaúcho das planícies sulinas, topando os entreveros de uma forma arrebatada e irrefletida, portanto, dominavel com relativa facilidade, Urbano dos Santos era o tipo do parlamentar completamente diferente! Mais maleavel, mais dúctil, mais inteligente e mais habil que Ramiro Barcellos, Urbano dos Santos tambem era mais matreiro e mais político. Por isso tudo, a Docas estava melhor defendida e a campanha do Senador Alfredo Ellis seria mais árdua, se ela já não estivesse no fim.

Na sessão de 24 de Setembro de 1906, para mostrar a firmeza das intenções, com as quais ele entrou na campanha contra a Docas, dizia :

“Sr. Presidente, como eu disse aqui, desta tribuna, a Companhia Docas de Santos, dispondo como dispõe de milhares de contos, de dezenas

de milhares de contos de reis, com esse caudal de ouro, poderá, se quizer, comprar a imprensa; poderá se quizer accordar do fundo dos mares, as sereias encantadoras, que ensurdecem o Governo; poderá embotar o gládio da lei; poderá fazer pender a balança da justiça; poderá mesmo apagar a nitidez dos textos constitucionais; — uma cousa, porem, não poderá fazer, com a sua caudal, nem que a duplique, nem que a centuplique, formando um Amazonas de riquezas e pedrarias, — é silenciar esta tribuna”.

Em Outubro de 1906, o sr Candido Gaffrée, um dos directores da Companhia Docas de Santos, assinou uma peça injuriosa ao Senador paulista, em uma representação dirigida ao Ministro da Viação. Era o ponto nevrálgico do Senador Ellis, atingido pela Companhia Docas de Santos. Ante isso, êle clamava no Senado da República, movido por aquele pundonor cavalheiresco, que só abandonaria com a morte, 19 anos mais tarde:

“Si, por ventura, Sr. Presidente, diante de um ultraje desses, V. Ex. não ouvisse um protesto desta tribuna, eu pediria previamente que V. Ex. cumprisse o sagrado dever de bom christão, mandando retirar meu cadaver, porque só deixaria de protestar se deixasse de existir”.

Mas o Parlamentar piratiningano não era homem que se satisfizesse com um mero protesto tribunico! Êsse seria muito platónico! Êle foi muito além, na sessão de 8 de Outubro de 1906, e êle mesmo relatava ao Senado o que havia feito:

“Sr. Presidente, não só V. Ex., como todo o Senado devem lembrar-se de haver eu dito na sessão de sexta feira passada que absolutamente não me conformava com os insultos proferidos pelo Gerente da Empresa Docas de Santos, em documento enviado ao Sr. Ministro da Viação, para justificar-se das accusações que em minha argumentação desta tribuna, irroguei á mesma empresa. Disse, Sr. Presidente, ao terminar a minha oração, o seguinte:

“Não posso, Sr. Presidente, deixar a tribuna sem responsabilizar o signatário dessa exposição injuriosa.

Acredito que S. Ex. que é um homem de pundonor, acredito que S. Ex. mediu bem o alcance das phrases que empregou para insultar o Senador por S. Paulo, acredito que S. Ex. tem consciencia do acto que praticou e é por isso que, da tribuna do Senado peço que ou retire as expressões ou que assuma a responsabilidade da injuria que irrogou, responsabilidade que tornarei, como devo, effectiva.

Si eu não o fizer, Sr. Presidente, si eu não reclamar uma reparação, não serei digno desta cadeira, não serei digno de representar o Estado de S. Paulo e nem serei digno de representar a Republica.

Desejo que o sr. Candido Gaffrée se responsabilize pelas injurias que irrogou ao Senador por S. Paulo, que ora se dirige ao Senado.

S. Presidente, quando pela primeira vez levantei-me nesta tribuna para fallar ao Senado, declarei terminante e conscientemente que, quando eu tivesse que deixal-a por motivo de morte ou successão natural, esta cadeira que foi occupada por Prudente de Moraes e Manoel de Moraes Barros, ella havia de ficar impolluta e immaculada como estava quando a recebi.

Mantenho e mantereí sempre essa affirmativa.

Sr. Presidente, recordo-me de que, em uma de suas orações, o nobre Senador pela Bahia, cujo nome peço licença para declinar, o sr. Ruy Barboza, referiu um facto que se passou a bordo de um transporte de guerra inglez, no sul da Africa, perto da colonia do Cabo.

O transporte levava um regimento de infantaria. Prestes a sosso-brar, sem meio de salvação, o Coronel formou o regimento na tolda, com a bandeira á frente e com a musica tocando o hymno nacional. O regimento, em fila foi se submergindo, pouco a pouco, sem que nenhum dos soldados abandonasse as fileiras. S. Ex. ao referir esse facto, não se recordava do nome do transporte. Era o "Westmoreland" e o facto, profundamente veridico. Nem um só dos soldados se afastou das fileiras: armas ao hombro, olhos fitos na bandeira de sua Patria, foram ao fundo.

Sr. Presidente, com os olhos fitos nos interesses publicos, elevados e nobres, do Estado de S. Paulo, com os olhos nos destinos da Republica, declaro que irei tambem ao fundo, submergir-me-hei sem me afastar uma pollegada da linha de conducta que me tracei ao entrar neste recinto.

Eu havia pronunciado estas palavras, Sr. Presidente, com a consciencia e medindo bem o alcance da sua significação e venho hoje, dar conta ao Senado do que fiz para reivindicar os foros de dignidade de um Senador da Republica.

Certo, convencido de que a honra não é uma palavra vã e certo de que não poderia jamais entrar neste recinto com os olhos levantados, desde que sobre mim havia salpicado borrifos de lama de uma empreza que não se tem até hoje, submettido á lei, mandei as minhas testemunhas ao homem que me havia insultado.

Recorri a dous amigos, a dous deputados da bancada paulista — ao sr. Dr. Galeão Carvalho, leader da bancada e ao meu velho amigo e companheiro da Constituinte, Sr. Rodolpho Miranda, incumbindo-os de procurar o sr. Candido Gaffrée, autor da exposição malssinada e exigir desse senhor a retirada das expressões injuriosas ou indicar testemunhas para um desforço pelas armas.

As minhas instrucções foram simples. Não retiro uma virgula do que foi pronunciado desta tribuna e exijo que a questão seja resolvida não

por uma troca de balas, mas por um duello de morte, isto é, por um duello que durará enquanto um dos contendores não for grave ou mortalmente ferido.

Estas foram as instrucções que dei ás minhas testemunhas, as quais procuraram o sr. Candido Gaffrée que indicou o Dr. Jorge Street e o Dr. Osorio de Almeida, para com as mesmas se entenderem.

As testemunhas do Sr. Candido Gaffrée tiveram duas conferencias com as minhas e lavraram a seguinte acta, que vou lér ao Senado:

“ Acta da Reunião dos srs. Deputados João Galeão Carvalho e Rodolpho Miranda, como representantes do Senador Alfredo Ellis, e os srs. Gabriel Osorio de Almeida e Jorge Street, na qualidade de representantes do sr. Candido Gaffrée, realizada a 7 de Outubro de 1906, á rua Itambí, n.º 6, residencia do Sr. Rodolpho Miranda.

Tendo o sr. Senador Alfredo Ellis se considerado offendido pelo Sr. Candido Gaffrée que, em documento official, dirigido ao sr. Ministro da Industria e Viação, em resposta ás accusações feitas da tribuna do Senado, contra a Companhia Docas de Santos, usara de termos injuriosos, foram pelo mesmo Senador incumbidos os Deputados João Galeão Carvalho e Rodolpho de Miranda a procurar pessoalmente o Sr. Candido Gaffrée, exigindo do mesmo a retirada das ofensas contidas no documento referido, ou a reparação pelas armas.

Em desempenho dessa missão, os representantes do sr. Senador Alfredo Ellis, se dirigiram á residencia do sr. Candido Gaffrée, a quem deram conhecimento do movel que os levou á sua presença, respondendo o sr. Candido Gaffrée que enviaria dous dos seus amigos para resolverem por elle o incidente. A noite reunidos no local já indicado, os mencionados representantes do Senador Alfredo Ellis e os srs. Gabriel Osorio de Almeida e Jorge Street, representantes do sr. Candido Gaffrée, foram narrados por aquelles, os motivos que determinaram a conferencias, respondendo estes o seguinte:

O Sr. Candido Gaffrée deu a seus representantes plenos poderes e liberdade absoluta para resolverem a questão como melhor entendesse e julgam estes que o Sr. Candido Gaffrée longe de ter sido o offensor tinha pelo contrario sido offendido, repetidas vezes do alto da tribuna do Senado, pelo sr. Senador Alfredo Ellis, como consta de seus discursos publicados no Diario do Congresso, que as phrases usadas na Exposição feita ao sr. Ministro da Industria e Viação não

eram mais do que a legitima represalia que o sr. Candido Gaffrée entendeu de haver dar ás constantes e repetidas offensas articuladas pelo sr. Senador Alfredo Ellis contra sua pessoa na tribuna do Senado; e por conseguinte, entendiam os mesmos representantes que o sr. Candido Gaffrée absolutamente não cabia o dever de acceitar nenhuma das duas soluções pedidas pelo sr. Alfredo Ellis. Não chegando a accordo os representantes reunidos deram por finda a sua missão e lavraram a presente acta em duplicata que vai assinada pelos quatro representantes.

Rio de Janeiro, 7 de Outubro de 1906

João Galeão Carvalho
Rodolpho Miranda
G. Osorio de Almeida
Jorge Street”.

Sr. Presidente, depreheende-se dessa acta que o sr. Candido Gaffrée não aceitou o meio que eu havia offerecido a S. Ex. para reparar as offensas que a mim haviam sido dirigidas em documento publico, porque, diz elle que eu as havia irrogado daqui do Senado e que elle fizera como uma represalia.

Deixo á consciencia dos srs. Senadores a evasiva que o Sr. Candido Gaffrée empregou para evitar um desforço pelas armas.

Seria o caso de perguntar porque razão o sr. Candido Gaffrée quando se julgou insultado por mim, desta tribuna, não teve identico procedimento ao meu para com elle?

Por varias vezes tenho dito que não me escondo por traz das minhas imunidades parlamentares; a minha individualidade responde por todos actos ou palavras por mim pronunciadas desta tribuna. O sr. Candido Gaffrée, se se julgou insultado, devia mandar-me as suas testemunhas e o que eu posso asseverar a S. Ex. e ao Senado, é que, eu a ellas não daria a solução que S. Ex. deu ás minhas.

Resta-me a consciencia, Sr. Presidente, de não ter, por fraqueza, diminuido o prestigio desta cadeira.

Resta-me a consciencia tranquilla de haver feito o possivel para evitar que um respingo de lama cahisse sobre essa cadeira.

Posso, de face levantada, dizer ao meu Estado: “Sou digno do mandato que me conferistes e possa dizer ao Brasil inteiro, fallando perante o Senado, sou digno de representar a Republica”.

*

* *

O Parlamentar paulista desafiou o rio-grandense para um duelo de morte e o gaúcho murchou a cabeleira, cantou de galinha, como no rinhadeiro e fugiu!

Sobre o ato do Senador Alfredo Ellis, levando tão à sério o homem da Docas de Santos, é muito difícil a crítica. Sobre o conceito de honra, cada um pensa de sua maneira. A espessura e a sensibilidade da epiderme moral de cada um varia muito. Alguns a tem delicada e sensível, outros, porém a tem espessa como a de um rinoceronte. O conceito de honra ofendida, tem evoluído muito no tempo. Uns pensam no sentido de não se levar à sério as piores ofensas.

Seja como fôr, o Senador Alfredo Ellis arriscou a sua vida pelo povo paulista, pela lavoura de sua terra e pelo seu Partido.

Eis o que, a esse respeito disse o Parlamentar paulista:

“Quando eu affirmo, sr. Presidente, é porque o Senado sabe, o Senado é testemunha dos ataques feitos a esta cadeira e para conserval-a livre e impolluta como quando a recebi, foi preciso arriscar até a propria vida e demonstrar a esses senhores que um homem de brio, e de pundonor, só aceita um insulto ou affronta quando esta é dirigida face a face, ou confirmada á distancia máxima de 20 passos.

Então, esconderam-se nos disfarces da covardia e ficaram, pelo menos scientes de que não poderão, com os milhares de contos que possuem, silenciar esta tribuna nem vilipendiar esta cadeira.

*
* *
*

Para encerrar a campanha da Docas de Santos, nesse ano, na sessão de 12 de Novembro de 1906, dizia o Senador Alfredo Ellis no Senado:

“Sr. Presidente, raras, rarissimas vezes, cabe a um representante da Nação, a satisfação e o prazer, que sinto neste momento, de poder vir da tribuna, communicar a seus pares e ao paiz inteiro que a causa pela qual vem se batendo desde principios de Julho, está victoriosa, graças á portaria do Mjnistro da Viação de 7 de Novembro do corrente anno, publicada no Diario Official do dia 10, approvando as instrucções do Director Geral de Obras e Viação, sobre a fixação do capital e tomada de contas de emprezas particulares, tendo a seu cargo o melhoramento de portos”.

Era o clamor da vitória. Dir-se-ia um combatente de Marathona, annunciando o triunfo de Milciades, ao atônito povo de Athenas!

Para confirmá-la, o Senador dizia em discurso :

“ Sr. Presidente, venho dizer ao Senado e, portanto, ao Paiz inteiro, que a campanha de reivindicação dos direitos do povo paulista que venho fazendo nesta Casa e nesta tribuna, contra a Companhia Docas de Santos, está terminada, terminada por uma esplendida victoria, não minha, mas da lei. Mais rijsa do que o aço, mais inflexivel que o raio na sua trajectoria, a lei vai ser cumprida e, depois dessa longa noite polar em que o povo vassallo daquella empresa, viveu mergulhado em trevas, pela primeira vez surgiu no horizonte o sol, que representa a lei, com todo o seu brilho, com toda a força impetuosa do direito e da justiça.

O decreto n.º 6501, publicado hoje no Diario Official, vem quebrar os grilhões daquelle Prometheu, que vivia acorrentado á rocha do desespero, entregue ao abutre voraz e insaciavel da ganancia daquella empresa.

E hoje, esse Prometheu que sente e lamenta não ter uma scintella de fogo celeste para illuminar a frente dos honrados e benemeritos senhores Presidente da Republica e Ministro da Viação e Obras Publicas. Não tem essa scintella, mas ha uma cousa que pode substitui-la com o mesmo fulgor divino: é a gratidão de um povo inteiro, que ha de, infallivel, inilludivelmente clarear e fazer rebrilhar a trajectoria desses eminentes brasileiros que só por esse decreto se tornaram immortais e cujos nomes hão de ser immorredouros para o povo de minha terra.

E' escusado recordar a campanha que vim fazendo em prol dos direitos daquelle povo, contra a ambição insaciavel da Companhia Docas, porque o Senado deve lembrar-se de que perante essa empresa não havia direitos nem lei”.

Estava encerrada a primeira fase da campanha da Docas.

Outra se sucederia, como haveremos de vêr.

O Senador Ellis havia cortado uma das cabeças da hidra! O monstro criaria outras, porem. Vejamos :

O Governó Affonso Penna, com o seu operoso Ministro da Viação, Miguel Calmon, foi dos melhores que tivemos e, exigindo da Companhia cumprimento da lei e com êsse proceder, firmou bem a vitória, que o Senador Ellis havia conquistado no fim do Governó Rodrigues Alves.

O Parlamentar paulista dava sua campanha por encerrada, apoiando, com sua palavra de fogo, no Senado, os atos emanados dêsse sábio Governó.

A Companhia, vendo seus interesses contrariados, pelo cumprimento da lei, ao que era obrigada, pelo emérito Ministro Miguel Calmon, defendia-se no Senado, transformado em arena, onde se feriam os combates mais encarniçados.

Seus interesses foram defendidos, então, por um terceiro campeão, dos que se haviam erigido em seus defensores: o Senador Victorino Monteiro.

O Parlamentar paulista declarava sempre que não o animava preconceito algum contra a Companhia Docas e reconhecia de bom grado os serviços prestados por ela à economia paulista. Ele dizia que a Companhia Docas de Santos era um grande empreendimento. Mas:

“Uma guilhotina pode ser uma maravilha de arte e trabalhar divinamente bem, não deixa entretanto de ser guilhotina”.

Nem por isso, ela deveria ter o direito de explorar o povo, violando a lei.

(1) Parece que o Dr. Francisco Ribeiro, o grande idealizador da Docas de Santos depois quando o empreendimento realizava grandes lucros, foi alijado.

Assim é preciso se atribuir ao Dr. Francisco Ribeiro a benemerência de ter dado a S. Paulo o aperfeiçoamento de seu porto sem ter participado dos lucros do mesmo.

CAPÍTULO XIV

CAMPANHA CONTRA A DOCAS DE SANTOS (SEGUNDA FASE)

Nós verificamos que no período Rodrigues Alves, o Senador Alfredo Ellis teve que lutar contra o poderio da formidolosa Companhia, atacando o Governo central, não pelo presidente Rodrigues Alves, mas pelo ministro da Viação, o Sr. Lauro Müller, que protegia as pretensões da Companhia que constantemente pleiteava favores fóra da lei.

Foi duríssima a luta e o Senador nela teve de empenhar o seu estofo combativo de lutador, abatendo na arena do Senado todos os opositores que o ouro da Docas atirava contra êle. Suas armas eram manejadas com a firmeza e a desenvoltura de um "hidalgo" espanhol. O primeiro adversário esmagado pelas investidas do parlamentar paulista, foi o Senador Ramiro Barcellos, "*treme terra*", de renome famigerado, pela sua brutalidade irresistível. Era como um furioso "*toro de las cochilas*"! Depois do entrevero parlamentar, viu-se alguém de bombachas, de chilenas, de rebenque, fugir no "*pingo*" magro, que parecia um "*rocinante*". Era o guasca, que não havia aguentado o "*repuchó*" com o paulista. Depois, em face desse desastre, a Docas recorreu a outro capanga. Foi o Senador Urbano dos Santos, muito mais culto, flexível e habilidoso do que o seu antecessor. Não revelou êle, o parlamentar maranhense, muita fé na causa, que defendia sem calor e sem convicção. Êste foi logo posto "knock out" e a Docas atirou no redondél senatorial, o gaúcho Victorino Monteiro, combativo, irritado, hispido e o baiano Senador Severino Vieira, mais culto, mais maleável, mas menos combativo e menos corajoso. Pareciam as duas figuras de Cervantes: Quixóte com o seu Sancho.

O parlamentar paulista liquidou os dois, mas o obstáculo máximo da campanha do Senador contra a Docas, foi um duelo que teve de enfrentar com o Diretor da Docas de Santos. Êste não aceitou o duelo, não ousando bater-se. Eis que nessa ocasião, o Governo Rodrigues Alves chama a Companhia às contas, subindo Lauro Müller no conceito do Senador Ellis!

Em virtude disso, o Senador Ellis dizia no Senado, em relação ao Presidente Rodrigues Alves:

“Ha poucos dias, Sr. Presidente, passava eu pela Avenida e pela primeira vez vi o palacio de granito levantado alli pelo orgulho da empresa. Parece que ella pretende alli dentro guardar a lampada de Aladino, que possui e tem sido friccionada pelos ministros dos governos passados.

Vi nos portaes os emblemas esculpidos e talhados na madeira: vapores, navios á vela e velas enfunadas.

Realmente, Sr. Presidente, parece o de Jason e dos argonautas que partiram de velas pandas, em busca do “velocino de ouro”.

Mas, já delle estão de posse ha muito tempo e estão archi-millionarios; portanto, não havia necessidade de collocar a empresa aquelle emblema em seus portaes. Pelo contrario, deviam ser outros; em vez do “velocino de ouro”, que aquellas velas vão procurar, deviam esculpir a imagem triste e emmagrecida do carneiro tosquiado, de um lado, e, como “pendant”, a espora com que a empresa continua a acicatar os ministros tardios no cumprimento de suas ordens.

Sr. Presidente, vou terminar, sinto-me fatigado, tanto mais quanto terei de voltar a esta tribuna.

Pode a Companhia das Docas ficar certa de que o cansaço não ha de silenciar esta tribuna, assim como as injurias, os doestos e os insultos não conseguiram fazer. Hei de continuar a clamar até que a justiça seja feita.

Faço, por isso, em nome do povo de S. Paulo, em nome do povo vassallo, escravizado ás taxas e ás extorsões iníquas das Docas, o appello seguinte;

O Presidente da Republica é um homem fundamental e irreductivelmente honesto; tem uma alma limpida e boa e tem um coração vibrante de patriotismo. Pois bem, a essa alma, a esse espirito bom, a esse coração generoso e patriota, o povo de S. Paulo se dirige e pede que lhe faça justiça, que mande proceder á revisão das tarifas, que obrigue a Companhia das Docas á restituição do que tem arrancando a mais do povo, ou que mande desapropriar em bem da moralidade, a Empresa das Docas de Santos”.

Tenho dito. (Muito bem; muito bem).

*
* *
*

Tendo o Governo Rodrigues Alves, chegado ao termo, foi substituído por Afonso Penan, que teve Miguel Calmon, como ministro da Viação.

Fazendo o elogio do Ministro Calmon, dizia o Senador Ellis, ainda embevecido pela vitória :

“ Não tenho a autoridade do Presidente Roosevelt dos Estados Unidos, mas faço minhas as suas palavras em relação a um estadista do seu governo.

Este homem, dizia elle, tem como antepassado um dos signatarios da Constituição da Republica; tem, portanto, “ um antepassado ”, mas, quando não o tivesse, tem merito sufficiente, valor bastante para ser um “ antepassado ”.

Historiando o caso da Docas, discursava o Senador :

“ A primeira foi a fixação do capital; a segunda a revisão das tarifas e a terceira a criação de um fundo de amortisação, que facilitaria mais tarde o Governo a encampação das mesmas obras, quando tivesse de fazel-o, 10 annos depois, de concluidos os mesmos trabalhos.

E hoje, 19 annos após a assignatura do contracto, não houve uma só revisão de tarifas, e nem os Governos passados cogitaram de regulamentar a lei de 13 de Outubro de 1869, que estabelece os meios pelos quaes a empreza deve fixar o seu capital e rever a suas tarifas, quando ellas excederem o limite maximo por ella traçado para os proventos dos capitaes empregados.

Desde 1895 que os caes, do enrocamento da nova ponte da ingleza até o Paquetá está concluido, e, não obstante até hoje continuam os serviços a título de provisórios, porque esse foi o pretexto que a Companhia descobriu para evitar a prestação de contas e a revisão de tarifas.

Não ha, em todo o Estado de S. Paulo quem não conheça o peso e a garra de abutre voraz dessa empreza que, implacavel, se collocou em o porto de Santos, como uma daquellas divindades do Egypto, esculpidas em pedra, com o busto de mulher e o corpo de tigre.

Frequentes vezes, Sr. Presidente, quando clinicava, tive occasião de me encontrar em situações difficeis. Em casos de urgencia, devido a desastres, necessitando intervenção immediata e prompta, sem assistencia de um collega para applicar anestheticos sem supprimir a dor, frequentes vezes tive de endurecer o coração, frequentes vezes tive de suffocar os sentimentos de piedade e comiserção sob a mascara de gelo e, por auto-suggestão, ensurdecer-me, para evitar que o bisturi se desviasse, que minha mão tremesse, tendo em mira como objetivo unico a salvação do enfermo certo de que, após os soffrimentos, viriam dias radiosos de alegria com a salvação de uma vida.

Visando o beneficio de um enfermo, a minha mão jamais tremeu, o meu bisturi jamais se desviou.

Agora, nesta trbuna, tenho de fazer o mesmo: cerrar o coração e ensurdecer-me, porque tenho de apresentar documentos importantissimos

que provam que os ex-titulares das pastas da Viação e da Fazenda no Governo passado, representantes da autoridade do Poder Executivo, foram mais amigos da Docas do que do povo e da confiança do benemerito ex-Presidente da Republica”.

*
* *
*

Nesse Governo, a situação mudou inteiramente. A Companhia foi obrigada a cumprir a lei. Recorreu ainda ao Poder Judiciario mas foi vencida.

O Senador Ellis continuou, em 1907 e em 1908, na campanha, defendendo calorosamente os atos do Governo Penna e do seu Ministro. Eis como ele se manifestava então, na tribuna do Senado :

“ Não ha duvida alguma: O serviço é completo, é perfeito, mas é ou não o caso de se applicar á empreza actual a anecdotica que vi reproduzida por Hogarth, aquelle grande pintor caricaturista inglez, no “ British Museum”, de um camponez de sua terra.

Tratando esse camponio de fazer uma “ tournée ” pela metropole e sentindo-se esfaimado durante a viagem chegou a uma hospedaria e pediu a lista de preços. Esta lhe foi immediatamnete fornecida por um dos empregados. O camponez fez-se servir, ordenando que lhe trouxessem um frango. Feito o repasto, puxou a bolsa e pediu a conta. Na lista elle havia verificado que o frango custava um “ shilling ” e já estava com o “ shilling ” prompto para o pagamento, quando o hoteleiro lhe mandou uma conta de 10 shillings. Naturalmente, o homem ficou assombrado, reclamou, mandou vir a lista, apontou e disse que elle apenas tinha comido um frango e um frango, pela lista, não valia mais de um “ shilling ”. Retrucou-lhe o hoteleiro que não, que realmente em parte elle tinha razão; um frango custava um shilling, o molho, porem custava nove e portanto, elle havia de pagar frango e molho.

O camponez não teve remedio, nem tinha mesmo para quem appellar; pagou os 10 “ shillings ” e sahiu, mas dizem que, ao chegar á porta, muito arreliado, elle formulou estas palavras: “ E, entretanto, o diabo do frango estava secco como um corvo ”.

E’ ou não é o caso do nosso matuto paulista, olhando para a Docas de Santos dizer o mesmo? Acenaram-nos com um real por kilo de carga e descarga e vem o molho posteriormente encarecer de tal forma. que hoje estamos arrependidissimos desses melhoramentos que nos forçaram a ter

O Ministro da Viação, si porventura quizer examinar pessoalmente a Docas de Santos, reproduzirá, sem duvida ao passear pelo caes da empreza, uma parte do monologo de Hamlet, quando passeava pelos terraços enluarados do região palacio de Elsineur, philosophando sobre os destinos da humanidade: "*There is something rotten here*" — "*Ha qualquer cousa de carniça aqui*".

S. Paulo, como o Lacoonte da fabula, apresenta-se perante seus irmãos neste recinto e com voz lancinante pede remedio ao seu extraordinario supplicio, lenitivo para seus males. As novas concessões que o Governo passado fez á Docas, Sr. Presidente, correspondem a novos arrochos dos tentaculos deste polvo insaciavel.

Não ha remedio, Sr. Presidente, sinão pedir ao Governo que estude a desapropriação daquella empreza.

O Sr. A. Azeredo — Então ha remedio.

O Sr. Alfredo Ellis — E' o unico recurso, a unica esperança que resta áquél leEstado, e é isto que elle pede por meu intermedio.

O Governo que estude, que reflicta, porque não é possivel que os 20 Estados da Federação assistam impassíveis o espectáculo pungente de um irmão seu eternamente accorrentado ás concessões daquella maldicta empreza! Neste paiz não ha exemplo de uma unica reversão, mesmo quando são ellas decretadas para um lapso curto de tempo. A Docas conseguiu 92 annos de exploração. E' ou não a repetição da ficção mythologica de Prometteu eternamente torturado pelo abutre voraz? — A pena de galés foi substituida pelo maximo de 30 annos — S. Paulo, 92!!!

Tenho concluido".

Isso foi até 1909, quando, morrendo Affonso Penna, o Governo foi occupado pelo vice-presidente Nilo Peçanha, que pelo espaço de 18 mēses esteve exercendo o Executivo. Durante esse período, a politica do Governo, em relação a Docas se alterou profundamente. Nilo Peçanha e seu ministro, o engenheiro Francisco Sá foram os maiores prototores da Docas, celebrando com ella um famoso accordo de 4 de Outubro de 1909, pelo qual a Companhia se subtraía das suas obrigações legais. Isso enfureceu o Senador Ellis contra Nilo Peçanha, que não foi poupado e sofreu no Senado um escalpelamento completo. O representante paulista, só, isolado, como uma sentinela perdida, frente a toda a gente inimiga teve de arcar com o pēso de legiões de contrários usando, para isso, de todos os seus recursos parlamentares, enfrentando com excepcional destemor todos os perigos. Nessa luta, o Senador Ellis empregou o máximo da sua combatividade, como se poderá vêr em seus discursos, que vou reproduzir a seguir:

O Sr. Alfredo Ellis ... declara que a Docas de Santos cobra mais de dez mil réis por tonelada de mercadoria despachada no seu caes.

Si por ventura ao lado da empresa da Docas tivesse o Estado de São Paulo uma mina de carvão de pedra no Monte Serrat, não poderia exportal-o, tão elevada é a taxa.

O mesmo se daria aqui, se porventura fossem adoptadas taxas de tal natureza, isto é, seria impossível, se tivéssemos uma mina de ferro em um desses morros, que circundam a cidade, enviar para qualquer Estado uma tonelada de ferro.

O Sr. Victorino Monteiro — Antigamente o preço do transporte de uma tonelada era de 500\$000.

O Sr. Alfredo Ellis — Em um dia de regatas, na baía do Rio de Janeiro, paga-se 500\$000 e até 1:000\$000 por uma barca.

O Sr. Victorino Monteiro — Estou dizendo que era o preço antigo.

O Sr. Alfredo Ellis — V. Excia. está enganado. Ouviu cantar o galo e não sabe onde. Já disse muitas vezes e V. Excia. continua a insistir.

O Sr. Victorino Monteiro — E' porque para V. Excia. documentos não valem nada. O que vale é a imaginação de V. Ex.

O Sr. Alfredo Ellis — Lastimo profundamente que o honrado collega, cuja educação aprimorada que todos conhecemos, pelo seu estado de saúde, tenha essas irritações, quando devia ter calma necessária para discutir altas questões de interesse público, como esta. Que interesse tenho eu de acirrar o debate e de provocar o honrado Senador? Sei que V. Ex. já asseverou da tribuna que é advogado da Docas.

O Sr. Victorino Monteiro — Eu já asseverei isso? Algum dia avancei tal proposição? E' falso. V. Ex. não é leal.

O Sr. Alfredo Ellis — Desculpo o honrado Senador.

O Sr. Victorino Monteiro — Não preciso.

O Sr. Alfredo Ellis — Conheço S. Ex. de longos annos, sei que seria incapaz de melindrar-me, por que tem um verniz luzidio sobre a sua estrutura moral, adquirido por uma educação aprimorada. Esse verniz, porem, ás vezes, desaparece, pelos arranhões...

O Sr. Victorino Monteiro — Não tenho arranhões. V. Ex. diz que eu havia declarado que era advogado da Docas; isto revolta.

O Sr. Alfredo Ellis — V. Ex. não me deixa terminar. Quando pela primeira vez, em relação á campanha contra a Docas, foi o primeiro a dizer daquella tribuna que era advogado da Docas, advogado no interesse dos seus amigos. Está nos Annaes".

(Annaes do Senado de 1919).

Mas, pode-se dividir o período governativo do Sr. Nilo Peçanha e a luta contra êle, mantida pelo Senador Ellis, em duas partes :

a) A desde o comêço do Govêrno Nilo, em Junho de 1909, até a data de 4 de Outubro de 1909.

b) A que decorre desde 4 de Outubro de 1909, até o fim do Govêrno Nilo e início do período do Marechal Hermes da Fonseca, em 15 de Novembro de 1910.

Na primeira parte, o Senador Ellis se limitou a manter, quanto à Nilo Peçanha, uma opposição tranquila e pálida, unicamente pela atitude política de S. Paulo, contra o Govêrno da União, pelo fato de seu Presidente Albuquerque Lins, figurar na chapa ao lado de Ruy Barbosa, na primeira campanha civilista, contra o Marechal, que era o candidato, pelo qual Nilo Peçanha manifestava acentuados pendores. Não seria possível, mesmo uma atitude mais bravia, por parte do Senador Ellis contra o Govêrno de então, pois êle aguardava ainda, sôbre que "*modus vivendi*" o Govêrno Nilo Peçanha assumiria para com a Docas. O discurso acima reproduzido, é dessa fase da campanha. O Senador Ellis prosseguia na sua encarniçada luta contra a Docas, sem ferir o Govêrno.

Na segunda parte, a mudança foi completa! O Govêrno Nilo se acordou com a Docas, talvez mesmo devido à atitude oficial de S. Paulo, contrária à sua política. Então, Nilo, deixando cair a máscara, celebrou com a Docas, o vergonhoso acôrdo aditivo, peça imoral, visivelmente contra a lei e contra a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Era uma abdicação sem reservas do Govêrno Federal, a favor da Docas de Santos! Nilo Peçanha havia tocado no ponto nevrálgico do Senador Ellis que, então desencadeou a torrente.

No dia 18 de Outubro de 1909, o Senador Ellis iniciou uma offensiva tremenda, contra o Presidente Nilo Peçanha, que havia assinado com a Docas de Santos a verdadeira capitulação sem condições do Govêrno Federal, a favor da Docas de Santos, o que consistia no famoso acôrdo aditivo de 4 de Outubro de 1909.

Nesse dia 18, êle, no Senado Federal, proferia o seguinte discurso, do qual eu reproduzo alguns trechos :

" Não posso Sr. Presidente, deante do acto do Sr. Presidente da República do dia 4 do corrente, á propósito da questão da Docas de Santos, deixar de vir á tribuna, para iniciar nova campanha

Venho, Sr. Presidente, discutir o Decreto, analysal-o, dissecal-o, demonstrar á luz meridiana, appellando para a consciencia não só dos Senhores Senadores como do país inteiro, a parcialidade extraordinaria e extranha que revelou o Sr. Presidente da Republica, dando aos empresarios da Docas mais, muito mais do que elles nos seus sonhos ambiciosos haviam jamais esperado

Esta trincheira, Sr. Presidente, mal armada como é, entretanto, não cederá e não capitulará jamais. “J’y suis, j’y reste”!

E’ possivel, Sr. Presidente, que o grande principio que venho defendendo já ha 4 annos, seja esmagado e seja annullado pelo Governo actual; mas o povo paulista, como o povo da Judéa, espera e deve esperar o Messias para restaurar a lei que foi violada, como hei de mostrar á sociedade.....

Neste momento, Sr. Presidente, minha presença na tribuna significa um protesto e a queima dos últimos cartuchos .

Recordo-me de ter lido em uma obra do Estado Maior Francez, do Barão Ambert, lente da Escola de Saint Cyr no capitulo sôbre a debacle de Sedan, um facto notável.

A pequena aldea de Bazeilles, á margem do Mosa, foi durante horas varrida e afinal aniquilada pela metralha do 6.º corpo bavaro, sob o commando de Von der Tann. Naquella pequenina povoação, isolada do resto da França, naquelle momento de agonia suprema, esmagada pela artilharia e fuzilaria inimigas, no meio da conflagração geral, quando estertorava sob a irrupção do vulcão mortifero, aniquilando-a sob um chuveiro de ferro, um pequeno grupo de 25 zuavos tomou posição em uma casa afastada, no suburbio, dominando a estrada. Esses 25 herois escreveram nessa herdade a epopeia da defeza de Bazeilles. Isolados, completamente isolados, tendo os fogos concentrados sobre o pequeno reducto e quando mais da metade já havia cahido, os sobreviventes tiravam das patronas dos mortos, os últimos cartuchos e quando afinal o ultimo tiro foi disparado, aquella casa foi transformada em um monte de escombros, pelas bombas que estouravam, ficando os 25 herois nella sepultados. Não houve capitulação!

Os representantes de S. Paulo não capitularão tambem”.

Êle, modestamente, falava em representantes de S. Paulo, como se os combatentes paulistas fossem muitos! Mas, êle era o unico, que, isolado como uma sentinela perdida, não capitulava. Para apoiá-lo mais ativamente, só seu genro, o deputado Ripper e seu grande e querido amigo o deputado Galeão Carvalhal!

Durante o resto do mês de Outubro, como salvas de uma certa artilharia, durante duas horas por dia, o Senador Ellis

fazia os seus discursos, esmagadores, como se fossem as trombetas de Josafat, no juízo final, a propósito da Docas de Santos, contra o Presidente da República Nilo Peçanha.

Eis algumas passagens das suas orações; se destacam sempre, pela alucinada combatividade agressiva, com cujo espírito, êle, com magistral habilidade envolvia seus argumentos irrespondíveis:

O Sr. Alfredo Ellis — Quem leu, Sr. Presidente, ou ouviu a promessa feita nesta Casa, pelo illustre Senador riograndense, de dar-me “*resposta completa e cabal*”; quem viu os arreganhos com que S. Ex. arregaçando as mangas da camisa, prometeu “*falar*”, julgou com certeza, que ao fazel-o, haveria de esmagar-me destruindo as minhas acusações ou “*cononizando*” desde logo, pela sua palavra o Sr. Nilo Peçanha, como o symbolo da “*Paz e Amor*”.

Mas, que decepção para os que o ouviram ou leram o seu discurso “*annunciado de vespera*”: “*Mons parturiens mus*”!

Nem eu esperei outra cousa, pois conheço de sobra as defesas anodinas de S. Ex. Além disso, “*não graduo a chuva pelo ronco do trovão*”, não me deixando intimidar por essas entradas de leão e sahidas de...

Para mostrar, Sr. Presidente que essa peça acaciana...

O Sr. Victorino Monteiro — Só se eu quisesse imitar V. Ex. que não faz outra cousa nesta Casa.

O Sr. Alfredo Ellis — E' modestia de V. Ex. V. Ex. não tem necessidade de imitar e isso lhe é perfeitamente natural.

Como ia dizendo, Sr. Presidente, para mostrar o que é essa peça acaciana, basta dizer que o illustre Senador começou fazendo a auto-biographia, o que entretanto era desnecessário, pois S. Ex. é *por demais conhecido*.

E dizer que para ser republicano histórico não pediu licença a sua sogro! Calino não teria dito certamente outra cousa.

Folgo porem muito de vêr que o illustre Senador teve, mas só *desta vez* a coragem de assumir a responsabilidade da injúria assacada ao Supremo Tribunal Federal. E ahi está porque S. Ex. só fallou *no dia seguinte* ao que prometeu fazel-o e esperou *até o dia immediata pelo effeito*

Mas, mesmo assim, ainda não conseguiu *eleva-se* á altura de attingir essa augusta Corporação! Por mais que procurasse *erguer a cabeça* a sua *verrina* á semelhança da onda que apesar dos esforços hercúleos nunca alcança os céus, *vão cahir sôbre a própria face!*

O Sr. Victorino Monteiro — Isso está na consciencia pública. *Verrina* são os discursos que V. Ex. tem aqui pronunciado.

O Sr. Alfredo Ellis — E depois de escripto a sua propria historia, passou ao segundo volume, contando o que tem feito o Sr. Nilo Procópio Peçanha. O illustre Senador só não disse do Govêrno actual que o presente varão tem sido tão brando porque o Sr. Nilo está na Presidência! Poderia, entretanto, fazel-o, attribuindo o amor á nossa pelle e a paz conseguida aos nossos povos.

Em uma palavra, S. Ex. queimou não só o incenso mas tambem o thurybulo e até os proprios dedos! Um valido ou um aulico do palacio não o teria feito de outro modo! Mas, quanto aos actos do Presidente da República, limitou-se S. Ex. a lér os rótulos, deixando de tocar na grossa bandalheira e na soez molecagem que cada um delles encerra (Soam os tympanos).

O Sr. Oliveira Figueiredo — Não apoiado.

O Sr. Presidente — Chamo a attenção do nobre Senador para o artigo 38 do Regimento que não permite dirigir termos offensivos a seus collegas e ao chefe do Estado.

.....
O Sr. Alfredo Ellis — Tanto pior para a Docas, tanto pior para os seus defensores, tanto pior para V. Ex. mesmo que, apesar de toda a sua boa vontade não é capaz de destruil-as. Eu as tenho reproduzido, juntamente com o fim de concitar V. Ex. a fazel-o.

A luva está ahi! (apontando para o centro do recinto).

S. Ex. não teve e nem tem coragem de levantál-a, abatendo, derrotando e pulverizando as minhas accusações.

O Sr. Victorino Monteiro — Não estou disposto a continuar com esta discussão. V. Ex. ainda não me respondeu cousa alguma.

O Sr. Presidente — Attenção!

O Sr. Alfredo Ellis — É o meio que V. Ex. encontrou de fugir á discussão. Eu porem continuarei. Aproveitando-se Sr. Presidente, da occasião, o illustre Senador, para não perder o vês de faltar á verdade...

O Sr. Victorino Monteiro — E' privilegio seu. V. Ex. é o discipulo mais eminente de Munckhausen.

O Sr. Alfredo Ellis — Não tive a honra de ser condiscipulo de V. Ex.

Como ia dizendo, Sr. Presidente, faltando ainda uma vez á verdade, disse o nobre Senador que passei mais de um mez sem responder.

O Sr. Victorino Monteiro — E' verdade.

O Sr. Alfredo Ellis — Mas, evidentemente, se S. Ex. o diz de boa fé, está desmemoriado, o que é aliás natural...

O Sr. Victorino Monteiro — Não sou tal.

O Sr. Alfredo Ellis — Ahi estão os Annaes para mostrar não só que respondi logo ao illustre Senador, mas tambem que até hoje S. Ex. não respondeu aos meus dois últimos discursos.

O Sr. Victorino Monteiro — Respondi.

O Sr. Alfredo Ellis — Onde? Quando? Mais uma inverdade! Ah! estão os Annaes!

Dada assim, Sr. Presidente, esta ligeira resposta afim de não interromper por mais tempo os trabalhos do Senado, deixo agora o illustre Senador entregue ás suas próprias reflexões, até a próxima sessão, pois infelizmente não terei mais occasião de voltar á tribuna para ao mesmo tempo cauterizar á ponta de fogo essas duas chagas que corroem a nossa organização social: a Docas de Santos e o Governo do Sr. Nilo Procopio Peçanha". (muito bem; muito bem).

Para mostrar que o Presidente da República Nilo Peçanha visava S. Paulo, pela sua attitude política contra o seu candidato preferencial, o Senador Ellis clamava no Senado Federal:

"Sr. Presidente, é doloroso, custa-me, quase tremo, para escarpelar uma situação desta ordem! O Estado de S. Paulo, conscio de que impossivel lhe era quebrar a calceta que ha tantos annos arrasta como galé da Federação, contribuindo directamente para a fortuna dos que encheram a Avenida de Palácios, cujos cofres regorgitam de dinheiro, lembrou-se de appellar para a União, fazendo-lhe uma petição para que o Governo Federal lhe concedesse o direito de construir um novo porto, com o intuito de fazer um novo porto em Santos. Isso concorreria directamente para completar o vasto plano de saneamento daquella cidade. Pois bem, Sr. Presidente, esta proposta esteve submettida ao juizo do Governo, mas o Presidente da República, entre a proposta de S. Paulo e da Docas de Santos, despachou sem demora esta, pondo uma pedra em cima sobre a outra. Quer dizer, Sr. Presidente, que a proposta da empresa Docas de Santos pesou mais na balança da consciencia de S. Ex."

A propósito de S. Paulo, o Senador Ellis afirmava no mesmo discurso:

".....
Não é, portanto, ódio á empresa, conforme se diz; é amor á minha terra paulista, o mesmo amor carinhoso que cada um dos senhores Senadores sente pela terra estremecida que lhes balançou o berço.

O Sr. A. Azeredo — Apoiado.

O Sr. Alfredo Ellis — E' o mesmo amor que todos os senhores Senadores sentem pela terra, por mais humilde que seja, que os viu nascer e os há de receber no último somno, com maternal carinho, o corpo para repousar na eternidade.

Daria a vida, si porventura, com o sacrificio dela pudera prestar qualquer beneficio, por pequeno que seja, a essa nobre terra da qual me orgulho de ser filho”.

Essas palavras lembravam as de Feijó: “Paulista por mercê de Deus”.

Mas, S. Paulo, com o ato de Nilo Peçanha, havia perdido a cartada e o Senador Ellis, a campanha. Não havia mais remédio! Nilo Peçanha havia dado a vitória à deshonesto Companhia! Só quarenta anos depois é que, a vitória final haveria de sorrir decisivamente pela causa pela qual tanto se encarniçava o Senador Ellis. Daí a sua furiosa arremetida contra Nilo Peçanha!

Ninguém o compreendia, entretanto! E’ que todos, acostumados com a subserviencia, à sinuosidade, à pouca combatividade, à pequena dóse de aggressividade, ao ambiente gelatinoso do mundo parlamentar, não podiam compreender tanto destemor, tanta coragem, tanta energia dispendida, tanta certeza e convicção nas afirmações, que como petardos o Senador Ellis fazia explodir sobre Nilo Peçanha, que no Senado Federal ficou indefeso. Ninguém tinha coragem de sair a campo. O Senador Ellis, como único galo no terreiro, desafiava céus e terra!

A seguir a esses discursos, cuja violência se assemelhava a uma explosão, calou-se tumularmente a trincheira inimiga, defendida pelo Sr. Victorino Monteiro, que como arrazado por ininterrupto bombardeio, abandonou a refrega ao inimigo que avançava. Então, outra linha de trincheira surgiu, em defesa do Presidente Nilo Peçanha. O combatente defensor era, desta feita, o Senador cearense, Pedro Borges.

O “*entrevero*” parlamentar começou com o seguinte discurso do Senador Ellis:

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, venho dizer ao Senado que o nobre Senador não tem razão, porque quando mesmo fosse aprovada a indicação do nobre Senador por Matto Grosso, como o foi, ella não poderia ter força retroactiva, para apanhar justamente o discurso que havia sido pronunciado no dia 12 do corrente.

Além disso, é evidente que S. Ex. perdeu uma bella occasião de ficar calado, porque, se eu quiser, poderei vir provar ao Senado a verdade de tôdas as allegações que fiz, modificando, talvez, um pouco os termos, mas em nada absolutamente a estructura e o fundo das accusações.

O Sr. Pedro Borges — Protesto.

O Sr. Alfredo Ellis — Basta dizer, Sr. Presidente, que após a retirada do ex-titular da Pasta da Viação, o seu substituto mandou cancellar

vários actos, não porque fossem mal estudados, mas porque eram extremamente lesivos aos cofres públicos.

O Sr. Pedro Borges — E' contra isso que protesto. Provarei a paixão de V. Ex.

O Sr. Alfredo Ellis — Os gritos do honrado Senador absolutamente não me poderão convencer. Menos ainda ao Senado. Se S. Ex. por ventura aceita a luva, eu atiro-lhe o repto, para vir discutir a questão...

O Sr. Pedro Borges — Sim senhor.

O Sr. Alfredo Ellis — ...porque, Sr. Presidente, no meu discurso tirei conclusões, mas antes de fazel-o, tinha accentuado bem as premissas, e tanto que, perante a minha consciencia, nada tenho a modificar no discurso proferido na sessão do dia 12 do corrente.

Seria preciso que, o honrado Senador venha á tribuna dizer porque motivo o povo de S. Paulo está onerado, pagando taxas de 12\$000 por tonelada, quando aqui, por igual serviço o comércio paga apenas, 2\$000.

O Sr. Pedro Borges — «E' da lei.

O Sr. Victorino Monteiro — Da lei que estabeleceu a taxa para todos os portos da República.

O Sr. Alfredo Ellis — Não é de lei, porque V. Ex. sabe que pela Constituição da República, não pode haver privilégios para uma parte da população.

O que é verdade é que em face de três accórdãos determinando que a Companhia exhibisse seus livros no sentido exactamente de demonstrar que o capital sobre o qual ella cobra 12% foi efectivamente empregado nas suas obras. S. Ex. o ex-titular da Pasta da Viação pôz á margem as resoluções do poder judiciário e accrescentou a um parecer sobre contas de tráfico, duas clausulas, saltando por cima da lei, prejudicando ao thesouro e onerando o povo de S. Paulo.

Foi contra isso que me insurgi, porque não posso acreditar que esse pacto se desse sem a intervenção clara, positiva e terminante da advocacia administrativa.

O Sr. Pedro Borges — Protesto.

O Sr. Alfredo Ellis — Pode V. Ex. protestar. Seu protesto será abafado pelo clamor público.

O facto é que eu aceito a discussão, não tendo absolutamente que modificar em cousa alguma os termos do meu discurso.

Como dizia, Sr. Presidente, não hei de vir mentir ao Senado e de mentir ao país; quando sob o gume de meu bisturi vejo jorrar ondas de puz, não hei de vir dizer que estou encontrando tecidos sãos.

Onde quer que haja a prevaricação, seja quem for, relapso ou corrupto, minha obrigação, como representante do país, é marcar-lhe a fronte com o ferro em brasa. Foi o que fiz. Minha consciencia está tranquilla e aguarda o juizo da nação".

Cansando-se de defender o Sr. Nilo, calou-se esmagado ante isso, o Senador cearense Pedro Borges. Silenciou-se mais essa linha de trincheiras governamentais, as quais foram rapidamente transpostas pelo Senador Ellis que avançava audaciosamente como uma torrente. Era como um “tank” de guerra a transpor todos os obstáculos!

A hidra da Docas apareceu, então com nova cabeça, que desta vez foi o Senador bahiano Severino Vieira, o qual foi logo de início fulminado, pela seguinte peroração de um discurso do Senador Ellis:

“O Senador pela Bahia, na sua peroração, disse referindo-se á vida animal do espia-maré, que era preferível á do outro, portanto sendo humilde e até bemfazejo não podia comparar-se com o que faz diabruras, principalmente quando entra em loja de louças. Além desse, Sr. Presidente, há outros animaizinhos roedores que também entram em lojas de louças, mas não quebram nada:

Aquelle, não há dúvida nenhuma, com seus modos bruscos, ás vezes, com suas diabruras, quebra louças; mas, uma cousa eu garanto, não bolee nem toca na gaveta!

E, a propósito dos apartes com que V. Ex. dignou honrar-me, lembro-me de que Du Chaillu já dizia que o que mais incomodava na Africa, não era o rugido do leão, mas sim o coaxar infernal do sapo e o uivo lancinante e guloso da hyena, á espera do festim!”

Aqui, a ironia do Senador Ellis, fazia os seus antagonistas ingressarem no campo zoológico e de u’a maneira pouco digna para o Sr. Severino, que tinha o apelido de sapo “espia maré”.

Continuando na sua avançada bravaria, contra o Govêrno Nilo e contra a Docas de Santos, o Senador Ellis prosseguia, agora, como uma ponta de lança, em terreno livre e desimpedido:

O Sr. Alfredo Ellis — ...recorreu ao Congresso, esquecido que, quando subiu as escadas do Palacio do Cattete POR DESGRAÇA E PARA DESGRAÇA DESTES PAÍS

E’ o mesmo homem porque o determinismo ethnico não o deixará mudar. E’ o mesmo moleque que, em moço apanhava fechas de rojões na cidade de Campos; o mesmo homem que não trepida, invertidas as posições e occupando o alto cargo de magistrado supremo deste país, em mandar invadir o seu próprio Estado por forças federais, para abafar o voto popular...

.....
No tempo em que o Sr. Nilo Procopio era Presidente do Estado do Rio de Janeiro, as collectorias não precisavam ser guardadas por tro-

pa federal; foi só nas proximidades das eleições, para a organização do Estado, que começaram a correr risco, exigindo os tais destacamentos. *Como é difícil a defesa de semelhante homem!!!*

.....

Sr. Presidente, vou recapitular: enquanto viveu o Dr. Affonso Penna, o Dr. Alfredo Backer viveu tranquillo, poude administrar o Estado do Rio de Janeiro. A situação é a mesma; não houve modificação alguma. O único facto que sobreveio com o fallecimento do Dr. Affonso Penna, foi o Sr. Nilo Peçanha ter assumido a presidência da Republica. Desde esse momento, desapareceu a tranquillidade no Estado do Rio de Janeiro. O Presidente da Republica, sequioso de vingança, não poude despir a túnica de Nessus, de chefe político decahido do Estado do Rio de Janeiro. Adoptou como symbolo a figura de Eolo soprando diariamente tempestades, furacões, sobre aquelle misero Estado. E' perfeitamente justificada, sr. Presidente a minha admiração pela estrutura moral, firmeza de character do Dr. Alfredo Backer. S. Ex. está defendendo um princípio, deve manter-se nessa posição e, daqui desta tribuna, sem ter o direito de dar conselhos, direi a S. Ex. **QUE RESISTA Á BALA**, e mantenha a posição que lhe foi confiada pelo eleitorado do Rio de Janeiro, até o ultimo dia do seu govêrno, custe o que custar e haja o que houver.

Si, por ventura, tiver de sacrificar a vida, salvará entretanto, o principio por cuja defesa empenhou a sua honra e a honra do Estado do Rio.

O Sr. Ribeiro Gonçalves — Eu estou quase a apostar que o Conselho não será bem recebido.

O Sr. Alfredo Ellis — E, si elle cahir na luta, os velhos republicanos hão de honrar a sua memoria... O Sr. Alfredo Backer com esta luta, immortalizou o seu nome no conceito nacional, ao passo que o Sr. Nilo está enlameando o seu.

Sr. Presidente, como disse, estranho a quasi unanimidade do Senado brasileiro, a favor de uma medida que affecta directamente a autonomia dos Estados da Federação e o que mais admira é a facilidade com que se procura, atabalhoadamente, votar um projecto de tão alta gravidade.

.....

Sócrates, o grande atheniense, sahindo do tribunal, após a comndenação á morte pela sicuta, consolando seus discipulos desolados e revoltados contra a iniqua sentença, disse, ao vêr passar Anythos, principal instigador da cruel sentença de morte: "*Reparem como Anythos vai orgulhoso com o seu triumpho; mas, mal sabe elle que o triumpho final é SEMPRE dos homens de bem.*

O Sr. A. Azeredo — Não ha applicação na sua parabola.

O Sr. Alfredo Ellis — Não sei, nem procuro provar a applicação do conto ao caso actual. Há juizes lá fora: o povo pode ter lógica diferente e achar cabimento e oportunidade na citação. Repito: o trium-

pho final é sempre do homem de bem. A trajetória humana iniciada no fundo das cavernas dos troglodytas e prosseguindo através dos séculos, até hoje confirira e assegura a victoria final da Justiça, do Bem e da Verdade.

.....
Lamento, Sr. Presidente, é que esteja na cadeira da Presidencia, um homem que traz suas divisas de republicano do tempo da propaganda.

O Sr. A. Azeredo — E' o que o recommenda.

O Sr. Alfredo Ellis — Essa recommendação não basta. O nome de Ephialto sr. Presidente, foi conservado pela História através de séculos e séculos.

A História registrou esse nome porque symboliza a mais negra traição e encarna o traidor. Foi esse miseravel que ensinou aos persas a vereda que contornava o desfiladeiro das Thermopylas, onde 300 espartanos pereceram para salvar a liberdade de Esparta, sua pátria. A História deve tambem registrar a gravar o nome do Presidente ao lado desse. S. Ex. é Ephialto da Republica.

O Sr. Oliveira Figueiredo — V. Ex. não tem razão.

Uma voz — O Presidente da República nunca foi e nem é um traidor.

O Sr. Alfredo Ellis — Quereis conhecer o vilão mettei-lhe a vara na mão — diz o dictado.

Tenho concluido. (Muito bem; muito bem).

Profligando com a veemencia, a violência e a combatividade agressiva, que o caracterizavam, o Senador Ellis se manifestando contrário á intervenção federal no Estado do Amazonas, clamava no Senado Federal, em defesa dessa unidade, contra o depotismo do centro, com igual ardor, como já havia feito, contra a intervenção do Sr. Nilo Peçanha, Presidente da República, no próprio Estado do Rio:

“Um Partido que comportasse em seu seio gente dessa ordem, não teria o direito de se oppor á entrada em suas fileiras, de Antonio Silvino, bandido dos sertões do Norte.

Acho mais heroismo e muito mais coragem nesse, que percorre as estradas, porque apprisca a vida. Outros, para escalar o Thesouro, não arriscam as suas. Sacrificam friamente as de seus semelhantes, como as dessas 150 victimas, brutal e estupidamente sacrificadas, em holocausto á ganância e ambição do poder.

Mas, Sr. Presidente, o tempo, juiz inexoravel e incorruptivel, se encarregará de por cada um em seu lugar; muitas vezes, os triumphadores são levados para as galés da História.

Não basta a fortuna, não basta o ouro, para fugir á calceta.

Caracalla o tinha, quando assassinou, por ambição, seu irmão Geta, nos braços de sua mãe. Pediu o déspota romano esmagado pela re-

provação geral, ao grande Papiniano que justificasse o crime, sob ameaça de morte. O grande jurista — apesar do martyrio e certo da morte — respondeu: “Cesar, é mais fácil praticar o crime do que justificá-lo”.

Os chefes actuaes da política, por dignidade própria, não podem dar a sua responsabilidade a semelhante banditismo, que humilha a República e envergonha a Nação, perante o mundo civilizado.

*
* *
*

O Senador Alfredo Ellis não se conformava em absoluto com os favores com que o Governô Nilo Peçanha cumulava a Companhia Docas de Santos e continuando a sua campanha contra essa empresa polvo, êle analisava a sua situação diante da lei e da economia, com o seguinte trecho de peroração:

“Sr. Presidente, ante essa bandalheira e o Manifesto que acabo de lêr (o orador fazia referência ao Manifesto da Companhia Docas de Santos, publicado na Europa, confirmando tôdas as acusações, que lhe vinham sendo feitas) quem não vê que o Decreto de 4 de Outubro de 1909 não é sinão uma *gazua* com que o Sr. Nilo Procópio Peçanha presenteou a Companhia Doca de Santos? Sim, uma *gazua*, pois, graças a êsse acto immoralíssimo está essa empresa habilitada a retirar “*lisamente*” do Thesouro Federal, por occasião do resgate das obras, milhares de contos de reis a que licitamente *não tem dinheiro*, bem como a *auferir* também *deshonestamente*, em prejuizo do povo de S. Paulo, lucros líquidos *superiores* aos que lhe permitem a lei e o seu contracto!

Quem não vê, pois, que êsse decreto não é senão uma *gazua* de nova espécie?

Só o *capadocio* que autorizou o “*arranjo*” o que, entretanto não é de admirar, pois, apesar de natural de *Campos* já comeu por arroz puro capim... de Pendotiba!

O Sr. Oliveira Figueiredo — São histórias.

O Sr. Alfredo Ellis — Perdoe-me o meu nobre amigo. Comeu mesmo, Nem mesmo lhe resta, Sr. Presidente, a esperança do insuccesso, pois o *instrumento* foi *forjado*, façamos justiça, pelas mãos *agéis e experimentadas* do maior *gatuno administrativo* deste século, o digníssimo Ministro do Sr. Nilo Procópio Peçanha.

Incontestavelmente, Sr. Presidente, o Governô da Republica foi ter ás mãos de *umã quadrilha* em que se encontram todos os typos de criminosos, desde o *nato*, de cabellos crespos, dentadura a “*limpa-trilhos*” e outros caracteres somáticos, até o *alcoólico chronico*, não falando nem um criminoso, não por paixão, mas pelo dote...

Sr. Presidente — Peço permissão ao honrado Senador, para obser-

var que o Regimento não permite emprego de linguagem menos respeitosa com relação ao Presidente da Republica.

O Sr. Alfredo Ellis — Attendo a V. Excia. com o maior respeito. (Pausa)

Resta-me, porem, Sr. Presidente, um prazer, um grande, immenso e indizível prazer o de vêr dentro de poucos dias a terminação deste Governo, corrupto, e corruptor, “cynico e deshonesto”...

O Sr. Presidente — Perdoe-me, V. Ex. está se desviando do Regimento.

O Sr. Alfredo Ellis — ...bem como o prazer de vêr a “partida” um, para Roma e de outro para Jerusalem, segundo dizem os jornaes e com certeza, em viagem de peregrinação, em busca do *perdão* para suas ladroceiras.

E, ao vel-os partir, um apóz outro, lembro-me Sr. Presidente, do primoroso soneto do nosso Raymundo Correa:

“Vae-se a primeira pomba despertada...

Vae-se outra mais... mais outra... enfim dezenas...”

Mas, Sr. Presidente, as pombas de que falla o poeta, partem de *papo vazio*, ao passo que os tratantes a que me refiro partem de *papo cheio*.

E como os sonhos, e a bem dos cofres públicos, elles ao Brasil que não voltem mais”

Esse discurso, verdadeiro “*master piece*”, em oratória de combate, culminou a campanha contra a Docas.

Encontra-se nessa peça oratória, os traços marcantes da psicologia de seu autor, mas, de todo o seu perfil, o sulco que mais impressionantemente ressalta dessas virulentas palavras, é a coragem de afirmar.

Mas, essa inestimavel e raríssima qualidade, ao invés de grangear prestígio e renome para seu possuidor, acarretava-lhe a fama de leviano e de temerário. E’ que a grande maioria dos políticos e dos homens públicos habituados com os prudentes e pastosos temperamentos da imensa maioria da humanidade, espantavam-se ante uma estranha personagem como era a do Senador Ellis.

O temperamento fogado e a coragem moral endemoninhada do Senador paulista influíam respeito reverencial ao lado de uma ponta de inveja e grande dose de despeito! Era preciso abater a excepcional creatura que pretendia voar tão alto...

Batendo na mesma tecla na sua campanha contra Nilo Peçanha, o Senador Ellis falava no Senado:

“O que mais do que isso confrange a alma nacional, não é o facto em si, que já é deprimente e incorretissimo, é a affirmação, feita por um

órgão da opinião publica, de que houve como que uma transacção commercial para que o illustre Ministro das Relações Exteriores mandasse lavar o decreto.

Ninguem mais do que eu, presto homenagens e culto ao Barão do Rio Branco.

O Sr. Azeredo — Mas desde que lhe attribui semelhante acto, o culto desaparece.

O Sr. Alfredo Ellis — Mas, com a mesma intuição e coragem com que defendo sempre os actos de S. Ex. eu agora o censuro. E' possivel que S. Ex. seja aproveitado na futura organização, mas, o que ninguem deixará de sentir, ainda que não manifeste abertamente, é que êsse acto basta para desviá-lo daquella admiravel linha vertical que incutia respeito aos adversários e causava admiração a todo o povo brasileiro. S. Ex. continuará no poder, mas figurará nelle como a Tôrre de Pizze.

Quanto ao Presidente da Republica, o que poderei dizer que não esteja na consciencia da Nação? Todos contam os dias, as horas que faltam para a extinção da vida deste Governo. Faltam poucas, felizmente, para o bem e a tranquillidade publica. (Muitos não apoiados).

Pode-se percorrer a extensa galeria de todos os Presidentes dos Estados Unidos da América do Norte. Alguns foram accusados, aliás injustamente, de inculcos, de ignorantes, sem os necessários requisitos para o bom desempenho de tão alta e importante funcção. Sobre nenhum, porem, pairou a mínima suspeita ou a accusação de improbidade.

Pois bem, façamos o confronto. Na crypta de S. Vicente de Fora, mergulhada em eterno crepúsculo, repousa desfazendo-se em pó, o cadaver do velho Imperador D. Pedro II. No Palácio do Cattete, há outro cadaver, tambem fazendo-se em pó.

Quanta differença, porem, entre os dois, se formos fazer a comparação: êste, guindado ao supremo poder pela sorte, por desgraça nossa, para desgraça da República, continuo a afirmar, vai cahir coberto de maldições e anathemas, ao passo que o Imperador, apesar de exilado, impõe-se ao nosso respeito porque em suas níveas barbas, fluctuantes aos ventos marítimos, quando partiu, não havia o mínimo salpico de lama.

Evocando, neste momento, a face augusta, através da serenidade gélida da morte, parece-me divisar nella um sorriso. Será, por ventura, ironia, confrontando o seu, com o actual Governo? Se é de ironia, não pode ser maior castigo.

E' tão cruel, tão pungente que não encontro na linguagem humana, expressão que possa traduzir a dor que devemos sentir.

Através dos ultimos 70 annos de nossa existencia, como Nação, além do honesto imperante, tivemos presidindo os destinos nacionais, Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves e Affonso Penna.

Representam todos, na história politica da nossa Patria, pincaros elevados cobertos todos de neve alvissima e immaculada.

Se tiramos um pouco dessa neve, de qualquer dessas cumiadas, e comparamol-a com a actualidade, seremos forçados a desistir, porque não se pode comparar neve com uma poça de lama. (Não apoiados. Protestsos).

O Sr. A. Azeredo — Lama atirada por aquelles que não prestam a devida consideração ao chefe da Nação. Ninguém está livre de, ao transitar pela rua, receber um salpico de lama.

O Sr. Alfredo Ellis — Isto aqui, apesar dos pesares, não se pode fallar a verdade.

O Sr. A. Azeredo — Eu sei que é o recinto do Senado.

O Sr. Alfredo Ellis — Si V. Ex. pretendeu atirar-me um insulto, desejo que o endosse e firme com a sua responsabilidade, para sustental-o em outro lugar — fora daqui.

O Sr. Presidente — Attenção; attenção (faz soar os tympanos)

O Sr. Azeredo — Eu não disse como insulto.

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, tenho concluido.

Eu nunca ví tanta violência, tanta combatividade, tanto ardor, tanta coragem nas afirmativas, tanta agressividade, tanto arrôjo, etc.! Tenho tido contacto com vários oradores e parlamentares, actuais e de todos os tempos! Estudei os discursos de Pitt, de Fox, de Burke, de Canning, Wilbeforce, de Peel, de d'Israeli, de Gladstone etc.. Passei em revista todos os grandes oradores dos parlamentos imperiais e nunca vi arremetida mais furiosa contra um govêrno, do que a dêste discurso!

Parece êle uma desesperada carga de cavalaria!

O seu valor aumenta, pelo fato de estar o Senador Ellis isolado, contra 95% de Senadores governistas.

Era bem um Daniel na cova dos leões!

Era um cristão lutando, contra as fêras, na arena romana!

CAPÍTULO XV

A S. PAULO RAILWAY

Cousa curiosa, o Dr. Alfredo Ellis, sendo meio sangue inglês, julgava as emprêsas britânicas com olhos mais rigorosos do que as demais, ou antes, para êle as emprêsas inglêsas tinham obrigações de respeitar as leis do país, com mais rigor porque a Inglaterra sendo uma fortissima nação, não devia tirar partido disso e ir com a sombra do seu imenso poderio, amparar interesses particulares em um país fraco como éra o Brasil.

O Dr. Ellis, em relação á São Paulo Railway, éra o mesmo cavaleiro andante correndo atrás de uma quimêra, com sua lança sempre enristada e querer ser o chicôte do mundo. A São Paulo Railway tinha uma situação privilegiada de ser bôca de funil de toda a economia paulista, que tinha de pagar altos frêtes para atingir o litoral, com suas cargas de exportação, resumidas no café, que éra uma mercadoria altamente valiosa, suportando os frêtes exageradissimos, como cobrava a emprêsa britânica.

Para se perpetuar nêsse monopólio de transportes, entre o Planalto produtor e o Litoral exportador, a privilegiada companhia impedia qualquer outra de atravessar a muralha do mar, com seus trilhos. Ora, todo o monopólio é odioso! Assim, por dois motivos a situação dessa emprêsa britânica éra antipática, cousa que se exacerbava pela suspeita de que a São Paulo Railway tinha duas escritas, das quais uma, a verdadeira e a outra falsa. Aquela destinada á Inglaterra, para uso interno e esta, para ludibriar o governo e as leis do Brasil, ficando assim prejudicadissima a economia paulista. Alem dessas causas mais immediatas para ser alvo da mal querença geral, a companhia inglêsa arcava com uma outra, mais remota, mas que calava muito no raciocínio esclarecido do Dr. Ellis. E' que a S. P. R., chegando a Jundiáí, não quiz prosseguir com suas linhas pelo interior a dentro.

Ela não queria abrir zonas e se limitava a aproveitar o esforço das emprêsas que o fizessem. "*Comia a carne e se recusava a roer os ossos*".

Abrir zona? Ah! Não! Isso éra muito duro e exigia muitos sacrificios! Outros que o fizessem! E fizeram! A Paulista, a Mogiana e a Sorocabana e mais tarde a Araraquarense ou a Noroeste, abriram todo o hinterland paulista, para ser subsidiário dos capitáis egoistas da S.P.R. Com essa norma de proceder, a indesejável emprêsa britânica obrigára a economia pau-

lista a fortissimo empate de imensos capitais, que foram retirados das nossas forças já anemícas que assim enfraquecidas, ainda mais, fizeram diminuir o ritmo da nossa expansão.

Fôsse outra gente, que não a pauista, o Governo Central teria realizado essa capitalização, mas, em se tratando de paulistas, tudo teve que ser feito a nossa custa.

A União não crava um prégio em nosso Estado, que não vise lucros diretos para seu Tesouro. Fôsse isso norma geral no Brasil, nada teríamos a objetar! Até seria uma conduta muito elogiável e, que, nós paulistas aplaudiríamos, mas infeliz e desgraçadamente a União vem sendo madrasta para com São Paulo, sendo mãe gentil para com todos os outros, com os quais ela tem prodigalizado auxílios.

Com isso, São Paulo teve de fazer aquilo, que a União não fazia, por odioso favoritismo e a São Paulo Railway, também se recusava a fazê-lo, por odioso egoísmo. Fizemos, mas era doloroso ver que a egoísta empresa inglesa estava aproveitando parte da nossa euforia econômica, a qual era desviada para alhures.

Ora, por mais impassível e sereno que se queira ser, não é possível se calar ante êsse doloroso esbulho!

Assim, a campanha em que o Dr. Alfredo Ellis se empenhou, durante mais de um quarto de século, contra a São Paulo Railway, não foi por essa empresa ser inglesa, mas sim porque ela agiu contra os magnos interesses de São Paulo.

O Dr. Ellis, ainda que filho de inglês, era um assimilado completo e absoluto, pelo meio ecológico, que o envolvia. Seria natural que, êle se religasse profundamente á terra, na qual tinha nascido e na qual vinha vivendo, êle e os seus.

O sangue britânico, que o animava, nada tinha a haver com isso, a não ser na outorga, que fazia ao parlamentar paulista, daquela tenacidade anglo-saxônica, por êle evidenciada nas três décadas em que, com solidês inigualável e com persistência incrível, martelou contra essa empresa e a favor do povo paulista. Todos os objetivos visados, pelo parlamentar paulista, vinte anos após o seu falecimento, foram atingidos! A empresa perdeu o monopólio da ligação do Planalto com o Litoral, com a Mairink-Santos e depois, em 1945, foi encampada, como pedia Alfredo Ellis.

Eis a mais bela vitória, que poderia almejar um homem público! Eis a vitória mais linda, que um "*condottieri*" poderia desejar!

Infelizmente ela só se efetivou vinte anos depois da morte do Senador Alfredo Ellis.

Mas, além dos motivos expostos acima, que o Dr. Ellis tinha ao animar, na campanha contra a São Paulo Railway, havia mais um de caráter pessoal. Foi o seguinte :

A companhia inglesa tinha o seu contrato a se vencer em 1896 e pleiteava a renovação do mesmo por mais 50 anos, obrigando-se a construir mais uma linha nova da Serra, cujo antigo funicular já não dava mais vazão á carga, que aumentava anualmente, na razão diréta, em que as novas zonas paulistas iam sendo devassadas e entréguas á produção de pujantíssima economia estadual.

Esses aumentos eram duplos, porquê a importação, sendo méra consequência da exportação, esta aumentando, aquela, naturalmente, deveria aumentar.

Acrescia a seguinte circunstância : a mercadoria café sendo extremamente leve, em relação o seu elevado valor, permitia a aquisição de mercadorias pesadíssimas que eram importadas. Com isso, as exportações paulistas, em régra, eram três vezes mais leves que, as importações. Daí, o desequilíbrio, quanto ao peso, no intercambio, entre o Planalto e o Litoral. A situação economica de São Paulo, apesar da União, era das mais sólidas e promissôras. A vista dêsses fatores, a Estrada de Ferro se propunha a realizar novos investimentos de capital, que melhorassem a ligação, entre o Planalto produtor e o Litoral exportador, com o que o contrato, até então vigente deveria ser prorrogado, por mais cincoenta anos, afim de que, os 4 milhões de libras, que a emprêsa iria empregar, fossem remunerados.

Com êsse propósito, um tal Mister Fox procurou o Dr. Ellis, no escritório, que êste parlamentar tinha, á rua Direita e, depois de fazer calorosa invocação ao velho médico inglês, Dr. William Ellis, desenrolou uma série de mapas e expôs a matéria, concludo, em dizer que, a emprêsa não regatearia preço, para obter o que queria. Era uma propôsta de suborno.

O Dr. Ellis, não fôsse tão extremado nos seus pundônôres e não tivesse o seu temperamento explosivo e ardoroso, exagerando a sua dedicação às causas, que abraçava sempre entusiasmaticamente, com aquele ânimo de "condottieri", espadachim a poéticamente atravessar os maiores perigos, por uma, muitas vezes, insignificante e longinqua quiméra, não teria dado importância á ingenuidade de Mister Fox, êste, ao ter a simplicidade de tentar realizar um suborno de um homem público, deveria ter antes, se informado bem sôbre a pessoa com quem se aventurava. O Dr. Ellis era o homem mais rígido que tenho conhecido, em matéria de susceptibilidades, a propósito de questões de interêsse público.

Mister Fox propunha uma advocacia administrativa, com um objetivo inconfessável. O Dr. Ellis dizia sempre que, a vida de um homem pública deveria ser mais rutilante que, o aço brumido das armaduras dos cavaleiros cruzados. A mínima ferrugem constituía-lhes uma nódoa, que lhes macularia a pureza.

Ele, o Dr. Ellis tinha a sua vida pública protegida por uma couraça mais espessa que a dos "*dreadnoughts*". Esse seria o melhor patrimonio, que êle poderia legar á sua posteridade.

Por isso, a respôsta, que o parlamentar paulista deu ao mensageiro de São Paulo Railway, foi violenta e decisiva.

— "Mister Fox, quando o Sr. iniciou sua palestra neste escritorio, fez bem em evocar a memória de meu pai, que me exige um árduo tributo de respeito, pois, caso contrário, a sua saída por aquela escada seria precipitada por uma extremada violencia, que eu sei ter para com quem tenha a coragem de me propôr uma imoralidade dessas. Queira se retirar, antes que eu perca a paciência".

Com esta, Mister Fox saiu e se dirigiu a outrém.

Em fins de 1896, o contrato da São Paulo Railway estava renovado. Esse contrato terminaria em 1946. Terminou e a estrada foi encampada pelo Governo Federal. Desgraçadamente pelo Governo Federal!

* * *

São Paulo sempre fôra uma autarquia, isolada do resto do mundo, pelas arestosidades da Serra do Mar. No século XVII, só o escravo índio podia ser exportado, porquê êle se auto-transportava. No século XIX, só o café podia ser exportado, porquê éra mercadoria de elevadissimo valôr, em relação ao seu peso e ao seu volume.

No Senado, a primeira luta parlamentar do politico paulista, foi alvejando a S.P.R. Lógo no seu primeiro discurso feito em 20 de Junho de 1903. Depois, até 1922 o Senador Ellis continuou na campanha, contra a situação abusiva dessa Companhia britânica. E' o que, se vê no seguinte discurso:

A Companhia S. Paulo Railway vem de longa data fazendo o papel de bezerro, mas de bezerro esfomeado, ao qual nada satisfaz. De vez em quando procura forçar o ubere da vacca. E quanto mais crescido fica esse novo bezerro, mais insistentes, mais fortes são as cabeçadas que dá no ubere, sempre na esperança de que o leite desça, segundo a phrase muito commum entre os que se entregam á industria de lacticínios.

Este anno, já por quatro vezes, tentou o “bezerro” dar cabeçadas no pobre ubere da lavoura paulista. E, sendo certo que o leite desce sempre após essas cabeçadas, não é menos certo que o bezerro ainda não está satisfeito.

Para que V. Ex., Sr. Presidente, avalie até onde vae a ganancia dessa companhia, nada mais preciso fazer do que apresentar á consideração do Senado um calculo extrahido do relatorio do Sr. Ministro da Viação, o qual vem publicado na primeira pagina da exposição que S. Ex. fez sobre a receita kilometrica das nossas principaes estradas de ferro. Esse calculo, com ser de origem official, é muito curioso.

A São Paulo Railway, Sr. Presidente, tem uma receita kilometrica de 124 contos, ao passo que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro só tem 25:176\$344; a Central do Brasil, 23:831\$090; a Companhia Mogiana, 13:538\$600; a Companhia Sorocabana, 12:071\$669; a Leopoldina, 9:296\$023; a Great Western, 6:601\$419; a Auxiliare do Rio Grande do Sul, 6:397\$466; a Oeste de Minas, 5:913\$033; as Estradas do Paraná e Santa Catharina, 5:658\$518; a Rêde Sul Mineira, 4:120\$788; a Rêde Cearense; 3:396\$923; a Viação Bahiana, 2:937\$819; a Great Southern, do Rio Grande do Sul, 1:809\$992, e a Caxias e Cajazeiras, 1:664\$415.

Isso quer dizer, Sr. Presidente, que essa empreza, na America do Sul, é talvez a que tem maior renda kilometrica.

Pois, apezar d'isso, ella, que outr'ora gastava apenas 40% de sua renda com o custeio das suas linhas, hoje despende 80%, com o fim concebido de diminuir a sua renda liquida, para conseguir do Governo a outorga de novos favores.

Á vista da quarta reclamação, pedindo augmento de tarifas, eu que já em agosto de 1920, tinha, desta tribuna, reclamado contra procedimento dessa insaciavel empreza, em outubro, em longo discurso que aqui pronunciei, chamei a attenção do illustre Ministro para que não concedesse novos favores, para que não abra a portas a novas concessões, que, futuramente, quanto tivermos de encampar a linha, iriam onerar o Thesouro, como succede presentemente com a lavoura, com a população, com a communhão paulista.

Si não me engano, quando em outubro do anno passado, orei, reclamando a attenção do honrado Ministro, lembrei á conveniencia de levar a uma conta separada esse augmento caso S. Ex. julgasse conveniente dar-lhe uma percentagem maior.

E' necessario definir a situação. O Lord Bessborough, que hoje está occupando o cargo outr'ora desempenhado pelo Lord Balfour, tem o empenho de evitar — tome nota o Senado, tome nota o paiz — a encampação da S. Paulo Railway.

A directoria dessa empreza premedita a execução, de um novo plano para protelar a encampação por mais trinta annos, como fez em 1897.

Naquella occasião, ella promoveu uma crise de transportes, merce da qual deu um prejuizo colossal ao Estado. Agora, pretende, de novo, arruinar a estrada, para nos obrigar a fazer uma novação de contracto, ou então, obter um lucro liquido que torne a operação quasi inviavel para o Thesouro brasileiro.

V. Ex. sabe, Sr. Presidente, que vae servir de base para a regularização desse assumpto o lucro liquido do ultimo quinquenio. Ora, se o prazo para a encampação é justamente este que vae decorrer agora — de 1922 a 1927 — estamos chegados ao quinquenio cuja renda liquida vae servir para o calculo da emissão das apolices, cujos juros deverão corresponder á média da renda liquida do quinquenio. Esta claro que, se a renda subir, maior numero de apolices será necessário para indemnizar a companhia. Portanto, é do nosso interesse que o estrada não tenha a renda muito elevada, ao passo que o interesse da companhia é, ao contrario, aumentar os seus lucros liquidos e os seus dividendos, de modo a eleva-los a tal altura que torne impossivel a operação. Para este fim foi que veio Lord Bessborough ao Brasil. E foi para obviar a execussão desse plano machiavelico e jesuitico que eu, desta tribuna, em outubro do ano pasado, denunciei-o ao paiz, como denunciei em 1920 o plano dos americanos, no tocante á nossa safra do café.

Presidente, eu venho accentuar o proposito daquella companhia gananciosa contra os interesses do Brasil. Basta dizer que, em 30 annos, ainda ella continua com o nosso systema obsoleto de cabos, nos planos inclinados. Ainda não estudou um trajecto de adherencia aos trilhos para os seus trens, de maneira que mantemos, depois de 50 annos de custo de uma estrada, o mesmo processo antiquissimo e de trafego limitado — os planos inclinados, cabos para puxarem os trens, cousa que não se faz mais em parte alguma do mundo em estradas de trafego intenso como é o daquella linha. Não temos a electrificação, não temos, absolutamente, as vantagens e os progressos que o augmento de trafego como o a que attingio a companhia, em poucos annos determina!

Pois bem, diante de uma situação desta ordem, não só em 19 de agosto de 1920, chamei a attenção do Governo para o facto, como, em outubro do anno passado reiterei a minha argumentação, demonstrando o perigo que pairará sobre nós, si, porventura, não resistirmos aos pedidos e solicitações da directoria dessa empreza.

Entretanto, Sr. Presidente, a imprensa de minha terra, em logar de apoiar o velho Senador que outro objectivo não tem nesta tribuna sino o de zelar ciosamente pelo interesse publico, laconicamente, em suas noticias, diz apenas: "O Senador, empregando os mesmos argumentos, tratou da questão do café e de tarifas de estradas de ferro".

Sr. Presidente, eu teria muito prazer em dar aos meus discursos uma feição litteraria, ao agrado da imprensa da minha terra, si, porventura, o assumpto não fosse árido por sua natureza. V. Ex. sabe que ha muitos annos, venho discursando sobre o nosso edificio, o sonhado edifi-

ção para o Senado; sabe que o assumpto não comporta vôos de imaginação nem novos argumentos; sabe que sobre o café não posso fazer discursos academicos, contrários, aliás, á minha indole de homem positivo e pratico, conforme a educação que tive. Assim, tambem, as tarifas de estradas de ferro são um assumpto árido, que não pôde agradar á imprensa; porém, essa mesma imprensa poderia, pelo menos, reconhecer o esforço que faço em estar vigilante, tratando, como trato, nesta tribuna, exclusivamente, não de interesses individuaes, mas de interesses que fundamentalmente se relacionem com o accrescimento do patrimonio nacional. (Pausa).

A S. Paulo Railway, Sr. Presidente, está funcionando, ha 55 annos no meu estado e até hoje ainda não levantou a planta para uma estrada que se prolongasse pela serra de Santos — Paranapiacaba e fizesse o percurso entre Santos e nossa capital, empregando adherencia aos trilhos pelos trens. Até hoje não eletrificou o trecho da serra; e, tendo obtido em 1897 a prorrogação por mais trinta annos, limitou-se a dobrar a linha, continuando, porém, a empregar o mesmo systema obsoleto de tracção por câbos, nos seus quatro planos inclinados, processo que já não se emprega em parte alguma do mundo, principalmente em estradas de trafego interno, como é a de que trato.

Se ao menos a sua directoria tivesse procurado os meios de electrificar o trecho da Serra, claro é que nos daria um consolo, esperando que não se limitaria seu trafego, como vae se limitar, produzindo uma crise tremenda de transporte, quando se aproxima justamente o termo do prazo para a encampação, que se dará em 1927.

Allega a empreza, Sr. Presidente, que não podia fazel-o, porquanto augmentaria extraordinariamente o seu capital, não lhe sendo possivel levantar a somma necessaria, estando, como está, tão proximo o fim do prazo para a sua encampação.

Pergunto: ha ou não occulto ahi um sophisma pois trata-se de uma estrada que é considerada a primeira do mundo, pelo valor dos seus titulos, que são guardados na carteira da casa Rotschild, como titulos especies igual aos bonus e ao "stock" do governo inglés? Está claro que sim, porque bastaria um entendimento entre a directoria da S. Paulo Railway e o Governo. A directoria poderia electrificar as suas linhas mediante um accôrdo para que a importancia despendida nesse melhoramento fosse tomada separadamente, obrigando-se o Governo Federal a indenizal-a.

A S. Paulo Railway não o fez e nem pretende fazel-o, porque o plano occulto da sua directoria consiste em crear uma nova crise de transporte, exactamente como fez em 1895, occasião em que deu um prejuizo de 35 a 40 mil contos ao commercio, á industria e á lavoura do Estado de São Paulo. E' a politica da faca ao peito.

Tomando-se o povo inglez em collectividade, é nobilissimo. E' um povo que se deve sentir orgulhoso, porque além da Inglaterra ser a mãe de nações, é o asylo da liberdade. Nenhum mais nobre e a próva é que

Napoleão, a bordo do "Northumberland", quando seguia desterrado para essa ilha perdida no meio dos mares do Pacifico, disse: "Povo, um só, que é o inglez: os demais não passam de méras populações".

Pois bem, Sr. Presidente, o povo inglez que, como coactividade, é nobre, quando se trata dos interesses de suas companhias, é de uma ganancia extraordinária, julgando que todos os povos e todos os paizes tem obrigações para com ellas e ellas nenhuma para com o povo. Isso, ver se-ha "brevemente", em uma campanha que vou iniciar.

Ahi está a razão por que a S. Paulo Railway, tendo nos cofres um fundo de reserva igual ou superior ao seu capital primitivo, ainda vem, perante o Governo Federal, representar o papel de mendigo de porta de confraria, ou de convento rico. (Riso).

Quando é para distribuir dividendos, lucros fartos e abundantes recolhidos naquela terra, ella o faz adiantando "bonus", dando bonificações anticipadas, levando quantias ao fundo de reserva, para depois distribuir um dividendo a seu modo, a seu gosto: quando, porém, quer reclamar augmento de tarifas, chora miserias!

Não se pôde, Sr. Presidente, nem nós brasileiros podemos esquecer o procedimento que teve a directoria ingleza com o nosso inolvidavel patricio o Visconde de Mauá.

O Senador ha de me desculpar a digressão, que vou fazer, aliás imprescindivel para que se possa bem apprehender a psychologia daquella empreza.

A directoria da Ingleza havia feito um contracto com a Sharp & Filhos, para a construcção da primitiva linha. Naquella época inventou-se na Inglaterra um systema de "panellas de ferro", para poupar dormentes. Sharp & Filhos, adoptando esse systema, importaram grande quantidade dessas panellas.

Mais tarde, em experiencias, ficou verificado que ellas não serviam, tanto que houve varios desastres, um em 1865, causando varias mortes, justamente no primeiro trem de experiencia que vinha de Santos a São Paulo. Em virtude desse fracasso os empreiteiros primitivos faliram, devido ao grande prejuizo que tinham soffrido com a acquisição dessas panellas.

Quer dizer, Sr. Presidente, que a situação era esta: a estrada não ficaria concluida porque os empreiteiros haviam fallido.

Sharp, que era um homem honesto, amigo do Brasil, bateu ás portas do Banco Mauá, e, alli encontrou no grande brasileiro o apoio e o auxilio necessarios á conclusão da linha. Aberta foi a caixa do Banco Mauá, de onde Sharp retirou, mais ou menos, tres mil contos, com os quaes pôde concluir a linha.

Justo era, Sr. Presidente, que a directoria da S. Paulo Railway, attendendo a essa circumstancia, entrasse, pelo menos, em accôrdo com o Banco Mauá para que elle resarcisse o prejuizo, si, porventura, não lhe fôsse feito o pagamento dessa somma adiantada aos empreiteiros.

Pensa V. Ex. que a directoria contribuiu com mais um vintem? Absolutamente; recusou o pagamento. Dahi, a reclamação judicial de Mauá á justiça brasileira, que lhe deu razão, enquanto que a Ingleza deu á companhia, levando Mauá a fallencia e á ruina de centenaes de creações e de empresas novas auxiliadas pelos capitaes daquelle grande brasileiro dentro e fóra do paiz.

Sr. Presidente, o caso póde ser comparado (e eu gosto muito de fazer comparações) ao do millionario que houvesse incumbido alguém de levar um thesouro das suas jazidas de brilhantes, tendo combinado préviamente o preço do transporte, e que o empreiteiro, forçado a atravessar, em canoa, um rio, tivesse naufragado, tendo, porém, a felicidade de serem salvos, elle e o thesouro por um outro canoero.

Ora, o dono do thesouro estava sciente e consciente de que, si não fosse esse socorro opportuno, o empreiteiro perderia, com a vida, o proprio thesouro que transportava.

Ha duas consciencias, ha duas justças?

Claro é que o dono do thesouro devia remunerar aquelle que evitou que a sua riqueza fosse para o fundo do rio, prestando soccorro opportuno.

Pois a Ingleza não fez nada disso, nem mesmo diante da fallencia de Mauá.

Mais uma vez, desta tribuna, rememoro estes factos para que constem dos "Anaes" a nossa gratidão e o tributo de respeito que devemos ao grande brasileiro, que falliu porque prestou o seu auxilio a uma companhia estrangeira, que, apesar de riquissima, nunca se lembrou de resgatar para com elle a sua divida de honra nem de cumprir as promessas que lhe havia feito "manhosamente como é do uso" entre as companhias inglezas.

O intuito da Companhia Ingleza é obter uma nova prorogação do contracto que lhe assegure mais trinta annos de exploração. O Governo, porém, diante das allegações da empresa, não deve ser tão prodigo. Ao contrario, deve mandar de novo examinar a escripta dessa empresa, para verificar se, de facto, os seus dividendos estão abaixo do minimo que a contracto lhe assegura: 7%.

Eu vi, publicado nos nossos jornaes diarios o parecer do illustre engenheiro, inspector de estradas de ferro, Dr. Palhano de Jesus. Não conheço pessoalmente S. Ex. Sei, porém, porque tenho as melhores informações a seu respeito, que é um homem de honra, que é um homem de competencia, que é um grande engenheiro.

As allegações que S. Ex. adduz para justificar a medida são as articuladas pela empresa, que, com a apresentação do contracto primitivo, exige o cumprimento de uma clausula que determina augmento de tarifas sempre que os dividendos forem inferiores a 7%. Mas esse parecer do nobre engenheiro vem entrar em conflicto com o relatório confeccionado,

por ordem do actual Ministro da Viação, por uma commissão distinctissima, presidida pelo Sr. Dr. Aarão Reis, que é um nome nacional.

Escusado é, Sr. Presidente, encarecer ou louvar a capacidade e a honorabilidade deste nosso conterraneo. Além de S. Ex., como chefe, faziam parte dessa commissão, como seus auxiliares, o engenheiro Luiz Carlos da Fonseca, que, aliás, está trabalhando no gabinete do Ministro e o actual fiscal da Inglaterra.

Pois, Sr. Presidente, o Sr. Dr. Palhano de Jesus, sem se referir absolutamente ao relatório mandado confeccionar pelo Sr. Ministro da Viação, após um exame minucioso da escripta dessa companhia, procedido por esse triumvirato, lavra um parecer concedendo á Inglaterra um acrescimo de tarifas que vem a ser o quarto que ella obtem.

Note bem o Senado: é este o quarto augmento de tarifas, de janeiro para cá, importando em um augmento sobre os fretes de 45%!

E, como a outorga ultima é de tarra cambial, se o cambio, porventura, descer a 6, a empreza poderá cobrar até 58% mais do que as primitivas!

Sr. Presidente, deante de uma situação dessa ordem, claro é que, tendo eu me batido, nesta tribuna contra essa ganancia, e pronunciando, no dia 13 de outubro do anno passado, longo discurso sobre este caso, chamando a attenção do Senado para os planos da S. Paulo Railway, revelando aos olhos do paiz esse sophysma de se encapatar aquella directoria com o manto esburacado da miseria, como esses mendigos que morrem simultaneamente, encontrando-se com elles sommas avultadas; fazendo á "camouflage" da pobreza e da miseria, quando ella tem um fundo de reserva equivalente ao seu capital primitivo.

Sr. Presidente, a situação do meu Estado é muito grave; o desequilibrio é profundo. Uma alteração de tarifas, dessa natureza vem produzir uma desorganização completa em todos os orçamentos e calculos. Não é possível continuar o Governo a concorrer para diffcultar a situação actual do commercio, da lavoura e da industria do meu Estado.

Já demonstrei, Sr. Presidente, que nenhuma estrada de ferro do Brasil tem uma renda kilometrica que de longe se possa comparar com a que aufera a Companhia São Paulo Railway. Já demonstrei, no meu ultimo discurso, que a relação dessa renda é de 124 a 125 contos de reis por kilometro, para 25 contos de reis da Paulista, 24 a 25 contos para a Estrada de Ferro Central, o que quer dizer que a renda kilometrica da Inglaterra é cinco ou seis vezes maior, comparada com a que aufera a Companhia Paulista.

Como é que uma estrada nestas condições, com uma renda kilometrica de 125 contos, vem fingir pobreza e miseria, arrancando ainda uma migalha ás mesas ministeriaes?

Não se tolera uma situação desta ordem, e dahi as reclamações que surgem constantemente.

Ainda hoje, ao entrar no recinto do Senado, recebi uma carta de

um paulista patriota, collaborador da imprensa de S. Paulo, dizendo o seguinte, como éco da opinião geral:

“Daqui, de Santos, de todos os lugares do interior continuam todos occupando-se das tarifas e dos seus augmentos.

A Inspectoria Federal das Estradas, aqui, nada faz, absolutamente, deixando os serviços da Ingleza á matroca, não fiscalizando absolutamente cousa alguma. O material é velho e imprestavel. Os carros de passageiros de primeira e segunda classes, remendados e sujos. Os trens de suburbios não tem qualificação, pois são ainda os primitivos. Releve-me, etc.”

Por outro lado, Sr. Presidente, o augmento de tarifas é extraordinário. Não quero fazer um estudo comparativo, porque seria demasiado longo. Basta consignar, para exemplificar, o augmento das passagens.

A S. Paulo Railway cobra, actualmente, de S. Paulo, a Santos, ida e volta 15\$, quando, antigamente, cobrava 9\$500 por esse mesmo percurso, que é de 79 kilometros. Quer dizer que ha um augmento de 5\$500, ao passo que a Mogyana, por igual percurso, cobra 7\$, a Central 8\$700, a Paulista 7\$ e a Sorocabana 9\$400. A Ingleza, ida e volta, cobra 15\$, 11\$600 a Mogyana, 13\$100 a Central, 11\$200 a Paulista 15\$100 a Sorocabana.

Quer dizer que o augmento é de quasi 60% na tabela de passageiros!

Comprehende V. Ex., Sr. Presidente, que semelhante augmento vem alterar completamente todo o Estado de São Paulo, arrastando os que de seu trafego precizam a uma situação angustiosa.

Logo que a Ingleza “biscou” — desculpem-me a expressão, porque ha termos que vem muito ao caso — a lavoura um tanto animada, graças a melhoria de preços que a defesa do café trouxe ultimamente, entendeu que “tambem” era chegado o momento della “embarcar sua bisca”, imitando aquelle sachristão que jogava com a Nossa Senhora.

Não é de mais que ainda uma vez conte ao Senado essa história do sachristão.

A caixa das esmolas estava repleta. O sachristão fechou as portas do templo, armou a mesa, preparou o baralho e disse: “Minha Nossa Senhora, agora vamos jogar uma partida de bisca”.

Excusado é dizer, Sr. Presidente, que em breve o conteudo da caixa de esmolas estava na escarcella do sachristão e Nossa Senhora “limpa”! (Riso).

Tudo isso foi feito sem um protesto da Santa que continuou com o mesmo aspecto sereno e doce, no seu nicho, sob o reflexo de seu diadema. Ao levantar da mesa, o sachristão olhou para Nossa Senhora, e, ajoelhando-se, disse: “Realmente a Nossa Senhora estive muito caipora este anno; vamos esperar que para o anno seja mais feliz”. E sahiu com o total das esmolas.

A Ingleza, Sr. Presidente, tem um thesouro em caixa, thesouro su-

perior a dous milhões esterlinos, representado pelo seu fundo de reserva. Entretanto, a despeito disso, ainda vem pedir algumas migalhas, disputando á lavoura o pouco que ainda lhe resta, esquecida de que só agora ella, a lavoura, poderá melhorar um pouco a sorte que lhe tem sido tão dura!

* * *

Todo êsse descomunal esforço, visando melhorar a ligação do litoral ao Planalto, problema secular, do qual proveio a nossa formação econômica, determinando a nossa configuração social, o Senador Ellis dispendeu, em beneficio de sua sagrada terra, de seu povo e, mais particularmente da nossa classe agricola!

Felizmente, êsses esforços não foram em vão!

Hoje a ferrovia é do Governo! Desgraçadamente ainda é do Governo Federal. . . Não demorará o dia em que essa estrada fique para São Paulo. E' imperioso que isso aconteça.

Hoje, porem, o problema da ligação do Litoral ao Planalto, parece resolvido, mais ou menos como queria o Senador.

"Não ha mal que nunca se acabe"!

CAPÍTULO XVI

O CAFÉ

(PRIMEIRA FASE)

O Café é a base do edificio paulista! Tudo em S. Paulo é devido ao café! Este é a causa de todos os fenômenos que testemunhamos! A nossa riqueza econômica, a nossa densidade demográfica, o nosso índice de urbanização, a nossa policultura, nosso sistema ferroviário, a nossa industrialização, etc. não passam de meras consequências da cultura cafeeira e foi quem debastou o terreno, promoveu a civilização do Estado, atraiu imigração, formou os capitais, edificou as cidades, estendeu as ferrovias e as rodovias, etc. Eu já disse, devíamos já ter erguido um grande monumento ao café no sólo glorioso de Piratininga!

Sim pois tôda a prodigiosa máquina administrativa paulista, tôda a formidável organização econômica de São Paulo, tôda a sua excepcional concentração demográfica, tôda a sua enorme área cultivada, todo o seu aparelhamento sanitário, os seus institutos científicos, a sua maravilhosa estruturação social, a sua magnífica organização do ensino, o seu total capitalístico acumulado, os seus parques industriais, as suas fontes de energia elétrica e hidráulica, etc. tinham e têm por fundamento o café!

Para São Paulo, o café era e é a viga mestra de tôda a sua razão de ser e se resumia como se resume ainda, no problema máximo da sua economia. Até o início do presente século, a situação econômico-financeira do café era de franca euforia, mas uma grande safra havia desequilibrado a oferta e a procura dessa preciosa mercadoria, de modo que, o espectro sombrio do Adamastor da miseria ameaçava a classe da agricultura cafeeira.

A propósito dessa lavoura, o senador Alfredo Ellis, empregado, dizia com entusiasmo visível, em 1906, transparecido no seguinte trecho de seu discurso:

“Raro é o brasileiro que tem isso na sua própria consciencia. Ninguém pode avaliar o que é a lavoura de café em S. Paulo.

Oitocentos milhões de cafeeiros representam, Sr. Presidente, riqueza superior às jazidas auríferas de qualquer parte do mundo. As minas da California, tão invocadas como symbolo de riquezas, estão longe de rivalizar com a lavoura de café de S. Paulo. Lá, a riqueza era extrai-da do solo, e portanto, incerta, ao passo que a lavoura de café de S. Paulo, é feita pelo braço e esforço humanos”.

E' natural êsse entusiasmo, pois, o senador Alfredo Ellis tratava de encarecer uma fonte de riqueza, que êle havia tomado parte na feitura. Assim, a lavoura de café, era, em parte, produto do seu esforço, do seu dinamismo, da sua energia, da sua capacidade de trabalho, da sua ciência da lavoura, etc. ! Nesse caso, êle falava, quase que, em causa própria, pois a lavoura de café era bem filha de sua vigorosa mocidade !

Daí o seu fogoso entusiasmo, que êle tão bem sabia comunicar a todos que o ouviam !

Como dizíamos, densas nuvens negras toldavam os horizontes cafeicultores de S. Paulo, nesse comêço do século XX. Foi então que o senador Ellis abordou o assunto, que pela vez, primeira, foi, de modo mais completo, levado ao Parlamento Nacional. E êste já havia anteriormente sido tratado, mas não o tinha ainda sido de uma forma concreta. Assim, o senador falava no Senado :

“ Posso, desassombradamente, afirmar e estão ahi os Annaes para provar que eu, desde 1894 venho cuidando dos interesses da nossa lavoura em geral. Em relação á do algodão, ha na Camara dos Deputados projecto meu... ” (*Discursos Parlamentares*, Alfredo Ellis, vol. I, 82; *Annaes do Senado*).

Agora, não, o senador Ellis apresentava uma proposta efectiva a respeito. Em primeiro de Julho de 1903, êle apresentava o seguinte projeto :

“ Artigo 1.º — *Fica o Governo autorizado a promover, de accordo com os Estados productores, com capitais nacionais ou estrangeiros, os meios de defender e valorizar o café.*

Artigo 2.º — *Fica o Governo autorizado a fazer as operações de credito necessarias para execução da presente Lei.*

Artigo 3.º — *Revogam-se as disposições em contrário”.*

Sala das Secções, 1.º de Julho de 1903

Alfredo Ellis

A super produção abarrotava os mercados de consumo, de modo que, os preços que, até então haviam estado altos, caíram fragorosamente.

Seria preciso que, fosse por um organismo qualquer, retirado do mercado o excesso da oferta sôbre a procura, para entrar, com êsse excesso, em ano de produção menor, suprimindo o consumo. Êsse equilíbrio, que fatalmente deveria ser o infalível re-

gulador dos preços, só deveria ser realizado pelo poder público. Assim, justificando o projeto supra, dizia, no Senado, o parlamentar paulista:

“ Para a lavoura, que é a grande creadora desse credito, para a lavoura que é a classe que mais contribue para a prosperidade, para a riqueza e grandeza do paiz, nada, absolutamente nada se tem feito ”.

O projeto, como se vê, não especificava a forma, de como deveriam ser feitas a valorização e a defesa do café. Era o germe da ideia! O arcabouço do principio! Com o tempo, a ideia aí gerada, com o processo gestatório da mesma, deveria ir a seu termo. O arcabouço no projeto contido, deveria ser revestido! O projeto do senador Ellis, contém a mesma ideia, o mesmo principio básico, porém, que tem presidido, até hoje, todo o processo da defesa do café.

Tudo, que se tem feito, em meio século, se assenta no principio econômico, consubstanciado nesse velho projeto do Parlamentar paulista, o qual foi, sem dúvida, o antepassado, o protótipo de toda a defesa e a valorização do produto. Meio século de vida econômica não o substituiu. Ideia nova não surgiu, nessa primeira metade do século XX, para alicerçar a defesa e a valorização do café, de outra maneira!

O primitivo projeto era, como deveria ser forçosamente, lacunoso! Depois, ele deveria ser aperfeiçoado! O próprio senador Ellis apresentou, nesse mesmo mês de Julho de 1903, um substitutivo, marcando com precisão a quantia de 100.000 contos de reis, para que o governo federal defendesse o produto. E' que, ele tinha visto que, o seu projeto primitivo precisava ser completado. Assim, dizia o senador Alfredo Ellis, a 11 de Agosto de 1903:

“ Sr. Presidente, não me surprehendeu o parecer da nobre Comissão de Fnanças sobre o projecto que tive a honra de apresentar á consideração do Senado, por dois motivos:

!Primeiro, porque o projecto tinha de facto grande amplitude e dava ao poder executivo poderes ilimitados para debellar a crise do café.

Faltava estipular, com precisão, a somma que deveria ser empregada pelo Governo, para o fim em vista. Era uma prova de confiança ao honrado e illustre Presidente da Republica.

!Segundo, porque o assumpto era e é, segundo me parece, completamente desconhecido do Senado. Pela primeira vez, a lavoura do café batia ás portas do Poder Legislativo pedindo auxilio e remedio aos seus

males. Rei outrora, hoje mendigo, precisava de um patrono que lhe traduzisse as queixas..." (*Discursos Parlamentares*", Alfredo Ellis; *Annaes do Senado*).

Justificando a ideia, que encasulada no seu projeto e que hoje vem sendo a viga mestra da defesa do café, o Senador Alfredo Ellis, recorrendo à sua ilustração em admirável síntese, dizia a 22 de Julho de 1903:

"Temos um exemplo palpitante nos brilhantes do Cabo. Quando Cecil Rhodes foi á Kimberley, encontrou as empresas da mineração de brilhantes completamente fallidas. Examinando e estudando o problema, verificou que a baixa do brilhante era devido á excessiva offerta e verificou mais que as minas de Kimberley representavam 65% na produção mundial.

Pois bem, Sr. Presidente, com eses 65% elle organizou o syndicato chamado Companhia De Beers, fundindo nesta todas as empresas então existentes.

Dahi por deante o trust que outra cousa não era começou a marcar o preço dos brilhantes, nos mercados do mundo, antecipando as cotações com antecedencia de mezes.

Enriqueceram todos e o proprio Cecil Rhodes tambem e, em tão vasta escala que alem de ter dado á sua Patria a provincia da Rhodesia, passa por ter sido o inglez que mais foi util á sua terra.

Isto que se fez com o brilhante que não é genero de primeira nem de segunda necessidade, porque é objeto exclusivamente de luxo, porque não o faremos nós com o café, quando dispomos de 82% da produção mundial?

E' evidente que, estamos morrendo por gosto!

Será possivel que não encontre, para um negocio tão seguro como esse, o capital preciso? Não posso acreditar.

Se fosse possivel organizar-se o trust, o preço do café voltaria a ser o que era outr'ora..." (*Discursos Parlamentares*", Alfredo Ellis, *Annaes do Senado*).

Esse principio econômico foi aproveitado em tôdas as fases da defesa do café, mas o primeiro, que dele se lembrou para o nosso principal produto, ficou em impenetravel esquecimento. Ingratidão dolorosa!

Cecil Rhodes, hoje é tido, na Inglaterra, como super-homem, mas a lavoura paulista não tem a mínima lembrança de quem partiu, no Parlamento Nacional, a ideia, que foi aplicada por décadas na defesa do café.

Ignorância contristadora!

Tivesse sido esse principio aplicado corretamente, tal como sonhara o senador Ellis, a lavoura paulista teria lucrado cente-

nas de milhares de contos de reis. Mas, os D. N. C. odiosos, manobrados por gente exótica, as incinerações estúpidas, desvirtuaram a primitiva ideia do velho parlamentar paulista, que achava que, o ideal seria ser feita a defesa, pelo Estado e não pela União.

Isso êle me disse, muitas vezes!

O parlamentar paulista, velho lavrador, conhecia o problema como ninguem!

Êle cuidava de assuntos econômicos pertinentes ao seu Estado, não por interesse próprio, pois pertencia à classe afetada; mesmo depois que, não mais pertencia, continuou a emprestar à defesa do café, o maior de seus esforços e o máximo de seu entranhado interesse.

No seu Arquivo de guardados achei, apóz o seu falecimento milhares de recortes de jornais de estudos de estatísticas, de gráficos, de cartas, depoimentos de altas personalidades no mundo do café, da sua produção, do seu comércio, ou da sua propaganda. Êle conhecia o problema do café à fundo, partindo sempre do velho postulado, que consagrava desde 1903, nas suas palavras pronunciadas a 20 de Junho desse ano:

“ Sr. Presidente, ninguem produz sem esperança de lucro! ”

Êle tratava dêsse assunto, porque, como êle mesmo dizia em 1903 da Tribuna do Senado:

Sr. Presidente, tomei perante a classe da lavoura o compromisso de defender seus interesses nesta Casa. Venho cumpril-o“.

Com êsse objetivo, preparando previamente a atmosfera, o Senador Ellis dizia:

“ Ah! Sr. Presidente, para o negro, para o escravo outr’ora havia a longinqua esperança de ressurreição para a liberdade, entretanto, para o mísero lavrador, para o desherdado da sorte, para o indigente de hoje, não ha, nessa longa noite polar, povoada lugubrememente de pezadellos, não ha quem divise na fimbria do horizonte a menor restea de luz que lhe annuncie a hora da regeneração ”.

Sempre com êsse mesmo objetivo, preparando o ambiente para apresentar o seu projeto, que concretizava a ideia “*mater*” da defesa do produto que, até hoje, meio século depois, é ainda a viga mestra da nossa política cafeeira, o senador Alfredo Ellis insistia:

“Ha, Sr. Presidente, um phenomeno phisico vulgar e muito conhecido, que traduz o meu pensamento e corporifica a situação actual.

Nas noites hybernais, nota-se ao amanhecer, nos vidros e nos crystaes pontos de condensação de humidade que, reunindo-se uns aos outros, escorrem como lágrimas!

Pois bem, Sr. Presidente, o Senado e a Camara dos Deputados devem ser os grandes crystaes, os condensadores das lagrimas das classes que soffrem porque o calor do patriotismo deve ser intenso mais aqui e lá e, sendo mais intenso, deve enxugar essas lagrimas e mais promptamente mitigar os sofrimentos e as dores que as arrancaram...!”

Preparado o ambiente, por meio de magnifico e imaginoso oratorio, o Senador Ellis entra vigorosamente no assunto:

“Os lavradores de café immobilizaram não só o capital de que dispunham, como tambem o crédito, augmentando suas plantações. Não cogitaram e nem tiveram a previdencia de por de parte a somma precisa para os pagamentos de salarios de trabalhadores. Vinhamos da escravidão; e tinhamos o trabalhador gratuito, não nos lembramos de que, com o trabalho livre, indispensavel era uma reserva para o custeio dispendioso dos estabelecimentos.

Descoberta a falha, o vicio da nossa organização agricola, trataram os exportadores americanos aproveitall-a em seu beneficio.

O lavrador tinha necessidade urgente de dinheiro para os salarios de seus trabalhadores e os commissarios não dispunham das sommas precisas e que são importantes para o custeio de tão grande numero de estabelecimentos. Fizeram um stock, uma repreza de forma a não serem obrigados a entrar por alguns mezes no mercado.

O plano é de uma simplicidade extraordinaria, mas deu o resultado que esperavam porque o commissario não dispunha de recursos de capital, precisando, entretanto, o lavrador vender o seu producto para fazer numerario para o custeio das fazendas.

Dessa urgencia, dessa, pressa, dêsse atropelo, em vender o café, fosse pelo preço que fosse, tornou-se a offerta muito superior á procura e dahi a imposição de preços que, cada vez, e de dia a dia mais baixam, porque as necessidades crescem e a miseria augmenta progressivamente. E' por esse motivo que o café baixa, apesar do stock ser hoje menor que era ha um ano

.....
Nada, absolutamente nada se tem feito”.

Ainda justificando o seu projeto sôbre o café, dizia o Senador Ellis:

“Tem havido da parte dos que estudam essa questão uma certa confusão. Para se chegar a resultado pratico, preciso é fazer-se a distincção e separar-se os dois pontos do problema:

Qualquer que seja o projecto que tenha que ser apresentado á discussão nesta Casa, deve bem discriminar as duas idéias. Eu não pedi auxilios á lavoura, nem pretendo que o Governo Federal intervenha no sentido de salvar o lavrador. Entendo, porem que, deve, franca e positivamente, intervir para evitar a desmoralização dos preços do café, porque fazendo-o, valoriza a nossa moeda.

E' com essa moeda que pagamos o que importamos — é com esse ouro que liquidamos os nossos compromissos externos. Sem elle, quase sem valor como está, como supprirá o Governo o deficit da balança commercial no intercambio com outros paizes?...

Claro é, portanto, evidente é que, como o produtor, o Estado perde, perdendo tambem a União.

O productor arruina-se, em primeiro lugar, o Estado mais tarde e afinal a propria União.

Não comprehendendo a União rica com Estados pobres, sem forças, sem elementos e sem recursos para pagarem impostos, dos quaes em summa vive a União,

O meu projecto visava tambem resguardar os interesses do Thezouro Federal”.

Soberba lição sobre a politica econômica brasileira deu o Senador Ellis ao Senado e ao frívolo povo da Capital Federal, que ignorava completamente o magno problema do café.

Hoje em dia, parece que, essa ignorância, ainda que exista, é bem menor!

Mas, o Senador Ellis não se conformava com essa ignorância e clamava:

“Aqui estou, ha duas horas á afirmar e a repetir que o café é a nossa moeda que representa quatro quintos do valor de nossa exportação; que é o sustentáculo do nosso credito; que sem elle, finalmente, o Brazil não poderá cumprir seus compromissos e nem fazer face aos seus pagamentos; e, apesar disso tudo, V. Ex. continua a dizer que não ha recursos para modificar a situação tristissima a que chegou, devido ao desembaraço da especulação que não encontra resistencia e estranha quando declaro que semelhante linguagem demonstra franca e positiva hostilidade!

As suas palavras permita-me a liberdade illustre Senador, estão provando que V. Ex. desconhece por completo o assumpto”. (*Discursos Parlamentares*”, Alfredo Ellis; *“Annaes do Senado”*)

Não obstante o esforço enorme dispendido pelo Senador paulista, apesar da clareza meridiânica da sua argumentação, sem embargo da simplicidade do problema, a ignorância do Senado, do Executivo e do povo em geral, era enorme e o projeto do

Senador Ellis foi recebido, com um parecer contrário da Comissão de Finanças, sob o pretexto de que, concedia ao Executivo poderes ilimitados e não concretizava a quantia.

O Senador Alfredo Ellis não se deu por vencido e apresentou um substitutivo estipulando o total de 100.000 contos. Ainda desta vez, o relator do feito, na Comissão de Finanças, o famoso gaúcho Ramiro Barcellos, que seria marcado como defensor da Docas de Santos, e haveria de ser esmagado três anos mais tarde, no entrevero tribunicio, pelo mesmo Senador Ellis, revelou ignorância e má fé, contra o nosso grande produto agrícola, sob o tolo pretexto de que o projeto "*não dizia o modo de ser feita a valorização e a defesa do café*", e do mais tolo ainda "*que devíamos os mesmos favores a todos os produtos nacionais*". (Annaes do Senado) como se houvesse algum produto nacional, que, de longe pudesse ser comparado ao café!

A Comissão, com essas palavras, evidenciava tal ignorância dos assuntos econômicos, que permitia que o Senador Ellis dissesse.

"O café, Sr. Presidente, não pode ser equiparado a outros productos do paiz..."

E, para esmagar essa triste e descabelada heresia econômica, reveladora da mais evidente ignorância da economia nacional, por parte da Comissão de Finanças do Senado, o Senador Ellis teve de dizer, ensinando cousa comezinha, nos enchendo de tristeza vêr que, a Comissão especializada, em assuntos econômicos do Senado, não estava ao par de cousa rudimentar do alicerce básico da estrutura da Nação:

"O Brazil é o paiz do café porque é o seu principal, quase unico producto de exportação. E' o nosso ouro; é com essa moeda que pagamos o que importamos.

E' preciso não perdermos de vista esse facto. Por essa razão não incluí, quando formulei o projecto, outros artigos nacionais".

Isso que, aí está, hoje é axioma econômico, que ninguem se lembraria de dizer, porque deve ser do conhecimento geral. Qualquer analfabeto sabe da magna importância do café, na base econômica e financeira do Brasil, mas, em 1903, a Comissão de Finanças do Senado, mostrava precisar que, alguém lhe ensinasse isso!

IGNORÂNCIA E MÁ FÉ

Assim, primeira pedra lançada no edificio da defesa e valorização do café, em 1903, pelo Senador Ellis, não vingou!

CAPÍTULO XVII

O CONVÊNIO DE TAUBATÉ

O projecto da defesa do café de autoria do Senador Ellis, de 1903, não passou, como vimos. Com um desinteligente parecer contrário da Comissão de Finanças do Senado, presidida pelo gaúcho Ramiro Barcellos, foi engavetado, fracassando lamentavelmente a primeira tentativa de defesa do café, esta de iniciativa do Parlamentar paulista.

A situação, porem, ia evoluindo, como previra o Senador Ellis, a ponto de, ante o espectro desesperador, S. Paulo, pelo seu eminente Presidente Jorge Tibiriçá, convocando os Estados de Minas Geraes e do Rio de Janeiro, a 26 de Fevereiro de 1906, assinou, na cidade de Taubaté, juntamente com os Presidentes desses Estados, um acôrdo, que tomou o nome de Convênio de Taubaté.

Por êsse acôrdo, êsses três Estados tomavam a si a defesa e a valorização do café, nas mesmas linhas do projeto do Senador Ellis, apresentado três anos antes. Seria levantado um empréstimo externo, com o produto do qual, o excedente do consumo seria comprado e retirado do mercado.

Infelizmente, os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, fugiram dos compromissos, que haviam assumido, por indelevel assinatura e deixaram S. Paulo só em campo. S. Paulo tinha, entretanto, a felicidade extraordinária de ter a frente de seu govêrno, um homem forte da envergadura de Jorge Tibiriçá, um dos varões mais ilustres de Piratininga, da velha cepa dos Almeida Prado, o qual não se atemorizou ante essa situação.

Como era de se esperar da têmpera de Jorge Tibiriçá, S. Paulo, afrontando todos os escolhos, prosseguiu, isolado na primeira defesa do café, concretamente levada a efeito no Brasil. S. Paulo sempre esteve só!

S. Paulo materializava bem as palavras de Marat: "*A águia anda solitária, os perús é que andam aos bandos*". Jorge Tibiriçá, o plutarqueano varão, que conduzia nossá gente, deu a S. Paulo o destino da águia!

O Senador Alfredo Ellis entusiasmadamente acompanhou essa diretriz de Jorge Tibiriçá e no Senado da República, já cantava vitória:

"O Presidente do Estado de S. Paulo não podia, Sr. Presidente, capitular, entregando ao inimigo aquella praça forte, quando tinha sob a sua guarda a principal riqueza do paiz, como Bazaine entregou Metz.

Tem-na defendido e hoje, para nós paulistas, é uma questão de honra: enquanto houver recursos, nós continuaremos a lutar, para salvar do naufrágio, não apenas o futuro daquelle Estado, mas o futuro da propria Republica.

Para mim, Sr. Presidente, a questão está resolvida. E' possível que ainda por dois ou tres annos os preços baixos se mantenham..."

Como é sabido, S. Paulo, dirigido pela vontade férrea dêsse eminente timoneiro, levou a termo a empreitada, para o que contraiu empréstimos externos, com o produto dos quais adquiriu grande quantidade de café, aliviando o mercado do peso de enorme massa de café estoqueado. O "*Convênio*", entretanto, teve que ser defendido no Parlamento da União, pois o Govêrno Federal de então, tinha que dar o seu endosso aos empréstimos.

O Presidente Rodrigues Alves, se não era contrário às operações sôbre o café, ao que se opunha, sem a menor visão, o seu Ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, era entretanto contrário à Caixa da Conversão, uma das pedras básicas da política financeira de S. Paulo, (1). Tratava-se, pois, de pleitear

-
- 1) Não é unanime entretanto a versão de que Rodrigues Alves não foi contrário ao Convênio de Taubaté. E' o que se vê do seguinte artigo: de um matutino paulistano de 1913:

PELA LAVOURA

A successão Presidencial.

Como haja quem queira contestar o indifferentismo do Sr. conselheiro Rodrigues Alves com relação aos negocios que dizem respeito aos interesses da lavoura cafeeira de São Paulo e da opposição feita por sua Exa. aos negocios da valorização do café, lembraremos aqui o que em 1903 occorreu com o illustre senador sr. Alfredo Ellis, quando o sr. conselheiro era então o presidente da República.

O sr. Senador Ellis, que nunca se deu ás villegiaturas em épocas das funções periodicas do parlamento, porque teve a mais altae nobre comprehensão dos deveres que lhe são impostos como representante da Nação, depois de haver previamente ouvido o sr. conselheiro presidente da Republica sobre a crise que por aquella época já premia os fazendeiros de café do seu Estado, confeccionou dois projectos de lei em ordem a autorisar o poder executivo a tomar umas tantas e determinadas medidas, tendentes a melhorar o quanto possível a situação da lavoura cafeeira.

Um desses projectos era vasado em moldes mais amplos, outro era

perante a União, o endosso aos empréstimos externos contraídos por S. Paulo. Empresa difficilima, pois havia a arrostar não só a opposição de Bulhões, hipnotizado pelo cambio alto, como a própria ignorância sobre o café e sobre a sua enorme influencia na economia nacional, reinante nas altas esferas do Governo da União, das Casas do Parlamento e do próprio povo. Imagine-se como seria difficil a empresa, pois, se até hoje o próprio Banco do Brasil, cuja nefasta politica há muito tem prejudicado S. Paulo, ainda trilha essa ignorância!

Por isso, a tarefa do Senador Ellis foi gigantesca. Assim historiando, elle dizia mais tarde no Senado Federal:

“Nesse sentido, Sr. Presidente, o Dr. Jorge Tibiriçá, em 1906, deante de uma safra colossal, que naturalmente iria fazer baixar o café á taxas ínfimas, lembrou-se de convocar os Estados de Minas e do Rio de Janeiro, para o celebre Convenio de Taubaté. Não venho discutir o Convenio, venho apenas declarar que se deve ao Dr. Jorge Tibiriçá a iniciativa do Convenio de Taubaté. A esse paulista, Sr. Presidente, eu faço justiça, lembrando seu nome como já o tenho feito anteriormente, louvando-o sempre pelos grandes beneficios que fez não só a S. Paulo como á Republica.

mais synthetico, porque deixava ao presidente da Republica um melhor campo de acção com maior liberdade administrativa.

O Conselheiro Rodrigues Alves preferiu este. Offerecido este projecto ao Senado, sobre elle deu parecer o sr Ramiro de Barcellos, representante do Rio Grande do Sul.

O parecer foi contrario porque, quem inspirou o sr Barcellos, foi o proprio sr. Rodrigues Alves. O sr. Alfredo Ellis, apesar disso, requereu que o seu projecto fosse ainda a outra commissão. Desta fazia parte o sr. general Glicerio, que mantinha unidade de vistas como sr. Ellis sobre o assumpto. Mas, qual não foi a surpresa deste, quando o sr. Glicerio ao mostrar-lhe o parecer, tambem em contrario, dissera-lhe, “que assim procedera, para não contrariar os intuitos do conselheiro Rodrigues Alves, que se manifestara infenso ao referido projecto”.

S. Exa. como presidente, de modo algum queria assumir qualquer responsabilidade em actos que decorressem das auctorisações que o projecto Alfredo Ellis queria attribuir ao poder executivo.

O Sr. Ellis, com o vigor da sua palavra ardorosa, com aquella sua nobre altivez, que lhe é característica, que todos já conhecem, porque já se tornou uma virtude civica que lhe dignifica, pulverizou ambos os pareceres.

Mas o seu projecto estava morto, como morta estava a causa da lavoura paulista que elle defendia. E s. exa., autor do mesmo projecto que

Mas, Sr. Presidente. o Convenio de Taubaté não teve aceitação por parte do Governo Federal. O Conselheiro Rodrigues Alves, não era, nunca foi inlenso á defesa do café; mas foi possivelmente contrário á Caixa de Conversão. Era Ministro da Fazenda de S. Ex., o Sr. Leopoldo de Bulhões. O Sr. Leopoldo de Bulhões, esse sim, foi sempre adversario, não só da Caixa de Conversão, como tambem da defesa do café. Nessa situação, Sr. Presidente, sem o concurso de Minas Geraes e sem o do Estado do Rio de Janeiro, ficou o Dr. Jorge Tibiriçá, isolado na luta contra os grandes banqueiros norte-americanos.

Claro era que com os insignificantes recursos de que dispunha não poderia lutar victoriosamente contra os elementos tremendos, poderosos, manejados e manobrados pelos banqueiros americanos. Foi até onde podia ir e não hesitou em resguardar e armazenar um stock de 8 milhões e meio de saccas de café para enfrentar a situação. Se elle recuasse, era a debacle: os preços do café, baixariam a uma desvalorização tal que seria a ruina a fallencia não só de S. Paulo, diretamente, mas da União.

Elle lançou mão. Sr. Presidente, de todos os recursos, procurando warrantar os 8 milhões e meio de saccas de café, mediante a garantia do próprio stock e levantar mais recursos para juros, ensaque e armazenagem.

tantas lucubrações lhe custára, cheio de contrariedades e de desgostos, requereu que o mesmo fosse archivado, para ficar como ficou — sepultado.

E o sr. conselheiro, usando do seu valimento perante as commissões, perante o sr. Ramiro e o sr. Glicerio, com a maior deslealdade, cerceou a iniciativa do illustre senador por São Paulo, um dos mais nobres e ardorosos lutadores uma das figuras que nestes ultimos tempos tem sabido por-se em forte destaque, razão porque nesta questão de candidaturas os seus amigos o tem afastado para um plano secundario, porque os temperamentos deste quilate não se ajustam nem se amoldam a umas tantas conveniencias que o partidatismo requer e a politica impõe.

Enquanto o sr. conselheiro despresava "o veto", que era uma faculdade propria e constitucional para não sancionar o projecto Alfredo Ellis se fosse convertido em lei ordinaria, usava o expediente dos bastidores da politicagem, por intermedio de dois senadores, para que o mesmo projecto fosse enforcado.

Mas, como na pratica as acções dos homens se manifestam pela mais desardenada contradicção, enquanto o sr. conselheiro na presidencia da Republica, negava "pão e agua" á lavoura paulista, um outro illustre senador, aqui lavrador e bem conhecido de s. exa., plantava café contra um preceito legal e aconselhava os seus amigos a correligionarios que tabem o fizessem.

Um distinguindo-se por não querer que alguma coisa se fizesse, ou-

Nesse sentido, premido pelas circunstancias, veio pedir endosso da União, para 15 milhões de esterlinos, endosso exigido pelos banqueiros. Claro era que S. Paulo, não sendo um Estado independente, não podia fazer uma operação dessa ordem, que era a mais elevada que se havia, até então, feito neste paiz, sob sua exclusiva responsabilidade.

Os banqueiros exigiam o endosso da União. Pois bem, a Comissão de Finanças desta Casa recusou-o. Era relator da Receita o Sr. Dr. Ramiro Barcellos. A situação se definiu com tal precisão, que, o Estado de S. Paulo, não só o seu Presidente, como os agentes da praça de Santos e propria representação paulista, tinham a intuição certa e positiva da irremediavel fallencia do Estado, fallencia que seria determinada simplesmente por uma operação commercial, desde que S. Paulo não pudesse entrar com as quantias precisas para amortizar as que haviam sido adiantadas para a compra do café e assim claro era que, esse stock de 8 milhões e meio de saccas de café, teria de ser lançado na praça e vendido pelo preço que alcançasse.

Os banqueiros americanos sabiam da triste, da miserrima condição

tro pondo-se em destaque, por fazer aquillo que a lei lhe prohibia de fazer.

Um estrangulando o projecto para que não viesse a se converter em lei, outro estrangulando a lei para não contrariar os projectos.

Enquanto alguns pobres fazendeiros eram obrigados a arrancar do solo alguns cafeeiros que haviam plantado em contrafacção ao preceito legal, o illustre senador arrancava das mãos do fisco a lei que o congresso votara e o Governo sanccionara, para plantar o que aos outros era prohibido.

Essa lei hoje é "letra morta", porque morto ficou o prestigio do governo que faz por não ver o que todos enxergam.

O presidente da Republica matou o projecto Alfredo Ellis, o senador de São Paulo fazia coisa melhor — matava uma lei vigente.

— "Arcades ambo".

Ora, todos sabem que o sr. Rodolpho Miranda não é e nunca foi o que se chama ingenuo. Quando s. exa. acreditou na viabilidade da sua candidatura, é porque sabia em terreno estava pisando e com que elemento eleitoral podia contar no interior do Estado, onde o sr. conselheiro Rodrigues Alves incompatibilisou-se, por todos os seus precedentes.

Eis porque o sr. conselheiro se for ás urnas será derrotado. Eis porque o sr. Rodolpho Miranda, inteiramente desassombrado, conta desde já com a mais absoluta victoria.

Perdoe-nos o illustre sr. Rodrigues Alves, a quem não queremos mal, a sincera franqueza com que externamos aqui o nosso juizo.

JORGE MELLO
Do "São Paulo".

em que se achava o Estado de S. Paulo e naturalmente, pretendiam arrematar esse stock de café, por quantias miseráveis.

Que seria de nosso paiz se por ventura, o stock de 8 milhões e meio de sacas de café cahisse em poder dos americanos, que o adquiririam por insignificante capital? A ruina; inludivelmente a ruina!

Nessa emergencia, e deante da exposição que devo ter ainda no meu archivo do Dr. Jorge Tibiriçá, procurei o General Pinheiro Machado e demonstrei-lhe o effeito medonho, terrivel, tremendo para os nossos créditos se, por ventura, a União recusasse o endosso, sem ter prejuizo, sequer, de uma libra, porque o proprio stock de 8 e meio milhões de sacas de café garantia esse endosso, quando não fosse sufficiente o credito e a palavra do Estado de S. Paulo.

Rendo homenagem á perspicacia, á intuição e ao patriotismo do leader de então, nesta Casa, general Pinheiro Machado. O parecer da Comissão de Finanças foi modificado, o endosso foi dado ao emprestimo de S. Paulo e a situação foi salva. Eis ahi a primeira defesa do café que se fez, cabendo todos os encomios e as glorias ao Sr. Dr. Jorge Tibiriçá”.

Com o successo da política do “*Convênio*”, parecia encerrada a questão do café, pelo menos as lutas parlamentares em tórno dessa grande riqueza econômica paulista.

Pura ilusão! As lutas continuaram e se redobram os esforços em prol do café, feitos pelo Senador Ellis.

E’ a situação de S. Paulo, prodigiosamente adiante das demais partes brasileiras, que vem provocando as mais evidentes manifestações de ódio, de inveja, etc.

O Senador dizia-me sempre: na infelicidade nunca se deve queixar a ninguem. A Humanidade se rejubila com a infelicidade alheia.

Na riqueza e na ventura, nunca se expanda, a participando a outrem, porque a euforia e a felicidade provocam a inveja e o despeito!

E’ o que tem acontecido com S. Paulo!

S. Paulo carrega a sua cruz de prosperidade, provocando sempre progressivamente o despeito, a inveja dos outros menos afortunados.

Com o “*Convenio*”, em 1907, S. Paulo iria ser sacrificado e o Senado da Republica iria ser a via crucis de seu martírio.

O Senador Barata Ribeiro seria o verdugo, que iria lançar a primeira pedra. O Senador Severino Vieira seria outro.

Dom Quixote e seu fiel Sancho!

E’ isso que, iremos vêr no capítulo seguinte.

Hoje, a inveja cresceu muito!

CAPÍTULO XVIII

1907

Em meados de 1907, o Senador Barata Ribeiro não se conteve: "*lançou sua vela ao mar*", contra S. Paulo, que foi virulentamente agredido e espezinhado. O Senador Ellis não se fez de rogado. Ele era muito combativo, mas além disso eminentemente paulista e assim, respondeu com azedume, esmagando as invectivas do Senador carioca. Vejamos:

O Sr. Alfredo Ellis — Em toda minha vida parlamentar, Sr. Presidente, jamais tive occasião de empregar maior esforço para conservar a calma, do que neste debate.

O Sr. Pires Ferreira — Quanto maior é a calma, maiores são as victorias.

O Sr. Alfredo Ellis — Entretanto, Sr. Presidente, ha de me revelar o Senado si, apesar dos esforços que vou empregar uma ou outra phrase mais candente me escapar dos labios para exprimir a magua e a justa indignação de que me acho possuido, como representante do Estado de S. Paulo. Desculpar-me-ha o Senado e porisso desde já peço aos meus illustres collegas um "bill" de imndenidade.

O tom com que costume discutir os assumptos nesta Casa é conhecido de meus illustres collegas e eu seria incapaz de trazer para uma discussão desta ordem phrases que por ventura pudessem maguar qualquer um delles.

Não serei eu, S. Presidente, quem vá diminuir o prestigio do Senado da Republica, que converta este recinto em um rinhadeiro, menos em um redondel de toureiros ou queira transformal-o em sala de manicomio, reservada á gymnastica macabra de epilepticos.

Não, Sr. Presidente, tenho procurado manter o decoro desta Casa e appello para meus illustres collegas.

Respeito a todos, presto-lhes a maxima consideração, e jamais seria capaz de aggreddir um Estado, por mais infimo e pobre, pois a todos considero como irmãos de uma só familia. (Apoiados).

Nós, representantes de São Paulo, fomos aggreddidos, injuriados, por assim dizer esbofeteados neste recinto. E' justa, portanto, a repulsa.

Jamais, como paulista, ou como representante de S. Paulo, senti as minhas faces ruborizarem-se como nas ultimas sessões. Não se tratou de discutir um projecto: tratou-se, sim, de projectar ódio accumulado, guardado, enthezourado, vizando cobrir de ignominia um Estado da Republica.

Affirmou-se neste recinto que os três milhões solicitados á União iriam como as celebres pombas do poeta, para não mais voltarem, mar-

cando-se com o ferrete da velhacaria o Estado que foi o berço de nossa Independencia e cujas tradições mereciam e merecem o respeito de todos os irmãos da Federação.

E arrastou-se o Estado de S. Paulo por este recinto e foi se exhumar o cadaver p~~u~~refacto da escravidão, para responsabilizal-o por esse crime, como se elle fosse o unico criminoso, e lançou-se mão das velhas chapas abolicionistas, do sangue cobrindo o escravo e fez-se do lavrador uma especie de ventosa applicada ao dorso do misero captivo para tornar mais antipathica a posição de S. Paulo, que pela primeira vez veio solicitar o apoio da União, em uma causa que é nacional.

O Estado de S. Paulo tem sido credor da União, quase que desde a proclamação da Republica. Por que não podia tambem seu devedor?

Por ventura S. Paulo veio genuflexo estender a mão, supplicando uma esmola, ou veio baseado em uma lei do Poder Legislativo, que manda consignar no orçamento da Receita uma autorização para o empréstimo de 15 milhões de esterlinos destinados á valorização do café.

Tinha ou não o direito, já não digo o dever de na situação que atravessava, carregando sobre os hombros enorme responsabilidade de sustentar os preços de nosso primeiro producto, vir expor a situação, como parte integrante da Federação ao Poder Executivo, suscitando conselhos e remédios, para as dificuldades que então o assberbavam? Que se deu?

Os factos são recentes. Os Estados que assignaram o Convenio de Taubaté em 26 de Fevereiro de 1906 contavam com os 15 milhões para a valorização do café e deviam contar porque era a lei da Republica.

Neste pressuposto, o benemérito Presidente de S. Paulo, autorizado pelos Presidentes de Minas e do Rio de Janeiro ficou incumbido de tomar a direção das medidas necessárias á valorização desse producto.

O S. Barata Ribeiro — Não é isto o que diz a lei.

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, o Poder Executivo passado, que havia iniciado e aconselhado as medidas consignadas no orçamento da receita, creou depois, todos os embaraços que surgiram para a realização do emprestimo.

Dependia apenas que a representação de S. Paulo se submettesse ao desejo do ex-Presidente da Republica, em relação á Caixa de Conversão. Bastaria, para que não encontrasse o menor embaraço na realização do empréstimo, que a representação de S. Paulo abrisse mão das medidas tendentes à organização da Caixa de Conversão.

O illustre ex-Presidente da Republica nos collocou no seguinte dilema: ou tinham a valorização e abandonavamos a Caixa de Conversão, ou não tinhamos a valorização, se por ventura quizessemos sustentar a mesma caixa.

Não hesitamos; era uma compromisso tomado com os Estados do Rio de Janeiro e Minas e preferimos soffrer todas as agruras de uma campanha tal como a que o paiz está assistindo, a faltar com o compromisso que S. Paulo havia assumido.

Então, Sr. Presidente, começou a via dolorosa de batermos ás portas de todos os banqueiros solicitando os recursos necessários á salvação do primeiro producto deste paiz.

Desanimou por ventura o benemerito Presidente de S. Paulo?

Não, se isso foi um crime, elle o commetteu!

Com pequenos, com insignificantes recursos, lançou-se elle á arena para salvar a extraordinaria riqueza que o Brazil possui, porque por estar ella em S. Paulo, não se segue que não esteja no Brazil, que não seja um patrimonio nacional.

S. Ex. inciou suas operações com um milhão de esterlinos. Claro está que, o partido baixista, dispondo de extraordinarios recursos, percebeu desde logo que em breve seria vencedor.

Um milhão esterlino!

Iniciou-se então a acção e devo dizer entre parentheses que não estou de accordo com o honrado relator da Commissão de Finanças, enquanto admire o seu talento e o modo qual se desempenhou da missão que lhe foi incumbida, quando disse que teria sido talvez mais conveniente, para a boa execução do plano, comprar cafés baixos.

Não sou de sua opinião, porque se o Presidente de S. Paulo resolvesse assim proceder, a consequência immediata seria fazer subir o preço do café de baixa qualidade.

Sr. Muniz Freire — Consequentemente, os outros subiriam tambem.

O Sr. Alfredo Ellis — Mas, attenda V. Ex. o café baixo, com os pequenos recursos que tinha o Estado de S. Paulo, não poderia obter "warrantagem"; além disso, ainda havia outra vantagem na retirada dos cafés superiores, pois estes justamente são vendidos como cafés de estranha procedência, por preços elevados; tanto assim que, na liquidação dessa operação é bem possível, que, o Govêrno de S. Paulo possa vendel-os com agio e com grande lucro.

Sr. Presidente, o Estado de S. Paulo, repito, iniciou as aoperações com um milhão de esterlinos; os baixistas esperavam que em breve esse stock lhes cahiria nas mãos; entretanto, S. Paulo continuou a procurar, por todos os meios e formas, recursos para prosseguir na operação, visto como reconheceu que a safra era muitíssimo superior ao que se presumia.

Alcançou, então empréstimo de tres milhões de esterlinos, com os quais pagou o primeiro milhão que tinha obtido a prazo curto, e continuou as operações com dois milhões apenas.

Os baixistas, reconhecendo ainda que os recursos do Estado eram insignificantes, persistiram no sitio ao stock até que pudessem impor o preço e apoderar-se d'elle.

Em breve, o Estado de S. Paulo reconheceu que não podia absolutamente, com somma tão escassa continuar a fazer as suas operações. Foi então que, do seu patrimonio tirou a joia mais preciosa que tinha e sobre ella obteve mais dois milhões para continuar a lucta.

Os baixistas, naturalmente, vendo os escassos recursos do Estado, continuam ainda a produzir a baixa, no sentido justamente de obrigar S. Paulo a reforçar os warrants perante os banqueiros que os fizeram.

Nessas condições, S. Paulo, tendo já disposto de todos os seus meios, era ou não natural que viesse ao Poder Executivo expor à situação, sem que absolutamente recorresse aos seus irmãos, solidarios com elle, no Convenio de Taubaté.

Foi o que S. Paulo fez. O Sr. Presidente da Republica não estava absolutamente obrigado a patrocinar o emprestimo de tres milhões a S. Paulo, se não visse que essa somma applicada como vai ser salvará talvez a economia nacional de muito maior prejuizo.

S. Paulo não veio estender a mão e pedir uma esmola, Sr. Presidente, não! Seria preferivel á humilhação deixar que os oito milhões de saccas fossem lançadas ao mercado e vendida a preço vil, que os baixistas se apoderassem dellas, para vir depois nos impor a baixa durante dois, quatro ou cinco annos, como teem feito.

O Sr. Pires Ferrêira — E' por isso que o termo valimento constante do parecer devia ser substituido por apoio.

O Sr. Alfredo Ellis. — Esta questão, Sr. Presidente, devia ser discutida com a maxima calma, pois não havia ensejo, não havia motivo, não havia razão para se atirar a pecha de relapso ao Estado de S. Paulo.

Affirmou-se tambem que o meu Estado tem sido o mais pesado á União.

Não basta aff irmar, Sr. Presidente; não basta que um Senador da Republica affirme um facto dessa ordem; é preciso prová-lo pode fazel-o (dirigindo-se ao Sr. Barata Ribeiro) intimo-o para que o faça, que vá quem isso affirmou ao Thezouro, traga de la a conta-corrente de todos os Estados da Federação e então, poderemos saber si S. Ex. procedeu ou não com odio e com rancor contra o Estado que tenho a honra de representar nesta Casa!

O que posso affirmar, Sr. Presidente é não ser verdade que o Estado de S. Paulo tenha sido o mais pesado á União.

Não venho dizer, Sr. Presidente, que o meu Estado concorre com 41% da renda da Federação, não venho dizer que, devido ao esforço e á energia da lavoura de S. Paulo nos concorreremos com 48% da nossa exportação global; mas, em resposta á S. Ex. vou ler alguns dados estatisticos, esperando que o honrado Senador os conteste.

Disse o honrado Senador que a União havia creado a estrada de ferro de S. Paulo.

Não é verdade.

O Sr. Lopes Chaves — Não é!

O Sr. Alfredo Ellis — S. Ex. não é capaz de provar essa allegação, que não passa de mera declamação.

A S. Paulo Railway obteve garantias de juros e essa garantia tornou-se effectiva durante muitos annos até que parte dessa estrada trafegasse; mas, dentro dos em pouco a União foi sendo alliviada do encargo dos 7%.

O Sr. Lopes Chaves — 5%.

O Sr. Alfredo Ellis — Em breve, essa garantia foi toda paga e continuou a ser uma fonte de renda para a União.

O Sr. Coelho Lisboa — Chamavam-na até estrada de ouro.

O Sr. Alfredo Ellis — No contracto havia uma clausula que determinava que quando os lucros excedessem de 8%, seriam divididos com a União. Pois bem; em virtude dessa disposição, a União recebeu mais de 2 mil contos.

Recebeu até o ultimo vintem do que havia adiantado para aquella garantia e mais dois mil contos, em virtude daquelle dispositivo do contracto. E si não continuou a receber essa renda, foi porque abriu mão della expontanea e livremente.

O Sr. Lopes Chaves — Foi a Companhia que abriu mão da garantia.

O Sr. Alfredo Ellis — A Companhia abriu mão da garantia de juros, e em vista dessa desistencia, a União teve tambem de desistir da metade dos lucros que excedessem de 8%.

Em relação á Companhia Paulista, saiba o honrado Senador que ella foi feita exclusivamente com capitaes paulistas. Em relação á Mogyana ha trechos com garantia de juros federal, mas posso affirmar á S. Ex. e S. Ex. bem o sabe, é que o Governo da União tem a certeza de que não perderá um só real.

Em relação á Sorocabana, quando o Governo da União se propoz a vendel-a a uma Companhia estrangeira, o Estado de S. Paulo não solicitou um real de adiantamento; aceitou o preço; apenas pediu preferencia, e essa preferencia lhe era devida, porque pelo contracto primitivo, elle tinha o direito de encampar a estrada.

E, si não fosse esse direito, talvez a Sorocabana não pertencesse hoje ao patrimonio nacional.

Onde estão as estradas paulistas feitas á custa da União?

O honrado Senador tem obrigação de vir dizel-o da tribuna.

O Sr. Lopes Chaves — Ha o ramal de Poços de Caldas.

O Sr. Alfredo Ellis — A palavra de um Senador da Republica, Sr. Presidente, tem grande peso perante o paiz. Portanto, S. Ex. está na obrigação stricta de vir provar o que affirmou, isto é, que o Estado de S. Paulo é o que mais tem pesado nos cofres da União e que tem estradas de ferro á custa de garantias de juros da União.

E' interessante, Sr. Presidente! Desde 1904 que se discute neste

recinto a questão do café, S. Ex., entretanto, jamais pronunciou uma palavra.

Discutimos no orçamento da receita os 15 milhões de esterlinos que deveriam ser consignados como empréstimo para a valorização do café e S. Ex. não articulou uma palavra. Agora, quando o Estado de S. Paulo está assoberbado com um stock de 8 milhões de saccas de café, que o esmaga, que o arruína, S. Ex. vem lançar contra elle as mais cruéis e as mais terríveis invectivas!

Por que?

O Sr. Presidente — (Fazendo soar os tympanos) — Attenção. Pediria a V. Ex. que se dirigisse á Mesa para tornar o debate menos áspero.

O Sr. Alfredo Ellis — Foi porisso que, ao subir á Tribuna, pedi ao Senado que me revelasse, porquanto silenciosamente ouvi as duas invectivas que contra meu Estado foram irrogadas pelo Sr. Senador do Districto Federal, durante 4 sessões.

O Sr. Barata Ribeiro — Sr. Presidente, peço licença a V. Excia. para dizer que da minha parte, o nobre Senador por S. Paulo pode me irrogar quantas injurias quizer, que não protestarei.

O Sr. Presidente — O nobre Senador, jamais irrogou injurias a V. Excia.

O Sr. Barata Ribeiro — Mas, de antemão me prontifico a não protestar.

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, o nobre Senador jamais discutiu este assumpto, nas occasiões em que aqui tem sido debatido, limitando-se, entretanto, a affirmar, depois que, se não fizera fora devido exclusivamente á declaração do relator da receita de que tal autorização não entraria em vigor.

Sr. Presidente, que diria o Senador, que diria S. Ex. se por ventura um medico chamado para uma conferencia, a ver um doente gravemente enfermo, endossasse com seu nome, com a sua responsabilidade de uma receita perigosa, venenosa ao enfermo, sob a mera allegação de outro collega, de que o remédio não seria applicado?

S. Ex., por ventura, como profissional, não sentiria remorsos, se o remedio fosse applicado, com o seu endosso e com a sua responsabilidade?

Sr. Presidente, se o honrado Senador pelo Districto Federal coltborou, votou a medida, como se insurje hoje quando o Estado de S. Paulo vem solicitar da União o auxilio, o empréstimo de 3 milhões de esterlinos, isto é a quinta parte do que esta União já estava autorizada a dar para a execução do Convenio?

Por que S. Ex. não responsabilizou tambem os Estados de Minas e Rio de Janeiro? Porque dirigiu todas as suas settas, todas as suas invectivas e injurias contra o Estado de S. Paulo?

Sr. Presidente, nunca na minha vida de parlamentar me senti tão

humilhado e tão abatido como me senti debaixo do latego de S. Ex., que, como cossaco em aldeia da Mandchuria, vergastasse com seu knout o mujik russo.

Não, Sr. Presidente, S. Ex. deve tratar aos seus collegas com delicadeza, porque deve se lembrar de que se somos embaixadores, não podemos ver os Estados que aqui representamos humilhados e desrespeitados como foi o Estado de S. Paulo; ou então, não haveria logar para a representação de meu Estado nesta Casa, se por ventura o Senado homologasse as injurias que contra elle foram injustamente irrogadas.

O Sr. Presidente — (Fazendo soar os tympanos). — A Mesa não pode permittir que a discussão tome esse character pessoal.

A Mesa respeita e considera o Estado de S. Paulo, mas toma a liberdade de observar que, acima de tudo está o decoro e o prestigio do Senado.

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, ninguem mais do que eu tem acatado o decoro e o prestigio desta Casa — appello para V. Ex. e para todos os Senadores — mas, ha de permittir o Senado que eu photographe bem os meus sentimentos de paulista, repellindo a injuria, tanto mais quanto vinha ella repassada de iniquidade e de injustiça!...

Não é de agora Sr. Presidente; todo o mundo sabe e ainda ha pouco viu-se o honrado Senador pelo Districto Federal maltratar da mesma forma os representantes de Alagoas.

O Sr. Barata Ribeiro — Desejava saber como V. Ex. tira as duzias photographias que se propõe fazer. Queria encommendar-lhe grande numero dellas para espalhar-as pelo paiz inteiro.

Sr. Alfredo Ellis — Era bastante mandar collocar um espelho deante da tribuna do honrado Senador.

Sr. Presidente — (Fazendo soar os tympanos) — Attenção!

O Sr. Alfredo Ellis — Não é preciso tirar photographias porque o paiz inteiro esta vendo o que se passa neste recinto e ha de ouvir a repulsa á affronta que soffri.

.....

Ha portanto, razão na raiva, na ira do honrado Senador pelo Districto Federal, no ataque que produziu contra uma medida que se reputa necessaria para salvar este producto, que representa o principal factor da nossa economia nacional?

Acho que S. Ex. não tem razão e que, mais tarde reflectindo com calma, ha de verificar que S. Paulo não podia proceder de outro modo, assim como o obscuro orador que está na Tribuna não podia deixar de defender este projecto com o mesmo enthusiasmo e empenho, reconhecendo, embora, a sua incapacidade.

Sr. Presidente, quando daqui a dias ou semanas, pela infiltração len-

ta da imprensa, o ecos deste debate chegarem aos ultimos reconditos de meu Estado, é muito possivel que os proprios lavradores estudando o assumpto, lastimem que o honrado Senador pelo Districto Federal tenha procurado impedir a medida de alto alcance social, economico e financeiro, não só para a lavoura dos 3 Estados, como para o paiz. E' possivel, Sr. Presidente, que alguns delles, alonhando ao sol posto, suas vistas pelas varzeas que margeiam os arroios e vendo os comoros de terra argilosa, formados pelos cupins, faça a seguinte reflexão: que, assim como esses pequeninos insectos perfuram e vão às camadas subjacentes do solo á busca do barro e da argamassa necessarios para a construção de suas moradas, assim tambem homens ha que descem ás profundidades do coração para extrahir das camadas de odio das lavras da ingratição e dos materiais para os momentos de seu genio e pedestaes de suas glorias. (Muito bem muito bem. O orador é cumprimentado e felicitado)

Por essa oração, se verifica a combatividade irmanada com a sinceridade, o ardor de paulistanismo entranhado, vestido de fulgor de oratória imaginosa e profundamente documentada, a transparecer nítidas das palavras do Senador Ellis.

A inveja contra S. Paulo não deixou que, o Senado se aquietasse.

No ano seguinte, o Senador Barata Ribeiro, desta vez acompanhado pelo seu fiel Sancho e sempre cavalgando o seu Rocinante, da falta de verdade, voltou à carga e obrigou o Senador Ellis a novo revide, com o discurso seguinte.

O Sr. Alfredo Ellis — Venho, Sr. Presidente, me desempenhar do compromisso que assumi de responder as arguições acres e irritantes do honrado representante do Distrito Federal.

Não me surpreendeu, pelo contrário, eu já devia esperar a aggressão, porquanto mais uma vez se confirma o proloquio popular: "odio velho não cansa"...

O Sr. Severino Vieira — Não creia V. Ex. na existencia desse odio.

O Sr. Alfredo Ellis — ... e, conquanto desconheça as origens desse odio inveterado contra S. Paulo, acredito que ellas virão algum dia á luz, porque até as origens do Nilo já são hoje conhecidas.

Occupo a tribuna com acanhamento e acanhamento facil de ser apreciado pelos meus honrados e nobilissimos collegas do Senado, porquanto venho tratar de uma questão do meu Estado. Comprehendem todos que é justo esse acanhamento e que eu, representante daquelle Estado não tenha a liberdade de dizer nem de esclarecer o papel e a importancia que elle representa na familia federativa do Brasil, como principal contribuinte da riqueza publica.

O honrado representante do Districto Federal podia ter discutido a

questão — ninguém desconhece o seu talento e todos affirmam e atestam os seus extraordinarios dotes oratorios — sem melindrar, sem susceptibilizar os sentimentos dos representantes do Estado, que tiveram de soffrer a aggressão directa feita por S. Ex. ao Estado que tenho a honra e a gloria de representar nesta Casa.

S. Ex., porem, não discutiu a questão, veiu apenas reeditar velhos argumentos e responsabilizar-se pelas palavras acrimoniosas proferidas na outra Casa do Congresso, concentrando como uma lente o foco de raios no sentido de queimar e tisanar aquillo que o Estado de S. Paulo tem de mais intimo: a hombridade, a coragem e a dignidade.

S. Ex. trouxe o Estado de S. Paulo para este recinto, como se fosse um mendigo que de rastros e de mãos postas, solicitasse uma esmola.

O Sr. Severino Vieira — Não foi o nobre Senador pelo Districto Federal quem considerou assim o Estado de S. Paulo.

Sr. Alfredo Ellis — Ha de me permittir o nobre Senador que eu siga o fio das minhas considerações.

O Sr. Severino Vieira — V. Ex. me desculpará si o interrompo, mas não posso deixar de defender a um collega ausente neste momento.

O Sr. Alfredo Ellis — Si por ventura, na antiga Troya, um arauto houvesse denunciado que os gregos lhe haviam enviado um presente, o célebre cavallo contendo em seu bojo as centenas de guerreiros com a sinistra e traiçoeira incumbencia de abrir as portas da cidade ao exército invasor, S. Ex. não teria procedido de outra forma e era o caso de dizer: “timeo danaos et dona ferentes”.

Este projecto na opinião de S. Ex. representava um outro cavallo de Troya, trazendo para este recinto os inimigos da Patria; e, se por ventura houvesse, Sr. Presidente. aqui alguma columna cahida, qualquer vestigio material de ruina, eu diria que S. Ex. havia assumido o papel de Jeremias, lacrimějante, chorando sobre as ruínas da Patria.

Claro está que, si o honrado Senador como o nobre representante do Ceará, tivesse discutido a questão em these, accentuando o seu modo de ver, sem a reprodução de velhos doestos, que por S. Ex. foram applicados como as prescripções da pharmacia moderna, cobertos com uma camada de assucar; se S. Ex. tivesse feito o que fizeram os nobres senadores pelo Ceará e pela Bahia, eu não me julgaria na obrigação de, depois de decidida a questão pelo Senado, vir tratar do assumpto, para responder á S. Ex.

Deve ficar bem claro, bem accentuado, o facto de estar eu neste momento e contra gosto e acanhado, occupando a tribuna no cumprimento de um dever.

Era uma divida de honra e até hoje Sr. Presidente, não deixei absolutamente de cumpril-a. O que mais desejo é evitar a sombra dos meirinhos á minha porta; cumpro com os meus deveres

Sr. Presidente, o honrado Senador pelo Districto Federal, não discutiu a questão.

Apezar do seu talento que é grande, apezar da sua eloquencia, que é brilhante, S. Ex. occupou a tribuna durante três horas em divagações. Referiu factos incongruentes, sem que absolutamente trouxessem luz alguma ao debate, sob o ponto de vista do café.

Entre parenthesis. Farei leaes considerações sobre o seu discurso.

S. Ex. accusando S. Paulo, preciso era que fixesse um contraste com qualquer outro Estado, e então disse; que o Estado de Minas podia dar leis a todas as Nações do mundo sobre lacticínios.

Ora, Sr. Presidente, isto, se fosse publicado na Europa seria tomado como galhofa.

O Estado de Minas, dando leis a todas as Nações do mundo sobre lacticínios!

Mas, Sr. Presidente, os tres paizes minusculos da Europa — a Hollanda, a Suissa e a Dinamarca — produzem em lacticínios dez vezes mais que o Estado de Minas.

O Sr. Severino Vieira — E V. Ex. acha que foi um erro do nobre Senador pelo Districto Federal? Por que não viu antes nas expressões de S. Ex. alguma outra cousa?

O Sr. Alfredo Ellis — Por outro lado, Sr. Presidente, o nobre Senador revelou desconhecer completamente a geographia Patria, e o nobre Senador pela Bahia, que se achava ao lado de S. Ex. consentiu, sem um protesto, que fosse desannexado do Estado da Bahia um trecho de seu territorio e collocado no Ceará.

Disse que o café Maragogipe é um producto do Ceará, e que este já havia conquistado os melhores premios pela sua maravilhosa qualidade.

Quem affirma uma cousa destas, pode tambem collocar, Botucatu que produz o celebre café amarello, no Pará, uma vez que desconhece que Maragogipe está na Bahia.

A proposito, Sr. Presidente, fechando o parenthesis e entrando no assumpto direi que S. Ex. julgou que o Estado de S. Paulo era um infeliz xyphotico, que entrava com a espinha curva ao peso de 7.000.000 de saccas de café e era urgente que S. Ex. endirectasse a espinha mal conformada. Architetou então, numa oração de tres horas, para provar que a questão é insolúvel mais difficil de solução que a quadratura do circulo ou a descoberta do motu-continuo.

Terminou S. Ex. aconselhando duas cousas: que o Estado de S. Paulo lançasse esse stock de café no interior da Russia e do Japão e dividisse a propriedade acabando com os latifundios.

O que mata S. Paulo, affirmou S. Ex. é isto, é aquillo, mas, em summa é o latifundio. E aconselhou como medida salvadora a distribuição do stock pela Russia e Japão, sem cogitar, porem da somma necessaria para a adopção de semelhante projecto.

S. Ex. não sabe qual a taxa que o Japão cobra para a entrada do

café; S. Ex. também ignora os preços de transporte, dos depósitos onde este stock está armazenado, para os portos do Japão e para o interior da Rússia. O que é verdade é que, talvez, metade do empréstimo não fosse sufficiente para realizar o plano aconselhado pelo honrado Senador pelo Districto Federal. Seria preciso uma varinha mágica para o milagre, e S. Ex. não a deu.

Por outro lado, Sr. Presidente, S. Paulo foi accusado de imprevidente, porque consentiu que se alargassem as plantações de café. E S. Paulo foi atacado e censurado também por ter jugulado a produção, cerceando a liberdade do lavrador, de maneira que chegamos a este resultado: S. Paulo é preso por ter cão e S. Paulo é preso por não ter cão.

E, Sr. Presidente, rememorando a época de sua meninice, S. Ex., com o intuito de estabelecer uma rivalidade entre o Norte e o Sul, cousa que absolutamente nenhum brasileiro de responsabilidade deve fazer nem contribuir para isso, S. Ex., depois de crueis accusações perguntando o que se havia de responder, por exemplo, ao Ceará, cujos filhos vão para as invias florestas do Amazonas, em busca de recursos, encontrando, ao regressarem a deshonra do lar e a miseria, S. Ex. se esqueceu que não tinha o direito absolutamente de censurar o acto de S. Paulo, porque todos nós sabemos e S. Ex. também devia saber que ao lavrador de canna do norte, está assegurado o mercado interno do paiz e resguardados os seus interesses.

O Sr. Severino Vieira — Devido unicamente aos esforços dessa lavoura e não á intervenção do Governo.

O Sr. Alfredo Ellis — S. Ex. devia saber que o lavrador de algodão tem também o seu producto garantido pelas medidas proteccionistas e pelas taxas alfandegarias em vigor. Pergunto agora S. Presidente: que tem feito o Governo em relação ao café?

Quem ler as accusações feitas por S. Ex., desconhecendo a questão, que foi propositalmente desvirtuada, que dirá? Que S. Paulo veiu buscar 15 milhões de esterlinos e que a União os terá de dar. Mas isto não é real, não se tratava de um favor excepcional; trata-se sim de uma simples questão commercial.

Ha em fundo uma questão politica, em fundo ha também uma questão financeira. Mas, a União tem tanto interesse na solução do problema, como nós, e é o que em breve discutirei.

Por ventura S. Paulo veiu pedir á União o seu endosso, sem apresentar garantias que a ponham a coberto de qualquer prejuizo?

O Sr. Severino Vieira — E' uma questão de futuro e o futuro a Deus pertence.

O Sr. Alfredo Ellis — Devo referir o seguinte factó: A administração de S. Paulo foi accusada de ter declarado em documento publico official, quando veiu pedir os tres milhões de esterlinos, que mais não seria preciso para a valorização do café.

E porque? Simplesmente por isso: o Estado de S. Paulo acreditou

nas informações postivas e categóricas que tinha, de que a taxa de 5 francos, com o stock de café, seria suficiente, sem o endosso da União, para o levantamento do empréstimo dos 15 milhões necessários.

E' crível pode entrar no espirito de qualquer dos Srs. Senadores, que S. Paulo, com os infimos e insignificantes recursos de que dispunha, pudesse comprar 7 milhões ou 8 milhões de saccas de café?

Não era claro, não era evidente, que os 3 milhões de esterlinos não bastavam, a não ser para pagar a porcentagem dos warrants e os juros das quantias adiantadas a prazo curto? Portanto, havia necessidade de uma grande operação e essa operação já estava prevista na lei de Dezembro de 1905, que consignava a autorização ao Governo Federal para emprestar ou endossar o empréstimo que os Estados cafeeiros tentassem fazer com o estrangeiro, para o fim de valorizar o café. E essa lei orçamentaria foi reproduzida no orçamento seguinte, e si o tivesse sido no orçamento passado, teria sido dispensavel a autorização do Poder Legislativo, porque o Sr. Presidente da Republica poderia perfeitamente autorizar o endosso do empréstimo.

Mas, como eu ia dizendo, S. Ex., procurando accentuar uma certa rivalidade entre o Norte e o Sul, referiu um facto de sua meninice.

Referindo-se á vela de carnauba, disse S. Ex. creio que em um roubo de imaginação, que essa luz havia queimado as pestanas e tisonado os dedos — por esse facto não podia se esquecer da carnauba.

Ora, Sr. Presidente, eu devo crer que essa narrativa de S. Ex. não passa de uma pilheria jocosa para adoçar talvez o fel e o vinagre de sua critica.

Naquelle tempo já o espevitador era conhecido e, salvo o desejo de se queimar todos os dias, não havia motivo que impedisse ter junto a si ao menos uma simples thezoura, para fazer com ella o que se costumava fazer com os dedos; que queimasse as pestanas vá, isso S. Ex. fez com certeza, no sentido symbolico, porque tem prova do aqui no Senado uma grande arudição e sou o primeiro a reconhecer.

Mas, ao passo que S. Ex. amenizava a sua oração com essas particularidades, por outro lado tomava S. Ex. atitudes apocalypticadas, atingindo ao tétrico. Recordei-me tambem de um facto da minha mocidade: havia, outr'ora, em S. Paulo, um actor chamado Henriques; quando elle tinha que entrar em scena, principalmente no dramalhão entitulado "O naufragio da fragata Medusa" os jornais annunciavam com antecedencia, porque os medicos recommendavam ás senhoras em estado interessante que não comparecessem tal a impressão que sentiam.

S. Ex. nessa linguagem apocalypticada, verberou o Estado de S. Paulo, como se elle visse defraudar a communão nacional de 15 milhões de esterlinos.

Disse tambem que S. Paulo, para conseguir seus intentos não hesitava em despojar-se na praça publica das atribuições que a Constituição prohibe que os Estados da Federação o façam

O honrado Senador bem sabe, que, tratando-se de uma operação commercial e tendo o Estado offerecido aos banqueiros estrangeiros garantias de sobretaxa de 5 francos, além dos 7 milhões do stock, o fazia com toda a liberdade. Si os prestamistas exigissem além dessa garantia a da União, porquanto o Estado de S. Paulo não pode nem tem representação internacional, o que lhe cumpria, o que lhe restava, era trazer à União os pormenores da transacção, declarando qual a exigencia dos banqueiros europeus.

Ora, se as garantias offerecidas por S. Paulo eram boas, porque razão deixariam ellas de ser para a União?

Não digo que a União tenha jubilo em ver onerado um Estado da Federação, como S. Paulo. Não, mas deve ter orgulho de ver na Federação brasileira, um Estado que pode offerecer garantias para levantar um emprestimo de 15 milhões de esterlinos.

O Sr. Severino Vieira — E' melhor não ter orgulho por isso. Aguardemos os acontecimentos.

O Sr. Francisco Glycerio — V. Ex. conhece perfeitamente a intenção do orador e está desvirtuando seu pensamento.

O Sr. Severino Vieira — O orgulho é uma paixão condenavel.

O Sr. Francisco Glycerio — Por isso é que V. Ex. está se tornando antipathico.

O Sr. Severino Vieira — Por que?

O Sr. Francisco Glycerio — Pela sua indisposição contra o Estado de S. Paulo, para o qual só tem phrases de ironia.

O Sr. Alfredo Ellis — V. Ex. bem sabe que não me referia ao Estado de S. Paulo e sim á União. Por que essa prevenção contra S. Paulo?

O Sr. Severino Vieira — Si eu tivesse de adoptar outro Estado da Federação, depois do meu, adoptaria o de S. Paulo, a que me prendem gratas recordações.

O Sr. Alfredo Ellis — Essa declaração é a primeira prova de estima que V. Ex. dá ao meu Estado e nenhum brasileiro, repito, deve ter jubilo vendo qualquer Estado da Federação manietado e curvado ao peso de extraordinarios compromissos. A Republica brasileira deve, porem, ter orgulho...

O Sr. Severino Vieira — Melhor é não tê-lo.

O Sr. Alfredo Ellis — ... porque na Federação ha um Estado que está em condições e apresenta garantias para levantar 15 milhões esterlinos.

O Sr. Severino Vieira — Seja porque for o orgulho é uma paixão.

O Sr. Alfredo Ellis — Para demonstrar que o Senador pelo Districto Federal não conhece a questão basta allegar que S. Ex. disse que dos 15 milhões, 12 milhões e tanto já foram empregados, restando apenas 2 milhões e tanto!

S. Ex. presume que o emprestimo foi feito ao par.

Nem esses 2 milhões e tanto restam.

O empréstimo foi feito porque era uma questão de honra, de crédito par S. Paulo; e, ainda que nos custasse o ultimo sacrificio, nós o faríamos sem hesitar, porque estava em jogo o nosso crédito, o nome de nosso Estado.

Foi para pagar compromissos que contrahimos esse empréstimo, porque esse stock de café já não era nosso; atraz delle, como se fosse um cortejo funerario levando os despojos não de S. Paulo só, mas talvez da propria Republica, uma matilha de lobos o seguia.

Convencidos os baixistas de que podiam se apoderar mais cedo ou mais tarde, desse stock, todos os meios empregaram para a redução do consumo e para evitar que as praças do interior da Europa e dos Estados Unidos se desfalcassem, se abastecendo nos principais mercados de café.

Nessa via crucis, S. Paulo tem se visto absolutamente só e isolado.

O problema é triplice e eu me proponho agora desenvolvê-lo tal qual foi posto e não como tem sido discutido.

Ao lavrador é importante o preço do café; ao Estado, porem, ao Estado de S. Paulo e á União, principalmente, interessam a massa global da safra e o preço dessa massa, não ha duvida, a nossa principal riqueza, o nosso principal factor para o intercambio commercial com as praças da Europa e da America do Norte.

O café pode ser, na opinião de S. Ex., uma praga, uma verdadeira maldição; mas, o que é facto, e S. Ex. desconhece, é que não existe no mundo inteiro riqueza feita com o trabalho humano, que se compare com a lavoura de café do Estado de S. Paulo.

A situação miserrima a que chegamos resulta do abandono completo a que os poderes publicos federais comdenaram o productor, sem promover alargamento do consumo.

Á União nunca interessou a questão. Estivesse, porem, esse monopolio em mãos dos Estados Unidos, da Inglaterra ou da Allemanha, e eu garanto a V. Ex., Sr. Presidente, que S. Paulo não atravessaria essa via dolorosa, isolado, com os poucos recursos de que dispõe, forçado a empregal-os para impedir que a Nação perca essa extraordinaria riqueza.

Devo dizer, Sr. Presidente, que, maior stoicismo, maior abnegação precisa ter hoje o lavrador paulista, do que os antigos bandeirantes.

Parece, Sr. Presidente, que providencialmente, áquella raça forte foi entregue a salvação e a solução daquelle problema.

Não fosse forte e não teria resistido ás agruras da crise que ha mais de 10 annos a attribul-a, reduzindo-a quase á penuria.

Duas cousas porem, não deixou de fazer até hoje: — instruir seus filhos e conservar os cafezais em plena produção.

A valorização do café foi iniciada pelo governo benemerito de Bernardino de Campos, que, préviamente, em 1896, havia providenciado no sentido de se reunirem os governos interessados, para alar-

gar o consumo e isso o fez em virtude do relatório, do bellissimo relatório, do Dr. Assis Brazil, accentuando a situação do café nos Estados Unidos e mostrando os meios de evitar justamente o que se deu mais tarde: a inundação dos mercados pela super-produção e a especulação resultante.

O plano do Convênio de Taubaté não se realizou justamente por falta de dinheiro. Si naquella occasião o Estado de S. Paulo, os de Minas e Rio de Janeiro tivessem conseguido a adhesão do Governo Federal, se tivessem realizado o empréstimo de £ 15.000.000, que teriam entrado no paiz em especie, para servir de lastro á Caixa de Conversão, não teriamos chegado a esta situação.

O plano do illustre Dr. Tibiriçá foi esse: retirar o excedente de uma safra extraordinariamente grande, a mais abundante que S. Paulo tem tido e que terá por muitos annos ainda, retirar esse excesso, certo, convencido de que apoz uma safra record, duas ou tres pequenas se seguiriam, normalizando, portanto, a offerta.

Era intuitivo, era um caso muito simples, era evitar a avalanche, a offerta menor, no intuito de evitar tambem a desmoralização dos preços.

Mas o Sr. Tibiriçá quando retirou os 8 milhões de saccas, pretendia o auxilio do Governo Federal, no sentido de, por meio de acção diplomatica, promover inqueritos parlamentares na França, na Italia e na Austro-Hungria, afim de elucidar a questão, porquanto o thezouro dessas Nações é extraordinariamente desfalcado na tributação e o artificio empregado na falsificação do café.

Vou explicar ao Senado a questão.

O consumo de café na França é extraordinario. Regula, por exemplo, 2.000 kilos per capita, mas o que é certo que o francez não toma menos de 8 a 10 kilos per capita.

Esse excedente, não é café, mas, entretanto, é vendido como tal, e de facto, a apparencia é a mesma.

Si é vendido como café e deixa de pagar o imposto de entrada, que é correspondente a 136 francos por 100 kilos, quer dizer que o café do Brazil, o café natural, não pode competir em preço com elle e o fisco francez é defraudado da importancia do imposto, que deixa de receber.

O Sr. Presidente — Peço licença para advertir a V. Ex. que a hora do expediente está a findar

Por ventura, a Standard Oil Company dos Estados Unidos não tem grandes reservas de petróleo nos seus reservatórios?

Acaso esses depositos fazem baixar o preço do kerozene?

Por ventura, Sr. Presidente, a prata que está accumulada no Thezouro dos Estados Unidos, em uma importancia colossal, concorre para a baixa do preço da prata?

Os brilhantes das minas de Kimberley, alli accumulados, por ventura fazem baixar o preço dessas pedras preciosas nos mercados da Europa?

Tudo depende do capital. E estou certo, Sr. Presidente, de que si por ventura, o Estado de S. Paulo tivesse ao iniciar a valorização do café, conseguido com os outros dois Estados signatarios do Convenio de Taubaté um emprestimo de 15 milhões, outra, muito outra seria agora a situação.

A proposito dos brilhantes de Kimberley, devo dizer que, a Companhia de Beers estava para fallir, devido exatamente os preços baixos dos brilhantes, quando chegou a Kimberley o celebre Cecil Rhodes, que formulou o plano de exportar somente a quantidade de pedras preciosas que o mercado pudesse absorver, estipulando o preço. Foi quanto bastou para que a companhia prosperasse e Cecil Rhodes fizesse uma fortuna colossal.

E o brilhante não é mercadoria de primeira necessidade!

A insistencia de S. Paulo, nessa questão ha de continuar; e a mesma insistencia que teve Bernardo de Palissy, acusado de louco, porque para manter o fogo na fornalha de onde esperava ver surgir o resultado de sua descoberta, sacrificou os soalhos de sua casa, as portas, as janellas e até a propria cama.

Passou por alucinado e por louco, entretanto, por essa loucura deve a França uma de suas principais fontes de riqueza e a primazia indisputavel, que teve por séculos, no fabrico de louças e de faianças. S. Paulo foi acoimado de louco — daqui a alguns annos não haverá brasileiro que não bendiga essa loucura.

Nós não recuaremos! Convictos que defendemos a boa causa, faremos o mesmo que Galileu, quando intimado pelo Tribunal Inquisitorial a affirmar que a terra estava parada, batendo com o pé dizia "*e pur se muove*".

S. Paulo ficou só, isolado, mas pergunto eu, se nós baqueassemos, se por uma funesta calamidade desaparecesse essa riqueza que estamos defendendo com tanto heroismo, que restaria ao Brasil? Qual seria a sorte e o futuro deste paiz? Qual o succedaneo para o café?

De facto, não sei em que poderá estar enquistada a felicidade deste Paiz.

Não é em um fardo de alfafa ou de lã que está enquistada a felicidade da Republica Argentina, não é em um crystal de nitrato de sodio que está a felicidade do Chile, não está em um kilo de guano a felicidade do Perú, nem é no ubere da vacca que está enquistada a felicidade da Holanda, nem em um bloco de carvão Cardiff que está a da Inglaterra. Falhassem, porem, a essas Nações tais elementos de riqueza e ellas certamente não se poderiam manter, no mesmo pé de grandeza e de prosperidade. E, quanto á intervenção que nós viemos pedir, solicitando á União apenas o endosso a esse emprestimo, e isso porque tal exigencia nos era

feita pelos banqueiros estrangeiros, era de facto a mais insignificante que se poderia fazer. Para aquelles que consideram a União o Estado-Providencia, ha o exemplo recente dos Estados Unidos, intervindo directamente para impedir que a crise produzida pela fallencia do Banco Nickerbocker se generalizasse. E' que as Nações não deixam de intervir quando tratam de resguardar interesses que lhe são affectos e aos de sua população, deprehende-se se remotarmos ao passado, vendo a Inglaterra, a nobilissima Inglaterra, a liberal Inglaterra de Willberforce collocar-se ao lado da escravidão nos Estados Unidos, para evitar que a miseria lhe entrasse nas fabricas de Manchester, com a deficiencia de algodão.

Sacrificou os seus principios liberais, sacrificou tudo, para salvar da penuria o seu proletariado e conservar a sua industria de tecelagem. A Inglaterra intervindo na Guerra de Seccessão americana, permitiu que em seus portos se armassem corsarios que depredaram e aniquilaram a marinha mercante "yankee" embora mais tarde se submettesse ao arbitramento, o que lhe custou 22 milhões esterlinos.

Ainda ha pouco, vimos a Convenção de Bruxellas tratar de promover os meios de evitar a ruina dos cultivadores de beterraba.

Todas as nações do mundo armam-se para defender a sua riqueza e, entretanto nós, censuramos aquelle nobilissimo Estado que, isolado, traz no dorso 7 milhões de saccas de café, para impedir que ellas rolem no mercado de uma só vez e sejam adquiridas a preços baixos pelos baixistas que, naturalmente querem fazer o seu negocio, aniquilando a força viva deste paiz.

A proposito das aggressões feitas ao Estado de S. Paulo, não só nesta, como na outra Casa do Congresso, lembro-me de um episodio lido ha muito tempo sobre a invasão alemã, na guerra de 1870.

O chefe do Departamento de Informações, dirigiu-se ao Principe de Bismarck, reclamando augmento de pessoal, na sua repartição, dizendo que era preciso ter espiões e agentes em toda a parte, para communicarem os movimentos das tropas, fornecimento e mobilização do exercito francez e tudo o mais que se referisse ás medidas de defesa que a França oppunha contra a invasão.

Bismarck, com aquelle espirito de philosofo e aquella perspicacia que conservou até a morte, tranquillizou-o: "Não ha necessidade, os proprios francezes se encarregarão disso"

Sr. Presidente, mais uma vez se confirma tambem a sabedoria daquelle proloquio popular que diz: "*Mais conhece o tolo no seu do que o avisado no alheio*".

Por essa razão, por esse motivo, o honrado Senador pelo Districto Federal, disse o que disse na sua oração a proposito da questão do café.

S. Ex. a desconhece completamente e não digo que propositalmente evitasse ou fugisse á escola de Epaminondas, mas a verdade é que, levado pelos arroubos da sua imaginação, pelas fulgurações de seu talento pe-

regrino, S. Ex. nem sempre narra os factos com o rigor da Verdade.

S. Ex., por exemplo, referiu-se ao despotismo da Russia, a proposito da questão das plantações e trouxe justamente este simile para demonstrar que o lavrador paulista vive como um “mujick” russo, avasado ao peso do despotismo, por não mais poder plantar café.

Tratando do despotismo russo, disse S. Ex. que o “mujick”, em obediencia ás ordens do Czar, não pode recolher senão uma certa quantidade de cereaes, necessaria para seu sustento, pertencendo o resto ao seu governo.

Ora, Sr. Presidente, não creio que isto fosse obra da imaginação de S. Ex. S. Ex. leu isso em algum romance de Maximo Gorki ou de Scienkewikz.

O despotismo russo, pode ser muito cruel, mas não inepto, nem imbecil.

Pois, é crível que um agente do poder publico na Russia vá ao “mujick” e ordene que o excedente do necessario a sua alimentação não lhe pertence, mas sim ao governo?

Claro está que o “mujick” não produziria senão o necessario para seu sustento. Seria uma inepcia da parte do governo que adoptasse tal processo. Nada lucraria!

O que ha na Russia é o systema de parceria, systema que é adoptado em varios paizes da Europa. Naturalmente é o melhor porque estimula o trabalhador, que, quanto mais colhe, maior quinhão recebe e maior quinhão distribue ao proprietario da terra.

Outra allegação de S. Ex., tratando da questão do café, foi a da crise americana do milho. Não vejo termo de comparação! E para demonstrar que nós paulistas deviamos agir da mesma forma porque procederam os americanos, S. Ex. declarou que devido á crise do milho, os americanos augmentaram a criação de suinos, transformaram esse excesso de milho em banha e carnes salgadas para a exportação mundial.

S. Ex. está completamente equivocado! Isso é um romance! Nunca houve crise de milho nos Estados Unidos. O milho constitui um dos principais alimentos desse paiz; é um producto que pode ser desdobrado em outros e, por consequencia, não pode produzir crise.

Todo o mundo sabe que os americanos teem o monopolio, por exemplo, do fabrico da maizena, de maneira que poderiam transformar o milho em maizena, em alcool e em féculas.

Se o honrado Senador tivesse as estatisticas, verificaria, como eu, que si os norte-americano fossem promover a criação de suinos, para comer esse milho que produziu crise, quando esses suinos estivessem em ponto de comel-o, ja o milho estaria carunchado!

Portanto, seria preciso promover outra crise, para que esse milho os engordasse!

Segundo as estatisticas, verifica-se que, talvez em proporções maiores á criação de suinos, coincidiu a dos bovinos, equideos e muares.

Ainda outro ponto em que S. Ex. naturalmente argumentou por absurdo.

Refiro-me ao preço do café, de 3\$500, enriquecendo fazendeiros dos antigos tempos.

Vou esclarecer o assumpto e, fal-o-hei com conhecimento de causa porque sou antigo lavrador.

Uma de duas: ou S. Ex. quiz levantar um hino á escravidão, para demonstrar que o trabalho escravo é mais barato do que o trabalho livre, ou então, S. Ex. ouviu cantar o gallo mas não soube onde.

O cálculo é facil e vou fazel-o sem siquer uma nota. Uma fazenda, para produzir em media 10.000 arrobas de café, mesmo naquelle tempo, trabalhada por escravos, valia 300:000\$00, dos quais 100:000\$000 representando o custo dos escravos; 60, 65 e 70, porque tantos eram precisos para tratar os cafezais e para fazer uma colheita de 10.000 arrobas de café, em media 200:000\$00 o valor da propriedade que não devia ter menos do que 200.000 pés de café. Portanto, temos uma propriedade produzindo em média 10.000 arrobas, vendidas estas a 3\$500, dariam ... 35:000\$000. Dessa importancia deduzam-se as despezas, porquanto o fazendeiro não tinha naturalmente a varinha magica que o honrado Senador pelo Districto Federal possui e não dá a ninguem, para remetter essas 10.000 arrobas para o mercado, sem pagar transporte, commissão, ensaque e seguro, que evidentemente absorveriam pelo menos 1\$500 em arroba, isso na melhor das hipoteses.

O fazendeiro que vendesse por 3\$500 a arroba, só poderia receber 2\$000 liquidos, de modo que uma fazenda na importancia de 300:000\$000, produzindo a media de 10.000 arrobas de café daria liquidos 20:000\$000.

Os juros, Sr. Presidente, que hoje se cobram ao lavrador, são iguais ou talvez inferiores até aos que antigamente os prestamistas cobravam.

Mas, tomando-se o juro de 12%, chega-se a este resultado, que os 300:000\$000 contos dessa propriedade deviam exigir 36:000\$000 de juros.

Mesmo que o lavrador nada gastasse absolutamente nada, no custeio da fazenda e na colheita das 10.000 arrobas de café, que não comprasse lençois de cambraia e de linho ou "edredons" de seda, mesmo assim, por essa conta, verifica-se que o lavrador dessa época teria um deficit annual de 16:000\$000.

No espirito de S. Ex. paira, ou existe esse facto: que o lavrador mais enriquece quanto menos recebe pelo seu producto!

Tocarei, ainda, em outro ponto.

Tem-se dito que a crise devia se resolver de uma forma muito simples: liquidar, liquidando, porque os fortes venceriam.

Mas, Sr. Presidente, os fortes somos nós. Nenhum paiz no mundo pode produzir café pelo preço que nos produzimos.

Por exemplo, o Mexico. O lavrador mexicano gasta 9\$000 a 12\$000 para produzir uma arroba de café, ao passo que nós poderemos produzi-la por 4\$000.

Portanto, os fortes somos nós,

As nossas terras são fertilíssimas e a nossa cultura já está feita, com o seu systema ferroviário completo, portos de mar, etc.

Os fortes, portanto, somos nós!

Depois, Sr. Presidente, liquidar, como na outra Casa do Parlamento se disse, seria equivalente por exemplo a um cidadão que tendo subido com difficuldade uma torre alta, achasse mais facil ao invéz de descer naturalmente, precipitar-se della ao solo. Um outro representante da Nação declarou que, realmente a situação era constristadora para os lavradores, mas que o Estado e a Nação nada tinham que ver com ella. Desappareceria o lavrador, mas o Estado e a Nação continuariam a receber o valor das safras!

Creio, Sr. Presidente, que esse nobre collega quando assim se exprimia, mentalmente passava em revista a história do cavallo do inglês, e supunha que, mesmo sem comer o lavrador, em plena miseria, se deixaria despojar, continuando na faina de tratar dos cafezais, até o momento de entregal-os ao credor.

O nobre Senador pelo Districto Federal terminou o seu discurso, dizendo que S. Paulo, despojando-se na praça publica das attribuições que lhe foram conferidas pelo nosso pacto fundamental, se transformava num Estado de escravos e que os outros Estados da União deveriam repellil-o do seu gremio.

Sr. Presidente, o Estado de S. Paulo foi, é e será um Estado de escravos... do cumprimento do dever e do brio!

S. Paulo, berço da nossa Independência, não será jamais a sepultura da honra brasileira.

Se, por ventura, se realizasse essa suprema iniquidade, si os Estados da Federação ingratamente repellessem o Estado de S. Paulo de sua agremiação, como outr'ora José, vendido por seus irmãos aos mercadores do Egypto não levantaríamos um protesto; conservariamos vivaz o mesmo affecto fraternal pelos irmãos desapiedados e repetiríamos as palavras que Christo pronunciou no alto da Cruz, quando recebeu o lançamento do judeu: "Perdoai-lhes, Senhor, elles não sabem o que fazem".

Affirmou-se que S. Paulo estava obsecado, louco e cego. Feliz obsessão que não impediu que um Estado torturado e martyrizado, por uma longa crise de 10 annos tivesse ainda coragem e forças para apurar do seu trabalho 85.000:000 para offerecel-os á colmeia nacional.

Cego? Sim. Deslumbra-lhe a retina a luz viva e fulgurante do sonho que ainda anima e fascina todos os paulistas, de uma magestosa e

resplandescete apothese do Brasil^o prospero, grande e feliz. (Muito bem, muito bem) (“*Discursos Parlamentares*”, Alfredo Ellis; *Annaes do Senado*). (1).

E, com esse discurso, no Senado Federal, viu-se mais um galo de briga, murchar a cabeleira, cantar de galinha e correr! Foi o Senador Barata Ribeiro!

E, com este, correu tambem o Senador Severino Vieira!

S. Paulo e o café estavam vitoriosos!

Foi em 1908!

O que pleiteava S. Paulo, da União, pelo seu representante no Senado, foi obtido. O resultado financeiro desse lance foi maravilhoso para a União.

Quem o diz é o illustre escritor pernambucano, Manoel Olympio Romeiro, no seu livro “*S. Paulo e Minas na economia nacional*”, cujos dizeres a esse proposito eu reproduzo, data venia :

“O primeiro auxilio do Governo Federal ao café paulista foi em 27 de Janeiro de 1908, quando emprestou ao Governo de S. Paulo 3 milhões de libras esterlinos, para reforçar o plano de valorização, iniciado em 1906, pelo Governo Tibiriçá.

Foi, sem duvida um auxilio valioso, mas a União não tirou um real

(1) Do Jornal “*O Commercio de São Paulo*” de 11 de Agosto de 1907;

UMA DEFEZA

Dos Senadores paulistas o que mais se tem distinguido, elevando o Estado que representa, é o Sr. Alfredo Ellis. Lado a lado do Sr. Lopes Chaves e do Sr. Glicério, a sua figura se destaca, inatingivel. O primeiro, pela sua idade avançada, não pôde mais prestar serviços que em outros tempos prestava. Ao segundo depois da sua brilhante acção na propaganda republicana, nada mais deve o Estado. Desde o advento do novo regimen até hoje, tem sido um elemento de corrupção. Mas, ainda que não estivesse entre um ancião invalido e um chefe sem idoneidade moral, condemnado, felizmente, a desaparecer, em breve, da arena política, o Sr. Alfredo Ellis daria brilho e honra ao seu mandato. Sobranceiro ás baixas paixões partidárias, incapaz de malbaratar o tempo em questiunculas, tem tratado, principalmente, dos interesses economicos do Estado e de toda a Nação. Nesta época, em que procuramos defender a produção, alargar o commercio, reduzir as despezas de transporte, povoar o

de seus cofres para dar a S. Paulo, isto é, não emprestou dinheiro seu. Realizou, com os banqueiros Rothschild, de Londres, um empréstimo de 3 milhões de libras; e, os entregou a S. Paulo. Não dispendeu, entretanto, um vintem. Todas as despesas da operação correram por conta do Governo paulista, até mesmo as despesas que o Governo Federal teve que fazer com annuncios, telegrammas, sellos etc.

S. Paulo, pagou os juros de 5% ao anno; deu em garantia o excedente da sobretaxa de 3 francos ouro, por sacca de café exportada, obrigando-se ainda a tirar de sua receita ordinaria a quantia precisa, caso o producto da referida sobretaxa não fosse sufficiente para o serviço da divida.

S. Paulo cumpriu rigorosamente as clausulas do contracto, pagando á União os 3 milhões de libras e juros desde o prazo estipulado no dicto contracto.

Um auxilio como esse não *offende* á economia nacional, não *offende* á economia dos Estados, não *offende* a ninguem. Alias só de juros a União recebeu 1 milhão 537 mil 455 libras esterlinas, de forma que o Governo Federal emprestou £ 3.000.000 e recebeu £ 4.537.455 ou melhor, S. Paulo recebeu liquido £ 2.850.000 e entregou ao Governo Federal £ 4.537.455.”

Não parece restar a mínima dúvida que, isso representava uma bellissima vitória paulista, da qual participou, como grande fator, o esforço do Senador Alfredo Ellis.

territorio, crear o crédito agricola, não devem ser esquecidos os esforços continuos do eminente senador. São Paulo, tão malquisto perante os demais Estados, ainda ha dias injustamente julgado pelo Sr. Barata Ribeiro, não podia, no senado federal, ter um defensor mais serio, mais digno, mais respeitável que o Sr. Alfredo Ellis. O governo paulista tem commettido erros em sua politica economica. A confiança illimitada em nossos recursos em nossa audacia, já tradicional, tornou-o imprudente e irreflectido. Mas o intuito do governo, apesar do pouco criterio com que procedeu foi defender a nossa producção, regular-lhe o commercio, posto que só buscasse levantar artificialmente o preço do café. A precipitação condemnavel com que agiu, estimulado pelo apoio unanime, ou quasi unanime do Estado, arrastou-nos a um tremendo perigo. Se a União se recusasse a auxiliar São Paulo, o governo teria de despejar na praça, forçado pela necessidade, os oito milhões de saccas de café que adquirira. A crise, então, seria pavorosa; o café baixaria immediatamente o Estado teria de suspender os pagamentos, a lavoura ficaria arruinada. Com as compras que fizessem, a preço infimo, os importadores poderiam, armazenada a nossa producção, manter a baixa nos annos seguintes.

O governo paulista pediu então á União, afim de evitar essa crise,

Eis um autêntico florão de glória, capaz de enaltecer o trabalho de um grande parlamentar, em prol de sua terra e de sua gente! Como era diferente do que hoje se ve na representação paulista na Câmara Federal, onde a causa do café e os interesses de S. Paulo são traídos, em razão de uma sordida politicagem! (2)

o empréstimo de tres milhões de Libras esterlinas. Esse empréstimo éra indispensavel para a conservação do café comprado. Como o nosso desastre abalaria a vida economica da federação, o presidente não poderia deixar de apelar para esse recurso extremo. O Sr. Barata Ribeiro, porem, aproveitando-se da hostilidade que em toda a republica ha contra o nosso Estado procurou, em dias torvos para nós, avival-a ainda mais. Se a questão que dera motivo a essa attitude do illustre senador, era economica, se feria a nossa honorabilidade, a resposta devia ser dada pelo Sr. Alfredo Ellis, em defesa do Estado. É esse eminente paulista que mais se tem preocupado com questões economicas; é elle que pode falar em honorabilidade, tanto como o Sr. Lopes Chaves, mais do que o Sr. Glicerio, que sobre este assumpto não tem mais direito de levantar a voz. O Sr. Ellis, em nome de São Paulo, deu a resposta, já largamente publicada. A sua conclusão é logica: Se o Estado exgotara os seus recursos, se fizera os sacrificios maximos, devia esperar tranquilo, o cataclisma que o ameaçava, tanto como á União? A longa defesa do illustre senador, digna e brilhantissima, é mais um titulo que o eleva, que o recomenda á estima publica.

(2) A concepção que faço da função do Deputado Federal, é que ele, sendo representante do Estado e não do partido, deve cuidar com afinco dos interesses do seu Estado e só secundariamente do seu partido. Infelizmente não é isso que vemos!

CAPÍTULO XIX

O CAFÉ

(SEGUNDA FASE)

Em 1917, o Brasil entrava na guerra contra a Alemanha. Então, o Presidente Wenceslau, querendo aparelhar as forças armadas do país, e não contando com outros meios, lançou mão da emissão, não lastreada.

Sob proposta do Senador Francisco Sá, o Executivo, era autorizado a emitir 150 mil contos. No início do ano seguinte, isto é, de 1918, o Senador Alfredo Ellis, que então fazia parte da Comissão de Finanças do Senado, emendou essa proposição, aumentando-a para 300 mil contos, sendo 150 mil destinados à compra de café. Tudo isso foi acertado e combinado com o Presidente Wenceslau, homem calmo, resoluto, mas de visão insegura. Mas, o Sr. Antonio Carlos de Andrada, que era o Ministro da Fazenda de então, só se aproveitou da autorização, emitindo para compra de café, 110 mil contos, diminuindo, portanto, a importância do objetivo total do Senador Alfredo Ellis, que assim, viu seus projetos, só em parte realizados. Com esse dinheiro, o Governo Federal emprestou ao Governo estadual de S. Paulo, do Sr. Altino Arantes, que era o Presidente do Estado, a quantia acima enunciada de 110 mil contos. O Governo Estadual comprou, por baixo preço, 3.250.000 sacas.

Por felicidade, desse empreendimento, houve, no mês de Junho de 1918, uma geada gigantesca, a qual fez com que a colheita futura se reduzisse de 75% da sua estimativa primitiva. Com isso, os preços subiram e o café, comprado por pouco, foi vendido por muito.

Sucesso retumbante!!!

Eu posso atestar que, foi assim, porque acompanhei todos esses acontecimentos.

Vejamos, porém, como o Senador Alfredo Ellis, que foi o autor dessa operação, a relata, em depoimento público:

“ Mais tarde, no Governo do Sr. Dr. Wenceslau Braz fazendo eu parte da Comissão de Finanças, e sendo alli rellator da receita, o actual Ministro da Viação, Sr. Dr. Francisco Sá apresentou elle em sessão secreta um projecto de emissão de 150 mil contos, que o Governo reclamava com urgencia, afim de aparelhar o paiz para a situação de guerra em que estavamos.

Eu apresentei a esse projecto uma emenda substitutiva, elevando de 150 para 300 mil contos a autorização para a emissão, attribuindo 150 mil contos, de accordo com o pedido do Governo e 150 mil contos para serem empregados na defesa do café.

Era então Presidente de S. Paulo o Sr. Dr. Altino Arantes.

Sr. Presidente, vou abrir um parenthese. O proprio Senado deve estar estranhando a razão, o motivo da minha presença na tribuna para tratar de um assumpto que já tem sido por mim amplamente discutido neste recinto. Devo, portanto explicar: Na sessão de ante-hontem, na Camara dos Deputados do Estado de S. Paulo, o Sr. Dr. Azevedo Junior, fundamentando um projecto de defesa do café, exclusivamente a cargo do Estado de S. Paulo, fez referências, fez o historico do que se havia passado em relação ao primeiro projecto, resultante do Convenio de Tautaté, referindo-se tambem, á segunda intervenção, que é essa que vou discutir mesmo porque fui nella “magna pars” e á terceira que foi iniciada e feita pelo Sr. Dr. Eptacio Pessôa.

Já tive occasião de fazer uma rectificação a esse historico, tendo invocado nesse momento, o testemunho de todos os meus collegas da Comissão de Finanças. Um dos que estavam então presente, exactamente o que fôra Relator da receita, o Sr. Francisco Sá, em pequeno discurso, corroborou as minhas palavras “*confirmando que a iniciativa fora inteiramente minha*”

E, de facto, o Dr. Altino Arantes, não precisa dos pequenos serviços, que eu por ventura tenha prestado, para com elles enriquecer o patrimonio entheourado pelo seu patriotismo.

O Dr. Azevedo Junior com quem estou de perfeito accordo em relação ao projecto que apresentou e ao qual lamento não poder prestar o meu concurso, insignificante mas consciente, não só com a minha palavra, como com o meu voto, o Dr. Azevedo Junior receberá, estou certo, esta rectificação com o mesmo espirito que me trouxe á Tribuna: dar a Cesar o que é de Cesar. A iniciativa foi minha, exclusivamente minha, conforme por varias vezes tenho asseverado ao Senado desta Tribuna.

O Sr. Paulo de Frontin — Apoiado.

O Sr. Alfredo Ellis — 150 mil contos votou o Congresso para a defesa do café. Era Ministro do Sr. Dr. Wenceslau Braz o Sr. Dr. Antonio Carlos e era Secretario do Sr. Dr. Altino Arantes, o illustre paulista Sr. Dr. Cardoso de Almeida, que foi incumbido de realizar a transação. Mas, o Ministro da Fazenda não deu cumprimento exacto ao que se havia combinado, projectado e votado. S. Ex. apenas concedeu um emprestimo de 110 mil contos para a defesa do café, consignando “sponte sua” um empréstimo de 50 mil contos ao Banco do Brasil. Apesar de desfalcado o contingente, o Sr. Dr. Cardoso de Almeida, comprou 3 milhões 250 mil saccas de café. Deu-se pouco depois o grande phenomeno meteorologico

da geadá, que, em uma só noite, queimou de 400 a 500 milhões de cafeeiros em S. Paulo. A situação foi completamente modificada. De um lado, como diz o Sr. Dr. Azevedo Junior, a lavoura de S. Paulo salvou-se, atirando-se ao algodão e aproveitando os terrenos e as leiras dos cafezais mortos para plantar o algodão produzindo então o Estado mais algodão do que o resto do paiz. De outro lado, outro phenomeno se originou dessa fatalidade da geadá, que arruinou milhares de fazendeiros mas, salvou a lavoura do café e o aparelho o mecanismo da riqueza: o café subiu á cotação extraordinaria e os 3 milhões e 250 mil saccas de café, comprados por cento e dez mil contos, produziram para a União 175 mil contos, inclusive os 110 mil que o Thezouro Nacional tinha emprestado a S. Paulo.

O lucro liquido da União foi, portanto, 65 mil contos, e para o Estado de quantia igual.

Pelo Convenio, a União emprestara ao Estado 110 mil contos, obrigando-se o Estado a restituil-os. Mas, como não havia o computo de juros, obrigava-se o Estado a dividir os lucros. Estes foram 130 mil contos. A União cabiam 65 mil, que addicionados aos 110 mil contos, attingiram á soma collossal de 175 mil contos.

A minha iniciativa foi de exito magnifico, e inegualavel porque nunca, absolutamente, teve nossa Patria, operação da qual resultasse tão extraordinários beneficios.

Não me encho de orgulho Sr. Presidente, pois cumpri com o meu dever, mas não me pode ser agradavel — e nesse ponto invoco a consciencia de meus collegas — ver o meu nome completamente esquecido, dando-se a todos os que collaboraram nesse projecto felicissimo, parte, por minima ou quase nulla que fosse, afastando-se-me completamente do assumpto, como se eu, nesse caso, fosse um simples e mero anonymo.

O Sr. Lopes Gonçaves — A Nação reconhece os relevantes serviços de V. Ex. sobre o assumpto.

O Sr. Alfredo Ellis — A prova disso, Sr. Presidente, é que ainda agora, em discurso pronunciado na Camara de Deputados do meu Estado, o meu nome é completamente esquecido, minha iniciativa deslembada, para ser dada ao Sr. Dr. Altino Arantes, como se S. Ex. precisasse disso para sua glória!

Já disse, Sr. Presidente, que estou de perfeito accordo com o projecto que está em discussão e vai ser votado em S. Paulo, exclusivamente á lavoura de café a defesa de seu producto.

Sou o primeiro a reconhecer que o Sr. Azevedo Junior, fundamentando esse projecto, presta um extraordinario serviço não só a S. Paulo, mas ao paiz inteiro.

Venho porem, fazer esta rectificação, porque estou convencido de que S. Ex., melhor informado, ha de acceital-a como verdadeira, visto como, nenhum interesse tem em modificar o historico dessa questão.

Outra observação que convem ser feita é esta:

Quando eu propuz a emissão de 150 mil contos para a defesa do café, claro era que, depois de vendido esse café, essa emissão devia ser incinerada, se não toda, pelo menos a somma correspondente á emissão feita para a compra do café. Mas, a emissão não foi incinerada devido a uma emenda á ultima hora apresentada ao orçamento da receita, ficando assim esses 110 mil contos incorporados á enorme massa de papel moeda de que estamos assoberbados.

O Sr. Azevedo Junior, no seu discurso disse o seguinte :

“ Veio o governo do benemerito Sr. Altino Arantes que, premido pelas circumstancias, foi forçada ainda a sustentar o preço do café, porque o café, Sr. Presidente, representa a vida do Estado de S. Paulo. Iniciou-se uma nova campanha, com difficuldades extraordinarias, para convencer o Governo Federal, então presidido pelo Sr. Wenceslau Braz, da necessidade inadiavel de auxiliar o Estado de S. Paulo, para que elle pudesse tratar da sua economia e salvar a Nação.

Conseguiu-se Sr. Presidente, em prestações, com enormes esforços, o emprestimo de 110 mil contos e foi com esse emprestimo que o Sr. Altino Arantes, auxiliado pelo Sr. Cardoso de Almeida, seu illustre secretario da Fazenda, encetou a segunda phase da valorização do café ”.

Várias inexactidões, Sr. Presidente! O Sr. Wenceslau Braz nunca se insurgiu contra a defesa do café :

Tive várias conferencias com S. Ex. e encontrei sempre da parte do illustre estadista toda a boa vontade, todo o desejo de salvar a situação.

Não é portanto exacta a allegação de que tivesse havido esforços por parte do Estado de S. Paulo. S. Paulo não desenvolveu esforço algum. O Sr. Altino Arantes não teve iniciativa alguma. Votou-se a emissão para determinado fim, no valor de 150 mil contos. O Sr. Antonio Carlos, como já disse, empregou em logar de 150 mil contos, apenas 110 mil, com os quaes se fez a defesa do café. Por conseguinte, o Sr. Wenceslau Braz foi o primeiro a reconhecer a necessidade da intervenção e se, por ventura o Sr. Antonio Carlos não concedeu os 150 mil contos, naturalmente foi devido a difficuldades ingentes em que se vio o Governo naquella occasião.

Rectificado esse ponto, Sr. Presidente, continuo a ler trechos do discurso do Sr. Azevedo Junior :

“ ... o lucro verificado ,além dos 110 mil contos do capital empregado, foi de 50 mil contos á União ”.

Venho esclarecer este ponto: em logar dos 50 mil contos, o Estado de S. Paulo entregou ao Thezouro da União, 65 mil, exclusivamente de lucro, parte que á União cabia na divisão dos lucros.”

Mais adiante, continuou o Senador Alfredo Ellis o seu depoimento esclarecedor, em discurso perante o Senado Federal.

Ele reivindicava um ativo seu, não por méro orgulho, mas para que o seu patrimonio não fosse vítima de uma injustiça na sua propria terra.

.....
O Sr. Paulo de Frontin — O que não impediu que o orador official commettesse a injustiça de não citar o nome de V. Ex.

O Sr. Alfredo Ellis — O nobre Senador bem comprehende que o prato não é para quem o faz. A propósito desse aparte, depois farei algumas considerações.

Quando se tratou da primeira valorização do café, o Sr. Conselheiro Rodrigues Alves mandou um representante directo tratar commigo da questão pondo-se inteiramente á disposição da defesa de nosso principal producto, desde que nós abrissemos mão da criação da Caixa de Conversão. Entendia elle que se podia chegar, sem ser por esse meio, ao mesmo resultado e ao mesmo fim. Eu não podia, absolutamente, aceitar uma proposta dessa natureza, uma vez que o Partido que eu aqui representava entendia que as duas questões estavam intima e indissolvelmente conjugadas e que o empresitmo feito no estrangeiro para valorizar o producto iria elevar o cambio e, portanto, retirar as vantagens que por ventura adviessem da defesa do café. E, foi por esse motivo que nós não pudemos acceptar o offercimento do Sr. conselheiro Rodrigues Alves.

Eis a razão porque faço a reclamação, afim de que ella conste dos Annaes e da imprensa do paiz. A interpretação dada á attitude superior do conselheiro Rodrigues Alves não é fiel. S. Ex. nunca concorreria para desvalorizar o café.

Sr. Presidente, o aparte de meu nobre amigo, eminente Senador pelo Districto Federal, cuja amizade eu prezo muito e a quem consagro grande admiração, pelo seu bello talento e pelo seu espirito de iniciativa, largo e creador, me proporciona ensejo de dizer que não estranhei não se ter feito referencia alguma a meu nome, nessa campanha de valorização do café. Pelo contrario, já esperava.

Já tive occasião de vir a esta tribuna, por mais de uma vez, para impedir que me negassem, pelo menos a iniciativa da medida consignada em 1918, para a segunda defesa do café.

O Sr. Paulo de Frontin — Ainda o anno passado, V. Ex. se empenhou nesse sentido.

O Sr. Alfredo Ellis — Em relatório, Sr. Presidente, o ex-secretario

da Fazenda de S. Paulo, o Sr. Dr. Cardoso de Almeida, fez referencia a grande vantagem da segunda defesa do café. E, nessa occasião, S. Ex. attribuiu a varios outros o concurso prestado para a grande operação, deixando-me por ultimo lugar, com um pequenissimo quinhão e por muito favor.

Não sei porque negam-me sempre o reconhecimento no pouco que faço. Não digo isso por vaidade, absolutamente; estou muito habituado ás injustiças da sorte. Era preciso que eu não estivesse á longos annos na profissão de médico, para desconhecer o quanto é fardo pesado, neste mundo, o fardo da gratidão, e como é raro esse sentimento. E' como o "radium" nas jazidas da consciencia humana.

Sr. Presidente, naquella occasião não me pude conter e vim a esta tribuna reivindicar a iniciativa da medida, tendo tido a felicidade de ver as minhas palavras corroboradas e reafirmadas, não só pelos meus illustres collegas da Commissão de Finanças, como pelo operoso relator que tanto me auxiliou quando propuz, no seio da Commissão o projecto de emissão de 150 mil contos, destinados exclusivamente á compra de 4 milhões de saccas de café.

O Sr. Dr. Wenceslau Braz deu-me a honra de me chamar e de me ouvir. Em poucas palavras, conhecedor do assumpto, porquanto outra cousa não tenho sido em toda minha vida, senão um lavrador de café, expuz o plano a S. Ex. demonstrando a efficacia da medida, e os lucros que naturalmente adviriam ao paiz, principalmente á União, que nenhum prejuizo teria, desde que, a titulo de emprestimo, fornecesse essa quantia ao Estado de S. Paulo para compra de café. Demonstrei por A + B que os lucros seriam immediatos e remotos. Immediatos porque a medida impediria que os torradores americanos se apoderassem da safra de café que estava atirada, sem defesa, no mercado; remotos, porque se salvava o apparelho, que é essa immensa lavoura de café, representando para o estrangeiro o assombro economico do século, embora seja elle desconhecido para a maior parte, senão a unanimidade, dos brasileiros.

Realmente, é uma cousa notavel que, muitas vezes, quem menos conhece a cidade onde vive, é justamente o habitante dessa cidade. Assim, quem menos conhece Londres, é o londrino. Da mesma forma, quem menos conhece a importancia da lavoura do café é o brasileiro.

Como já tive muitas occasiões de dizer desta tribuna, mesmo no Senado, a maioria de seus membros, senão a unanimidade, conhece unicamente o café da "salinha", quando o ingere adicionado ao assucar de Pernambuco ou de Campos (riso).

Entretanto, Sr. Presidente, uma das principais vantagens que a Nação colhe pelas mãos benfazejas do Sr. Presidente da República ahi está patente. S. Ex. ensinou ao paiz inteiro que o café não é um producto paulista, mas um producto nacional; é a nossa fonte de ouro e nós precisa-

mos defender, não o producto paulista, mas o nosso sangue, a nossa vida porque elle é a nossa principal riqueza, a nossa maior riqueza nacional.

“ Não existe no mundo mina de ouro que se possa comparar á lavoura do café ”.

Mas, hoje os elementos de defesa do café têm sido nullos e a defesa tem sido feita intercaladamente, quando devíamos organizar, um plano de defesa perenne, permanente, que nos assegurasse o jorro certo de 50 milhões esterlinos annualmente, nos nossos orçamentos ”.

Insistindo com amargura, mencionando as injustiças que era vítima no seu próprio Estado, por parte não só dos poderes officiais, mas também dos eventuais cronistas das defesas do café, que se propunham a relatar, como se tinham decorrido as diversas operações de valorização êsse produto, o Senador Ellis, continuava a prestar o seu depoimento, em discurso perante o Senado, sobre como se passara a segunda valorização do café.

“ O Sr. Presidente da Republica, indo a S. Paulo estudar os factores do problema, verificou naturalmente que era verdade o que venho affirmando desta tribuna, desde o anno passado, averiguando que o plano posto em execução, conquanto, até certo ponto medrosamente e cautelosamente, deu em resultado o augmenço do preço de uma libra para três, por sacca de café e que se a safra actual for de 10 ou 12 milhões de saccas, lucraremos duas libras a mais por sacca.

Se esse plano tivesse sido posto antes em execução, teria concorrido para favorecer a nossa balança commercial, concorrendo para o nosso orçamento e nosso patrimonio, com mais de 25 milhões esterlinos. Em todo o caso, como disse o nobre Senador: “ *Libertas quae sera tamen* ”.

Estou convencido de que a acção do honrado Presidente da Republica, Dr. Epitacio Pessoa vai produzir optimos fructos, vai resolver o problema e posso dar desta tribuna, uma noticia optimista ao paiz — elle deixou inscripto nos Annaes de S. Paulo e na gratidão daquelle povo, a certeza de que nesse Estado ninguem mais trabalhará para, apezar do seu trabalho e suor, tornar-se cada vez mais pobre, beneficiando e enriquecendo os torradores e industriais americanos que, com o seu peculio e o seu ouro, nos sujeitavam a uma verdadeira escravidão.

De facto, Sr. Presidente, eu tive a iniciativa da segunda defesa do café e agora, louvando e aplaudindo a Sociedade de Agricultura que galhardamente recebeu o honrado Presidente da Republica, cumpre-nos dizer ao paiz que faço côro com essa homenagem prestada ao supremo magistrado, tanto mais quanto dessa sociedade, apezar do seu titulo, nem sequer recebi um cartão de agradecimento pelo facto de haver concorrido para os grandes lucros que auferiram o Estado de S. Paulo e o Thezouro Nacional. . .

Trato rapidamente deste ponto, Sr. Presidente, apenas para ficar firmado nos Annaes esse curioso facto que não constitui para mim maior orgulho, nem a elle me refiro com o intuito de pescar elogios. Não os quero, mesmo porque chegariam tarde demais...

Mas, Sr. Presidente, pedi e consegui, com o apoio e concurso de meus illustres collegas da Commissão de Finanças bem como de meus pares do Senado, que atenderam á minha intervenção, 150 mil contos, para compra de café.

Infelizmente, Sr. Presidente, dos 150 mil contos destinados á compra de café, o Sr. Mjnistro da Fazenda de então, ratinhando o mais possivel só consignou 110 mil para o emprestimo a S. Paulo dando 50 mil para o Banco do Brasil.

Esses 110 mil contos, porém, foram bem aproveitados. O ex-Secretario da Fazenda de então, Sr. Dr. Cardoso de Almeida comprou com essa importancia 3.250.000 saccas de café, a maior parte na praça de Santos e uma pequena parte aqui, na praça do Rio de Janeiro.

Liquidada essa operação, o Estado de S. Paulo devolveu integralmente á União os 110 mil contos que havia recebido. E ainda, ha poucos dias, menos de 15 ou 20, o Sr. Dr. Luiz Arthur Varella, procurador do Estado de S. Paulo, viu liquidar as ultimas contas com o Thezouro da União.

Sei, por intermedio desse illustre funcionario do Thezouro de S. Paulo, que a União auferiu dessa operação, lucros liquidos na importancia de 65.000:000\$000 e o Estado de S. Paulo quantia igual.

Quer dizer, Sr. Presidente, em sua simplicidade, que a União recebeu 175.000:000\$000 do Estado de S. Paulo e para o Thezouro do Estado entraram 65.000:000\$000.

Tive, Sr. Presidente, uma grande satisfação ouvindo do procurador do Estado essa resenha. Na minha carteira, porem, no meu archivo não existe nem os meus filhos e netos encontrarão um simples agradecimento, quer da União, quer do Estado de S. Paulo.

Não venho provocar elogios; entretanto acho que tendo sido o operação de tal alcance, não deverá ficar o facto ignorado pelo menos dos illustres collegas, que prestaram seu concurso e o seu auxilio para que levassemos aos cofres da União 175.000:000\$000 que serviram para atravessarmos a zona perigosa das nossas finanças no anno passado.

Não sei como seria possivel a administração publica se não fossem esses lucros do café e a importancia paga pela França pelos navios ex-allemaes, (1).

(1) Dinheiro paulista que a União até hoje não pagou. Será preciso que S. Paulo faça na União uma "intervenção", para receber o que é seu?

Se maior tivesse sido a operação, maiores e melhores seriam também os resultados porque, se para a primeira operação correram factos extraordinarios, como a geada, agora tínhamos a certeza do exito, porquanto a produção era muito inferior ao consumo, de forma que sendo esse superior á offerta do producto e tendo o Brasil o monopolio do café, produzindo 75% do total mundial podia impor o preço e, em lugar de se receber 3 libras esterlinas por sacca, disputando-as ao torrador americano, podiamos impor 4. E elles haviam de as pagar!

Sr. Presidente, aguas passadas não movem moinho. Eu aqui apenas sou o historiador.

Podem ficar certos os meus honrados collegas de que não me achei diminuido nem maguado pelo esquecimento de meu nome nessa festa ou pela proposital annulação completa da minha acção, como disse o meu illustre amigo Senador pelo Districto Federal.

A consciencia do cumprimento do dever é o melhor premio, vale mais do que homenagens que nem sempre trazem o cunho da sinceridade e são disputadas por outros que têm ambição, que exigem que seus nomes figurem nos grandes lances das finanças do paiz. Eu me occupo estrictamente das minhas obrigações. Nunca disputei posições. Procuro occupar dignamente, e honradamente as que me são distribuidas pelo meu Partido, defendendo os interesses não só políticos como de toda ordem do meu Estado.

Os apartes do nobre Senador pelo Districto Federal me levaram a tangenciar a minha pequena oração. Queira desculpar-me o Senado se por ventura fiz algumas annotações á margem da historia, tomando seu precioso tempo". (2)

(2) Ve-se perfeitamente bem, pelo que acima ficou amplamente documentado por preciosos depoimentos que a segunda valorização do café é de autoria exclusiva do Senador Ellis.

Todos os mais foram simples executores.

A concepção da ideia foi só do Senador paulista.

Dir-se-ia que a geada o ajudou. Seja como for, a ideia foi só dele. Os outros entraram nisso como "*Pilatos no credo*". Só colheram os resultados...

CAPÍTULO XX

O CAFÉ

(TERCEIRA FASE)

Em 1920, era Presidente da República o Sr. Epitacio Pessoa e Ministro da Fazenda o Sr. Homero Baptista. A situação do café era desesperadora! Uma crise tremenda afligia essa maravilhosa riqueza paulista, que é o café! Sempre o mesmo desequilíbrio, entre a oferta e a procura, a causar as nuvens negras acumuladas, como adamastoricas ameaças, no futuro econômico da agricultura do Estado.

Parece que, havia uma super-produção de café, a qual o consumo não conseguia absorver e esse produto requeria continuamente a intervenção dos poderes governamentais.

Então, o Senador Ellis, graças a sua extraordinária visão em assuntos econômicos, especialmente aos pertinentes ao café, percebendo com clareza a situação, ministrou ou antes, aconselhou a terapêutica adequada. De fato, nessa ocasião, êle proferiu no Senado, um discurso especial sobre o caso. E' o que se vê das suas seguintes palavras, pronunciadas em outra ocasião :

“Sabe V. Ex., Sr. Presidente, que no dia 19 de Agosto de 1920, desta tribuna, apresentei uma iniciativa que, se tivesse sido adoptada em relação á safra anterior, teríamos verificado o cambio a 7 e 1/2 e arrecadado ao nosso Thesouro cerca de 500.000:000\$000, conforme a ultima valorização.

Infelizmente, Sr. Presidente, a minha voz de gageiro da proa não foi ouvida, quando eu annunciava a tempestade que se avizinhava. O piloto não ouviu a voz do velho marujo, de modo que, os especuladores americanos se assenhorearam da safra e a prova é que sendo esta exportação que está finalizando, menor do que a outra em centenas de milhares de saccas, produziu 500 mil contos mais.

A crise, Sr. Presidente, é preciso que se diga e estou resolvido a fazer-lhe o histórico minucioso, para que penetre na consciéncia da Nação — foi devida ao erro que praticamos. Chegando um pouco tarde para fazer esta defesa e ao mesmo tempo para que se não me accuse de não ter avizado, cathedratico como sou nesta questão econômica de alta relevância para as finanças do paiz declaro que, em tempo, prophetisei o resultado verificado.

Mas, Sr. Presidente, a liquidação rápida das 3 milhões e 500 mil saccas de café, em uma época que se iniciava a entrada de novas safras,

fez com que os banqueiros norte-americanos nos dessem lucro correspondente a 130 mil contos de reis. E' verdade! Elles nos tomaram o baralho, mediante 130 mil contos de reis, sugando-nos depois, 600 mil contos, fazendo-nos pagar não só o que nos haviam concedido como lucro, como ainda, ficando com uma safra de cerca de 10 milhões de saccas; ao preço de 6 centavos alibra, porque é preciso que se saiba que cada centavo corresponde no total a 100 mil contos de reis”.

Apesar dêsse aviso, que fazia ecoar pelo país, a clarividência econômica do Senador Ellis, ninguem se preocupou com o bramido da lavoura, até que, em 1921, isto é, um ano depois de haver o Parlamentar paulista, lançado seu brado de alarma, a situação se tornou tão premente que, o ilustre Presidente Epi-tácio Pessoa, depois de uma viagem a S. Paulo levou a efeito a terceira valorização do café, em 1921, por intermédio do Sr. Alexandre Siciliano, sendo então apresentado à Câmara dos Deputados um projeto de valorização do café, pelo Sr. Deputado Raphael Sampaio Vidal.

A êsse propósito, continuava o seu discurso o Senador Alfredo Ellis, tratando ainda da situação cafeeira :

“Desejo, Sr. Presidente, que o prognóstico que, desta tribuna, fiz no dia 19 de Agosto de 1920 fique fazendo parte dêste meu discurso, para provar que o plano de defesa do café não foi de iniciativa da Câmara dos Senhores Deputados. Vigilante, demonstrei nesse discurso os perigos que nós corriamos e que afinal tivemos de enfrentar, salvando-nos com a operação feita e executada ultimamente pelo Sr. Alexandre Siciliano”.

Essa valorização levada a efeito pelo Sr. Epi-tácio Pessoa, por intermédio do Sr. Siciliano, de fato salvou a situação cafeeira em 1921. Mas o que, é preciso ser assinalado é que o Senador Ellis, com antecedência de um ano, havia pedido providências e lembrado a terapêutica adequada, a qual mais ou menos similar, foi adotada no ano seguinte. E' o que clamava o Senador Ellis, com estas palavras proferidas em 1920, isto é, um ano antes, de haver o Govêrno Epi-tácio tomado qualquer iniciativa, (1) :

“A “*debacle*” do café se aproxima, Sr. Presidente, a passos rápidos.

Não fosse estar á testa do Governo um palinuro Presidente, como felizmente está, a esta hora eu estaria fundamentando um projecto de lei, autorizando o Govêrno a emitir sem demora 100 ou 150 mil contos de reis para empregar exclusivamente na compra do café, como succedeu á cêrca de 3 annos.

Sr. Presidente, a situação é gravíssima. Os Bancos fecham as suas caixas, não facilitam recursos, em uma palavra: não ha crédito, e, ao passo que as casas commissarias, sem credito, são forçadas a entregar o producto, os exportadores impõem a baixa do preço, levam o mercado a verdadeiro pânico, estabelecendo a ruina, a “*debaclé*”, a que estamos em vésperas de assistir. Para evitar o desastre, bastaria a certeza do Governo fazer ao Estado de S. Paulo um empréstimo de 100 mil contos para comprar café”.

A defesa do café, então, não foi feita. A profecia do Senador Ellis não foi ouvida. Só no ano seguinte, de 1921 é que, o Presidente Epitácio Pessoa resolveu intervir, mas o fez levado pelos mesmos motivos, pelos quais o Sendor Ellis tinha no ano anterior, lançado o seu grito de alarma, o qual se tivesse sido escutado, teria sido poupado, para S. Paulo, um incalculavel prejuizo.

(1) Essa previsão do Senador Ellis é inteiramente desconhecida pelos que querem fazer o histórico das Defesas do Café. Unicamente obsecados em enaltecer os nomes de Epitacio Pessoa, Siciliano e Sampaio Vidal, ninguem se importou de averiguar bem os antecedentes da valorização Epitacio e verificar a ação previsora do Senador Ellis e apurar a responsabilidade de quem havia feito “*ouvidos moucos*” dos avisos previdentes do parlamentar paulista.

CAPÍTULO XXI

O CAFÉ

(QUARTA FASE)

O FUTURO D. N. C.

Concomitantemente com a defesa do café, levada a efeito pelo eminente Presidente Epitácio que, então recebia frenéticos aplausos de todo o Estado, em 1921, era apresentado na Câmara dos Deputados, pelo Sr. Raphael Sampaio Vidal, um projeto, criando a defesa permanente do café.

Esse projeto, apoiado pelo Presidente Epitacio teve rápido trânsito pela Câmara e quando chegou ao Senado, foi entravado na sua marcha vitoriosa, pela oposição, que dispunha de enorme maioria na Comissão de Finanças dessa Casa legislativa.

Então, o Senador Ellis foi acusado em S. Paulo de haver procurado impedir o andamento apressado da medida, por ser contrário á mesma. Entretanto, êle, ainda que opuzesse reservas a certas minúcias do projecto, era plenamente favoravel á medida nas suas linhas gerais e, se por ventura, o projecto não teve andamento mais rápido, foi devido ao número de membros da oposição, a qual, se não usou de mais meios, para demorar o processo, foi unicamente devido ao prestígio pessoal do Senador Ellis. E' o que se vê dessas suas palavras, em discurso então pronunciado no Senado:

“ Pois bem, Sr. Presidente, houve quem fosse dizer lá no meu Estado que eu era contrário á medida que vinha salvaguardar os interesses do Estado, como tambem a fortuna publica e evitar a ruina de todo o paiz. Devo dizer, entretanto, que não me traz á tribuna um ajuste de contas, nem um ataque, mas uma simples defesa.

Para produzir a minha defesa, careço fazer um historico da questão, perante todo o paiz. Não solicito aplausos. Desejo apenas que os meus concidadãos me façam justiça.

Parecerá, talvez, estranho que, depois de tantos annos de luta, depois de ter gasto, por décadas, a farda de veterano, ainda tenha eu necessidade de abril-a para mostrar ao paiz as cicatrizes que me cobrem o peito.

Sr. Presidente, hesitei antes de o fazer, mas lembrei-me do exemplo do grande brasileiro, de Ruy Barbosa que por várias vezes, nesta Ca-

deira ao meu lado, teve de se dirigir ao Senado e ao paiz, para se defender de accusações iniquas, gravissimas e até calumniosas, que eram irrogadas ao seu caracter, ás suas acções e á sua administração.

Pretendo, Sr. Presidente, sem accusar, defender-me, fazendo, como disse, um histórico.

Não accuso, não ataco. Tem sido sempre o ideal e o propósito da bancada paulista, nunca desmerecer nem desprestigiar um collega. Na nossa representação, até hoje, nunca tivemos gralhas nem pavões. V. Ex. é testemunha de que, mesmo quando eu isoladamente, mantinha a bandeira do civilismo, tendo por adversário dois grandes chefes, os Generais Glycerio e Campos Salles, nunca proferi uma palavra ou tive um gesto que por ventura diminuisse o prestigio de qualquer um desses eminentes republicanos. Ao contrario, deu-se até o seguinte facto: o General Glycerio respondendo a um aparte, em que eu com a lanterna da minha consciencia illuminava o seu espirito teve daquella cadeira a franqueza de dizer: "Sim, meu collega, reconheço o meu erro e agora neste momento ajoelho-me diante da imagem da patria e peço perdão pelo crime que commetti".

Sabe V. Ex., Sr. Presidente, porque viu e foi testemunha que nunca pronunciei uma palavra com o fim de desmerecer a S. Ex. no conceito da Nação inteira e muito menos, do meu Estado. E tanto isto é certo que, quando S. Ex. voltou a S. Paulo, foi promovido de simples membro a Presidente da commissão directora do Partido. De minha parte, não houve uma palavra de retaliação, quando, ao ser S. Ex. elevado a tão alta posição, depois de nos haver abandonado no pleito, eu continuei com a minha posição humilde, obscura, enquanto S. Ex. que havia abandonado a nossa bandeira civilista, era guindado à chefia da commissão.

Se trago esse exemplo, é para demonstrar que nunca absolutamente nunca, me insurgí contra as posições por mais elevadas, por mais culminantes, dos meus companheiros, porque na bancada paulista não há corpo opaco.

Não fui, Sr. Presidente, nunca quereria para mim o papel do corvo, a subir para lá do alto enxergar melhor a carniça.

Não, Sr. Presidente, eu seria incapaz de tentar modificar opiniões já não digo de representantes do meu Estado, mas de qualquer dos meus collegas, fazendo com que um delles se sentasse em banco de réu, sabendo que se tratava de um veterano, o último da velha geração de 70, que sempre batalhou neste recinto e fora delles em favor da defesa de nosso principal productó".

O Senador Ellis nunca fôra, não podia jamais ter sido, como não era então, contra qualquer espécie de defesa em relação ao café, tanto que ele vivamente aplaudia, nas suas linhas gerais, o

gesto clarividente do Presidente Epitácio Pessoa a amparar o produto, embora atrazado. E' o que se vê dêste seguinte trecho de discurso.

“Sou o primeiro a reconhecer o valor e a importância dos serviços prestados pelo Dr. Epitacio Pessoa e tanto isso é verdade, Sr. Presidente que trago aqui o discurso que pronunciei nesta Casa, pedindo a nomeação de uma commissão de 5 Senadores, para receber S. Ex. quando de volta de S. Paulo, foi aclamado, não só pelo Senado, como pela Câmara dos Deputados, que o homenagearam com muito brilho e com muita justiça. E eu o fiz, Sr. Presidente, em discurso que pronunciei na sessão de 26 de Agosto de 1921, discurso que peço fique appenso ao que estou pronunciando, para completar o histórico dos serviços que o Sr. Epitacio Pessoa prestou ao paiz indirectamente e directamente, ao Estado de S. Paulo.

Mas, louvando o acto benemerito do Sr. Epitacio Pessoa, devo, entretanto, consignar que, um anno antes, desta tribuna, eu chamei a attenção de S. Ex. para o facto de S. Paulo estar quasi arruinado pela baixa do café.

Esta asseveração que faço Sr. Presidente, está nos Annaes. Não venho deturpar um facto, venho, ao contrário, consignar uma verdade. Chamei a attenção do Sr. Epitacio Pessoa, afirmando, mais, que só no espaço de um anno o Brasil havia perdido cerca de 600 mil contos.

A verdade, porém, deve ficar aqui consignada. S. Ex. não attendeu ao meu appêllo, talvez empolgado, premido por grandes problemas affectos ao seu Governo, como o da secca do nordeste. S. Ex. não prestou a devida attenção á minha invocação. Foi preciso que S. Ex. fosse ao Estado de S. Paulo, percorresse a zona cafeeira para saturar-se da verdade de que era impossivel transigir com a situação. De um lado a fallencia; do outro a intervenção da defesa do café.

Foi quando S. Ex. resolveu intervir e o fez, sendo eu o primeiro a reconhecer o acto de S. Ex. não só como paulista, mas tambem como brasileiro, porque S. Ex. não salvou a lavoura de S. Paulo somente, mas salvou o Thesouro Nacional da enorme sangria.

Nesse discurso, pronunciado por mim á sua chegada não só fiz o elogio de S. Ex. como demonstrei que era tempo de intervir, pois no anno anterior, com o sacrificio da safra, já tinhamos perdido 600 mil contos e continuaríamos a perder somma identica se porventura a União não chamasse a si a defesa desse producto, visto como o Estado, presidido então pelo illustre Sr. Dr. Washington Luis, não tinha recursos para o fazer.

Recordo-me de existirem nesse discurso esclarecidos apartes do meu nobre amigo Sr. Dr. Paulo de Frontin, que apoiou o meu ponto de vista e muito me auxiliou na minha exposição”.

O que o Senador Ellis criticava no projecto, pelo que, o modificaria com emendas, se o espaço de tempo não fosse curto por demais, era a forma consagrada pelo mesmo projecto, para a defesa do café, a qual consubstanciava a idéia, pouco lúcida de entregar ao Governo Federal essa defesa. A entrega da defesa permanente do café ao Governo Federal foi a negregada idéia, que, evoluindo, resultou o famigerado D.N.C., a praga mais perniciosa, que jamais afligiu a lavoura. Contra êsse terremoto econômico, o Senador Ellis sempre foi e a êsse respeito, êle dizia no Senado, ainda nesse ano de 1921, com admirável senso de previsão:

“Repito: hoje, que o projecto está convertido em lei, posso dizer que eu pretendia remodelal-o, porque encerra duas falhas gravíssimas e estimaria que, mais tarde não se verifique que, em lugar de ser de defesa á lavoura, não represente esse projecto um presente de grego... (que admiravel previsão!)

O Sr. Justo Chernont — Apoiado.

O Sr. Alfredo Ellis — ... uma muleta de papelão.

O Sr. Justo Chernont — Isso é que eu receiava.

O Sr. Alfredo Ellis — Eu não sancionaria duas medidas que constam do projecto — a que manda estabelecer como lastro do Banco 300 mil contos, moeda papel e a organização de uma Repartição com 5 membros, nomeados pelo Presidente da República, tendo o Ministro da Fazenda direito de veto sobre as vendas do producto (o futuro D.N.C.!).

O projecto passou, porém e, como acabei de dizer, passou por unanimidade de votos.

Neste recinto eu não o defendi, e é por esse motivo que agradeço mais fundamente, mais vivamente ainda, a collaboração e o apóio de meus illustres collegas, porque sabiam e respeitaram as delicadezas de meu espirito, comprehendendo a difficuldade da minha posição, deante das insinuações e das exigências do Governo do Estado de S. Paulo, da opinião pública e dos interessados na lavoura de café, para que o mesmo fosse votado.

O Sr. João Lyra — E' verdade o que V. Ex. diz. Os pontos a que se referiu e outros do projecto não foram impugnados pela Comissão de Finanças em attenção aos esforços do nobre Senador, para que o projecto fosse votado como viera da Câmara.

O Sr. Irineu Machado, Felipe Schmidt e Vespucio de Abreu. — Apoiado.

O Sr. Alfredo Ellis — Houve até uma deferencia de meu nobre collega Senador Irineu Machado...

O Sr. Irineu Machado — Deixei até de pedir vista.

O Sr. Alfredo Ellis — ... o qual, a elle contrário, não lhe creou o menor embaraço, para que a medida transitasse como veio da outra Casa do Congresso.

O Sr. Irineu Machado — Como haviam feito a injustiça de attribuir a V. Ex. a responsabilidade de não ter sido o projecto convertido em lei o anno passado, quisemos dar demonstração de que V. Ex. tinha força bastante para obter dos amigos da commissão o apóio e quando isso lhes fosse impossivel, pelo menos, a abstenção, no sentido de não ser embaraçada a aprovação do projecto este anno. O facto é que o projecto não foi approvedo o anno passado, por falta material de tempo e a responsabilidade disso cabe á Camara e á propria bancada paulista, que não o enviou mais cedo ao Senado.

O Sr. Alfredo Ellis — A explicação de V. Ex. veio esclarecer perfeitamente o caso. Fui, entretanto, por isso mesmo, accusado em S. Paulo.

Tendo recebido, á ultima hora o projecto da Camara, deante da opposição dos illustres membros da Commissão de Finanças e já se tendo manifestado infenso a elle o nosso illustre collega Sr. Vespucio de Abreu, não podia absolutamente fazel-o passar, porquanto sendo 4 os que se oppunham fundamentalmente á sua passagem bastava que pedissem vista para não mais dispormos de tempo sufficiente á sua discussão na Commissão.

A declaração do nobre Senador esclarece perfeitamente a situação em que me vi.

O Sr. José Euzébio — Isso consta claramente da acta da Sessão.

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, como acabo de dizer, era infenso a estas duas medidas, principalmente á que outorga ao Góvêrno Federal a faculdade de dispor de producto que é nosso, (eis o futuro D.N.C.1)

Jamais se fez isso. Sr. Presidente. Das outras vezes, como succedeu por occasião do Convenio de Taubaté e na penultima em que me coube a iniciativa de propor o fornecimento ao Estado de S. Paulo de 150 mil contos. Quer isso dizer que entregamos a faculdade de dispor dêsse patrimonio, dessa riqueza, como entenderem, sem que possamos absolutamente intervir em favor daquillo que é nosso!

Nunca eu concederia, mesmo ao Góvêrno mais amigo a faculdade de dispor do que é meu, tanto mais quanto é evidente que o Presidente de S. Paulo, o mais interessado, pois é o chefe do Partido, deve caber o direito e a faculdade de dispor de nosso producto como entendermos.

Não, Sr. Presidente, é preciso que o paiz inteiro saiba, é preciso que o meu Estado, até os seus ultimos limites, conheça a verdade, através da imprensa, pela sua infiltração; é necessário que todos tenham noticia

de que votei um projecto porque elle me foi imposto, não querendo que se dissesse que eu era infenso á defesa de nosso principal producto, quando é certo, como vou dizer, não hoje, mas amanhã, que nem sequer a ideia desta valorização partiu da outra Casa do Congresso.”

O Senador Ellis era um máu político! Ele não sabia transigir, não tinha a untuosidade necessária para essa difficil arte e não tinha a visão política precisa para prever situações futuras.

Mas, ao par dessa falha, sensível para um manobrador político, o Senador Ellis possuia uma miraculosa e percucientíssima visão, em panoramas econômicos, pertinentes ao café. Eu nunca ví outro com tanto senso econômico! Suas previsões especialmente as concernentes ao café, eram tão seguras, tão justas, tão maravilhosamente precisas, que pareciam concebidas, por quem tivesse sido tocado pela centelha divina da advinhação. Como um mago, o Senador Ellis antevia nesse projeto com suas linhas perfeitamente delineadas, a figura belzebútica do D.N.C., a maior praga, que até hoje parasitou a lavoura de café de S. Paulo.

De fato, o projeto Sampaio Vidal, convertido em lei, foi o prototipo do que, mais tarde, já na era getuliana, de tão nefasta memória, se chamou D.N.C.

O então deputado Sampaio Vidal, criando êsse maldito aparelhamento, que tanto mal tem feito à economia paulista, entregou o organismo da nossa defêsa agrícola, à mãos estranhas e forjou a ruina da nossa lavoura.

O Senador Ellis, como moderno Isaias, ou ainda como um novo Cassandra, ou com admiravel golpe de antevisão, deixou indelevelmente marcado nos Annaes do Senado, o que iria succeder. Quinze anos depois, a exatidão da magistral profecia do Senador Alfredo Ellis, se precisava, com uma justeza de relojoaria e todo o povo e S. Paulo soffreria e ainda sofre os desastrosos terremotos dêsse aparelho de essência diabólica, o qual se chama D. N. C.

A pedra inicial dêste Departamento Nacional do Café foi o projecto Sampaio Vidal, que, em 1922 foi transformado em lei, outorgando á União a defêsa e a valorização do café.

O que tem sido de mavórtico êsse malfadado D.N.C., só nós paulistas sabemos! Resumindo a sua ação nefasta, sob o pretexto de defender o café, êsse aparêlho da União não passa de

uma luxuosa bomba de sucção dos recursos paulistas, os drenando para os cofres nacionais (1).

O Senador Ellis profetizou êsse negregado quadro e a prova dessa maravilhosa visão está nesses trechos citados de discursos, registrados todos nos Annaes do Senado Federal.

O deputado Sampaio Vidal, com a sua iniciativa, abriu o túmulo para nele ser sepultada, a lavoura de café de S. Paulo!

Parece que êsse político faltava grande dóse de amor á sua terra, cousa que sobrava ao Senador Ellis, pois o Sr. Sampaio Vidal parece que foi o inventor do impôsto da renda, outra calceta amarrando a gente paulista á escravidão!

Enfim, o Sr. Sampaio Vidal não teria praticado o crime com o dolo de má intenção: "*Non ragioniam di lor, ma guarda e passa*".

(1) A prova disso está em que o "stock" de café, pertencente à lavoura de café e que à ela deveria ser devolvido está servindo para a União elaborar planos "*assaltos*", que visam empreendimentos em outras regiões vasias de qualquer probabilidade de exito. Esses planos que a intelligência condena são verdadeiros "*saltos no escuro*".

O mais lamentavel é que os nossos representantes no Parlamento nacional, mais preocupados com a nefasta politicagem, ainda não viram isso!

CAPÍTULO XXII

AINDA STA. EUDÓXIA

Com o avançar da idade, o velho "*land lord*", Senador Ellis foi perdendo o gosto pelo meio rural, que antes tinha tantos atrativos para êle. A agricultura só lhe causava decepções! Já não tinha inclinação pelas fatigantes labutas agrícolas, ou pela enfadonha vida na fazenda, com sua quietude bucólica, o seu isolamento, a falta de com quem conversar. A leitura e os livros podiam ser derivativos, mas o ceticismo invadira-lhe a alma e as contínuas desilusões fizeram com que a leitura profunda e o estudo analítico fossem banidos das occupações do Senador, que era muito impaciente, apressado, desejando tudo rápido e ins tantâneo. Por isso, o Senador não se fazia capaz de um estudo demorado e analítico, em que a leitura séria, se faz imprescindível. Êle, que, sempre fôra avêssô á literatura, á leitura profunda, á vida contemplativa, á meditação, á inação, etc., não encontrava distração no meio rural, que não o atraia, pela agitação contínua dos mstêres agrícola-industriais da produção cafeeira. Nem siquer, o Senador, como antes, montava a cavalo, para realizar um passeio pelo cafezal, ou pelas invernadas. A vida dêle na fazenda era ir da estação de estrada de ferro, para casa e daí para a estrada de ferro, o fim de uma semana de estada, depois de ligeiro desfrute dos caipiras locais.

O natural comodismo, o apêgo ao conforto, o hábito de certas occupações diuturnas, o convívio assíduô com certas pessoas, o costume de lêr certos jornais e de receber certas notícias o faziam progressivamente mais enraizado, no Rio de Janeiro, onde o prendiam contínuas e repetidas diretrizes de uma vida tranquila, onde tinha os seus hábitos sedentários, os seus amigos, as distrações, resumidas no cinema quotidiano e no xadrês, disputado sempre com os mesmos parceiros, complacentes, ante os seus ímpetos e impaciências. Além de tudo isso, que já não era pouco, o Rio de Janeiro oferecia ao velho Senador os cânticos sedutôres da política, com os seus lances dramáticos e espetaculosos, sua imprensa e principalmente o seu Senado, onde êle pontificava, brilhando, com seus discursos e a sua illustração fôra do comum, ou ligado a seus amigos, senadôres como êle! Com tudo isso, a sua indústria agrícola de Sta. Eudóxia, que êle orgulhosamente chamava de "*barco do patrimônio da família*" se não ficava abandonada, não éra cuidada, com o carinho com que sempre fôra. Não mais recebendo os trátos, que a terra

rôxa exigia, a fazenda ia declinando, suas terras cansadas, na sua outrora pujante produtividade, progressivamente, se enfraqueciam, devoradas pelas safras sucessivas e roídas pelas erosões cavadas pelas enxurradas que esgotavam os elementos nobres da química do sólo, os quais não eram repostos pela adubação. Dir-se-ia que, o Senador se cansara dos trabalhos agrícolas. Fôra tanta a energia, a luta com os esforços despendidos de um só játo, que a fadiga, acumulada com a desilusão o abateram!

Além dêsse exgotamento natural e que eu explico acima, havia paralelamente a êle e corroborando com êle, um certo sentimento, que se foi gerando e se fez incoercível!

Parecia que, um certo mal estar, um certo desalento, etc., eram causados no Senador pelo pé de café, sempre e indefectivelmente credor de más notícias e de contínuas contrariedades, que o aborreciam e o amolavam. Do café, seguramente, êle só se recordava, pelos máus momentos causados! Seriam precisas doses não pequenas de estoicismos e de heroísmo, para enfrentar essas fontes e constantes dissabores e de amarguras, resumidos no café e em Sta. Eudóxia. Safras pequenas, preços baixos, geadas, salários altos, chuvas, sêcas, granizos, frios, etc. Dai os máus sentimentos gerados no Senador, pelo velho latifúndio cafeeiro que êle encarava como se fosse uma cultura de ingratidão e de tormentos. Amigos da roça, êle já não os tinha! Os caipiras e antes, tão numerosos, como os Baptistas, ou o Nhô Quirú iam escasseando! Da engrenação, simbiotizada, dêsses sentimentos, nasceu e evoluiu o pouco apego do Senador ao meio rural, êsse que o havia empolgado tanto, na sua mocidade e na sua maturidade, até a primeira década dêste século. Vinte longos anos passára o Senador no ambiente agrícola, enfrentando todas as borrascas, opondo-se a todos os óbices e obstáculos, evidenciando, sempre, uma inegualável capacidade de trabalho, um inextinguível dinamismo rural, etc., até que se cansara, enfiado de tudo, que dizia esforço agrícola! Cansara e se enfiara, mesmo porque ele trabalhára afanosamente, por quase um quarto de século, dependendo nessa região de terra roxa, toda a sua fecunda, máscula e enérgica idade viril. De fato, êle, então, havia atingido as cãs da idade madura e gasta com o ingrato café, que lhe consumira o melhor da vida, lhe proporcionando os máus momentos de amolação, de contrariedades e de dissabores! Tenho a impressão de que, o velho Senador só prosseguia na luta na agricultura cafeeira, tângido pela obsessão de "*pagar dívidas*" cousa que o fanatizava! Com o paulatino afastamento do Senador, de Sta. Eudóxia, era a sua esposa, a dinâmica e enérgica matrona, que,

oriunda e antiga estirpe paulista, da velha cepa rural planaltina, olhava com mais carinho para o velho solar de Sta. Eudóxia, para ela, verdadeiro Paraizo, não só pelas amenas recordações, que trazia, como por haver aí, uma instalação completa, própria para seus afazeres domésticos, que lhe proporcionavam imensa prazer. Quando eu falo em afazeres domésticos, quero me referir à química culinária, pois a esposa do Senador Ellis era uma doceira exímia e a despensa da fazenda de Sta. Eudóxia abastecia a família tôda. A esposa do Senador Ellis era uma mulher homem, que apesar de seu coração dulcíssimo, tinha um pulso de ferro a serviço de uma inquebrantável energia e de um espírito de sacrifício inexcedível, além de uma solidez moral à prova de golpes mais cruéis! Era a herança da velha estirpe de “400 anos”! Nunca vi solidez igual!

Nenhum dos seus descendentes herdou essas qualidades que ela evidenciava, a cada instante em doses tão elevadas!

Se o velho Senador, com o progredir da idade, se afastava progressivamente do meio rural, que só lhe proporcionava desgostos, que êle recebia com certo estoicismo e não sem intenso sofrimento, o qual se exteriorizava em tensões nervosas e incoercíveis aborrecimentos; quem tinha obrigação de se ocupar os mistéres rurais, eram os seus filhos homens e não sua esposa, por mais enérgica, ativa e qualificada que fosse! Embora ela apreciasse muito, a vida agrária e se retivesse o tempo mais dilatado na Fazenda, seria preciso para administra-la e geri-la, uma atividade masculina.

Dos filhos do Senador, nessa época de 1907 em diante, o mais velho, com 24 anos, poderia substituí-lo, na aposentadoria das atividades rurais. Foi essa a solução dada ao problema, tendo a esposa do Senador muito se esforçado, no sentido de serem os serviços de seu filho mais velho, aproveitados na direção da fazenda, sem embargo das muitas falhas de Francisco, os quais poderiam comprometer a exploração da cafeicultura. Esse moço, Francisco Ellis, o Chiquinho, como era chamado, ex-cadete do Realengo, possuía um físico extraordinário, com sua gigantesca estatura de mais de seis pés e além de, uma inteligência das mas agudas que tenho conhecido, uma certa cultura literária e histórica, mas muito mal ordenada e pessimamente aproveitada. Ao par dessas qualidades, que caracterizavam Francisco Ellis como um super-normal, sob alguns aspectos, êle apresentava várias falhas, muitas das quais, graves e impossíveis de serem remediadas, porque eram congênicas.

a) Êle exagerava tudo de forma inconcebível como se fos-

se um megalô-maniaco! Para êle, tudo era gigantescamente maior! Em maior gravidade, êle não se importava com essa falha de concepção e perpetuava-a inconscientemente, convencido de que estava certo!

b) Êle éra de um otimismo gritante! Nunca vi ninguém se deixar levar tanto, pelo "*facile credimus...*" como o Chiquinho Ellis! Falseava as premissas volutariamente, enganando-se a si próprio, o que era facil pela sua inconstância e pela sua falta de persistência.

c) Êle era largamente perdulário! Não tinha noção do dinheiro! Gastava loucamente! Nunca soubera o que era ganhá-lo! Sempre o tivera em abundância! Nascera com a "*colher de ouro na bôca*" e tivera uma educação de príncipe!

d) Gostava de viver como um Lord, gozando a vida o mais possível, não se importando da proveniência dos recursos, para manter um grande nível de vida e nem a falta que, êles poderiam se fazer sentir, em outros campos mais proveitosos. Além dessas falhas graves, Chiquinho Ellis tinha um fraco acentuado belo sexo! Aliás, isso a meu vêr, longe de ser defeito, é até qualidade! Não são todos, que podem possuir êsse invejável micróbio!

Será essa superfetação, indicadora de super normalidade, explicável pela consanguinidade? Defeito ou virtude, a verdade é que, Chiquinho Ellis tinha decidido pendor pelo belo sexo e em toda Sta. Eudóxia não havia donzela, que não suspirasse pelo "*Brumel paulista*", com a sua alta estatura de corpo atlético de esgrimista. Com tantas e tão ardentes admiradôras, Francisco Ellis era como um lóbo voráz, guardando rebanho de níveas e cândidas ovelhas! Não escapava nenhuma!... Ou antes só escapavam as "*escanifradas*". Mas se êsse traço da configuração de Francisco Ellis, não éra defeito, mesmo porque "*quem sâi aos seus não degenera*", êle tinha uma falha grave, capaz de comprometer o patrimônio da família. Era imensamente perdulário e não tinha a menor noção do valor do dinheiro! Nunca soube dos esforços necessários para ganha-lo! Sempre vivera como um Lord! Inconstante e voluvel, êle nunca levava nada a bom termo.

Ei-lo, cavalgando com arte e maestria o seu ricamente ajaezado cavalo e imaculada brancura, correndo, com suas coleções selecionadas de centenas de cachorros escolhidos, atraz de um porco de mató ou de um "catingueiro", ou ainda cercando uma

“pintada”, empoleirada em alguma árvore recurva! Era um Errol Flynn de estatura mais elevada e de corpo atlético! (1).

Ei-lo, no volante da sua possante “Zust” ou da sua poderosa “Fiat” de corridas, a voar perdidamente pelas ruas desérticas de S. Carlos ou de Araraquara, a atropelar os pacatos transeúntes e tabaréus e a aterrorizar os pacíficos cavalarianos!

Ei-lo, com um rajá indiano, a descer pelo belíssimo e selvático Mogí-guaçu, a bordo de sua confortável lancha-yate, impulsionada por motores “Itala”, com sua imensa comitiva de amigos granfinos, e de ingênuos caboclos caçadores, simbiotizada de jograis, com centenas de cães atrelados, a beber champagne gelada e a comer “fois-gras”! Perante essa turba heterogênea êle pontificava, como um generoso astro-rei, em tórno ao qual orbitavam satélites e sangue-sugas, que lhe refletiam o brilho de luxo asiático, lá se foi quase todo o “patrimônio da família”, desgastado para alimentar essas sultanescas aventuras, nas quais, muitas delas eu, inconscientemente, tomei parte.

O Senador sabia da feição psíquico-moral do filho mais velho, e por isso hesitava em lhe confiar a exploração da indústria agrícola de Sta. Eudóxia, mas por fim, devido à insistência contínua da esposa e almejando uma solução, que lhe suprimia um problema difícil, a qual lhe permitia continuar na sua vida tranqüila no Rio de Janeiro, transigiu e entregou, por duas vezes o timão do barco do patrimônio da família, ao seu filho mais velho, que não sendo um estroina, era um perdulário! Com isso, a fazenda de Sta. Eudóxia, de 1909 a 1911 e de 1914 a 1917, em duas quadras diferentes, ficou entregue á gerência e á administração de Francisco Ellis, o filho mais velho do Senador.

O desastre não iria demorar!

(1) Dir-se-ia a reencarnação do Cadete Moreira, seu tio paterno.

CAPÍTULO XXIII

O PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA

Logo depois da proclamação da República, o então deputado Alfredo Ellis, calouro no Partido, do qual êle recebia a honrosa e difícil indicação e o mandato de execução pouco fácil, era dos mais acatadores e obedientes à disciplina partidária. O individualismo do apóstolo doutrinador do novo regime, quase desaparecia, absorvido pela comunidade partidária. Então, o Dr. Ellis era um mero soldado da democracia e ia para o Congresso Constituinte, apenas para fazer número, preenchendo o total dos representantes a que S. Paulo tinha direito. Sim, porque êle, não sendo jurista, nem sociólogo, nem economista, não se justificaria a sua indicação, como parte do “selecionado” partidário, no Congresso Constituinte de 1890-1891. Essa servitude do indivíduo ao Partido, ocupou tôda a primeira parte da vida política do Dr. Ellis, isto é, durante o tempo, em que êle foi deputado. À essa situação, ainda se acresciam duas circunstâncias:

O Dr. Ellis, recentemente vindo do interior paulista, guardava ainda certo contacto com nódulos eleitorais, que lhe obedeciam cegamente, pela sua magna autoridade de pioneiro da propaganda republicana. Assim, o Dr. Ellis seguia fielmente a diretriz por êle mesmo traçada, como um dos chefes do Partido, ou, pelo menos, a que tinha saído vitoriosa do conciliábulo partidário, da qual êle tinha sido importante parte. Convenhamos que, não era difícil ser disciplinado, obedecido as próprias diretrizes! Ou antes, parodiando Osório, não era difícil obedecer cenáculo composto de homens livres! Além dêsse fato, que tornava amena a disciplina partidária, ainda é preciso consignar que, nesses primórdios da República, o P.R.P. era chefiado pelos pró-homens da propaganda, os marechais das catacumbas, vindos dos tempos heróicos da opposição. Eis Campos Salles, Bernardino, Prudente, Rangel Pestana, Glycério, Fernando Prestes, Cerqueira Cezar, Moraes Barros, Tibiriçá e tantos outros, que haviam arcado com o pêso das lutas ásperas da opposição, nos últimos tempos imperiais! Com êsses chefes, falanges da “*velha guarda*”, seria natural que, o Partido, dirigido por constelação de astros de primeira grandeza, tivesse fenomenal autoridade. Assim, a obediência às diretrizes partidárias e a disciplina aos rumos traçados por tais chefes, eram as mais rigorosas e a Comissão Diretora era um verdadeiro Santo Officio da Inquisição política a época. Havia um autêntico regime do “*crê ou morre*”!

Com isso, o Parlamentar paulista, estritamente enquadrado nas fileiras rígidas do Partido, acompanhava sua marcha como soldado republicano. O seu individualismo, destacado e nítido, se fundia na comunidade partidária, conduzida por cerebrações de tanta autoridade. Depois, com o evoluir dos tempos, os velhos patriarcas, cheios de serviços, aureolados pelos sacrifícios, encanecidos pelas lutas, dobrados pelas intempéries da vida, varridos pela idade e substituídos pela incessante renovação, foram paulatinamente desaparecendo e nos claros por êles deixados, foram surgindo novos expoentes, que, sem a autoridade dos velhos chefes, foram, necessariamente, testemunhas do afrouxamento da disciplina partidária. Em paralelo a essa linha evolutiva, havia o fato do Senador Ellis se ter isolado no Rio de Janeiro, afastado da séde dirigente do P.R.P., que era um Partido regional e não nacional, com o que seus diretores moravam todos em S. Paulo e da sua atmosfera reinante, que era paulista e não do Rio, onde êle residia. Êsse novos diretores eram pessoas, que, se não formavam entre os seus desconhecidos, não eram, entretanto, das mais chegadas à sua amizade. Isso tudo fez enfraquecer o laço partidário, o qual só não partia porque era muito elástico e se fez inteligentemente tolerante. A isso tudo acrescia o fato, já consignado, de o Senador Alfredo Ellis não ser político, no sentido estrito do termo. Ele perdera, por falta de contacto assíduo e continuado os núcleos eleitorais de política de campanário, orbitando em tórno de sua pessoa, de sua influência, de seu prestígio ou de sua projecção. A sua política era a que se escreve com “P” maiúsculo, a que se faz sentir na sua acepção lata e justa do termo; essa que não é local, nem regional e só nacional. O Senador Alfredo Ellis, cada vez mais afastado do eleitorado do seu Estado, deixara de ter contacto direto com o mesmo. Nem mais a política regional o interessava! Envolvido pelo ambiente da Capital Federal, êle se hipnotizava cada vez mais pela política geral, abandonando ou se desinteressando por tudo quanto se passava no seu Estado. Por isso é que, êle dizia no Senado:

“ Os nobres senadores, como o illustre relator do parecer, que é chefe politico, podem ter interesses outros que não eu; a minha missão é aquella que cabe á sentinella isolada e ao soldado razo.

O Sr. Oliveira Figueiredo — V. Ex. é chefe político e muito digno-Paulo.

O Sr. Alfredo Ellis — Eu? Onde descobriu V. Ex. essa minha chefia?

Enganou-se o meu nobre collega; não passo de um simples soldado, jamais cogitando de accesso. E quer uma prova? Em regra, os chefes políticos teem um grupo de amigos. O Sr. Campos Salles tinha em S.

Paulo seus amigos, os camposallistas; Bernardino de Campos, o eminente republicano tinha os seus adeptos, os bernadinistas; Prudente de Moraes tinha os prudentistas, eu nada absolutamente tenho.

O Sr. A. Aseredo — Tem até batalhões.

O Sr. Alfredo Ellis — Nem sequer faço parte do directório do Partido.

O Sr. Oliveira Figueiredo — V. Ex. é chefe político e muito dignamente.

Vozes — Apoiado

O Sr. Alfredo Ellis — Agradeço a opinião que os collegas fazem de minha humilde pessoa e da minha capacidade, mas continuo a repetir que absolutamente não sou chefe político.

O Sr. Hercilio Luz — E' general que commanda nos dias de batalha, não é general de paradas.

O Sr. A. Aseredo — Tem até batalhões; commanda em chefe.

O Sr. Alfredo Ellis — Obrigado a V. Ex. Combato e combatarei sempre em prol da Republica, obedecendo aos compromissos tradicionais e aos grandes princípios democraticos que serviram de base á minha estrutura politica. Já é tarde para remodelar minhas ideias. Morrerei com ellas. Sacrificar-me-hei por ellas”.

Por isso, o Senador Ellis, sem estar propriamente preso, aos rígidos quadros de dura disciplina partidária, conservava sempre o seu indisfarçável individualismo, o qual o revestia de norma de certa independência de atitudes, que êle manteve constantemente, com a aquiescência e tolerância do Partido. Êle era como um beduino, ligado, de certo modo, a um rebanho de carneiros! Com isso, êle não era um incondicional, e o apôio que êle prestava aos governantes, que rezavam em paralela orientação com o Partido, não era irrestrito. Muitas vêzes, êsse seu apoio não se fazia caloroso, não era sem grandes reservas, sim, em diálogo parlamentar com o General Glycerio, êle dizia no Senado, em 1909:

“Sr. Presidente, deve-se recordar S. Ex. de que sem ter absolutamente cortado as minhas relações de respeito, consideração e amizade para com o honrado brasileiro, Dr. Prudente de Moraes, delle divergi em questões publicas graves e momentosas, divergi com hombridade, com altivez e creio que com patriotismo.

S. Ex., o Sr. General Glycerio o sabe!... (O Senador Ellis se referia ao fato dele haver rompido com Prudente, porque este ia processar o próprio General Glycerio e êle, senador Ellis, não quiz abandonar um companheiro no ostracismo).

Mais tarde, Sr. Presidente, divergi nesta Cadeira, do honrado brasileiro e chefe do Estado, Sr. Conselheiro Rodrigues Alves, em assumptos

de interesse publico e divergi, censurando o ex-titular da Pasta da Viação, cuja ausencia neste momento lamento”.

(*Annaes do Senado Federal*, 1909)

O golpe de indisciplina partidária mais profundo e de rebeldia mesmo contra a orientação política do P.R.P., foi levado a efeito pelo Senador Ellis, na ocasião da segunda campanha civilista. Então, o Estado de S. Paulo era governado pelo Conselheiro Rodrigues Alves que, naturalmente, e a meu vêr, acertadamente, não tinha querido enfrentar uma nova campanha contra a União, tendo em vista que a primeira campanha civilista, a que foi levada a feito contra a candidatura Hermes, havia custado quasi uma centena de milhares de contos ao Tesouro estadual. S. Paulo teria podido lutar contra a União, mas o preço dessa luta seria muito alto! Para isso, o P.R.P. se aproximou de Minas e aceitou, creio por intermédio do deputado Cincinato Braga, e do sr. Júlio Brandão, o nome do mineiro Wenceslau Braz, para a futura Presidência da República, com a condição de depois, os mineiros aceitarem o nome, que lhes fosse indicado por S. Paulo. Até aí, tudo quase certo e inteligente, embora devesse ter sido “*ad referendum*” da Convenção geral do Partido, na qual todos poderiam dar opiniões. Grande erro a êsse respeito, do P.R.P. foi tomar a orientação em silêncio, em rigoroso “*intra-muros*”, em concialiábulo secreto, em silencioso cambalacho, sem ter ouvido ninguém! Ora, seria natural que, o Senador Ellis, velho propagandista, encanecido no serviço da República e de S. Paulo pelo que, expoz sua vida, nessa gravíssima situação, fosse ouvido! O Partido faltou com a consideração, ao seu velho soldado! Isso é indiscutível! Parece que, o Partido, durante o período em que era chefe do Govêrno Estadual o Conselheiro Rodrigues Alves, não levava em conta a altivez e a dignidade, etc. dos seus membros, por mais altamente situados, os tratando ditatorialmente, sem o menor espírito democrático.

Foi o período da ditadura política do Sr. Rubião Junior! Se o mérito da questão a respeito a alteração política do P.R.P. e de S. Paulo, em relação ao civilismo foi ao meu vêr acertado, o seu “*modus faciendi*” foi defeituosíssimo, pois não teve consideração por ninguém! Feriu a todos! Foi um ato fascista! O Senador Ellis desconsiderado, reagiu prontamente, como se tivesse tocado em ponto nevrálgico! Entretanto, teria sido facilissimo arrumar tudo! Faltou ao Sr. Rubião Junior a habilitade e o “*savoir faire*”, para tratar com gente como o Senador Ellis! Seria apenas ouvi-lo, em consideração à posição em que estava e ao passado, que lhe havia acumulado autoridade. Assim,

o Senador Ellis não acatou a deliberação partidária. Em furi-bundo discurso no Senado, pronunciado na Sessão de 21 de julho de 1913, o qual eu não reproduzo por que já o faço em outra parte dêste trabalho, rompeu rispidamente com o Partido. Era o “*inconsequente*” galense, que agia com ímpeto furioso! Assim, o Senador Alfredo Ellis, rompendo com o seu Partido, conservou-se fóra os seus quadros, por cêrca de 3 anos.

Em 1915, o mandato, do Conselheiro Rodrigues Alves chegava ao seu fim e se fazia necessário escolher um sucessor. As “demarches” e as confabulações políticas indicaram o nome de Rubião Junior, que havia sido deputado paulista na Assembléia Constituinte de 91, e era o nome preferido pelo Conselheiro Rodrigues Alves. Estava assentada, pois, a indicação dêsse nome. Aconteceu porém, que Rubião Junior, faleceu nessa ocasião. Então, as atenções políticas convergiram no nome do Dr. Altino Arantes, que havia sido Secretário do Interior, no Govêrno do Conselheiro Rodrigues Alves. À vista disso, que representava uma solução tão a gôsto do Senador Ellis, que sempre manifestou especial estima e particular predileção pelo Sr. Altino Arantes, ainda político jovem, de pujante talento ao lado de sólida experiência governativa, o Senador Alfredo Ellis, não se fez de rogado ao acorrer ao chamado do seu velho Partido e fez parte do conclave, que escolheu o Sr. Altino Arantes, para o quadriênio governativo em sucessão ao do Sr. Rodrigues Alves. Como eu já afirmei neste trabalho, o Senador Alfredo Ellis se ligado ao novo candidato à Presidência de S. Paulo, por laços de profunda estima, iniciada em 1906, quando o Sr. Arantes, no Rio de Janeiro, exercia o seu primeiro mandato de deputado paulista. A bancada paulista era de fato uma grande família, solidamente estreitada por apertados laços de amizade. Fazia lembrar o episódio cromweliano dos “*ironsides*”, que o Lord protetor da Inglaterra dizia dêles que eram um “*band of brothers*”. Os legisladores paulistas eram tão sólidamente ligados que, isso lembrava bem. Recordo-me ainda de que, quando o Senador Ellis ia se bater em duelo, a bancada inteira o apoiou, com a solidariedade a mais fervorosa. Eu cresci e evolui na minha formação, sob essa atmosfera de grande estima e de profundo respeito por Altino Arantes, Glycério, Arnolfo de Azevedo, Carlos Garcia, Galeão Carvalho, Salles Junior, Cândido Motta, Eloy Chaves, José Lobo, Rodolpho Miranda, Almeida Nogueira, Costa Junior, Paulino Carlos, Francisco Romeiro, Pde. Valois de Castro e outros, e depois Carlos de Campos e Cesar Vergueiro.

Assim, pois, a escolha do Sr. Altino Arantes para o quadriênio, que se seguiria ao do Conselheiro Rodrigues Alves, fez

o Senador Ellis voltar ao aprisco partidário. O Senador Ellis terminava o seu mandato senatorial em 1917. Já era tempo dêle terminar a sua carreira no Legislativo Federal, voltar para a sua terra e cuidar dos seus interesses particulares, os quais estavam em relativo abandono, desde o começo do século, mas, o Sr. Altino Arantes, já na Presidência de S. Paulo, fez com que, o Partido indicasse o nome do Dr. Alfredo Ellis para a re-eleição por mais 9 anos. Com isso, demonstrou que, a política de S. Paulo estava confiada e dirigida por mãos generosas e sobretudo, tolerantes. Mas, a família do Senador, obrigada a ficar em S. Paulo, longe de seu chefe, foi prejudicada! Depois, durante o período restante de Altino Arantes, nos quadriênios de Washington Luis e Carlos de Campos, foi fácil a disciplina partidária, que acompanhou o Senador Ellis até o fim. Esse partido, tão caluniado, dentro do qual o Senador Ellis se manteve durante quase tôda sua vida política, foi de fato, a gloriosa agremiação de S. Paulo! O jequitibá frondoso e altaneiro, que era o P.R.P. refloria sempre, com novos valores, que, surgindo em S. Paulo, eram aproveitados pelo partido. Eu não posso ocultar a minha carinhosa e saudosa recordação da velha e rediviva organização política de S. Paulo. O P.R.P. era a essencia de S. Paulo!

Nela eu sempre vivi e nela, aos exemplos dos ensinamentos dos seus grandes homens, formei o meu intellecto e edifiquei o meu caráter. Por êsses soberbos postulados e normas oriundas da gente magna do P.R.P., tenho procurado pautar a minha vida! A prosperidade e a grandeza de S. Paulo foram edificadas dentro do magnífico regime administrativo do P.R.P.! Essa agremiação política foi, na verdade, uma maravilhosa escola de civismo e de amor à causa pública!

Eu recebi do povo paulista, por indicação honrosíssima para mim, dessa agremiação política, por 3 vêzes, o mandato de deputado estadual. Duas vezes, quando o Partido estava no auge do seu poderio político, no govêrno e nas posições e uma vez, quando o Partido estava na opposição. Tenho a certeza de não haver desmerecido essa honra, que me conferiu o Partido. Estão aí os Annais parlamentares para confirmar o que digo. A minha ação foi toda pautada na lembrança amena dos que me haviam antecedido. A gente do P.R.P. era muito boa! Consagrou-a como tal, a prova absoluta a que a sujeitaram as devassas, as perseguições, os inquéritos e as prestações de contas, que contra ela fizeram, repentina, improvisada e abruptamente os seus encarniçados inimigos, vitoriosos com a Revolução de 30. Mas a gente do nosso partido éra mais que isso. Ela revelou sempre

uma tal dignidade e um tão elevado expoente de altivez e de brio que não podemos deixar de a erguer, em alto pedestal de consideração.

Do meu batalhão, na gloriosa arrancada de 32, que fizemos nessa data imortal, escrevendo com "*lágrimas, suor e sangue*" as páginas mais arrebatadoras e honrosas da história de nossa terra, para lavar-lhe da inominável afronta da revolução de 30 e para restaurar-lhe a autonomia roubada, constavam, como simples soldados razos, 4 ex-deputados do P.R.P., os quais conquistaram seus galões e divizas, por atos de bravura no campo da honra. Eram o Malta Cardoso, o Simões de Carvalho, o João Ferraz e eu. Uma gente assim, de um procedimento dêsse, não justifica as acusações de seus detratores!

Mas o movimento de 30, vitorioso, instituiu o regime, que aí está! Pergunta-se: que lucrou o país? Houve vantagem para a Nação o advento das inovações trazidas pelos vencedores? Comparemos. Antes, as eleições eram acusadas de fraudulentas e de defeituosíssimas, sendo feitas a "*bico de pena*". Para as corrigir, os vencedores de "30" instituíram o voto secreto. Consistiu, o ter sido adepto do voto secreto, um evidente êrro do Senador Ellis, que não previu a enormidade do desastre, que isso acarretaria. Com o voto secreto, temos tido várias eleições. Os resultados delas, aí estão, com os Parlamentos, que não estão, nem de longe, na altura dos que provinham das indicações do P.R.P.! E' certo, o regime eleitoral não era perfeito, mas havia uma prévia depuração seletiva dos candidatos, feita entre os maiores do Partido, de modo que, o conjunto dos futuros deputados, já era apresentado, bem depurado ao eleitorado. Era uma espécie de eleição pelo "*senso alto*". E' por isso que, nunca tivemos então Parlamentos tão pobres de cultura moral e intelectual, como atualmente!

CAPÍTULO XXIV

UM ERRO NOSSO E O DRAMA DO ARROZ

Em 1913, quando voltava da sua segunda viagem à Europa, a situação financeira do Senador Ellis era eufórica, de maneira que, haviam possibilidades de novas iniciativas.

Nessa ocasião, reboava, sobre São Paulo, o clamor de uma nova zona, que se abria à atividade agrícola da gente de Piratininga, como um novo El-Dorado. Era a chamada Noroeste! São Paulo, nessa ocasião, galgava uma etapa a mais na sua marcha para a margem esquerda do Tietê. A economia paulista, comprimida na chamada zona velha, continuamente em expansão incoercível, avançava incontidamente, para as ubertosas margens do rio Batalha, o rio Presidente Tibiriçá, ou do rio Feio, tributários do Tietê ou do Aguapeí. Têdo o espírito aventureiro da população paulista, tôdos os de feitaura quixotesca corriam impetuosamente à cata desse velocino cafeeiro, que era uma nova Califórnia, a atrair as ambições juvenis daquêles que não mais encontravam satisfação para suas almas aventureosas, nos rebordos desgastados da direita do velho Anhembi. Os indivíduos mais aquinhoados desse espírito alevantado, sublimado na aventura e na super-normalidade, deixavam o velho patriarcalismo da zona velha, onde haviam nascido e onde haviam aprendido a viver agricolamente. Os mais tímidos, os mais pacíficos, os mais acomodados, os de feição aburguesada, não se deixaram magnetizar pelas promissôras matas virgens dos verdes valados do Noroeste! Como autênticos Sanchos, ficaram sedentária e comodamente a gozar as benfeitorias e confortos nas fazendas paternas, as quais se esvaíam, comidas pela contínua produção, sem adubação, sem renovação rotatória, sem mecanização, etc. e enfraquecidas pelas enxurradas, que se faziam mais rápidas e arrasadoras, em regiões montanhosas. Tudo me faz crêr que, o Senador Alfredo Ellis tenha sido movido pela ambição de devassar terras novas. Ninguém mais que êsse esplendido especimen de super-normalidade, estaria indicado para repetir o capítulo inicial do bandeirismo do café. Êle, que havia há algumas dezenas de anos antes, desvirginado, com a sua máscula energia, as matas espessas das margens fertilíssimas e alagadiças do Mogi-Guaçú, mais do que ninguém deveria ser um dos super-homens da Noroeste. Mas tal não se deu! O Senador Alfredo Ellis já não éra o mesmo dínamo de energia, de audácia, de aventura ávida de riquezas etc.! Êle havia envelhecido e, sobretudo, havia se tornado cético! Fizera-se comodista, sedentário, mas principalmente

desiludido! Ele em mais de meio século, aprendera a conhecer a vida, a vêr quão eram inúteis os grandes esforços! Mas, além desse desgaste físico e moral, o Senador Alfredo Ellis tinha um motivo a mais, para não correr atrás de novas e longínquas aventuras: Era a sereia da política a empolgá-lo.

O Senador Ellis era, como já disse alhures, neste trabalho, extraordinariamente metódico. As refeições, que tomava a 1.º de Janeiro, tomava-as por igual, até 31 de Dezembro, sem a menor alteração. As roupas, que vestia eram todas iguais. Os atos diuturnos, por ele praticados, eram repetidos matematicamente e com pontualidade britânica. Isso creára hábitos rijos, que se foram cristalizando enraizados, sedimentados e imamolgáveis. Como alterá-los? Quando uma pessoa passa os cincoenta anos, adquirindo hábitos, modelados no sedentarismo de uma vida pacata e sistematizada em um só diapasão, muito dificilmente muda! Daí a inércia do Senador, que aceitou o derivativo apresentado, então convidativo, como adiante veremos. Mas se o Senador, em pessoa, já tinha ultrapassado a idade da ação e do dinamismo, para aproveitar essa maravilhosa ocasião de repetir o seu ato de pioneiro da civilização, desvirginando uma nóva zona, que se mostrava tão promissôra em caricias econômicas, não tinha ele um filho, em que refletisse, por hereditariedade, todo o seu irriquiêto e aventureiro espírito de arrojo e de audaciôsa energia produtiva, que fosse, na margem esquerda do Tietê, reeditar o estoicismo destemeroso espelhado pelo, então jovem paulista, na ribanceira do Mogí-Guaçú? Não, as circunstâncias não fizeram com que essa alternativa fosse realizada! Dos dois filhos mais velhos do Senador, um não podia, pelo que já vimos no capítulo anterior, outro já estava casado, com sua família constituída e já bem enraizado ruralmente, em zona diferente e também de muita produção, nas ainda dadivósas terras da vertente do Mogí. O mais moço, então com 17 anos, que é o autor destas linhas, não soube aproveitar a magnífica ocasião de, concorrer nessa maravilhosa cruzada econômica, que foi um capítulo prodigioso, na evolução rural paulista, a expansão agrícola, para as terras da margem esquerda do Tietê, êsse novo El-Dorado, que faria do nosso Estado o colosso, que hoje é. Até então, só uma pequena faixa em torno de Botucatú, de Lençóis, de Agudos e Avaré, haviam sido arrancados do desconhecido das inegaláveis terras ao sul do velho e lendário rio paulista, onde haviam penetrado apenas os "*desperados*" e se homisiado, criminosos repellidos pelo convívio social. Era sertão bruto, ainda habitado por índios e fechado à civilização. A onda verde de cafésais havia parado na região de Jaú, não ousando atravessar o Tietê. Como

eu dizia acima, o filho mais moço do Senador, não soube aproveitar a ocasião de se alinhar na falange de pioneiros da Noroeste. Faltou-lhe a centelha do gênio! Ele não parecia haver herdado dos seus antepassados, o espírito ávido e nômade dos aventureiros palmilhadores dos ignotos sertões. Faltou-lhe, talvez explicada pela ausência paterna, pois o Senador, sempre no Rio de Janeiro, empolgado pelos cânticos da sereia da política, não pôde instilar no mais moço de seus filhos, a "*vis propulsiva*", que era aquele indomável e árduo arrojo, com que ele havia enfrentado todos os obstáculos, antepostos por uma natureza gigante, na sua operosa e fecunda mocidade, ao abrir a lavoura de café de Sta. Eudóxia. Talvez por isso, o último filho do Senador preferiu ficar comodamente nas "*delicias de Capua*", que uma vida agradável na Faculdade de Direito proporciona no "*dolce far niente*", impedindo que, ele tomasse parte no drama da Noroeste, corresse ao "*rush*" da nova terra da Promissão, ou se alistasse nas expedições dos novos argonautas, que se aventuravam à cata do velocino paulista do século vinte! Eis o que faltou ao Senador Ellis, quando ele, já cansado, pelos embates de uma vida tempestuosa, entorpecido pela idade enferrujada do sexagenário, teve precisão de um filho, que, herdando as virtudes, que dele haviam feito um vencedor e pioneiro do sertão, repetisse o que ele já havia feito na sua mocidade, não teve para quem apelar. Os dois filhos mais velhos, já encaminhados na vida, com muita idade, para o que se lhes pedia, o mais moço, sem o arrojo temerário, para empreendimentos desse vulto! Essa lamentável falta, marcante na próle masculina do Senador Ellis, que fez com a estirpe não acorresse ao prélio fulgente da Noroeste, vem sendo purgada pelo autor destas linhas, que procura por todos os meios, pagar a São Paulo, a dívida, que com ele contraíu, pela sua irremediável falta! Daí, o esforço feito por São Paulo, em qualquer campo, mesmo quando os máus paulistas clamam, pela intervenção estranha em nossa terra. Ante esse quadro, o Senador Ellis preferiu se arrojar em outro episódio de bandeirismo rural. Este não teria o nomadismo aventureiro do que caracterisava uma entrada pela Noroeste, ainda virgem de atividade rural, mas seria um ato, ainda que, menos bravo e estóico de alargamento de horizontes econômicos. Consistia no seguinte, a nova "*parada*" de expansão econômica a que o Senador Ellis pretendia se lançar, com o fito de suprir a falta dele e da sua estirpe, no devassamento da Noroeste: O imenso latifúndio que era Sta. Eudóxia, media vinte e um quilômetros de longo, desde as cabeceiras do ribeirão das Araras, nas proximidades de Agua Vermelha, até a sua fóz no Mogi-Guaçu. A porcenta-

gem de terras cultiváveis para café e cereais, não é grande, talvez dez ou quinze por cento daquele total! Apenas os espigões, as encostas, as barrócas, as regiões altas e poucas outras manchas de terras boas e aproveitáveis escapavam, na grande proporção de areiões e várzeas, que formavam as baixadas da fazenda, com extensões enormes de “*terras pretas*”, ou turfas, terra vegetal e de areia, decomposição estéril do granito, nêles só vegetando “*cerrado*” ralo, pobre e capueira maninha e ras-teira. Essas terras magras e desprezadas pela agricultura da época só serviam para o pastoreio dos parques rebanhos de gado bovino, que uma fazenda não especializada em criação, poderia manter. Daí, a idéia de aproveitar essas terras, para qualquer outro gênero de atividade mais remuneradora. Foram colhidas amostras dessas terras e enviadas ao Instituto Agronômico de Campinas, para que, as, mesmas analisadas, o centro técnico científico, que o Governo do Estado mantinha, com largas verbas, para guiar a agricultura do Estado, aconselhasse qual o gênero agrícola com o cultivo do qual, essas terras magras e desprezadas, deveriam ser aproveitadas. Eu não sei se por descuido ou por culposo sentimento de irresponsabilidade ou, se ainda por inescrupulosa desídia, êsse instituto científico, que deveria ser um infalível orientador do meio rural paulista, lamentavelmente falhou e devolveu as análises feitas, como se, as tais terras fossem indicadas para o cultivo do arroz!

Desgraçadamente faltou ao Senador Ellis e aos da sua família, uma visão econômica do problema da produção do arroz, em lavoura autônoma, na organização de um latifúndio cafeeiro. Seus genros desinteressados dos problemas da produção agrícola, da qual estavam divorciados e diretamente ligados a outros assuntos, não estudaram e não auxiliaram, com suas luzes, a solução do caso da formação da lavoura de arroz, aconselhado pelo Instituto Agronômico de Campinas e ao que estava inclinado o velho Senador. Seus filhos, ainda que, o mais velho, dotado de fulgurante acuidade mental, tinha a sua visão deformada por excessivo otimismo e uma falta sensível de conhecimentos econômicos práticos. Isso formava um complexo negativo, perfeitamente nulo, em resultados aproveitáveis, coisa que se sincronizava bem com o desinteresse dos outros elementos da estirpe do Senador. Seu filho mais moço, ainda embalado na juventude de seus 17 anos nas “*delícias de Capua*” da Faculdade de Direito, não tinha cultura de ciências econômicas e nem autoridade, para opinar a respeito desse problema técnico da cultura do arroz. Isso impedia que, fosse percebido o absurdo, que seria essa cultura, não se precisando, para chegar a esta con-

clusão, de muito raciocínio. (1) Assim, tódo o pêso da decisão deveria recair sôbre o velho Senador. Êste, empolgado pelos lances políticos, que se sucediam, e retido no Rio de Janeiro, pelo sedentarismo de uma vida confortável, a que se havia habituado, achou mais fácil optar pelo aproveitamento das terras, que o Agrônômico dizia serem boas para produção do arroz. “*Facile credimus quod volumus*”. “*Alea jacta est*”. O Rubicon da dúvida estava atravessado!

Com isso, a fazenda adquiriu um imenso material mecânico, próprio para a produção do arroz. Foi empatado nisso um total enorme. Foram adaptadas as instalações. Uma colonização em novos métodos foi iniciada com o elemento japonês, que começava a afluir ao nosso Estado, pela imigração. Camaradas solteiros diaristas e homens de turmas foram contratados às cen-

I) Toda cultura de produto qualquer, que não tenha grande e elevado valor, em relação ao seu pêso e ao seu volume, não se sincroniza bem com o nosso regime latifundiário.

Sim, porquê toda a nossa organização de produção, isto é, a nossa configuração geográfica, a orientação da nossa organização do trabalho, a forma do nosso capital, a taxa e o processo da sua remuneração, as condições da nossa rede ferroviária, etc., não se correlatam com a produção do arroz, mercadoria de baixíssimo valor, em relação ao seu elevado pêso e ao seu volume não pequeno.

A essa circunstância, que desaconselharia a produção do arroz, acrescem-se mais duas, que devem ser levadas em consideração deante de qualquer organização social.

É a produção pequena, em valor, do arroz, por hectare de terra, em relação ao café, ao algodão, à cana, etc. O arroz regula produzir em pêso, 1.600 a 1.800 quilos por hectare, enquanto isso, o trigo produz apenas 875 quilos, o milho, 270 quilos, etc.

Mas, o que mais tornava anti-econômica a produção do arroz, era o preparo do terreno, pois as nossas terras, de irregular e semi montanhosas, na sua configuração geo-topográfica e pedregosas, na sua formação geo-física, não se prestam a integral mecanização. Devido ao elevado preço do preparo do terreno, é que a produção dos cereais só é viável em São Paulo, quando é levada a efeito nos carregadores do café, nos espigões, intercalando-se por entre as plantações da nossa principal cultura. O trabalho, empregado na nossa cultura cafeeira é utilizado pelo milho, feijão ou arroz, plantados nos intervalos. O fraccionamento da propriedade no território paulista, alterando as condições do trabalho, etc., vai tornando possível progressivamente a produção dos cereais. O trigo, porém, não deverá ser produzido, porque o hectare, com êsse cereal, produz muito menos, principalmente em dinheiro.

tenas. Estradas e caminhos foram construídos e melhorados. Tratores, arados, destocadores, discos, destorroadores, segadeiras mecânicas, batedeiras automáticas, carpideiras, beneficiadores, motores elétricos, caminhões, carroças etc, foram adquiridos, instalados e postos a funcionar. Um custoso secador de vácuo recém-inventado pelo engenheiro alemão Kronenberg, foi comprado. Escritórios, laboratórios de seleção de sementes e "ateliers" de desenho etc., foram montados. Duas secções distantes foram abertas: Canaan e Lourdes, na beira do Mogí. Bois e burros às centenas foram comprados. Drenos foram cavados; rios foram desviados; montanhas de adubo calcáreo e fosfatado foram reunidas; matos e cerrados foram derrubados; atérros, túneis, arrimos, comportas, diques, reprêsas, etc., foram construídos. Rochas foram dinamitadas. Contratou-se um técnico francês, o Dr. Spault, agrônomo, que logo teve que abandonar os serviços, partindo para a guerra, mobilizado para o exército francês, na primeira Grande Guerra. Enfim, uma obra gigantesca foi realizada! Japoneses experientes no plantio do arroz, foram mobilizados às centenas!

Foi preparada uma cultura de arroz, para ocorrer a uma produção de 20.000 sacas por ano. Isso seria cousa inédita em São Paulo! Tudo baseado em análises de terra feitas pelo Instituto Agronômico.

Com a ida do Dr. Spault para a guerra, foi contratado o técnico da Secretaria da Agricultura, o Dr. Lourenço Granato, que foi enviado, graças à boa vontade do Dr. Paulo de Moraes Barros, então Secretário da Agricultura.

Não tendo provado bem, sendo apenas um divulgador teórico, o Dr. Granato, na prática se revelou um ineficiente, ainda que bem intencionado, o problema do cultivo do arroz foi absorvendo tal soma de capitais e de trabalho, que, em breve, se estatelou, ante os olhos do velho Senador, um quadro desastroso! As terras analisadas pelo Instituto Agronômico, não se prestavam para a produção do arroz, que não oferecia senão palha. Foi um desastre completo, pois a maiores safras desse cereal, na Fazenda de Sta. Eudóxia, nunca ultrapassaram a 6.000 sacas! Apesar disso, pois os máus resultados se achavam bem conhecidos, o renomado agricultor, Dr. Carlos Botelho, em 1918, em um Congresso Agrícola, propunha um voto de aplauso pelo esforço despedido pelo Senador Ellis e por seu filho Francisco, com a cultura rizícola. Esse esforço, embora não bem sucedido, merecia bem esse prêmio! A energia e os capitais dispendidos foram enormes! Essa nova fonte de trabalho, entretanto, havia influído maléficamente sobre a velha lavoura de café, de modo que, esta foi sofrendo o relativo

abandôno, em que foi ficando. Resumindo tudo: Desastre total e completo! O Senador, com isso, assumia uma dívida de quase dois mil contos, a fazenda, dando “deficits” irremediáveis, não sendo despresível a influência da lavoura de arroz, que como grande fator dessa situação negativa, concorria com o paulatino e rápido enfraquecimento das terras róxas, outróra magnificas, para a cultura cafeeira, mas, por fim de 40 ininterruptas safras, enfraquecidas, para o empobrecimento geral da outróra pujante fazenda de Sta. Eudóxia. Esta, muito longa e estreita, não podia ser bem adubada e químicamente refeita. Eu não quiz justificar a culpa dos que, involuntariamente causaram o desastre financeiro, que teve como pedra fundamental a cultura de arroz! Eu apenas tentei explicar, constatando o doloroso fato, do qual foram responsáveis: o desinteresse de uns, o otimismo, o como-dismo de outros, o exagerado apêgo à política, a falta de cultura econômica, com a pouca idade e o pouco arrojo, ao lado de pequeno espirito de aventuras de outros.

Com isso tudô, o credor, a Brazilian Warrant Cy. dirigida por Mister Edward Green e por Mister Charles Murray, liquidou o negócio com o Senador Alfredo Ellis, em 1919, ficando com a fazenda de Santa Eudóxia, pela dívida, dando mais 800 contos ao Senador, que assim, pôde ter um fim de vida mais tranquilo e menos trabalhoso. Êsse feliz ajuste foi conseguido com o eficiente auxílio do nosso velho amigo Roberto Simonsen.

Isso foi em fins de 1919! Só então terminava a “*via crucis*” rural do Senador Ellis, que, com êsse desenlace, fixou-se definitivamente no Rio de Janeiro.

Assim, o velho Senador Ellis iria ter um fim de vida tranquilo, ainda que bem modesto.

Ele que nascera em relativa abastança, depois de uma vida trabalhosa, não conseguiu riqueza para deixar aos pôsteros.

A lavoura cafeeira deu a camisa a muita gente, mas tirou-a de quase todos!

CAPÍTULO XXV

E U R O P A

Nesse dia turvo, pela tempestade, que demorava vários dias, o Rio de Janeiro não amanhecêra cantando! A cidade “maravilhosa” não amanhecêra em flor! O mar da Guanabara, açoitado pelo vento sudeste, que sibilava inclementemente, bramia enristado e impetuoso, formando vagas enormes, que, como avalanches de chumbo, iam se quebrar nêvas e espumantes nas amuradas, que cercavam a cidade. As nuvens baixas formavam uma espessa e impenetrável cortina, que cobria a vista da moldura escura da azulada morraria, que, como um sinuoso e largo cordão bordava a baía de Guanabara. Esta, como uma fúria revoltada, se agitava nas ondas dançarinas, que gigantescas, ameaçavam tragar as embarcações, que audaciosas teimavam em ficar na superfície. A imagem granítica do Pão de Açúcar, mal delineada, através das suas enfumaçadas linhas, se vestia da cortina leitosa da chuva, que grossa e contínua impedia a visão do Corcovado, que, mais alto, sofria mais a plúmbea e opaca atmosfêra. Ao largo, próximo à ilha das Cobras, sem ter podido atracar no cães da Praça Mauá, devido à agitação do borrascoso tempo, sacudia-se em corcovos o “*Oriana*”, velho navio transatlântico da “*Pacific Steam Navigation*”, sólidamente feito, para suportar a difícil travessia do estreito de Magalhães e os mares sempre agitados do Pacífico.

O Senador Alfredo Ellis, com seu filho mais moço, que fizera seu curso ginasial em São Paulo, embarcava nêsse rilhento navio, que zarpou do Rio de Janeiro, nessa procelosa tarde de julho de 1911, em direção a Portugal. A travessia foi encantadora, pois o Senador, encontrando, como companheiro de viagem o Coronel Balagny, chefe da missão militar francesa, instrutora da Força Pública de São Paulo, não conteve a sua prodigiosa ilustração em história e episódios, sôbre os feitos militares franceses na guerra de 70. Nunca pensára eu que, a cultura literária episódica do Senador Ellis fosse tão grande! O Coronel e a sua esposa ficavam maravilhados e emocionados cada vez que, o parlamentar paulista evocava, com o seu esbrazado falar e a paixão, que resultava do seu policrômico frasear, os episódios trágicos das cargas de Reischoffen, ou as defesas de Saint Privat ou de Sedan, em que êle falava entusiasmado no heroísmo dos generais Marguerite, Chanzy, D’Enfert de Rochereau, Bourbaki, Wimpfen, Canrobert, ou Galifet ou dos civís Gambeta, Thiers, etc. que desfilavam, silenciosos, ante meus olhos maravilhados.

Parecia um espadachim espanhol a descrever, com convicção os quadros feéricos da imensa tragédia, que a incúria de Napoleão III fizera desabar sobre a França imortal. E a voz do Senador Ellis, quando evocava as desgraças da guerra infeliz, que haviam derrubado o galo gaulês do pedestral, em que o haviam deixado as vitórias napoleônicas, parecia os acordes bravios e marciais da Marselhesa! Como era farta e variada a cultura histórica do Senador! Foram quinze dias encantadores!

A minha alma juvenil se impressionava com as lições ouvidas do inegualável mestre e se moldava, qual tenra cêra, nessa forma psicológica única. Mal podia eu, com os meus quinze anos, compreender como me seriam úteis esses preciosos ensinamentos e que a êles eu teria de recorrer um dia, quando tive que tirar do cérebro o meu "*ganha-pão*" de mestre de escola!

Por fim de quinze dias de travessia, vimos a boca hiante do Tejo, com a joia de pedra em puro estilo manuelino, nela engastada, que é a torre de Belém! Daí, tinha saído a armada cabralina! Por aí, haviam desfilado aventureiros todos os nossos legendários antepassados lusos! Em Portugal, visitamos quase tudo, que havia, a recordar o nosso passado! Embevecido pelas descrições coloridas do Senador Ellis, eu fiquei estático, ante o gótico florido da Batalha, o ogival antigo de Alcobça, do manuelino dos Jerônimos e cismarento passei horas a contemplar o cadáver mumificado de D. Pedro II, na Igreja de S. Vicente de Fóra. Com isso, toda a história do 2.º império cinematizou-se na minha convicta evocação, ante o frasear empolgado do Senador, que emocionado, falava do parlamento imperial e então eram as velhas figuras da segunda metade do século XIX, que passavam ante os nossos olhos: Rio Branco, Zacharias, Dantas, Ferraz, Cotegipe, Nabuco, Furtado, Limpo de Abreu, Olinda, Alves Branco, Sinimbu, Macaé, Holanda, Antotnio Carlos, Paula Souza, Sepetiba, Saraiva, João Alfredo, Silveira Martins, Ouro Preto, Uruguay, Mauá, o maior de todos e outros, que culminavam na eloquência, argumentação etc. Desgraçadamente, essa constelação de letrados não se mostrou realista! Preferiu o palavrório ôco e demagógico! Desta apóstrofe, é preciso notar, excetua-se Mauá.

Depois de Portugal, vimos a Espanha, a seguir, a França, onde, em Bordeaux, nos esperava a esposa do Senador, que nos havia precedido na Europa. A ausência da família do Senador, por largos meses separada dêle, tinha dado lugar a que êle manifestasse o seu genio poético, escrevendo áureas cartas à sua esposa, que são verdadeiros poemas em prosa, centelhas diviniacas de um temperamento cuja rebrilhante faceta poética fulgia como o faixa luminoso do faról, na noite escura da ausência! Mas os

dias ensolarados da ridente primavera, seriam impossíveis, sem a chuva entediada da ingrata estação invernos! Sem a ausência prolongada, não haveria o indizível prazer da volta ao meigo aconchego da família!

— Paris! Paris!

Aí, junto ao Senador, assistí uma das cenas mais emocionantes da minha vida, recebendo eu uma lição de civismo, que ficará indelevelmente gravada na minha memória e não obstante essa cena ter-se passado a cerca de trinta e muitos anos, eu dela não me esquecerei jamais! Foi na praça da Concórdia! O Senador, o grande mestre que tive de culto cívico, profundamente emocionado me mostrava a estátua da Alsácia Lorena, províncias arrebatadas pelo prussiano vitorioso na guerra de 1870-71, tôda vestida pelo negror lutuoso do crêpe!

Da França, passámos aos demais países da Europa, inclusive a Inglaterra! Com ponto central em Londres, vimos tôdo o país! As cenas mais impressionantes, vimos em Westminster, nos túmulos dos grandes da Inglaterra, quando o carrilhão tocava, tínhamos a impressão de que todas as cenas da História desfilavam policrômicas, ante os nossos olhos meridionais, úmidos de emoção! Em igual situação ficámos no Museu de cêra de Mme. Toussaud. No interior da velha Albion, além do castelo de Windsor, fomos à Escóssia e depois à Wales, terras dos nossos antepassados e não foi sem evocação sentimental, que vimos as torres pardacentas dos castelos de Carnavon e de Conway, na região dos nossos maiores céltas, os ardorosos inconquistáveis e invencíveis galenses, que usavam nos seus élmos de cavaleiros, desde as cruzadas, os signos heráldicos dos braços coloridos dos leopardos da nossa família.

Assim, foi a nossa viagem pela Inglaterra, a velha "*Britannia*" ainda "*ruling the waves*". Esse banho no passado inglês, orquestrado pela batuta do maestro incomparável, que é o Senador, sempre com a sua inegalável cultura em História episódica e o seu admirável "*Humour*", foram dias inesquecíveis de inegalável prazer intelectual!

Meditámos em todos os campos de batalha da Europa! Observámos todos os monumentos do passado! Quanta evocação! Que soberano aprendizado! Percorremos quase toda a Europa! Vimos o Kaiser Wilhelm II, em Heidelberg! Na Alemanha, o Senador se exasperava, porque o povo não entendia inglês, língua que êle queria obrigar os alemães a compreender.

Da Itália, trouxemos grandes coleções de quadros de artistas famosos e dezenas de estátuas de mármore e de bronze de cinzéis

de nomeada, constituindo das mais notáveis galerias de arte, que hei conhecido. Sim, porque o Senador, que éra grande apreciador de objetos artísticos, dispendeu enormes somas de dinheiro, com a aquisição dos quadros, das estátuas e do numeroso "*bric a brac*", que trouxe.

Em 1912, no mês de Novembro, estávamos chegando a Santos, depois de rápida e feliz travessia, no "*Aragon*" da Mala Real.

Logo depois, estourava a primeira Grande Guerra! . . .

CAPÍTULO XXVI

A CAMPANHA CIVILISTA

O Brasil é um país ingovernável, dizia Feijó! Constantemente em ebulição, sempre no período febril das agitações contínuas, mais ou menos graves, denunciando o mau estar do povo e desassossêgo dos brasileiros! De fato, percorrendo-se a História do país, desde que, êste se desligou da Metrópole portuguesa em 1822, vamos encontrar continuamente agitações e balbúrdias a denunciarem com clareza que, havia algo de errado a perturbar a tranquilidade do país. O primeiro império, de 1822 até 1831, foi nove anos de desordens, de violências, de motins, de quarteladas, de rebeldias, etc. Expulsou-se o monarca bragantino, que absolutista, estrangeiro, sem polidéz, etc. não deixava o país se aquietar. Procurou-se no 7 de Abril, realizar uma revolução solucionadora da situação. Veiu a Regência, com suas intermináveis agitações! O doente não havia se curado! O remédio de 7 de Abril de nada adiantara. Fôra na verdade uma "*journée de dupes*", como, desolado, dizia Teophilo Ottoni. As Balaiadas se orquestravam harmoniosamente com as Sabinadas e com as Farroupilhas. A situação continuava a mesma, voltou-se atrás, então! Buscou-se mais um Bragança, para curar os males, que afligiam a Nação. Esta aquietou-se paulatinamente e com aparências de haver entrado nos eixos. Deixou a pensar que, o remédio tomado pelo país era o acertado. Pelo menos, cessara no país aquela agitação febril e tumultuária. Ao fim de 10 anos do segundo império, uma calma interna parecia ter feito a Nação entrar ao sono reparador da tranquilidade. Puro engano! O país estava apenas cocainizado e, assim anesteziado, não sentia os efeitos de seus males profundos e da sua má organização. Entretanto, ainda ninguém teve olhos e atenção voltados para dois pontos que, êsses sim, concorreram para dar sossêgo ao país. Todos pensam que, o Brasil se acomodou em razão da Maioridade. Puro engano! Todos vêm tomando a nuvem por Juno! A Maioridade, em nada adiantaria, se não fossem os dois sólidos apôios, que foram como que, duas vigorosas muletas ao segundo império. Uma delas, que faltasse e o Brasil teria voltado às agitações anteriores, sem que, nada tivesse adiantado a placidez inoperante do segundo Bragança ou o palavrório ôco dos enfatuados e orgulhosos estadistas imperiais. Essas duas forças, que vitaminizaram o escorbútico segundo império, foram:

a) o advento do café no Vale do médio Paraíba e na região do norte de S. Paulo, como grande fonte de riqueza econômica. De fato, “*em casa onde não há pão, todos mandam e ninguém tem razão*”. Antes do café, o Brasil não tinha grande base econômica! Esta veio decisiva no segundo império, sem que esse regime houvesse concorrido para ela. Pelo contrário!

b) O aparecimento do inimigo externo, com Rosas, Oribe Aguirre, Christie, Lopez, etc. atraindo sobre si, os anseios, as atenções e as aspirações nacionais, dando ao país um só ideal. Enquanto a primeira foi a causa econômica, direta e material da tranquilidade brasileira, esta foi a causa psicológica, que levava ao mesmo alvo.

Estas duas causas, conjugadas, atuaram como anéstésicos da nacionalidade que, durante 30 anos, repousou na insensibilidade de seus males, que não haviam desaparecido, mas estavam conservados em latência letárgica.

Com o término, aparentemente feliz da Guerra do Paraguai, desapareceu a segunda causa. Paradoxalmente a morte de Lopez, o grande inimigo do Império, a consolidação dos “*colorados*” no Uruguai, de Mitre na Argentina, a cessação das nossas intervenções defensivas no Prata, o fim de Urquizas e o declínio do caudilhismo platino, com a Argentina, enriquecida e sedentarizada na agricultura do trigo, em parte voltou a moléstia, que afligia o Brasil, a produzir na organização nacional desse país, as agitações febricitantes das questões internas. Eis a questão militar! Eis a questão religiosa! Eis a questão da libertação do escravo, com a suas etapas da Lei do Ventre Livre, da Cessação do Tráfico, dos Sexagenários e finalmente a Lei de 13 de Maio! As agitações, que traziam, em terremotos constantes as populações brasileiras, abalando os próprios alicerces da nacionalidade, estavam denunciando, com eloquência, que, havia qualquer coisa errada na organização básica do país. Se não atinamos ainda com isso, é que os nossos evocadores do passado têm se limitado a constatar fatos, a descrever situações ou a enumerar sintomas. A nossa crítica histórica, paralisada pela atmosfera do “*meufanismo*”, está simbiotizada com um nacionalismo pouco inteligente, não descobriu, ainda, com imparcialidade a situação, que assim não descoberta pelo escalpelo da verdade, não pôde ser ainda bem diagnosticada.

Mas, veio a República, e, com essa revolução política, seria

a ocasião de se aplicar a terapêutica, que o alagoano Tavares Bastos preconizava. Para mim, a República foi uma outra edição, muito aumentada da "*journal des dupes*", pois a nova Constituição de 91 foi produto de um evidente "*grilo*". Talvez por isso, é que a voz honesta de Campos Salles dizia que "*essa não era a República de seus sonhos*"! Temos uma Federação apenas nominativa! Não obstante os esforços do clarividente pernambucano Barbalho, dos positivistas e dos castilhistas gauchos, nos deram uma Federação manca e vesga, pela qual os Estados são sacrificados na arrecadação dos impostos por uma União hematófaga, macrocéfala e que tudo centraliza!

Eis as idéias, que Ruy Barbosa, nos impingiu, tiradas erradamente da União norte-americana, que vive em regime constitucional muito mais elástico do que nós, não obstante ser os Estados Unidos um país, em regra 50 vezes mais permeável e mais homogêneo do que o nosso, como eu demonstrei no meu "*Economia paulista e suas causas*" (série brasileira, Cia. Editora Nacional, 1936.).

Assim, tivemos uma lei básica, que não se adaptava ao nosso estado de fato! As manifestações da moléstia brasileira continuaram. O período inicial da República, com Deodoro, foi agitadoíssimo, como sabemos. O segundo período, com Floriano, também o foi, cousa que se repetiu, em menor escala, com Prudente e ainda menor, com Campos Salles, Rodrigues Alves e Affonso Penna. Logo depois, com Nilo Peçanha, que terminava o quadriênio Penna, de novo o país teve a sua febre elevada e as agitações culminaram, com a campanha civilista, que tempestuosa, abalou profundamente os alicerces da Nação. As agitações civilistas não terminaram com a eleição do Marechal Hermes, pois durante todo o período governamental dêsse pupilo de Pinheiro Machado, as agitações continuaram vivíssimas, tomando uma coloração profunda com a eleição do Presidente Wenceslau, em 1914. A primeira grande guerra teve um efeito de cocaína, anesteziando a sensibilidade nacional, que durante toda a duração do apaixonante conflito, esteve narcotizado, com tôdas as atenções empolgadas, nos lances trágicos, que se desenrolavam, lancinantes, do outro lado do Atlântico. Terminada a tensão nervosa, que trazia os brasileiros, em contínua guerra de nervos, o país deixou o período no narcótico. Daí, o período Epitácio Pessoa, que teve que, arcar com as agitações da revolta do Forte de Copacabana, além das guerras civis, que eram terremotos no Rio Grande do Sul. O quadriênio Bernardes foi, ainda, mais agitado e, por fim, na primeira República, as agitações da alma do povo brasileiro culminaram no período de

Washington Luis. O seguinte regime, que foi a ditadura getulhesca, viu o país se estertorar na febre delirante de 32 e a seguir, pelas agitações brancas até 37, visíveis nas lutas parlamentares, que antecederam o golpe fascista desse ano. O regime da ditadura teve a incrível felicidade de, logo depois de 39 vêr o início da segunda grande guerra e o Brasil, de novo, ser vítima da guerra de nervos, sendo novamente anestesiado. A ditadura se manteve, unicamente devido à guerra externa. "*Sublata causa tolitur effectus*"! Terminada a guerra, com a esmagadora derrota da fascismo, o país saiu do estado hipnótico, em que estava e as agitações recommçaram furiosas, com a campanha do Brigadeiro, as eleições paulistas e as ameaças do ex-ditador, etc. Tantas perturbações denunciam claramente que, ainda existe uma causa a determinar no país, um contínuo estado patológico, manifestado com tanta evidência. Não ha efeito sem causa! Vê-se bem que, o Brasil sempre tem sido uma organização política errada, que lhe produz doença, a qual se manifesta nesses desassossêgos, que a crônica evolutiva do Brasil vem proporcionando, às vezes atenuados, ou agravados pelo estado econômico. Umas dessas manifestações do estado patológico brasileiro foram as campanhas civilistas, que se iniciaram, com a infausta morte do Presidente Affonso Penna, o qual não tinha concluído o seu período governamental, o mesmo teve de ser ocupado pelo vice-presidente Nilo Peçanha. Êste não soube manter imparcialidade no pleito, que se iria ferir entre os candidatos, o militar Hermes da Fonseca e o candidato civil Ruy Barbosa. Aquêlé, como candidato oficial, oficialmente venceu a eleição. O grupo civilista não reconheceu êsse resultado, travando uma luta parlamentar tremendamente encarniçada! Essa luta parlamentar, no Senado, ainda foi mais bravia, pois dessa Câmara Legislativa superior, 90% dos seus componentes eram hermistas. Dos poucos que acompanharam a causa civilista, havia apenas no Senado, o Senador Alfredo Ellis, além de Ruy Barbosa e mais alguns poucos. Do outro lado do campo, isto é, nos batalhões hermistas, estavam os senadores representantes de todos os Estados brasileiros, até mesmo os senadores paulistas, Glycério e Campos Salles. Chefiava-os, o general Pinheiro Machado, combativo soldado castilista gaúcho, desde os dias luminosos de Inhanduí, homem de pouca cultura, mas de muita força de vontade, boníssimo, com o altaneiro "*panache*" do caudilho rio grandense, com sua grande inteligência, maneirosa habilidade e seu profundo conhecimento da psicologia humana. Ruy Barbosa teve que, se empenhar em luta encarniçada, mas ainda que, fosse êle um gênio, não tinha a combatividade rude, para enfrentar a luta, contra

tantos adversários. Para secundar o gênio, foi preciso um braço forte de um lutador combativo, enérgico, e audacioso, um verdadeiro gladiador, que enfrentasse o vulto do “*Warwik*” da República, o Hernan Cortez, brasileiro e voluntarioso general gaúcho. Este foi o Senador Ellis, que escorou a luta acérrima, ao lado de Ruy Barbosa. Os discursos dêste, eram verdadeiras árvores de natal, enfeitadas pelos apartes bravios do Senador Ellis, os quais pareciam violentos petardos, saídos de impiedosa artilharia, tal a sua agressividade! Eu não reproduzo os “*apartes*” do Senador Ellis, porque pertenciam a discursos de outrém. Além dessa ação de aparteante, o Senador Ellis desenvolveu inaudita oposição contra o sr. Nilo Peçanha, que acumulava odiosa posição de ser “*hermista*”, com a pecha de ter decidido a causa da Docas, contra o povo paulista, aliás, isto a meu vêr, foi a consequência daquilo. Então, nessa campanha contra Nilo Peçanha, o Senador Ellis dizia no Senado da República, em Dezembro de 1909:

“... Basta que demos tempo ao tempo, pois na ordem moral repetem-se muitas vezes phenomenos de ordem physica. Sirva-nos de exemplo o Nilo egypcio: — passada a onda de lama de suas aguas revoltas, a terra se transforma em abençoada e verdejante messe.

Deixemos que passe também a lama com que o Nilo brasileiro tudo invade!

Deixemos que passem os *áureos tempos da ignomínia*, isto é, do contracto da Leopoldina, no qual uma magna pars coube ao seu eterno consultor tecnico, mesmo da epoca em que exercia o *mandato popular*; do escandaloso decreto de 4 de Outubro, tão “caro” á Companhia Docas de Santos; do contracto do Ceará, que, para 5 felizardos representa a fortuna e a independência; do contracto da Muzambinho, cuja “deshonestidade” já bradou o decano da imprensa!

Deixemos, pois, que passe a onda de lama e do nephelibatismo!

Sim também, do nephelibatismo, pois até o convite para 7 de Setembro, foi ás Exmas. Sras. e das mais respeitáveis e das mais dignas de veneração, para, imagine o Senado, para... passarem a noite em Palacio.

Nem mesmo para as festas do “High-life”, quer me parecer, foram em tempo algum, dirigidos por escripto convites tão descabelados!

Tenhamos, pois paciencia!

As aguas do Nilo egypcio excoam e a vaza assenta.

As do Nilo brasileiro igualmente excoarão e a lama da administração tambem assentará! Felizmente, não está longe o momento de pegarmos pela golla, certos individuos e de *lhes virarmos publicamente os bolsos de dentro para fora!*

Felizmente não tardará a soar a hora da “Ressurreição”. Assim

como essa infeliz Katiousha, de quem nos falla Tolstoi, apesar de ter descido um por um todos os degraus do vicio e da objecção, encontrou o seu regenerador, tenho fé, para honra de minha Patria e da propria Humanidade, em que não está longe o momento de surgir o Neklodof brasileiro!

E pensar, Sr. Presidente, que foi êsse govêrno que, ao abrir um "cinematographo" na rua do Cattete exhibiu como sua primeira fita o "film" d'arte de producção indigena destinada aos papalvos e a que deu o "snob" título de "Paz e Amor".

Mas como "Paz" si no dia seguinte o Presidente da Republica co-meçou a fomentar a guerra civil no seu proprio Estado...

O Sr. Oliveira Figueiredo — Não apoiado.

O Sr. Alfredo Ellis — ... si depois mandou armar, municiar e seguir batalhões para reduzir o Brazil a uma "Loanda" em ponto grande, intervir ilegalmente na vida politica de um Estado; si, mais tarde, com seu habitual e inconsciente desprezo pela Constituição, deu ordens aos esbirros policiaes de revistarem Deputados e Senadores sob pretexto de evitar "vertenza" isto é, barulho, pois é o que significa essa palavra, a qual nunca foi nome de um escriptor ou de um papa, como S. Ex. já quiz, entretanto impingir citando uma vez, orgulhoso de sua própria ignorancia, "Dr. Vertenza", mas certamente como egregio "Professore" do cosmopolita Calino; si, finalmente, abusando de sua posição e interpretando o artigo 6.º da Constituição, a ponta de bayoneta, invadiu seu proprio Estado com a força federal, para, satisfazendo seus interesses pessoais de caudilho politico, ganhar eleições!

O Sr. Oliveira Figueiredo — Não apoiado.

O Sr. Alfredo Ellis — Mas como "Amor" si S. Ex. não tem feito senão despertar odios, dos quais uns já explodiram devido á coragem civica de muitos e outros acham-se ainda sopitados pela esperança de favores! Sou pois forçado a acreditar que, quando o "Capocomico" annunciou com o seu "Capadoccio" "Paz e Amor" a inana ia começar, fez jesuiticamente uma restricção mental, pensando naturalmente no amor dos gatos!

Sim, "Paz", mas paz aos tratantes.

Sim, "Amor" mas amor á bandalheira e á molecagem.

Não ignoro, Sr. Presidente, que se tem censurado a vehemencia de minha linguagem, mas medico, bem sei que para certas chagas — "usando de desusada energia" — só o ferro em braza. Ajurem-me Srs. Senadores!"

De outra feita, o Senador Ellis dizia no Senado:

"E' o mesmo homem porque o determinismo ethnico não o deixa mudar. E' o mesmo moleque que em moço apanhava flechas de rojeos na cidade de Campos. E' o mesmo homem que não trepida..."

E mais :

“Eis, Sr. Presidente a reprodução exata, em ponto maior da fábula do lobo e do cordeiro. Mas há quem dê razão ao lobo! Acredito, Sr. Presidente que nas horas mortas da noite, quando S. Ex. o Presidente da República, passear suas insonias pelos ricos salões do Cattete, há de ouvir si não partindo dos cantos escuros, pelos fundos de sua consciência, uma voz que não falha, que não se extingue, que nos acompanha até o último instante de vida — “Que fizeste do teu irmão-”

Nunca se viu nos Paramentos brasileiros, linguagem tão agressiva, ferocidade tão bravia e audácia tão arrojada, nas furiosas arremetidas, contra um chefe da Nação! Era de fato, uma torrente de lava candente, que, arrojada sôbre a administração brasileira, formava o capítulo mais colorido da primeira campanha civilista. Mas, o que mais é de se admirar, é que Nilo Peçanha estava, então, indefeso! Todos tinham pavor do ímpeto agressivo do Senador. Ninguém ousava contestar o Senador paulista! A divisa dele era, como já dissemos: *Quy se frotte, se pique!* Certa vez, o Senador pronunciou no Senado o seguinte discurso :

“O honrado Senador pelo Rio Grande do Sul, contestando algumas das minhas asseverações, terminou por dizer que a história a que me referia fóra mal contada.

Não ponho dúvida em ser acoimado de um Tácito de segunda ordem; mas quando se fizer a luz a quando se correr o veu sôbre todos os acontecimentos dêstes tempos há de se verificar que se o obscuro Senador por S. Paulo foi um Tácito de segunda ordem, o nobre Senador pelo Rio Grande do Sul foi um grande mystificador.

Sei que o honrado Presidente da República, infelizmente falecido, tinha, antes de cerrar os olhos á luz terrena, desnudado o seu nobre coração, mostrando que seus grandes ideais, os symbolos de toda a sua vida, eram e foram por aquella synthese sublime de amor á Deus, á Pátria; á Liberdade e á Família.

Sei que o honrado e probo mineiro tinha um repositório dos pensamentos, das palavras e das phrases dos mais notaveis políticos da actualidade.

S. Ex. protocolava êsses pensamentos e os guardava e alguém, Sr. Presidente teve oportunidade de devassar esse preciosissimo registro e agora venho em nome do patriotismo e em nome do Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, fazer um appello aos filhos do grande mineiro, para que entreguem esse livro a uma Commissão, porque o povo tem o direito de conhecer as expressões e o pensamento politico dos que com S. Ex. confabulavam, consertando todas as medidas de governo.

O Sr. A. Azeredo — Que lucrará o povo com isso hoje?

O Sr. Alfredo Ellis — S. Paulo, que apoiou S. Ex., que honrará sempre a memória do benemérito mineiro, faz este appello á familia do illustre morto. Se ella acceder, voltarei, então; Sr. Presidente, discutir amplamente a questão das candidaturas presidenciais, concitando desde já, a que venha tambem á tribuna o honrado Senador pelo Rio Grande do Sul.

Bem sei que pouco valho, mas...

O Sr. A. Azeredo — Não apoiado.

O Sr. Alfredo Ellis — Entrarei na arena como um hilota, como um samnita, ou como um daquelles humildes descendentes dos povos germânicos, atirados á arena para o exercício dos gladiadores. Elles tinham o direito de escolher os que os iam victimar. Empunhando uma fragil adaga, revestidos de uma clamide modesta, tunica e saiote, enfrentavam os gladiadores famosos e os cavaleiros brilhantemente ajazeados.

Espero que o sr. Senador pelo Rio Grande do Sul, qual novo Cesar, com o seu emblema no capacete, com a sua máscara, viril e extraordinaria eloquencia desça á arena para fulminar o obscuro hilota, o samnita humilde, o modestissimo gaulez."

O emérito Senador gaúcho, o Sr. Pinheiro Machado, assim reptado, não acorreu ao desafio! Não erguem a luva, que lhe fôra atirada pelo paulista! Pinheiro Machado era o tipo marcado do gaúcho! Combativo, cavalheiresco, ardoroso na pugna, enfim, uma inteligência a serviço de uma vontade férrea, magetoso, falando sempre pausadamente, etc. Era um chefe natural! A sua magnífica coragem já havia sido patenteada, nos entreveros contra os "federalistas" no Rio Grande! Ninguém melhor do que êle, personificava, com o seu "*donaire*" e o seu "*aplomb*", o tipo do cavalariano gaúcho, com as suas esporas, o seu largo chapéu de "chile", o seu rebenque e o seu "panache". Era um caudilho encasacado! Por isso, foi de surpresa embasbacante, haver o paulista desafiado mais um gaúcho, para um entrevero par lamentar. E o gaúcho, orgulhoso e afamado, achou prudente não levantar o guante! Êle só sairia a campo, só arriscava os seus desnorteantes apartes, nos discursos de Ruy Barbosa, mas com o Senador Ellis, o impetuoso celta-paulista, não quiz travar luta! Êle, por certo, era parlamentar de estirpe, experimentado na tribuna, inteligentíssimo e agilissimo na argumentação, sempre proferida na voz descansada de velho general castilhistista!

Mas, o Senador paulista, tambem com êsses traços bem marcados, era um combatente teimoso e por isso temível, além de possuir, sôbre o Sr. Pinheiro Machado, a vantagem de uma cultura muito maior e mais aprimorada. Com êsse renome, o Senador Ellis, no Senado, era resepitado como um Ferrabraz!

Ruy Barbosa nele se arrimava, como em “*braço forte*”, durante tôda a campanha, que desenvolveu no Senado. O genial civilista reconheceu isso, ao dizer que, não havia tido companheiro mais firme do que o Senador Ellis, em tôda a campanha, (“*Franco-lino Carmeu e Alves de Sousa, “Políticos e Estadistas contemporaneos”*”).

*

*

*

Quando em 1913 terminava o quadriênio Hermes, de novo Ruy Barbosa foi candidato. Dessa vez, porém, o seu companheiro de chapa não era mais o Presidente de S. Paulo e sim o Senador Alfredo Ellis. Houve lucro ou perda na troca? Ainda que, sob o ponto de vista moral, tenha havido não pequena vantagem, pois que, o Senador Ellis era um astro de primeira grandeza da propaganda republicana e Albuquerque Lins era um adesista monarquista, sob o ponto de vista material, a perda foi imensa, pois o companheiro de chapa de Ruy Barbosa, em 1909, não era propriamente o adesista Albuquerque Lins e sim o Presidente de S. Paulo, de longe, o mais pujante Estado da República. Disso tudo, conclui-se que, em 1913, a situação de Ruy Barbosa perdera o seu único esteio materialmente sólido, que era o oficialismo paulista. Não nos iludamos! No Brasil, só os governos vencem as eleições! Para que as oposições possam fazer alguma cousa, é preciso um dispêndio imenso de esforços! Se isso se dá agora, com o voto secreto, imagine-se antes dêsse regime eleitoral! Ainda é de se recordar a eleição Ruy-Hermes, em 1909! Mesmo com a oposição organizada e bafejada, pelo governo federal, com Rodolpho Miranda, Pedro de Toledo (que seria em 32 o imortal Moysés da gente paulista, na sublime arrancada) Villaboin, Bento Bicudo, Raphael Sampaio e outros, nada conseguiram! Entre nós, o Executivo, com o Tesouro, a força e a máquina eleitoral, com as Prefeituras, que em quase tudo visceralmente dependem do Estado, é o trunfo principal. Assim, a causa de Ruy, com a perda de S. Paulo oficial, estava predeterminada a completo esmagamento. A decisão do P.R.P. de aceitar um nome mineiro, cousa, que, a meu vêr, foi materialmente um passo acertado, mas moralmente uma ignomínia, dessas, que a “*gíria*”, irreverente e pitorescamente, chama de “*sujeira*”, foi o “*de profundis*”, para as esperanças do genial brasileiro. Mas, êsse queria, mesmo assim, correr o páreo! Parece que, nele, a ambição era desmedida! O Senador Ellis, péssimo político, sem o senso prático das cousas reais, mas autêntico cavaleiro andante, se esforçando exagerada e encarniçadamente na

contenda, pelo ideal da causa, em que se empenhara de início, com a mesma fé dos cruzados na Palestina, verdadeiro Bayard, "*sans peur et sans reproche*", embarcou "*lela e cegamente*" na "*canôa furada*" da segunda campanha civilista e nela se fez ao mar cortando tôdas as amarras, que a prendiam à terra. O primeiro passo, para êsses desacertos, via dulçurosa e enganadora na esteira irreal de um místico ideal, foi a fundação do Partido Liberal, que eu comento noutro capítulo dêste livro. O resultado dessa série de românticas divagações, que foi a segunda campanha civilista, não podia deixar de ser o mais completo desastre. Pode-se aplicar a êsse prélio, aquelas palavras de Francisco I na derrota de Pavia, em sua carta a sua mãe, Luiza da Saboia: "*Tous est perdu, hors l'honneur qui est sauve*". Perderam tudo, os legionários de Ruy, nessa segunda campanha civilista, menos a honra, pois esta plainava, ainda mais alto! Nunca o Senador Ellis, em todos os momentos de sua vida, demonstrou tão bem a sua alma cavalheiresca, o seu brilho idealista de um taumaturgo da coerência e de desapêgo às posições, de espírito de sacrificio por uma bandeira, da qual haviam desertado os seus companheiros! Êsses, que hoje se ufanam do civilismo, desertaram da batalha; fugiram na hora trágica do sacrificio! Êles só permaneceram fiéis à causa, até o momento em que ela poderia lhes dar proveitos! Abandonaram-na hora escura da amargura! O Senador Ellis, não! Êsse ficou! Ficou com os seus princípios, em holocausto dos quais, não hesitou em se precipitar nas profundezas arestosas e sombrias de uma negra Tarpeia do ostracismo político! Êle nada lucrou antes, muito perdeu, mas o exemplo cívico e a lição magistral, ficou! Por essas atitudes, procuro pautar minha vida! Essa diretriz abnegada e angélica, quase divina, me lembra sempre as palavras varonis do general Ducrot à Thiers, que clamava em 70 por uma paz naturalmente vantajosa, mas moralmente ignominiosa, com os vitoriosos prussianos de Bismark:

"A França poderá amanhã se reerguer de suas ruínas materiais; mas jamais poderá ela se levantar de suas ruínas morais". ("Mr. Thiers contre l'Empire". Grâsset.)

Os homens são assim! Pobres materialmente, podem ganhar se tornado ricos! Da perda da honra e da dignidade, da coerência, da consciência, do auto respeito, etc. não poderão jamais se refazer! Como o cristal, que se parte, nunca mais ficará íntegro!

O Senador Ellis era assim, sempre embalado pelo irreal!

Sempre viveu no mundo dos sonhos! Não pôde legar à posteridades bens materiais, ou posições de grande destaque, mas deixou o inexcedível patrimônio moral, que eu me esforço em manter, no mesmo nível em que o recebi! Conseguirei?

A sua enorme dedicação à Ruy Barbosa, a meu vêr é injustificável, mas é explicável! Ela não tinha limites e só encontrava amparo no irrealismo, que embalava o espírito do Senador, sempre a cavalgar o “*Pégaso*” da fantasia. Mas, além disso, ainda havia alguma cousa de material, explicando o injustificado apêgo do paulista, pela causa do político baiano. E’ o que, vamos vêr mais adiante. Ruy Barbosa, por certo, foi intelectualmente um super normal! Mas, convém, entretanto, não exagerar! Êle dispunha de um conhecimento da língua, difficilmente igualado, Ao par dessa inestimável vantagem, Ruy tinha uma grande bagagem de cultura jurídica, a qual graças à sua lúcida visão, tomava grande realce, o que acontecia também com a sua magnífica cultura literária e filosófica, bem como sua ilustração histórica. Todos êsses índices de eminência não pequena, sôbre o meio, em que vivia, estavam a serviço de pujante eloquência oratória, a qual os destacava, sempre, evidenciados. Assim, não teria sido de grande dificuldade para o eminente baiano, conseguir o renome de que gozava. O Senador Alfredo Ellis tinha por êle dedicação entranhada! Explica-se: durante muitos anos, especialmente durante a campanha civilista, Ruy Barbosa foi testemunha assídua das ardorosas pugnas, nas quais o Senador Ellis foi o grande protagonista. Nas lutas parlamentares, em que o político paulista se encarniçou, contra o Sr. Nilo Peçanha e mais tarde, contra o Sr. Pinheiro Machado, o isolamento e a fraternidade de combatentes, sob o mesmo pendão, defendendo juntos os mesmos candidatos, que simbolizavam os mesmos princípios, ocupando, ombro a ombro, a mesma trincheira, sofrendo as mesmas agruras, as mesmas aniedades, padecendo as mesmas agonias e incertezas, passando juntos, irmanados, no mesmo sonho e ligados pelo mesmo ideal, pelas mesmas alegrias, sendo vitoriados e aplaudidos pela mesma imprensa, pela mesma turba fanatizada, que a êles, dois, comunicava, o mesmo calor afetivo do favor popular, etc., o Senador Ellis se acostumou a destacar na multidão hostil do Senado, a figura amiga, o olhar seguro, o companheiro infalível, que era Ruy Barbosa. Êste, por seu lado, poude apreciar a psicologia sempre honesta, dedicada e leal do Senador Ellis, o gladiador dos prélios parlamentares, como era o Senador Ellis, inexcedivelmente eficiente, quer como orador, quer como apartista ferino, nos enteveros, em que Alfredo Ellis era tão pródigo e oportuno.

Eu compreendo perfeitamente a ligação e a estima do Senador Ellis por Ruy Barbosa, pois já tive que enfrentar situação semelhante, colhendo também consequências paralelas.

De 1935 a 1937, como Deputado estadual, levei a efeito movimentada oposição ao governo de então, exercido pelo saudoso Sr. Armando de Salles Oliveira. Quase isolado, então, me prendi por sólido laço de estima e simpatia ao sr. Adhemar de Barros, que era o opositorista, que estava continuamente ao meu lado, batalhando na mesma trincheira, que juntos, transformamos em reduto inexpugnável de nosso Partido contra uma multidão de adversários comuns. Aí, ombro a ombro, sofremos as mesmas agruras, passamos pelas mesmas agonias, nos embandeiramos, alacres, pelas mesmas alegrias, festejamos as mesmas vitórias, sonhamos os mesmos ideais, etc. Isso cimentou, de tal modo, a minha orientação política, ligando-a êsse parlamentar, que, hoje, embora reconhecendo vários defeitos, que anulam, em grande parte, as evidentes qualidades do Sr. Adhemar de Barros, tenho sempre a grande e indisfarçável tendência, de considerá-lo com muita simpatia e isso tem pautado a minha orientação política.

CAPÍTULO XXVII

O ORADOR IMAGINOSO

Eu não conheço na História dos Parlamentos, um orador, que tenha ilustrado tanto os seus discursos, com evocações imaginosas, como o parlamentar paulista!

Ele possuía uma prodigiosa ilustração e a aproveitava, com inextinguível habilidade, quase sempre no fecho de seus inflamados discursos. Já temos citado muitas imagens, com que o parlamentar paulista ilustrava as suas coloridas perorações, mas, como essas evocações quase sempre trazidas à baila, para ressaltar, pela paridade, pela equivalência, ou pela identidade de situações, casos especiais, são muitas, eu tomo a liberdade de reproduzir algumas. Terminava o seu seguinte discurso, o Senador Alfredo Ellis, a 1.º de julho de 1908, contra a Dócas de Santos, já na segunda fase de sua campanha, em período governamental de Afonso Penna:

“ Para terminar direi, Sr. Presidente, que há algures, há muitos annos, o facto de uma pobre louca, recolhida a um hospício de alienados, que, inoffensiva, passava os dias fazendo todos os serviços e trabalhos que lhe eram exigidos, sem que seus lábios formulassem uma unica queixa, uma recriminação, um protesto. Somente, á tarde, quando o sol principiava a descambar no occidente, ella abria, com zelo extraordinario e com maternal carinho, uma pequena urna, onde conservava o seu vestido de noiva. Dahi tirava-o com entranhado amor, envergava as vestes brancas de noivado, cingia a corôa de flores de laranjeira, descia o véo e ia a uma janella de grades de ferro, postar-se, dizendo: — hoje o meu noivo chega.

Infallivelmente, á hora do regulamento do hospício era ella chamada pela irmã de caridade e, sem uma recriminação, sem uma queixa, sem um lamento, sem um protesto recolhia-se para de novo levar a urna as suas vestes de noiva e a sua grinalda de flores de laranjeira!

No dia seguinte ao raiar do dia dizia cheia de esperanza: — hoje elle virá infallivelmente.

Assim, Sr. Presidente, passavam os dias, os mezes e os annos. Excusado é dizer que o noivo nunca veio.

Sr. Presidente o povo do meu Estdao, como essa pobre louca, aguarda tambem a vinda da sentença, que deve libertal-o do jugo feroz e maldito daquela empreza!

Dia a dia Sr. Presidente, o povo espera e aguarda, inquirindo:

Virá hoje? Virá amanhã? Como a pobre louca também não perde a esperança!

Quando virá a sentença libertadora, Sr. Presidente? (Pausa)

Por isso, Sr. Presidente, por meu intermédio, o povo de meu Estado clama e pede justiça e, eu, mais uma vez pronuncio desta tribuna aquella phrase com que terminei um dos meus ultimos discursos na sessão passada:

“Justitia, Justitia quae sera tamen! (Muito bem! Muito bem!)

A paridade da evocação com a situação do povo paulista, em relação à Docas de Santos é tão evidente, que torna a situação encarada, pelo parlamentar paulista, cheia de valores e de cores, que a marcam de linhas inesquecíveis, dando a ela impressão tão profunda, que não há memória, que não a tenha constantemente na retina mental. O Senador Ellis não deixava, nas suas orações, de buscar na imaginação, concurso valioso, para as ilustrar e as amenizar! Os assuntos abordados pelo Senador, eram quase sempre áridos, com séries de estatísticas e de algarismos, alinhados em colunas frias, alicerçando raciocínios pouco convidativos, de modo que, para amenizar essas orações, o Senador habilmente recorria à sua riquíssima imaginação, evocando, com oportunidade, cenas, paralelos, anedotas, apólogos, panoramas históricos, páginas literárias, etc. Assim, o Senador Ellis creou um novo estilo de discurso, que agradavam sempre, apesar de, às vezes, serem áridos os assuntos, por elle abordados, como eu disse acima. O trecho do discurso abaixo reproduzido, é um exemplo do asseverado:

Sei, Sr. Presidente, que essa empresa tem uma legião de defensores; o Senado todo e o paiz o sabem.

O Sr. Severno Vieira — Não parece. Até agora ninguem se tem levantado aqui contra as acusações de V. Ex.

O Sr. Victorino Monteiro — Não ha tal. Eu o fiz o anno passado e estou prompto a faze-lo agora. Si ha accusações ha também defesa, o que é mais sagrado ainda.

O Sr. Severino Vieira — E' até nobre.

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, a alvura deslumbrante da neve produz nos alpinistas e exploradores arcticos um phenomeno singular, na vista — miragens e deslumbraamentos.

O phenomeno é passageiro, é transitório; desaparece desde que cesse a causa. Há um phenomeno semelhante que se dá com os que visitam as casas-fortes dos bancos e que se aproximam dessas montanhas de ouro que se chamam Rockfeller, Gould, Schoeder, etc.; o phenomeno produz

uma moléstia — uma amaurose — não dá na vista, mas na consciencia. O primeiro mal é passageiro, a outra moléstia é irremissivelmente incuravel.

Sr. Presidente, eu não pretendia dizer mais uma palavra; a questão estava affecta ao poder Judiciario e o Senado é testemunha de haver eu guardado o mais rigoroso silencio, enquanto a questão ia ser derimida por ele e, si não fosse a grita levantada contra os juizes, e os protestos dos defensores da empreza, é bem possivel que não apparecesse mais o vulto deste obscuro Senador para tratar do assumpto nesta tribuna.

O Sr. Pires Ferreira — Obscuro, não.

O Sr. Alfredo Ellis — A minha presença neste lugar representa um protesto contra os aleives, doestos e insultos aos dignos magistrados, levitas da lei e sacerdotes da Justiça.

Como ficou dito acima, as figuras evocadas, pela opulenta imaginação do Senador, creando um estilo próprio, tornava mais agradáveis e atrativos os assuntos mais áridos, transformando-os, em páginas cheias de brilho e de luz, que os rodeavam, os reforçando. Com êsses moldes oratórios, o Senador Ellis atravessou toda sua vida de Parlamentar. Todas suas orações se revestiam da mesma forma aprimorada e imaginosa. A velhice, com seus tropêços e os seus entibiamentos naturais, não lhe diminuiu o entusiasmo de combatente ardoroso, assim como, a idade não lhe tirou o colorido vivaz, que impregnava todas suas peças oratórias, sempre imbuidas daquele cunho tão especial e inédito. Foi assim que, até o fim da vida, o Senador Ellis manteve em ebulição, o mesmo espírito imaginativo dos seus primeiros discursos, de quando êle ainda estava na casa dos quarenta!

Em Maio de 1923, falecia, no Rio de Janeiro, Ruy Barbosa, símbolo da intellectualidade brasileira, elevado mesmo a expoente do "*me ufanismo*". De fato, Ruy Barbosa foi um supernormal, tendo a seu serviço uma notável cultura! A população brasileira porém exagerava a situação super elevada, em que deveria estar o grande intellectual, transformando o em demiurgo de um culto e o Senador Ellis exagerava, ainda mais, esse culto, que o parlamentar paulista divinizava com fanatismo. Com o passamento do grande baiano, o Senado, que era a casa do Parlamento, a que êle pertencia, promoveria as mais solenes homenagens, fazendo-se ouvir vários oradores, entre os quais o Senador Ellis, que, como o maior venerador e um dos mais entusiasmados admiradores, que teve o grande baiano, não podia deixar de falar. Quase todos os oradores, que então se fizeram ouvir lembraram a vida do homenageado, relatando episódios

históricos, etc., o Senador paulista, porém, fez um discurso literário, que foi uma verdadeira renda de cênas e de quadros multicoloridos, por uma imaginação inquieta, servindo-se de pincel e de palheta, que pintavam em relêvo, ressaltando sempre a figura daquêle, que, apesar da elevada e desproporcionada dóse de idealismo utópico, que o imbuía, foi um dos mais privilegiados intelectuais, que o Brasil tem produzido.

Eis o discurso do Senador Ellis! Ele contem não pequena dóse de exagêro, nas comparações e na adjetivação usada, mas mesmo assim, a imaginação ressalta, lembrando o seu discurso uma trabalhada filigrana da Renascença:

O Sr. Alfredo Ellis (movimento geral de atenção) — Sr. Presidente, depois dos discursos pronunciados pelo Vice-Presidente da República, Presidente do Senado e pelo Vice-Presidente desta Casa não, sei si poderei ainda algo dizer sobre o immortal brasileiro.

Outro qualquer poderia excusar-se, poderia calar-se, deante da mugetade de Ruy Barbosa. Esta tribuna, porém, não poderia fazel-o! Em primeiro, logar, porque foi nesta trincheira que a aguia veio procurar o ninho. Vinte e tantos annos esteve elle aqui ao meu lado, sentindo, durante todo esse lapso de tempo, que quase representa o de uma geração inteira, o calor, o affecto, e o carinho de um coração sincero.

Lado a lado, mourejamos nesta trincheira — ha de se recordar o Senado inteiro! Não poderia, portanto, hoje, que o chefe está morto, tendo sobre si a bandeira nacional, deixar de descobrir-lhe a face e fazer o mesmo que o ritual catholico faz, pelo cardeal camerlengo, aos pontifices, batendo-lhes na frente, por trez vezes, com o malhete de prata, indagando se o Papa é morto?!

E' o que faço!

Ruy Barbosa é morto, mas, senhores, redivivo! Entre nós há de conviver eternamente e havemos de respirar a atmosphaera creada neste ambito, neste recinto, por aquelle homem immortal e por aquella voz, cujo éco ha de retumbar por todos os seculos, ensinando-nos o caminho da honra e a defesa da liberdade e da lei.

Outro, Sr. Presidente, poderia calar, mas não aquelle que atravessou todo esse longo periodo, irmanado; abraçado ao grande chefe, como Pylades e Orestes, que nunca vacilou, que nunca hesitou no mais arduo da peleja, mesmo quando viu levantarem-se contra nós as enormes columnas dos quatrocentos mil redondos, erguidos na vastidão do Brasil á voz do Warwick da República, o fazedor de presidentes em nosso regimen, como o da epoca das casas de Lancaster e York o éra de reis.

Sim. Esses depois abandonaram o ídolo e em logar de redondos transformaram-se em quadrados, para hostilizar e martyrizar o endeusado

da vespera nós ficamos nas nossas trincheiras e, eu, ao lado do grande brasileiro mesmo quando vi partirem, para acompanhar a flammula triunphante do chefe gaúcho, os nossos velhos chefes Glycerio e Campos Salles. Apesar disso, Sr. Presidente, continuámos firmes no nosso posto e, mesmo depois da convenção de 26 de Julho de 1913, quando irmanados os nossos nomes pela indicação da maioria dos municipios brasileiros, não houve a menor hesitação, para evitar a conflagração dos Estados e o abalo no paiz, em renunciarmos, elle a candidatura á Presidencia da Republica e eu á Vice-presidencia, porque anteviamos no Governo civil do Sr. Wenceslau Braz um governo reparador, um governo de justiça, um governo da lei. Não tivemos escrupulo em apoiá-lo como fizemos.

Nesta hora, porem, Sr. Presidente, que vou eu dizer, hesitante como cheguei a esta tribuna, depois dos discursos pronunciados neste recinto? Que posso dizer de novo, depois de centenas, de milhares de discursos feitos para render homenagem e reparar as injustiças que praticaram em vida do eminente brasileiro? Hesito, Sr. Presidente, porque difficil é dizer mais alguma cousa de original, ou aventar mais uma ideia que porventura desperte interesse nesta Assembléa.

Não querendo fazer um discurso academico de fórma, Sr. Presidente, e não podendo fazer uma dissecção, uma analyse minuciosa da obra gigantesca de Ruy Barbosa, quer como publicista, quer como jurisconsulto, quer como politico, quer como polygrafo e como sabio em todos os capitulos de nossa cultura, determinei fazer do coração o mesmo que o odio fez outróra, ligando Mazeppa ao dorso do corsele indomito, vergastando-o para que fosse morrer exaustão nas planicies da Ukraina, onde, acolhido como semi-deus, foi aclamado Hetman dos Cossacos. Amarrei o affecto, o carinho, ao meu coração, que não é o corsele indomito, mas o orgam symbolico da affeição e da idolatria, para transportar a memoria de Ruy Barbosa atravez dos campos de luta, da campanha terrivel que ambos ferimos, atravez das minhas reminiscencias, porque os velhos vivem do passado, no passado, ao passo que os adolescentes vivem do presente, olhando para o futuro.

A nossa memória é mais fiel, Sr. Presidente. Nós os velhos, guardamos melhor o affecto do que os moços. A vida para nós está feita. E se eu sobrevivi, porventura, ao grande chefe, bem compreendo, bem vejo que será talvez por dias, por semanas por mezes emfim, a duração será pequena! a separação será curta entre nós ambos. Verso e reverso da medalha; para elle, a face luzente, luminosa e brilhante; eu prefiro a parte obscura, contanto que essa fique mais perto do coração que mais ame! (Muito bem!)

Sr. Presidente, quem penetra nos nossos sertões quem vara a nossa matta virgem para abrir veredas e desbravar as regiões agrestes, se está na planicie e olha para as alturas, vê destacando-se na floresta, o jequitibá! Se está nas alturas, nos serros, nas cordilheiras, e olha para a planicie, vê

a copa frondosa, altaneira, do jequitibá! Sempre o jequitibá! E' o gigante das selvas, como Ruy Barbosa é o gigante da nossa intellectualidade!

Em nossa cultura, Ruy Barbosa representa o titan, o colosso, que o gigante das nossas florestas representa em nossas mattas: é o jequitibá!

Quando admiro essa vasta cordilheira que enquadra a Guanabara, vejo além, entre os pinCAROS, o monolitho; o Dedo de Deus; apontando para o firmamento e para as estrelas. Em nossa intellectualidade, na nossa cultura, Ruy Barbosa representa o Dedo de Deus, apontando para o firmamento da Justiça, constellado pelos grandes principios da Liberdade, do Direito e da Lei! (Muito bem!)

Ruy Barbosa foi o Pedro eremita da Abolição; foi o ariete que abriu o caminho para que o carro da Republica passasse em triumpho. Foi a maior força dynamica, finalmente, que produziu a queda do throno!

Ruy Barbosa, Sr. Presidente, representa no mundo juridico e mental o que representa no mundo physico o radium, esse metal miraculoso, mysterioso ainda em seus attributos com seus raios "alpha" "beta" e "gama", além da infinidade de outros invisiveis, que se sentem quando são applicados: Ruy Barbosa é o radium a cultura humana.

Ha, nesse metal prodigioso, irradiações que se percebem luminosas com as applicações varias, diversas que ainda não se puderam definir, analysar, nem catalogar; ha outras invisiveis, que atravessam corpos opacos, produzindo effeitos que a phisica ainda não pôde apprender e nem apreciar. Quem poderá definir as manifestações que a scentelha eletrica produz quando corta o espaço e retalha, com o seu fulgor igneo, a nossa atmosphera?

Mais facil será, talvez, medir, traçar a paralaxe de um astro, do que medir a trajectoria da obra genial de Ruy Barbosa!

Da mesma forma, Sr. Presidente, ninguem poderá prever o effeito que a scentelha do genio de Ruy Barbosa produzirá na esphera dos conhecimentos humanos e das nossas conquistas.

A luz viaja atravez do espaço á razão de 300 mil kilometros por segundo, e só ha pouco, no grande observatorio de Lick, conseguiu um astronomo apanhar o fóco luminoso do astro Antares, calculando que para chegar até nós esse feixe de luz teria gasto mais de 10 mil annos.

Quem poderá tambem prever, Sr. Presidente, a extensão, o prolongamento dos raios da cultura juridica de Ruy Barbosa atravez dos séculos?

Os conhecimentos humanos, a humana sciencia, atravessam o tempo como a luz atravessa o espaço. Assim como nada se perde neste mundo, a humanidade não perderá um só dos dogmas estabelecidos por Moysés da lei, que nos trouxe as taboas que nos regem até hoje. (Muito bem!)

Ruy Barbosa tinha o senso e a preocupação da perfeição. Como Benevenuto Cellini, burilava as suas obras com carinho, com amor e a todos transmitia e infundia uma scentelha do seu genio immortal. Dahi os seus trabalhos e suas aspirações.

A natureza cria obras primas, assim como criou os cumes das cordilheiras. Nesses primeiros se esbate a luz do sol. Porque razão criando esses pharoes para guiar a humanidade, os apaga tão cedo?

Ha homens que deveriam ter uma vida dupla, tripla ou decupla, em extensão, pelos beneficios que produzem!

A' semelhança desses pharões, plantados na rocha viva, para evitarem naufragios, como esse, considerado o maior, o mais poderoso, o mais firme da costa tempestuosa da Inglaterra, o pharol Eddystone, do qual contam os navegantes que momentos antes do mar, em sua furia, derruballo, ainda lançava feixes de luz, evitando, até o ultimo instante, que innumerous navios se perdessem naquella região inhospita — Ruy Barbosa, com o seu genio, ainda na vespera de morrer, talvez já sentindo os prodromos do final desfalecimento que todos lhe notavamos, lamentando o desaparecimento de uma vida tão preciosa, ainda lançava irradiações deslumbrantes, indicando a seus amigos politicos da Bahia, o roteiro que deviam seguir.

Dava-se com elle o contrario do que em geral se dá com outras individualidades e mesmo com todas as creações da natureza, nas quaes, quanto mais de perto se examinam e se analysam, mais defeitos se encontram.

Com Ruy Barbosa não se verificava o mesmo: quanto mais de perto se o observava, maior realce ganhava a nossos olhos o labor metuculoso, o trabalho exhaustivo, dignificante e perfeito, a que se entregava.

Haya e Tucuman são dous fócios de luz intensa, vivissima, que a eternidade guardará, que ficarão immortaes, illuminados pelo genio de Ruy Barbosa. O maior jornalista do mundo, William Stead, o autor, o creador do tribunal de Haya, aquelle que insuflou no espirito do Tzar da Russia o grandioso plano, dizia ao ver Ruy Barbosa atravessar as praias de Sheveningen, para o Brasil, por ironia, por contraste com a immensa área de seu territorio, tinha enviado, para represental-o, um anão. Concluido o Congresso de Haya, era o mesmo Stead quem dizia ser preciso rasgar-se o portal da sala dos cavalleiros, para que pudesse passar, sem curvatura da espinha, o maior gigante que o mundo tinha produzido — a Aguia de Haya!

Em Tucuman, no coração do heroico, no nobre povo argentino; lá, na patria de San Martin, de Mitre, de Rocca, de Saenz Pena, de Alvear e de dezenas e centenas de gigantes da raça latina, Ruy Barbosa permanecera, redivivo, em um glorioso pedestal. Em Haya e em Tucuman, repito, por seu genio, levantou elle dous pedestaes para sua gloria e para a gloria da sua Patria.

Entre parentheses, Sr. Presidentes, na phase de maior luta, em que estive lado a lado com o egregio, o extraordinario e invencivel campeão da liberdade, a imprensa, talvez impressionada pela desproporção entre a

pequenez do humilde orador, que ora se dirige ao Senado, e a magestade que se erguia desta tribuna, criticava os apartes que eu lhe dava.

Eu não dava esses apartes por vangloria, nem por vaidade, que nunca tive; menos ainda por ambição, que, entre muitos esse defeito não possuo. Apenas por amor á verdade, venho dizer agora que essa minha collaboração era exigida. Ruy Barbosa fazia questão de ter ao seu lado um coração paulista, que nunca mentiu, que nunca transigiu, que nunca recuou. E a prova, Sr. Presidente, é que quasi todos esses apartes S. Ex. os acólhia com a grande generosidade do seu genio, aproveitando-se mesmo de alguns para fazer commentarios em torno e em face da situação do momento.

Outro facto ha que deve ficar consignado no momento, um acto que honra um dos grandes servidores da Republica, o general Pinheiro Machado, o homem que exerceu a maior influencia politica no Brasil e de quem fui amigo, posto que sempre contrario á sua politica.

Por meu intermedio a Presidencia da Republica foi recusada pelo Senador Ruy Barbosa, porque elle não quiz modificar uma das clausulas do seu programma, que consistia na revisão da Constituição. Esse era um ponto intangivel para os representantes do Rio Grande do Sul e imprescindivel para o grande brasileiro.

Emfim, quando se reunir e analysar, methodica e pacientemente no todo, no conjunto, a obra immensa, colossal, cyclopica, do gigante de cerebração humana, la em seu amago, em sua estrutura intima, como a força latente e creadora, hão de descobrir o Ideal. A força archipotente a que obedeceu Ruy Barbosa foi o Ideal. O Ideal servido por facultades exceptionaes, por um instrumental immenso, por um machinismo unico, como nunca existiu outro igual!

O Ideal.

Mas qual foi esse Ideal? Que representava elle, qual o seu iman, qual o seu objectivo, qual o seu norte atravez da existencia?

Qual o principio a que elle se consagrara?

E' bastante uma palavra para resumil-o. Sr. Presidente — o da Justiça! Vou restringir o mais possivel o que ainda deveria dizer, na abundancia da minha estima, de minha affeição, sem poder, sequer, demarcar onde se limita, onde acaba e onde se transforma em idolatria.

Recordo-me de que, quando moço, ao entrar na Casa dos Lords, no parlamento Inglez, atravessei uma galeria dos grandes oradores da Inglaterra, talhados em marmore de Carrara. O que mais me emocionou, porém, foi, ao entrar na sala das sessões, descobrir, ao lado do throno, a estatua de William Pitt, coma toga roçante, na attitude de quem aponta, com o braço direito estendido, para o povo inglez. Naquelle marmore estava representada a consagração do amor daquelle povo ao grande tribuno, ao grande orador patriota, que, com Wellington e Nelson, formou essa trindade, que deu em terra com o colosso: — Napoleão.

Na concha da balança onde se pesam os destinos da humanidade, o povo britannico lançou tres de seus grandes vultos para vencer Napoleão: — Wellington, em Waterloo; Nelson, em Aboukir e Trafalgar, e, no seu ambito, bem dentro do coração inglez, William Pitt. Elle morreu na lucta, mas foi o clarim do patriotismo, que multiplicou, na alma do ultimo inglez, a força de resistencia para, para se oppor aos embates furiosos, aos sacrificios tremendos exigidos por aquella campanha.

Representou Pitt o ideal. Éra o Ideal! Porque nada se faz de nobre, neste mundo, nada se faz de grandioso e de sublime, que não tenha por movel a scintella do ideal!

É esse ideal que me tem animado, ainda que mesquinho, através de meio século de existencia, a servir a minha Patria com lealdade, tudo sacrificando para bem servil-a na minha obscuridade.

Seja-me licito perguntar: Porque, Sr. Presidente, novo edificio, no futuro palacio do Senado, não teremos nós uma galeria dos nossos oradores notaveis, devendo nella occupar logar primordial a figura nobre e heroica, grandiosa e majestatica, de Ruy Barbosa? Porque não imitarmos o exemplo daquelle povo?

Porque não pagarmos a divida de gratidão aos grandes oradores que illuminaram este Senado?

Desejaria, antes soffrer a contingencia a que toda a creatura humana tem de se curvar, vêr essa estatua de Ruy Barbosa em nosso recinto, destacando-se na galeria dos brasileiros que honraram a Patria.

Vou concluir minha oração — minha pobre oração — (“ não apoiados”) pobres flores desfolhadas sobre um morto que amei e que ensinei todos os meus a amarem.

Custa-me crêr ainda, horas ha em que duvido que tenha desaparecido, do nosso scenario, o amigo, o companheiro e o chefe, sabio e que-drio, mas a triste verdade é Sr. Presidente, que elle tombou, obedecendo á suprema lei. Tombou o gigante. Nesta trincheira, lado a lado, víamos o seu lento enfraquecimento physico, perceptivel a todos, que lamentavamos essa decadencia physica, ao passo que o seu grande espirito se conservava, como se conservou, até a ultima hora, lucido e claro, mais sublimado, se possivel, semelhante aos ultimos fachos de luz de um pharol, em noite de procella, desenhando nas trevas o roteiro aos navegantes.

Ruy é morto, em verdade: seu espirito, porém, conserva-se e conservar-se-á redivivo entre nós.

Bem acertada foi a definição dada por outro grande espirito, quando disse, em synthese, que a vida de Ruy Barbosa era uma linha recta entre o Direito e a Justiça. Essa definição bem cabia depois do osculo reverente na dextra de Piza e Almeida, no Supremo Tribunal.

Quando se procura analysar a obra gigantesca e immensa de Ruy Barbosa chega-se a fazer uma pergunta, uma indagação: como éra pos-

sivel um homem só produzir obra tão variada e profunda, tão vasta e tão perfeita?!

Diante de minha admiração, não só por sua grandeza, como por seu esplendor, não só por seu brilho como por sua perfeição, evoco, neste momento, o sentimento empolgante que de mim se apoderou, quando, após uma viagem monotona de horas, através de região setentrional da Italia, margeando o Mediterraneo azul, vi, á tarde, á luz de um poente de setembro, ao atravessar a desolada campanha romana, deixando Ostia á direita, erguer-se a cupola da Basilica de S. Pedro, encimada pela Cruz dourada, que, magestosa, concentrava os ultimos raios de sol, como se fosse um pharol cyclopico, guiando a Christandade, através dos séculos, a seus destinos.

Afigura-se-me a obra de Ruy Barbosa comparavel á que foi erguida pelos genios artisticos de Bramante e de Miguel Angelo. Este ergue-se em sua imponente serenidade guiando os Christãos; aquella, não menos grandiosa, guiará por todos os seculos, como um foco de luz inextinguivel, para o roteiro do Bem, toda a humanidade.

Ruy foi uma gloria para o Brasil, e — na phrase de Barthou — uma consciencia para a humanidade.

Peço a V. Ex. Sr. Presidente, que consulte o Senado se consente na suspensão de sua Sessão. (Muito bem. Muito bem. O orador é muito cumprimentado).

*

* *

Outra ocasião, o Senado assistiu, sempre baseado no seu espirito admiravelmente imaginoso, o Senador Ellis proferir a seguinte peroração:

A proposito recordo-me de ter visto, ha muitos annos, um quadro de Detaille. Não me lembro si o titulo era “Sonho da victoria” ou “Vigilia das armas”.

Um veterano das guerras napoleonicas sonha com a batalha, que se vai ferir, e com a victoria do dia seguinte. Vê no crepusculo do somno e através do fumo dos canhões, seus velhos generais — amados e queridos — á frente das divisões e dos regimentos, rareados pela metralha inimiga, mas vencedores.

Esfarrapadas e tremulantes, rubras e orgulhosas, passam, côm a rapidez do raio, as bandeiras victoriosas da Patria!

Sr. Presidente evocando este quadro da “Vigilia das armas”, estra-

nho não ver os meus velhos chefes a frente dos batalhões sagrados da Republica, empunhando a nossa velha bandeira de guerra, mostrando-nos o caminho da victoria, (1).

Ao contrario, Sr. Presidente, sinto n'alma um profundo desalento, porque a defesa do ponto mais importante, mais sagrado para a vida da Federação está entregue á fraqueza de soldado tão humilde e de capacidade tão obscura. (Não apoiados). A mim, Sr. Presidente, se me afigura este momento como o mais perigoso para os destinos de nossa Patria.

Não é só o "coração da Republica" o art. 6.º da Constituição, é mais, é o "bulbo rachidiano" que vamos entregar à choupa do magarefe, porque, si um Presidente da Republica não quizer, ou não tiver interesse em abusar da medida que vamos conceder sem poder fazel-o, ninguem sabe, ninguem pôde prever si, para o futuro, algum outro, mais desabusado, não passará por esta porta que o Senado lhe escancarará. A autonomia dos Estados desaparecerá.

Ao contrario desse quadro da "Vigilia das armas" eu acho mais significativo, mais opportuno e de mais actualidade outro que tambem me recordo ter visto ha muitos annos.

Napoleão, rodeado de seus velhos generaes em Fontainebleau, desarmado pela defeccão de Marmont, perscruta e sonda a alma daquelles legionarios tentando despertar nos peitos dos heroes o entusiasmo, o patriotismo e o ardor para a ultima defesa da capital da França.

Vendo, porém o desanimo no rosto dos grandes generaes, que haviam levado triumphantes as aguias da França até Moscow, baixou a sua cabeça e assignou a sua abdicação.

A phrase historica, que nesse momento pronunciou foi a seguinte: "Envelheceste nos combates e nas batalhas. — Não precisaes de gloria! Acabou-se o entusiasmo — quereis o repouso! As comodidades da vida e os interesses congelaram o vosso sangue! Eu me entrego. Sejam felizes!..."

*

* *

Não parece restar a menor dúvida de que, o poder evocador, de quadros imaginativos, principalmente de episódios históricos e de figuras alegóricas, nos discursos do Senador Ellis, era do mais elevado nível, mas o que encarece ainda mais essa coloração especial, que imbuí de modo total, os "*speechs*" do representante paulista, aumentando mais ainda a altura do seu já elevado pedestal, é o fato de todos êsses discursos serem pronunciados de

(1) Aqui o Senador Ellis queria se referir aos velhos chefes Campos Salles e Glycério que haviam pregado a descentralização.

improviso. O Senador Ellis era absolutamente contrário a toda espécie de discurso lido. A ele parecia que, um orador que lesse um discurso, se assemelhava a um cadáver falando, sem expressão e sem movimentação, que desse alma às palavras proferidas. Mesmo os seus discursos de responsabilidade, como já tivemos ocasião de dizer neste trabalho, eram proferidos de improviso. Por certo, o Senador Ellis não improvisava, cem por cento, as suas orações parlamentares, pois ele costumava levar pequenas notas, que serviam, mais para ordenar e metodizar os assuntos tratados. Essas pequenas notas ou resumidas fichas continham os assuntos ordenados e sintetizados, como seriam desenvolvidamente abordados. Esses assuntos eram previamente estudados, coordenados, de maneiras que, metodizados e ordenados nas pequenas notas, eram eles desdobrados e apresentados, ao público ouvinte, como se fossem discursos independentemente, sob cada um dos itens anotados, os quais eram proferidos, não só totalmente de improviso, como diversamente orientados, de acôrdo com a discussão, que no Parlamento tomava sempre os rumos mais imprevisos. O assunto seguinte não era encarado, sem que, antes houvesse sido bem debatido o anterior. Assim, de acôrdo com a ordem estabelecida na nota, os discursos focalizavam téses diferentes e destacadas. Dest'arte, os discursos parlamentares do Senador Ellis não eram peças oratórias, cem por cento improvisadas na hora e, por isso, não eram declamações clangorosas, desconexas, desordenadas, sem gramática e sem sentido, como se ouve na Praça pública, em comícios, nos quais os oradores esbaforidos e apopléticos, estentóricamente clamam asserções sem lógica, sem encadeamento, sem sequência. Essas pequenas notas, que orientavam as orações tribuniárias do Senador Ellis, muitas das quais, eu ainda conservo, tinham a grande vantagem de separar os assuntos, sôbre cada um deles, o orador tinha firmado suas téses, seus pontos de vista, emitindo, no momento, suas considerações, que eram encaminhadas, pelo rumo, a elas dados, pelos debates. Estes, por vezes, demoravam horas, esticando tanto os discursos, cujos assuntos sempre eram do interesse geral e, por isso, empolgavam o auditório. Esses discursos eram tão longos que, passavam sempre para o dia seguinte e, às vezes, se seguiam por semanas inteiras. O Senador Ellis, por certo, tinha excelente memória, mas, evidentemente, não poderia guardar os enormes e longuíssimos discursos proferidos, e entrecortados dos mais variados apartes, alguns dos quais de muita violência, os quais, exigindo resposta imediata, perturbavam e davam outro rumo, ao fio das considerações. Assim, o Senador Ellis não poderia, de forma alguma, abusar

da memória e por isso, as pequenas notas. A' sua privilegiada memória, êle confiava apenas o "introito" e a "peroração" dos seus discursos. Sôbre o resto, as referidas pequenas notas das fichas, orientavam e ordenavam os assuntos a serem focalizados.

*

* * *

O que é de se fazer notar nesses discursos do Senador Ellis, é que êle, sonhador e romântico por excelência, sentia profundamente as cenas episódicas, que evocava, vivia intensamente os quadros, que arrancava, coloridos, e com seus relevos sombreados, os quais o seu maravilhoso poder descritivo sabia restaurar, projetando-os, com admirável senso de oportunidade, nas suas peças oratórias, dando a elas aquelas iluminuras policrômicas das suas imaginosas perorações. Só quem sentia profundamente, ou quem vivia intensamente, se encarnando nas personalidades evocadas, pintando, com alma e com sentimento enraizado, os quadros redivivos, poderia burilar aquelas miniaturas, iluminadas, que eram as perorações delicadas e evocativas, com as quais o Parlamentar paulista fechava seus discursos. De fato, o Senador Ellis vivia intensamente os sentimentos, que lhes turbavam a alma. Mesmo ao descrever um episódio qualquer, na sua prosa ordinária, entre amigos, ou junto à família, que avidamente o ouvia, cercado dos seus, êle sabia imprimir uma tal força de alma às figuras e cenas, que evocava, que, elas pareciam vivas e animadas daquele sôpro divino, que Prometheu instilou nos mortais. Era tal a força da alma e era tão intenso o sentimento revividos pelo Senador, ao fazer fulgurar seus quadros que, êle, visivelmente emocionado, não continha o umedecer, mais brilhante do olhar e o comovido estrangulamento da voz, contínua e repetidamente apertada na garganta, com o eletrizante perpassar dos nervos em vibração. Confesso que, ao ouvir, muitas vezes, o Senador evocar, com o seu maravilhoso poder descritivo, alguns episódios históricos, os meus cabelos se eriçavam de entusiasmo, em mistura com a emoção nervosa, com que se me comunicavam todos aqueles sentimentos e tôda aquela vida, inoculados nas suas figuras, sôbre aquêle, que sabia sentir e transmitir a outrem os seus próprios sentimentos, como que, hipnotizando o auditório. O meu amor ao passado e o meu culto pelos grandes homens, derivam, de alguma maneira, dessas grandiosas lições. Eu tive um grande Mestre! Nunca ví ninguém viver tão intensamente o sentimento do Belo, do Magestático, do Grandioso, do Suave, do Poético, etc. como o Senador Ellis. Dir-se-ia que, tôda sua vida estava concentrada na obra prima artística,

que profunda e enraizadamente admirava. Nos Museus da Europa, quando juntos nos defrontávamos, com as grandes esculturas, os grandes edificios, os grandes monumentos, ou os celebrados quadros, que deram tanto renome aos gênios artísticos da Humanidade, o Senador Ellis falava, como uma torrente de sabedoria e sentimento e eu ficava horas e horas preso e acorrentado, mudo e extaziado ao fluído mágico, que me narcotizava ao verbo inflamado, que era a sua força de alma, com que o velho Senador me amarrava, ao tronco da emoção e do entusiasmo. Eram sentimentos, os quais, como descargas elétricas se geravam na alma de fogo do Senador e se transmitiam a mim. O Senador era como se fosse uma usina elétrica a dispender raios, paixões e entusiasmos, que contagiavam o interlocutor! Então, era de se admirar como aquêlê homem prodigiosamente ilustrado, quão sensível reverenciava o grandioso, o patético, como sabia compreender o harmonioso e o suave. Por isso é que, o Senador Ellis era um sentimental, tão em paradoxal contraste, com o seu porte severo, sempre trajado de escuro e com a sua fisionomia carregada, com o sobreceño vincado, a mostrar truculência e ferocidade! Apesar disso, o Senador era um autêntico romântico de 1830, de quando o velho Dumas, ou o louro Walter Scott apresentavam os seus heróis de capa e espada, ou de quando Lamartine cenificava a sua Graziela, ou de quando Byron pintava o seu "Giaour", ou seu "Corsario"! Dessa alma vibrátil e sensivelmente emotiva, bem casada com uma ilustração pouco comum, adquirida nas fartas leituras, sabiamente concentradas, nas décadas vividas no interior paulista, durante o que, Alfredo Ellis alternava o seu precioso tempo, entre o drama da abertura da lavoura cafeeira e a sua volumosa biblioteca; a imaginação prodigiosamente rica, que bordava tantas fantasias poéticas, burilava tantas jóias preciosas e rendilhava de côres tão variegadas e vivazes, quadros, cenas, episódios, personalidades, etc., que cinematizava jungidos, com oportunidade, aos assuntos básicos dos discursos, que proferia. Por ser um romântico de 1830, redívivo, é que o Senador Ellis procurava sempre resolver suas contendas dentro dos "canones" da cavalaria, dos "campos de honra", da "escôlha de armas". etc., dos quais êle sempre se mostrou fiel devoto, por meio de duelos, que para êle, profundamente convencido das regras do seu breviário, eram como que sacramentos, pelos quais só a morte dos contendores poderia lavar a honra ofendida. Assim, o Senador Ellis, com essa norma invariável de proceder, se evidenciava, destacado, dos últimos Abencerragens, que ainda rezavam no missal da cavalaria e do romance do velho Dumas, conservava ainda, um obsoleto e

desusado tom poético, que inebriou tôda sua vida de sonhador idealista, em mistura com o de espadachim espanhol! De fato, os duelos, que tentou levar a efeito, só não se materializaram, porque os seus antagonistas, o gaúcho e o paraibano não quiseram se bater, resolvendo o caso de outro modo mais pacífico e mais cômodo. . . Eis a explicação causal para a imaginação que, como opulenta palheta, coloria de evocações borbulhantes, tôdas as orações do Senador Alfredo Ellis. Como grande índice denunciador desse espírito, não podemos deixar de mencionar o discurso pronunciado pelo Senador Ellis na residencia de Ruy Barbosa, na noite de 19 de Setembro de 1921 :

COMISSÃO DE 21 DO SENADO PARA FELICITAR RUY BARBOSA

O Snr. Senador Alfredo Ellis começou dizendo que por ser o mais obscuro foi o escolhido pelos collegas para ser o portador da mensagem do Senado.

Outr'ora na alvorada do christianismo, seguindo rumo á estrella dos Magos encontraram o recém-nascido divino, offertando ao divino infante, incenso, ouro e myrrha agora elle trazia, mensageiro dos 21 Estados, ao grande Brasileiro ao maior de todos, o respeito, o amor e o affecto de todos ao grande e egregio filho.

Em vez de palheta de ouro, ou pedra preciosa, procurou, como dadi-va mais apreciada, num recanto de sua alma onde não tivessem tido entrada os gelos das ingratidões ou as ardenças crestadoras das desilusões, flores sem viço e sem brilho, mas com o perfume da Sinceridade para lhe offertar.

Foi isso que fez. Não traz joias de oratoria nem galas ou atavios de eloquencia, mas palavras singelas, palavras simples, que traduzam a linguagem do coração. "Elle vai fallar".

Nas montanhas da Suissa, do Matterhorn, do monte Pilatos, Grand Faucille, Young Frau ou Mont Rose, de todos os cumes, avista-se o Mont Blanc, sobranceiro a todos, com o seu diadema de prata alvinite de gelos eternos — na sua austera e serena majestade — assim tambem vós, Ruy Barbosa, tendes o diadema não de neve, mas de luz, como Mont Blanc da Sciencia e da Sabedoria, visto por todos, sobranceiro a todos em sua serena majestade, e com a realza que vos consagra o mais alto expoente da intelligencia de nossa raça.

Mais do que a admiração que me causou o fragor do Niagara despenhando-se sobre rochedos a pique em catadupas immensas de suas águas revoltas causou-me a moradia simples e modesta de Washington, em Mount Vernon, onde morou e morreu o grande pai da Patria.

Mais do que as geleiras das Montanhas Rochosas impressionou-me a espada de George Washington, que osculei — reverente, por ter sido o

instrumento com que foi libertada a grande nação, — o instrumento que serviu para plantar no sólo bendito a semente da liberdade. Mais do que as torrentes de lavas rúbidas do Vesúvio em ancias ígneas me fez estremecer e vibrar a alma a galleria de Raphael, a de Ticiano no Palacio dos Doges: — representava o vulcão iracundo no vasto scenario da natureza um monumento de eterna grandeza: os primores dos artistas, a obra dos genios na grandeza eterna, — producto da Scentelha divina, semente lançada pela mão do Creador na estrutura humana para significar e revelar sua omnipotencia.

Vós tendes a scentelha do genio, e é essa scentelha que com luz incomparavel, limpida, vos illumina, Senador na estrada que trilhastes desde a vossa mocidade até a idade madura.

O vosso occaso é mais grandioso, mais sublime, mais soberbo do que vossa alvorada.

Tendo todas as virtudes, sendo, como sois, o grande Apostolo, pergunta-se por que não fostes escolhido para a curul presidencial, quando obtivemos, meu obscuro nome ao lado do vosso, refulgente e brilhante, na convenção de 26 de Julho de 1913, os suffragios de mais de 600 municipios do Brasil — portanto, mais de metade dos municipios da Nação?

A razão unica é que os directores da politica jogavam, como ainda jogam, “com baralho de cartas marcadas”. “Era fatal”: a partida estava, de antemão perdida.

Amigo como sou de apologos, sobre a situação analoga, lembro-me de um applicavel ao caso:

Num Santuario de grande fama, no meu Estado, havia uma Nossa Senhora que attrahia multidões de fieis e de crentes, todos os annos. Os milagres que se succediam chamavam de todos os recantos populações de pobres e de ricos, que concorriam com seus oculos, ouro, prata, e até joias, voltando de mãos vazias. Os cofres se enchiam, todos os annos, sob as vistas cupidas do provedor da irmandade, do zelador do Santuario. Terminadas as festas, mandava elle ao sachristão fechar a igreja e dispor a respectiva mesa e baralho, para o jogo. — Voltava-se para a imagem da santa e propunha-lhe a partida de bisca — “pois estava terminada a festa”.

Excusado é dizer que, jogando com as cartas da Nossa Senhora e com as proprias, “em poucos lances” transferia para suas algibeiras o conteúdo dos cofres.

Concluida a tarefa, com voz contristada, voltava-se para a imagem da virgem e expressava-se, lastimando o occorrido:

“Estou muito espantado com o caiporismo da minha querida Nossa Senhora. Parece até incrível: Para o anno, espero que será mais feliz”.

A imagem, com a sua face de luz e com os laivos de tristeza, conti-

nuava, no seu nicho sobranceiro no altar, serena e magestosa, com o resplendor maternal illuminando o semblante divino num hallo de celeste clarão.

Tal qual o que vos illuminou a vossa consciencia, grande e egregio brasileiro, porque tendes, sempre e sempre, sido o defensor do Direito, o Apostolo do Bem, e o Advogado da Liberdade.

— Em uma tarde de Setembro após um dia inteiro de viagem, recordo-me haver chegado á embocadura do Tibre. Do lado direito Ostia. Por ahi, outr'ora, haviam passado triumphantes as frotas Romanas; á esquerda, a immensa campanha, em sua desoladora tristeza.

No céu opalino os ultimos raios do sol poente illuminando a cupola de S. Pedro, que repentinamente surgia, como por milagre, no meio daquelle scenario de infinita melancolia.

Erguia-se, erguia-se, contra o céu, em toda a sua magestade e grandeza, em contraste com a lividez da noite que se aproximava.

A obra prima de Miguel Angelo crescia e transformava-se em phanal, com os ultimos raios de luz do dia que expirava.

Pharol da christandade, attrahe e guia os povos para o ideal supremo que os anima, para a vida eterna, através dos seculos, como obra indestructivel do genio humano.

Afigurou-se-me agora que vós, tambem representaes symbolo semelhante, eminencia igual á da cupola da igreja de S. Pedro; uma é o phanal da christandade e o symbolo do christianismo, e vós sois o phanal da humanidade, illuminado pela luz irradiante e eterna da suprema Justiça e da suprema Liberdade dos povos e do mundo.

Salve Ruy Barbosa!

CAPÍTULO XXVIII

AS SUCESSÕES PAULISTAS

O século se inicia, em S. Paulo, com o problema da sucessão de Rodrigues Alves, que Campos Salles guindara á presidência da República. Como eu já disse alhures neste livro, Campos Salles, se esquecendo dos companheiros "*históricos*", que, com êle, haviam feito a República e, fazendo Rodrigues Alves seu sucessor, abriu as portas aos adesistas da União Conservadora, que, em massa, infiltrou a sua gente, nos altos postos da Nação. Foi Campos Salles o autor dêsse erro aparente, pois em S. Paulo havia muita gente, que tinha pertencido às fileiras da propaganda da Republica e estava em melhores condições que o Conselheiro Rodrigues Alves, para recolher a sucessão de Campos Salles, assim como Bernardino, Cerqueira Cezar, Rangel Pestana, Glycerio e outros. Mas, à vista de tanta insistência de Campos Salles, o Conselheiro Rodrigues Alves terminou por aceitar, apesar de haver escrito uma carta indicando o nome de Bernardino (1).

"Quando a esmola é muita, o pobre desconfia!"

Foi o que aconteceu a Rodrigues Alves, que, nobremente, relutou em aceitar a sua candidatura. Sim, porque, para o País, a escôlha do Conselheiro Rodrigues Alves foi muito boa, mas para S. Paulo foi má. O Conselheiro nada fez para o seu Estado! Não pregou uma só estaca em nosso território! Falase tanto na famosa "*influência paulista*", mas S. Paulo dela não tirou proveito nenhum! Além disso, foi o Conselheiro Rodrigues Alves, que, escolhendo o mineiro Affonso Penna, poz termo á essa famosa "*influência!*" Eu explico êsse ato de Campos Salles, que, sem dúvida foi um republicano da "*velha guarda*" dos mais esclarecidos e dos mais sinceros, de modo a justificá-lo inteiramente, da seguinte maneira:

Neste trabalho, está bem marcado, de como era descentralizador o grande propagandista da República. Êle ia até outorgar "*soberania*" aos Estados. Assim, Campos Salles concebia o Brasil, mais como uma Confederação de Estados livres. Isso já deixamos bem marcado, em outro capítulo. Além disso, o emi-

(1) — Essa carta do Conselheiro Rodrigues Alves a Campos Salles está publicada no "*Diário de S. Paulo*" de 3 de Julho de 1948, como parte de um trabalho oratório do ilustre Prof. Cardoso de Mello Neto, proferido por ocasião do centenário do Conselheiro Rodrigues Alves.

nente campineiro era profundamente paulista. Com isso, Bernardino, magno estadista paulista, já havia realizado no governo de S. Paulo, uma fecundíssima administração, demonstrando as suas altíssimas qualidades de homem de governo. Nada mais natural, pois que, Campos Salles tenha querido deixar Bernardino, seu velho companheiro, de mais de meio século das catacumbas da propaganda, o qual havia revelado as mais acentuadas qualidades de administrador, para S. Paulo, que, para êle, seria o que mais importava e para o suceder na União, tinha apelado para um homem da Monaquia, que iria apenas continuar, na União a sua norma de política financeira. Assim, se poderia entender o gesto de Campos Salles tirando do "*bolso do colete*", o nome de Rodrigues Alves. Para êle, a presidência de S. Paulo merecia o melhor, que seria Bernardino. Estarei certo? Indo para a Presidência da República, Rodrigues Alves, deixou a Presidência de S. Paulo e, então foi escolhido Bernardino de Campos, para, completar o quadriênio, que o Conselheiro deixara pela metade. Essa escôlha, porém, não foi pacífica. Campos Salles, que, ainda era Presidente da República, vetou o nome de Cerqueira Cezar, seu cunhado, dos mais dignos históricos, que havia sido um dos apóstolos magnos da propaganda republicana. Eliminando seu cunhado, Campos Salles, que vinha porfiando na famosa "*política dos Governadores*", quis evitar o escolho das oligarquias, começando pela própria família. Sacrificando injustamente a Cerqueira Cezar, que, por todos os títulos, merecia a suprema magistratura de nosso Estado, Campos Salles se esforçou por um nome, que poderia se opor, pelo menos sem deslustre ao de Cerqueira Cezar. Era o de Bernardino de Campos! Campos Salles se empenhou, então, para que, Bernardino fosse o sucessor de Rodrigues Alves, na Presidência do Estado. Esse foi, aparentemente, o "*prato de lentilhas*", que Campos Salles dera aos históricos, em troca do "*direito de primogenitura*", que êle conferira ao adesista Rodrigues Alves! Com isso, feito de maneira secreta, Campos Salles semeava ventos e iria colher tempestades, em 1907, no Salão Steinway! Então, êle seria derrotado, por outro adesista e teria contra si, o seu velho companheiro e amigo, Bernardino, a quem êle preterira, pelo Conselheiro!

Seguindo a uma mal inspirada política, Campos Salles, impondo em S. Paulo a pessoa de Bernardino, sacrificou Cerqueira Cezar. Isso motivou grandes descontentamentos no P.R.P., que se viu privado de elementos do mais subido valor.

Foi em 1901, que, com isso, teve lugar a primeira dissidência.

Bernardino governou até 1904, quando foi eleito Jorge Tibiriçá, para o período de 1904 a 1908.

A sucessão Tibiriçá, em 1907, também foi difícil! Então, dois eram os candidatos, que concorreram à votação prévia do Partido, antes de se fazer a indicação ao eleitorado. Era um processo novo, iniciado pelo Presidente Tibiriçá e que visava fazer o Partido escolher preliminarmente, em votação secreta, entre seus membros componentes, com mandatos estadual e federal. O chefe do Estado piratiningano, parece que, tinha em vista tornar mais democrática a escôlha do futuro mandatário do povo, por meio de uma eleição preliminar, dentro do Partido, reunido em Convenção, na qual todos os seus elementos manifestassem o seu ponto de vista, por meio de voto. Antes dessa inovação democrática, era o Presidente anterior, que, de fato escolhia o seu sucessor. Ora, êste meio, que existia, era francamente ditatorial, e a inovação representava um passo avançado no sentido democrático. Isso em teoria, porque na prática, como iremos vêr, o sistema antigo, em suas linhas mestras, continuou. Era uma tentativa de imitação das Convenções dos grandes Partidos norte-americanos, o Democrata e o Republicano.

Os dois candidatos à Convenção do P.R.P. eram Campos Salles, velho patriarca da Propaganda, que já fôra chefe da Nação e Albuquerque Lins, ex-monarquista, político novo, desconhecido nos meios dirigentes do Partido, pois nem sequer de S. Paulo êle era. Alagoano, ligado pelo casamento à família Souza Queiroz, da mais genuína estirpe paulista, Albuquerque Lins havia sido secretário do Governo Tibiriçá e talvez por isso, recebeu as acentuadas e decisivas preferências do então Presidente do Estado, que assim inutilizou a sua inovação democrática. Foi vencedor aquêle, que o então Presidente quiz. O victorioso continuou a sair do "*bolso do colete*" do antecessor, que continuou a ser o único eleitor. A Convenção não passou de uma farsa, com que se mascarou a vontade do único eleitor. Assim, tem sido todas as Convenções! Elas só tem servido, entre nós, para coonestar, com o selo da aparência, uma situação previamente estabelecida. Têm sido as Convenções, no Brasil, feitas com o único objetivo de homologar um nome já escolhido, com uma certa antecedência, pois que, a quase tôdas elas comparece um único nome. Escapou, em parte, à essa crítica, a que, em 1907, foi chamada a decidir, entre o grande apóstolo paulista da República e o nordestino Albuquerque Lins, apenas ligado a S. Paulo, pelo seu casamento em opulenta família, que teimava em se conservar fiel à monarquia bragantina. Ainda que, as preferências evidentes do Presidente Tibiriçá, fossem nítidas e des-

tacadas, para o seu secretário nordestino, havia a hipótese de ir êle ser batido na Convenção Partidária, pois que êle iria defrontar com um nome de grandeza himalaica, o qual enfeixava varios simbolos. Era Campos Salles um autêntico demiurgo da pléiade de "*históricos*". Para evitar isso, o notável político Rubião Junior, destacado e lúcido campeão da candidatura Lins, afim de burlar o voto secreto, inventou para os seus comandados as cédulas de côr azul, afim de se saber mais tarde, quais os que tinham votado fielmente no candidato do govêrno. Campos Salles, sem embargo de unguido de altíssimas credenciais, não conseguiu reunir em tôrno de sua aureolada pessoa, muitos chefes da "*velha guarda*". Assim, Bernardino de Campos, com os da sua grei, se alinhou entre os manípulos de Albuquerque Lins, cousa surpreendente, para a qual eu não encontro explicação! Talvez seja fruto de haver Campos Salles passado por cima do seu illustre nome, em 1901, escolhendo para o suceder na Presidência da República, o Conselheiro Rodrigues Alves. Essa teria sido a paga, ao que havia Campos Salles feito a Bernardino, em 1901. Não há dúvidas de que, Campos Salles aparentemente cometeu um êrro, ao preferir um homem da monarquia, embora illustre por todos os títulos, ao seu firmíssimo companheiro de ideais. Essa ação de Campos Salles precisa ser bem analisada, pois se me afigura ser um dos pontos mais importantes da história política da República. Que essa norma de ação de Campos Salles não foi causada pelo desejo de manter a "*influência paulista*", me parece evidente, pois Bernardino preencheria perfeitamente bem êsse resultado, além de poder ter sido o continuador da política financeira de Campos Salles. Mas, além, dêsse natural ressentimento, o qual teria levado Bernardino a se alinhar contra seu companheiro, ainda poderia ter havido outro. Quando da sucessão do Conselheiro Rodrigues Alves, em 1906, o nome de Bernardino de Campos foi naturalmente o amparado por S. Paulo. Estaria êle vitorioso e, com isso, a "*influência paulista*" teria continuado por mais um período e talvez mais ainda. Nessa emergência, os adversários, os invejosos do nosso Estado, foram buscar no "*Banharão*", a eminente personalidade de Campos Salles, para opô-la à de Bernardino, não tendo tido, como devia, o illustre campineiro a necessária energia, para repelir "*in limine*", essa intriga dos invejosos, adversários de S. Paulo. Assim teria sido facil, para o gaúcho Pinheiro Machado, torpedear a candidatura do emérito Bernardino, fielmente amparada por S. Paulo, mas mal escorada pelo Conselheiro Rodrigues Alves, então Presidente da República. Com Campos Salles, S. Paulo estaria dividido e portanto anulado! Assim, em 1907,

Bernardino ainda estaria maguado, com essa inércia de Campos Salles e na convenção do P.R.P., para eleição do sucessor do Presidente de S. Paulo, teria tido uma atitude perfeitamente lógica e explicável. Estarei certo? (2) Foi muito penoso para o Senador Ellis, não acompanhar, nessa emergência, o seu grande amigo Bernardino de Campos. O Senador Ellis estava rompido com Campos Salles, mas agora se tratava da defesa de muitos símbolos, que o ilustre campineiro encarnava. Não havia como hesitar! Foi assim que, o Senador Ellis ficou nas hostes de Campos Salles, nas quais estavam também Rodolpho Miranda, Lacerda Franco, Dino Bueno e outros além do insigne e genial Glycério, como eu me refiro abaixo. Com Albuquerque Lins se alinharam no prélio político, além de Bernardino, como vimos, os antigos dissidentes, que haviam reingressado no Partido, pelo famoso “*congraçamento*”, operado nos fins do Governo Tibiriçá. Além destes, Albuquerque Lins dispunha dos elementos do Coronel Fernando Prestes, que, dizem que havia sido levado a votar em Albuquerque Lins, a trôco da Vice-Presidência, que lhe havia sido conferida na chapa do monarquista, de Olavo Egydio, contra-parente da família a que se tinha ligado Albuquerque Lins, do nordestino Ignacio Uchôa e de outros mais. Além desses elementos, Albuquerque Lins, ainda, tinha o oficialismo a lhe bafejar, dando enorme força moral à sua candidatura, pois, Jorge Tibiriçá, se esquecendo do seu passado e dos seus maiores, fez enorme esforços a favor do seu ex-secretário. As hostes de Albuquerque Lins eram capitaneadas pelo emérito político Rubião Junior. Não pode restar dúvida de que eram duas concepções antagônicas, que iam se defrontar: os “*históricos*” de um lado,

(2) — Nessa ocasião, isto é, 1907, Campos Salles e Bernardino estavam rompidos, porque Pinheiro Machado, por ocasião da sucessão de Rodrigues Alves à presidência da República, em 1906, havia erguido o nome do “*solitário do Banharão*”, para se opor ao de Bernardino, paulista “*histórico*” como êle, o qual era o candidato aparente de Rodrigues Alves. Então, para destruir o nome de Bernardino, foi feita no Rio de Janeiro, principalmente pelos jornais e revistas, entre os quais “*O Malho*” de Antonio Azeredo, uma tremenda campanha de calúnias e de infâmias, contra o glorioso “*histórico*”, por duas vezes presidente de S. Paulo. Rodrigues Alves, se aproveitando disso, largou Bernardino, que teve de abandonar a arena, e indicou o nome de outro Conselheiro do Império. Então, Rodrigues Alves fez cessar a “*influência paulista*” só restabelecida em 1926, por Washington Luis.

Seria perfeitamente natural e humano o ressentimento de Bernardino!

com Campos Salles, representavam o espírito, do paulista de velha cepa, dêsse, que mais tarde, Alcantara Machado chamaria de “400 anos” e de outro lado, estavam os que não eram “*históricos*”, isto é os adesistas, os arrivistas, etc., que com os descontentes e os do mundo oficial, fizeram a grande massa dos eleitores de Albuquerque Lins, os quais, como já dissemos, ficaram bem marcados, pois votaram com cédulas azuis e em envelopes previamente fechados, sendo secretos os nomes votados. Secretos para os que votavam! . . .

Com Campos Salles, haviam ficado entre os muitos que o haviam acompanhado, os comandados pelo General Glycerio. Este era sempre o velho chefe das velhas quadras da propaganda. O General campineiro, pelo seu prestígio e pela sua imensa autoridade, arrastou consigo um exército de votos nessa Convenção. O Senador Ellis com o seu genro, o deputado Ripper, perfilharam o nome de Campos Salles, se alinhando, ombro a ombro com as tiufadias de Glycerio. O Senador Ellis não podia esquecer seu velho companheiro da propaganda republicana! Eu os ví reunidos na casa do Senador Ellis, na rua Santa Madalena; Campos Salles, com seu vulto másculo, mas já bem grisalho, com quem o Senador Ellis então reatava as velhas e íntimas relações de amizade, rotas com a política local de Rio Claro. Nove anos, desde o século passado, durara o mal-entendido do Senador Ellis com o grande apóstolo da República.

Com Glycerio, foi diferente!

O Senador Ellis nunca teve rompimento sério com o grande campineiro! Nem mesmo, quando Glycerio perfilhou o “*hermismo*”, abandonando o Partido, os dois paulistas se desavieram. Só no caso do Porto do Rio de Janeiro, houve uma leve rusga entre eles. Por ocasião dessa rusga, em 31 de Agosto de 1909, segundo os Anais do Senado Federal, o Senador Ellis assim se exprimia, em relação ao seu velho amigo e companheiro de representação:

“... O golpe, porém, me foi desferido pelo meu illustre collega, se não produziu mossa na minha armadura, feriu e bateu-me no coração, porque a nossa convivência tem vindo de 1859, até hoje, sem solução de continuidade; S. Ex. conhece minha vida, como eu conheço a sua e autorizo a S. Ex. a correr o velarium de tôda minha existencia, para examinar se nesses 50 annos quase em commum, batalhando nas mesmas fileiras e tendo em mente os mesmos ideais, encontra um só acto passivel de censura”.

Mas, apesar dessas ligeiras rugas passageiras, o Senador Ellis sempre foi muito amigo do General Glycério e essa estima foi conservada até o fim. Por ocasião da sucessão do Presidente Jorge Tibiriçá, ei-los no mesmo lado! O Senador Ellis não podia vêr um astro de primeira grandeza dos pródromos republicanos, como era Campos Salles, entrar na luta, sem que êle também "*arregaçasse as mangas*". Era o amigo certo na hora incerta! Assim, foram à Convenção do Salão Steinway! Campos Salles nela foi vencido por alguns votos! Injustiça! S. Paulo sempre praticou injustiças clamorosas, contra a sua gente mais dedicada! Essa não seria a primeira injustiça praticada por S. Paulo e nem seria a última! O próprio Senador Ellis seria uma vítima dessas injustiças! S. Paulo parecia Saturno a devorar os filhos! "*Santo de casa não faz milagre*"!

Ferido o pleito convencional, Albuquerque Lins venceu por 53 votos, contra 49, dados a Campos Salles. Terminado o pleito, os vencidos se submeteram a êsse iniquo resultado e não houve a menor frincha no Partido. Depois, Lins foi eleito e empossado, começando em 1908 o seu govêrno, que se notabilizou por uma linha inexcedível de cordura, de grandeza d'alma, de concórdia, de tolerância e de bondade! Nunca ví homem de maior generosidade, para com os vencidos! Êsse nordestino monarquista foi de fato o Presidente de todos os paulistas! Êle não guardou rancor de nenhum dos seus adversários de véspera, não obstante saber quais os que não o tinham acompanhado na Convenção do Salão Steinway, visto como as células azuis, marcadas por Rubião Junior, tinham violado o sigilo do voto, que deveria ser secreto! Com o Senador Ellis ocorreu um fato confirmador dessa admirável norma de conduta de Albuquerque Lins. Em 1909, isto é, dois anos após a Convenção, o Senador Ellis terminava o seu mandato senatorial. Êle fôra um dos mais esforçados campeões da candidatura Campos Salles. Lins poderia aproveitar a ocasião e tirar uma desforra, fazendo com que o Partido indicasse outro nome, para a renovação senatorial. Entretanto, o estofo moral de Albuquerque Lins era tão grandioso que êle, passando uma esponja no passado, fez o Partido indicar para a reeleição, o nome do Senador Ellis! Que exemplo admirável de grandeza d'alma!

Lins governou até 1912. Governou bem! Limitou-se a manter a continuidade administrativa! O fato máximo de seu govêrno foi a sangria no tezouro do Estado, causada pela campanha civilista, durante a qual o Estado manteve opposição ao Govêrno da União. S. Paulo, isolado, se manteve firme ao lado de Ruy Barbosa, contra o Govêrno central do Sr. Nilo Peçanha

e contra os demais Estados brasileiros. Ainda que, vencedor no Estado de S. Paulo, Ruy Barbosa tinha que perder no país todo. Em 1912, prestes a terminar o período de Albuquerque Lins, cogitou-se da escolha do seu sucessor. Ignácio Uchôa, ligado ao Presidente Lins, por laços de aproximado parentesco, dispunha então de grande prestígio e êle levantou nessa ocasião, a candidatura do Senador Ellis, para o período de 1912/16, o qual teve, para o sustentar, não só o decidido apóio de Ignácio Uchôa, mas também a simpatia do próprio Lins, que, sem ser um homem forte e combativo, era a suavidade e a tolerância personificadas.

Ao par disso, muitos elementos da classe estudantina, à frente dos quais estavam os estudantes de Direito, Clovis Botelho Vieira, Dolor de Brito Franco, Vicente Penteado, Antônio Define, Rubens Nocce, os Drs. A.A. Covello, Azevedo Soares, Demétrio Seabra, Cesar Vergueiro, Mucio e Cesar Costa, Eugênio Leuenroth e os estudantes de engenharia Luiz Pereira de Queiroz e João Carlos Fairbanks, uma das culturas mais aprimoradas, que tenho conhecido, etc., orientavam o público, (3). E' difícil de imaginar, como êsse movimento trouxe alegria ao Senador Ellis! Êle, constantemente amargurado pela indiferença silenciosa do seu Estado, do seu Partido, da

3) Esse movimento chegou a tomar vulto tendo sido publicado o seguinte manifesto:

CANDIDATURA ELLIS MANIFESTO

“ S'il faut avoir l'esprit fort pour garder chaque jour cette indépendence que requert la franchise, la raison en est qu'il faut en revanche une âme fortement trempée pour souscrire á l'indépendence des autres et ne point trop se fâcher de leur sincerité ”

GABRIEL BROMARD — Essai sur la Sincerité,
Paris, 1911.

O Estado de S. Paulo tem a nobre preeminencia de offerecer na vida de seus homens publicos o mais brilhante exemplo de acendrado esforço de civismo e devotação patriótica.

A austeridade tradicional de seus habitos e costumes e as solidas qualidades de caracter mantidas por uma educação patriarcal, tem sido os rincipaes elementos de sua tão brilhante como benefica cooperação nos destinos da nossa Patria; Feijó, Paula Souza, Andradadas, Alvares Machados, S. Leopoldo, Rodrigues dos Santos, Raphael Tobias e tantos

sua classe rural, do povo de sua terra, estranhava e sentia como que, um eufórico e generoso bálsamo a aliviar os seus padecimentos morais, causados pela chaga do esquecimento, a que estava relegado, em terra longínqua. Sim, como era consolador ser lembrado, para alguma cousa, principalmente pela generosa mocidade de sua terra!

Caso tivesse o Senador Ellis sido eleito para o quadriênio seguinte ao de Albuquerque Lins, teria êle sido um bom chefe de Estado? E' possível, pois administrar um Estado como S. Paulo, que tinha tôda sua máquina administrativa perfeitamente organizada e regulada, não me parece difficil. E' certo, o Senador Ellis não tinha a "tarimba" da carreira administrativa! Assim, Lins havia sido Vereador municipal e depois Secretário do Governo Tibiriçá; Rodrigues Alves e Bernardino, bem como Campos Salles haviam sido Ministros, antes de administrarem S. Paulo; assim, também, Altino Arantes havia sido Secretário do Governo Rodrigues Alves e Washington Luis havia sido Secretário de vários govêrnos estaduais e Prefeito da Capital. Com a situação nessas condições, parece que o nome do Senador Ellis foi vetado por elementos da antiga dissidência e por isso,

outros, constituem já um patrimonio nacional, de que com justiça nos ufanamos.

A esses grandes batalhadores pelo futuro da Patria alentaram sempre o conceito publico e as energias da opinião, o primeiro elemento da força e prestigio, como também a recompensa suprema do homem publico.

Felizmente para os destinos da nossa patria, essas grandes licções da nossa historia não são uma simples pagina do nosso passado. Ellas vivem no presente, representadas por uma pleiade de esforçados combatentes que cheios de fé dedicaram-se ao serviço da patria, essa, a mais nobre occupação do espirito humano, como, ha quasi meio seculo, evangelizou o glorioso presidente da Republica Franceza Thiers.

De entre estes nomes seja-nos permittido destacar como um dos mais preclaros, o nome do Senador ALFREDO ELLIS, já consagrado pelos applausos da opinião, não só em nosso Estado, como em todo o Brazil.

Assim aos patricios, aos dignos eleitos da nossa terra natal viemos apresentar o nome de ALFREDO ELLIS, o legitimo candidato da democracia paulista á presidencia do culto e livre Estado em que tivemos a incomparavel fortuna de nascer.

Entre os indicados, nenhum excede, em serviços e em dedicação á causa publica, o excelso nome de ALFREDO ELLIS.

Sua vida é um precioso escritorio de serviços á Patria e de virtudes

a situação nestas condições, parece que, o nome do Senador não conseguiu reunir o “placet” dos antigos chefes — diretores do P.R.P., entre os quais Rubião Junior.

Nessa emergência, completamente desambicioso e sempre super-estimando a sua posição no Senado Federal, que considerava a mais elevada na República, depois da Presidência do país, embora profundamente ferido, pela maneira rude, pela qual seu nome fôra vetado, o Senador Ellis retirou o seu nome de qualquer cogitação, mas impoz o nome do Conselheiro Rodrigues Alves, que seria aceito por todos, mormente por Rubião Junior, (4). O Conselheiro, com o seu temperamento suave e acomodaticio, reunia muito mais dedicações, que o Senador Ellis, que, hispido, franco, agressivo e pouco sociável, era como que, um “*cardo vivo*”. Parecia que, o Senador Ellis tinha adotado a legenda da Lorena francesa: “*Quy se frotte, se pique*”.

Assim, Albuquerque Lins não teve remédio, senão aceitar o nome do Conselheiro Rodrigues Alves e o Senador Ellis dizia envaidecido:

“Os dissidentes vetaram meu nome, dizendo que, aceitariam o de qualquer carroceiro, para governar S. Paulo, menos a mim. Eu não quiz

civicas, offerecendo a velha e a nova geração o fecundo exemplo de uma existencia honrada e de uma vida toda votada ao culto da justiça e dos nobres ideaes.

ALFREDO ELLIS nasceu na cidade de S. Paulo, a florescente capital do nosso grande Estado, estudando os seus preparatorios, no Curso Anexo á Faculdade de Direito.

Passou depois a estudar as sciencias medicas na Universidade de Pennsylvania, a velha instituição de ensino superior fundada desde os tempos coloniaes na cidade de Philadelphia, e de fama Universal.

Ali, aprimorou o seu espirito, enriquecendo-o ao mesmo tempo na contemplação das virtudes pessoas e civicas desses inexciveis Estadistas, os puritanos e patriarchas que vieram para o Continente Americano fundar uma civilização nova, abolindo a aristocracia e a nobreza politica e substituindo-as pela supremacia da capacidade intellectual e da dignidade moral.

E essa inextinguivel impressão, jamais se lhe apagou do espirito. Este, elle o nutriu nessa atmospha, moldando-o para sempre no ensinamento dos patriarchas e dos fundadores da democracia norte-americana.

Caracter de firme luctador, ALFREDO ELLIS logo que regressou ao Brasil deu provas do seu valor moral. Assim, pertencendo a uma das familias mais estimadas do nosso Estado, ligado por estreitos vinculos

provocar lutas, por uma posição que não almejo, pois considero que, já estou colocado em alto nível, mas, em compensação elles tiveram de engulir o Rodrigues Alves, como quem engole ouriço de cabeça para cima! Logo verão que, Rodrigues Alves ha de me vingar!”

A desforra do Senador Ellis iria se manifestar em 1915. Eis que, ficou firme a escôlha de Rodrigues Alves, que, eleito, governou de 1912 a 1916. Foi um bom govêrno, porque êle se limitou à continuidade administrativa. A única cousa de novo; feita pelo Conselheiro, foi a fundação da Faculdade de Medicina. No resto, êle se limitou a rotina administrativa, que o consagrou como um bom governante. Sim, porque, em S. Paulo, não é preciso que, o govêrno faça cousas novas. A nossa terra cresce por sí! A sua maravilhosa “*vis propulsiva*” não a deixa parar, mesmo sem a iniciativa official.

Mas se o govêrno do Conselheiro nada realizou, em S. Paulo sob o ponto de vista administrativo, no quadrante político, a sua atuação no cenário Federal foi dinâmica! Sim, no govêrno Lins, com o desfêcho da eleição Hermes, S. Paulo ficou em péssima postura, sangrando hemorragicamente o seu Tesouro, para sustentar a causa poética de Ruy Barbosa. Rodrigues Alves fez

de parentesco a Rodrigo Silva, ao Barão de Tietê e ao Visconde de Cunha Bueno de quem éra genro, preferiu abrir o seu consultorio e clinicar na cidade de S. Paulo, a conquistar posições salientes na politica monarchica. Recusou-as sempre que lhe foram offerecidas, nem sequer aceitou qualquer logar technico ou profissional dependente de nomeação do Governo Imperial.

Entre os encargos da sua profissão, onde as almas sãs e os corações generosos encontram vasto incentivo e multiplas opportunidades para a pratica dos deveres altruisticos e para a revelação dos predicados moraes que exalam e elevam a creatura humana, e os perigos do apostolado politico onde o doutrinador republicano punha a cada momento em risco a propria vida, entre as responsabilidades da clinica medica e os desassocegos da sorte intranquilla do propagandista desse “Novo Evangelho dos povos”, ALFREDO ELLIS dividiu o seu tempo e partilhou a sua existencia.

Que bella e admiravel a vida desse “puritano” paulista! Rejeitando os proventos e as posições com que os partidos dominantes no Imperio então lhe acenavam, ALFREDO ELLIS muda-se apoz a lei Saraiva, para o Rio Claro.

O dedicado amigo e fiel companheiro de Paulino Carlos de Arruda

cessar essa dolorosa situação. Foi um grande serviço, que o Conselheiro prestou! Talvez o único que tenha prestado a S. Paulo! Com Rodrigues Alves, felizmente, S. Paulo saiu dos braços narcotizadores de Ruy Barbosa e realisticamente aceitou o nome de Wenceslau Braz, indicado pelo mineiro Júlio Brândão, para suceder o Marechal Hermes, com a condição de, após o quadriênio, em 1918, Minas apoiar o nome, que, fosse indicado pelo P.R.P. Esse plano, que eu acho acertado materialmente, obrigava a um procedimento, que não poderia recomendar os seus autores pela perfeição de suas linhas morais! Significava isso que, S. Paulo, absolutamente incoerente com o seu passado, virava casaca e adotava o velho e estafado princípio de "*Adorar o que queimara e queimar o que adorara*". Isso era um remédio amargo e repugnante que o Partido, então dirigido pelo seu "leader", hábil, inteligente político, o Sr. Rubião Junior, iria impôr aos seus membros. Seria preciso, que, os paulistas parlamentares, no Rio, não tivessem vergonha, para aceitar uma orientação partidária, que os deixava mal perante o público, acostumado a vêr neles orientação civilista. Acresce a isso que, o P.R.P. tomou essa decisão importantíssima, de uma reviravolta completa na sua orientação política, a qual sujeitava os paulistas

Botelho, vae para ali em pleno Imperio, chefiar o partido republicano em companhia de Gualter Martins, Diogo Salles e Paula Machado.

Traçando em 1894 o "Esboço Biographico do Doutor ALFREDO ELLIS", escrevia o eloquente Libero Braga:

"Na época em que os benemeritos continuadores da humanitaria e gloriosa obra — Redenção dos Captivos, iniciada pelo immortal Rio Branco, desfraldado o lábaro sagrado dessa cruzada santa e bemdita, que, bafejada pelas auras da liberdade, tremulada aos quatro pontos cardeaes da nossa querida Patria; nessa época em que esses benemeritos obreiros do bem, em propaganda franca, energica, poderosa, decisiva, qual avalanche que destroe a todo o obstaculo que encontra em sua passagem, defendia, reivindicavam o sagrado direito de liberdade dos miseros escravizados pela prepotencia, pela indignidade, pelo "direito da força"; nessa época, o Dr. Alfredo Ellis não se fez esperar, não consentio que ninguém lhe tomasse a vanguarda no cumprimento desse grande dever; e assim foi elle o primpeiro lavrador do rico municipio de Rio Claro que, fazendo côro com aquelles benemeritos abolicionistas, ergueu o brado de redempção, libertando incondicionalmente a todos os seus escravos em numero superior a cincoenta.

Acto como este, tão humanitario quanto generoso e nobre, não podia deixar de ser de consequencias beneficas. De facto, ao seu nobilissimo e

ao escárneo público, sem ter ouvido ninguém. Essa deliberação, tão grave ela era, pois implicava em verdadeira traição, não havia sido tomada democraticamente, em Convenção partidária. Não se poderia citar procedimento mais arbitrário e ditatorial, que êsse. Um “*soviet*” de cinco ou seis apaniguados políticos dos Srs. Rodrigues Alves e Rubião Junior resolviam o rumo e não tomavam o pulso do Partido, transformado em propriedade privada. Por certo, o plano tinha grandes vantagens materiais. Eu considero mesmo, de imensas vantagens materiais, mas os dirigentes de então, êsses, que governavam o Estado e o Partido, assumiram uma gigantesca responsabilidade de reduzir a representação paulista nas duas casas do Parlamento nacional, à situação miserável de eunucos morais, a defenderem uma indignidade. Essa gigantesca responsabilidade deveria ter sido diluída, por todo o Partido em Convenção. Os “*veteranos*” do Partido não poderiam deixar de ser ouvidos. O Senador Ellis, que vinha dos primórdios dos ideais da propaganda, mereceria muito mais consideração de, ao menos, ser ouvido. Mas ninguém o foi! O Partido quiz impor essa diretriz à representação federal! Nem todos aceitaram o frêio! O Senador Ellis, que era um dos mais graduados do P.R.P. sentira profundamente o açoitado da descon-

alevantado exemplo, geralmente aplaudido e imitado, deve o Rio Claro a gloria de haver sido o primeiro municipio agricola da então provincia de São Paulo que iniciou, estabeleceu e festejou, a 5 de Fevereiro de 1888, a completa emancipação em seu territorio”.

O municipio de RIO CLARO, festejando em Fevereiro de 1888, a completa extinção do escravismo dentro dos limites de seu territorio, mandava plantar no pateo da matriz da cidade a “Arvore da Liberdade”; e, republicanos dedicados e energeticos, os defensores da liberdade naquelle glorioso municipio paulista, levavam os seus principios liberaes a conclusões logicas. Porque a sua flammula de combate, sustentada por mãos vigorosas quaes as do integro ALFREDO ELLIS; se desfraldava ao mesmo tempo contra o regimen monarchico e contra o systema escravista.

Chefe dos historicos, naquelle importante municipio, considerado um dos mais poderosos reductos do partido republicano da antiga provincia, coube-lhe, em 16 de Novembro de 1889, a honrosa missão de proclamar a Republica no edificio da Camara Municipal do Rio Claro por entre aclamações entusiasticas do povo “rio-clarense”.

Não fora sem risco essa missão. O delegado de policia da localidade, armado e cercado da força publica, até aquelle momento obediente ás suas ordens, se obstinava em manter a autoridade do seu cargo e em desobe-

sideração. Galeão Carvalho também não aceitou o freio partidário! Por isso, o velho apóstolo da causa republicana, dizia no Senado, na sessão de 19 Julho de 1913:

“... ha de me permitir S. Ex. que eu diga com a máxima franqueza de velho republicano, que não me submeto absolutamente á resolução da comissão directora do Partido, não adopto e nem posso adoptar dignamente a candidatura do sr. Wenceslau Braz á presidencia da Republica.

Sr. Presidente, o povo sabe querer e sabe o que quer. O ostracismo não nos apavora e mais, Sr. Presidente, não temo injustiças daquelles que vem dizer que S. Paulo se vendeu por seis mil contos. S. Paulo não compra e nem vende.

Vozes — Apoiados

O Sr. Pires Ferreira — Poderá não comprar, mas não se vende.

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, ha uma certa analogia entre a estrutura do povo mineiro e a conformação geológica de suas montanhas. Nellas prevalece o ferro, nos seus veios de agua as pedras, as gemmas preciosas, os diamantes. Ha entre as duas certas analogias.

O povo mineiro que tem nas suas convicções e no seu caracter a rigeza do aço de suas montanhas e as qualidades diamantinas dessas pedras preciosas, tão abundantes naquella zona abençoada, não há de recuar de

decer ao novo regimen; mas teve de recuar ante a energia e coragem de ALFREDO ELLIS.

Fazendo parte, ao lado de PRUDENTE DE MORAES, da Comissão Executiva do antigo 8.º districto, conjuntamente com os de CEZARIO MOTTA, PAULINO CARLOS, MACHADO DE CAMPOS E DIOGO SALLES, o seu nome foi incluído na lista dos deputados á I.a Constituinte Republicana, e sagrado pela victoria nesse memoravel pleito de 15 de Setembro de 1890 em que o grande plebiscito nacional valeu pela homologação das novas instituições.

Na Constituinte Republicana, ALFREDO ELLIS, desejando firmar o predomínio dos governo civis, dera o seu voto a PRUDENTE DE MORAES, o inesquecível patricio, cujo nome ha de sempre, ser indicado á imitação dos Posteriores como prototypo de virtudes cívicas e de integridade inquebrantavel.

Assim, quando a 3 de Novembro de 1891 o Presidente da Republica dissolveu o Congresso, era a casa de Alfredo Ellis o santuario em que se proclamava a defesa da lei e da ordem constitucional com a primeira reunião dos congressistas dispostos á resistencia e a reacção.

Alli se encontravam entre outros, PRUDENTE DE MORAES, ARISTIDES LOBO, JOSÉ HIGINO, BERNARDINO DE CAM-

lucta, por honra sua, assim como o povo paulista, Sr. Presidente, não recuará, por dignidade nossa, pelos brios da Republica, porque se esse pequeno conclave pretende voltar e tem a nostalgia do captiveiro, nós paulistas só nos deixamos escravizar por um ideal, pelos mesmos dos antigos bandeirantes — a riqueza, o renome, a gloria de nosso Estado”.

Além do máu contôrno moral do plano, que representava um autêntico ato de felonía política, havia ainda uma faceta do plano pela qual êle se achava colorido, ainda mais profundamente das côres negras da odiosidade. Suspeitava-se e depois, se verificou, com justo fundamento que, a reviravolta da orientação política de S. Paulo havia sido levada a effeito, não em beneficio de São Paulo, nem dos cofres públicos estaduais, mas sim visando uma situação futura, que iria bafejar unicamente a pessoa do Sr. Rodrigues Alves, o qual deveria ser indicado, quando chegasse a vez de S. Paulo oferecer um nome. Seria o Sr. Rodrigues Alves, enfim, quem iria receber o preço, recolher o beneficio e o decidido apoio, que S. Paulo se obrigava a dar, ao nome do Sr. Wenceslau Braz. Seria êle, em síntese, o beneficiado, com a traição à Ruy Barbosa. Êste, a meu vêr, é o lado mais sombrio do plano. Sim, porque, quando os fins são justos, os meios, às vezes, são aceitá-

POS e CAMPOS SALLES, chefes da opposição parlamentar e decidiam-se á luta contra o governo dictatorial.

Derribado pelo movimento libertador de 23 de Novembro de 1891, o Marechal Deodoro passava o governo a Floriano Peixoto e os chefes paulistas se deliberavam igualmente a restabelecer em S. Paulo o regimen constitucional.

AMERICO BRASILIENSE havia adherido ao governo dictatorial e associara-se a este politico.

Resolveram, por isso, os chefes da democracia paulista, obedecendo ao pensamento dominante entre os republicanos daquela nossa gloriosa “Virginia” substituíl-o pelo então Vice-Presidente CERQUEIRA CESAR, o cidadão illustre que, ha tão poucos dias, a morte arrebatou para immortalisal-o na memoria e na gratidão dos nossos conterraneos.

Para essa tarefa, era indispensavel um patriota de qualidades exceptionaes.

PRUDENTE DE MORAES, BERNARDINO DE CAMPOS e CAMPOS SALLES encontraram-nas em ALFREDO ELLIS cujas peregrinas faculdades de espirito se alliavam a inexcediveis condições de coragem e energia.

Assim como nos tempos da escravidão, “Rio Claro” fôra a vanguarda dos libertadores, assim também “cabe áquella altiva cidade, thea-

veis, mas, quando os fins não são do interesse geral e só visam o benefício particular de uma pessoa, ou de uma família, os meios, antes de serem adotados, devem ser muito pesados, para que não se vá sacrificar a posição moral de muitos, em benefício de uma só pessoa ou de uma família, por mais eminente, que ela possa ser. Aplicando-se esse raciocínio, feito em tésé, à hipótese paulista, temos que, se a reviravolta política objetivasse a situação de S. Paulo, então, eu a aprovaria, uma vez que, o P.R.P. fosse reunido em Convenção, na qual todos teriam o direito de ser ouvidos e de democraticamente votar. Sim, porque não há partido democrático, que tenha o direito de privar alguém de qualquer parcela de seu patrimônio moral ou material, sem o ouvir. Caso essa diminuição de patrimônio moral ou material tenha por objetivo um bem geral, essa imposição de diretriz política poderá ter lugar, mas só depois de ouvidos os interessados e estes nisso aquiescerem. No caso, porém, parece que, o interesse geral, ou o “bem” de S. Paulo, não era o objetivo do P.R.P. e sim o interesse pessoal de um respeitável cidadão, ou o da sua família. Assim se justifica, amplamente, a atitude do Senador Ellis, se rebelando, contra a orientação partidária, a respeito da qual, êle não fôra ouvido. Como eu disse acima, em S. Paulo, o Conselheiro Rodrigues Alves

tro de tantos feitos brilhantes da democracia, honroso lugar em a nossa historia politica, porque partiu do seu seio o primeiro brado de revolta contra um governo que se tornou inconstitucional, brado esse seguido de um levantamento geral e efficacismo no Estado.

O promotor dessa notavel evolução, que então modificou, que transformou inteiramente a face politica do Estado de S. Paulo — escreve Libero Braga — Foj o Sr. ALFREDO ELLIS”.

ALFREDO ELLIS promovera a Revolução, desarmara a guarnição militar, agindo com energia e rapidez para evitar o derramamento de sangue e o povo de Rio Claro mandou erigir, em frente ao Paço Municipal, logar em que fôra desarmada a tropa, um monumento de granito commemorativo da victoria da Constituição.

No exercicio do seu mandato de deputado, ALFREDO ELLIS fôri sempre um advogado tenaz dos contribuintes, da lavoura, das classes servidas pelas estradas de ferro, pelas docas, etc.

A sorte do commercio e da lavoura do nosso Estado sempre foram a sua principal preocupação. Assim foi o autor do projecto creando a Alfandega em S. Paulo, installada sob a presidencia de Prudente de Moraes; promoveu o alargamento da bitola da Central desde Jacarehy até S. Paulo, e os melhoramentos no edificio do Correio da capital do nosso Estado; profligou o escandaloso accordo com a Leopoldina Railwal;

governou bem. Em 1915, aproximando-se o termo do quadriênio, cogitou-se de escolher o sucessor para o período seguinte. O Conselheiro Rodrigues Alves não escondia suas preferências a favor Rubião Junior. Mas este lamentavelmente faleceu antes de se iniciar qualquer demarche. O Partido, reunido, em Convenção, escolheu, então, o nome de Altino Arantes, que fôra Secretário do Interior, do Governo do Conselheiro Rodrigues Alves. Era a vitória dos moços, pois o indicado tinha menos de 40 anos. Grande nome o do sr. Altino Arantes! Inteligência cristalina, lúcida, ilustração literária difficilmente igualada, bom senso, visão política, discernimento, grande dose de tolerância, de paciência e de bondade se reuniam em justo equilibrio. Mas, não transparecem evidenciadas as qualidades, se estas não tiverem, para as contrabalançar, um fundo de defeitos e de imperfeições. O Sr. Altino Arantes tambem os tinha! Ele era um fraco e um pessimista! Mas, no conjunto, pode-se dizer que, as qualidades eram em muito maior número do que os defeitos. Altino Arantes foi, sem dúvida, uma excelente escôlha! Ele era, acima de tudo, e em síntese, um virtuoso tolerante! Apesar disso, nem todos os componentes do Partido concordaram com a escôlha! Muitos a ela

combateu os abusos da Companhia Docas de Santos, esse polvo que tanto sugava o producto do trabalho paulista; e, o que releva notar como seu maior padrão de gloria e melhor documento dos seus serviços ás classes productoras do paiz; foi o auctor do primeiro projecto de protecção á lavoura cafeeira e da valorisação do café.

ALFREDO ELLIS foi, de facto, o primeiro representante de S. Paulo que se lembrou de valorisar o café. Na sessão de I de Junho de 1903, no Senado Federal, ALFREDO ELLIS proferia, em justificação do seu projecto as seguintes palavras:

“ Para salvar o Banco da Republica, envolvido e comprometido no jogo da Bolsa, o Congresso Nacional decretou um auxilio de 100.000:000\$000 de “bonus”; para salvar o Banco da Republica, o governo passado concedeu a emissão de 120.000:000\$000 de inscripções, que outra coisa não eram sinão papel moeda — todos os sacrificios, emprestimos, concessões, perdões de divida e até o credito do Paiz!

Tudo, tudo foi pouco para salvar da ruina aquelle instituto de credito; entretanto para a lavoura, que é a grande creadora desse credito, para a lavoura que é a classe que mais contribue para a prosperidade, para a riqueza e grandeza

se opuzeram e importante fracção de políticos paulistanos saiu do P.R.P., formando, o que se convencionou chamar, segunda dissidência. Entre os que saíram do Partido, estavam os srs. Mesquita, Cincinato Braga, Adolpho Gordo, Raphael Sampaio Vidal, Paulo de Moraes Barros, Cesário Bastos, Prudente de Moraes Filho, Nhonhô de Moraes Barros, João Sampaio e outros, que, intolerantes e intransigentes, se conservando sempre apartados, formaram o germe, que mais tarde resultou no Partido Democrático e mais tarde ainda o Partido Constitucionalista. Era uma parcela importantíssima da intelectualidade paulista! O quadriênio Altino foi um ótimo período na evolução paulista! Só a encampação da Araraquarense e a volta da Sorocabana, para o domínio do Estado, são atos, que engrinaldam de glória e enchem um quadriênio!

Na política nacional, porém, a meu vêr, agiu mal o Sr. Altino. Em 1917, terminava o seu tempo o sr. Wenceslau e, pelo acôrdo de 1913, o qual se convencionou chamar a política do "*café com leite*", S. Paulo deveria fazer o seu lance! Chegara a sua vez! Não procedeu como devia o sr. Altino, que estava naturalmente indicado para ser o nosso candidato. Talvez, o sr. Altino tenha agido assim, por modéstia, desambição, timidez ou

do paiz, — NADA, ABSOLUTAMENTE NADA SE TEM FEITO!!!...

Por esse motivo entendi, snr. Presidente que devia apresentar, nesta Casa, o projecto que vou ler e remeter á mesa.

Tenho a convicção de que poderá resolver a situação politica que atravessamos confianda a sua execução ao critirio do honrado e illustre snr. Presidente da Republica".

Feito esse vibrante appello ao Congresso Nacional o Sr. ELLIS submettia á deliberação do Senado Federal o seguinte projecto, cuja transcripção integral é indispensavel:

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a promover, de accordo com os Estados productores, com capitaes nacionaes ou estrangeiros, os meios de defender e valorisar o café.

Art. 2.º Fica o Governo autorisado a fazer as operações de credito necessarias para a execução da presente lei.

Art. 3.2 Revogam-se as disposições em contrario".

Sua energica campanha contra os abusos da poderosa "Companhia Docas de Santos" fixou época na nossa historia parlamentar e não se perdeu inutilmente. Ecoou na alta administração do paiz e nos tribunaes,

gratidão, para com o velho Conselheiro Rodrigues Alves, que estava então com 70 anos de idade, na ante-sala da agonia e, portanto não mais em estado de ser novamente presidente da República. Foi assim indicado para isso, o Conselheiro Rodrigues Alves, pelo sr. Altino Arantes! Eis um ato insensato, o de apresentar o nome do ancião Rodrigues Alves, quando esse velho Conselheiro já deveria estar gozando de merecida aposentadoria! Faltou ao sr. Altino Arantes aquele cabotinismo, que projeta, em dóse elevada o egoísmo, em conúbio com a egolatria e com o egocentrismo! Errou tremendamente o sr. Altino! Fez S. Paulo perder a vez! Terá algum dia o sr. Altino a absolvição dessa sua cincada, que tanto prejudicou a nossa terra? Sim, prejudicou, pois o Conselheiro Rodrigues Alves, que já apresentava sintomas evidentíssimos de quênão iria durar muito, havia escrito, anos atrás, uma carta a Ruy Barbosa, dizendo então que, já não estava em condições de ser Presidente da República, (5). O Conselheiro, indicado por S. Paulo, foi eleito, mas, desgraçadamente, para todos nós, faleceu sem haver assu-

e é de esperar que, subindo ao governo de S. Paulo, o seu esforço moralizador não se esvaírá sem resultado, porque, elle proprio o disse, no seu patriótico discurso de 12 de Maio do anno passado:

“ Todos conhecem a minha indole, o meu temperamento brando e affectuoso quando se trata de assumpto exclusivamente politico. Ninguém mais tolerante do que eu — appello para a opinião e consciencia dos meus illustres collegas. Quando, porém, se trata de assumptos de ordem economica, de ordem administrativa, que affectam ou possam affectar o interesse publico, não deixo absolutamente de occupar a tribuna e estar na brécha ”.

ALFREDO ELLIS, discurso no Senado Federal em 12 de Maio de 1910.

E, certamente, S. Paulo terá á frente do seu governo a “ probidade administrativa ” aliada á “ justiça governamental ”, a mais escrupulosa rectidão, conjugada com o mais accentuado espirito da magnanimidade da tolerancia politicas, si ALFREDO ELLIS merecer a escolha dos nossos politicos.

A autonomia do nosso Estado encontrará nelle o mesmo advogado austero e incorruptivel como se tem revellado em sua nobre attitude no Congresso Nacional.

Os 80.000 votos com que o povo paulista em 1909 reelegia Alfredo

mido sua alta investidura. Naturalmente, Rodrigues Alves, homem modesto e virtuoso, devia ter uma nítida visão da situação e assim, não teria sido autor dêsse desprimôr inqualificável, acumulando com dólo premeditado, tão cheio de más consequências, para nós paulistas. Quem teria, então, agido nesse sentido? Quem teria, então, se aproveitado do feitio moral, modesto e fraco do eminente senhor Altino Arantes? Quem o teria levado a indicar o nome do sr. Rodrigues Alves? Certo, o sr. Altino Arantes tem a sua responsabilidade atenuada, mas não derimida, pela sua configuração moral, de homem de fraca volição e de modéstia, em dóse super elevada. Uma outra pessoa deveria ter, abusivamente, imposto a sua vontade mais forte, ao illustre Presidente paulista, que gravemente pecou por não ter resistido. Quem seria essa pessoa? Eu não averigui, quem teria sido então o “*leader*” da bancada federal. Teria sido êle?

Em 1919, estando prestes a terminar o período do sr. Altino Arantes, o Partido deliberou que, o sucessor seria o sr. Was-

Ellis senador do nosso amado e grande Estado, exprimiram o nosso adeantamento intellectual, o nosso progresso material, o escrupuloso zelo da nossa intelligente collaboração nos destinos da Republica e os republicanos paulistas que suffragaram o nome do velho chefe de Rio Claro devem ufanar-se da hombridade vigilante com que no Congresso Nacional, elle se tem destacado na brécha pela defeza dos bons principios e das boas causas.

O propagandistas que, ao lado de Prudente, Bernardino e Rangel Pestana, andava de cidade em cidade pregando a santa cruzada da Redempção politica; o abolicionista que sacrificava o seu patrimonio para servir aos seus ideaes da justiça e do humanitarismo; o patriota que abria a bolsa e se arruinava sacrificando e empenhando toda a sua fortuna na fundação de batalhões patrioticos para a defeza da Republica no tremendo periodo da conflagração e das luctas que foi o bienio de 93 a 94; e o cidadão sempre dedicado na tribuna parlamentar aos dogmas e aos principios da fé republicana, de que, sempre e desde os primeiros albores da juventude, se constituiu sacerdote vigilante; o intransigente adversario dos abusos; o advogado dos interesses legitimos do trabalho e da producção nacional; filho dilecto do Estado de S. Paulo, orgulho dos seus patricios e gloria da nossa terra natal, não póde ser esquecido pelos suffragios de um eleitorado intelligente, e cujo valor certamente resulta dessa admiravel

hington Luis. Grande e felicíssima escolha, pois o alvo dela, era um notável administrador, conhecendo todos os problemas paulistas! Homem ungido de inexcusável e impecável dignidade, aliava a isso, uma têmpera de aço, inamalgável e um espírito de paulistanismo admirável, mesmo porque êle não era paulista de nascimento. Todos recordavam emocionados a firmeza de Washington Luis, Secretário da Justiça no Govêrno Albuquerque Lins, enfrentando o Govêrno Federal do Marechal Hermes da Fonseca, quando êste intentava levar a efeito a ignominiosa intervenção federal em S. Paulo! Eu não oculto a minha tendência em enaltecer o sr. Altino Arantes! Eu não me canso de admirar o seu talento e a sua tolerância, além de haver herdado a dedicação, que o Senador Ellis lhe devotava carinhosamente, durante 20 anos, da última quadra da sua vida! Cresci e formei o meu espírito, nessa atmosfera de amizade, que a minha família dedicava ao sr. Altino Arantes.

Louvo muito o sr. Altino na diretriz, que deu ao Partido, dêste escolher o sr. Washington. O antigo Secretário da Justiça, o ex-Prefeito da nossa "*Paulicéia*" seria o futuro Presidente do Estado. Êste, entre as suas realizações, iniciou a rêde rodoviária do Estado. Bastaria isso, para tornar benemérito o nome do sr. Washington Luis!

Em 1923, cuidou o P.R.P. da sucessão presidencial do

educação política inspirada nas lições da virtude e da justiça que lhe foram dictadas pelos prégadores da nossa Democracia.

Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1911 (Rua da Assembléia, 123 — Sobrado)

PELO COMITÉ REPUBLICANO SENADOR ELLIS

BARÃO HOMEM DE MELLO.

BARÃO DE PARANAPIACABA.

GENERAL MANOEL JOAQUIM GUEDES.

DR. AUGUSTO SARAIVA.

ANTONIO DE CASTRO LIMA.

JULIO BERTO CIRIO.

MARCILIO DE TOLEDO PIZA E ALMEIDA.

MIGUEL ANTONIO DA SILVA BRAGA.

ALDOVRANDO GRAÇA.

Estado. Esta, seria tempestuosa, pois muitos elementos da representação federal, queriam que, o escolhido fosse o sr Alvaro de Carvalho, da bancada federal de S. Paulo. Formou-se então, ao redor do sr. Washington Luis, uma forte corrente, composta do sr. Dino Bueno, Ataliba Leonel, Julio Prestes e outros, que, ao sr. Alvaro de Carvalho, opuzeram o nome do sr. Carlos de Campos, filho do velho Bernardino, apóstolo magno da República. Ora, Carlos de Campos era um nome, para desarmar qualquer opposição! Talento admirável, com magnífica cultura jurídica, literária e filosófica, além de possuir um temperamento artístico notável! Com essas qualidades e grande dóse de afa-bilidade, êle avassalava a todos! A simpatia, que êle irradiava era irresistível! Grande orador, Carlos de Campos empolgava, emprestando à representação paulista, um brilho invulgar! Era um nome excepcional! Nessa divergência no P.R.P., sôbre a escôlha do sucessor de Washington Luis, o Senador Ellis, coerente com o seu passado, pois a coerência para êle era um dos mandamentos da sua religião, ficou ao lado de Carlos de Campos, o filho de seu velho amigo Bernardino. Êle procurava conciliar o caso de seu genro, o deputado Palmeira Ripper, que, levado pelo seu coração emotivo e empolgado pelo ambiente, naturalmente extremado, se manifestara por Álvaro de Carvalho. Êste, era astro com brilho próprio, centralizando muitos satélites, que orbitavam em tórno dele, que era figura altamente prestigiosa, principalmente nos meios políticos do norte de onde a estirpe do sr. Álvaro de Carvalho procedia, pois, apesar de nascido em Piracicaba, êle era sobrinho neto do baiano Marquez de Monte Alegre, que em 1842, juntamente com Caxias, esmagou os liberais paulistas do imortal Feijó.

Álvaro de Carvalho tinha, pois, projeção própria e tradição própria, mas, se casando com a filha do Conselheiro Rodrigues Alves, não podia deixar de refletir a intensa luz, que se projetava da excelsa figura dêsse ex-Presidente da República.

Tendo se extremado a divergência entre êsses dois nomes, o Partido, por maioria, escolheu o nome de Carlos de Campos, ficando excluidos da chapa de deputados federais, todos os que haviam assumido posições ao lado do sr. Alvaro de Carvalho, entre êsses, o dr. Palmeira Ripper. Assim, êste perdeu a sua cadeira de Deputado, em holocausto ao seu grande coração e às suas preferencias ao grupo alvista, representado pelo sr. Alvaro de Carvalho, O então Presidente de S. Paulo, o Dr. Washing-

ton Luis, em consideração para com o Senador Ellis, de quem era amigo, pois se casara com a sobrinha do Coronel João Baptista de Mello Oliveira, cunhado e antigo sócio do Senador Ellis, conseguira no Rio, um pequeno cartório de procurações, para o Dr. Ripper, que fôra nomeado, a seguir, pelo sr. Arthur Bernardes, Presidente da República de então.

(4) — Não se pense que, o Senador não tivesse grande estima por Rubião Jr. e a prova é que foram do Senador as sentidas palavras, proferidas no Senado, em discurso de necrológio por ocasião do falecimento daquêlê procer da política paulista.

(5) — Essa carta, que eu já citei neste trabalho, encontra-se publicada no livro de Francolino Cameu e Alves de Souza, "Políticos e Estadistas Contemporâneos" e ela contém o seguinte trecho, importantíssimo e decisivo para o caso:

"Sinto, porém, que me vai faltando o vigor para as grandes responsabilidades de administração"

Ora, se, em 1913, o Conselheiro Rodrigues Alves se achava confessadamente sem vigor, faça-se idéia em 1918!

CAPÍTULO XXIX

VULTOS DA POLÍTICA NACIONAL

RODRIGUES ALVES — RUY BARBOSA

— EPITACIO PESSOA

Já em 1913, quando se tratou da sucessão do Marechal Hermes, o Senador Ellis não se conformava em que o Partido a que pertencia, como o governo estadual de S. Paulo, tivessem abandonado o nome de Ruy Barbosa. A lógica, a coerência, a honestidade, enfim, obrigavam a S. Paulo e ao P.R.P. a continuação da diretriz anterior. Isto é, a linha traçada na sucessão presidencial anterior, em que S. Paulo e o Partido, dirigidos por Albuquerque Lins, haviam feito uma força imensa a favor de Ruy Barbosa. Mas, quem fôr procurar lógica, coerência e honestidade em política, assumirá uma tarefa, superior á do indivíduo, que procura "*agulha em palheiro*". E, para o Senador Ellis, a lógica, a coerência e a honestidade política deveriam ser absolutamente rígidas e, por isso, eram os grandes mandamentos da religião e da honra. Por isso, eu já disse alhures, neste trabalho que, o Senador Ellis não era político. Quando eu disse isso, poderia parecer que havia sido minha intenção criticar a atitude moral do Senador, apontando um contorno negativo de sua psicologia. Entretanto, nada disso! Essa deficiência, que apontei, no Senador Ellis, é antes um elogio de uma grande qualidade, do que a menção de um defeito! O Senador Ellis, já vimos várias vezes neste trabalho, era um homem honestíssimo, rude, franco, dotado dessa franqueza, que se aproxima da inconveniência, inhábil, dessa inhabilidade e falta de tato, que, muitas vezes, conduzem ao fracasso. A sua agudíssima inteligência não supria essas deficiências de traços essenciais, para um grande político, que deve ser untuoso, manobrista pouco ativo, transigente, cheio de equilibrado bom senso, apreciador justo das situações, bom calculista, etc. Ora o Senador Ellis não tinha esses contornos psicológicos. Ele quebrava, mas não torcia! Tinha a rizeja do velho e altaneiro tronco, enquanto que, o bom político deveria ter a flexibilidade fragil do caniço! Por isso, ele não podia compreender a mudança de rumo do seu Partido e do governo de seu Estado. Explica-se essa mudança de orientação: se a direção ruysta na qual se havia empenhado Albuquerque Lins, não fôra a acertada, a política mandava que, se alterasse o rumo e, por isso, Rodrigues Alves, então Presi-

dente de S. Paulo, fez a náu do Estado enveredar por outras rotas, se acordando com os adversários da véspera. Parece que, em surdina, o P.R.P. havia aderido ao governo federal e a Pinheiro Machado, pois o Partido Conservador de S. Paulo, que havia dado 35.000 votos ao Mal. Hermes, no pleito dêste com Ruy Barbosa, desaparecera em 24 horas, aparentemente engolido pelo P.R.P. Politicamente, não há dúvidas de que, essa evolução seria a acertada, em se tendo em vista o único bem de S. Paulo, embora não tenha ela sido a mais lógica, nem a mais coerente e nem a mais brilhante. Qualquer político, com alguma dôse de solércia, teria agido assim, para acertar! Não seria de boa política conservar S. Paulo, em campo oposto, ao da União! A dura oposição ao Centro, já acarretava para S. Paulo, um prejuízo pecuniário, sem conta. Além desse interêsse imediato, ainda outro de natureza doutrinária, que fazia S. Paulo dever se afastar de Ruy Barbosa e se ligar a Pinheiro Machado:

Ruy Barbosa era revisionista no sentido centralizador, enquanto que, Pinheiro Machado era dogmaticamente descentralizador. Ora, São Paulo tem seus mais altos interesses ligados á descentralização. Logo, doutrinariamente. . .

Seria preciso urgentemente, pôr termo à essa situação imediata, que se eternizava, acarretando novas e himalaicas despesas para o Tezouro do Estado. Sim, surgindo a oportunidade, Rodrigues Alves e outros próceres do P.R.P. resolveram aceitar a mão, que lhes estendia Pinheiro Machado e o Partido Republicano Conservador, de esfera federal. Essa solução era a mais acertada! A meu vêr, ela, não só se explica, como se justifica! O Senador Alfredo Ellis, porém, não se conformava com ela! Em se tendo em vista S. Paulo, o Senador Ellis errava! Mas, com a traição de S. Paulo, pretendia-se outra cousa! E' que além de não primar pelas aparências, nem pela coerência, nem pela decência, havia ainda a circunstância, e isso é muito grave, de haver essa decisão ter sido tomada, sem a audiência dêle, Senador Ellis, ou de qualquer outro membro da bancada paulista federal. Ora, o Senador Ellis, pelo seu passado, pelos seus ativos serviços e pela sua posição, éra, sem dúvida, um dos marechais do Partido e a representação de S. Paulo no Rio de Janeiro era, das que deviam representar, no palco da sucessão presidencial, o papel de protagonista principal. Ela seria o ponto mais em evidência! Toda a imprensa carioca, toda a população brasileira tinha seus olhos nêles. Isso foi, sem dúvida, uma falta imperdoável e uma evidente falta de consideração, com que a direção do Partido premiava o velho legionário, cujos esforços vinham do tempo em que o P.R.P. vivia escondido nas catacum-

bas escuras da opposição ao regime monarchico, vigente então. Contra essa ignominia, a voz autorizada do velho propagandista da República, que apresentava como credenciais cicatrizes que lhe riscavam o corpo e a alma, troava no Senado Federal:

“Agora, em relação á posição que assumi perante a Commissão Directora de meu Partido, vou dizer algumas palavras e V. Ex., nunca foi nem será mais disciplinado do que eu, appello para o meu nobre collega de representação; sempre fui sincero e disciplinado. Mas com a mesma hombridade com que me insurgi contra o procedimento da politica de Minas, insurgi-me tambem contra a Commissão Directora do Partido Republicano de S. Paulo.

Porque, quando se travou a lucta entre o civilismo, que já passou e o militarismo, que, felizmente tambem já não nos ameaça, essa Commissão que naquelle tempo era composta de 9 membros e hoje está reduzida a 5 e que já devia ter sido reformada, porque as cláusulas orgânicas que regem o Partido, determinam de 4 em 4 annos, seja ella remodelada.

O Sr. A. Azeredo — Isto é indisciplina partidaria.

O Sr. Victorino Monteiro — Neste momento, V. Ex. está indisciplinado.

O Sr. A. Azeredo — A indisciplina a que me refiro é do Directorio Paulista.

O Sr. Alfredo Ellis — Esta commissão, (que era composta de 9 membros e está reduzida a 5) já devia ter sido remodelada. Portanto, a commissão Directora do Partido Republicano de S. Paulo, actualmente não representa o Partido, porque está fora das disposições estrictas da lei organica que o rege. *Fora do Partido está ella e não eu.*

Estou dizendo isso diante de meu nobre amigo, sr. General Glycerio.

Pois bem, Sr. Presidente, nessa epoca, essa Commissão, que traduzia o pensamento do Partido Republicano de S. Paulo, de accordo com todos os chefes politicos do Estado de S. Paulo, entregou-me a bandeira que eu devia defender nesta trincheira. Recebi-a, Sr. Presidente, e durante anno e meio V. Ex. e o Senado são testemunhas, isolado me mantive nesta mesma trincheira, como o único órgão do Partido Republicano de S. Paulo, visto que meu nobre amigo, General Glycerio, tenha tomado outra directriz. Depois das luctas titanicas travadas neste recinto defendendo a bandeira que me havia sido entregue por essa Commissão, que representava o Partido Republicano de S. Paulo, podia eu agora enrola-la, como um trapo sujo e inutil e collocar em uma maleta os principios que defendi para voltar rastro atraz, virar a casaca e vir bater-me, agora, contra aquillo que me havia sido imposto hontem, a expressão do voto do meu Estado? Pode-se exigir tanto de um velho republicano? Sacrifica-se a vida, sacrifica-se tudo, mas não se sacrifica a dignidade, a honra daquelles que, durante a vida inteira tiveram uma

única aspiração: a defesa e a grandeza da Republica. Esse vilipêndio a Comissão Directora não podia exigir de mim. Insubordinei-me porque ella não tem o direito de forçar-me a mentir á minha consciencia. Insubordinei-me porque não está em mim concorrer para que se apague a mais brilhante página da história politica de S. Paulo”.

Mas, apesar disso, a attitude do P.R.P. foi de se enfeudar na candidatura de Wenceslau Braz. S. Paulo estava cansado de ficar contra a União! Por certo, S. Paulo poderia viver sem a União, mas seria uma vida difficil e cheia de tropêços a prejudicar a economia estadual. Assim, os políticos do P.R.P. aceitaram a aliança com o Partido Republicano Conservador, chefiado por Pinheiro Machado; bem como, fizeram com Minas Gerais a famosa combinação, pela qual aceitariam um nome mineiro, com a condição de que Minas, para o quadriênio seguinte, por sua vez, aceitasse um nome paulista. Parece que, quem realizou essa combinação, que tomou o nome de “*café com leite*”, foi o Sr. Cincinato Braga, em sigilosa viagem, que realizou a Ouro Fino, onde tudo combinou com o Sr. Julio Bueno Brandão. Não me parece restar a mínima dúvida de que, essa foi a solução adequada ao caso, se o interêsse material paulista fosse o unico objetivo em causa. Infelizmente, não era, como veremos.

O que eu reprovo e acho profundamente deselegante, repugnante mesmo e ante-democrático, além de ilógico e incoerente, foi o fato do P.R.P. ter tomado essa deliberação importante de mudar de política, sem ouvir e dar a mínima satisfação a um velho companheiro das horas amargas. Essa cincada do Partdio, apesar de ser injustificada e indesculpável, é perfeitamente explicável. O Partido era dirigido por novos, que não haviam convivido com o velho patriarca paulista, no Parlamento Nacional e ignoravam o passado, não tendo portando consideração para com o mesmo! Êsses novos, que não haviam tido contato com os capitulos angustiosos e dificeis, em que o velho Parlamentar fôra a figura primacial; êsses novos, que não haviam conhecido o Partido nas catacumbas sombrias da opposição à monarquia; êsses novos, que não haviam sabido, senão muito por alto e unicamente por ouvir dizer, das agruras enfrentadas pelo P.R.P., nos tempos escuros de Deodoro, de Lucena, de Custodio de Mello ou de Américo, não podiam ter muita consideração, pelo Senador Alfredo Ellis. Assim, êsses novos, não deviam ter tido, pelos bordados de generalato do velho republicano histórico, o respeito e o acatamento, que deveriam ter, pela hierarquia, representada pelo Senador Alfredo Ellis. Além disso, havia a circunstância de que, era Presidente de S. Paulo

o Conselheiro Rodrigues Alves, figura remanescente do falecido Império e que, justamente por isso, não tinha grandes motivos para ser grato ao Senador Alfredo Ellis. Os da grei do Conselheiro Rodrigues Alves, então dominante na ocasião, além de serem ignorantes do passado, por serem da nova geração, provinham de estirpe da velha monarquia, herdando naturalmente os preconceitos, os pendores e as visões da antiga gente do velho regime. Por certo, o Senador Alfredo Ellis tinha amigos na direção do Partido. Aí, estavam Glycerio e Bernardino, dois autênticos históricos dos velhos tempos! Bernardino, entretanto, já muito velho e cego (eu o conheci assim, na casa de meu pai, na Rua Santa Madalena, onde êle ia sempre) já não tinha a mesma energia de antes, nem a mesma dedicação, pelo seu velho companheiro de propaganda, esquecido quase, no Rio de Janeiro! Glycerio não possuía a mesma autoridade no Partido, pois êle tinha sido "*hermista*" e recentemente reingressara às linhas partidárias. A distância, se não separava, ao menos afastava o Senador Ellis dos seus antigos amigos, Ignacio Uchoa, Lacerda Franco, Jorge Tibiriçá, Olavo Egydio e outros, que, permanecendo em S. Paulo, deixaram a assiduidade do contato, com a sentinela perdida e isolada das hostes paulistas, que era o Senador Ellis. Por outro lado, êste, levado pelo seu temperamento profundamente sincero, leal, e incapaz de abandonar uma causa, um princípio, um companheiro na estrada, impulsionado pelo profundo ressentimento e pela dolorosa repercussão, causada no seu ânimo, pela atitude utilitária, pouco decente de seu Partido, para consigo e para com a causa civilista, bem como para com Ruy Barbosa, tomou a sua decisão de romper com o Partido. Essa decisão se reforçava, pela fascinação exercida sôbre o Parlamentar paulista pela grande Águia de Haya. Essa fascinação, se fazia sentir, não só diretamente pelo ilustre baiano, com seu indiscutível gênio, mas também indiretamente, pela atmosfera de admiração mística e até mesmo de adoração, creada na população do Rio de Janeiro, em tórno da figura de Ruy Barbosa. Êste era, não duvido, genial e super-normal, mas o Senador Ellis exagerava muito os méritos de Ruy, que ainda mais se agigantava, comparado aos dirigentes do P.R.P., que haviam agido, para com Ruy Barbosa, transformado em mártir, como pigmeus caifazes. Pundonoroso e profundamente "*dignified*", o Senador Ellis se achava desconsiderado, intensamente magoado e a causa civilista traída pelo P.R.P. e por S. Paulo. Êstes haviam sido unicamente civilistas, enquanto que o Senador Ellis era ruyista e continuava ruyista.

Ora, o Senador Ellis sempre super-estimou a sua situação

de velho legionário da República, de apóstolo do novo regime, de pioneiro da nova ordem, de pregoeiro da liberdade e da democracia. Êle sempre super-elevou, demasiada e exageradamente, seu nível político de Senador Federal, que, para êle, deveria ser escrito só em letras maiúsculas, enquanto que, para os dirigentes do P.R.P., êsse Senado Federal seria apenas o lugar de cômoda aposentadoria para os velhos políticos, que houvessem atingido a ante-sala da senilidade. Assim se explicaria a desconsideração do Partido, para com o Senador Ellis. Êste se esquecia de que S. Paulo era dirigido por um Conselheiro do velho regime, êsse que já fôra Presidente da República e ainda poderia exercer qualquer função política, e que, para isto, precisava aproveitar a sua alta posição de Presidente do mais importante Estado da Federação.

Em beneficio dessas aspirações, o trunfo paulista precisaria ser bem aproveitado e o baralho político manejado com habilidade! Assim, S. Paulo mudou de rumo na sua política nacional.

Ruy Barbosa, que, para o Senador Ellis, era o Moisés da República, foi traído! A sábia e utilitária política do "*café com leite*", foi iniciada, dando S. Paulo o seu valioso e decisivo apôio ao Sr. Wenceslau Braz, com o compromisso de Minas, depois dar seu não menos valioso e decisivo apôio a um nome, que o P.R.P. futuramente indicasse, o qual poderia ser do seu futuro Presidente ou o do Conselheiro Rodrigues Alves. Para que, êste fosse, pela segunda vez, à suprema magistratura da Nação, S. Paulo se hipotecou a Minas e vendeu as suas convicções políticas. Mas, para isso, não seria preciso desconsiderar o velho embaixador de S. Paulo, na suprema casa legislativa da União! Se o P.R.P. dos Srs. Rodrigues Alves, Rubião Junior, Cincinato Braga e outros não consultou previamente o Senador Alfredo Ellis e a bancada federal e não convocou democraticamente a Convenção partidária, foi porque sabia antecipadamente que, o Senador Ellis, a bancada federal e o Partido, enfim não entrariam no cambalacho vergonhoso, para assegurar ao Sr. Rodrigues Alves a futura Presidencia da República!

O Senador Ellis jamais pactuaria com isso!

Daí, terem resolvido tudo à revelia dos federaes, que deveriam se expôr no cenário do Rio de Janeiro, ante a attitude desprimorosa do P.R.P.

O Senador Alfredo Ellis, apesar da sua viva inteligência e da sua aguda sensibilidade, com a sua experiênc'a política, não viu êsse golpe, com todas as suas minúcias dos bastidôres. Ele não percebeu que, êsse passe de mágica política, pela qual a

orientação do P.R.P., que a seu vêr se “*avacalhára*”, transigindo e aceitando o nome de Wenceslau Braz, tinha, por objetivo remoto, mas dirêto, assegurar o concurso decisivo de Minas, para a candidatura do Conselheiro Rodrigues Alves, que fazia êsse “*cambalacho*” pouco confessável, sob a máscara e a capa dos interesses materiais de S. Paulo, que não podia continuar no sacrifício da opposição à União.

Isso quer dizer, em resumo, que, a traição criminosa foi cometida, não em benefício de S. Paulo, mas visando uma pessoa! Não era possível que, dado o feitio moral do Senador Ellis, pactuasse êle com essa iniquidade. Assim se elegeu o sr. Wenceslau, como se sabe. Êste mineiro governou de 1914 a 1913. Governou bem! Mas, em 1917, Minas Gerais tendo tido a Presidência da República, com o Sr. Wenceslau, devia eleger um paulista, Minas ia pagar a conta resultante do “*cambalacho*” de 1913. Nessa ocasião, era Presidente de São Paulo o Sr. Altino Arantes. Êste é que deveria ter sido o candidato, apontado por São Paulo. Se o tivesse sido, estaria tudo justificado! Seria por São Paulo! São Paulo tudo merece! Por São Paulo sacrifica-se tudo! Pois se, até a vida, que é o bem mais precioso, de bom grado sacrifica-se, por São Paulo; o resto não deve ser poupado! Mas, tal não se deu. Minas, lealmente, pagou a conta, mas esta se transformou nos “*trinta dinheiros*”, quando se viu que, a traição do P.R.P. tinha sido cometida, para benefício do nome do Conselheiro Rodrigues Alves, o político, que menos podia se aproveitar da traição! São Paulo foi sacrificado! Perdia a nossa terra uma oportunidade de, fazer galgar mais um paulista, à presidência da República, unicamente para satisfazer a vaidade de um ancião de 70 anos, já na ante-sala da agonia! O candidato, que deveria ter recebido a conta, que Minas pagava, com lealdade, deveria ter sido o sr. Altino Arantes, uma das mais lúcidas inteligências, que tenho conhecido, mas unido de uma fraquêza extraordinária, de uma timidêz notável, ao lado de uma cultura literária difícil de ser igualada e de um espírito único de bondade, de tolerancia e de cordura. Sempre tive o sr. Altino Arantes, em alta conta e não sei como explicar o fâto lamentável de haver sido êsse intellectual um dos que pediram, para nossa sagrada terra, as algemas da nefanda intervenção federal! Pressão partidária do glorioso P.R.P. não seria possível, em face do passado desse partido, que, em 1910 e em 1932, se mostrou contra as intervenções. Só posso explicar êsse lamentável fâto, pela estremada fraquêza do citado político, a qual só ela poderia ter feito com que, êle, cedendo à pressão infame de políticos sem idoneidade, sem tradições paulistas, tenha

se abaixado aos pés dos poderes federais rogando o chicote da intervenção. Não há mal, que justifique essa suprema ignomínia! Se há algum mal o próprio povo paulista que o faça desaparecer! Em 23 de Maio de 32, nós, o povo paulista não fizemos um governo? Se o povo não acorrer ao chamado d'esses políticos, é que êsses intervencionistas não têm a população ao seu lado. Se não a tem, é que são anti-democratas, querendo resolver fascisticamente, sem o povo.

Mas, quando se deu a eleição do Conselheiro Rodrigues Alves, já o político do Império agonizava, pois morreu pouco depois, sem haver governado. São Paulo foi miseravelmente sacrificado, mas os responsáveis pelo sacrifício, passarão à História, como réprobos marcados. O Conselheiro já estava senil, ao ser apresentado o seu nome; nesse caso, houve um crime ignominioso, pelo qual os interesses de S. Paulo foram sacrificados, em benefício de uma família. Quem teria sido responsável por êsse crime? Parece que os autores disso foram os filhos do conselheiro! Teriam sido? Urge, para bem da História que, a verdade apareça. Não posso crêr que, êles tenham tido êsse procedimento desprimoroso! Mas, como se poderia explicar que, em 1913, o Conselheiro Rodrigues Alves, confessava em carta a Ruy Barbosa que:

“Sinto, porém, que vai me faltando o vigor para as grandes responsabilidades da administração”. (Francolino Cameu e Alves de Souza - “Políticos e estadistas contemporâneos”, 239).

Se, em 1913, já Rodrigues Alves se dava por incapaz, imagine-se 5 anos depois! Foi um múmia, que o P.R.P. indicou e elegeu para Presidente da República! Os familiares do Conselheiro sabiam bem que, êle agonizava, mas apesar disso, dolosamente teriam feito com que, S. Paulo perdesse a vaza! O candidato paulista devia ter sido o Sr. Altino Arantes, então Presidente de S. Paulo. Êle, então, na casa dos quarenta anos, com sua grande inteligência, em pleno vigor de sua fecunda operosidade, com a sua inexcedível cultura literária, a sua experiência no govêrno do Estado “*leader*”, seria o candidato paulista, sem competidor possível. A ambição de mando e de posições de muitos e a excessiva modéstia do próprio Sr. Altino Arantes, fizeram com que o P.R.P. indicasse o nome ilustre, mas já moribundo do Conselheiro Rodrigues Alves. O Presidente Delfim Moreira, fez nova eleição, para o cargo de Supremo Magistrado. Eu penso que, nêsse caso, S. Paulo deveria ter feito nova indicação. Parece que, os condutores da política paulista, não

primaram pela intelligência, pelo amor a S. Paulo e abandonaram inexplicadamente o prélio. Aí terminou a lealdade de Minas. Teria havido desídia? Inhabilidade? Fraqueza dos paulistas? Falta de amor a S. Paulo? Demasiada modéstia do Sr. Altino Arantes? Pressão irresistível de formidável ambição alheia? Talvez tudo, em complexo lamentável e culposo, o qual, no momento, poderia ter passado por confusão natural, mas isso a História não perdoa, depois de ter apurado! Não se pense que, eu sou contra o Conselheiro Rodrigues Alves, pelo contrário, pois tenho por êle, grande admiração! Acho que, êsse Conselheiro do Império foi um grande Presidente da República! Foi mesmo dos melhores, que teve o Brasil, que deve imenso a êsse insigne político de Guaratinguetá! Êle teve o mérito entre muitos outros de haver revelado grandes nomes, nos seus serviços relevantes prestados ao país! Êle merece bem uma es tátua, na Capital Federal! E' preciso, porém, não exagerar! Se o Brasil muito deve ao illustre Conselheiro Rodrigues Alves, S. Paulo nada deve, pois, durante o período governativo dêsse eminente Presidente da República, o único serviço feito em São Paulo pela União, foi o alargamento da bitola da Central, de Cruzeiro à cidade de S. Paulo, sendo conservado, entretanto, o mesmo leito ferroviário, apesar de seus imensos defeitos. Com S. Paulo, "*economia de palitos*", para se aprimorar a "*sala de visitas*", a chamada "cidade maravilhosa"!

Há a versão de que, o Conselheiro foi contra o Convênio de Taubaté, mas, não deve ser verdadeira essa asserção; pelo menos, o Senador Ellis, que foi testemunha de tudo depõe publicamente, dizendo o contrário, como se vê do seguinte trecho de um seu discurso:

"Mas, Sr. Presidente, não comprehendo que haja solução de continuidade, quando se assigna um convênio ou um contracto. Elle não assignou senão como representante do Estado de Minas e tanto interesse S. Ex. tinha, que veio chamar a attenção para sua acção favoravel ao mesmo Convênio, fora do seu Estado, procurando demover o venerando Conselheiro Rodrigues Alves do proposito que estava de hostilizar a valorização do café, conforme nesse telegrama declara. Por que não fez o o mesmo em seu Estado?"

Venho contestar a S. Ex. nesse particular. S. Ex. não podia demover o Conselheiro Rodrigues Alves nesse ponto, porque elle nunca foi infenso á valorização do café. O pranteado paulista, oppunha-se á criação da Caixa de Conversão, de accôrdo com o seu Ministro da Fazenda, Sr. Dr. Leopoldo de Bulhões, por se tratar de alterar o valor da moeda, cou-

sa que os 3 Estados não podiam fazer. Posso trazer o meu testemunho, porque, nessa questão fui o representante do Estado, nesta Casa e nesta tribuna, quando se tratou do assumpto, assim como sempre tenho sido o unico a tratar de todas as valorizações do café, recebi de S. Ex..

O Sr. Paulo de Fronim — O que não impediu que o orador official commettesse a injustiça de não citar o nome de V. Ex.

O Sr. Alfredo Ellis — O nobre Senador bem comprehende que o prato não é para quem o faz. A propósito desse aparte, depois farei algumas considerações.

Quando se tratou da primeira valorização do café, o Sr. Conselheiro Rodrigues Alves mandou um representante directo seu tratar commigo da questão, pondo-se inteiramente á disposição da defesa de nosso principal producto, desde que nós abrissemos mão da criação da Caixa de Conversão. Entendia elle que se podia chegar, sem ser por esse meio, ao mesmo resultado e ao mesmo fim.

Eu não podia, absolutamente accetar uma proposta dessa natureza, uma vez que o Partido que eu aqui representava, entendia que essas duas questões estavam intima e indissolvelmente conjugadas e que o emprestimo feito no estrangeiro para valorizar o producto iria elevar o cambio e, portanto, retirar as vantagens que por ventura adviessem da alta e da riqueza do café. E foi por esse motivo que nós não pudemos accetar o offercimento do Sr. Conselheiro Rodrigues Alves.

Eis a razão porque faço a reclamação, afim de que ella conste dos Annais e da imprensa do país. A interpretação dada á attitude do espirito superior do Conselheiro Rodrigues Alves não é fiel. S. Ex. NUNCA CONCORRERIA PARA DESVALORIZAR O CAFÉ".

(V. nota da pag. 200).

*

* *

Assim, foi escolhido e eleito o Sr. Eptacio Pessoa, que, só em 1919 começou a governar e que, o fez até 1922, quando empossou o Sr. Bernardes, mineiro, pois S. Paulo tendo perdido a vaza, por morte de Rodrigues Alves e tendo pessoas pouco inteligentes e pouco solertes na orientação de sua política, teve que apoiar Minas no seguinte período. Com Eptácio Pessoa no governo da Nação, a situação não foi má, para o Senador Alfredo Ellis, que tinha sido amigo e colega do Presidente da República no Congresso Constituinte. O Senador Ellis era, cada vez, mais abandonado, pela direção do P.R.P. Sem núcleo eleitoral próprio no Estado de S. Paulo, o Senador Ellis via desaparecerem da suprema direção partidária, seus velhos amigos e companheiros dos pródromos da República. Bernardino, seu velho amigo,

havia morrido, em 1915. Rubião Junior desaparecera nessa ocasião, mais ou menos. Cerqueira Cezar morrera em 1911. Glycerio morrera em 1916, Campos Salles em 1914. Olavo Egydio, Siqueira Campos, João Baptista, Almeida Nogueira, Costa Junior e outros, aos poucos tinham desaparecido do cenário político. Outros ficaram, como Jorge Tibiriçá, Lacerda Franco, Rodolpho Miranda, Altino Arantes, Washington Luis, Fernando Prestes, Carlos de Campos, Dino Bueno, Arnolfo de Azevedo, Cardoso de Almeida e outros. Mas, o Senador Ellis, não mais podendo vir a S. Paulo, a cujo clima de montanha, frio, úmido e inconstante, êle adaptado ao do litoral quente e firme, havia se desacostumado, perdia, como o Antheu da lenda, o contacto com a terra "*mater*" e com isso, fôra também, aos poucos progressivamente se afastando da política estadual do P.R.P. e do govêrno do Estado de S. Paulo, com os seus novos homens políticos.

S. Paulo poderia ter excluído o seu representante da cadeira senatorial, pois o mandato do Senador Ellis terminava em 1917. O Partido, com o poder estadual, que se perpetuava em suas mãos, desde que tombara o regime monárquico, havia montado, com perfeição, sua máquina eleitoral, de modo que, esta, funcionando com regularidade absoluta, elegia todos seus recomendados. O Partido, em S. Paulo, era uma potência, atingindo mesmo um poder místico e formidável, de verdadeiro Santo Officio de uma moderna Inquisição, ou um absoluto "*soviet*" de um regime Leninista. Quem incorresse na contrariedade do Partido, estava, com isso, posto no "*Index*". O Senador Ellis, com aquêle seu discurso e suas palavras candentes contra o Partido, havia afrontado a ira dos potentados paulistas, pondo em risco a sua Cadeira senatorial. Mas, apesar de tudo, o Partido ainda respeitava o vulto magestático do seu embaixador no Senado da República. Não ousava o Partido, por mais poderoso que fosse, indicar outro político, para a curul senatorial! Temia o Partido a força moral do velho paulista, vindo das sombrias catacumbas republicanas, dos tempos em que, a Propaganda balbuciava a liberdade. Temia o Partido afastar o velho paulista, encanecido no serviço do povo de sua terra, com uma vida sem uma nódoa e defensor impertérrito da democracia. Foi, em grande parte por isso que, o Partido não considerou como indisciplina os gestos abruptos e violentos do Senador Ellis e passou uma esponja nos incidentes de 1913, reelegeu, em 1918, o seu embaixador no Senado, quando, no ano anterior havia êle terminado o seu mandato no Senado. Não fôra uma Canossa para o Partido! Fôra antes, um ato inteligente e elegante do velho jequitibá paulista, que era o sempre renovado e o sempre reflorido.

rido P.R.P., o glorioso símbolo do passado republicano de São Paulo.

O Senador Alfredo Ellis, aplacado na sua ira, contra o Partido, cedera à ação amainadora do tempo e à ação corrosiva dos seus familiares, principalmente de seu genro, Dr. Palmeira Ripper, homem, que, embora muito mais expansivo e comunicativo, que o velho paulista, era mais calmo e dispunha de notável e equilibrado bom senso, aos poucos, se foi reconciliando com a gloriosa agremiação política de S. Paulo, até que, em 1920, já não mais havia sombras de ressentimentos. Além disso, acontecia que, no Partido, o qual se renovava incessantemente, na sua direção, havia agora a voz de Carlos de Campos, ilustre filho de Bernardino, velho amigo e audosíssimo companheiro de Alfredo Ellis, Carlos de Campos, que o velho Senador conhecera ainda menino era um prestigioso chefe na comissão Diretora do P.R.P. e seu nome, pela tradição, que representava, pela sua fulgurante inteligência, pelo seu gênio de artista harmonioso e sentimental, e pela sua inexcedível bondade, e afabilidade, era o de uma pessoa, que desarmava qualquer animosidade. Vinha êle aumentar a boa vontade que, o velho Partido manifestava, para com o seu representante no Senado da República, já evidenciada pela sábia orientação do sempre lúcido Altino Arantes, dos políticos, a quem o Senador Ellis mais estimava.

Assim, quando da escôlha de Epitácio Pessoa, para o período de 1919 a 1922, um dos designados para votar em nome de S. Paulo, foi o Senador Alfredo Ellis. Foi indiscutivelmente um gesto de grande elegância política de Altino Arantes então Presidente de S. Paulo. Não era possível deixar de corresponder a essa manifestação magnífica do "*fair play*" do Presidente Altino. O Senador Alfredo Ellis, ainda abalado, pela sua dedicação à Ruy Barbosa, só ante um ataque profundamente injusto do ilustre baiano à Altino Arantes, é que não teve mais hesitação e aceitando a incumbência, que lhe fôra confiada, pelo nobre Presidente de S. Paulo, votou em Epitácio Pessoa, (1). Fôra uma grande vitória de Palmeira Ripper e minha, pois que mui-

(1) O VOTO DO SR. ALFREDO ELLIS NA CONVENÇÃO NACIONAL

A attitude do sr. Alfredo Ellis, na Convenção Nacional, dando o seu voto ao sr. senador Eptacio Pessoa, pareceu a muitos uma especie de subserviencia ao Partido Republicano Paulista, sub-serviencia que ninguem poderia esperar do rijo caracter do illustre senador por S. Paulo, tanto mais quanto

tos esforços dispendemos para tirar o Senador Ellis da órbita fascinadora de Ruy Barbosa.

Não se pense que, o Senador Ellis votou em Epitacio Pessoa, sem provocar um movimento de surpresa da imprensa e do povo carioca. Seu ato, recebendo um mandato imperativo do Presidente de S. Paulo e o executando, devotar em candidato oposto a Ruy Barbosa, seu antigo companheiro de chapa do Partido Liberal, fez resultar um certo movimento de estranheza na imprensa carioca! Então, o Sr. Assis Chateaubriand, em termos pouco cortezes, criticou o procedimento do velho Parlamentar Piratiningano, abandonando o seu velho companheiro de campanha civilista, para acompanhar o indicado pelo oficialismo de S. Paulo, (2). A resposta do Senador Ellis foi instantânea! Essa resposta veio rápida e fulgurante como um raio! Foi como se se tivesse tocado no ponto nevrálgico do Senador Ellis! Ele mandou ao Sr. Chateaubriand, signatário de um artigo no "*O Jornal*", a propósito da escolha do Sr. Epitácio, as suas testemunhas para um duelo de morte. O truculento Coronel Rocha Lima e o General Gabino Bezouro, êste mais calmo e pacífico, procuraram o Sr. Chateaubriand afim de que, êste explicasse as suas intenções, ao escrever o artigo incriminado ou escolhesse as armas, para uma reparação violenta, em campo de honra. O espírito romântico do Senador Ellis era um pouco anacrônico, embora se casasse bem com sua verticalidade, sempre erecta de homem esguio, magro e alto, ainda embalado pelas antigas lendas do "Amadis de Gaula", impelindo-o para as soluções violentas das suas contendas, as quais deveriam ser resolvidas, sem-

o velho companheiro do sr. Ruy Barbosa, dias antes da reunião do Senado, insistira em declarar que estaria com o senador bahiano, mesmo á custa da sua situação na politica paulista.

Os actos, porém, do sr. Alfredo Ellis, são todos explicaveis. E a curiosidade publica pôde ficar satisfeita, lendo o que, sobre elles o sr. Ellis disse aos nossos presados collegas da "GAZETA DE NOTICIAS", numa entrevista que reproduzimos a seguir:

— Eu pretendia, por ocasião da votação nominal, mesmo com a desobriga do sr. conselheiro Ruy Barbosa aos seus adeptos, tomar a palavra para explicar a razão pela qual me achava inhibido de votar no egregio brasileiro para presidente da Republica.

Pretendia historiar os factos occorridos por occasião da successão presidencial em 1913, quando o aureolado nome de Ruy Barbosa surgiu da consciencia nacional com o do velho chefe propagandista da Republica,

pre, pelas normas da velha cavalaria. Chateaubriand, homem moderno, resolveu o caso por meio de suas testemunhas, os Srs. Júlio de Mesquita e Edmundo Bittencourt, que depois de 5 horas de conferência, com as testemunhas do Senador Ellis lavraram uma ata na qual o Sr. Chateaubriand declarava que suas palavras não haviam sido escritas com "*animus injuriandi*". Isso liquidou a questão e na mente do altaneiro paulista não ficou nenhum ressentimento contra o jovem jornalista paraibano.

Epitácio Pessoa era, como todo nortista, inteligente, vivíssimo, loquaz, de percepção aguda, etc. Com tais dotes, não podia deixar de fazer bom govêrno, com tintas acentuadas de grande regionalismo! Patrocinando injustificada, mas explicavelmente, problemas nordestinos, referentes às obras contra as sêcas, nos quais enterrou, inutilmente, centenas de milhares de contos de réis! Ao lado dêsse regionalismo nordestino, Epitácio Pessoa, com notável clarividência, embora tardiamente, com êxito empreendeu a terceira valorização do café.

Pode-se mesmo asseverar que, o paraibano Epitácio Pessoa fez mais por S. Paulo do que todos os presidentes paulistas reunidos. Rodrigues Alves, nome tão enaltecido em S. Paulo, nada fez pelo nosso Estado, o mesmo se podendo dizer, em relação a Campos Salles, a Prudente de Moraes e a Washington Luis! O problema do café, tendo contra sua solução pleiteada pelo Presidente Jorge Tibiriçá, que deveria levar a bom termo o Convênio de Taubaté, só foi resolvido a contento dos paulistas, depois de imensas dificuldades, contra o Ministro Leopoldo Bulhões e o govêrno do Conselheiro Rodrigues Alves, como vimos senador Francisco Glycerio, para o quadriennio presidencial de 1914 a 1918.

Recordaria a aliança entre os dous Estados, Minas e S. Paulo, feita pelo conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves e coronel Bueno Brandão, para a apresentação do dr. Wenceslau Braz.

A Convenção Nacional, de julho de 1913, constituída da maioria dos municípios do Brazil, indicou os nomes de Ruy Barbosa para presidente e o meu para vice-presidente.

Levantada a candidatura Wenceslau Braz, não hesitei em romper francamente contra a direção política do meu Estado, por julgar que S. Paulo não podia abrir solução de continuidade na orientação anterior, sustentando com inexcedível brilho a candidatura civilista contra a machalícia.

Profligui com a maior violencia, em varios discursos, que estão nos annaes do Senado, essa politica, producto da aliança dos dous poderosos Estados.

alhures neste trabalho. O Conselheiro Rodrigues Alves realizou um bellissimo govêrno para o país inteiro, com a vacina obrigatória, com o programa naval do Almirante Noronha e com a representação externa, confiada ao insigne Barão do Rio Branco, personalidade de grande destaque, não obstante as acerbas críticas de Oliveira Lima, nas suas "*Memórias*", que na sua maledicência, também envolve o nome do emérito Conselheiro Rodrigues Alves. Mas, foi a cidade do Rio de Janeiro, a parte mais bafejada pelo govêrno do Conselheiro, que a saneou, com Oswaldo Cruz e a embelezou com o engenheiro Passos. Mas, para S. Paulo, sua terra, nada! Consta até que êle não conhecia sequer uma árvore de café, que êle possuía muitos milhares, mas que, as via de longe! Seu irmão, Cel. Virgilio é que as conhecia de perto! Será verdade? Prudente, Campos Salles e Washington Luís também não pregaram uma estaca em S. Paulo, onde o que existe de federal, é apenas bomba de sucção, para arrecadar do paulista, afim de inutilmente proporcionar, produção e povoamento das terras desérticas de alhures e visivelmente, sem a menor possibilidade. E' o que, os da União fazem, até hoje, com S. Paulo, desde os tempos imperiais! Querem nivelar por baixo! Nesse sentido tem girado tôda a política da União. Eis o que se passa agora com o D.N.C.! Assim, foi fácil a Eptácio Pessoa fazer mais por S. Paulo do que todos os 4 reunidos. Sim, porque se os 4 nada fizeram, não seria difícil fazer mais!

Assim, auxiliado por Pires do Rio, uma das mentalidades mais pujantes, que tenho conhecido e de quem aprendi muita cousa útil e pelo Conde Siciliano, Eptácio Pessoa apreendeu.

Só mais tarde, depois de haver fracassado a organização do Partido Republicano Liberal, sob a chefia do integro brasileiro, por conselho de s. ex^o, resolvi accetar o convite para reitegrar-me no seio do Partido Republicano Paulista.

Preferi, então, o ostracismo, para acompanhar Ruy Barbosa.

Dentre os companheiros da primeira hora, só me resta na trajetoria final o integro e valoroso amigo, deputado Galeão Carvalhãl.

Reintegrado no seio do Partido Republicano Paulista, tive a noticia de haver sido nomeado para fazer parte da Convenção Nacional.

Convencido de ter o Estado de S Paulo posto á margem a candidatura Ruy Barbosa, por não ter nos seus representantes encontrado apoio e acolhida para ella, entre os "leaders" da politica nacional, resolvi conferenciar com o presidente do Estado, porque estava disposto a votar no nome do senador Ruy Barbosa.

Procurando o presidente de S. Paulo, declarei-lhe, com a maxima franqueza, que não podia acompanhar o voto da representação paulista,

com maravilhosa lucidez e com espantosa rapidez, o problema do café, resolvendo-o, a contento de S. Paulo, que pela única vez, na sua secular história, teve motivos para olhar, com gratidão para o govêrno central. Nós veremos, em outro capítulo deste trabalho, como o Presidente Eptácio se fez querido de todos os paulistas, promovendo a terceira valorização do café. O Senador Ellis não viu, com a idade, o seu temperamento e a sua índole se modificarem. Êle era ainda o mesmo cardo vivo, irritado, explosivo, ardoroso, franco em demasia, arrebatado, impaciente, aflito, exagerado, nervoso, sempre corajoso nas afirmativas, e nas atitudes, muitas vezes bruscas e incompreensíveis, as quais avançadas, delas não mais podia recuar. Dir-se-ia que nêle, o celta não morria! O sangue galense, que herdara vivava sempre!

Durante o govêrno Eptácio, por afastamento do Senador mineiro Bueno de Paiva, então Vice Presidente da República, o embaixador paulista no Senado federal, foi elevado à Presidência da Comissão de Finanças do Senado. O Senador Ellis não ocultava a super-estimação, em que tinha êsse cargo, que êle procurava demasiadamente enaltecer tôdas as vezes que, tinha ocasião. Certa vez, o Senador Ellis, tratava, no Senado, do caso da S. Paulo Railway e criticava, com veemência, um ato ministerial, tendo tido um incidente, com o então Ministro Pires do Rio, o qual o próprio Senador Ellis relatou ao Senado da forma seguinte:

“... entendi que me cumpria chamar a attenção do Sr. Ministro, que tão facilmente attendia á reclamação última da Ingleza, dando-lhe tarifa

porque entendia que devia, por coherencia, admiração e estima consagrada a Ruy Barbosa, adoptar a sua candidatura.

Conscio da quebra de disciplina desse acto, estava resolvido a renunciar o meu mandato de senador.

Respondeu-me o dr. Altino Arantes nestes termos:

“O velho chefe republicano tem carta branca, ampla liberdade para votar no grande brasileiro. Em caso algum accitaria a renuncia de uma cadeira que tem sido honrada pelo velho chefe da propaganda”.

Agradecendo a concessão feita com tanta nobreza e fidalguia, comparei á sessão preparatoria no dia 22, declarando a todos os convencionaes que me perguntavam, que votaria no senador Ruy Barbosa.

Varios amigos perguntaram-me nessa occasião, se ao meu conhecimento havia chegado a existencia de uma carta do senador Ruy Barbosa ao dr. Nilo Peçanha, contendo violentos e injustos conceitos contra o dr. Altino Arantes, presidente de S. Paulo.

Ignorava, de fato, a existencia desse documento.

cambial. Escrevi á S. Ex. uma carta delicada, attenciosa, louvando não só a introdução do seu relatório ao Presidente da Republica, como pedindo a S. Ex. que informasse que novos elementos tinha para aquella concessão. Eu estava firmado no relatório feito pelos 3 engenheiros demonstrando que a Ingleza não tem direito á concessão, como vou mostrar. Claro é que, si o engenheiro chefe da Inspectoria dessa estrada de ferro vem contradizer esse relatório, preciso saber o motivo porque o Sr. Ministro da Viação pendente mais para a opinião do Sr. Palhano de Jesus e põe á margem o relatório apresentado por uma comissão nomeada por S. Ex. Trago aqui, para mostrar ao Senado a resposta do Ministro. Foi esta: — dentro de um envelope um trecho ou apara de jornal, trazendo o parecer do Sr. Palhano de Jesus, junto a este cartão em que S. Ex. diz simplesmente o seguinte: “Com as saudações cordiais do J. Pires do Rio”. Nem uma palavra mais! (o orador exhibe um retalho de jornal preso a um cartão.

Não era o paulista que se dirigia ao Ministro da Viação, não era o Senador que se dirigia ao Ministro, era o Presidente da Comissão de Finanças do Senado que se dirigia ao Ministro, solicitando amavelmente a exposição dos argumentos que conduziram S. Ex. a mudar de opinião. A resposta foi simplesmente a que mostrei. Diante desse pouco caso, entendi-me com o Sr. 1.º Secretário da Mesa, afim de que levasse o facto ao conhecimento do Sr. Presidente da Republica, porque não queria que S. Ex., meu amigo e de quem sou amigo sincero, supuzesse que, fazendo eu qualquer observação a um Ministro seu, pretendesse aggreirir o Presidente da República. Naturalmente, Sr. Presidente, o Sr. Presidente da República fez qualquer observação ao Ministro da Viação, por quanto, na 4.ª feira seguinte, ás 7 horas da noite, era eu chamado ao telephone, apoz o despacho ministerial. Attendendo como me cumpria, um official

Lendo os jornaes da tarde, de volta para o hotel, deparei na “A NOTICIA”, com um trecho sob a epigraphé “A Carta”, que dizia o seguinte:

“Esse documento exprime o sentir de Ruy Barbosa, em relação ao momento actual.

Declara que não foi e não é candidato á presidencia da Republica, mas sente a necessidade de communicar ao primeiro chefe politico que adoptou a sua candidatura, levantada pelos jornaes, que não acceptará, de maneira alguma, o nome do sr. Altino Arantes, a quem ataca nos termos mais desabridos. E termina dizendo que a candidatura Altino é a guerra e contra ella fará uma campanha muito mais terrivel do que a do civilismo e cujas consequencias não pôde sequer medir nem prever”.

Suppondo ter havido exagero na interpretação do pensamento do eminente senador bahiano, pedi para o dia seguinte ao “leader” da bancada paulista na outra casa do Congresso, o illustre sr. dr. Carlos de

de gabinete, ou um funcionario do Ministerio da Viação, perguntou se fallava com o Senador por S. Paulo.

Respondi-lhe que sim.

“O Sr. Ministro” — acrescentou elle — “manda dizer que espera V. Ex. amanhã das 10 horas ao meio-dia, no seu gabinete”.

Excusado é dizer, Sr. Presidente, que minha resposta foi fulminante. Não tenho mesmo temperamento muito paciente. Não provoço ninguém; adopto sempre essa norma. Mas não engeito briga, como diz o nosso caboclo no interior. Declarei que não ia. As posições estavam invertidas, Sr. Presidente. Si o Sr. Pires do Rio chamasse o seu patricio particularmente, para dar-lhe qualquer informação, é claro que seria attendido promptamente, com a gentileza com que procuro attender a todos. Si S. Ex. fosse á minha casa, encontraria as portas e o coração abertos, mesmo que S. Ex. não fosse Ministro, porque assim costume acolher a todos quantos me procuram, mas Sr. Presidente, um Ministro marcar horas ao Presidente da Commissão de Finanças para estar no seu Gabinete, demonstra que S. Ex. não conhece o seu lugar e o meu, ou então desconhece tambem o conceito philosophico que está occulto e encasulado naquella lendo do Icaro.

S. Ex. está muito equivocado. O Presidente da Commissão de Finanças pode chamar qualquer Ministro a vir prestar informações ao Congresso, mas o Ministro é que não pode chamar um Senador á sua casa, nem ao seu Gabinete, para prestar-lhe informações”.

Era injusto o Senador Ellis, ao extravazar o seu julgamento sôbre Pires do Rio, que naturalmente, assoberbado pelo trabalho do Ministério, não teve realmente a sufficiente consideração, pelo alto cargo, occupado pelo Senador paulista. Êste, natu-
Campos uma conferencia que foi presenciada pelos deputados Carvalho e Palmeira Ripper.

Perguntando ao dr. Carlos de Campos se não tinha havido exaggero da parte do jornal, a proposito do trecho acima citado, affirmou-me s. ex. que “a apreciação do jornalista estava áquem da violencia dos termos empregados pelo senador Ruy Barbosa contra a pessoa do dr. Altino Arantes.

Disse-me mais o sr. dr. Carlos de Campos, “que a carta tinha sido escripta pelo senador Ruy Barbosa e dirigida ao dr. Nilo Peçanha, tendo sido a mesma mostrada aos drs. Raul Soares, Astolpho Dutra e a elle tambem.

Á vista dessa affirmativa, declarei a s. ex. que desistia da faculdade que me havia sido concedida fidalgamente pelo presidente de São Paulo, de votar como pretendia no nome de Ruy Barbosa na Convenção.

Não podia fazel-o porque o meu voto significaria applauso, apoio

ralmente super-estimava a graduação de Presidente da Comissão de Finanças do Senado, que, para o Senador Ellis era o nível mais elevado da República, depois do de Presidente do Executivo. Dêse raciocínio, evidentemente exagerado, veio a profundidade do ressentimento contra o Ministro da Viação do Sr. Epitácio Pessoa, o qual não havia tido, para com o titular do cargo legislativo, a consideração que êle deveria merecer. Entretanto, Pires do Rio foi um dos melhores Ministros da era epítaciana! Raras vezes ví alguém tão culto e com tão justa visão material das cousas económicas! Tive muito contacto com essa eminente personalidade, que me ensinou muita cousa! Errou, por certo, muitas vezes! No caso das obras contra a seca do Nordeste, Pires do Rio, lamentavelmente, errou, mas acertou bem no caso da "*Itabira Iron*" e a êle devo, em boa parte, a convicção arraigada, que possuo de que o Brasil por enquanto só pode exportar qualquer espécie de minério, pelo vale do Rio Doce; bem como do erro econômico que é Volta Redonda. O Senador Ellis se equivocou no julgamento que, fez a respeito do Ministro Pires do Rio.

aos conceitos emitidos contra o chefe do meu Estado, cujo governo tenho apoiado, de quem também sou amigo.

Tendo recebido tão valiosa concessão sem que della resultasse perda, de mandato, não podia corresponder com uma grosseria brutal e revoltante, fazendo recahir sobre o agressor a vantagem que havia sido facultada pela victima injustamente atacada nessa carta.

Ninguém mais do que eu lamenta não ter podido levar o nome de Ruy Barbosa, para presidente da Republica, considerando-o como o considero, o maior dos brasileiros.

Da entrevista do sr. Alfredo Ellis com a "GAZETA", se conclue que s. ex. se dispuzera a ficar ao lado do sr. Ruy Barbosa, até o ultimo extremo; que nesse sentido procurou o sr. Altino Arantes ao qual expoz as suas resoluções; que o presidente de S. Paulo, abrindo mão da disciplina partidária, deu ao Sr. Ellis plena liberdade de acção. E mais que o sr Ellis teve posteriormente conhecimento de uma carta do sr. Ruy, dirigida ao sr. Nilo, na qual o eminente bahiano atacava o sr. Altino Arantes nos termos mais desabridos.

Isto posto, o sr. Alfredo Ellis verificou que enquanto o chefe do seu Estado, o sr. Altino Arantes, procedia com uma nobreza digna dos mais justos elogios, permitindo-lhe dar o seu voto ao sr. Ruy, o sr. Ruy injuriava o sr. Altino!

Um espirito educado no amôr da justiça, uma consciencia equilibrada como a do sr. Ellis, não podia hesitar: votou de accôrdo com o sr Altino.

Parece-nos desnecessario elogiar a conducta do velho republicano...

CAPÍTULO XXX

O PARTIDO LIBERAL

O Partido Liberal foi fruto da incompreensão do Brasil, onde os partidos nacionais são absurdos, impossíveis de serem levados a termo. Numa federação, os Partidos devem imperiosamente ser regionais, visto como não se pode acomodar harmônicamente, com as partes heterogêneas, que, às vezes têm interesses antagonicos, uma às outras. Eis, por exemplo, o Rio Grande do Norte, a querer proteger aduaneiramente o sal, da sua produção e o Rio Grande do Sul, consumidor dêsse produto, a querer libertá-lo. Como conciliar em um só Partido, êsses dois interesses viscerais contrários? Ainda agora, estamos vendo a esdrúxula organização nacional chamada U.D.N. A secção paulista quer uma orientação, as demais querem outra! Como as conciliar? Tenho a impressão de que a U.D.N. foi formada unicamente, em tórno de um nome, como candidato à Presidência da República, e que, passada a situação, que trazia ligadas as partes constituidoras da U.D.N., compostas das diversas U.D.N. regionais, estas se desgarraram, conservando unicamente um laço aparente, para satisfazer a legislação vigente. Os francêses têm um ditado, que bem se pode aplicar à situação dos Partidos Nacionais no Brasil "*chassez le naturel, il reviendra au galop*". Assim, os partidos regionais, apêsar de comprimidos pela lei eleitoral vigente, tenderão forçadamente a só cuidar dos interesses das diversas regiões brasileiras. Mas que, o Senador Ellis não visse isso, seria natural, o que admira é que, Ruy Barbosa, o afamado gênio da sabedoria, não tivesse vista, e inteligência, para êsse panorama corriqueiro da realidade brasileira, é que é indisculpável. Resultado: o fracasso mais absoluto! Poderão, os que, obnublados por um nacionalismo de fachada e fóra de forma, ainda pensarem nas possibilidades dos partidos nacionais, trazer à baila os fatos seguintes:

a) Nos tempos imperiais, êste mesmo país tinha partidos, que se revezavam no poder.

b) Na Federação Norte americana sempre existiram dois partidos, que se alternavam no poder central.

c) Mesmo entre nós, o Partido Republicano Conservador de Pinheiro Machado, que governou o país, durante algum tempo parecia exteriormente ser nacional.

Não têm razão os obnublados!

Vejamos: Nos tempos imperiais, quando tínhamos um governo rigidamente unitário, os Partidos só tinham disso, os nomes. Eram rótulos, que serviam de denominação aos agrupamentos políticos. Não havia nada mais parecido com um liberal, do que um conservador. As grandes reformas liberais foram executadas, pelos conservadores, de modo que, os dois Partidos eram “*farinha do mesmo saco*”, ou “*vinho da mesma pipa*”. Já Holanda Cavalcanti dizia que, nada havia tão parecido com um “*luzia*”, do que um “*saquarema*”. Assim, no Império não havia Partido, havia agrupamentos, que se degladiavam pelas posições. Era, de fato, um agregado único, dividido em duas secções, mas com os mesmos programas e os mesmos homens, os quais, como Olinda ou como Abaeté, eram em liberais, ora eram conservadores, com as mesmas idéias, os mesmos princípios.

Na Federação norte-americana, os Partidos são compostos de pequenas organizações federadas, como o país, em tórno de um nome, que só tem ocasião de aparecer, funcionando, das eleições federais. Isso se dá muito raramente! Fóra disso, são essas pequenas organizações estatais, que agem, conservando os nomes de “*republicanos*” ou “*democratas*”. Os Partidos não funcionando, senão acidentalmente no âmbito nacional, são de fato, regionais, que se coligam no momento preciso, sob uma denominação geral.

Em síntese, lá, os partidos são simplesmente rotulados de nacionais, quando, entretanto, a coligação dos Partidos regionais se faz impossível, pela disparidade antagônica de objetivos, formam-se coligações diferentes, em tórno de princípios particulares a cada região. Acabamos de ter a prova absoluta do afirmado acima, com a cisão verificada no Partido Democrata. Todo o “*solid south*” isto é, a terra do algodão, do sul dos Estados Unidos, que, antes fazia parte do Partido Democrata, dele se desgarrou, em virtude de haver Truman estabelecido, como ponto partidário a democracia racial, em relação aos negros, coisa que contrariava, de um modo absoluto, a orientação dos Estados sulinos. Com isso, êles formaram uma nova agremiação e pleitearam a eleição presidencial com um novo candidato, Mr. Thormond.

O P.R.C. de Pinheiro Machado foi vigente, também como coligação de grupos partidários regionais, não para tornar apli-

cado um princípio de ordem geral, nem para materializar uma diretriz econômica ou social, mas unicamente para elevar pessoas ou grupos de pessoas. Esse personalista P.R.C., que dominou a política nacional, de 1909 a 1914, mais ou menos, não era propriamente uma coligação de partidos regionais, mas sim de governos estaduais ou de oligarquias estaduais, os quais, tendo em mãos os tezuoros dos Estados e as forças públicas estaduais, nunca perdiam as eleições. A reunião dessas oligarquias, ou desses governos, em torno do *Patrão do Mórro da Graça*, que distribuía os cargos públicos federais e estaduais, dava ao P.R.C., o qual não era um Partido, mas uma ficção de um Partido de uma grande importância. Não objectivava êle, nenhuma ideologia econômica, ou social, por isso, era antes um clã, organizado, ou um agrupamento de pessoas, do que um Partido político, na sadia concepção do termo. O Partido Liberal não seria isso! Os que o haviam concebido, queriam um Partido unitário, estribado em idéias e em princípios rígidos e inamalgáveis! Que santa ingenuidade! Ruy Barbosa, o gênio, o homem cultíssimo, não via isso! Não havia um só Tezouro estadual, para o alimentar!

Não havia uma só máquina eleitoral regional governamental para o sustentar!

Enfim, o Partido Liberal era visceralmente inviável.

Em 1913 foi fundado o Partido Liberal, em antagonismo com o Partido Conservador. Ruy Barbosa o chefiava, mas, então, já não era possível ao genial brasileiro se valer do arguimento da primeira campanha ruyista, contra o militarismo do Partido Conservador, o agrupamento político do emérito Pinheiro Machado, o voluntarioso Hernan Cortez de bombachas, que, como os maiores "*conquistadores*" espanhóis, chefiava com mão firmíssima, com uma força gigantesca de vontade indômita e com uma habilidade dirigente, fóra de qualquer dúvida. Sim, porque Ruy Barbosa e os civilistas diziam que o Marechal Hermes seria o início do militarismo, que, fatalmente, iria estabelecer no Brasil o regime da ditadura militar, com sacrifício da democracia civil. Sôbre esse raciocínio, Ruy estabeleceu todo o princípio civilista, que animou, com avassalador espírito tôda a brilhante campanha civilista dos Paramentos, da Im-

prensa e da opinião pública, etc. Fracassou essa base civilista, diante do fato patente de, também o Partido Conservador apresentar, agora, um candidato civil, o Sr. Wenceslau Braz, desmetindo as "*Cassandras*" parlamentares ruyistas, que, com convicção diziam que, o Marechal Hermes seria o primeiro militar de uma série de soldados políticos, que iriam implantar o caudilhismo entre nós, com o sacrifício de nossa democracia civil, como acima já ficou dito. Assim, desmentidos, os civilistas perderam a força da opinião pública temerosa, até então, do militarismo ameaçante. Com isso, se defrontaram os dois Partidos igualmente civilistas, apenas o Conservador era anterevisionista e o Liberal era revisionista da Constituição de 91, no sentido centralizador. Sim, por que, Ruy era centralizador, enquanto que, Pinheiro Machado, o intemerato gaúcho, sempre com a melhor doutrina, era descentralizador. Basta isso, para fazer perder as nossas acentuadas preferências, para o Partido orientado, pelo descentralizador gaúcho. Isso teria concorrido, em boa parte, para que S. Paulo e a política do P.R.P. tivessem abandonado a causa de Ruy. Havia desaparecido o motivo ideológico para que, S. Paulo continuasse alinhado com Ruy. Não havia mais o antagonismo de princípios com os hermistas!

S. Paulo, por outro lado tinha e tem grandes e viscerais interesses pela descentralização, de modo que Ruy, sendo centralizador e revisionista, deveria estar em campo oposto ao de S. Paulo. Assim, me parece acertada, mesmo sob o ponto de vista doutrinário, a nova orientação política de S. Paulo e do P.R.P. Creio que, foi por isso que, o grande estadista Campos Salles, um dos grandes expoentes da descentralização, se alinhou nas legiões de Pinheiro Machado. O velho idealismo do magno propagandista da República, teria sido a causa da sua ligação com o hermismo, para isso nada tendo pesado a sua avançada idade, como de ordinário, atribuem o seu passo político! O Senador Ellis não tendo perflhado a orientação do seu Partido, nem seguido a política do seu Estado, e não tendo sido um dos campeões da descentralização, achou e com certa razão, que não lhe ficava bem, realizar uma marcha atrás, virando a casaca, com o abandono dos seus companheiros de luta. Assim também pensou Galeão Carvalhal, o "*leader*" paulista na Câmara Federal, que acompanhou o Senador Ellis na sua atitude para com Ruy Barbosa. O caso era muito grave e exigia que, todos fossem ouvidos, devendo ser bem discutida e analisada a complexa situação, pois ela envolvia mais de um aspecto doutrinário, que se contradiziam. Não seria possível, sem abdicação completa do seu intellecto, que o Senador Ellis e o Deputado

Galeão Carvalho seguissem a orientação partidária, que era, aparentemente, vergonhosa, sem terem sido ouvidos e sem terem podido manifestar o que pensavam a respeito. O êrro do Partido foi tomar uma decisão de tamanha gravidade, a qual importava em mudança da sua política federal, sem ouvir os que já haviam assumido posições, que impressionavam a opinião pública. Exigir que, os Senadores e Deputados federais fizessem o papel de "*avacalhados*", perante essa opinião pública, que neles mantinha seus olhos curiosos, era demais! Eu penso que, as cenas, que se projetaram então no quadro político do momento, não se basearam, em princípios doutrinários, mas sim, pessoalmente. Assim deveriam ter agido o Senador Ellis e o Deputado Galeão Carvalho, empolgados, muito mais, pela vincada personalidade de Ruy Barbosa do que pelo, que êle representava, como expoente de uma doutrina, que não era a que mais convinha a S. Paulo. Dest'arte, os Parlamentares citados não aceitaram a nova orientação partidária e a nova posição política do seu Estado, continuando com Ruy. Não os recriminemos por isso, pois a opinião pública nacional também se deixara hipnotizar, pelo verbo flamante do antigo Conselheiro do regime imperial. O Senador Ellis e o Deputado Carvalho, assim influenciados por êsse vulto marcado de gênio intelectual, que havia, durante anos, batalhado nas mesmas trincheiras que êles, ainda envolvidos na mesma atmosfera dessa opinião pública, apaixonada e fanatizada, não podiam "*virar a casaca*"! Além disso, os aspectos doutrinários da questão, em matéria de revisionismo e de descentralização, não eram tão evidentes que, pudessem impressionar a opinião pública, de modo que, ela se deixou levar pelo personalismo ruyista. Da mesma maneira teriam agido o Senador Alfredo Ellis e o Deputado Galeão Carvalho, que assim, não só teriam abandonado a melhor doutrina, como também abandonaram o seu Partido e o seu Estado. Havendo o Senador Ellis sido, depois de Ruy, o político, que mais batalhara, em prol da causa civilista, se irmanando apaixonadamente, mais ainda no ruysmo, propriamente dito, do que no civilismo, perfilhado pelo P.R.P. estava naturalmente indicado, para ser o Cyrineu de Ruy Barbosa, na segunda cruzada, que se iria iniciar. Êle, o Parlamentar paulista, não havia renegado o Mestre, nem mesmo quando o seu Estado, o seu Partido e a sua gente lhe viravam as costas! Foi êle isolado, com seu querido amigo Galeão Carvalho e com o seu genro o deputado Palmeira Ripper, que se conservou fiel à antiga posição, ao lado de Ruy Barbosa, mesmo contra os interesses doutrinários do seu Estado! Assim, a opinião pública considerava com justeza o Senador

Ellis, como o "*brillant second*", de Ruy Barbosa. E êle o foi de fato, pois na Convenção de 27 de Julho do Partido Liberal, êle foi o "leader" ativo e dinâmico. Foi essa opinião pública, que determinou que, o Senador Ellis seria o parceiro de chapa de Ruy. Êle se impoz, pela sua atitude sempre reta e desassombrada. Essa determinação da onda psicológica ruyista, que avassalava todo o povo brasileiro, foi homologada por essa Convenção do Partido Liberal, a qual foi presidiða pelo intemerato e honesto Deputado Galeão Carvalho e realizada, entre os credenciados representantes dos núcleos dêsse Partido, espalhados em todo o país. Mas êsse resultado dessa Convenção, não tinha para o amparar nenhum Govêrno Estadual. Não haviam obtido nenhuma só adesão oficial! Com isso, Ruy Barbosa e Alfredo Ellis resolveram não prosseguir na campanha e desistir da candidatura, em Manifesto, de 28 de Dezembro de 1913, o qual já está publicado no livro "*Políticos e Estadistas Contemporâneos*" de Francolino Cameu e Alves de Souza nas páginas 246 a 255. Essa desistência, aplacando a onda do ruyismo, fez com que, o Sr. Wenceslau Braz fôsse eleito, sem competidor.

CAPÍTULO XXXI

VITÓRIAS

O Senador Alfredo Ellis deveria se sentir um homem feliz ao atingir a velhice! Ele havia bem cumprido a missão que se havia imposto. Na mocidade fôra um bandeirante oitocentista e juntamente com seu tio e sogro, o Visconde da Cunha Bueno, penetrara os sertões, devassara selvas, plantara lavouras, abriu fazendas, etc. *“e se mais terra houvera, lá chegara; fôra bem digno de seus maiores! Ainda nessa vigorosa e já longínqua mocidade, pregara a República e fôra um dos apóstolos magnos do novo regime. Depois lutara materialmente, expondo a vida e promovendo rebeliões, para consolidar a República, ao lado de Floriano Peixoto e de Bernardino de Campos. Vira todos os seus objetivos realizados; conquistara vitórias, em todos os prélios em que se empenhara!*

Ainda, depois, já no Senado, empreendera 3 campanhas capitais:

a) a do café, a qual foi concretizada por um projeto de sua autoria, datado de 1903, o qual engloba princípios econômicos que até hoje, meio século depois, ainda são únicos invocados, pelas muitas valorizações e defesa do do produto, que se tem feito. Ainda a respeito do café, o Senador Ellis, como se poderá vêr em outro capítulo dêste trabalho, manifestou-se contra o projeto Sampaio Vidal, que formou o germe do futuro D.N.C., de tão desastrada existência, como se presencia.

b) a da Docas de Santos, cujos objetivos foram totalmente atingidos, com a futura encampação, que o Estado de São Paulo, se propõe a realizar, de acôrdo com a mensagem nesse sentido, que, em 1948 o Executivo paulista dirigiu ao Legislativo Estadual.

c) a da S. Paulo Railway, também coroada de retumbante vitória, concretizada pela encampação da estrada pela União.

Com essas 3 nítidas vitórias, conseguidas pelas campanhas do Senador Ellis, sagrou-se êle como um general vitorioso, em batalhas travadas, às vezes concomitantemente, no redondel do Senado Federal. Dir-se-ia que, o Senador não poderia ter adivinhado o sucesso de suas campanhas, o qual só teve lugar 22 anos apóz o falecimento do velho Parlamentar! E' claro que, êle não poderia ter previsto que, a vitória viria, quase um quarto de século depois de sua morte, mas o Senador já se satisfazia com isso lhe dava imensa e eufórica felicidade, em ter a consciência

de seu dever cumprido. Além disso, êle sabia e me repetia sempre, que, o esforço por êle dispendido, a energia por êle gasta, os perigos e sofrimentos, por êle enfrentados, etc., ainda que, não produzissem resultados imediatos, ainda que, parecessem terem sido malbaratados, de futuro haveriam de frutificar, de modo que, nada teria sido feito em vão. O Senador plantava carvalho e não couve! O seu temperamento de homem apressado, aflito, ansioso e impaciente, fazia com que ele desejasse vêr o resultado imediato e como a decisão demorasse, êle muito se aborrecia por isso. O fato de ter êsse resultado vindo muito depois do passamento do Senador, embora o tivesse aborrecido, não fazia com que, o Parlamentar paulista dele desesperasse. O Senador Ellis bem sabia que, as vitórias teriam de vir! Poderiam demorar, mas a fatalidade econômica não falha nunca! O seu aborrecimento era em razão de seu gênio impulsivo e agoniado, no qual a sofreguidão e a pressa eram as linhas mais marcadas. Mas a tristeza de vêr a sua gente, os seus conterrâneos, os lavradores, como êle e o seu Partido, não terem a menor consideração, para com êle, que se evidenciava um sacrificado em holocausto a S. Paulo, temperava de crêpe, aquele aborrecimento, no qual estava sempre mergulhado, o velho Parlamentar paulista. Mas, mesmo assim, amargurado e desiludido, pelas muitas desconsiderações, mortificado e abatido pelas ingratidões, o Parlamentar paulista conservava o velho entusiasmo, outorgado pelo seu temperamento, eivado de eterna mocidade. Dele, dizia então, mais ou menos, nessa época, o ilustre jornalista Mario Rodrigues, no seu livro "*Babel*", 180:

"Nada, contudo, ainda me impressionou mais no Senado de hoje, do que a eterna juventude do Sr. Alfredo Ellis. Não imaginava encontrar naquella idade a febre do entusiasmo que assim compõe o garbo cavalheiresco, os desgarres varonis, o entono galhardo desse septuagenário moço. Calculo que o representante de S. Paulo tenha sido a meio século, entregue aos reptos e á propaganda. Valeria legiões. Dias atrás, apoz uma enorme lista de créditos, proporcionou-se discussão na alta Casa do Congresso do projeto que manda erigir as estatuas á Deodoro, Benjamin Constant e Rodrigues Alves.

Levantou-se o velho republicano. O assumpto não inspiraria vãos além da crítica sobre a oportunidade da iniciativa ou o valor dos cidadãos que a homenagem alcançava. Um erudito de arte salientaria, em conceitos serenos a diretriz da escultura que apanha os factos e só reverencia os homens que influem no desenrolar dos acontecimentos, para os associar em relevo accessório. O Sr. Alfredo Ellis, profligou a injustiça das preferencias históricas. Salientou quanto convinha estabelecer um

critério de sequencia uniforme no se anteciparem os premios da posteridade. Muito bem! Mas fel-o com uma vibração tal que parecia eletrizado de um interesse propria. Sua voz reboava chispando. Quem o ouvisse a distancia, supporia achar-se proximo a um incendio de adolescencia apaixonada, cujas fagulhas multiplicam as estrellas do céu. Frequentemente, a quaisquer propositos a cena reproduz-se de maneira a perpetuar o paradoxo vulcanico dentro da Sibeira enregelada. Sempre que o observo, a algidez dos outros, mumificados na mocidade, o contraste assombra-me. Num, a fé que se communica, ha uma alma que lucha e confia, a "facies" de um gentilhomem. Noutros ha a fatalidade dos destinos gelatinosos. O septuagenario demonstra ter 50 annos menos; os moços passaram os setenta sem um resquício de ânimo. São symbolos das phases antagonicas em que appareceram. Um, emergiu do bom tempo. O outro encarou a desesperança no caminho. Ninguem sabe como me deslumbram as constantes ressurreições do Snr. Alfredo Ellis, moduladas pelos traços de sua elegancia de campeador.

E' o fogo das lareiras sobre a neve. A athmosphera do regelo crêa a hypocondria, o desalento, a angustia da invernada acerba. Logo, a labareda se forma, cresce, sobe. Um hausto de optimismo penetra o coração aquecido pouco a pouco. E, embora ao derredor, os lobos uivem e as vozes tragicas da natureza marquem de angustias recalçadas a treva que conspira, ganha-se saúde só em olhar as chamas confortadoras.

Nesta Republica, felizes os que sanham!..."

Esse escrito, lembrando o perfil do tribuno paulista, era um generoso bálsamo para a sua ulcerada alma. Mas, a gente do seu Estado não via isso e para o Parlamentar vitorioso, em tantos prélios, só outorgava esquecimento. Um jornal do Rio, noticiando no ano de 1925 o aniversário do Senador, dizia, depois de uma grande série de adjetivos enfileirados:

"O illustre brasileiro terá hoje, sem duvida, oportunidade de vêr ainda uma vez como o país lhe reconhece todos esses titulos que envolvem o seu nome na admiração e do respeito dos brasileiros".

Esse respeito e essa admiração eram apenas, em teoria, vislumbrados, apenas pela generosidade do articulista. Nada disso existia, ou, pelo menos, não aparecia! O Senador Ellis sentia essa atmosfera de injustiças e de despeitado silêncio, que faziam propositadamente, em tórno de seu nome. A esse evidente descaso, que faziam do velho batalhador, os então novos políticos do Partido Republicano Paulista, se ajuntava sincronizada, a profunda ingratição da lavoura paulista, pelas suas asso-

ciações de classe, não se lembrando do encanecido lidador, em pról da defesa do café. Isso fez com que, no Senado, um dia, fosse proferido o seguinte discurso, em abono do que acima ficou dito:

“O Sr. Paulo de Frontin — O que não impediu que o orador official commettesse a injustiça de não citar o nome de V. Excia.

O Sr. Alfredo Ellis — O nobre Senador comprehende que o prato não é para quem o faz. A propósito dêsse aparte, depois farei algumas considerações

Sr. Presidente, o apartê de meu nobre amigo, eminente Senador pelo Districto Federal, cuja amizade eu prezo muito e a quem consagro grande admiração pelo seu bello talento e pelo seu espirito de iniciativa, largo e criador, me proporciona ensejo de dizer que não estranho não se ter feito referencia alguma a meu nome nesta campanha de valorização do café. Pelo contrario, já esperava.

Já tive occasião de vir a esta tribuna, por mais de uma vez, para impedir que me negassem pelo menos, a iniciativa consignada em 1918 para a segunda defesa do café.

O Sr. Paulo de Frontin — Ainda no ano passado, V. Ex. se empenhou nesse sentido.

O Sr. Alfredo Ellis — Em relatorio, Sr. Presidente, o Ex-Secretario da Fazenda de S. Paulo, o Sr. Dr. Cardoso de Almeida, fez referencia á grande vantagem da segunda defesa do café. E, nessa occasião, S. Ex. attribuiu a vários outros o concurso prestado para a grande operação, deixando-me em ultimo lugar, com um pequeninissimo quinhão e por muito favor.

Não sei porque negam-me sempre o reconhecimento do pouco que faço. Não digo isto por vaidade, absolutamente. Estou muito habituado ás injustiças da sorte. Era preciso que eu não estivesse ha longos annos exercendo a profissão de médico, para desconhecer o quanto é fardo pesado, neste mundo, o fardo da gratidão e como é raro esse sentimento.

E' como o radium nas jazidas da consciencia humana.

Sr. Presidente, naquella occasião, não me pude conter e vim a esta tribuna reivindicar a iniciativa da medida, tendo tido a felicidade de vêr as minhas palavras reafirmadas e corroborados pelos meus illustres collegas da Commissão de Finanças, como pelo operoso relator que tanto me auxiliou, quando propuz no seio da Commissão o projecto de emissão de 150 mil contos destinados exclusivamente á compra de 4 milhões de saccas de café.

O Sr. Dr. Wesceslau Braz deu-me a honra de me chamar e de me ouvir. Em poucas palavras, conhecedor do assumpto porquanto outra

cousa não tendo sido em tôda minha vida senão lavrador de café, expuz o plano a S. Ex. demonstrando a efficácia da medida e os lucros que naturalmente adviriam ao país, principalmente á União, que nenhum prejuizo teria, desde que a titulo de emprestimo, fornecesse essa quantia ao Estado de S. Paulo, para compra de café. Demonstrei por A -|- B que os lucros seriam immediatos e remotos. Immediatos porque a medida impediria que os torradores americanos se apoderassem da safra de café que estava atirada, sem defesa, no mercado. Remotos porque se salvava o aparelhamento que é essa immensa lavoura de café, representando para o estrangeiro o assombro econômico de século, embora seja elle desconhecido para a maior parte, senão a unanimidade dos brasileiros.

Realmente, é uma cousa notavel que, muitas vezes, quem menos conhece a cidade onde vive é justamente o habitante dessa cidade. Assim, quem menos conhece Londres é o londrino, da mesma forma que quem menos conhece a importancia da lavoura de café é o brasileiro.

Como já tive muitas occasiões de dizer desta tribuna, mesmo no Senado, a maioria de seus membros, senão a unanimidade conhecem unicamente o café da salinha quando o ingerem adicionando ao açúcar de Pernambuco ou de Campos. Entretanto, Sr. Presidente, uma das principais vantagens que a Nação colhe pelas mãos bemfazejas do Sr. Presidente da República ahí está patente. S. Ex. ensinou ao país inteiro que o café não é um producto paulista, mas um producto nacional; é a nossa fonte de ouro e nós precisamos defender não o producto paulista, mas o nosso sangue, a nossa vida porque elle é a nossa principal riqueza.

NÃO EXISTE NO MUNDO MINA DE OURO QUE SE POSSA COMPARAR Á LAVOURA DO CAFÉ.

Mas, até hoje, os elementos de defesa do café tem sido nullos e essa defesa tem sido feita intercaladamente, quando devíamos organizar ou executar um plano de defesa perene, permanentemente, que nos assegurasse um jorro certo de 50 milhões de esterlinos, anualmente, nos nossos orçamentos.

Entretanto, Sr. Presidente, o torrador americano, certo de nossa fraqueza, vendo que êsse producto é atirado, sem defesa, em uma ou duas praças do país, concentra nellas seus esforços e marca-lhe o preço.

Seria, porem, tão facil assegurar a defesa desse producto.

Bastaria que, reproduzindo-se o mesmo Convenio de Taubaté, com a *intenção de o executar* se congregassem os representantes de S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro, destinando, senão a sobre taxa inteira, ao menos uma porcentagem, para a criação de um instituto que tivesse por fim fornecer recursos bancários para a defesa do café. (O futuro instituto do café, de natureza estadual).

A operação seria tão simples que os americanos poderiam inutilmente quebrar a cabeça ou cansar os miolos, para nos vencerem na lucta.

Elles se apoderam da nossa safra, porque quem compra ao pobre é quem marca o preço.

Sr. Presidente, na época em que a safra aflui ao mercado, ha necessidade de muito dinheiro. Os lavradores precisam pagar seus colonos, que se tornam exigentes, não só porque desejam receber o que lhe é devido, como também porque assumiram compromissos com o commercio que lhes fornece recursos para a manutenção de suas familias. Além disso, as estradas de ferro, não transportam sem receber os fretes. Por essas razões e motivos a rapida affluencia de safra no primeiro semestre, correspondendo a 2|3, senão 3|4 partes que deveria ser distribuida pelo anno todo.

O que acontece é que o commissário de café, que ainda conserva o mesmo papel de banqueiro dos tempos coloniais, o commissario de café vê os seus recursos se exgotarem, não podendo fazer face á safra dos fazendeiros. Quer dizer que há um verdadeiro panico na praça. É preciso fazer-se dinheiro. O fazendeiro saca para pagar os colonos; o colono, urgido pelo commerciante, também urgido pelos seus compromissos...

Enfim, Sr. Presidente, é uma engrenagem complicada, que funciona enquanto o americano espera, friamente, o momento em que a avalanche da exportação venha esmagar-nos.

Não há Instituto de crédito, não há a warrantagem, de modo que, enquanto o commissário dispõe de recursos, enfrenta a situação, mas chega o momento em que elle é forçado a entregar o producto e ahi commecam os torradores americanos a marcar o preço nas taboas da Exchange Office de Nova York, considerando-nos como se fossemos colonos da costa da Africa. E não se reage, nem se pode reagir, porque não temos recursos. Lamento (respondendo a um aparte do nobre Senador pelo Districto Federal, a proposito justamente de minha intervenção o anno passado, desta tribuna, para vêr se era possivel salvar aquella safra), lamento nesses incidentes para a baixa, decorridos do anno passado até hoje, que não tivesse o Sr. Presidente da Republica ido fazer *in loco* o estudo, o exame do problema, como agora o fez, attendendo os avisos que lhe fiz desta tribuna.

Se as medidas hoje executadas tivessem sido postas em prática naquella época, quando eu gageiro previdente annunciei a tempestade; se naquella ocasião o Governo Federal, com o Governo Estadual em ação combinada e conjunta tivessem posto em pratica as medidas hoje realizadas, claro é, em lugar do torrador americano levar o nosso café, a safra inteira, por 6 centavos a libra, a teria adquirido pagando 12 centavos, porque o consumidor americano ou o consumidor do café, paga lá 24 a 25 centavos.

Quer isso dizer que fomos desfalcados em 600 mil contos do nosso patrimonio!

Se tivéssemos agido naquella epoca, se tivéssemos impedido e evitado essa sangria colossal, estaria o paiz nesta situação?

O Sr. Paulo de Frontin — É o caso do "*libertas quae sera tamen*"

O Sr. Alfredo Ellis — Sim, sempre é tempo, enquanto a morte não chega, de se ilaquear uma artéria cortada.

O Sr. Presidente da Republica, indo a S. Paulo estudando os factores do problema, verificou, naturalmente que era verdade o que venho affirmando desta tribuna, desde o anno passado, averiguando que o plano posto em execução, conquanto até certo ponto medrosamente, cautelosamente, deu um resultado o augmento do preço de uma libra por sacça de café e que se a safra actual for de 10 ou 12 milhões, lucrámos duas libras a mais por sacca.

Se esse plano tivesse sido ponto antes em execução teria concorrido para favorecer nossa balança commercial, concorrendo para o nosso orçamento e nosso patrimonio, com mais 25 milhões de esterlinos. Em todo o caso, como disse o nobre Senador: "*Libertas quae sera tamen*"

Estou convencido de que a acção do honrado Presidente da Republica, Dr. Epitacio Pessoa, vai produzir optimos fructos e vai resolver o problema e posso desta tribuna dar uma noticia optimista para o paiz: elle deixou inscripto nos Annaes de S. Paulo e na gratidão daquelle povo a certeza de que nesse Estado ninguem mais trabalhará para, apesar do seu trabalho e suor, tornar-se cada vez mais pobre, beneficiando e enriquecendo os torradores e industriais americanos que, com o seu peculio e o seu ouro nos sujeitam a uma verdadeira escravidão.

De facto. Sr. Presidente, eu tive a iniciativa da segunda defesa do café e agora, louvando e aplaudindo a Sociedade de Agricultura que galhardamente recebeu o honrado Sr. Presidente da Republica, cumpre-me dizer ao paiz que faço côro a essa homenagem prestada ao supremo magistrado, tanto mais quanto dessa sociedade, apesar do seu titulo, nem sequer recebi um cartão de agradecimento pelo facto de haver concorrido para os grandes lucros que auferiram o Estado de S. Paulo e o Thezouro Nacional...

Trato rapidamente desse ponto, Sr. Presidente, apenas para ficar firmado nos Annaes, esse curioso facto, que não constitui para mim orgulho, nem a elle me refiro com o intuito de pescar elogios. Não os quero, mesmo porque chegariam tarde demais...

Mas, Sr. Presidente, pedi e consegui, com o apoio e o concurso de meus illustres collegas da Commissão de Finanças, bem como dos meus pares do Senado, que attenderam á minha intervenção, 150 mil contos para a compra de 4 milhões de saccas de café.

Infelizmente, Sr. Presidente, dos 150 mil contos destinados á compra do café, o Sr. Ministro da Fazenda de então, ratinhando o mais possível, só consignou 110 mil para o empréstimo a S. Paulo, dando 40 mil contos ao Banco do Brasil.

Esses 110 mil contos foram, porém, bem aproveitados. O Ex-Secretario da Fazenda de então, Sr. Dr. Cardoso de Almeida, comprou com essa importancia 3.000.000 de saccas de café, a maior parte na praça de Santos e uma pequena parte aqui na praça do Rio de Janeiro. Liquidada essa operação, o Estado de S. Paulo devolveu integralmente á União os 110 mil contos que havia recebido.

E, anda ha poucos dias, menos de 15 ou 20, o Sr. Dr. Luiz Arthur Varella, procurador do Estado de S. Paulo veio, liquidar as ultimas contas com o Thesouro.

Sei, por intermédio desse illustre funcionario do Thesouro de S. Paulo, que a União auferiu dessa operação lucros liquidos na importancia de 65.000:000\$000 e o Estado de S. Paulo quantia igual. Quer dizer, Sr. Presidente, em sua simplicidade, que a União recebeu 175.000:000\$000 e para o Thesouro do Estado entraram 65.000:000\$000. Tive, Sr. Presidente, uma grande satisfação, ouvindo do Procurador do Estado essa resenha. Na minha carteira, porém, no meu archivo, não existe nem os meus filhos netos encontrarão nenhum agradecimento, quer da União, quer do Estado de S. Paulo.

Não venho provocar elogios; entretanto acho que tendo sido a operação de tal alcance, não deverá ficar o factio ignorado, pelo menos dos illustres collegas que prestaram o seu concurso, o seu auxilio, para que levassemos aos cofres da União 175.000:000 000 de reis que serviram para atravessarmos a zona perigosa das nossas finanças do anno passado.

Não sei como seria possível a administração publica, se não fossem esses lucros do café e a importancia paga pela França pelos navios ex-alemães.

Se maior tivesse sido a operação, maiores e melhores seriam tambem os resultados porque, se para a primeira operação concorreram factos extraordinarias como a geadá, agora, tinhamos a certeza do exito, porquanto a producção era muito inferior ao consumo, de forma que sendo elle superior á offerta do producto e tendo o Brasil monopólio do café, produzindo 15% *da producção mundial, podia impor o preço e em logar de receber 3 libras esterlinas por sacca, disputando-as ao torrador americano, poderiamos impor 4. E elles haviám de as pagar!

Sr. Presidente, aguas passadas não movem moinho. Eu aqui sou apenas o historiador.

Podem ficar certos os meus honrados collegas de que não me achei diminuido nem maguado pelo esquecimento de meu nome nessa festa, ou pela proposital annullação completa da minha acção, como disse o meu illustre amigo, o Senador pelo Districto Federal.

A consciencia do cumprimento do dever é o melhor premio e vale mais do que a homenagem que nem sempre traz o cunho da sinceridade e é disputada por outros que teem ambição e que exigem que seus nomes figurem nos grandes lances das finanças do país. Eu me

occupo estrictamente das minhas obrigações. Nunca disputei posições. Procuo ocupar dignamente e honradamente as que me são distribuidas pelo meu Partido, defendendo os interesses não só politicos como de tóda ordem, do meu Estado e os altos interesses da Patria. A Patria é a grande Mãe. Se ella ás vezes, como as nossas, é mais carinhosa para uns do que para outros de seus filhos, não se segue dahi que aquelles a quem ella distribui menos cuidados e menos carinhos, deixe de estimal-a menos...

Os apartes do nobre Senador pelo Districto Federal me levaram a tangenciar a minha pequena oração. Queira desculpar-me o Senado si por ventura fiz annotações á margem da história, tomando o seu precioso tempo. O meu único intuito, como disse desta tribuna é o de fazer côro com as homenagens que o supremo magistrado da Nação está recebendo no meu Estado. Levanto-me de tão longe, para atirar sôbre a sua veneranda cabeça, uma braçada de flores e dizer-lhe que além de outros actos benemeritos, praticados por S. Ex., esse que acaba de realizar, afirmando ao Estado de S. Paulo a segurança de sua defesa em prôl do café, é um gesto que merece os aplausos e não só de S. Paulo, mas do Brasil inteiro”.

*

* *

A propósito da Docas de Santos, a sua vitória só agora teve efetivação definitiva, com o projecto de encampação a ser realizada pelo Governô do Estado. Entretanto, no decorrer da Campanha contra a Docas, o Senador teve muitos altos e baixos, isto é, muitas vitórias e muitas derrotas. Assim, em pleno Governô Rodrigues Alves, o Poder Judiciário sentenciou a Companhia Docas de Santos a exhibir os seus livros, de acôrdo com a lei, para ser fixado o seu capital, efetivamente empregado nas obras do porto de Santos e sôbre isso ser calculada a porcentagem da sua renda líquida. Êsse fato equivalia a uma vitória parcial, a qual parecia definitiva. Por isso, foi celebrada pelo Senador Ellis, com as seguintes palavras, proferidas em discurso no Senado, as quais eram o clamor da vitória.

“Sr. Presidente, em dada occasião, e em certa época, um dos mais formosos talentos do Império, diante dos perigos que corria a vida do rei, ao iniciar os debates na Camara dos Deputados, principiou a sua oração com estas palavras: “Louvado seja Deus, ainda vive o Rei!”

Mais tarde, numa época sombria para o espirito e o coração republicanos, no dia 1 de Novembro de 1891, quando sobre a República esvoaçavam os maiores perigos, um dos mais bellos talentos da actual geração,

um dos corações mais democraticos, erguendo-se também da tribuna, principiava a sua oração, com essas mesmíssimas palavras: "Louvado seja Deus! Ainda vive o Congresso!"

Nenhum brasileiro, Sr. Presidente, deve ignorar esse facto. Quando o illustre Sr. Dr. Serzedello Correia pronunciou esta phrase no Congresso, estavamos sob a ameaça da dissolução e sabíamos e sentíamos dentro da nossa alma republicana que a Constituição, que havia sido promulgada, corria perigo de ser violada, como infelizmente e por desgraça o proclamador da Republica o fez.

Pois bem, Sr. Presidente, hoje, levanto-me desta tribuna para repetir a phrase histórica: "Louvado seja Deus! Ainda vive a Justiça!"

A questão Sr. Presidente, hontem julgada, em recurso de agravo pelo Supremo Tribunal Federal, foi iniciada nesta Tribuna. Pode-se dizer que aqui teve o seu prologo; justo é, portanto que eu venha dizer algumas palavras sobre o seu epilogo hoje que ella está terminada.

Em primeiro lugar, agradeço do fundo da alma, a solidariedade, conquanto tacita, porem generosa, condescendente e affectuosa dos meus amigos e companheiros de bancada durante esta rude jornada.

Tendo recebido delles a incumbência de vir tratar e discutir o assumpto de magno interesse não só para o Estado de S. Paulo, mas para o Brazil, suppuz e julguei que minhas forças não bastariam e se não fosse o alento que delles recebi, é bem provavel é quase certo que a tarefa teria sido ingente demais para os meus hombros e para a minha capacidade.

Bem sabia que, no fundo, era uma questão de direito político que se discutia. Sabem todos que eu não sou jurisconsulto; entretanto, não é preciso ser engenheiro ou mathematico para conhecer os princípios rudimentares da Arithmética; não é preciso ser physico nem médico para conhecer também os princípios gerais que regem a Physica e principalmente a Biologia. Não é preciso ser jurisconsulto para conhecer os princípios do Direito, haja visto o brilhante talento de Manoel Victorino, que tanto illuminou a tribuna desta Casa.

Affecta, como estava a questão ao juiz federal, Dr. Henrique Vaz Pinto Coelho lavrou a sua sentença.

Juiz pobre, íntegro, teve a rara felicidade de vêr a mesma sentença confirmada pelo mais alto tribunal do paiz. Atacado, vilipendiado no que um juiz tem de mais íntimo e de mais sagrado, não lhe deve isso importar; pelo contrario.

S. Ex. deve estar satisfeito porque as letras dessa sentença foram douradas pelo brilhante apoio, quase que unanime do Supremo Tribunal, transformando-a em um florão de gloria, para sua fé de officio de magistrado honesto e digno.

Bem sei que o juiz precisa de estoicismo, da abnegação dos antigos martyres, quando desciam ao circo romano, para enfrentar as feras,

propositalmente guardadas, afim de lhes acirrarem a fome e a ferocidade.

A esse nobilissimo juiz os meus applausos, o applauso de uma consciencia que nunca tergiversou, recta, firme e autera.

Sr. Presidente, conta um jornal londrino que um dos seus correspondentes na Guerra do Oriente, em uma tarde serena de Outubro, quando o sol mergulhava no Pacifico, lado a lado do heroico General japonês Noji perguntou-lhe subitamente:

— “General, quantos filhos tendes?”

O heroico e nobre soldado, extendendo a vista pelas silhuetas das fortalezas russas, com lágrimas na voz, mas com o rosto sereno e austero, disse:

— Tinha dous. Um morreu a frente de seu batalhão combatendo na batalha de Kiau-Cháo, varado pela fuzilaria russa. Outro, matou-o a luz verde, (A côr symbolica da esperanza).

Esse heroi fôra commandando um batalhão de voluntários á morte, com a incumbencia de cortar as cercas emmaranhadas de arame farpado, que impediam o ataque á infantaria japonesa.

Offereceu-se e o General Noji deu-lhe o commando, declarando que elle levantaria o facho de luz verde para affirmar ao exercito japonéz que os embaraços haviam desaparecido e que o ataque podia ser realizado. Disse-lhe porem que ele seria o martyr, o primeiro voluntario da morte, infallivelmente sacrificado pela fuzilaria russa, uma vez que vissem surgir na escuridão aquelle facho de luz.

Foi o ultimo sacrificio. O pòbre coração de pai acompanhou a marcha daquelle heroico voluntario da morte que seguira para dar á Patria a propria vida. Horas depois, Sr. Presidente, no meio das trevas, surgiu aquelle facho de luz verde; surgiu e desapareceu porque as metralhadoras russas haviam varrido a esplanada de onde surgira aquelle pharol, para o General japonez a luz verde da côr symbolica da esperanza.

Sr. Presidente, é um facho semelhante que, desta tribuna eu levanto para levar animação ao povo de minha terra, que deve acreditar na redempção, na libertação do imposto que paga ao minotauro de Santos.

É possivel que eu caia, mas cahirei cumprindo o meu dever. Luz verde, luz da côr symbolica da esperanza, luz que com os seus serenos e dourados raios tanto embeleza e alegra o palacio faustoso dos ricos, como a choupana núa e esburacada do pobre, que atravessa as mais fortes e grossas muralhas, para levar alegria e o consolo aos opprimidos, no fundo das masmorras e suave conforto aos condemnados, até na ingreme escada do cadafalso. Luz verde, luz da côr symbolica da esperanza, illumina-me o coração, fortalece-me para que eu cumpra o meu dever até o fim”.

Vitória illusória, de curta duração, como as rosas de Malherbe, pois Nilo Peçanha, que mais tarde, havendo por morte do eminente Presidente Affonso Penna, galgado a suprema magistratura da Nação, celebrou com a Companhia Docas, o famoso "*Acôrdo Aditivo*", o qual passava por cima da lei e da jurisprudência do Poder Judiciário, com o julgado de juizes do Supremo Tribunal Federal. Por êsse malfadado ato de Nilo Peçanha e do seu Ministro Francisco Sá, a Companhia Docas de Santos obtinha tôdas as imoralidades que pleiteava, a custa do sacrificio do povo paulista. Era a derrota do senador Ellis e o fim lamentável da sua campanha! Mas, o Senador Ellis era como a Inglaterra, que perdendo batalhas, ganhava as guerras! A teimosia e a persistência do invencível celta faziam no indomável! O tempo passou! Quase meio século se foi! O Senador Alfredo Ellis caíra no esteira da vida, tendo sempre, ante os olhos, a luz verde da esperança! Vem agora o Poder Público estadual e pede, para a solução do temeroso problema do entupido porto de Santos, a encampação da Companhia Docas de Santos, pelo poder estadual. Vitória completa do Senador Ellis!

"LIBERTAS QUAE SERA TAMEN".

A luz verde da esperança, iluminou a última fase da vida do Senador Ellis, materializou, finalmente, uma brilhante realidade! (A encampação ainda que não tenha sido feita, por certo o será. E' uma fatalidade!) Era isso, exatamente, o que objetivava o Senador Ellis. Poderia haver vitória mais completa?

Não resta dúvida que, a carreira senatorial de Alfredo Ellis, reuniu 3 espetaculosas e incontestes vitórias, as quais ainda que, não sejam lembradas e ainda que sejam ignoradas, não deixam, entretanto, de ser evidentes e da mais alta importância. Mas, além dessas 3 vitórias, acima assinaladas e perfeitamente evidenciadas, durante o seu período senatorial, ainda existem na bagagem parlamentar do Senador Ellis, um ato, que pela sua magna importância, muito recomenda e evidencia a sua maravilhosa clarividência, especialmente em assuntos economicos referentes ao café. Isso não falando das vitórias, que êle obteve, como Deputado, no início da República! Como já deixamos bem esclarecido, em outra parte dêste trabalho, o Senador Ellis previu o desastre, que seria o D.N.C., com as desgraçadas e terremóticas consequências, que decorriam fatalmente da materialização de um aparelhamento permanente de defesa e de valorização do café, de natureza federal. Como ficou demonstrado, nêsse trabalho, no capítulo referente á última valorização do

café, o Senador Ellis previu expressamente o desastre, que seria de futuro, para S. Paulo, o projeto Sampaio Vidal, que materializado em lei, acarretou mais tarde a criação do D.N.C. O que tem sido êsse nefasto aparelhamento, foi previsto, com visão profética, pelo Senador Ellis, que então, nada pôde fazer por suas idéias.

*

* *

Uma vida assim constelada de vitórias, vale a pena ser vivida!

CAPÍTULO XXXII

OUTROS TRAÇOS PSICOLÓGICOS

Quase nunca o Senador Ellis acompanhou os Governos da União! Entretanto, embora, com as relações pessoais cortadas com Campos Salles, nunca se opôs ao Governo desse grande paulista e não fez côro, jamais, com aquela onda envenenada da opinião pública da Capital Federal, que ingratamente apedrejou o "*solitário do Banharão*"! O Senador Ellis dizia sempre que, a opinião pública é muito volúvel, pois o mesmo povo, que, compacto, havia recebido Cristo com palmas, no Domingo de Ramos, iria o crucificar, daí a alguns dias. Foi essa mesma opinião pública, que preferiu soltar Barrabás e crucificar o Divino Mestre. Assim, o Senador, não tendo sido um palaciano, nunca foi um cortejador dessa dama volúvel, que era a opinião pública. O grande erro de Campos Salles, segundo o Senador Ellis, foi ter ido buscar um homem da Monarquia, para sucedê-lo, como Presidente da República, tendo o histórico Bernardino. Eu explico e justifico esse ato de Campos Salles, pois ele teria querido reservar o histórico e grande administrador Bernardino, para de novo governar S. Paulo, a sua terra idolatrada, para a qual ele Campos Salles, o magno apóstolo da República, teria reservado o maior nome. Daí, o esforço feito por Campos Salles, para impor para Presidente de S. Paulo, o grande Bernardino, que já havia realizado, nesse Estado, uma grande administração. Para a União, Campos Salles não teria almejado um tão grande estadista do porte de Bernardino, daí ter ele escolhido um homem da Monarquia! Parece que, para Campos Salles, cujas idéias todos bem conhecem, o Estado de S. Paulo, sua terra, teria muito mais significação, muito mais importância do que a União. Com isso, ele teria pensado em dar a S. Paulo, o maior homem, o mais sábio administrador, e um estadista do primeiro nível e á União um, que seria apenas um continuador, de sua política financeira.

Terá fundamento esse raciocínio hipotético? Depois, no período Rodrigues Alves, o Senador Ellis sempre apoiou o Presidente, que continuou, mas iria pôr termo ao período da "*influência paulista*", mas não poupou o seu auxiliar Lauro Müller, amigo da Docas de Santos. O Conselheiro Rodrigues Alves sempre dera aos seus Ministros grande liberdade de ação. O Senador Ellis apoiava o Presidente, mas combatia o Ministro, com sua política de proteção à Docas. Com Rodrigues Alves terminaria a "*influência paulista*". O Conselheiro, que aderira á

República, se fazia suceder por outro Conselheiro e mineiro, fazendo o país sair definitivamente da órbita dos históricos e fazendo também cessar o período dos presidentes paulistas. (1). Foi êle o criador da "*influência mineira*", que teve lugar com Afonso Penna, Carlos Peixoto, David Campista, e outro.

O Senador Ellis, sem ser palaciano, apoiou e louvou muito êste govêrno mineiro, mesmo porque, êle pelo seu Ministro da Viação Miguel Calmon, obrigou a Docas ao cumprimento da lei. Com a morte dramática de Affonso Penna, o Executivo da União caiu nas mãos do mestiço Nilo Peçanha. Contra êsse Govêrno, o Senador Ellis moveu uma opposição feróz e jamais vista! Essa luta encarniçada, contra o Govêrno da União, foi muito mais, pelo que Nilo Peçanha representou como protetor da Docas, o que decidiu, contra êle, a furiosa campanha, que o Senador Ellis levava a efeito contra o "*polvo*" de Santos, do que pelo que êle, Nilo, fez pela candidatura do Marechal Hermes. Durante o quadriênio Hermes, o Senador Alfredo Ellis manteve uma opposição cerrada governamental, destacadamente ao lado de Ruy Barbosa. Com Wenceslau Braz, o iniciador da segunda influência mineira, no início, êle continuou na opposição mas, essa se foi amainando, a ponto de insensivelmente se ir extinguindo.

Em S. Paulo, a attitude política do Senador foi diferente! Êle quase sempre esteve com seu Partido! Mesmo assim, não foram poucas as vezes, que o Senador Ellis divergiu da orientação de seu agremiado político. Êle não podia alienar a sua capacidade de encarar as questões e os problemas, em favor dos dirigentes do Partido, nem todos com a mesma idoneidade intellectual no nível da sua (V. capítulo "*Sucessões Paulistas*") Êles, os membros diretores do Partido, costumavam tomar, unilateralmente, as suas deliberações, sem ouvir sequer os elementos da bancada paulista federal. Não costumavam ter sequer consideração precisa, para os serviços prestados pelo velho patriarca do novo regime, o ouvindo sôbre os problemas, que surgiam e sem êsse dever comesinho de mera educação política, já não falando da hierarquia, que necessariamente deveria existir no Partido. Sem embargo dessa indesculpável falha, o P.R.P. e seus dirigentes, muitos dêles muito mais jovens que o Senador, queriam, unilateralmente, impor as diretrizes, muitas vezes, menos sábias, por êles tomadas, aos mais graduados servidores do

(1) — Essa "*influência paulista*" foi apenas nominal, pois São Paulo nada lucrou com ela e foi durante a sua vigência que, S. Paulo teve o seu menor prestígio! Paradoxo, mas também, a verdade!

Partido, da República e do Estado. O Senador Ellis, que se envaidecia de seu passado e conhecendo bem o seu valor, superestimava o nível de sua posição política, não se acomodava e não obedecia! Êle só acatava o que se acordasse com a sua própria orientação. Daí a sua indisciplinada contrariedade contra o P. R.P., ao qual êle obedecera cegamente, apenas no início da República. Depois, já neste século, êle sempre tergiversava e não acompanhava com rigor as diretrizes partidárias. O Senador Ellis era muito particularista, para comungar cegamente numa determinada orientação partidária, na qual êle não houvesse participado. Êle adotava bem o lema da nossa cidade: "*Non ducor, duco*". Era muito altaneiro, independente, altivo e bem conscio do valor de seu passado e apóstolo do novo regime, para se curvar, ante o comando, dos que não tinham os galões, que lhe bordavam a túnica de velho general. Assim, com o seu particularismo, a sua linha de altiva independência, o Senador Ellis manteve cerrada oposição a Nilo Peçanha, que, êle dizia, protegia a Docas de Santos, tantos eram os favores, que essa empresa "*polvo*" obtinha do Govêrno Federal. Era tão continua a investida do Senador piratiningano, contra Nilo Peçanha que, em sessão do Senado, em 1910, quando o ex-Presidente da República, terminado o seu período, embarcava para a Europa, o Senador Ellis disse:

"Sr. Presidente, como as pombas de Raymundo Corrêia, vae-se a primeira pomba despertada, mas, a pomba que vae do Brasil, nos abandona de papo cheio para desgraça do Thezouro Nacional".

Era tal a incontidência de linguagem do Senador Ellis, em seus arroubados e vulcânicos discursos, que, com dificuldade, o seu violentíssimo frasear, que em mortíferas e incoercíveis rajadas se arremessavam contra os altos poderes da República, se acomodavam ao ambiente senatorial. Assim, o Senado, ante a linguagem ferina do Senador Ellis e não havendo quem ousasse combatê-lo, deliberou cercear a liberdade do tribuno, reagindo o Senador Ellis, contra essa disposição amputadora da liberdade de palavra, com o seguinte discurso, pelo qual se vê facilmente a magua e a indignação contra o recurso empregado, pela maioria senatorial para combatê-lo, em falta de outro:

"Sr. Presidente, occupando-me hoje do *escandaloso* decreto de 4 de Outubro do anno passado, que autorizou o *celeberrimo* accôrdo com a Companhia Docas de Santos, isto é, o *arranjo* — l' *arrangement* —

como ella mesma já o denominou, venho trazer ao conhecimento do Senado e do paiz inteiro, um documento em que essa propria Companhia *confirma* muitas das accusações que fiz, ao apreciar esse acto *immoral* do Governo, que, mui merecidamente, já passou á Historia como o "*moleque do Catete*"

"Sr. Presidente, na sessão do dia 16, o honrado Senador por Matto Grosso, apresentou á Mesa uma indicação que vizava ampliar as attribuições conferidas ao Presidente do Senado, pelo artigo 34 do nosso Regimento.

Não compareci propositalmente á Sessão de hontem, porque suppuz que o Senado a votaria, como de fato o fez, sem mesmo o parecer da commissão de Constituição, atendendo a um requerimento de urgência acceito pela Mesa e votado pelo senhores Senadores.

Sou informado de que a approvação deu-se por unanimidade.

A' indicação foi incorporada **uma emenda**, incluindo além dos membros dos Poderes Executivo e Legislativo, os do Judiciário.

Não compareci á Sessão, para não ser a nota discordante no harmonioso concerto e para não quebrar a decantada unanimidade.

Julguei e julgo *improficua, supérflua* e redundante a referida indicação. Podia appellar para V. Ex. Sr. Presidente, para o seu testemunho sôbre o respeito e o acatamento que sempre prestei á sua autoridade de Presidente do Senado.

Nunca recusei acceitar. respeitando o dispositivo regimental que prohibe expressões aggressivas da tribuna, modificações, alterações ou cortes, por ventura aconselhados por V. Ex. Não é, portanto contra o espirito de indicações, propriamente, que me insurjo; porque, como acabo de expor, acatei sempre o artigo 34 do Regimento e respeitei a autoridade de V. Ex., quando julgava opportuna a applicação do dispositivo. Insurjo-me, porém, contra a indicação tal qual foi formulada e redigida, porque nella vejo uma censura não só a mim, directamente, dirigida a proposito de meu ultimo discurso pronunciado na Sessão de 12 do corrente, neste recinto, como tambem á Mesa que presidiu a referida Sessão.

Nem podia ter sido o intuito do seu illustre autor, porque, a medida reclamada era *pleonastica*, estando, como está claro e positivamente exarada no referido artigo do Regimento do Senado.

Permitta-me, pois, o Senado, que sobre o assumpto faça algumas ponderações.

Teve razão o grande philosopho Leão Tolstoi, quando disse que "*compreender tudo é tudo perdoar*".

Adopto essa formula neste momento, tanto mais quanto o Senado tem presenciado a longa campanha que ha mais de 5 annos venho fazendo, desta tribuna, contra as extorsões e abusos praticados pela Empresa Docas de Santos.

Após porfiada lucta, o Góvêrno do Sr. Affonso Penna, querendo obrigar a Companhia á exhibição de seus livros para dar execução ás imposições da Leis 1.746, de 13 de Outubro de 1869 do seu contracto no sentido de apurar o capital *effectivamente* despendido, para os effectos da revisão e redução de tarifas, se demonstrado ficasse que a renda era superior ao limite máximo de 12%, baixou o decreto n.º 6.501 de 6 de Junho de 1904. Aº recusa da Companhia ao cumprimento do decreto, appellou o Governo para o poder Judiciário.

Manifestou-se este em 3 "*ACCORDAOS*" ordenando a exhibição, *sob pena de prisão*. O Governo *HONESTO* do Dr. Affonso Penna conseguiu a victoria.

Estava, positivamente, finda a campanha. E, quando, vencida a poderosa Empreza, esperava o povo, prejudicado e opprimido por tarifas de revoltante iniquidade, allivio ás tyramicas extorsões que o Congresso passado, com um simples traço de penna, capitula VERGONHOSAMENTE e concede á riquissima Companhia, *favores superiores aos que ella pedia, ou jamais pretendera*.

Pergunto aos senhores Senadores, se era ou não justa a minha indignação contra o INDECOROSO acto que além de annular todos os meus esforços, vinha consagrar e perpetuar iniquo esbulho que o povo de S. Paulo soffria e ainda soffre.

A advocacia administrativa, conseguiu a victoria, sacrificando a Lei, os altos interesses do Thesouro Federal e sobretudo os do povo inteiro, espoliado e sugado, pela ganancia de uma Empreza que vem afinal CONFESSAR EM DOCUMENTO PUBLICO a procedência de todas as accusações que contra ella haviam sido feitas desta tribuna.

Sr. Presidente, perante o Governo passado, mais do que 3 "accordãos" do Supremo Tribunal Federal, mais, muito mais, do que os interesses do povo paulista, pesou A ADVOCACIA ADMINISTRATIVA posta em actividade pela Empreza archi-milionaria. Apesar disso, o Senado, votando a indicação do nobre Senador, não hesitou em arvorar-se em SYNHEDRIO para condenar a indignação e vehemencia de linguagem do defensor da Lei e dos interesses do povo, revoltado pelo fato de sentir a sua impotencia para impedir o monstruoso attentado, elle que, para este recinto foi enviado pelo povo paulista, para resguardar e defender seus interesses e seus direitos.

O Sr. Victorino Monteiro — A indignação, por maior que ella seja, não justifica as offensas dirigidas por V. Ex, a membros do Governo e desta Casa. Foi contra isto que protestei e continuarei a protestar.

O Sr. Alfredo Ellis — Não me abalam, nem modificam minha attitude, o protesto de quem quem que seja.

Isolado, só, neste recinto, sem contar ou esperar um único apoiado, sem ter como unico opposicionista neste recinto, dentro todos os collegas um simples olhar de sympathia...

O Sr. Pedro Borges — Puro engano de V. Ex.

O Sr. Alfredo Ellis — ... declaro a V. Ex. Sr. Presidente que, nesta Casa e desta Tribuna, jamais levantei a voz para tratar de uma questão pessoal.

Todos os assumptos que aqui teem sido por mim debatidos trazem o *cunho do interesse público* e, como me incarno com as causas que advogo e defendo, é bem possível que minha linguagem franca e enérgica reflecta e espelhe as asprezas de um temperamento de velho e irreductivel lutador.

Voltando ao assumpto, Sr. Presidente, devo dizer que o Senado, além de desconsiderar da Mesa, como já disse, votando a indicação, nada mais fez do que solapar o seu proprio prestigio pela base.

Vozes — Não apoiado,

O Sr. Alfredo Ellis — Como quem no singular prazer de arrancar um olho no adversário, se dispuzesse a arrancar dous dos seus.

Vozes — Não apoiado,

O Sr. Alfredo Ellis — Sou o primeiro a reconhecer que não deve ter cabimento nem deve ser usada, neste recinto, linguagem vehemente ou enérgica em demasia.

O Sr. A. Azevedo — Muito bem.

O Sr. Alfredo Ellis — Entretanto, os senhores Senadores não podem deixar de concordar que é ella, muitas vezes, o UNICO correctivo aos abusos do Governo.

O oceano revolta-se, só o pântano não se rebela.

Reduzido o Senado á essa situação de quietude e estagnação, pergunto: — Qual o correctivo á sua disposição, ás acções illicitas e illegias de um Governo desabusado e deshonesto?

Comprehende-se o ARROCHO nos parlamentos dos países regidos pelo systema monarchico, porque os chefes desses países — Reis ou Imperadores — são considerados pessoas sagradas e inviolaveis, mas num regime democrático como é o nosso, excessos de linguagem nunca produziram mal algum às instituições.

A liberdade, Sr. Presidente, é como a lança do heroi grego: *cura as feridas que faz.*

Se o Governo pratica abusos, qual o meio de que dispõe, ou ao alcance do Poder Legislativo, para corrigi-los e evitar que outros venham a ser consumados?

Não será o caso de repetir-se aquella célebre e espirituosíssima phrase de Affonso Karr sobre a abolição da pena de morte: *que os assassinos, antes della ser decretada, deveriam principiar por adopta-la?*

Não haveria abusos, Sr. Presidente, nem excessos de linguagem ou de tribuna, se os Governos não abusassem tambem. E' crível, por ventura, que um Senador, no uso de suas faculdades mentais, se erguesse

da tribuna para verberar actos praticados dentro da Lei e pautados pelas regras mais comestivas da justiça e da proibidade?

É claro, é evidente que não, Sr. Presidente.

E', portanto, justificavel e não só justificavel muitas vezes necessaria, em casos excepcionaes,, a linguagem cortante, como remédio imprescindivel aos desmandos do Poder Executivo.

Não posso crer, Sr. Presidente, que o Senado pretenda que eu, na autopsia de certos actos do Governo passado, *felizmente terminado* ao sentir jorrar a torrente de pub infecto sob o gume do meu bisturi, venha mentir ao paiz — ao Senado — affirmando' o contrario — dizendo que em lugar de puz, encontrei tecidos nobres e saos.

Quererá o Senado que se substitua a violencia da linguagem por *eufemismos* e *acrobacias dedialética*, para dar a entender veladamente, discretamente, o que se quer dizer?

Receia, por ventura o Senado que a VERDADE límpida e pura, penetre neste recinto, deslumbrante em sua nudez encantadora, ou exige, apavorado pelo seu decoro periclitante e para não ferir a sua pudicicia melindrosa, que ella entre bem *embuçada e disfarçada* de forma a não ser reconhecida?

Não terão, por acaso, os senhores Senadores, para as suas formas divinas, os mesmos olhares amorosos e cúpidos dos nossos collegas no Aereopago Grego, quando Phrynéa, resplandecente de belleza, aos seus olhos surgiu nua, completamente nua?

O que é facto que depois de haverem-na comdenado, subjugados pela formosura inegalavel daquella mulher, absolveram-na por unanimidade.

A verdade, não é menos formosa, nem menos divina.

Sr. Presidente, o prestigio do Senado, tem por base e pedestal a verdade!

O Sr. Mendes de Almeida — “Fortiter in re, suaviter in modo”.

O Sr. Alfredo Ellis — Ora, Sr. Presidente, se a Mesa, conforme já disse tinha e tem á sua disposição, sujeito ao seu exclusivo critério, o artigo 34 do Regimento, para os casos excepcionais, como esse que se debate e que estou discutindo, claro é que, a indicação proposta, além de redundante, não passa de uma excrecência completamente inutil e anodina ao mesmo Regimento.

Devo declarar que, faculdades tão discricionárias conferidas á Mesa podem, em dados casos, crear grandes perigos para o próprio Senado.

Amanhã poderá ser a arma de dois gumes, que poderá ferir em quem apresentou a indicação, se, por ventura, estiver collocado em situação idêntica á em que está o obscuro orador.

O Sr. A. Azeredo — O Sr. Campos Salles ahí está a ouvi-lo. Durante 4 annos eu lhe fiz opposição e nunca me tornei incompativel com S. Ex. ahí está o testemunho de S. Ex.

O Sr. Mendes de Almeida — Ha recursos contra os abusos da Mesa.

O Sr. Alfredo Ellis — Respondendo ao aparte do nobre Senador por Matto Grosso, devo dizer que não há paridade entre a sua e a opposição que fiz ao passado Governo.

Um esquecimento houve da parte do illustre Senador por Matto Grosso ao formular a sua indicação, reguladora dos bons costumes desta Casa os Senadores, cerceada a liberdade da tribuna, sem meios para verão exceder neste recinto.

Mas, Sr. Presidente, que dirá o povo lá fora, quando por ventura, neste recinto não vibrar mais a palavra com a vehemencia necessária e correlata, a certos e determinados abusos? Que dirá o povo quando nesta Casa os Senadores, cerceada a liberdade da tribuna, sem meios para demonstrar a repulsa de certos actos, callarem-se ou só fallarem baixo, de forma a não serem ouvidos lá fora? Que dirá o povo, senão que o Senado da República é uma corporação de castrados e eunucos porque só no Palácio do Sultão se falla baixo e ninguem allí ergue a voz?

Mas, Sr. Presidente, é claro e evidente que, se por ventura empreguei em meu discurso phrases rubras, se empreguei o ferro em braza ou o fiz não me occultando, cobardemente, atraz da inviolabilidade ou immunidades que cercam esta tribuna.

O Sr. Antonio Azeredo — Mas que pode fazer um membro do Governo?

O Sr. Alfredo Ellis — Tanto aqui como lá fora respondo pelas palavras e phrases aqui pronunciadas.

O Sr. Antonio Azeredo — Creio que como todos os Senadores.

O Sr. Alfredo Ellis — Não há dúvida que necessidade pois de freio da indicação, quando o orador assume tôda a responsabilidade e não se excusa de conceder ao offendido todo o direito de desaffronta?

O Sr. Bernardo Monteiro — Qualquer de nós responde pelos seus actos.

O Sr. Alfredo Ellis — Quando os praticam não passam por esta Casa senão para dizer *amen* a todas as ladainhas.

Fica, portanto, bem claro, que não havia necessidade da indicação, approvada exclusivamente com o fito de irrogar-se uma censura a um collega.

O Sr. Antonio Azeredo — Não apoiado.

O Sr. Generoso Marques — Não foi subscripta a V. Ex. Se fosse, muitos e muitos Senadores não a votariam.

O Sr. Alfredo Ellis — Agradeço penhoradissimo, a affectuosa e nobre declaração de meu illustre amigo e colega, Senador pelo Paraná.

O Sr. Generoso Marques — Assignei a indicação, mas não foi meu intuito, como não foi intuito de nenhum dos senhores Senadores censurar a V. Ex.

O Sr. A. Azeredo — O nobre Senador por S. Paulo não encontra-

rá na justificação que fiz, da indicação, uma só palavra que possa se referir a S. Ex.

O Sr. Alfredo Ellis — Não guardo ressentimentos. De facto, não ví no discurso do nobre Senador por Matto Grosso, phrase alguma que directamente me attingisse. Apesar disso, cumpre-me agradecer a declaração que com louvavel e nobre franqueza acaba de fazer. Estou certo — convencido — de que S. Ex. não prestaria jamais o seu concurso, o seu apóio para se arrochar o povo de S. Paulo, contra tarifas excessivas e exorbitantes.

Tenho certeza, Sr. Presidente, e cortem o que quiserem cortar nos meus discursos contra a Docas de Santos que há de ficar indestructivel a argumentação que formulei para demonstrar o esbulho e a espoliação sofrida, ha muitos annos, pelo povo paulista.

A própria empresa confessou num *manifesto* que apresentei neste recinto, na sessão de 13 do corrente.

Só na verba de custeio a empresa retira da renda bruta mais de 3.000 contos de réis, além da somma necessária para a execução desse serviço!

A victima é o contribuinte que tem por missão: *pagar a não bufar*.
.....

Se por acaso o Governo julgar conveniente fazer o resgate das obras, dezenas e dezenas de milhares de contos sahirão do Thezouro Nacional, INDEVIDAMENTE, porque o Governo, pela Lei e pelo contracto, só devia pagar a quantia effectivamente gasta e não a SOMMA DOS ORÇAMENTOS, conforme a advocacia administrativa conse-guiu do Govêrno passado.

Sr. Presidente, meu nobre amigo Senador por Matto Grosso, ao fundamentar sua indicação, se vizasse responder ao meu discurso, deveria adduzir argumentos que destruíssem os que eu havia empregado em minha oração.

Sr. A Azeredo — Não me referi pessoalmente a V. Ex. Não ia combater os argumentos, mas a linguagem; os argumentos ficam.

O Sr. Alfredo Ellis — Aceito mais essa declaração do nobre Senador. Diz S. Ex. que não estava de accôrdo com a vehemencia de linguagem, mas sim, absolutamente de accôrdo com os agrupamentos e demonstrações, empregados por mim, para defender os interesses do Thezouro Nacional e os do Estado de S. Paulo.

Devo lembrar, entretanto, que a peroração incriminada nada mais é do que a consequência lógica das premissas estabelecidas no corpo do discurso, premissas que S. Ex. aceita e com as quais concorda, como acaba de declarar. Ora, Sr. Presidente, não posso comprehender como o nobre Senador, aceitando as premissas, pode se esquivar ás conclusões que dellas emanam irresistivel e logicamente.

Uma de duas: ou S. Ex. não concorda com a argumentação e, ipso

facto, rui por terra a conclusão; ou S. Ex. concorda com as premissas e ipso facto, não pode rejeitar a conclusão ou suas consequências.

O Sr. A. Azeredo — Não apoiado.

O Sr. Alfredo Ellis — Se concordou com as premissas, nem podia deixar de o fazer, porque a própria empresa é quem as vem confirmar, claro é, é logico que não pode recusar salvo quanto a forma, dependente do temperamento, peculiar a cada um de nós, as incluíveis consequências que se impõem com a força de axiomas.

Sr. Presidente, é difficil e exhaustiva a tarefa, terrível a luta que venho sustentando durante tantos annos, nesta tribuna.

Nenhum dos senhores Senadores deixará de reconhecer.

Cumprí o meu dever. Era necessário que o povo paulista verificasse que nunca senti arrefecimento ou entibiamiento do animo na defesa de seus justos interesses.

Assim como o sol, para brilhar precisa de um céu sem nuvens, a verdade exige *uma consciencia sem mancha e a croagem para affrontar todos os perigos.*

Entendendo que a indicação do nobre Senador por Matto Grosso, hontem votada, envolvia até certo ponto uma censura a esta cadeira, que immercidamente occupo (não apoiados) pela confiança do povo paulista, pretendia apresentar, antes de deixar a tribuna, um requerimento verbal para que V. Ex. Sr. Presidente se dignasse consultar o Senado, se consentia que fossem supprimidos todos os meus discursos dos Annaes do Senado Federal.

O Sr. Generoso Marques — Desde já voto contra.

Vozes — Apoiado (muito bem, muito bem).

Além dêsses traços psicológicos anotados acima, devemos recordar outro sulco, que assinalava a mentalidade do representante paulista: era o seu constante bom humor. Êle inventava pilhérias, que contava, mesmo em rodas pouco discretas, de modo que, muitas das suas anedotas, transpiravam e chegavam mesmo à Imprensa, de modo a fazer onda na opinião pública. Assim, foi êle creador do termo "*Seu Mé*", que teve voga no Rio de Janeiro. Igualmente a êle se deve a denominação *de burro sem rabo*", dada aos portuguezes, que no Rio de Janeiro, pelo asfalto empurravam carrinhos de mão, transportando, pela cidade desacidentada, enormes pesos, os quais não poderiam ser transportados, em cidades, que não tivessem o calçamento da capital do país. Foi êle quem disse certa vez, que o Padre Eterno ao fazer o mundo, descuidou-se e colocou no Brasil muito ouro, muito ferro, muitas riquezas naturais, etc. e para neutralizar, depois, tanta prodigalidade de inconscientemente concedida, pôs o portuguez...

A propósito de Nilo Peçanha, o Senador Alfredo Ellis, em 1922, inventou a seguinte pilhéria, que contava a toda gente, sem a menor reserva:

“Chegando eu aos Estados Unidos, ainda ao findar a Guerra de Secessão...

dizia êle comunicando a ênfase de seu entusiasmo, ao auditório:

“Encontrei, em vigência o recrutamento. Um dos recrutas do Estado de Pennsylvania, alegando moléstia ignorada baixou ao hospital do exército, afim de aí ser verificada a incapacidade que vitimava o paciente e se o seu estado de saúde comportava ou não serviço ativo nas forças armadas.

Nessa ocasião, muitos dos recrutados, não querendo servir nas forças de guerra, se mutilavam voluntariamente, de modo que, os casos de incapacidade física, eram muito numerosas.

O hospital do exército do Estado de Pennsylvania, ficou em tremenda dificuldade para resolver sobre o caso daquele recruta que fôra internado nesse estabelecimento sanitário, para aí ficar em observação e ser verificada a sua incapacidade para o ministério das armas.

O paciente não apresentava nenhuma mutilação, não havia nenhum sinal externo aparente de qualquer anormalidade e não tinha nenhuma moléstia de qualquer espécie, mas, tinha febre alta todos os dias. Era um sintoma de um estado patológico qualquer! Alguma anormalidade estava resultando essa diuturna e misteriosa elevação temperatural!

Depois de vários dias de observação rigorosa, os enfermeiros, que atendiam ao paciente, avisaram aos médicos do hospital que, o doente tinha febre porque, em forma de supositório, introduzia no organismo, todos os dias, um dente de alho.

Sabemos que, o alho tem o poder terapêutico de elevar a pressão sanguínea, fazendo subir a temperatura.

Por isso, o paciente apresentava febre mais ou menos alta todos os dias.

O Sr. Nilo Peçanha vinha sendo o dente de alho no organismo brasileiro. Esse político, cada vez que, se manifesta, é para elevar a temperatura do paiz”.

A propósito de outras facetas psicológicas do Senador Alfredo Ellis, aproveitamos o relato de Viriato Corrêa, que retrata com a fulgurância de seu talento, suprimindo as minhas deficiências. Reproduzamos, data vênica, as palavras do brilhante escritor. Ele observa, com imparcialidade de testemunha coeva, que depõe pelas colunas do “*Corrêio da Manhã*”:

A PSYCHOLOGIA DE UM SENADOR

Os costados republicanos do illustre senador Alfredo Ellis, tiveram, nestes ultimos dias, tristemente expostos às chibatadas da imprensa.

O Senador Alfredo Ellis é uma das figuras predilectas dos beliscões dos jornalistas. Rara é a semana que s. ex. não vae à berlinda. Ora porque repetiu um dos seus furibundos discursos escangalhando o pobre edificio quase secular do Senado; ora porque resurgiu o seu velho teiró contra as Docas de Santos; ora por uma attitude chocante; ora por uma phrase aspera; ora por isto ou por aquillo.

E será o senador paulista uma dessas criaturas impossiveis, intrataveis e intragaveis que só se possa curar a pao? Será o representante da terra do café, como muitos dos nossos politicos um vasto pardieiro destelhado, com buracos duvidosos e ratazanas campeando lá dentro?

Nada disso. O sr. Alfredo Ellis é um dos homens mais genfis, mais puros e mais interessantes da politica nacional.

A imprensa é que o não comprehendeu ainda.

O mal vem de o confundirem com os outros politicos, quando s. ex. tem o mau vezo de atravessar a vida com uma personalidade e inconfundivel. Vêem-n'o pelo prisma com que se vê a maioria dos nossos homens publicos, sendo s. ex. uma criatura de originalidade impressionante e de feitio proprio.

Até hoje ninguem quiz aguçar os olhos até o fundo da psychologia bizarra do senador paulista. O olhar dos jornalistas não tem ido além do fraque sempre cuidadosamente escovado, do collarinho sempre claro e das barbas sempre brancas e tratadas do velho republicano. No entanto a psychologia do sr. Alfredo Ellis é uma das mais curiosas e uma das mais interessantes.

A nota predominante dessa psychologia é a mocidade.

Prece-me que não me fiz explicar bem. O sr. Alfredo Ellis com os seus sessenta annos avantajados, a sua figura circunspecta de apostolo, as suas alvas barbas é o mesmo moço ou melhor, o memo adolescente dos tempos impetuosos dos seus primeirs assomos de rapaz.

O seu defeito na vida tem sido esse. S. ex. não conseguiu até hoje envelhecer. O tempo é o grande modificador. O sr. Manoel Fulgencio, que a gente vê hoje na Camara, caprichosamente calado e sombrio, já foi a 100 annos atrás, uma cratura ardente, palradora e vibrante. O sr. Xavier da Silva, que tem a bemaventurança de passar o anno legislativo do Senado numa

somneca ininterrupta, foi, no Paraná, o mais alegre organizador de festejos, quando a Côrte portugueza chegou ao Brasil. O proprio sr. Eloy de Souza com a sua eterna juventude displacente, já não é o mesmo rapaz viçoso e trepidante das serenatas ao luar na capital do Rio Grande do Norte, no bom tempo da minoridade de Pedro II.

Tudo se modifica. Tudo é modificado pelo tempo. Só com o sr. Alfredo Ellis é que elle não pôde. O arcabouço, esse sofreu as modificações fataes. S. ex. teve os cabellos embranquecidos, a epiderme perdeu o verdor e as rosas da mocidade. A vista parece que não é a mesma que era ao dezoito annos, tudo, e tudo desaprumou-se. Mas o espirito, esse ficou intacto, imperturbavel, sem um arranhão, sem uma nodoa de ferrugem, tal qual fôra.

O sr. Ellis é hoje o mesmo homem dos fogosos dezoito annos. Nos seus impetos, nas suas phrases, nas suas attitudes, há o hausto ardente de uma adolescencia arrebatada.

Ninguem pode comprehender a juventude sem transportes, como não se comprehende a velhice sem a reflexão egoistica. A mocidade é o vulcão que vomita lavas sem se preocupar onde ella vae cahir. A velhice é a trena, é o compasso, a balança, a medida enfim: mede os gestos a centimetros, as opiniões a milímetros, as palavras a grammas.

A primeira é o fremito, é o impulso; a segunda é a conveniencia.

O Sr. Alfredo Ellis ainda não aprendeu a contornar uma situação, ainda não pôde conter o arrojo de uma phrase, sem medir as conveniencias ou os perigos de um gesto. Tudo nelle é impeto. E o impeto é a juventude.

Pode-se perfeitamente concluir que o velho representante paulista, apesar de senador, apesar de avô, é tão moço como qualquer rapaz das academias.

E todos os passos de sua vida senatorial solidificam brilhantemente essa affirmacão.

Começemos pelos gestos que mais têm posto em voga o velho republicano: a Docas de Santos e o novo edificio do Senado. Quem vê o sr. Ellis na tribuna todos os dias haja motivo ou não, gritando contra os abusos da Docas, ou a lamentar-se como um Jeremias porque o Senado está naquelle pardieiro immundo do solar do Conde dos Arcos, pensará, à primeira vista, que aquillo é uma dessas muitas teimosias de velho. Não é. E' tenacidade de moço. A mocidade tem muito disso. Quando se mette numa campanha põe ao serviço della tudo o que possui — o ardor, a intelligencia, a vitalidade, a constancia, o excesso.

O excesso principalmente. Peguem por ahí um moço qualquer que esteja empenhado numa “causa” futil — a retirada de uma linha de bondes da porta da academia em que estuda. Só fala nisso, só conversa sobre isso; anda, sua, vae aos jornaes, às autoridades, ao fim do mundo para conseguir a retirada da linha de bondes. E’ o caso do sr. Ellis. Haja propósito ou não, haja oportunidade ou não haja, eil-o levando a mão ao gatilho e deflagrando estrondosamente a mudança do Senado e os abusos das Docas.

A característica da juventude é ausencia completa da noção da medida. Um rapaz não mede as conveniencias, como não contem o excesso de eloquencia e movimento. Diz e faz aquillo que lhe vem no primeiro impulso.

Até nisso o sr. Alfredo Ellis é rapaz. Nunca s. ex. pôde conter as golfadas de eloquencia. Uma vez, no Senado, fazendo o elogio funebre de Oswaldo Cruz, teve este periodo surpreendente que lhe saiu num borbotão inflammado: — “No porto de Nova York ha a estatua da Liberdade illuminando a barra; no porto do Rio de Janeiro, ha o Instituto de Manguinhos illuminando a humanidade”.

E’ claramente um rasgo de estudante, no ardor de um discurso esfogueado, em que as palavras saem como estrondos de morteiros.

Essa falta de noção da medida das coisas encontra-se a cada passo na acção senatorial do sr. Ellis, S. ex. parece que ainda não aprendeu a differença que existe entre um conto de réis e mil contos, apesar de ser um dos membros mais illustres da commissão de finanças do Senado. Quantas vezes, na tribuna da Camara Alta. s. ex. repetiu este periodo, com a mais santa sinceridade: — “Porque não se cuida de uma installação decente para o Senado? Por que se vae gastar a insignificancia de cinco ou seis mil contos? Que são seis mil contos?”

Puro rapaz. Os moços, aquelles que o são no corpo e na alma, não sabem nunca o valor do dinheiro. Tanto lhes importa um tostão como um conto de réis.

De uma feita, na commissão de finanças do Senado, o sr. Ellis empenhava-se pelo projecto que mandava dar à familia de Oswaldo Cruz a somma de duzentos contos. Houve um senador que pretendeu fazer uma ligeira restricção. O sr. Ellis pediu a palavra e declarou que sabia estar a familia de Oswaldo Cruz em “situação bem precaria”. Possuia apenas aquelle palacete na praia do Botafogo.

Apenas. A falta de noção dos valores fez o sympathico re-

presentante paulista com duas palavras empobrecer a familia do maior hygienista brasileiro.

Em tudo o sr. Alfredo Ellis demonstra que não é no espirito o velho que é no corpo. Todos os seus rasgos são rasgos de moço.

Lembram-se do caso das louças? Uns fabricantes de louças de São Paulo trabalhavam pelo augmento das tarifas das louças estrangeiras. Os papeis foram entregues ao sr. Ellis. Elle, que é um homem serio e que porisso imagina que todos o sejam, assignou os taes papeis sem os lèr. A grita da imprensa foi horrivel. E, com surpresa de toda gente, o velho senador paulista vem à scena declarar tranquillamente que não lera os papeis que assignara.

E' preciso considerar demoradamente este caso. Um outro senador, velho de corpo e velho de alma, não teria este gesto de impressionante dignidade. Deante dos ataques, viria pela imprensa e pela tribuna sustentar a sua assignatura e defender capsiosamente o projecto. E defenderia "para não ficar mal". O sr. Ellis não. Mal ficaria se conservasse o seu nome limpo na immoralidade do, projecto.

Havemos de concordar que é um gesto raro, de uma coragem ainda mais rara. E ninguem poderá negar que é um gesto de moço. Qual o velho que teria a impavidez de affrontar a opinião declarando que assignara um papel daquella ordem sem lèr? Aquelles, somente aquelles que, por dentro do arcabouço arruinado têm a felicidade ou a desdita de conservar intacta a frescura da alma adolescente e flammante.

Ha no sr. Alfredo Ellis atitudes que, à primeira vista dão impressões de tal choque, que a gente se estatela e desorienta. Levando-as, porém, ao microscopio, verifica-se que há nellas o microbio alastrador daquela juventude impetuosa que o empolga.

O caso do reconhecimento do sr. Irineu Machado é typico. Quando o sr. Irineu Machado foi eleito senador, a opinião publica era sympathica ao seu concorrente, o sr. Thomaz Delfino. O sr. Ellis estava com a opinião publica. O relator do parecer era o sr. Abdon Baptista, que concluiu pelo reconhecimento do sr. Irineu. Era no dia da leitura do parecer. Já o Senado sabia da resolução da commissão de poderes. O sr. Abdon entra na "salinha do café" e encontra-se cara a cara com o senador paulista.

— Como vaes, Ellis?

O sr. Ellis fita-o por cima dos ombros com desprezo e diz:

— O sr. tem a alma igual aos pés. (O sr. Abdon Baptista tem os pés aleijados).

Puro rompante de rapaz que se não contem nos seus impulsos.

O caso com o senador Lopes Gonçalves, que é de hontem, define a feição juvenil do sr. Ellis.

O deputado Ephigenio Salles atacara, na Camara, cruel e gravemente o embaixador pelo Amazonas.

O sr. Lopes Gonçalves, durante duas sessões do Senado não respondera ao acusador. Ao defrontar o sr. Ellis na salinha do café, estende-lhe a mão. O velho republicano retrae-se:

— Defenda-se primeiro das accusações do Ephigenio, diz. E vira-lhe as costas.

Esses excessos de rapaz têm sido o mal do sr. Alfredo Ellis. E' que todo o mundo o vê como velho, quando elle é no fundo um moço. Os seus gestos têm forçosamente que chocar e chocam da mesma maneira que chocaria uma arvore secca coberta de flores. Se a imprensa o quizesse vêr como elle é de facto, no amago da alma, não teria animo de beliscal-o com a insistencia com que o belisca. Acharia naturalissimos todos os seus gestos, todas as suas attitudes e todas as suas phrases.

O eminente representante de São Paulo deve ser um homem de immensos defeitos. Ninguém deixa de os ter. Mas a grande verdade é que s. ex. não pode ser confundido na onda dos nossos homens publicos. Tem um feitio proprio, uma personalidade original. Quando nenhuma virtude tivesse, tem esta que, neste paiz, vale por tudo: atravessou a vida inteira no meio da podridão politica e conserva-se um homem limpo.

E essa de ser menino aos sessenta annos é uma virtude que vale ouro.

VIRIATO CORRÊA

*

* * *

Um dos traços mais acentuados na psicologia do Senador e que está a exigir um especial destaque, era o seu profundo desapêgo aos bens materiais da vida e o seu marcado desinterêsse pelas riquezas financeiras e econômicas. Tendo sido um dos mais assinalados obreiros da magna riqueza econômica de S. Paulo, um dos pioneiros da civilização e do desbravamento do sertão paulista, um dos forjadores da nossa prosperidade econômica, com a maravilhosa lavoura do café, o Senador Alfredo Ellis nunca cuidou financeiramente de si! Por isso, morreu po-

bre, sem ter deixado grande patrimônio material, e o que êle legou aos seus, consistiu apenas em exemplos de conduta imaculada! De fato, a linha marcadora da trajetória política, ou particular dêsse homem excepcional, que foi o Senador Ellis, é a mais perfeita vertical, assinalando as mais destacadas virtudes, que um homem pode almejar. O Senador Ellis teve muitíssima ocasiões de se aproveitar economicamente e de se enriquecer, legando aos seus, vultuoso patrimônio material. Êle, por várias vezes, teria podido galgar posições e de destacar o seu nome; bem como de dar maior realce às suas ações, as quais sempre visaram a causa pública. Nunca se valeu delas, porém! Uma desambição marcada simbiotizada com assinalado desapêgo pelas posições, sulcado de desamor pelas ribombantes aparências e espetaculosa teatralidade, evidenciava a sua vida, preferencialmente orientada pela penumbra, como pela modesta, silenciosa a pacata linha de conduta. Nunca vi tanto espírito de renúncia e tanto estoico sacrifício, como no Senador Ellis! Êle se privava do que lhe podia oferecer certo confôrto, unicamente para que, sua família tivesse mais largueza! Se, por ventura, na luta econômica pela vida, podia se encontrar alguma diretriz nos atos do Senador, que denotasse alguma anciedade por futuro econômico mais risonho, não era por si. Para êle, qualquer cousa servia para satisfazer a sua sobriedade, mas êle objetivava a sua família! De fato, êle se atormentava exageradamente e o fazia com inaudito nervosismo, creando em tórno de sí, sempre sombrio e intenso máu humor e acentuado pessimismo, ante cada notícia má, com relação à situação financeira, do que êle chamava, com inaudito desprendimento e não sem uma ponta de orgulho, "*patrimônio da família*". Era patrimônio dêle, exclusivamente, o qual não fôra herdado e nem adquirido por um golpe de sorte, mas que lhe custara esforço imenso, grande dispêndio de não pequena dose de energia trabalho, e sacrificio de tôda sua vigorosa mocidade. Lembro-me bem das horas angustiosas, que passamos, nos saudosos dias da Fazenda Santa Eudoxia, quando o tempo climático não corria favorável aos ramos de agricultura cultivados naquele latifúndio! O Senador Ellis vibrava como uma lamina de uma "durindana", ante as cortantes e gélidas rajadas do vento sul, que S. Paulo recebe ainda, frigidíssimo, na continuação da carreira para o norte do "minuano" gaúcho, ou ante os caprichos úmidos das chuvas extemporâneas ou das secas prolongadas, a transformar as verdes lavouras, nos vassourais ressequidos dêsses dias lancinantes, ou ante o impenitente granizo, a acachapante "*chuva de pedras*", a qual, em minutos reduz uma florida plantação à ruina mais completa!

Como *pagar dívidas*” com êsse obstáculo incoercível? Êsses momentos de indizíveis angústia e martirizante agonia, eram capítulos doridos de infundável guerra de nervos, que fazia definhar os indivíduos mais flegmáticos. De nada valiam, então, os sábios conselhos do monumental “*If*”, do imortal Rudyard Kipling, Evangelho de sabedoria, que o Senador Ellis seguia, como se obedecesse a um catecismo! A calma estoica e a tranquilidade serena dos conformados, aconselhada pelo poeta britânico, não conseguiam, entretanto, varrer o nervosismo e a exacerbada preocupação, que nos dominava, empolgados como estávamos, pelos sentimentos pessimistas e aflitos do Senador, que exagerado, impaciente, e agoniado, vivia intensamente êsses momentos, criando em tôrno de si um ambiente que era um verdadeiro calvário de amargura infundável, de sofrimento moral inenarrável! Essa agonia e êsse martirizante sofrimento, que o Senador com tanta força de alma, comunicava aos seus familiares, nas horas alucinantes de angústias e incertezas, tinham como causa não o interesse material, mas sim, o que isso podia significar, para a família do Senador, a qual sempre mereceu dêle os maiores esforços e os mais pasmosos sacrifícios. O conjunto dêsses traços psicológicos do Senador Ellis, que sempre os apresentou exagerados, de acôrdo com o seu temperamento extraordinariamente vibrátil, a lembrar o árdego “welsh”, no seu perfil moral, que era o de uma personalidade extraordinariamente vindcada, em seus recortes, constituído, pelas suas muitas qualidades, como pelos seus não poucos defeitos, os quais eu procurei assinalar, embora o tivesse feito, através dos óculos do grande afeto, que me ligou sempre ao meu biografado. O Senador Ellis foi por isso, uma personalidade, que deixou fundamente moldadas no seu caminho, nem sempre fôfo e suave, pela esteira de sua vida, as marcas assinaladas das suas sulcadas passadas. Êle foi como uma pesada carruagem, que modelava no solo arenoso ou argiloso e, às vezes pedregoso e hostil, da sua trajetória, os fundos sulcos da sua passagem! Dêle se poderia dizer: “*Não passou a vida em branca nuvem*”. Atravessou a sua quadra vital, com passadas firmes e decisivas, marchando, sempre para a frente, sem a menor hesitação, embora o fizesse, muitas vezes, por caminhos errados.

O seu falecimento, em 1925, causou um vácuo enorme porque êle, com todos os seus defeitos e qualidades foi uma personalidade destacada, a se sobressair, com eminência, do meio em que vivia.

CAPÍTULO XXXIII

NO RIO DE JANEIRO

Em meios de 1916, em S. Paulo, o Senador Alfredo Ellis foi surpreendido com uma congestão pulmonar. O clima planaltino, com as suas bruscas oscilações termométricas, às quais eu atribuo o dinamismo e o espírito cheio de iniciativa do paulista e a sua superioridade, enfim, pois os "*stimulus*", gerado pelas alternâncias termométricas na fisiologia do planaltino, também é o responsável por enorme série de distúrbios nos aparelhos respiratório e circulatório, bem como no sistema nervoso dos habitantes da região. Esses distúrbios promoveriam as seleções, eliminando os menos adaptáveis. Por esses motivos, o habitante da região planaltina, deveria estar aclimado e ter a sua fisiologia bem engrenada com as nossas circunstâncias climatéricas e com as "*cold waves*", devendo ser eliminados, os que não se modificassem, no sentido de correlatar seus aparelhos fisiológicos, com as circunstâncias climatológicas. O Senador Alfredo Ellis, havendo contraído a congestão pulmonar, se evidenciava um dos que não se haviam aclimado. Ora, isso era absolutamente estranho, porquanto o Senador Ellis era oriundo de uma estirpe, a qual, com um enraizamento de mais de 400 anos no Planalto, e já tendo sido muito depurada e selecionada, deveria estar ultra-adaptada, devendo seus elementos esgalhados, estar perfeitamente acomodados e amoldados ao ambiente telúrico.

Eu atribuo esse fato estranho, a duas circunstâncias concorrentes:

a) Não haver o Senador passado muito tempo no Planalto, durante a sua vida.

De fato, êle, por motivos vários, passara cêrca de 90% de tôda sua vida, fóra do Planalto, óra no interior cafeeiro, óra no Rio de Janeiro e óra no estrangeiro.

b) Ser filho de estrangeiro, portanto de desambientado.

Em razão de um complexo causal qualquer, no qual deveria entrar em grandes doses os dois motivos acima apontados, o Senador Ellis, em 1918, teve que se afastar da cidade de São Paulo, passando a maior parte do tempo no Rio de Janeiro. Em S. Paulo, o Senador passava, igualmente, uma extraordinária vida metódica, nos poucos e progressivamente cada vez mais reduzido número de dias. Êle, entretanto, não podia suprimir completamente, as suas vindas rápidas a S. Paulo. Era como o Anteu da lenda mitológica grega. Se êle não tomasse contacto

com a terra “mater”, perderia as forças e seria vencido com facilidade. Dir-se-ia que, êle vinha sempre a S. Paulo refazer as suas energias abatidas. Em S. Paulo, o ritmo usual de sua vida pouco se alterava.

Na sua grande moradia de madeira de Riga, da rua da Madalena, perto da Avenida Brigadeiro Luis Antonio, o Senador Ellis lia habitualmente os jornais matutinos e tomava o seu café pequeno, ainda no leito. Almoçava ao meio dia e à tarde, ia para o S. Paulo Club, o aristocrático gremio da velha classe rural paulista, confortavelmente estabelecido na rua Quinze de Novembro. Êsse antigo Club, que bem reunia componentes da elite da velha aristocracia rural do café, está hoje significativamente absorvido pelo Club Comercial, o qual fez desaparecer, no seu bôjo, a velha agremiação, que representava os edificadores da nossa estupenda lavoura de café, congregando à sombra de sua bandeira branca, com enorme globo vermelho ao centro, tudo que S. Paulo possuía de mais indicativo. Dir-se-ia que, com a desapareição do S. Paulo Club, engolido pelo Club Comercial, morria a velha sociedade paulistânica, essa, que vinha da lavoura latifundiária e da monocultura do café, projetando os reflexos agônicos de seu fim sôbre o cenário piratiningano, no qual o Club Comercial representaria a pequena propriedade, a urbanização industrial e comercial, que enpolgava o Estado, como em outra etapa da sua vida.

O Senador Ellis, então, no São Paulo Club, já não encontrava os seus antigos companheiros e velhos amigos e parceiros do “voltarete”, o jogo carteadado da sua predileção. Êsses, quase todos, tinham morrido, ou se mudado de S. Paulo, mas haviam sobrado alguns que já em idade bem avançada, mantinham entretanto com o Senador, antiga amizade. Aí estavam ainda o Frederico Branco, o Paulo Queiroz, o Theobaldo, o José Pedroso, o tio Chiquinho da Cunha Bueno, o Conde de Lara, o José de Souza Queiroz, o Levy, o Fernão Salles, que teve uma morte épica na nossa refulgente epopéia de 32, o Tio Guilherme e tantos outros de quem me lembro sempre enternecido, pela saudade agri-doce, que me traz a recordação dos verdes anos da minha longínqua infância da minha rumorosa juventude! Além de excelente ponto de reunião, o S. Paulo Clube era uma maravilhosa escola de amor pela nossa terra! Lá é que foi gerado o espírito, que teve vida em 9 de Julho de 32! O Senador Ellis não mais jogava o “sólo” ou o voltarete, que substituíra pelo xadrez, cujas partidas o entretinham até às 5 e meia da tarde, quando voltava para o “chalet” da rua Madalena. Durante duas semanas, o Dr. Ellis passava em S. Paulo, em contacto com a sua

augusta terra. Tudo em S. Paulo lhe lembrava fases de sua vida! Lá estava no horizonte sanguíneo daquela frígida tarde de Maio, a imagem escura, de azul-arroxeadado, do Jaraguá! Era sempre a mesma esfinge de pedra, testemunha muda, emoldurando tôda a vida piratiningana! Quanta cousa poderia êsse velho morro contar!

Findas as duas semanas de estadia em S. Paulo, o Senador, de ordinário, ia passar mais uma semana em Santa Eudóxia, de onde retornaria e passando mais alguns dias na Paulicéia, findo os quais, seguia para o Rio de Janeiro, pelo noturno de luxo. Mas, a partir de 1919, essas vindas do Senador Ellis à terra "*mater*", não mais se repetiram. Êle não mais suportava o clima paulistânico, com as suas tremendas oscilações termométricas. Fixou-se definitivamente no Rio! Liquidou a sua Fazenda com a Brazilian Warrants Company, vendeu os móveis da casa da Rua Madalena, e comprou casa no Rio de Janeiro, na rua Carvalho de Sá, 25. Aí viveu até morrer, seis anos depois.

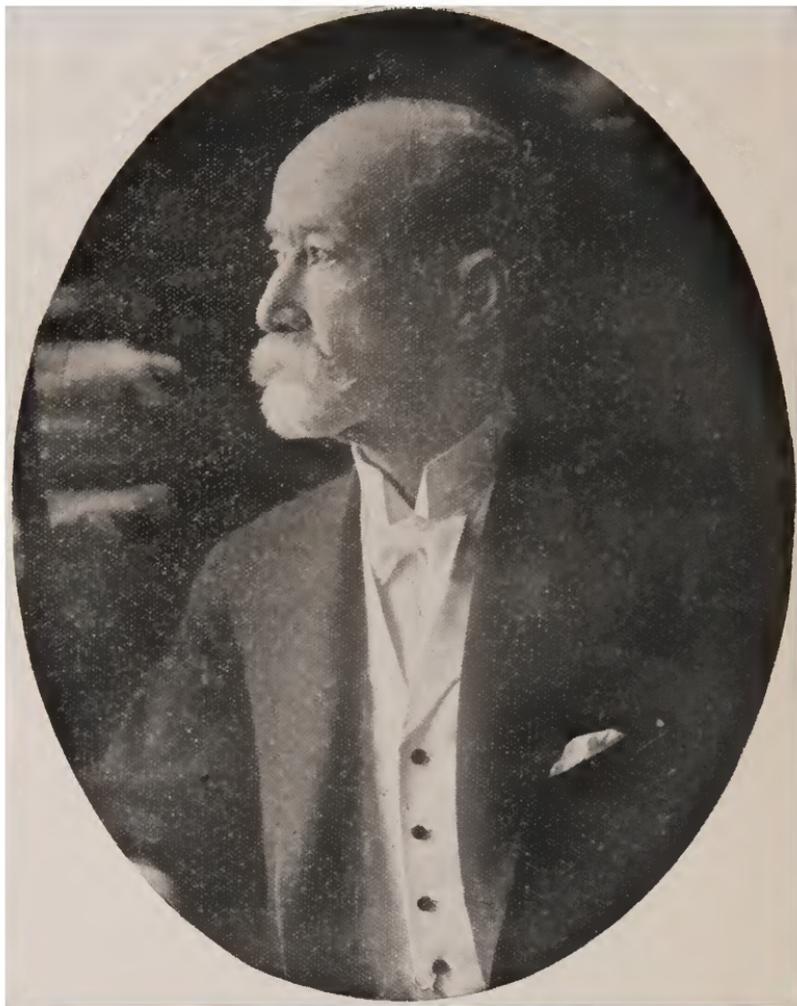
*
* *

A casa da rua Carvalho de Sá, onde o Senador viveu 6 anos antes de morrer, era uma velha construção de 3 andares, a qual se erguia justamente nos fundos do templo católico da Glória, no Largo do Machado. No andar térreo, havia as acomodações sociais, com o Salão nobre e o Salão de bilhar; o andar médio, ligado aos demais por um elevador automático, além das escadas de frente e de serviço, era onde estavam os cômodos residenciais do Senador com a sua família e as instalações de côpa, cosinha, dispensa, salas de almoço e de refeições. No andar superior residiam o Dr. Palmeira Ripper com a sua família.

No Rio de Janeiro o Senador Ellis fizera outro ambiente. Em São Paulo êle começou a ser quase um desconhecido. E' que S. Paulo se renova rapidamente! No Rio êle formara nova roda de convivência, com novos amigos e novos conhecidos, etc. O Centro Paulista, instituição benemérita que êle havia impulsionado e feito progredir, como seu Presidente, durante 15 anos, era o seu ponto preferencial, onde êle costumava despachar o seu volumoso expediente postal, onde êle dava audiências e onde êle pontificava, como um mestre, doutrinando grande número de amigos e admiradores, que o cercavam.



O Senador Alfredo Ellis em 1919



O Senador Alfredo Ellis em 1923

CAPÍTULO XXXIV

SÃO PAULO DE 1920

São Paulo dessa época, vinha sofrendo intensa e profundíssima revolução social e econômica, a qual paulatina e evolutivamente, como uma erosão milenar, que esboroa montanhas, desagrega rochas e esfarela granitos, sedimenta continentes, etc., modificou e substituiu quase que, insensível e imperceptivelmente a velha estrutura social e econômica paulistânica, formada e solidificada no regime latifundiário, patriarcal e escravocrata, com todos os seus atributos e os seus delineamentos. Seria natural que, terminado esse regime social e econômico, tão solidamente arraigado em S. Paulo do café, pela lei geral de 13 de Maio de 1888 houvesse projetado consequências de magna importância! A mesma cousa se poderá dizer do advento da imigração, a qual teria produzido consequências muito mais importantes que as que são visíveis. Foi um fenômeno, que teve profundos reflexos, muitos dos quais, só agora é que, se estão vendo. Aliás, seria lógico que, uma página terremótica, como foi na vida nacional a transformação do braço escravo, para o do trabalhador livre, tivesse abalado os alicerces mais profundos da sociedade, que recebeu esse golpe tão acentuado. Essas consequências deveriam ter sido muito mais sérias do que teriam pensado os demagogos e obnublados palradores promovedores da impensada libertação. Algumas dessas consequências, que mais importaram na transformação, da estrutura social, psicológica e econômica, podem ser contidas no seguinte esquema:

CONSEQUÊNCIAS
ECONÔMICO - P S I -
COLOGICAS E SO-
CIAIS DA LIBERTA-
ÇÃO DO ESCRAVO
E DA IMIGRAÇÃO

fraccionamento da propriedade rural e fim do patriarcado agrícola.

agonia e morte da velha aristocracia rural.

nascimento da classe média e da burguesia, antes de fraquíssimas e quase nulas proporções.

forte urbanização e marcha segura para a industrialização, como o aproveitamento de outras circunstâncias.

agonia e morte paulatina do latifúndio, do qual não mais existe senão vestígios.

E' puro engano pensar que, o fraccionamento da propriedade rural paulista teve lugar só apóz o "*crack*" de 1929: "*Natura non facit saltum*". Foi um processo evolutivo lento, que se iniciou muito antes, aos poucos chegando à fase atual. Logo que, se deu a fixação dos elementos exóticos, importados com as correntes imigratórias e a abolição do trabalho servil, começou o paulatino processo de desintegração do latifúndio. Por certo, a crise de 1929, foi um degrau acentuado na evolução lenta dessa desintegração, mas não foi um passo decisivo nesse sentido. O golpe de morte na aristocracia rural paulista, essa que fora formada em núcleos isolados nos latifúndios, com a lavoura cafeeira, essa que governara o Estado, com o glorioso P.R.P., essa que tinha constituído a base "*mater*" de tôdas as camadas conservadoras do Estado, fôra a libertação do escravo, o advento da imigração e a intensificação das comunicações, com a supressão paulatina do isolamento. Com isso, podemos correlacionar o regime latifundiário, com o velho patriarcado rural, a aristocracia imperial do café, o período republicano do P.R.P. e o isolamento, pela falta de comunicações ferro-rodoviárias no Estado. Com o desaparecimento dessas circunstâncias, que tornaram possível a existência dêsse patriarcado e dessa aristocracia rural, êstes regimes também foram desaparecendo. E' sempre a aplicação da "*sublata causa tollitur effectus*". Daí, a agonia lenta, que se prolonga desde 1890, mais ou menos, e que ainda testemunhamos nos seus últimos alentos, dessas classes sociais as quais vem se definhando, cada vez mais. Por outro lado, a supressão do braço escravo, o advento da imigração, a supressão do isolamento, o desenvolvimento da nossa rêde ferroviária, o fraccionamento dos latifúndios e a industrialização, foram causas eficientes na evolução e na criação das classes médias, urbana, burguêsa e rural ou do pequeno agricultor, antes inexistentes e resumidas nos magríssimos contingentes dos poucos funcionários públicos, bem como no nascimento e no desenvolvimento da plebe, classe inferior, composta do operariado rural e urbano, mas livre, até então completamente inexistente. Paralelamente a êsse processo evolutivo, a urbanização facilmente observavel no crescimento prodigioso da cidade d S. Paulo, a qual vem de ultrapassar os 2 milhões de habitantes, pode-se notar um correlato gráu de industrialização. Pode-se verificar bem êsses dois movimentos paralelos, inter-ligados e engrenados, visto como o primeiro pode existir sem o segundo, como no caso de Buenos Ayres, mas o segundo não pode ter lugar sem o primeiro. A industrialização teve lugar em S. Paulo, por haverem se reunido nesse ponto várias circunstâncias favoráveis,

entre as quais, a acentuada baixa cambial. O tabú de que, a indústria paulista cresceu a sombra do protecionismo alfandegário federal, não tem a menor razão de ser. A União, com as suas leis alfandegárias, tem visado unicamente a arrecadação de rendas, e assim, só indiretamente e inadvertidamente tem concorrido para a vitalidade de nosso pequeno parque industrial. Este tem se beneficiado muito mais do câmbio baixo, que torna proibitivo o consumo de mercadorias estrangeiras. Daí, a necessidade da produção de mercadorias congêneres nacionais. Mas, as leis aduaneiras da União, se beneficiaram, de certo modo, as indústrias paulistas, também protegiam a produção de outras regiões. Assim, o sal do Rio Grande do Norte, muito mais caro do que o sal espanhol e muito consumido no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso, teria sido impossível subsistir senão fosse a proteção maternal das tarifas aduaneiras da União. A mesma cousa se dá com outros produtos, que não são paulistas. Não se pense que, esse regime alfandegário brasileiro vem obrigando a criação de um mercado interno, dentro do Brasil, para as indústrias paulistas. Longe disso! No Brasil há muitas regiões econômicas, perfeitamente isoladas, nitidamente destacadas, e formando regiões consumidoras próprias, com seus centros abastecedores próprios, devido às grandes dificuldades, de interligações ferro-rodoviárias. As mercadorias paulistas chegariam a essas destacadas regiões econômicas, oneradas por fretes tão elevados, como são os concernentes às vias de comunicação do Brasil, assim elas não poderiam concorrer com as congêneres regionais.

Assim estas, mais desoneradas, venceriam facilmente a concorrência e seriam preferencialmente consumidas pelos vários mercados das muitas regiões econômicas do Brasil. E' por isso que o Brasil não tem um só centro industrial, abastecedor dos 50 milhões de brasileiros, mas possui dezenas de centros abastecedores, graduados em tamanho, conforme a quantidade e a qualidade de seus consumidores. Esses núcleos regionais industriais se espalham pela costa brasileira, refletindo, nas suas proporções, os respectivos "hinterlands" que servem e aos quais se ligam por vias férreas ou outro qualquer modo de comunicação. E' por isso que, São Paulo apresenta o seguinte quadro econômico:

Produção total Cr.\$ 69.000.000.000.000
(só a prod. indust. atinge a 52
bilhões mais 17 bilhões da pro-
dução agrícola)

Exportação para o exterior . Cr.\$ 11.000.000.000.000
(café em grande parte) m.m.

Exportação para o Brasil Cr.\$ 13.000.000.000.000
(via marítima -|- via terrestre) m.m.

Saldo, que fatalmente indica o
consumo interno paulista Cr.\$ 45.000.000.000.000
m.m.

Dêsse balanço, em suas linhas gerais, as quais são absolutamente coincidentes, ainda que possam variar as suas mínúcias, chega-se ao raciocínio seguro de que a produção industrial é em cêrca de 66% consumida no próprio Estado de S. Paulo, que ainda é uma verdadeira autarquia e que apenas 33% desse total produzido é exportado.

Assim, tem crescido formidavelmente o núcleo piratinigano! No fim do Império, ou no princípio da República era uma pequena cidade provinciana, atingindo hoje, com o seu crescimento inegualavel no mundo, o total formidável de 2 milhões de habitantes, se emparelhando com o Rio de Janeiro, capital da República. O crescimento de S. Paulo continua e ninguém poderá prever qual será o limite de sua formidável expansão. E nem se diga que, é apenas a capital do Estado, que cresce, pois os núcleos urbanos do interior do Estado também aumentam formidavelmente. Ainda que, a imigração tenha concorrido, em grande parte, para êsse crescimento gigantesco, ela não teria sido a causa primacial e única, pois que, antes de que essa imigração tivesse evoluído já São Paulo vinha incontinentamente se avolumando, embora em menores proporções. Hoje, não podendo S. Paulo, parte de um país, que tudo lhe nega e tudo faz para impedir o seu crescimento, promover a continuação da imigração subsidiada, entretanto o aumento da gigantesca "urbs" paulistânica continua. E' que, êle é continuamente alimentado, pela demografia da hinterlândia paulista estadual. Esta, com êsse fenômeno, deveria se ir anemizando e se albuminurizando, mas o "deficit" vem sendo suprido, com a mecanização do meio rural paulista, que, vai dia a dia, tendo mais minguada a sua população, mas vai progressivamente mecanizando as suas atividades e barateando, cada vez mais a sua produção.

Em 1920, o Senador Ellis, já definitivamente radicado no Rio de Janeiro, não mais voltou a S. Paulo, seu querido torrão natal, para onde êle só deveria retornar depois de morto, para

repousar eternamente na Consolação, debaixo de sete palmos de terra paulista, como êle sempre afirmava.

Como S. Paulo está diferente do que o Senador Ellis conhecera! Não só as pessoas são interiramente outras, pela natural sucessão das gerações, como também a fisionomia urbana é completamente diferente. (1) Os velhos amigos e companheiros do Senador Ellis, foram, quase todos, levados pela morte! Seus filhos e netos, sobrinhos e descendentes, são pessoas, que não conheceram os capítulos do fim do Império e são pessoas, que só começaram a viver, quando S. Paulo já estava atravessando a sua evolução para o regime social-psicológico-econômico, em que nos encontramos!

(1) Os claros abertos nas diversas classes sociais da população de São Paulo, foram e ainda estão sendo preenchidas pelo advento de elementos de origem exótica, que a capilaridade social e econômica, própria dos regimes democráticos traz á tona das camadas demográficas inferiores.

CAPÍTULO XXXV

O "PATER FAMILIAS"

Oriundo de duas estirpes, que se aproximavam em alguns motivos de semelhança, entretanto se mostravam antagônicas, sob outros pontos de vista, o Senador Alfredo Ellis era totalmente paulista e completamente avesso à tendências britânicas. Assim, os paulistas, por exemplo, se assemelhavam muito aos ingleses, em muitos dos seus contornos psicológicos. Como os ingleses eles sempre foram frios, inabordáveis, pouco expansivos, taciturnos, quase irritados, dinâmicos, ativos, cheios de iniciativa, etc. Talvez seja a ação do clima planaltino, semelhante ao que reina no arquipélago britânico: frio, úmido, inconstante, com pouca luminosidade e grandes amplitudes termométricas a estimular, com suas rajadas cortantes de vento sul, o homem a êle submetido. Eis o complexo climático paulista, a produzir consequências semelhantes ao inglês, grande e fleugmático como o nosso piratiningano. Mas, se o nosso planaltino, sob muitos aspectos, tem as mesmas linhas de conformação psicológica e moral, que o britânico, sob outros pontos de vista, dele diverge profundamente. Assim, enquanto que o inglês é sempre um individuo caseiro, amigo do seu lar, êsse "*home, sweet home*", repleto de atrativos de conforto, cheio de enfeites discretos, que o gosto britânico sabe arrumar com a admirável e inimitável disposição! E' nessas deliciosas e inegaláveis "*home*", que os britânicos armazenam muitas qualidades de guloseimas, dos seus magníficos "*pickles*", "*chutneys*" e dos seus maravilhosos "*cakes*", que eles comem com "*jam*" ou com "chá". A casa inglesa é um verdadeiro paraíso de conforto e convida à permanência. Qualquer operário da Inglaterra, dispõe de grande nível de vida, o que permite grande teor de comodidade. O paulista é exatamente o contrário! Tudo nele é inverso disso mencionado! A tendência do morador do Planalto sempre foi avessa ao conforto. Aí estão os documentos, que nos permitem a reconstituição dos interiores paulistas nos vários séculos da nossa evolução histórica! O Senador Ellis nada tinha de inglês, a êsse respeito. Êle era todo paulista! Sua casa continha tudo, que a técnica possibilitava em matéria de bem viver. Faltava-lhe, entretanto, aquele "*it*" especial e característico das magníficas "*homes*" inglesas, que pareciam ter cola a prender os familiares. O Senador muito apegado, ainda ao velho patriarcalismo, que transmitia, ao paulista a tendência, transfigurada nas suas imensas e incomodíssimas moradias,

nada tinha de caseiro. Êle limitava sua permanência em casa, ao mínimo necessário. Não eram assim, porventura, os nossos antepassados dos primeiros séculos, constantemente no sertão, ou na roça do interior paulista? Só no fim da vida, quando a idade obriga ao sedentarismo é que o Senador demorava mais tempo no doce aconchego do lar. Ainda eivado da velha formação comunitária portuguesa, o Senador conservava em suas linhas rígidas aquela cerimônia hierática, aquela solenidade patriarcal, aquela frieza reservada, que envolvia todo aquele respeito litúrgico e reverencial, com o qual êle se fazia tratar, pelos seus familiares. Não existia a menor familiaridade entre êle e os filhos e netos, que, com respeito, lhe beijávamos a mão e tomávamos-lhe a benção com enorme reverencia! Todos nós o o tínhamos como um ídolo supremo de um rito de família! Êle era, mesmo, para nós, como um Deus, tal era sua bondade, a sua extrema e visível dedicação a tôda a família, com a sua afetuosidade carinhosa, que embora envolvida, em aparente frieza e em linha impecavel de solene respeito, emocionava a hipnotizava a todos, que com êle tinham contacto, pelo modo sempre suave, que êle nunca abandonava. Só no inverno da vida, o Senador teve uma poltrona fofa, tipo "*maple*" pois antes, as casas em que morou apresentavam enormes espaços vazios, a lembrar as velhas moradias paulistas. Até chegar à velhice, Alfredo Ellis não se importava com comodidades! Êle vivia espartanamente, em casas vazias de móveis, o que recordava bem as velhas moradias do seiscentismo paulista. Eu suponho que a "*causa mater*" dessa tendência paulista era que, em razão de seu semi-nomadismo, os homens quase não permaneciam nas suas casas, às quais só recorriam quando no povoado, para dormir e comer.

De formação particularista, o anglo-saxão, nas suas ilhas, era muito mais sedentário, muito mais enraizado ao solo, pois o paulista, constantemente no sertão, em aventurosas correrias, mostrava ter herdado do sarraceno-muçulmano, através do português, o velho e irrequieto nomadismo, que o impedia de se fixar em moradia permanente. Suponho que, o Senador, ainda com fortes traços do velho patriarcalismo português, a lhe saturar a formação e a lhe imbuir o temperamento, tenha recebido essa tendência de seus ancestrais paulistas de centenária cêpa. Creio que, teria entrado muita herança anglo-saxônica na vida extraordinariamente metódica e ordeira, que profundamente caracterizava o velho parlamentar paulista. De fato, nunca ví espírito mais amigo da ordem, da disciplina, do respeito de si mesmo e de vida mais sistematizada que o Senador! O que êle fazia em um dia do ano, repetia com uma assiduidade e uma in-

variabilidade pasmosa, durante todos os outros dias do ano. Parecia a regularidade de um cronômetro! Ele sistematicamente não mudava de "menu". Comia sempre as mesmas cousas, as quais completava com uma boa xícara de mingau de maizena, com os seus famosíssimos "bolos" que a sua pacientíssima, inegalável e boníssima esposa fazia todos os dias, em fôrma especiais de ferro fundido.

Ela o tratava como se o Senador fosse uma mimosa criança! Para êle, todos os cuidados! Para êle, todos os carinhos! Ele era o ente precioso conservado em vitrea redoma! O Senador, todos os dias, às 7 horas, tomava, ainda no leito a sua xícara de café, bem forte e bem quente. A seguir, lia os jornais da manhã, tomando conhecimento das novidades políticas, através de 4 ou 5 diários. Às 10 horas levantava-se e levava até o meio-dia, cuidadosamente aparando sua nívea barba e tomando seu banho morno, sempre preparado com especial e marcada temperatura, por sua dedicada e pacientíssima espôsa, que, com um cuidado único e um carinho especial, arrumava sua roupa. Almoçava invariavelmente ao meio-dia, e, às 2 horas estava no Senado, ou no Centro paulista, no Edifício dessa corporação regional, a pontificar, doutrinando, diante de uma roda de amigos. Depois, ia a um cinema e às seis e meia estava em casa. Ficava repousando, até às sete e meia, quando jantava, jogando a seguir sucessivas partidas de xadrez, com os seus filhos, netos e amigos, entre os quais o Vilalva, ou o compadre Eduardo. (1). Nunca o conheci, levando outro regime de vida! Nem se pense que, o Senador, levando essa vida metódica, havia completamente se desinteressado dos lucros, que a riqueza proporciona. Ele parecia, porém, narcotizado contra a ambição e cético, como desiludido, em relação aos prováveis resultados de qualquer esforço. Perdera a confiança sobre as possibilidades econômicas! Não que, se julgasse muito velho! Pelo contrário, êle se tinha em conta de muito moço e sempre repetia que, a mulher tem a idade que aparenta e o homem a idade que sente! Ele não se sentia velho, mas uma onda de descrença o invadira! Seu

1) O compadre Eduardo éra um dos maiores e mais íntimos amigos do Senador. Filho do velho mineiro, Dr. João Roquete Carneiro de Mendonça, para quem o Senador Ellis, em 1904, havia conseguido no Rio de Janeiro um cartório de notas. O compadre Eduardo e toda a familia Roquete ligaram-se de tal modo ao Senador, que constituíram uma sólidissima estima e uma indestrutível amizade, a qual acompanhou o parlamentar paulista, até os seus últimos dias, passando depois, por herança, para a próle do Senador Ellis, a qual conserva grande afeição ao compadre Eduardo e a todos os seus parentes.

Estado, sua gente, seus parceiros de política, mesmo os seus companheiros de bancada e de P.R.P. não se mostravam justos, gratos, amigos ou condescendentes, para com êle. O velho patriarca da política paulista, vira desaparecer um a um, seus velhos companheiros, que, com êle, fizeram a República! Assim, havia desaparecido Prudente, Paulino, Glycério, Campos Salles, Costa Jr., Bernardino, Almeida Nogueira, Cerqueira Cezar, e outros, seus velhos amigos, que o conheciam, o apreciavam e confiavam nele. Os novos de então, não o consideravam e mal respeitavam, pois êle, constantemente no Rio, se afastara do contacto da gente paulista. Achavam-no intempestivo, arrojado, incontinente, imprudente, arrebatado, indiscreto, inhabil nos malabarismos, cambalachos e nas travessuras que, com pouco escrúpulo, muitas vezes praticavam, lançando mãos dos ensinamentos do florentino, cousas que o velho Senador sempre digno, sincero, leal como era, não praticaria. Assim, o parlamentar paulista, no seu próprio partido, só achava descaso e pouca consideração. Êle, que super-estimava sua situação de velho e encanecido Senador Federal e propagandista da República! As classes conservadoras, as associações rurais, industriais e comerciais, trilhavam o mesmo caminho. Não o conheciam suficientemente! Êle, que nunca ocupou o evidenciador Executivo! Êle, que sempre estivera fóra de S. Paulo! Êle era como o Anteu da lenda, que se enfraquecia sem contacto com a terra "*mater*"! Decididamente, o Senador Ellis, vindo da velha geração, que havia pregado a República, estava sobrando, naquele cenário! Êle, que fóra jovem, diante da velha geração de Campos Salles, era um velho, para essa nova geração, que estava no govêrno! Êsses moços não o compreendiam! Não podiam compreender aquele velho combativo e impetuoso, muito mais do que êles, mas que, entretanto, não sabia politicar, com intriguinhas sinuosas, que exigem segredos e rasteiras desleais! Por outro lado, o Senador não era sociável! Não visitava ninguém! Não homenageava ninguém! Seu nível hierárquico de Senador Federal, vindo da propaganda, lhe dava os bordados de general, do que êle era muito cioso. Como poderia êle homenagear os inferiores na hierarquia política? E isso não lhe outorgava simpatias, as quais êle ia alienando, aos poucos, e progressivamente. Óra, êle, inteligente como era, via com clareza isso tudo, o que lhe achapava de aborrecimentos. Não era mais homem para dizer com magnanimidade: "*O que passou, passou*". Assim, êle se sentia diminuído e prontamente reagia, com amargor, conforme o seu temperamento, que era explosivo, arrebatado e violento. Essa reação, aliás a única aconselhável, só poderia acarretar irritação

e em breve havia um fôso hostil e intransponível, entre o velho propangandista da República e os novos, que só então ganhavam as suas esporas de cavaleiros nos rinhadeiros políticos. Com isso, o Senador Ellis se foi isolando, cercado apenas de uns poucos áulicos, que lhe lisongeavam os efeitos parlamentares, bem como a truculência, com que êle os encarava.

O Centro Paulista no Rio de Janeiro, instituição benemérita, que o Senador fizera prosperar e progredir, conseguindo que êle adquirisse o prédio, para sua séde própria, à Praça Tiradentes, era onde tinham lugar as tertúlias litúrgicas, encarecedoras dos prélios, nos quais se projetava tôda a fúria parlamentar do político paulista. Êste tudo fazia para aparecer tremebundo e cruel, exagerando as pugnas, em que tomava parte e enaltecendo a virulência da sua ação, cercado pela sua pequena côrte, que o aplaudia freneticamente, o incitando a prosseguir e incrementar a sua violência, enquanto que, os políticos matreiros e maquiavélicos, bem como as classes conservadoras de S. Paulo, pouco cultas e pessimamente representadas, o tratavam displicentemente, com iniqua injustiça e com suprema ingratidão. Para êstes, o Senador Ellis era apenas o leviano "espalha-brazas"! Isso arrancava ao Senador Ellis todo o estímulo, para realizar qualquer cousa, em benefício dessas classes conservadoras, que se mostravam tão faltas de reconhecimento! Não adiantava fazer força! A má vontade, a indiferença estática e a falta de inteligência eram evidentes! Além de tudo isso, que acrescia ao mencionado acima, havia uma circunstância, corroborando para que o Senador Alfredo Ellis ficasse no esquecimento da gente do seu Estado: êle tinha verdadeiro horror ao cabotinismo e por isso, sempre vivera na penumbra, não fazendo êco demagógico de seus feitos, não proclamando a sua personalidade, não lembrando os seus méritos, não fazendo publicidade de seu nome, não se projetando, enfim à recordação popular (2). A demagogia cortejadora fácil popularidade era contrária à sua altivez vertical!

Oh! Como os tempos mudaram!

2) O fáto da personalidade do Senador Ellis, com seu ativo em favor do café e de São Paulo não ser lembrado ou conhecido, eu atribuo mais a ignorância do povo, sempre mais ao corrente do que se passa na terra e menos ciente do que tem lugar em regiões distantes e de alguma maneira estranha.

Mesmo os da elite letrada e especialista em assuntos cafeeiros, são ignorantes em grande parte do que diz respeito ao Senador Ellis, pois que êste parlamentar paulista nunca fez "*praça*" do seu ativo e nem nas

Já estavam mudados aliás, nas últimas décadas da vida do Senador e como êle, com a sua rígida feitura moral, não evoluia, não se amoldava a êsse novo ambiente que se formava, foi ficando ignorado e esquecido! Êle era incapaz de pedir voto a quem quer que fosse! Não podia se inculcar para cargos de confiança! Esta não se impõe! Seria preferível não ser lembrado! Êle não nascera para viver de joelhos! Sua atitude sempre fôra vertical e erecta! Não se curvaria jamais! "*Antes querido do que oferecido*".

Na impossibilidade de ser querido, seria preferível ser temido! Foi isso, que aprendi com êle e que procuro imitar guardadas as proporções e a modestia da minha posição! Por isso, o Senador se deixou tomar de desânimo e de ceticismo. Não tinha vontade de empreender nada de fôlego! Limitava-se a lêr jornais! Não se demorava em leituras livrescas, as quais exigiriam muito mais esforço! Daí, êle não ter livros! Tudo quanto êle precisava, para as suas atividades, guardava na sua bem prendada memória. Os poucos livros, que possuía, estavam em S. Paulo. Não se pense que, o Senador Ellis se tivesse desinteressado por tudo! Longe disso! Os negócios do café e do arroz, bem como a evolução da sua indústria agrícola em Santa Eudóxia continuaram a empolgá-lo quando a marcha da produção da Fazenda não seguia a contento, o nervosismo agoniado e o pessimismo aflito do Senador, o punham sempre em agitação e em péssimo humor, o que era suportado e amainado pela sua estoica espôsa, a qual, como austera matrona, servia como "*parachoque*" para as más notícias. Ela era como o macio algodão, entre os rígidos cristais. Procurava atenuar o atrito! A situação telúrica, isto é, o estado climático, em relação aos ciclos agrícolas, eram acompanhados com ansiedade empolgada pelo Senador, que transmitia a tôdos, êsse espírito agoniado de guerra de nervos, contra o tempo climático do "hinterland" paulista. Isso trazia constantemente a família Ellis, em continua e acerba tensão nervosa.

O político paulista, embora fixado no Rio de Janeiro, es-
obras minuciosas sobre o café, como a "*História do café no Brasil*", do Prof. Taunay, o trabalho mais profundo sobre a matéria, já aparecido, não apresenta grande cousa sobre o Senador Ellis e seu ativo.

Explica-se pelo fato do Prof. Taunay não ter tido tempo em descer a minúcias muito meúdas sobre o nosso grande produto e, sem ter tido, como seria natural, um interêsse particular em clarear um escaninho muito pessoal do assunto sobre o qual escreveu 15 alentados volumes.

Daí a ignorancia do povo, a qual é meu desejo desfazer.

tava diariamente ao par de toda o movimento comercial, produtor e econômico-financeiro da Fazenda, bem como da marcha dos trabalhos e da administração de Santa Eudóxia, por meio de boletins diários, que relatavam tudo quanto se passava na sua propriedade rural. Se chovia, ou se a seca se prolongava em demasia, se o frio se intensificava, ou se o calor se abrazava demais, tudo era motivo de contrariedades para o Senador, as quais ele transmitia como se fossem cargas elétricas, a todos, que o cercavam. O interesse fanático do Senador, por tudo que se passava em Santa Eudóxia, no entanto não era por si, pois que ele nunca fôra ambicioso e não exigia grandes gastos, para suas despesas pessoais, mas era sim, para sua família, para quem ele almejava um grande patrimônio material. Ele sempre desejara poder, ao morrer, deixar todos os seus bem amparados financeiramente, especialmente a sua admirável esposa, que fôra a sua dedicada companheira de mais de meio século, continuamente o ajudando e o amparando com aquela sua maravilhosa resignação cristã, sincronizada com a velha e indomável tẽpera das magníficas estirpes paulistas, se solidarizando com ele, em todos os transes de sua borrascosa vida, bem como com ele comungando nos fugazes momentos, em que a existência amanhecia risonha e se irmanando com ele, nas angústias martirizantes dos dias negros e procelosos. Nunca vi tẽpera igual à daquela Cunha Bueno, que não se abatia ante, os golpes mais fundos e rudes, com que a adversidade não a poupou! Que estoicismo!

CAPÍTULO XXXVI

O F I M

Em 1925, o Senador Ellis estava disiludido com aqueles que lhe deveriam ser gratos, envelhecido e cansado!

Fôra abatido, dois anos antes, pelo falecimento prematuro dos dois filhos mais velhos, um dos quais selvagemmente assassinado em Araraquara, em autêntica cena de *farwest*” norte-americano. Êsses golpes duríssimos, o deprimiram profundamente, pois êle era um sentimental introvertido, não demonstrando sua alma, como se isso fôsse prova de fraqueza. A dôr que o afligia, ainda coberto pelo negror do luto pelos dois filhos mais velhos mortos, aumentára muito pela cruel prova de vêr o outro seu filho homem, o último que lhe restava, não ser eleito deputado estadual. Era outro lance cruel que lhe vibrava o destino! Êle que, se dedicára inteiramente a S. Paulo, sacrificando em holocausto ao povo paulista, tôda sua vida, a sua fortuna material, o patrimônio de sua família, expondo-se em duelos, em campanhas tremendas, contra companhias poderosíssimas; êle que pregara a República e a liberdade, que tivera afanosa vida de trabalhos, por S. Paulo, pelo seu povo, por sua lavoura de café, pelo seu Partido, etc.; êle que, pelos mandatos que recebera de seu Estado, se havia exilado em terra que não era sua, sofrendo todos os combates, padecendo tôdas as agruras, passando por tôdas as contrariades, etc., não tivera prestígio para fazer um filho seu, deputado estadual! S. Paulo e os paulistas não correspondiam com reconhecimento, ao esforço de seu velho representante! Era bem a esponja embebida em vinagre, que lhe fizeram sorver! O Calvário ainda não fôra atingido, porém, naquela “*via crucis*” de tormentos e de trabalhos sem par, pelo seu Estado! O cálice da amargura ainda não fôra bebido até o fim! Felizmente, o Senador não viu o resto, pois a última gôta, seria a eleição, em 1945, da tôrva figura do caudilho de São Borja, para sua Cadeira do Senado! Êsse foi o prêmio, que S. Paulo dera a êle, que nada poupava, em prol dessa lavoura de café, que se mostrava tão indiferente ao passado! E’ que, São Paulo é uma região cosmopolita e os seus 9 milhões de população, seguramente, 40% são de estrangeiros, ou de origem próxima de elementos forasteiros e a sua quase totalidade não têm raízes e não tem passado a respeitar. Mesmo assim, acutilado pela desgraça e ferido pela ingratidão, o Senador não teve de definir, um só queixume, contra os que se haviam esquecido do que êle havia feito! Êle não mantinha sequer um pensamento

de arrependimento, por tudo que fizera! Se tivessem se repetido os episódios de sua abroilhada vida, faria tudo de novo, exatamente como havia feito. Não fôra à cata de recompensas que, êle havia agido, em favor de sua gente, de seu Estado, de seu Partido, da sua classe agrícola, etc., arriscando sua vida, dispendendo esforços e energias, lutando contra companhias-polvos, enfrentando borrascas, sacrifícios, passando privações, etc. Mas, queria, com justiça, que seus trabalhos, seu amor à causa pública, sua dedicação ao regime, etc. fossem reconhecidos! Nem pela flagrante injustiça, que o vitimava, o Senador Ellis se arrependia do que fizera. Às vezes, êle, cismarento, olhava para trás e revivia imaginoso, os transe, pelos quais havia passado, e sentia uma temperatura de conforto ameno e dulçuroso, como se uma onda de calor tépido lhe invadissem a alma, em noite invernososa, fria e úmida. Um consôlo lhe restava, vivêra sempre honestamente e nunca fizera mal conscientemente a quem quer que fosse, (1). O Senador Ellis, entretanto, às vezes conseguia manifestações do quanto era apreciado. Essas manifestações eram sempre no Rio e nunca em São Paulo, sua terra! Quando já nos seus últimos momentos, com os olhos embaciados pela nuvem opaca da agonia, com suas faces já arroxeadas pela proximidade da morte, com o coração aos saltos descompassados, prestes a dar o seu último arranco, ainda o Senador teve forças para dizer:

“Abandono o mundo com a consciência limpa de remorsos e do pouco que deixo, nem um ceitil custou a lágrima de um pobre”.

1) Entretanto o Senador no deserto de ingratidão e de esquecimento se defrontava, às vezes com oasis, nos quais apareciam manifestações como a seguinte:

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE FINANÇAS

Acta da Sessão de 5 de Maio de 1922.

Presidencia do Sr. Alfredo Ellis.

Compareceram os Srs. Francisco Sá, João Lyra, Justo Chermont, José Euzébio, Felippe Schmidt, Muniz Sodré, Vespucio de Abreu, Irineu Machado e Bernardo Monteiro. Deixou de comparecer com causa justificada o Sr. Sampaio Corrêa.

O Sr. João Lyra — Meus Srs. permitam que tome a iniciativa de propor que seja escolhido, por aclamação, o nosso Presidente da Comissão. E' uma praxe antiga, nunca deixou de ser reeleito, razão pela qual proponho que seja aclamado Presidente da Comissão de Finanças o Sr. Alfredo Ellis e Vice-Presidente o Sr. Francisco Sá.

E' aceita a proposta e são aclamados Presidente e Vice-Presidente os Srs. Senadores Alfredo Ellis e Francisco Sá.

O Sr. Presidente — Aceitando a investidura que acaba de me ser conferida, agradeço aos illustres collegas a indicação do meu nome para continuar a tarefa constitucional de dirigir os trabalhos da Comissão de Finanças. Escusado é dizer que conto, desde já, para a execução dessa grandiosa e patriótica tarefa, com o apoio de todos os collegas e não só com o apoio como com a competencia, cultura e illustração que todos fartamente têm demonstrado, conscio de que essas virtudes nunca falharão, tratando-se, como se trata aqui, apenas do bem publico, do interesse nacional.

O Sr. Francisco Sá — Agradeço também, Sr. Presidente, a honra da minha escolha á qual procurarei corresponder seguindo o exemplo dos meus collegas, tão integros, quanto operosos.

O Sr. Irineu Machado — Sr. Presidente, pedi a palavra para manifestar o jubilo com que ouvi a proposta do nosso eminente collega Sr. João Lyra, V. Ex. sabe a estima que lhe dedicam todos os seus colegas...

O Sr. Presidente — E que é retribuida.

O Sr. Irineu Machado — ... desta Casa e, particularmente da minha parte, desde os velhos tempos em que V. Ex. servio a causa da Republica ao lado de tantos e tão gloriosos nomes que já desapareceram, como Francisco Glycerio, cuja cadeira V. Ex. occupa, Campos Salles, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos., todos os nomes que fizeram de São Paulo na constellação republicana, a mais fulgurante de todas as estrellas. V. Ex. e hoje o mais antigo dos correligionarios daquella phalange. Na Republica V. Ex. prestou os mais brilhantes e assignalados serviços á causa da defesa do regimen. Recordo-me dos dias em que V. Ex. sabia pôr em jogo as instituições, o appello para um plebiscito, da energia com que V. Ex. foi pioneiro da opinião publica e jamais esquecerei que o primeiro batalhão patriótico que accudio á defesa da causa republicana foi o batalhão "Alfredo Ellis". Recordar-me-hei ainda de que a primeira força que ocorreu para a fronteira do Estado de São Paulo, então ameaçado, foi o contingente armado pelo esforço e actividade de V. Ex. As primeiras espingardas Manulicher, os primeiros milhares de carabinas que defenderam a causa republicana, foram as que sahiram do grupo dirigido por V. Ex., assim como, também, os primeiros canhões que na barra de Santos defenderam o Governo do invicto Marechal de Ferro o fizeram por ordem de V. Ex.

E, prosseguindo nessa senda de serviços ininterruptos á causa do

paiz, foi V. Ex. quem primeiro proferio o grito de rebeldia contra a oligarquia de Lucena que, infelizmente, deixou semente damminha, que, de quando em quando determina um periodo de infecção. Foi V. Ex. o primeiro a proferir um grito contra o primeiro attentado á Constituição da Republica, contra o golpe do Estado, e as forças civís, dirigidas e commandadas por V. Ex.; foram ellas que primeiro desarmaram os janizaros. Foi esse o unico movimento que no território de S. Paulo se fez como reivindicção da causa republicana, defesa da honra e da ordem constitucional ameaçadas e golpeadas pelo governo dictarial — que nem sempre o governo é a ordem constitucional. O primeiro grupo que salvou a honra republicana contra a tyrania official foi o grupo que V. Ex. commandou.

O unico monumento que recorda serviços á causa republicana no territorio de S. Paulo é o erigido na cidade de Rio Claro, em honra aos inolvidaveis serviços prestados por V. Ex. á causa da Republica e á soberania nacional.

Já recordei a esta Comissão como foi V. Ex. o mais valoroso dos amigos de Floriano Peixoto. Recordarei ainda aos meus companheiros como recordarei aos inimigos do Governo do Marechal Floriano, aquelles cujo odio perdura até hoje e que nos olham com intuitos de vindicta, recordarei que a mesma energia do velho florianista de outr'ora perdura ainda hoje e se torna efficaz em cada transe da vida republicana para acudir em defeza da soberania e da dignidade parlamentar.

Foi ainda V. Ex. que proferio o primeiro grito, nesta hora sombria de vida republicana, contra o golpe de Estado do Presidente da Republica, vetando a lei orçamentaria.

A série ininterrupta de serviços prestados, por V. Ex. á defeza do patrimonio economico nacional não é o menor que o immenso acervo de serviços prestados á arca santa das instituições politicas, arca santa carregada nos braços dos velhos republicanos de S. Paulo e cujo brilho e fulgor excede o imaginado.

Não menores foram os serviços em pról dos grandes ideaes libertarios prestados pelo velho descendente dos bandeirantes. E assim a investidura que V. Ex. recebe, neste momento, não se reveste somente do caracter de uma homenagem pessoal, para a qual ha sobejo motivo, a qual V. Ex. poderia receber com a mais absoluta tranquillidade e como penhor da nossa confiança.

E' mais do que isso, é uma homenagem á coragem civica, á independencia e integridade de caracter do velho legionario da Virgina brasileira. E' a confiança que o paiz tem na sua coragem, na sua probidade, na sua inflexibilidade de caracter para resistir á onda de corrupção e lama que neste momento avassala todas as consciencias e mancha todas as instituições.

A investidura de V. Ex. é também uma homenagem que os velhos

republicanos vem prestar á mais legitima, á mais pura, á mais límpida e crystalina de todas as glorias da polilitica republicana de S. Paulo.

V. Ex. tem, neste momento, a guarda santa do passado de todos os republicanos, de todos os legionarios de S. Paulo ao seu lado.

V. Ex. tem neste momento nas suas mãos honradas a defesa dos humildes, pequenos e obscuros que clamam á porta do Congresso pedindo justiça e pedindo pão.

A responsabilidade de V. Ex. é immensa. Acredito, porém que a coragem e a energia de V. Ex. não são menores, razão pela qual, felicitto a Comissão de Finanças, congratulando-me ao mesmo tempo com a Nação pelo acerto da escolha. ("Muito bem! Muito bem!" Palmas).

O Sr. Presidente (Movimento de atenção) — Meus collegas, não esperava os elogios que a extrema generosidade do velho companheiro de lutas formulou com tanto carinho e affecto em palavras que vieram do coração nobre e grande desse amigo, e se dirigiram ao meu, e nelle serão guardadas com verdadeiro carinho para que sejam transmitidas, senão aos meus filhos, como herança, pelo menos, como um estímulo á mocidade, a essa cohorte que surge para que se verifique que nem sempre falha no coração humano essa qualidade, essa virtude cada vez mais rara — a gratidão.

Eu já estava deshabituaado dessas recompensas. Não a esperava, tanto que, para mim, hoje, foi uma verdadeira surpresa ouvir a descripção de uma pagina de meu passado, dessa longa estrada percorrida desde quando eu assentei a minha tenda de medico em S. Paulo, procurando agremiar na velha Faculdade de Direito os elementos necessarios para propagar a ideia santa que hoje constitue o nosso patrimonio publico.

Evoco a memoria de dezenas e centenas de amigos em cujos espiritos procurei insuflar a centelha divina que trouxera no coração, agasalhada com amor e carinho, dos Estados Unidos, onde percorri a pé, com a mochila ao hombro, a estrada do Exercito libertador, commandado pelo grande Washington, palmo a palmo, passo a passo, atravez dos desfiladeiros de "Haarlem Height e Valley Forge", desde a batalha de Bunker Hill, até a capitulação de Yorktown, onde aprendi a ser republicano, onde aprendi a grande lição que nos torna capazes de soffrer pela Patria, morrer por uma idéia, tendo como tive nas mãos a espada que libertou a patria americana. Beijeí a espada de Jorge Washington e, quando silenciosamente osculei aquella lamina sagrada, fiz uma jura — trazer para a minha Patria aquella semente gloriosa, a semente da libertação que aquella espada havia plantado.

De modo que ao iniciar a minha vida publica naquella modesto escriptorio, de medico de cidade pequena, como era S. Paulo, naquella época, procurei agremiar os elementos que pudessem ajudar-me a cultivar essa semente bemdita.

E a verdade é que ella cahio em bom terreno, fructificou; e o maior

prazer que tenho nesta vida a qual amplamente me recompensa de todos os sacrificios feitos e a de assentar-me nesta cadeira e receber as homenagens de meus honrados e illustres collegas, vendo a Republica implantada e florescente, embora, de quando em quando, as forças plutonicas ameacem os alicerces e as columnas do nosso edificio. Ella perdurará, porque está implantada no coração da mocidade.

Hoje temos uma unica aspiração: evitar commoções intestinas e pugnar-mos todos por uma idéa: a da salvação e consolidação da Republica, tendo sempre em mente que a violencia não consegue cousa alguma por destructiva e não constructiva.

Pudesse eu fazer um appello para que a minha voz fôsse ouvida, a voz desinteressada de um velho que se approxima do pinaculo da vida; pudesse fazer um appello em prol do paiz, apagando todos os odios, desfazendo todas as desavenças, para que todos offereçam os seus hombros a carregar um unco andor que deve ser o da nossa Constituição...

Quanto á ingratidão... acabo de ler uma pagina, da historia, da auto-biographia do Marechal Hindemburgo. Ao passar elle por uma cidade perto do lugar onde nascera, cuja lembrança ainda conservava como uma das mais lindas paizagens de sua vida, cuja população tinha libertado, as multidões acompanhavam-no e victoriavam-no como se fosse um semi-Deus, por terem sido libertadas das hordas semi-barbaras provenientes da Russia. Pois bem, dizia elle, um anno mais tarde, passava com o seu automovel, na mesma cidade. Sabendo de uma predica que havia em um templo, entrou para ouvir a palavra do evangelizador. A igreja estava repleta de povo. Sentou-se, ouviu a palavra do presbytero, sahio e ninguem, absolutamente ninguem, o conheceu. Diz elle que a ingratidão fizera esse povo esquecer-se do que elle o havia libertado das hordas semi-barbaras da Russia! E passára-se apenas um anno! Termina, dizendo: "sic transit gloria mundi"...

O grande Bismarck, que Max Nordau chamara um dos deuses da Allemanha, quando interpellado por Lord Granville, sobre as condições que pretendia impôr á França, ouvindo deste os conselhos e recommendações para que á Allemanha não fosse feroz em suas exigencias, invocando o facto de que os francezes guardariam no coração a lembrança da brandura das condições impostas, Bismarck respondeu á Lord Granville que não acreditava na gratidão humana, que era bem possivel que, de raro em raro, houvesse gratidão individual, por serviços prestados de pessoa a pessoa, de amigo a amigo, porém que a gratidão collectiva não existe.

Bismarck — o Grande Bismarck — desterrado para o seu castello de Varzin, após o accesso de Guilherme II ao throno, teve occasião de verificar que nem de individuo a individuo existe o sentimento de gratidão.

Passeando pelas alamedas do castello com o coração ulcerado e san-

Foram as suas últimas palavras, a obsessão de toda sua vida :

“A HONESTIDADE PARA CONSIGO MESMO”

*
* *

Na nova sede do Senado Federal, no Palácio Monroe, com o vento marítimo encanado, o Senador Ellis, em Junho de 1925, apanhou um resfriado, que logo passou para os pulmões, enfraquecidos, com o envenenamento, que sofrera em S. Paulo ha tempos atrás, por um engano de remédio, rotulado erradamente.

Os golpes morais, que o infortúnio e a ingratidão vibraram contra êle, abateram o seu ânimo e êle não mais reagiu. Perdêra a fé! Ao findar o mês, deixára de viver! Morrera, mais pelo

grando sob a tortura da mas negra ingratidão, devia reflectir que esse sentimento não existia na Patria que elle havia consgrado todas as forças do seu talento e energias.

Como disse, desterrado por seu pupillo, este por irrisão, alem da ingratidão inflingiu ao homem que lhe havia dado um imperio o vexame, a humilhação de receber no dia de seu anniversario um “sabre” com um cartão dizendo que o seu Imperador lhe enviava como homenagem o “Symbolo do direito”.

Ninguem melhor do que o Principe de Bismarck sabia que o “sabre” era o “symbolo da força” e não do “direito”.

Sobre o “sabre” havia sido levantado o Imperio do Kaiser — o “sabre” serviu para derrubal-o em menos de meio século.

O “sabre” derrubara o que o “sabre” havia construido.

O Kaiser soffre hoje as torturas a que condemnou Bismarck.

Entretanto, acabo de verificar que a opinião de Bismarck, bem como a de Hindemburgo, nem sempre prevalecem deante da prova da gratidão que venho de receber, se não do meu Estado, ao menos dos collegas que me têm auxiliado nesta campanha ininterrupta, a qual, tal como foi no passado e é no presente, será para o futuro.

Ao meu amigo e collega o tributo da minha admiração, do meu carinho e da minha gratidão.

Cumpro com o meu dever e isso me basta. Quanto aos meus companheiros só desejo que me queiram como eu os quero.

A todos, muito obrigado, a todos commovidamente agradeço. (Muito bem; muito bem. Palmas.)

(Estes discursos não foram revistos pelos oradores).

enfraquecimento moral do que pela banal moléstia que o acometera.

Dois dias depois, S. Paulo recebia na Estação do Norte, o esquife do velho patriarca que, ao morrer, não imitara Públio Scipião, com o seu epitáfio: "*Ingrata Pátria, non possidebis ossa mea*". Injustiças? Ingratidões? Não importavam! A S. Paulo tudo seria permitido!

O Senador Ellis repousa nesta terra paulista, que é a nossa, a qual ele tanto amou e tão bem ensinou os seus a amar!

Nesta terra, que cobre os restos de nossos maiores e que, aguarda, os que ainda devem ir! Nesta terra, pela qual, êle enfrentando todos obstáculos e sofrimentos, se dedicara inteiramente, de corpo e alma.

Nós, seus descendentes a defenderemos com nosso esforço e com nosso sangue, todas as vezes, que for preciso!

E' um imperativo de além túmulo!

Ainda esta missiva recebida pelo Senador Ellis era um balsamo para a sua ulcerada alma:

UMA CARTA DO DR. DARIO GALVÃO AO SENADOR ALFREDO ELLIS.

Tendo offertado ao dr. Dario Galvão os seus "Discursos Parlamentares", ultimamente editados, o senador Alfredo Ellis recebeu desse illustre patricio, em agradecimento, a seguinte carta:

"Rio, 10 de outubro de 1922.

Exmo. sr. senador Alfredo Ellis. — Meu eminente amigo. — Aqui venho agradecer-lhe a gentileza da offerta dos seus "Discursos Parlamentares". Lendo pela primeira vez alguns delles e relendo outros que já conhecia vibrei como sempre á sua palavra fluente e fogosa, que, se nos assistisse autoridade, eu clasificaria de palavra "radio-activa".

Como ficam pequenininhos seus adversários!

Que commovida e justa reparação ao grande Mauá!

Que altivez em todas as suas expressões!

Não é atôa que seu corpo veste o seu espirito como uma bainha veste uma espada!

Depois do que fica dito devia atirar no cesto o artigo que ahi lhe mando mas como nõ final delle encontra-se a chave de seu temperamento politico (bandeirante "doublé" d'inglez) animo-me a envia-lo.

Subscrevo-me como sempre seu alto admirador e criado, agradecido e amigo (a) — *Dario Galvão* ¹⁴.

Com o falecimento do Senador Ellis, sentidos e eloquentes necrologios se fizeram ouvir. No Senado Federal, o grande parlamentar nortista, o Senador Barbosa Lima, orava :

“A voz que hontem emudeceu para sempre, a inconfundivel figura varonil que tão bem personificava energia civica ao serviço de inexcusable sinceridade, nós, Sr. Presidente, como que a ouvil-a ainda, como a que estamos vendo, evocada pela saudade, a reviver no mundo subjectivo da nossa simpatia, para lhe dizermos comovidos, ao querido e imperterrito Alfredo Ellis, ao altivo legionario dos dias heroicos da Republica, o nosso supremo adeus.”

(Annaes do Senado de 1925).

Além dêsse necrologio, no Senado se fez ouvir o Senador Azeredo. S. Ex. proferiu este discurso :

“Sr. Presidente, é sempre doloroso, referirmo-nos ás pessoas que desapareceram e que commosco conviveram, ligadas pela amizade e pelos sentimentos politicos. Essa dor e essa magoa augmentam, crescem de vulto, quando o morto que se deplora é um intemerato republicano — como foi o Senador Alfredo Ellis.

Desde que fui informado do passamento do illustre politico, resolvi occupar esta tribuna, hoje, para pronunciar algumas palavras allusivas á sua vida. Estava neste proposito, quando, hoje, de manhã recebi da parte do nosso illustre collega, Senador Lacerda Franco, um recado telegraphic, pedindo-me que, em nome da bancada do Estado de S. Paulo, acompanhasse, nesta Casa as homenagens que porventura fossem prestadas áquelle cidadão desaparecido dentre os vivos. Assim, pois, além dos meus desejos, venho agora, satisfazendo essa incumbencia, não fazer a biographia do illustre extinto, mas relembando alguns factos da sua vida, como homem politico e como cidadão presente.

O extinto sempre lembrava aqui com grande satisfação e orgulho, sua qualidade de velho republicano, e tantas vezes repetio que a imprensa já assim o considerava, pois, nenhum orgão de publicidade dessa Capital se referia ao preclaro politico, sem primeiro empregar a expressão — velho republicano. E realmente era um velho republicano; tinha serviços prestados á Propaganda, que justificavam o orgulho com que dizia: “sou um velho republicano”. E, como se não bastasse tudo quanto fez antes do advento da Republica, outros serviços prestou posteriormente, principalmente nas primeiras horas, quando o Marechal Floriano reclamava os serviços de todos os republicanos. Nesses momentos foi sempre dos que occuparam o primeiro lugar, prestando-os com lealdade e devoção, pois seu maior sonho era ver consolidado o regimen republicano.

O Sr. José Martiniano — Apoiado.

O Sr. A. Azeredo — E' por isso que gosou de uma grande influencia no espirito do saudoso e immortal Marechal Floriano.

Todos quantos tem assento nesta Casa sabem que o Sr. Alfredo Ellis era dedicado aos interesses superiores de seu Estado, principalmente á sua primeira producção.

Vimol-o defender, aqui, com capacidade e rara assiduidade, o café; fazia-o com conhecimento de causa, demonstrando a necessidade da defesa desse producto principal da nossa riqueza. Foi com brilho incontestavel que, no momento, em que quasi periclitava nesta Casa do Congresso, o voto de que tanto precisava S. Paulo para que pudesse realizar o convenio do café, que fez ouvir sua palavra autorizada e convincente.

Na campanha em que se envolveu — o Senado deve recordar-se — era sempre pertinaz e não foi de outra maneira que assim procedeu, quando, envolvendo-se na questão suscitada a proposito da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, com alto criterio defendeu os interesses do Estado, que sempre representou. De sua pertinacia, do interesse que tomava pelas questões que esposava, é prova a mudança do Senado. Ardentemente desejou que o Senado tivesse uma séde á altura de sua dignidade.

A sua preocupação era tão grande que, quando se fallou na mudança para este palacio, protestou, dizendo a todos que não podia aceitar tal resolução porque a deliberação tomada pelo Senado tinha sido outra, isto, é, devia-se fazer um novo edificio, não aqui, mas na Praça da Republica. Sua pertinacia levou-nos a lançar a pedra fundamental do edificio, não aqui, mas no lugar então designado por esta Casa do Congresso. Só depois podemos, em obediencia á nova deliberação tomada pelo Senado, mudar a sede deste ramo do Legislativo para aqui, o que foi conseguido graças principalmente aos esforços de V. Ex., Sr. Presidente.

Não ha duvida que hoje dispomos de um edificio confortavel, o que melhorou sensivelmente as nossas condições de vida parlamentar.

Os que não o conheciam imaginavam-no um homem cheio de ares-tas, violento, tal era o modo por que se manifestava, muitas vezes mesmo contra seus proprios collegas; mas no fundo, esse homem violento desaparecia, surgindo em seu lugar um cidadão capaz de, pela amizade e pelo coração, ir até o sacrificio.

O Sr. Barbosa Lima: — Apoiado.

O Sr. A. Azeredo — De facto, ha testemunhos, como o meu nobre amigo acaba de provar com o seu "apoiado", aqui e no Estado de S. Paulo, o que indica que o morto de hontem defendia seus amigos, os interesses do país, embora com esse gesto soubesse que ia incorrer nas iras dos poderosos ou não poderosos.

Posso citar um desses exemplos, Sr. Presidente: O Dr. Alfredo Ellis não mediu sacrificios no Estado de S. Paulo, em favor dos interesses do Dr. Camara, sómente, porque esse medico acompanhava seu pae

até os últimos momentos. Era um agradecido: a gratidão, uma de suas divisas.

Batendo-se em favor do Dr. Camara, creou serias inimizades, as quaes não o preoccupavam, porque agia levado pelo nobre sentimento da gratidão.

Não era, portanto, o homem temido pelos que não gosavam de sua convivencia, isto é, o homem aguerrido, que parecia querer desafiar todo o mundo, sempre de lança em riste. Foi um forte, um temperamento ardoroso, mas que se batia sempre pelas causas dignas. E, quando terminado o combate, voltava-se para o adversario, transformava-se, mostrava-se o homem de coração...

O Sr. Barbosa Lima: — Apoiado.

O Sr. A. Azeredo: — ...um bom na extensão da palavra.

Isto, Sr. Presidente, na vida publica. Na vida privada, foi um pai de familia incontestavelmente notavel, porque tendo passado por todas as agruras, soffrendo profundamente, soube sempre, pelo seu affecto e carinho, distribuir conselhos aos seus descendentes, quer pela palavra, quer pelos exemplos.

O Dr. Alfredo Ellis foi ainda um patriota. Pelas suas convicções se bateu sempre com a maior energia. Uma prova disso nós a tivemos no momento, em que o Marechal Deodoro da Fonseca, dando o golpe de Estado, dissolveu o Congresso Nacional. Então todos nós, membros do Congresso, que estavamos em desaccôrdo com o Presidente da Republica, procurámos nos reunir, afim de lavrarmos o protesto que a Nação inteira conheceu e que se exteriorizou em um manifesto. Esse manifesto foi lido e assignado na casa do Sr. Alfredo Ellis, á rua Sylveira Martins. Este facto mostra a sua devoção pelo regimen, o seu amor pela causa da Republica: foi sua casa a procurada por seus amigos e companheiros do Congresso para redigir o manifesto que os representantes da Nação nas duas Casas do Congresso apresentaram ao paiz como vibrante protesto ao acto praticado pelo valoroso soldado.

Fica assim provado que o homem que acaba de desaparecer, prestou os maiores serviços ao paiz e ao regimen.

Se o seu exemplo de tenacidade vale alguma cousa, devemos procurar imital-o, tanto é certo que sempre agiu com bravura em todas as causas em que se envolveu, sobresahindo o papel que desempenhou em favor da causa republicana, da causa da legalidade ao tempo do Governo do Marechal Floriano Peixoto. Sabemos como elle agio então, merecendo, por isso, não só do Presidente da Republica, mas de todos os seus collegas, applausos que só recebem os que bem sabem cumprir o seu dever.

Não me proponho, Sr. Presidente, a fazer a biographia do illustre extincto. Occupando a trbiuna, nesta hora, para nós triste, venho apenas

desempenhar um dever de amizade, não só no meu, mas também em nome da pancada paulista e do grande Estado de São Paulo.

Convencido de que já disse o sufficiente para salientar a figura desse nosso inditoso collega, tanto mais quanto a biographia do illustre morto seria feita mais tarde pelos historiadores, na occasião, em que a serenidade de animo possa julgar os serviços por elle prestados com grande honra para si e gloria para sua familia, vou terminar.

Espargindo as flores da saudade sobre o tumulo que se abre, rendamos as nossas sinceras homenagens ao grande vulto que acaba de desaparecer. E, Sr. Presidente, como complemento ás palavras que venho de pronunciar, requiero que V. Exc. consulte á Casa sobre se concorda que seja lançado em acta um voto de profundo pezar pelo passamento de tão distincto cidadão: que a Mesa telegraphe á sua dignissima viuva e ao Presidente do Estado de São Paulo, apresentando-lhes as sentidas condolencias desta Casa do Congresso pela perda de tão illustre varão, e que seja levantada a sessão.

Tenho concluido. (Muito bem; muito bem).

A imprensa carioca também se manifestou no mesmo dia-pasão. Assim, a "Gazeta de Noticias" de 30 de Junho de 1925, escrevia:

"Alfredo Ellis foi dos maiores, mais ardentes e mais nobres apóstolos do novo credo democrata que elle pregou com o mesmo desassombro e a mesma altivez com que durante toda sua vida, soube definir as suas atitudes.

De uma austeridade serena e forte na manutenção dos seus principios, das suas idéias e convicções, na politica e na vida privada, as normas de moral severa é que influíam nas suas atitudes e lhe norteavam a conducta.

Por isso mesmo aureolava-lhe a figura o respeito de todos os seus patricios".

O "O Paiz", de 30 de Junho, escrevia:

"Poucas figuras terão atravessado com tanta dignidade e altivez as incertezas e inconstancias da vida publica, como o Senador Alfredo Ellis. De uma franqueza, para muita gente incomoda e inoportuna, animado por um patriotismo sadio, por um sentimento vivo e imperecível de republicano, cultivado da adolescencia até os ultimos dias de sua vida, elle era um soldado leal, valoroso e temido, da Republica, que desafiava impavido para

defendel-a de todos os combatentes. Surpreendia o milagre da eterna juventude desse homem; bela juventude, feita de fé e de amor, de coragem e de lealdade

Foi um homem dessa têmpera que encarnou e defendeu belas e nobres causas, servindo o povo com patriotismo e lealdade e civismo, que o Brasil perdeu hontem”.

*
* *
*

Os demais órgãos da imprensa carioca assim se manifestaram :

“ Com o seu desaparecimento perde a Republica uma figura histórica, visto como o Sr. Ellis era um dos poucos que ainda restavam daquelle grupo audacioso que em 1870 lançava as bases do regimen cuja adoção teria de ser feita com o passeio militar de Novembro de 89.

O Sr. Ellis tinha uma virtude singular: apaixonava-se pelas causas que defendia.

De par com isso, o Sr. Ellis era um “ causeur ” admiravel, que sabia atrair as atenções e se impor pela verve extraordinaria que lhe enriquecia o espirito”.

(Do “ Correio da Manhã ”, 30-6-1925).

*
* *

“ Alfredo Ellis foi o mais caracteristico dos propagandistas da Republica, com que a actual geração teve contacto. Os outros companheiros da cruzada historica, depois da victoria, abandonaram o sonho, adaptaram-se ás realidades prosaicas da actualidade ambiente. Ellis nunca se conformou com o sacrificio do ideal.

Sua vida foi uma bela lição civica e a sua morte deixa desfalcada as fileiras republicanas de um forte, que nesta hora do regime podia infundir nos espiritos dos novos a confiança nos ideaes de liberdade, dentro da ordem”.

(Do “ O Jornal ”, de 30 de Junho de 1925).

Tambem a Câmara dos Deputados não silenciou pela morte do Senador Alfredo Ellis, e a voz de Herculano de Freitas, genro do então já falecido General Glycerio, se fez ouvir :

“ Sr. Presidente, nós os vivos temos o triste, o indeclinavel dever de chorar os mortos. Qualquer que seja a angustia que o desaparecimento

de um homem cause no espirito de outros homens, quando quem desapareceu tem uma significação no meio social a que pertenceu, é dever a que não podemos fugir, referimo-nos a elle, relembrar a sua vida, contar o seu exemplo e medir a sua falta.

Falleceu hontem, nesta Capital, o Senador Alfredo Ellis, representante do Estado de S. Paulo e membro que foi da Constituinte da Republica.

Era avançado em idade, a sua saude abalada, a sua existencia ameaçada desde muito, a sua morte era talvez prevista para não dilatados dias. Isso porem não diminuiu a surpresa dolorosa que essa morte causou, surpresa dolorosa, estou certo, para a Nação, surpresa dolorosa para São Paulo, terra carinhosa que lhe deu o berço, surpresa dolorosa para o Congresso, surpresa dolorosissima para nós outros, seus companheiros de politica e seus companheiros de representação.

Alfredo Ellis fez parte desse pugilo de brasileiros que sonharam a Republica e collaboraram nos trabalhos de sua fundação.

Batalhou com efficiencia nas fileiras do Partido Republicano Paulista, no tempo da propaganda, exercendo sua acção politica sobretudo no centro municipal da cidade onde tinha séde sua actividade — Rio Claro.

S. Paulo — sabe-o muito bem V. Exc. Sr. Presidente sabe-o toda a representação paulista, viu como justa a expressão de Manuel Victorino, quando chamou Campinas “a Meca republicana do Brasil”.

Pois bem, depois de Campinas, talvez nenhuma cidade mais do que Rio Claro tenha presas maiores tradições republicanas; o Partido alli fundado pelos velhos republicanos, continuou depois, pela energia de Camargo Neves, de José Negreiros, de Gualter Martins, que renunciou ao seu titulo de Barão de Grão Mogol, ao incorporar-se ás hostes que se batiam pelo advento do novo regimen e ainda de Alfredo Ellis foi um modelo de combatividade e de organização.

Vimos então as agremiações dessa natureza, estenderem-se de Campinas a Rio Claro, de Rio Claro a S. João da Boa Vista, de S. João da Boa Vista ao Amparo, dalli a S. Paulo e a São Simão, de São Simão á Cunha, logares onde, não poucas vezes, sob o Imperio, o Partido Republicano venceu Partidos Monarchicos colligados para combatel-o.

A organização politica paulista, a sua collaboração na vida pública da Provincia e até por uma vez na vida publica legislativa do Paiz, deram um caracter de probabilidade practica ás instituições almeçadas, pela propaganda em prol da Republica.

Não era simplesmente a propaganda pelo jornal ou pela conferencia a aspiração ideal de uma nova forma de governo; eram os homens dessa forma de governo, congregando-se em Partido, tomando parte na vida publica, patenteando sua capacidade orgânica para a realização do novo regimen.

E, podemos dizer, sem excesso de orgulho, que dessa organização

partiu a de numerosos núcleos republicanos do Paiz. A mocidade que frequentava a Faculdade de Direito de S. Paulo e convivia com aquelle trabalho e aquella agitação, levava para sua terra o mesmo animo e os mais fortes exemplos. Dalli saíram os nossos compatriotas que, soprando novamente na fogueira mal apagada do liberalismo rio-grandense, formaram o grande Partido que reviveu as glorias de 1835 e dalli saíram muitos dos que vieram chamar Apóstolos pela Republica, os que, em Minas, por seu turno realizaram a organização partidaria que a Republica encontrou.

Cabe-nos, pois, a alta, a desvanecida ufania de termos sido nós que pela organização prática da vida republicana, ainda no tempo do Imperio, que por essa organização que nas almas infundiu a confiança, afim de que pudessem ver a possibilidade da Republica, infundimos confiança ás classes armadas para que se associassem ás aspirações liberais do povo brasileiro, consagrando definitivamente a República, no dia 15 de Novembro (muito bem).

E entre os combatentes da tradicional republica propagandista, estava intemerato e bravo, Alfredo Ellis. Sua característica interessante de lutador, extremado na linguagem e ponderado na acção, a emphase natural do seu espirito, traduzia na emphase da sua phrase, eram elementos essenciaes, para criar e alimentar o enthusiasmo dos companheiros e para mostrar para os adversarios que havia peitos valorosos na sustentação dos principios que elle defendia.

Quando, senhores, o Partido Republicano de S. Paulo — para referir-me simplesmente aos mortos — possuia autoridade moral transfigurada na personalidade de um homem, em Prudente de Moraes; quando o Partido Republicano de S. Paulo tinha a acção intelligente e viva da propaganda lúcida e persuasiva personificada em Campos Salles, a reflexão e a perspicácia histórica-juridica revelada em Americo Brasilense, a combatividade sizuda alliada a uma honestidade visceral em Rangel Pestana, as tradições paulistas nobres e grandiosas, no desprendimento de um Cerqueira Cezar, a acção, a inspiração, o combate intellectual e a lucta eleitoral ao lado do fervoroso apostolado e da firme direcção, realizados em Bernardino de Campos; a capacidade especial para agremiar, pelo coração pelo talento e pela perseverança de um Francisco Glycerio — a cruzada republicana em Alfredo Ellis, esse Bayard dos embates da epoca da propaganda, dos embates dos inicios da Republica, encontrava sempre o mesmo pensamento elevado, sempre o mesmo dignificante proceder, sempre a mesma confiança nas idéas, sempre a mesma bravura na expressão, (muito bem).

Recordo-me, ainda, Sr. Presidente, de um episódio que bem caracterizava o seu temperamento. Aparecera, havia pouco, um notavel livro de Zola: “La debacle” e Alfredo Ellis se não me falha a memoria, no gabinete do Presidente de S. Paulo, referia-se á passagem daquella obra, descrevendo a celebre carga de cavallaria da Legião Margueritte, amor-

tecida e quebrada de encontro aos impenetráveis e intermináveis quadros da infantaria prussiana. Parecia á gente vêr o galopar daquelles cavallos, o tinir daquellas espadas, o estalar daquelles peitos vivos, tudo transmittido pela voz quente de Alfredo Ellis, ao relatar, sem desmerecer o brilho, as paginas do formidavel romancista.

Todo elle foi assim; na sua acção, nas suas campanhas, todo elle foi sempre esse extremo, essa bravura suprema, bravura no temperamento-bravura na expressão (muito bem).

Alfredo Ellis representou um conjunto especial de qualidades, por ventura eivadas de sua origem: filho do inglez de sciencias e humanidades, de um médico que foi celebre na então Provincia de S. Paulo e de uma paulista. Ligada ás mais velhas tradições do povoamento da terra e da fundação de sua sociedade, elle tinha a personalidade, a pertinácia para a luta que a velha raça de seu progenitor lhe infiltrara no sangue e, a ousadia legada pelos primitivos paulistas, de que tambem provinha (muito bem). Médico, seguindo a clinica, onde a sua competencia profissional e a magnanimidade de seu coração lhe grangearam grande reputação e extraordinarias sympathias, agricultor e politico, collaborador da abolição de escravos e da instituição da República, veiu a ser membro da Constituinte, onde ao lado de todas as suas outras qualidades pessoais, teve ainda a de jamais supor o que era renegal-as ou sujeitar-se a elevada disciplina a que sempre obedeceu a bancada paulista, no seio daquella Assembléa.

Não ignora V. Ex., Sr. Presidente, pelas tradições da bancada de S. Paulo que essa se reunia todas as noites, durante a discussão do projecto de Constituição e deliberava o seu voto.

Alfredo Ellis nunca foi um discolo: quaisquer que fossem as suas restricções, nessas reuniões prévias de amigos, em relação ao assumpto que se debatia, seu voto no dia seguinte plenamente se conformava á decisão adoptada pela maioria da bancada, significando muito bem que a afirmação da personalidade politica não está em servir um excessivo individualismo e sim na capacidade que demonstra o politico de conseguir adhesões para seus principios e suas idéas, adhesões que posam amanhã formar a maioria e tornar-se efficientes, sem a pretensão exclusiva de que essa personalidade apenas se affirma para melhor se destacar.

Essa pretensão, Sr. Presidente, é um erro e, infelizmente uma tendencia muito generalizada da psychologia creada por essa philosophia criticista que tem dominado tantas mentalidades e produzido anarchia social contemporânea. (muito bem).

Da Assembléa Constituinte, Alfredo Ellis passou, sem interrupção para o Congresso Nacional e neste, a sua palavra e a sua luta, consoante sempre o seu temperamento, foram constantes em prol das idéas e em prol das medidas que advogou ou em contrário ás idéas e ás medidas que combateu.

Lutou por causas de interesse nacional e interesses de S. Paulo, sempre com o mesmo calor, com o mesmo ímpeto e os seus últimos dias não foram menos apaixonados pela causa pública, do que tinha sido o começo de sua carreira política.

Abatido pela molestia, lutava talvez ainda contra ella, procurando na debilitada vontade as forças com que pudesse vencer a materia que se desagregava á approximação da morte, mas quando a impotencia de viver acarreta a ausencia do desejo de viver, não ha mais, se assim posso dizer, nessa vontade, a musculatura precisa para impedir que a ruina se consume.

Elle se achava nessas condições: o organismo minado tinha trazido para sua sciencia medica a convicção de que seus dias estavam terminados. Dizia assim a seus filhos, a seus amigos, reunidos em torno do leito: “ Desta vez é a liquidação certa e breve ”.

Todos os actos meritorios praticados por Alfredo Ellis no municipio, na provincia, no Estado, na patria, na Republica, determinam seguramente que se lhe comece a dar o relevo merecido, na sobrevivencia dos typos historicos da nossa nacionalidade, de nossas instituições, que se accentuem bem o desinteresse e o destemor com que se bateu pelas causas, o exemplo que deixa na coragem invicta em defendel-as, ao mesmo tempo que na manutenção inalteravel e perfeita das relações individuais.

E, se o descollocamos dahi, da vida publica para a vida pessoal, nós o encontramos digno chefe de uma familia, protector de um lar, todo constituido de affectos, todo constituido de respeito, respeito religioso pela sua personalidade.

Não ha, pois, o que lhe diminuir na homenagem que lhe tributamos: varão público era igual ao homem particular e Alfredo Ellis merece além da admiração, a estima, o que nem sempre coincide nas individualidades de valor, muitos dos quais admiraveis pelos seus feitos, não podem, entretanto, ser estimados pelos nossos affectos.

Elle pode perfeitamente ser por nós admirado, como por nós foi estimado e estimada será sua memoria. (muito bem).

Comecemos, portanto, a fazel-a sobressair e, nesta hora em que seus restos se vão confundir na mortalidade da materia e a immortalidade de seu nome sobreexiste na sobrevivência de suas obras e de suas qualidades, que a Câmara dos Deputados lhe renda o preito de suspender os trabalhos e o luto pela sua morte, de mandar os pesames á distincta familia e de nomear uma commissão para acompanhar até a Estação da Central e assistir ao embarque dos seus sagrados despojos, que vão ser depositados, junto ao túmulo de seu pae, na terra em que nasceu.

Assim requeiro, certo de que não faço violência á vontade e aos sentimentos da Câmara dos senhores Deputados”. (Muito bem, muito bem, o orador é abraçado).

O Sr. Augusto de Lima associou-se, em nome da bancada mineira ás manifestações de pesar.

A Câmara assentiu unanimemente nas manifestações requeridas pelo "leader" paulista, tendo a mesa designado os senhores Herculano de Freitas, Augusto de Lima, Manuel Duarte, Collares Moreira, Annibal de Toledo e Getulio Vargas, para representarem-na no embarque do corpo para S. Paulo.

Declarando associar-se ás homenagens adoptadas, a mesa levantou os trabalhos.

Assim falou, na Câmara Federal, o gaúcho Herculano de Fretas, proferindo com sua voz pausada, o que eu tantas vezes ouvi do velho mestre de Direito, nos bancos da Faculdade de S. Paulo. Foi um necrológio feito com alma, pois o mestre de Direito, era genro de Francisco Glycerio, velho amigo do Senador Ellis, e companheiro firme, desde os primeiros tempos da propaganda republicana. Herculano, não obstante ser originário de outro Estado, se enraizou tão solidamente á antiga estirpe paulista, que entrou de modo integral para a familia republicana de S. Paulo, da qual êle conhecia os mais íntimos segredos. Herculano foi um integrado perfeito na nossa grei! Assim que São Paulo age para com os homens de valor e de brilho próprio que comungam no nosso meio. Foi o canto do cisne do então "leader" da bancada paulista. Pouco tempo depois tambem êle fazia sua viagem eterna.

*

* *

Sheridan, o grande pensador britânico teria dito:

Tantos elogios feitos pela imprensa e pelos parlamentares não valiam êste, que foi a que fez juz o ilustre piratiningano:

"Ele morreu pobre, tendo sido um dos constructores e um dos defensores da riqueza econômica de seu Estado".

CAPÍTULO XXXVII

A P R Ó L E

O Senador Alfredo Ellis foi pai de dez filhos legítimos, dos quais seis atingiram a idade adulta, sendo destes, três homens e três mulheres.

Dêles, nenhum herdou o perfil intelectual do Senador. De fato, nenhum de seus filhos legítimos evidenciou os traços que se mostraram, em tanto destaque, na sua pessoa. Assim, aquela sua inteligência brilhante, insofrida, irrequieta, viva e aguda, não teve seguimento na geração subsequente. Nem o seu temperamento romantico, apaixonado, sensível, etc., ele passou por herança à sua próle. Esta tinha uma mentalidade mais lenta e mais pesada. Outros delineamentos da figura psicológica do Senador, entretanto, se viram notar, embora atenuados, em seus filhos.

O seu espírito de ordem e de método, a facilidade com que se emocionava, a sua pontualidade britânica, a sua teimosia celtica, o ardor espanholado, com que advogava com convicção arraigada uma idéia ou um princípio, a sua coragem de afirmar que, às vezes chegava a roçar com a inconveniência e com a irreverencia, o seu ânimo aventureiro, arrebatado a sua rapidez de julgamento, suas respostas ríspidas, a sua insociabilidade, comodista e sedentária, o ímpeto arrojado e incoercível de seus impulsos iniciais, o seu modo exagerado, impaciente, agoniado, aflito e apressado, em apreciar as situações e em providenciar os contra-tempos, etc., podem ser notados, mas jamais, na proporção e na intensidade em que o velho parlamentar paulista os revelou. E' que o temperamento firmissimo, pacientíssimo e inquebrantável ante os golpes mais crueis, de sua esposa, da velha estirpe Cunha Bueno, quebrou a sua influência genética. Sob o ponto de vista físico, os filhos do Senador Ellis apresentaram, em conjunto, as mesmas régras observadas normalmente em todo o cruzamento de raças. Na hipótese, foi um cruzamento de três tipos étnicos, cujos caractéres não se mesclaram, se não em parte, mas se juxtapuzeram. Foram êsses tipos: o Nórdico (dólico louro de alta estatura), o Atlanto-Mediterrâneo (dólico moreno, de alta estatura) e o Meridional (dólico moreno de baixa estatura).

O Senador tinha 1 metro e 75 de altura e, 79 mms. de índice craniano; sua espôsa tinha 1 metro e 68 de altura e 78 mms. de índice craniano.

Dos filhos homens, um com 1 metro e 87, era do tipo nítido Atlanto-Mediterrâneo; outro, com 1 metro e 77, louro, muito claro, de olhos azuis, era do tipo nórdico; outro, menos louro, mas com 1 metro e 80 de estatura, revelava, também pertencer ao tipo nórdico. Dos filhos, a média era 1 metro e 81,5.

Das filhas: uma com 1 metro e 75, loura e clara, tinha o tipo nórdico; outra, também loura e clara, mas de baixa estatura com 1 metro e 58, era do tipo mixto; finalmente a última, com sua estatura baixa de 1 metro e 58, representou o tipo meridional. A média de altura entre as filhas, resulta 1 metro e 63 e meio.

O tipo Atlanto-Mediterrâneo, com sua elevadíssima estatura, a sua dolicocefalia, etc., teria sido trazido pela linhagem dos Cunha Bueno, que o teria recebido, como ensina Aureliano Leite, dos Cabraes senhores de Belmonte. Essa notável estirpe Peninsular que pelos Garcia Rodrigues e pelos Costa Cabraes, ainda de acordo com Aureliano Leite, imprimiu traços tão destacados na nossa população paulista, não perdeu através dos séculos, essa sua característica, nitidamente visível na gente dos 400 anos e particularmente em certas linhagens, como a dos Buenos.

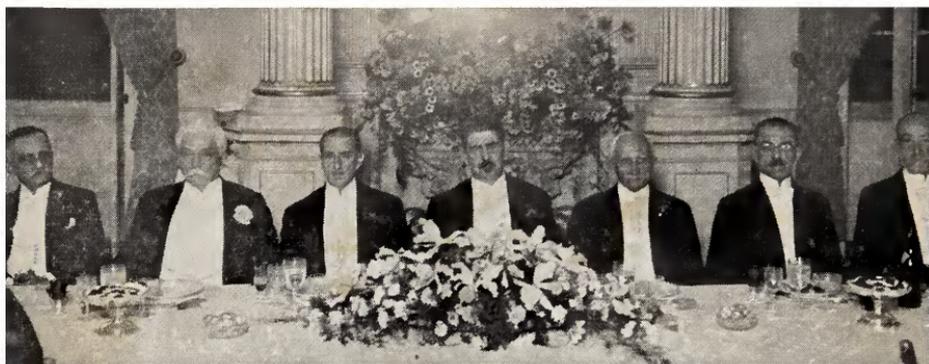
O tipo Nórdico, representado na descendência legítima do Senador, pela tez muito clara de vários de seus filhos, pelos olhos azuis e pela alta estatura de quase todos os da prole do velho paulista, naturalmente foi causado pelo influxo anglo-saxônico e normando, o qual sempre se denuncia.

“Na Natureza, nada se perde e nada se cria, tudo se transforma”, já dizia Lavoisier. Em mistura racial, verifica-se o mesmo princípio. Assim, os caracteres concernentes á estatura, á dermocrómia, á coloração ocular, capilar, etc., não desaparecem jamais, conservando-se recessivamente e surgindo em dominância, as mais das vezes, caracterizando as diversas personagens, que são sempre produtos de um caldeamento qualquer.

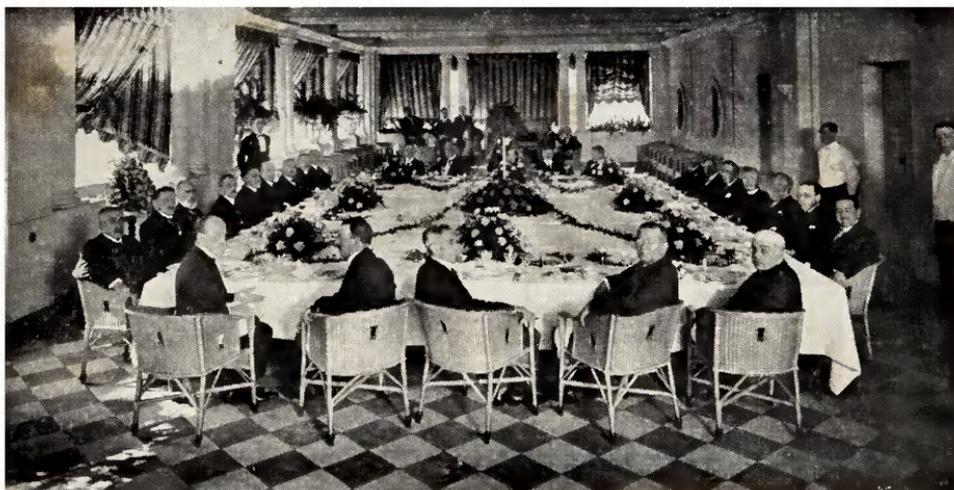
O tipo Meridionalis, costatado entre os filhos do Senador, teria sido a herança da estirpe paulista, na maior parte, de proveniência celtica e ibérica.

Na terceira geração, o Senador deixou 21 netos, sendo 10 homens e 11 mulheres, todos dolicocefalos, com índice de 79 mms., como os filhos do velho parlamentar paulista. Desses 10 netos homens, a média estatural subia a 1 metro e 80, um pouco abaixo da média dos 3 filhos. Dos 21 netos, 12 são nitidamente louros e muitos claros, denunciando com evidência, o anglo-germânico e o normando; 5 são trigueiros e 6, intermediários.

Assim se perpetua a linhagem do velho patriarca paulista,



Banquete ao Presidente Arthur Bernardes, que se vê ladeado pelos srs. Azeredo, Bueno de Paiva, Urbano dos Santos, Arnolfo Azevedo, Presidente da Camara e Alfredo Ellis. 1922



Banquete oferecido em 1923 pela Bancada Paulista no Rio de Janeiro ao Presidente de S. Paulo Dr. Washington Luis. Nesse banquete figuram dois futuros Presidentes de S. Paulo: Carlos de Campos e Julio Prestes, além do Presidente de então, Washington Luis, e o ex-Presidente Altino Arantes



O casal do Senador Alfredo Ellis e suas duas filhas: Das. Maria do Carmo e Sophia Bueno Ellis, em 1904.



D. Eudóxia Bueno Ellis,
filha do Senador Alfredo Ellis,
em 1900.



Os três filhos homens do Senador Alfredo Ellis em 1904: (na ordem da esquerda para a direita)
Alfredo Ellis Junior
Francisco Bueno Ellis
Adalberto Bueno Ellis

a qual já está na 4a. geração, caminhando para a 5a., pois seus bisnetos já estão com idade de tomar estado.

Mas, ao par dessa perpetuação da estirpe, o nome, o qual é transmitido pela via masculina, vai desaparecendo, ou pelo menos, despaulistanizando-se, o que é doloroso!

Como assim ficou dito, o Dr. Alfredo Ellis foi pai de 10 filhos legítimos:

I — *Alfredo*, falecido na infância, em 1876.

II — *Maria do Carmo Bueno Ellis*, nascida em Santa Eudóxia, em 1877, casada em 1898, com o Dr. Arthur Palmeira Ripper:

2-1 *Maria do Carmo*, nascida em 1899 e falecida na infância.

2-2 *Arthur Palmeira Ripper Filho*, nascido em 1901, e casado com D. Maria Lucia de Mello. Não pôde tomar parte no movimento de 32, porque foi retido no Rio de Janeiro.

3-1 *Lucia*

3-2 *Arthur*

2-3 *Sebastiana Ellis Ripper*, nascida em S. Paulo, em 1902 e casada com Dr. Luiz Felipe René de Assis Moura:

3-1 *Carlos*

3-2 *Caio*

2-4 *Antonia Ellis Ripper*, nascida em S. Paulo, em 1904 e casada com Dr. Guilherme Vianna.

3-1 *Guilherme*

3-2 *Carlos Eduardo*

3-3 *Antonio Augusto*

2-5 *José Ellis Ripper*, nascido em 1906 e casado com D. Ema Dias. Não pôde tomar parte no movimento de 32, porque foi retido no Rio de Janeiro.

3-1 *Maria Altina*

3-2 *José*

2-6 *Maria Ellis Ripper*, nascida em 1909 e casada com Dr. Mario de Almeida.

3-1 *Maria*

III — *Sophia Bueno Ellis*, nascida em Limeira, em 1878 e casada em 1899, com o comerciante e industrial, Joaquim Lopes Lêbre Filho.

2-1 *Joaquim Lopes Lêbre Néto*, nascido em 1900, solteiro. Soldado paulista de 32.

- 2-2 *Sophia Ellis Lèbre*, nascida em 1902 e casada com Dr. Paulo Assumpção.
 - 3-1 *Luiza Lèbre de Assupção*.
 - 2-3 *Rita Ellis Lèbre*, nascida em 1904, casada com o Snr. Archimedes Cajado.
 - 2-4 *Alfredo Ellis Lèbre*, nascido em 1906, viúvo de D. Lourdes de Castro. Sem filhos. Industrial e comerciante. Soldado paulista de 32.
 - 2-5 *Arthur Ellis Lèbre*. Nascido em 1907. Falecido na infância.
 - 2-6 *Sylvio Ellis Lèbre*. Nascido em 1909. Falecido em 1948. Soldado paulista de 32.
 - 2-7 *Eudóxia Ellis Lèbre*. Nascida em 1911 e casada com Dr. Bento Ribeiro Dantas.
 - 3-1 *Joaquim Bento*
 - 3-2 *Marcos*.
- IV — *Alfredo* nascido em 1880 e falecido em acidente, em 1892.
- V — *Anthony*, nascido em 1880 e gêmeo de Alfredo, falecido no mesmo ano.
- VI — *Eudóxia Bueno Ellis*, nascida em 1881 em São Paulo. Casada em 1899 com o Dr. Octaviano Machado.
- 2-1 *Alfredo Ellis Machado* nascido em São Paulo em 1900 e casado com D. Mercedes Meirelles. Não pôde tomar parte no movimento de 32, porque foi retido no Rio de Janeiro.
 - 3-1 *Alfredo*, estudante de direito.
 - 2-2 *Octaviano Machado Filho*, engenheiro, nascido em Casa Branca em 1902, Casado com D. Edméia Neves. Soldado paulista de 32.
 - 3-1 *Maria Christina*
 - 3-2 *Octaviano*
 - 3-3 *Ana Maria*
 - 3-4 *Luiz Antonio*
 - 2-3 *Leopoldo Ellis Machado*, nascido em 1905, casado com D. Maria Blanche Picot. Não pôde tomar parte no movimento de 32, porque foi retido no Rio de Janeiro. Falecido em 1947.
 - 3-1 *Mario*
 - 3-2 *Carlos*
 - 2-4 *Beatriz Ellis Machado*, nascida em 1906, casada com o Snr. George Mc Cook, com os seguintes filhos:

- 3-1 *Beatriz*
- 3-3 *Felicee*
- 3-3 *George*
- 3-4 *Dorothy*

VII — *Francisco Bueno Ellis*, nascido em 1883, em Oliveiras, casado com D. Laura de Castro e falecido em 1923.

- 2-1 *Alfredo de Castro Ellis*, casado e com filhos menores.
- 2-2 *Eudoxia de Castro Ellis*, nascida em 1906 e casada com o Dr. Antônio Real.
- 2-3 *Beatriz de Castro Ellis*.
- 2-4 *Guilherme Ellis Neto*, bacharel em Direito, nascido em São Paulo, em 1909, casado com D. Anita Coelho. Soldado paulista de 32. Escapou heroicamente da vigilância da polícia da ditadura e veio, depois de penosa viagem marítima se bater pela causa sagrada da sua terra.
- 2-5 *Hortencia de Castro Ellis*, viuva do sr. Haroldo Meira.

VIII — *Guilherme Ellis Neto*, nascido em 1885 em Oliveiras e falecido no mesmo ano.

IX — *Adalberto Bueno Ellis*, nascido em 1886 em Oliveiras, casado com D. Aurea de Salles Abreu e falecido em 1923, vítima de um assassinato em Araraquara.

X — *Alfredo Ellis Junior*, professor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Soldado paulista de 32. Nascido em 1896 e casado, em primeiras núpcias, com d. Hilda Backheuser, com uma única filha, deste casamento.

2-1 *Myriam Ellis* casada com Dr. Fernando Austregésilo.
e, em segundas núpcias, com D. Norah de Abreu, tendo tido a seguinte descendência:

- 2-2 *Alfredo*, nascido e falecido em 1939.
- 2-3 *Alfredo*, nascido e falecido em 1941.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

- Affonso Martim, 16
Amaral José Estanislau, 18
Antonio, 18
Aranha Souza, 65
Aranha José Mariano, 110
Arruda Jesuino, 64
Arruda, 65
Araraquara (Barão), 59, 67
Amaral, 65
Ambert (Barão) 177, 234
Alfredo, 21
Alfredo, 83, 135
Alfredo João, 335
Alfredo, 482
Alfredo, 483
Alfredo, 483
Adalberto, 101
Alves Costa Domingos José, 71
Alves Rodrigues, 148, 149, 150,
169, 245, 269, 271, 324, 340,
367, 368, 371, 375, 377, 378,
379, 381, 386, 390, 391, 395,
397, 399, 403, 416
Alves Rodrigues (Conselheiro)
268, 269, 270, 271, 300, 323,
324, 367, 370, 372, 376, 377,
383, 385, 386, 388, 394, 395,
396, 397, 398, 399, 403, 404,
428
Alves Rodrigues (Presidente)
227, 228, 268, 391,
Alves Rodrigues (Govêrno) 225,
227, 228, 375, 423, 428,
Américo, 126, 393
Almeida Baptista Ignacio, 99
Almeida Guilherme, 145
Almeida Tacito, 211
Almeida Osorio (Dr) 222
Almeida Osorio Gabriel, 222, 223
Almeida Mendes, 434
Almeida Cardoso (Dr.) 297,
298, 299, 301, 303, 400, 418,
422
Almeida e Piza, 358, 387
Almeida Mario (Dr.) 481
Amaral Joaquim Bonifacio, 70
Amaral Joaquim Francisco, 70
Azevedo Arnolfo, 170, 324, 400
Azeredo Antonio, 133, 186; 202,
203, 204, 231, 237, 241, 242,
245, 246, 322, 345, 371, 392,
433, 434, 435, 436, 437, 469,
470
Arantes Altino, 170, 296, 297,
298, 299, 324, 325, 375, 383,
384, 385, 386, 387, 396, 397,
400, 401, 405, 406, 407, 408,
Abreu Vespucio, 311, 312, 642
Abreu Norah, 483
Abreu Salles Aurea, 483
Abreu Limpo, 335
Austregésilo Fernando (Dr.) 483
Anthony, 482
Antonio Luiz, 482
Abaeté, 410
Aguirre, 339
Andradas, 374
Andrada Antonio Carlos, 296,
297, 299
Alegre Monte (Marquez) 388
Antonio Augusto, 481
Assumpção Paulo (Dr.) 481
Assumpção Lêbre Luiza, 481

B

- Byron, 11, 173, 185
Bruce, 14
Brotero Barros, 19
Bowen, 39
Bento, 17, 18
Boaventura Amaral, 18
Bento Antonio, 93
Burn Bannok, 14
Bastos Tavares, 109, 114, 340
Bastos Cezário, 160, 384
Barros, 65
Barros Joaquina Angelica, 21
Barros Souza Luiz Antonio, 70
Barros Moraes Nhonhô, 384

- Barros Moraes Manoel, 120, 160, 177, 221, 320
Barros Moraes Paulo (Dr.) 332, 384
Barros Adhemar, 349
Braz Wenceslau, 149, 169, 323, 354, 378, 381, 393, 396, 403, 412, 414, 418, 429
Braga Cincinato, 160, 323, 384, 393, 395
Barreto Sá (Dr.) 122, 124, 125
Braga Silva Miguel Antonio, 387
Braga Libero, 378
Barreto Pereira, 161
Baptista Abdon, 186, 442, 443
Baptista Homero, 305
Baptistas, 315
Baptista João, 400
Baptista Soares João Américo (Dr.) 122, 124,
Brazilian Warrant Cy., 333
Bazaine, 268
Balagmy (Coronel) 334
Backheuser Hilda, 483
Backer Alfredo, 241
Barbalho, 114, 116, 200, 212, 340
Brazil Assis (Dr.) 287
Balfour (Lord), 251
Branço Castello, 121, 125, 126
Brandão Júlio, 323, 378, 393
Brandão Avelar, 176
Brandão Bueno, 403
Branco Rio (Barão) 245, 335, 404
Branco Frederico, 447
Branco Alves, 335
Barcelos Ramiro, 133, 218, 219, 267, 270, 271
Barthamann Luiz, 125
Backer, 204
Barboza Rodrigues Antonio, 71
Barbosa Ruy, 109, 114, 115, 116, 149, 211, 212, 213, 221, 233, 309, 340, 341, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 364, 366, 374, 378, 391, 385, 390, 391, 394, 395, 397, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 410, 411, 412, 413, 414, 429
Botelhos, 64, 118
Botelho Arruda, 102, 117, 120, 121
Botelho Carlos (Dr.) 332
Borges Pedro, 202, 238, 239, 240, 433
Bello José Maria, 116, 142, 144, 146, 211
Bergerac Cyrano, 181
Beatriz, 482
Bernardes Arthur, 149, 169, 389, 399
Bezouro Gabino (General) 402
Belmonte, 480
Bento Joaquim, 482
Bulhões Leopoldo, 116, 268, 269, 270, 399, 403
Bueno Dino, 371, 388, 400
Bueno Cunha Francisco (Chiquinho), 18, 19, 21, 50, 59, 61, 62, 63, 65, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 80, 82, 87, 94, 99, 100, 111, 121, 122, 154, 158, 160, 162, 172, 447
Bueno Cunha Tomazinho, 63
Bueno Cunha Sebastião, 125
Bueno Cunha Sebastiana Eudóxia, 50, 77, 83
Bueno Cunha Joaquim, 158
Bueno Cunha Maria do Carmo, 16, 17, 18, 20, 21
Bueno Cunha Henrique, 162
Bowen, 39
Bicudo Bento, 346
Bueno Ellis Adalberto, 483
Bismarck (Principe), 289, 466, 467
Bessborough (Lord), 251, 2552
Burke, 246
Broward Gabriel, 374
Bittencourt Edmundo, 403

C

- Cannig, 11, 46, 246
Chateaubriand Assis, 6, 133, 402, 403
Camargo, 11, 122
Camargo Ferreira, 65, 71
Camargo Arruda Francisco, 99
Camargo Manuel, 122
Camargo João, 176

- Camargo Santos Pedro, 71
Canabarro, 17
Caboto João, 26
Camargo Santos Ribeiro João, 70
Camargo Joaquim Francisco, 70
Camargo Benedicto Antonio, 70
Camargo Agostinho (Tibiriça)
18, 65
Cassandra, 313
Chanzy (General) 335
Carvalho Alvaro, 121, 122, 127,
170, 388
Carvalho Vieira Arnaldo, 161
Cartano Felicio Antonio, 125
Cameo Francolino, 141, 346, 386,
397, 414
Canrobert, 335
Cabraes, 480
Chaves Elias, 123
Chaves Eloy, 170, 324
Caracalla, 242
Calino, 235
Castro (Padre) 208
Castilhos Julio, 145,
Campista David, 149, 429
Carvalho Galeão, 170, 324, 404,
407, 412, 413, 414,
Carvalho Galeão João (Depu-
tado) 222, 223, 234, 380
Calmon Miguel (Ministro) 225,
228, 229, 429
Cavalcanti Holanda, 410
Carvalho Galeão (Dr.) 221, 234
Camara (Dr.) 470
Castro Valois (P. de) 324
Castro Laura, 482
Carlos Paulino, 324, 377, 380
Cardoso Malta, 326
Carvalho Simões, 326
Carlos, 482
Carlos Antonio, 335
Castro Lourdes, 481
Cajado Archimedes, 481
Carlos Eduardo, 481
Chaillu Du, 240
Carlos, 481
Caio, 481,
Campos Camargo Antonio, 71
Campos Silveira Francisco, 71
Campos Siqueira Pessôa Manoel
(Dr.) 122, 124, 127, 400,
Campos Machado, 380
Campos Coelho, 197
Campos Machado Joaquim Anto-
nio, 121, 122
Campos Carlos, 324, 325, 388, 400,
401, 407,
Campos Bernardino, 120, 122,
125, 127, 136, 137, 141, 142,
143, 144, 147, 149, 153, 154,
160, 169, 178, 286, 320, 322,
367, 368, 370, 371, 375, 380,
381, 386, 388, 394, 401, 415,
428, 457, 463, 475
Campos, 65
Cintra Araujo, 65
Churchill, 193
Cirio Julio Berto, 387
Christie, 339
Christina Maria, 482
Chermont Justo, 311, 462
Cezar Cerqueira, 99, 120 128,
143, 147, 160, 161, 320, 367,
368, 381, 400, 457, 474,
Constant Benjamim, 212, 416
Costa Mucio e Cesar, 374
Covello A. A. (Dr.), 374
Cortez Hernan, 197, 342, 411
Coelho Pinto Vaz Henrique
(Dr.) 424
Cook Mc. George, 482
Cotegipe, 335
Colonese Francisco, 125
Cellini Benevenuto, 335
Cezar, 243, 397
Cezar, 243, 397
Cervantes, 227
Cruz Oswaldo, 404, 441
Corrêa Serzedello, (Dr.) 142,
424
Corrêa Raymundo, 244, 430
Corrêa Viriato, 438, 443
Corrêa Bernardo, 462
Cunha Francisco Mariano, 16,
17, 18, 21, 22
Cunha Manequinho, 82

D

- D. Pedro II, 10, 39, 54, 99, 100,
129, 245, 335 440,
Dom Quixote, 64 227, 272
Davis Jefferson, 37, 38, 53
Diniz Silva Joaquim, 71
Duarte Ferreira (Mel.) 125

Duarte Manuel, 477
Dutra Astolpho (Dr.) 407
Dumas, 363,
Duerot, 347
Dourados (Barão) 124
Disraeli, 193

Define Antonio, 374
Delfino Thomaz, 442
Dantas, 335
Dantas Ribeiro Bento (Dr.),
482
Deodoro, 245, 340, 381, 393, 415

E

Evaristo, 15
Eggerath Pedro D., 208
Erickson, 152
Eduardo Carlos, 14
Elizabeth, 14
Eudóxia, 75
Eudóxia, 83, 159
Euzébio José, 312, 462
Egydio Olavo, 371, 394, 400
Elsimem, 231
Epaminondas, 289
Ephiaito, 242
Eudóxia Bueno Ellis, 482
Eduardo, 456
Eudóxia Sebastiana, 19
Ellis Richard, 14
Ellis Guilherme (Dr.), 156, 157,
172
Ellis William (Dr.) 10, 11, 12,
13, 14, 17, 21, 22, 23, 45, 50,
136, 249
Ellis Francisco, 317, 318, 319
Ellis Castro Eudóxia, 482
Ellis Castro Alfredo, 482
Ellis Castro Beatriz, 482
Ellis Castro Hortencia, 483
Ellis Myriam, 483
Ellis Alfredo, 215, 217, 218, 219,
231, 232, 235, 236, 236, 237,
238, 239, 240, 241, 243, 244,
245, 246, 247, 248, 249, 250,
260, 262, 265, 268, 269, 270,
271, 273, 274, 275, 276, 277,
278, 279, 280, 281, 282, 283, 285,
293, 294, 295, 297, 298, 300,
311, 312, 320, 321, 325, 343,
345, 348, 351, 352, 353, 363,
374, 376, 378, 379, 380, 381,
383, 384, 385, 392, 399, 401,
178, 179, 180, 181, 182, 183,
185, 186, 187, 188, 189, 190,
191, 192, 193, 194, 195, 196,
205, 206, 207, 208, 209, 210,
212, 213, 215, 216, 219, 220,

212, 213, 215, 216, 219, 220,
222, 223, 224, 225, 227, 228,
229, 230, 231, 233, 234, 237,
238, 240, 242, 243, 244, 249,
258, 259, 260, 261, 262, 263,
264, 265, 266, 267, 268, 269,
272, 273, 280, 294, 296, 300,
302, 304, 305, 306, 307, 308,
310, 311, 314, 315, 317, 321,
322, 323, 324, 325, 326, 327,
328, 329, 330, 332, 333, 334,
335, 341, 342, 345, 346, 347,
348, 349, 350, 351, 353, 358,
360, 361, 362, 363, 364, 366,
377, 379, 380, 383, 386, 387,
371, 372, 373, 374, 375, 376,
388, 389, 390, 391, 393, 394,
395, 396, 398, 399, 400, 401,
197, 198, 201, 202, 203, 204,
402, 408, 415, 416, 417, 418,
421, 432, 433, 434, 435, 436,
437, 438, 440, 441, 442, 443,
447, 455, 463, 468, 469, 470,
471, 472, 473, 474, 475, 476,
481,
Ellis Alfredo (Senador) 4, 5, 8,
15, 22, 24, 25, 36, 45, 46, 47, 48,
50, 51, 52, 53, 59, 61, 62, 65,
67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76,
77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85,
87, 88, 94, 96, 97, 98, 99, 100,
101, 102, 103, 108, 109, 110,
111, 113, 115, 117, 118, 119,
120, 121, 122, 123, 124, 125,
126, 127, 128, 129, 130, 131,
132, 133, 134, 135, 136, 137,
138, 139, 140, 141, 142, 143,
144, 145, 146, 147, 150, 151,
152, 153, 154, 155, 156, 157,
158, 159, 160, 161, 162, 164,
165, 166, 167, 168, 169, 170,
171, 172, 173, 174, 175, 177,
178, 179, 180, 181, 182, 183,
185, 186, 187, 188, 189, 190,
191, 192, 193, 194, 195, 196,

197, 198, 201, 202, 203, 204,
205, 206, 207, 208, 209, 210,
212, 213, 215, 216, 219, 220,
222, 223, 224, 225, 227, 228,
229, 230, 231, 233, 234, 237,
238, 240, 242, 243, 244, 249,
258, 259, 269, 261, 262, 263,
264, 266, 267, 268, 269, 272,
273, 280, 294, 296, 300, 302,
304, 305, 306, 307, 308, 310,
311, 314, 315, 317, 321, 322,
323, 324, 325, 326, 327, 328,
329, 330, 332, 333, 334, 355,
341, 342, 345, 346, 347, 348,
349, 350, 351, 352, 353, 358,
360, 361, 362, 363, 364, 366,
371, 372, 373, 374, 375, 376,
377, 379, 380, 383, 386, 386,
387, 388, 389, 390, 391, 393,
394, 395, 396, 398, 399, 400,
400, 401, 402, 403, 405, 407,
408, 412, 413, 414, 415, 416,
417, 425, 427, 428, 429, 430,
438, 439, 443, 444, 445, 446,
447, 448, 452, 453, 454, 456,
457, 458, 459, 461, 462, 643,
467, 468, 472, 473, 478, 479.

F

Freyre Gilberto, 6, 12.
Freire Ezequiel, 51, 87, 120.
Freire Muniz, 275.
Fernandes Domingos, 65.
Freitas Leite Benedicto, 99.
Freitas Herculanio, 477.
Ferraz, 65, 102, 335.
Ferraz João, 326.
Ferguson, 39.
Ferreira Pires (Marechal), 117,
179, 273, 276, 3525, 380.
Feijó, 11, 12, 18, 20, 23, 139,
145, 238, 338, 374, 388.
Faily (General), 178.
Francisco I, 130.
Francisco, 80.
Francisco, 482.
Faria Alberto, 82, 133.
Fairbanks João Carlos, 374.
Franco Alferes, 58, 65, 67, 68, 92.
Franco Brito Dolor, 379.
Franco Lacerda, 371, 394, 400,
468.
Francisco Martim, 109.
Franco Dionisio José, 71.
Farragut, 152.
Favery, 1557.
Filho Moraes Prudente, 384.
Filho Lébre Lopez Joaquim, 158,
159.
Filho Motta Candido, 144.
Filho Machado Octaviano, 482
Figueiredo Oliveira, 204, 205, 236,
242, 243, 321, 322, 343.
Filho Vianna Guilherme 481.
Filho Ripper Palmeira Arthur,
481.
Flyn Errol, 318.
Frontin Paulo, 297, 300, 311, 399,
418, 421.
Flores, 54.
Fox (Mister) 246, 249, 250.
Floriano, 245, 340, 415, 463, 469,
471.
Fonseca Luiz Carlos, 256.
Fonseca Hermes (Marechal), 149,
233, 340, 341, 378, 387, 390,
391, 411, 412, 429.
Fonseca José Ignacio, 125.
Fonseca Francisco Ignacio, 124.
Fonseca Luiz (Major), 171.
Fonseca Deodoro (Marechal)
117, 120, 121, 127, 128, 211.
Furtado, 335.

G

Guilherme (o Leão), 14.
Guilherme, 20, 48, 50, 51, 62, 99.
Guilherme II, 466.
Guilherme (Tio) 447.
Glycerio Francisco, 120, 285, 324,
403, 463, 475.
Glycerio (General) 144, 145, 147,
160, 170, 172, 202, 269, 270,
293, 309, 320, 322, 341, 354,
366, 371, 372, 373, 392, 394,
400, 457, 473.

- Grant, 103.
Gama Luiz, 93.
Gaston (Dr.), 39.
Galifet, 335.
Gladstone, 246.
Gaffrée Candido, 220, 221, 222, 223.
Garcia Carlos, 170, 324.
Galvão Joaquim Mariano, 71.
Galvão Dario (Dr.), 478.
Gambeta, 335.
Granato Lourenço (Dr.) 332.
Granville (Lord) 466.
Graça Aldovrando, 387.
George, 482.
Green Edward, 333.
Geta, 242.
Guedes Manoel Joaquim (General), 387.
Goes Zacarias (Conselheiro), 21.
Gorki Maximo, 290.
Gordo Adolpho, 160, 170, 384.
Gonçalves Lopes, 298, 443.
Gonçalves Ribeiro, 241.
Gonçalves Bento, 17, 29, 145.
Gurjão Sergio, 122.
Guimarães Alves José, 160.
Guimarães Pereira oJaquim, 71.

H

- Harvey Sophia, 11, 14.
Haig Douglas, 133.
Hammond Walter (Dr.), 123.
Hamilton, 196.
Hamlet 231.
Henrique V, 14.
Henrique IV, 130.
Henrique, 80.
Henriques, 284.
Hermeto Honorio, 184.
Hermes, 333, 346, 378.
Hitler, 185.
Higino José, 380.
Hindemburgo (Marechal), 466.
Holanda, 335.
Hogarth, 230.
Hugo Victor, 11, 174.
Hughes, 180.
Henrique, 21.

J

- João V, 10.
José I, 10.
Jordão Lacerda Rodrigues Amador, 58, 68.
Jordão Pacheco Elias, 70.
Jordão Pacheco João Elias, 71.
Josafat, 235.
Jacques I, 26.
Jackson Stonewall, 184.
Jason, 228.
Jefferson, 196.
Jeremias, 281.
Jesus Palhano (Dr.), 2555, 256, 406.
Junior Salles Antonio Carlos (Dr. 146, 147, 324.
Junior Ellis Alfredo, 483.
Junior Costa, 324, 400, 457.
Junior Azevedo (Dr.) 297, 298, 299.
Junior Rubião, 323, 324, 370, 371, 373, 376, 378, 379, 383, 3955, 400.
Junior Freitas Leite Benedicto, 122, 125.

K

- Kipling Rudyard, 445.
Kimberley, 288.
Kaiser, 467.
Kare Affonso, 433.
Kronenberg, 332.
Kruze Miguel (D.), 208.
Kocç Conrado, 125.

L

- Lincoln, 5, 34, 35, 36, 37, 39, 45,
535, 100, 102, 129, 151, 152,
210.
Lion Coeur, 14.
Lister (Lord), 178.
Luiz XI, 130.
Luiz XVI, 55.
Luis Washington (Dr.) 149, 310.
325, 341, 375, 387, 388, 400,
403, 404.
Lyra João, 311, 462, 463.
Lins Albuquerque (Presidente)
233, 269, 346, 370, 371, 372,
373, 374, 375, 376, 378, 387,
390, 391.
Lima Pinheiro Machado José
(Dr.) 126.
Lima João, 213.
Lima Alves José Custodio, 171,
175.5
Lima Oliveira, 404.
Lima Rocha (Marechal) 176.
Lima Barbosa (Senador) 468,
470.
Lima Castro Antonio, 387.
Lima Augusto, 477.
Lima Rocha (Coronel) 402.
Lisboa Coelho, 277.
Leite Silveira Elias, 70.
Leite Aureliano, 480.
Levy, 447.
- Lenenroth Eugenio, 374.
Leonel Ataliba, 388.
Leopoldo, 482.
Lesseps, 54.
Lelan Mac, 152.
Leme Barreto, 18.
Leonel Eugenio, 8.
Leme Oliveira Manoel Joaquim,
71.
Leme Almeida Roberto, 125.
Lemos Miguel, 212.
Lébre Ellis Arthur, 482.
Lébre Ellis Silvio, 482.
Lébre Ellis Eudóxia, 482
Lébre Ellis Rita, 481
Lébre Ellis Alfredo, 481
Lébre Ellis Sophia, 481.
Lébre Lópes Joaquim, 481.
Lopez, 54, 59, 130, 339.
Lobo José, 170, 324.
Lobo Aristides, 380.
Leopoldo S., 374.
Lara (Conde) 447.
Lacerda, 92.
Lamartine, 11.
Landlords, 59.
Luz Hercilio, 205, 213, 322.
Luz Baptista, 122, 123, 124, 127.
Lucena (Barão) 117, 120, 128,
395, 464.

M

- Mouroe, 11.
Moreira (Cadete), 20, 22, 48,
319.
Moreira Castro Manoel, 16, 20.
Moreira Delphim, 149, 169, 397.
Moreira Collares, 477.
Moraes José Jacintho, 125.
Moraes Bueno, 65.
Moraes Prudente, 117, 120, 122,
125, 127, 144, 1455, 146, 160,
177, 202, 221, 245, 322, 381,
386, 403, 404, 463.
Motta Cezario, 144, 380.
Motta Candido, 160, 170, 324.
Montgomery, 133.
Moura Assis René Felipe Luiz,
481.
- Monteiro Victorino (Senador)
133, 215, 226, 227, 232, 245,
236, 237, 238, 239, 351, 392,
432.
Monteiro Bernardo, 435, 462.
Mogol (Grão Barão), 473.
Mullen Mc., 39.
Mundt Max, 123.
Mussolini, 185.
Muller Lauro, 133, 186, 227, 428.
Murray Charles, 333.
Milciades, 224.
Mesquita Julio, 160, 384, 403.
Miranda Rodolpho, 120, 170, 206,
221, 222, 223, 271, 324, 346,
371, 400.
Mendes Teixeira, 212.

Meira Haroldo, 483.
Mendonça Carneiro Roquette João (Dr.) 175, 456.
Mendonça Carneiro Eduardo, 175.
Meirelles Mercedes, 482.
Mello Custódio (Almirante), 142, 143, 393.
Mello Almeida Brasiliense Américo (Dr.), 117, 121, 122, 128, 381, 474.
Mello Homem (Barão), 387.
Mello Jorge, 271.
Marat, 267.
Marx Karl, 91, 92.
Maria do Carmo, 83.
Maria do Carmo, 154.
Maria do Carmo Bueno Ellis, 481.
Maria do Carmo Ripper, 481.
Maria Ana, 482.
Macaé, 335.
Mario, 482.
Marcos, 482.
Martins Silveira, 117.
Martins Gualter, 122, 378, 473.

Marques Azevedo, 70.
Marques Generoso, 435, 437.
Martins Silveira Gaspar, 131.
Marinho Saldanha, 211.
Mattoso, 176.
Machado Irineu, 186, 311, 312, 442, 462, 463.
Machado Alcantara, 159, 371.
Machado Brasílio (Dr.), 159.
Machado Octaviano (Dr.) 159, 482.
Machado Pinheiro, 133, 145, 186, 187, 197, 212, 213, 272, 213, 340, 341, 345, 348, 3557, 371, 391, 393, 409, 410, 411, 412.
Machado Paula, 378, Machados Alvares, 374.
Martiniano José, 402.
Marguerite (General), 335.
Machado Ellis Alfredo, 482.
Mauá, 255, 335, 478.
Mauá (Visconde) 254, 255.

N

Nogueira Ana Joaquina, 18, 19.
Napoleão III, 49, 97, 335.
Napoleão I, 254, 357, 358, 360.
Nabuco Joaquim, 100, 335.
Negro (Príncipe), 14.
Negreiros, 473.
Nelson 357, 358.
Nessus, 335.
Neves Teixeira oJaquim, 99.
Neves Camargo Manuel, 122, 473.
Negreiros Campos José (Cap.) 124.
Neto Ellis Guilherme, 483.
Neto Ellis Guilherme, 483.
Neto Mello Cardoso (Prof.) 372.
Netto Almeida, 154, 172.
Nordan Max, 466.
Noronha Abílio, 127.
Noronha Almirante, 404.
Nocce Rubens, 374.
Nogueira Almeida, 20, 234, 457, 400.
Nogueira Teixeira Luciano, 71.
Nogueira Teixeira, 65.

Oliveira, 65, 68.
Octaviano, 482.
Otoni Theophilo, 15, 109, 338.
Olinda, 335, 410.
Oribe, 130, 339.
Oliveira Mello Eduardo, 86.
Oliveira Mello (Barão) 85.
Oliveira Nogueira Anna Joaquina, 71.
Oliveira Nog. Teixeira Henriqueta Eudóxia, 18, 19.
Oliveira Bueno José, 125.
Oliveira Mello Justiniano, 59, 86.
Oliveira Benedicto, 24.
Oliveira Mello Luiz, 59.
Oliveira Joaquina Firmino (Tio Quito) 99.
Oliveira José Estanislau, 19, 59, 65, 67, 68.
Oliveira Mello Antonio Galdino, 86.
Oliveira Salles Armando, 466.
Oliveira Mello João Baptista (Coronel), 18, 19, 51, 59, 82, 97, 102, 172, 389.

P

- Penteado Vicente, 374.
Penteado Barros Joaquim Angelica, 16.
Penteado, 65.
Penteado Campos Floriano, 71.
Penteado Barros, 170.
Palmerston (Lord) 185.
Prado Almeida, 65, 102, 267.
Prado Almeida Bento (Dr.), 99, 122.
Paranapiacaba (Barão), 173, 174, 387.
Prado Antonio (Conselheiro) 106.
Paulino, 457.
Passos (Engenheiro) 404.
Palissy Bernardo, 288.
Prado Martinico, 155.
Paiva Bueno, 169, 405.
Paraná (Marques) 175.
Pitt, 97, 193, 246, 357.
Pinto Adolpho, 78, 88, 167.
Piza Toledo, 65.
Pinhal (Conde) 118.
Pinho Carlos, 122.
Piratininga Tibiriçá João, 53.
Pyrro Alexandre, 98.
Pedroso José, 447.
Pereira Modesto Antonio, 125.
Pereira Pinto João, 122, 125.5
Pereira Baptista, 213.
- Peixoto Floriano, 127, 128, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 152, 153.
Peixoto Carlos, 429.
Preto Ouro, 335.
Prudente, 320, 340, 457.
Prestes Julio, 388.
Prestes Fernando, 147, 155, 160, 320, 371, 400.
Pestana Rangel, 160, 161, 320, 367, 386, 474.
Peel, 246.
Pessoa Epitacio, 149, 306, 399, 401, 402, 403, 404, 408.
Pessoa Epitacio, 297, 302, 305,
Pasteur Luiz, 178.
306, 307, 308, 310, 405, 421.
Penna Affonso, 149, 169, 241, 340, 341, 367.
Penna Affonso (Governo) 225, 228, 230, 231, 250, 426, 429, 432.
Peçanha Nilo, 133, 171, 182, 185, 187, 197, 204, 205, 233, 235, 238, 241, 242, 244, 340, 342, 344, 348, 374, 405, 407, 426, 429, 430, 438.
Peçanha Procopio Nilo (Minitro) 243.
Peçanha Nilo (Presidente) 231, 233, 235, 237, 238, 341.

Q

- Queiroz Souza João Eufrosino, 70.
Queiroz Souza Maria Inocencia, 70.
Queiroz Souza Francisco Antonio, 70, 71, 191.
- Queiroz Pereira Luiz, 374.
Queiroz Paulo, 447.
Queiroz Souza José, 447.
Quirú Nhô, 315.

R

- Ribeiro João, 6, 116.
Riviera, 130.
Run Bull, 38.
Rousseau, 11, 98.
Rhodes Cecil, 193, 262, 288.
Ratzel, 91.
Raleigh Walter, 26.
Roosevelt Theodoro, 175, 229.
Rocha Lourenço, 70.
- Richmond, 37.
Rosas, 59, 130, 339.
Reis Aarão, 256.
Raphael, 374.
Renner (Dr.) 25, 47.
Rimini Francesca, 118.
Reducinda Maria (Silvinha) 16, 17, 22.
Ramos Ezequiel (Dr.) 121, 122.

Ramalho João, 16.
Ribeiro Bento, 17.
Ribeiro Francisco, 214, 226.
Ribeiro Barata, 133, 181, 274,
276, 278, 279, 294, 295.
Real Antonio, 482.
Ribeiro Barata (Senador) 272,
Rochereau D'Enfert (General)
273, 274, 276, 278, 280, 293.
335.
Romeiro Francisco, 324.
Rodrigues Mario (Jornalista)

Romeiro Manoel Olympio, 293.
416.
Rodrigues Garcia, 280.
Rio Pires, 404, 405, 406, 407, 408.
Ripper Palmeira Arthur (Dr.)
154, 155, 156, 157, 158, 170, 171.
Ripper, 234, 372, 388, 401, 407,
448, 481.
Ripper Ellis Antonia, 481.
Ripper Ellis Sebastiana, 481.
Ripper Ellis José, 481.
Ripper Ellis Maria, 481.

S

Scott Walter, 11, 363.
Street Jorge, 133, 222, 223.
Sheridan, 100, 478.
Sherman, 152.
Shiller, 11.
Stuarts, 12, 14, 26.
Spencer, 91.
Sophia, 83.
Sophia, 21, 51.
Sophia, 157, 158.
Sophia, 481.
Spault, (Dr.) 332.
Stela Zaccharias, 176.
Sanchos, 73.
Scipião Público, 468.
Stead William, 356.
Schmidt Marcello, 122, 123, 125.
Schmidt Andreas, 122, 123.
Schmidt Cornelio, 123.
Schmidt Felipe, 311, 462.
Silva Pacheco, 65, 109.
Silva Azevedo (Viuva) 176.
Silva Rodrigues, 100, 176.
Silva José Manoel (Barão Tie-
te) 16, 17, 22, 23.
Silva Xavier, 439.
Silveira Martins, 335.
Sinimbu, 335.5
Silva Rodrigo, 377.
Silvino Antonio, 242.
Siciliano Alexandre, 133, 306, 307,
404.
Sepetiba, 335.
Seabra Demétrio, 374.
Simonsen Roberto, 333.
Serra Silveira Candido osé, 71.

Sodré Lauro, 117.
Solon (Cel.) 125.
Souza Alves Alcino, 141, 346,
386, 397, 414.
Souza Paula, 12, 23, 137, 142,
335, 374.
Souza Eloy, 187.
Sampaio João, 160, 384.
Sampaio, 102.
Sampaio Raphael, 70, 346.
Salvador, 17.
Santos Barboza João, 99.
Santos Urbano, 133, 219, 227.
Santos Rodrigues, 374.
Sá Francisco, 133, 231, 296, 297,
426, 462, 463.
Salles Alberto, 109, 116.
Salles Diogo Eugenio, 124, 378,
380.
Salles Francisco Assiz, 125, 126.
Salles Carlos Augusto, 125.
Salles Ephigenio, 443.
Salles Joaquim, 122, 123.
Salles Campos, 109, 116, 120, 122,
123, 125, 127, 134, 143, 145,
146, 147, 148, 160, 205, 211,
212, 245, 309, 320, 322, 340,
341, 354, 367, 368, 369, 370,
371, 372, 373, 375, 381, 400,
403, 404, 428, 457, 463, 474.
Sarmiento Alberto, 170.
Saraiva, 335, 377.
Saraiva Augusto (Dr.) 387.
Soares Raul (Dr.) 407.
Salles Fernão, 447.

T

- Tobias, 11, 12, 13, 18, 23, 83, 374.
Toledo Pedro, 206, 346.
Torres Oliveira João Camillo, 212.
Trovão Lopes, 179.
Thormond, 410.
Telles Queiroz Antonio, 71.
Telles Queiroz Antonio, 71.
Telles Queiroz Joaquim Benedicto, 70.
Temple John, 185.
Teobaldo, 447.
- Teixeira José David, 99, 122.
Tiradentes, 11.
Tita, 176.
Taunay, 59, 459.
Tann der Von, 234.
Tamandaré, 54, 130.
Tibiriçá, 16, 134, 269, 270, 272, 287, 320, 369, 371, 394.
Tibiriçá Jorge 120, 267, 293, 369, 371, 373, 375, 400, 403.
Thiers, 335, 347.
Tietê (Barão) 377.

U

- Uruguai (Visconde) 130, 335.
Urquizas, 130.
- Uchôa Ignacio, 371, 374.

V

- Vampré, 50, 51.
Valle Candido, 99.
Vasques Arthur, 122, 123.
Vasconcellos Bernardo, 131, 183.
Varella Luiz Arthur (Dr.) 303 422.
Vargas Getulio, 477.
Veiga Bueno Amador, 16, 21.
Vergueiro Nicolau, 24, 58, 63, 68, 70, 71.
Vergueiro Cesar, 171, 324, 374.
Vertenza (Dr.) 343.
Vieira Botelho Clovis, 374.
- Vieira Severino (Senador) 227,
Vieira Severino, 182, 280, 281, 282 283, 285, 351.
Vilalva Mario, 174, 175, 456.
Vianna Mello, 169.
Vianna Guilherme, 481.
Villaboim, 346.
Virgilio (Coronel) 404.
Vidal Sampaio Raphael (D^{ep.}), 306, 307, 308, 313, 314, 384, 384, 415, 427.
Victorino Manoel, 424.

Z

- Zacharias, 335.

W

- Wallace, 14.
Washington George, 45, 73, 97, 100, 151, 364, 365.
Wenceslau (Presidente) 296, 297, 299, 301, 340, 384.
- Wellington, 357, 358.
Wilbeforce, 246.
Wimpfen, 335.



JOÃO BENTIVEGNA
R. Silveira Martins, 108
Fone 2-3417 - S. Paulo

Boletins publicados pela

CADEIRA DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

- N.º 1 — MEIO SÉCULO DE BANDEIRISMO
- N.º 2 — FEIJÓ E SUA ÉPOCA
- N.º 3 — RESUMO DA HISTÓRIA DE SÃO PAULO
- N.º 4 — EVOLUÇÃO DA PSICOLOGIA PLANALTINA
- N.º 5 — CAPÍTULOS DA HISTÓRIA PSICOLÓGICA DE S. PAULO
- N.º 6 — PANORAMAS HISTÓRICOS
- N.º 7 — AMADOR BUENO E SEU TEMPO
- N.º 8 — O OURO E A PAULISTÂNIA

A CADEIRA DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

pede e agradece a remessa de suas publicações
vous prie de lui envoyer vos publications.
shall be glad to receive your publications.
le agradecerá el envío de sus publicaciones.

Enderêço:

A CADEIRA DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA:

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Caixa Postal 105-B
S. Paulo (Brasil).

